

Nº 003425



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES



DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

PRESOS POLÍTICOS RECORTES DE JORNAIS - 1976 - 77 - 78 e 79.

MÊS 01 ao 04/79.

PT 1590-191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Preso político do
Vol. por João Paulo
Recife é libertado

26/04/79
 RECIFE (Do Correspondente) — O preso político Marcelo Mario de Melo foi libertado ontem do presídio Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, depois de esperar mais de 12 horas. A direção da penitenciária exigiu da auditoria um documento comprovando que sua pena fora reduzida de quinze para três anos, com base na nova Lei de Segurança Nacional.

O alvará de soltura de Marcelo de Melo chegou ao presídio às 12h30 de anteontem, e foi expedida pelo juiz-auditor Angelo Ratacazzo, da 10.ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada no Ceará. O superintendente do Sistema Penitenciário de Pernambuco — Susipe — major José Siqueira, foi ao presídio no mesmo dia e suspendeu a libertação do preso.

A pedido de advogados e familiares de Marcelo de Melo, que estavam aguardando sua soltura, o juiz da 7.ª CJM, José Bolívar Regis comprovou que ele estava livre de sua pena.

Pasta Livros Políticos

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

Padre da Pastoral Penal
Journal do Brasil 26/04/79
quer assistência a presos
“ampla, geral e irrestrita”

Garantia de tranquilidade não será obtida pelos órgãos de segurança pública da cidade, amontoando nos xadrezes e prisões os assaltantes, assassinos e malfeitores, disse o coordenador da Comissão da Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio, Padre Bruno Trombetta. Para ele, a única forma de deter a onda de violência é “dar aos delinquentes ampla, geral e irrestrita assistência social”.

Em vez de colocar os criminosos em “depósitos infetos e degradantes”, Padre Bruno propõe que sejam cadastrados para “antes de tudo averiguar a realidade social, econômica e cultural de cada um, bem como do grupo que o cerca”. O religioso disse ontem que “grande parte das infrações é resultado de situações de desespero, muitas vezes vividas de forma crônica”.

NA PRÁTICA

Na 14a Delegacia Policial, no Leblon, onde na condição de pároco da Matriz dos Santos Anjos o Padre Bruno tenta conduzir sua ação pastoral, vivem, segundo ele, “quase 180 presos, muito deles há vários meses”. Disse que já tentou uma vez começar lá sua colaboração para a reabilitação dos detentos, mas esta “não foi muito bem aceita”.

O Padre Bruno só admite a prisão como “último recurso”. Assim mesmo, acredita que o delinquente de-

veria sempre contar com celeridade individual e “um tratamento mais humano e pessoal”. Se não existe forma de as autoridades se desfazerem do atual sistema penitenciário, deveriam dotar cada presidio de um quadro completo, “e competente”, de psicólogos, psiquiatras e ministros religiosos.

“Talvez assim”, concluiu Padre Bruno, “parassem também de aparecer esses corpos mutilados, jogados na rua, misteriosamente assassinados mas quase sempre com marcas de algemas”.

*Padre
Bruno Trombetta*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Preso político beneficiado com a redução de penas vai aderir à luta pela anistia

Journal de Brasil
25704/179
Recife — A luta pela anistia e as denúncias de torturas são os objetivos imediatos do ex-presos político Marcelo Mário de Melo, libertado à zero hora de ontem da Penitenciária Barreto Campelo como o primeiro a ser beneficiado com a redução de penas prevista pela nova Lei de Segurança Nacional.

Ele também vai pedir revisão ao STM no processo em que foi acusado de assalto no Ceará, alegando querer "desmistificar a Justiça Militar brasileira, que durante muito tempo imaginei isenta mas que, na verdade, prefere dar um crédito de confiança aos juizes, ao invés de analisar o mérito da defesa".

"CAPIVARA"

Marcelo antecipou que, juntamente com outros ex-presos políticos, pretende conseguir a reabertura do inquérito sobre a morte de Amaro Luis de Carvalho, o Capivara, ocorrida em 1971, ainda na antiga Casa de Detenção do Recife: "ele amanheceu morto numa das barracas e o laudo médico comprovou envenenamento, mas, antes que chegasse a policia pericial, a barraca foi queimada".

Ele revelou ter sido torturado logo após a sua prisão, em 1971, em Natal, às margens da Lagoa do Bonfim, sendo submetido a sessões de afogamento e espancamentos, além de ter sido pendurado num pau-de-arara improvisado. "Depois, fiquei 13 dias no 16º RI, indo então para a Aeronáutica, onde fui interrogado durante 36 horas, em pé, com espancamentos e queimaduras de cigarros".

*Luta
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Preso denuncia uma
Folha São Paulo
"tortura psicológica"
25/04/79

RECIFE (Do correspondente) - Após ter experimentado a sensação de liberdade durante cerca de vinte minutos e, em seguida, receber a notícia de adiamento de sua libertação, o preso político Marcelo Mário de Melo disse que se tratava de "uma tortura psicológica".

O fato ocorreu na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, na presença de familiares do detido e funcionários que foram ao local para ver o primeiro caso de um prisioneiro político, na área da Auditoria Militar da 7.ª CJM, a ser beneficiado com redução da pena de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional.

Marcelo, solteiro, 35 anos, estudante secundário, está cumprindo pena há oito anos, como incurso no artigo 28 do Decreto-Lei 898/69.

Já com as malas prontas e depois de ter comemorado com os demais presos políticos a libertação, Marcelo foi informado pelo major Siqueira, responsável pelo sistema penitenciário estadual, que existia contra ele uma condenação de 15 anos de reclusão, de 26 de novembro de 1971, que ainda faltava ser cumprida.

O detido argumentou que essa condenação fora apelada para o Superior Tribunal Militar, que a diminuira para três anos.

*Pastor
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

QUARTA-FEIRA — 25 DE ABRIL DE 1979

Estado de São Paulo
Preso é libertado no Recife

Da sucursal de RECIFE

O preso político Marcelo Mário de Melo foi liberado, na madrugada de ontem, do presídio Barreto Campello, em Itamaracá, na região metropolitana do Recife, depois de ficar mais de 12 horas retido porque a direção do estabelecimento exigiu um documento comprovando a redução da pena de 15 para três anos de reclusão.

Ele deveria ter sido solto às 12h30 de terça-feira quando chegou ao presídio o alvará de soltura, expedido pelo auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar sediada no Ceará, Angelo Ratacazzo, comunicando o término da pena.

Entretanto, o superintendente do Sistema Penitenciário — Susipe, major José Siqueira, foi ao presídio e suspendeu a liberação alegando que constava nos registros da Susipe uma condenação de 15 anos de reclusão, prolatada pela auditoria da 7ª CJM.

Os advogados e familiares, que durante toda a tarde e a noite de terça-feira ficaram no pátio do presídio, protestaram contra a posição da Susipe e se dirigiram à casa do juiz-auditor José Bolívar Regis, pedindo-lhe providência, uma vez que o STM havia reformado a pena de 15 para três anos.

O auditor, juntamente com os advogados e o major José Siqueira foi à secretaria da Auditoria Militar e, após fazer um levantamento da situação jurídica do preso político, verificou que ele estava livre.

Marcelo é o primeiro preso político, na área da 7ª CJM, beneficiado com a redução de pena prevista na nova Lei de Segurança Nacional.

Ontem, já em sua residência, Marcelo Mário apontou o impasse como sendo "uma das inúmeras irregularidades cometidas pelas auditorias militares e outras autoridades contra presos políticos".

Ele garantiu que mesmo em liberdade pedirá revisão ao STM, de um processo julgado pela Auditoria Militar do Ceará, que o condenou a dois anos de reclusão "por assalto a bancos com fins políticos". Apesar de os implicados neste caso o terem inocentado, o STM confirmou a condenação. Para ele, a decisão do STM "mostra o caráter faccioso da Justiça Militar, a imagem de isenção é ilu-

*Pasta Presos Políticos
Arquivado em
26/04/79
R. B. B.*

PT 1590-191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Juiz devolve pedido
Volta São Paulo
sobre Mário Alves

RIO (Sucursal) *25704/79* Juiz José Garcia de Freitas, da 2.ª Auditoria de Aeronáutica e distribuidor dos feitos de crimes previstos na Lei de Segurança, acolhendo pedido do seu colega Helmo Sussekind da 2.ª Auditoria do Exército, determinou ontem a devolução ao procurador geral da justiça militar, da representação de Dilmá Borges Vieira, pedindo a instauração de querito para apurar o desaparecimento do marido, jornalista Mário Alves de Souza Vieira, ocorrido em 16 de janeiro de 1970.

O procurador, Milton Menezes da Costa, enviou o pedido ao juízo da 1.ª Instância alegando que a "matéria não determinava o pronunciamento originário da instância superior castrense, mas do juízo de 1.º grau". Deste entendimento, porém, divergiu o juiz da 2.ª Auditoria do Exército, para quem foi distribuída a representação na quarta-feira da última semana.

Ao opinar pela devolução do pedido, o juiz Garcia de Freitas afirmou que "em se tratando de ato de ofício que demanda a apuração sumária de um fato, nos termos legais, por determinação de autoridade competente, não há que se falar em instância, visto que não falece competência a sua exa. (o procurador) para deliberar, de pronto, sobre o pedido que lhe fora originariamente endereçado".

Depois de ponderar sobre a impropriedade da remessa, e conseqüente distribuição pelo juiz distribuidor especial para crimes contra a segurança nacional, Helmo Sussekind alega que "se verdadeiro o fato constante desta representação, o crime ali focalizado seria, "ratione loci, militar, nos termos constantes do artigo 9, item 2, letra "B", do Código Penal Militar, e, dependendo da caracterização da responsabilidade penal dos agentes e suas respectivas patentes, seria ou não da competência originária e privativa do próprio Superior Tribunal Militar, e por conseguinte, v.Exa. seria incompetente para distribuir o referido feito".

*Santa
Prises Políticos*

7



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



**Alvarás não
soltam preso
no Recife**

Recife — Dois alvarás de soltura, um da 7a. e outro da 10a. CJM não foram suficientes para libertar, ontem à noite, o preso político Marcelo Maria de Melo. O

Jornal do Brasil - 24/04/79
diretor do presídio de Itamaracá, Major José Siqueira, alegou que faltava mais um documento para a libertação. Marcelo chegou a deixar a cela para ser solto porque já cumprira os cinco anos e seis meses a que suas penas, em três processos, foram reduzidas.

*Pasta
Processos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



parte de art 24
 LIVRAMENTO PARA *04*
 PRESO POLITICO *29*
 VOLTA SER NEGADO
 O juiz auditor da VI Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador, informou ontem que por força de uma carta guia do seu colega de Recife, pedindo o cumprimento de uma pena antiga, o preso político Paulo Pontes não poderá ser solto, mesmo com a aprovação do seu pedido de livramento condicional. Este é o segundo caso, em poucos dias, em que preso político na Bahia obtém livramento condicional, mas não sairá da cadeia. O outro atingido foi Thedomiro Romeiro dos Santos, condenado à morte pelo assassinato do sargento Walder Xavier, em 71, cuja pena foi transformada em prisão perpétua.

Parte Preso Político



Posto
P. 1007
Arquivado em
26/04/79
Londrina

Ensaio geral

Ensaio Geral é o primeiro livro de Antonio Fernando Bueno Marcello, paulista de Dobrada, 33 anos de idade, ex-estudante, ex-ator e diretor de teatro amador, ex-bancário, ex-militante sindical, ex-presos político e atualmente jornalista profissional, trabalhando na Folha de S. Paulo.

Trata-se de uma novela, que o autor adverte não ser autobiográfica, mas que, "infelizmente não é ficção". Ensaio Geral é a história de quatro personagens: Lúcio, um diretor de teatro que busca a sua profissionalização; Amarilis, uma garota que, depois de 1964, vê frustradas as suas perspectivas existenciais e refugia-se no mundo familiar, no seu trabalho e nas lembranças do passado, sem encontrar sentido algum para a vida; Carlos, que também pertence ao mesmo grupo de amigos, e que passa à atuação política clandestina, e o narrador, que apresenta o depoimento crítico de Antonio Marcello, sobre a "destruição a que foram submetidos alguns milhares de brasileiros", entre os quais esses personagens, principalmente entre 1968 e 1974, "um período negro; o mais negro da história brasileira".

Antonio Marcello escreveu essa novela nos anos em que passou encarcerado em São Paulo, condenado pela Justiça Militar como incurso na Lei de Segurança Nacional, mas seu trabalho não fala especialmente da luta clandestina que se desenvolveu em nosso país nos anos que se seguiram à edição do Ato Institucional n. 5, até o fim do governo Médici. Ao contrário, fala daqueles que não participaram daquela luta, mas que a acompanharam de fora, vendo suas perspectivas e ideais se esvaziarem progressivamente, diante de sua impotência para a ação e da feroz repressão policial-militar que, praticamente, desestruturou por completo os setores mais jovens e progressistas da sociedade brasileira durante aquele período.

"Gostaria de escrever sobre estes tempos de prisão — diz ele — sobre os momentos acumulados de tensão, dor, esperança, por que não?, companheirismo, discussões e novas descobertas. Mas estes tempos estão tão próximos de mim que tornam ainda impossível a perspectiva necessária. Sei apenas que estou aqui e escrevo como membro participante de uma comunidade que quis atingir o infinito com muita sofreguidão e não conseguiu o mundo, sequer".

ESPERANÇA

Mas embora Ensaio Geral focalize os que aos poucos perderam as esperanças, o objetivo do autor é mostrar que o resultado do que ele chama de "os terríveis anos de Eldorado em transe" — os anos do governo Médici não foi apenas o extermínio dos que se rebelaram e a destruição moral dos que, como Amarilis e Lucio, fogem. De dentro da cela onde escreveu esta novela-depoimento, Antonio Marcello vê, naqueles que restaram, uma comunidade que "nem por isso caiu no desespero, apesar do desespero ser uma palavra fácil, apesar de alguns membros desse conjunto terem perdido toda e qualquer perspectiva. "E vê mais adiante, à sua frente, uma grande tarefa a ser realizada: "(...) o passado está aí a impedir o desespero e o futuro a chamar pela correção dos antigos erros."

Se, de um lado, Ensaio Geral aponta a decadência e a destruição de alguns, aponta, também, por outro lado, um caminho novo para os que ficaram, provindo da reflexão crítica sobre o que passou e sobre o que há de vir. É por isso que, na epígrafe de seu livro, Antonio Marcello adverte o leitor:

"Vai, diz-lhes isso

Diz que os poetas morreram sem os trair
Mas foram apenas poetas

Diz-lhes que estamos nascendo de novo
Ensina-lhes esta experiência".

PT 1590.184



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES



NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO: JORNAL DO BRASIL Segunda-feira, 23/4/79 1.º Caderno

RESIDÊNCIA:

**Ex-padre Alípio entra na
Justiça com interpelação
contra o General Ibiapina**

O ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que esteve preso de 18 de maio de 1970 a 17 de fevereiro último sob acusação de tentar reorganizar as Ligas Camponesas e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, vai constituir advogado hoje mesmo para interpelar judicialmente o General Ibiapina por tê-lo chamado, em depoimento publicado ontem no JORNAL DO BRASIL, de vigarista.

Atualmente trabalhando com o historiador Hélio Silva no Centro de Memória Social, na produção do *Livro Branco* (depoimentos de presos políticos torturados), o ex-padre português naturalizado brasileiro em 1962, 50 anos, casado — afirmou que "de nada adiantará aos torturadores procurarem os jornais para dizerem que sempre foram bonzinhos e trataram seus presos com café e torradas, porque a História está aí, para restabelecer a verdade".

SEM PROCURAÇÃO

Ele lembrou que a preocupação em dar depoimentos à imprensa "surgiu depois do aparecimento das listas de torturadores, onde consta o nome do General Ibiapina e outros 400. Até então, os fatos só eram sabidos dentro dos quartéis e em pequenos círculos, mas com a divulgação das listas todos passaram a saber: os filhos, os netos, os amigos dos torturadores. E então eles começaram a se defender, alegando, como os nazistas, ou que nunca torturaram, ou que apenas cumpriam ordens superiores".

"Não tenho procuração de nenhum dos homens citados pelo General Ibiapina para defendê-los", ressaltou, "mas me sinto na obrigação de fazê-lo como companheiro de luta que fui de todos eles. O General diz que Gregório Bezerra era um preso bom, que respondia a tudo que lhe pergun-

tavam, com a clara intenção de denegrir sua imagem, de colocá-lo como um delator, e eu sei que é mentira; Bezerra era um homem experimentado, duro, incapaz de delatar".

Segundo o Sr Alípio de Freitas, muita gente pode falar sobre sua vida e sua luta política, como Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Eugênio Sáles, "que me visitavam na prisão. Eles podem até discordar de minha posição ideológica, mas me conhecem como pessoa, sabem que dediquei toda a minha vida aos interesses dos camponeses. Já o General Ibiapina, só ele pode falar de si mesmo; este não tem ninguém para defendê-lo. É lamentável que os responsáveis pela tortura não tenham a hombridade de assumir seus atos, de dizer "fiz sim, porque acreditava que era o certo". Um dia, com certeza, vão ter de assumir".

*Posta
Bom Político*

Gen. Ibiapina nega ter torturado presos políticos

Brasília — O General Hélio Ibiapina de Lima, participante ativo da Revolução, acusado de ter torturado vários presos políticos, entre os quais Gregório Bezerra, quando servia na 2a. Seção do IV Exército, dá, agora na reserva, longo depoimento sobre sua participação nos fatos de 1964. Do Presidente Figueiredo afirma: "O que ele está dizendo é para valer".

Amigo pessoal dos ex-Presidentes Castello Branco e Costa e Silva, pelos quais tinha "uma admiração extraordinária", o General Ibiapina nega as acusações de torturador que lhe fazem, explica em detalhes os fatos relacionados com Gregório Bezerra e outros presos e relata confidências que ouviu dos dois primeiros Presidentes da Revolução.

"Eu acho que o Gregório tremeu"

P — E que o Senhor tem a dizer sobre as acusações de violências que lhe faz o Gregório Bezerra, atualmente exilado?

General Ibiapina — Vocês deviam ver a Manchete daquela semana. Quando eu recebi o Gregório, no IV Exército... aquela entrevista do Pasquim tem muita verdade e muita mentira. De vez em quando, eu fico até pensando que não foi o Gregório Bezerra que disse aquilo. Ele, espontaneamente, na Auditoria, me defendeu, sem nunca ter pedido nada para mim, nem eu para ele. Nosso relacionamento foi absolutamente normal. Então, quando eu o recebi, isto não é verdade. É diferente o sujeito estar amarrado com corda, com as mãos para trás, de estar algemado. A algema é outra coisa. Ele disse que estava algemado e amarrado dos pés à cabeça. Ele não estava algemado mas só amarrado, sem violência, aliás, os braços dele estavam absolutamente normais. Tanto é que eu peguei o Gregório pelo braço (ele disse que

"Eu nunca vi um preso tão bem comportado"

P — O encarregado da prisão dele foi o Major Darcy Viloco, não foi?

General Ibiapina — Não, quem prendeu o Gregório foi um capitão da Polícia Militar, da reserva. Não me lembro agora o nome dele, mas até isso na entrevista está trocado. Não é aquele nome da entrevista ao Pasquim. E o capitão entregou ao Vinte (unidade militar). Aquilo é verdadeiro. O que aconteceu lá não me pergunte, porque eu não sei. Só sei por ouvir dizer. Mas, quando ele chegou, não tinha apanhado, de jeito nenhum.

Ele foi entregue para ser encaminhado ao 7º Esquadrão de Reconhecimento. O oficial que o levou já tinha servido no 7º e também estava servindo no Parque de Moto. Então levou o Gregório para o Parque de Moto. Ai, quanto à conversa do Gregório, eu quero voltar um pouco mais atrás. Ele disse que eu tinha dito ao General Justino Alves Bastos: "Esse sargento foi meu monitor no Colégio Militar". Verdade, eu disse isso: que era um bom sargento, muito querido dos alunos e dos oficiais. Não falei em professores. Não sei se ele era querido pelos professores. Eu era aluno do Colégio Militar naquela época. Ai, então, disse que eu tinha dito: "Hoje, eu tenho nojo dele". Eu não disse isso, de jeito nenhum.

Não é verdade, eu tenho pena, porque o Gregório tem tanta coisa para contar que é verdadeiro, por que é que vai mentir? Eu nunca vi um preso tão bem-comportado. Tudo o que a gente perguntava ele dizia, e não dizia mais do que aquilo. Aliás, se vocês conhecem o Gregório, é um método de trabalho dele. Então, ele foi para lá, eram 9h. Foi mandado por mim. É mentira dele, porque não foi o General Justino quem mandou. Quem mandou fui eu, porque eu tinha liberdade absoluta sobre os meus presos.

O General Justino não interferia de jeito nenhum. Mandei-o para o 7º Esquadrão. Isso foi no dia 2 ou 3 de abril, não tenho certeza. Eram 9h. Até então, eu não tinha ido almoçar em casa. Quando eu fui saindo para almoçar, 11h 30m, chega um sargento e diz: "Tá um carnaval lá em Casa Forte". Eu retruquei: "Então já existe outra revolução?" Até brinquei com ele: "Está fazendo uma revolução?"

ca pessoa que eu posso colocar numa prisão especial é o Paulo Freire. E ele está aí lendo, vendo televisão, ouvindo rádio".

P — O senhor disse, no seu discurso de despedida do serviço ativo, ter relutado em assumir a responsabilidade pela prisão de políticos. Por quê?

Gen. Ibiapina — Hoje, quem criou o moderno sistema de segurança, em que o Exército pode ter determinadas atribuições na área de segurança nacional, foi o Médico. Não foi nem o Castello. Naquela época, o que eu disse foi o seguinte: não era normal. Se não fosse um período revolucionário eu não poderia ter feito nenhuma prisão. Eu relutei porque não era normal. Mas aí, eu me convenci, porque, realmente, nós não estávamos num tempo normal. Logo depois, veio o AI-1 e ele começou a determinar coisas assim.

P — O senhor não ficava com os presos acima do prazo legal?

Gen. Ibiapina — Se você for verificar todo o meu inquérito, não encontra ninguém que tenha ficado mais de 30 dias e depois não tivesse ido para a auditoria, para ser julgado: libera ou continua. Ai era da lei. Ninguém ficou mais de 50 dias, a não ser determinados indivíduos que eu, como encarregado do inquérito, mandava liberar. Mas, se o auditor não quisesse, isso caía na área da Justiça. Não era mais problema meu.

"Julião não aceitava ficar com camponês"

P — Mas, o senhor não dava prisão especial para quem tinha direito. Era só por falta de prisões?

Gen. Ibiapina — Não, não podia pelo seguinte, por exemplo: o Paulo Cavalcanti, que era advogado, tinha direito a uma sala. Então, recolhe o Paulo Cavalcanti. Bom, aí, ele tem de ficar preso o tempo regulamentar. Tem de arrumar uma sala para cada um. Não tendo a sala, como se vai fazer? Tem de juntar com outro preso. O que ele reclamava é quando ele ia para dentro do xadrez. O Francisco Julião não aceitava ficar num lugar com o que ele chamava de camponês, o trabalhador rural.

P — Mas, por que ele não queria ficar preso com os camponeses?

Gen. Ibiapina — ele não ad-

fronto que houve entre dois candidatos militares à Presidência da República não prejudica a unidade do Exército?

Gen. Ibiapina — Eu não fui simpático à candidatura do General Euler Bentes. Eu gosto do Euler Bentes, mas não fui simpático, porque contraria a minha opinião desde o tempo do Castello. A minha opinião, naquela época, inicialmente, era de que deveria haver um candidato civil. Nem cogitei de quem. Eu era apenas um Tenente-Coronel, revolucionário sim, mas sem nenhuma ambição. O meu ponto-de-vista é de que o militar tem, como todo cidadão, o direito de se candidatar a qualquer cargo, mas pela eleição comum, isto é, a eleição direta. Por isso é que eu não fui simpático à candidatura do Euler, porque não era uma eleição direta. Eu gosto do Euler, mas não para vê-lo eleito Presidente da República, eleito assim, pelo processo indireto.

P — O senhor não acha que a permanência desse processo de eleição indireta de militares não poderia levar a desagregação aos quartéis?

Gen. Ibiapina — Vocês sabem para quem vocês deveriam fazer esta pergunta? A um morto; ao Castello. Ele definiu isso num discurso na Escola Superior de Guerra, que um capitão já citou por ai.

P — O seu relacionamento com o Presidente Castello Branco veio desde a época em que ele era Comandante do IV Exército?

Gen. Ibiapina — Não. É de antes. Antes da FEB.

P — Nós perguntamos sobre o seu relacionamento mais íntimo.

Gen. Ibiapina — Sim, antes da FEB já era mais ou menos íntimo, porque eu fui instrutor de Engenharia da Escola Militar e o Castello era o instrutor-chefe, o vice-diretor, subdiretor de Ensino. Então nós fizemos manobras juntos e nos ligamos muito; e ele acabou me chamando para o seu Estado-Maior, e daí começamos.

Depois, com aquela coisa do Clube Militar, na época do Humberto Freire de Andrade do Tasso de Freitas, amiudamos a nossa amizade, nos aproximamos mais ainda. Nesse período tivemos discussões demoradas sobre como seria feita a divulgação da sua revista. O meu ponto-de-vista era de que a revista poderia publicar o que quisesse; o camarada assinava e a responsabilidade era dele. O Castello tinha essa mesma opinião. Mas uma vez eu disse: Coronel, eu quero saber se o senhor está partindo só para isso ou está partindo para botar um novo pre-

General Ibiapina — Não sei. P — Porque no depoimento dele...

General Ibiapina — Não. O Lacerda se vendeu por ele mesmo. Nós temos que convir isso. Ele se perdeu por causa do seu radicalismo, não aceitava ninguém. Quero dizer, eu acredito que ele queria mesmo o Flexa Ribeiro para continuar mandando. Evidentemente, aí não pode. A nação não aceita.

P — É porque o candidato natural seria o Rafael de Almeida Magalhães.

General Ibiapina — É, o Magalhães. De maneira que o Lacerda se perdeu por causa dele mesmo. Ele era muito radical.

"Costa e Silva era muito inteligente e um homem muito íntegro"

P — O senhor cita no seu discurso de despedida do Exército o General Costa e Silva.

Gen. Ibiapina — Era um velho aberto, bom, que aceitava qualquer discussão. Ele apresentava a opinião dele.

P — E como foram as relações do senhor com o processo sucessório? Com quem o senhor ficou?

Gen. Ibiapina — Eu não tomei partido. Aconselhei, eu dei a minha opinião ao Presidente que não podia de jeito nenhum, naquela fase perder a coesão das Forças Armadas porque sei lá para onde a gente ia... Então não havia outra solução, agora era o Presidente Costa e Silva. Isso eu devo ter dito em 1º ou 2 de janeiro de 1966. Daí em diante não havia mais como, porque ele estando de um lado, tentou outro, não conseguiu e aí a liderança do Costa e Silva naquela época sem dúvida era muito grande. Ele era um homem extraordinariamente bom.

P — O General Mourão, no seu livro, acusa o Presidente Costa e Silva de ter insuflado a Vila Militar contra o Presidente Castello Branco.

Gen. Ibiapina — E' aqueles fatos deles eu não posso discutir porque eram longe, eram na Vila Militar, eu não sei. Sabia que no IV Exército não tinha a menor idéia de se levantar naquela época, era absolutamente castelista vamos dizer.

P — Apesar do senhor considerar o Presidente Costa e Silva extraordinariamente bom, o senhor não o achava desrenarado para

bém do pessoal estar conduzindo pelo mesmo caminho do Costa e Silva de que não é inteligente. Ele é inteligente, é capaz. Eu só acho que a tarefa que ele herdou é muito pesada, mas isso eu não me aprofundo não.

P — Há ambições importantes na área militar?

Gen. Ibiapina — Eu não tenho. Eu posso garantir que não tenho ambições, mas se existem outros com ambições não vai ser fácil praticá-las, porque o Figueiredo não vai dormir.

Nesse momento da entrevista, o General Ibiapina contou um fato interessante com o Presidente Figueiredo: — "Quando o Figueiredo e o Belfort, que era primo de Bethlem, também tenente na época, foram uma vez ao Jockey Club, deram-lhes umas éguas para batizar. Tocou para o Figueiredo batizar uma égua e essa égua passou a se chamar Ibiapina e ganhou muitos páreos bons no Rio de Janeiro".

P — Por que ele colocou o nome?

Gen. Ibiapina — Porque perguntaram que nome bota, não sei o quê, e tal... aí se lembraram Ibiapina. Eu pensava que era brincadeira. Quando cheguei lá disseram: "Ibiapina, batizaram uma égua com o seu nome. Quando foi daí a dois meses eles trouxeram o resultado do turfe: "Rapaz, olhe, a égua já está ganhando páreo". Brincadeira de tenente.

P — O que o senhor acha da cota compulsória e como vem sendo aplicada hoje?

Gen. Ibiapina — Boa. P — O senhor não se sentiu prejudicado?

Gen. Ibiapina — Não. Eu não tenho ambições. Eu sai lá do interior do Ceará, aprendi na escola primária da minha mãe e acabei general, dentro daquele princípio de que os meus defeitos eu não escamoteei e nem também reforcei as minhas virtudes, com o carreirismo, com a bajulação. Sempre fui eu mesmo e cheguei a General-de-Brigada. Então essa ambição de querer ser tudo não dá para todos mesmo. Cada ano só pode ter 10. Na minha turma da escola militar eram 290, 300.

P — O que o senhor acha do livro do General Hugo Abreu que agora no dia 23 vai ser lançado no Rio?

Gen. Ibiapina — Bom, eu estou esperando o livro. Diz que vai sair o livro...

P — Mas o senhor não concluiu sobre o General Hugo Abreu.

Gen. Ibiapina — Tive pena, porque o Hugo era um indivíduo muito digno. Para mim, dou mu-

normais. Tanto é que o paguei o Gregório pelo braço (ele disse que tinha três cordas; mas havia uma só e era um laço, até parece com o laço da fotografia de Tiradentes) e imediatamente tirei aquela corda, joguei fora, peguei o Gregório e levei para dentro do Volks. No que eu ia levando, apareceu um camarada que estava trabalhando numa posteação e ele, veio com um metro e meio de fio, e disse assim: "Deixe só um minutinho, que eu passo o fio no pescoço dele e fim". Era um tarado. Querla enforcar o Gregório naquela hora. Eu acho que o Gregório, tremeu, porque eu estava segurando no braço dele e senti. Ele ficou com medo que eu autorizasse sabia lá o que poderia acontecer ali, não é? Eu até dei um puxão no sujeito e levei-o rapidamente. Ele disse que foi o Justino que mandou tirá-lo de lá. Não foi nada disso; o Justino só soube depois. Esses dois rapazes que me levaram lá tinham fama de comunistas. E, então, correu rapidamente o boato de que o Coronel Ibiapina tinha sido sequestrado pelo Gregório e dois comunistas. E andaram me procurando mesmo, porque eu não avisei nada. Pois bem, o Gregório conta lá, que bateram nele com barra de ferro. Não posso acreditar nisso. Ele não tinha sinal nenhum.

P — Por que ele foi "passeado" então?

Gen. Ibiapina — Porque ele tinha sido levado para o quartel que não era o que eu tinha mandado e lá, realmente, "passearam". Isso é fato notório. Mas ele não teve ácido de bateria no pé. O que ele teve foi o seguinte: qualquer um de nós, se andar no asfalto quente, como ele andou, vai sofrer bolha mesmo. E ele tinha bolhas nos pés. Ele ficou deitado no chão e veio o cabo enfermeiro fazer o primeiro curativo nele. Foi o único curativo, porque não precisou mais.

P — Quem "passeou" o Gregório foi o Major Darcy Vilocq, não é verdade?

Gen. Ibiapina — É, foi realmente nesse pequeno intervalo. O que se passou lá, eu sinceramente não acredito no que o Gregório está dizendo. Nunca houve nenhuma violência.

P — Qual a finalidade do "passeio"?

Gen. Ibiapina — A finalidade nunca foi esclarecida. Quem sabe disso é ele, (Vilocq), ele era o Comandante. Essa parte aí já foi suficientemente falada. O que eu não acredito é na entrevista. Acredito que o Gregório poderia falar rigorosamente a verdade, o que aconteceu lá.

P — Ele admite que teria sido o senhor o responsável pelo "passeio"?

Gen. Ibiapina — Ele não disse isso não. Ele disse que eu fui lá, mandei desamarrear, dar café para ele (eram mais ou menos nove horas da manhã). Ele tomou café, comeu à vontade e não tinha nem edema nos braços. Era um amarrado para segurar, mesmo porque ele disse que um soldado deu uma coronhada nele. Não tinha soldado.

revolução? Até que eu me lembrei: "Esta é em outra direção? Me conta, para ver se eu vou aderir ou vou ficar com esta". Então, o sargento esclareceu: "É o Gregório que está passando em Casa Forte".

Eu mudei imediatamente a minha orientação. Havia dois rapazes lá comigo, dois irmãos com um Volkswagen novinho e eu tinha até pedido para eles me levarem em casa.

Aí eu lhes disse: "Não vamos para casa não, vamos rapidamente até Casa Forte". Aí fui à Casa Forte e, realmente, encontrei o Gregório passeando, embora não fosse esse negócio de enforcado. Aí, eu tomei imediatamente o Gregório, meti-o dentro do Volkswagen, e levei embora para o 7º Esquadrão, que era para onde ele tinha sido designado.

Se vocês pegarem a **Manchete** daquela semana, vão encontrar o Gregório Bezerra sentado (eu estou ali perto, até desarmado). Tinha dois soldados, que estavam ali para receber o Gregório, para conduzir para o xadrez. Foi então um cabo do Esquadrão que pediu para tirar uma fotografia. Ele tirou a fotografia. Era também um repórter, além de cabo, desses eventuais, da **Manchete**. Pegou um furo bonito. O Gregório estava sentado, de calção, e a fotografia era grande, um close, é dava para ver que ele não estava sangrando, nem nada. Aquilo foi no momento em que nós chegamos. Qualquer sujeito que sangue, tá ali ó. É preto e branco, mas daria para apresentar. O Gregório estava limpinho, prova de que ele não apanhou do jeito que ele disse.

"Paulo Freire estava em prisão ultra-especial"

P — Mas o senhor não recebeu nenhuma denúncia de sevícia de preso político?

Gen. Ibiapina — Diretamente a mim, nunca. É uma coisa que eu sempre perguntava. O Paulo Cavalcanti diz que eu tinha uma presença nas prisões. Realmente, eu tinha uma presença nos xadrezes. Não para fazer o que ele diz, mas para saber como iam as pessoas. Naquela época, o tratamento de alimentação era igual ao do soldado. E tem melhorado muito a alimentação do soldado, de lá para cá. Portanto, o preso, hoje, se tiver alimentação de soldado, está muito bem tratado. Naquela época, era possível que não fosse boa. Aliás, foi uma coisa que o General Ernesto Geisel, depois de verificar tudo, me perguntou: "Não dá para dar a cada um desses presos uma prisão especial?" Nessa época, quem estava em prisão ultra-especial era o Paulo Freire. Estava dentro da biblioteca do quartel. Então eu disse para ele: "Não tem como, as prisões que me entregam são estas que o senhor está vendo aí. A úni-

Gen. Ibiapina — ele não admitia de jeito nenhum. Ele também estava separado, logo que chegou. E um dia, o pessoal ficou chateado. Um deles ia passando e eu perguntei aos camponeses: "este é Francisco Julião vocês conhecem bem?" "Conhecemos", eles responderam. E aí eu disse: "Pois bem, ele não quer, de jeito nenhum, ficar aqui com vocês". O pessoal do Engenho da Galiléia, onde ele tinha ido muitas vezes, ficou chateado com ele. E a fazenda do Julião é conhecida como a que tinha o pior cambão de Pernambuco. Não sei se vocês sabiam disso. Era o pior cambão de Pernambuco. Uma vez, até a Secretaria de Segurança Pública botou um caminhão cheio de gente para ir à fazenda dele e ele reclamou: "Não aqui não tem evasão, não". Naquele tempo era comum haver evasão.

P — E as suas visitas aos presos?

Gen. Ibiapina — Todos os dias, eu ia. Na companhia de guardas, por exemplo, todos os dias eu ia a cada um dos xadrezes, para saber se tinha alguém doente, se estava todo mundo bem, qual era a queixa de cada um.

P — O senhor acha que houve muito engano nas prisões, em 64?

Gen. Ibiapina — Houve. A quantidade de gente que tinha determinada consistência, era muito pequena. O preso vinha de muitas origens. Por exemplo: o Secretário de Segurança ouvia e dizia: "Manda lá pro Recife". Aí, chegava no Recife. As vezes eu tinha de liberar, porque não havia nada contra ele.

P — Na sua época chegou a haver choque armado entre subversivos e o Exército, tal como aconteceu depois de 69?

Gen. Ibiapina — Não, não chegou a haver. Nunca houve reação. A minha conduta sempre foi contra as injustiças. Então, quando houve a Revolução de Março de 64, o problema era aquele choque entre o pessoal do campo e o pessoal da alta administração das classes produtoras.

P — E o senhor dava apoio às classes produtoras?

Gen. Ibiapina — Não, nunca. Até houve um fato interessante. Não posso, agora, relatar os nomes. Mas eu prendi um usineiro que maltratou um camponês e tocou fogo no seu barraco. Eu mandei prendê-lo às 5h de uma sexta-feira, só para ele ficar preso até segunda, quando eu ia ouvi-lo. Era um usineiro de Escada. Eu sabia que eles iam consentar a casa, mas o golpe era fazer ele ficar um pouco no xadrez. As vezes, não faz mal nenhum experimentar um xadrez.

"Não queria ver o Euler Presidente por processo indireto"

P — É conhecida a sua simpatia pelo General Euler Bentes. O senhor acha que esse tipo de con-

dição para botar um novo presidente no clube, porque aí eu estou fora. Eu votel no novo presidente e não quero tirá-lo, que era o Estilac.

Eu falei ainda para o Castello: o presidente Estilac eu não quero tirar. O que podemos fazer é nos prevenir para uma próxima eleição, porque, para mim esse era intocável.

Depois o Castello entrou em outra luta de presidência do Circulo Militar e perdeu. Aí então, nós trabalhamos juntos de novo, e depois quando ele era Comandante do IV Exército. Aí o nosso relacionamento foi mais íntimo, humano, conversando e discutindo, mesmo depois e durante todo o tempo em que ele meiodiu entre essa ligação e a Revolução. Toda vez que ele passava pelo Nordeste me convocava no aeroporto ou outro lugar para conversarmos. Tinha muita admiração por ele.

P — E depois, quando o Castello foi Presidente, o senhor continuou conversando muito com ele.

General Ibiapina — Por carta.

P — Só por carta?

General Ibiapina — Não. Todas as vezes que ele vinha ao Recife nós juntávamos ou almoçávamos juntos e tínhamos muitas horas para conversar. Ele nunca perdeu aquele jeito simples. No Recife, por exemplo, todas as vezes que ele ia lá, reservava quatro horas livres para visitar os parentes, que era tudo gente pobre e ele ia sem segurança, o que me dava muita preocupação, porque era uma área perigosa. O Presidente da República num bairro daqueles bem pobre mesmo, quase mocambo mesmo, sozinho, não pode. Não pode ser desconhecido. Mas ele nunca aceitou segurança muito aproximada. Isso era feito com muita reserva. O Presidente Castello era doente por causa dessa democracia.

"Lacerda se vendeu por ele mesmo"

P — O Carlos Lacerda disse uma vez que o Presidente Castello quis enfraquecer, minimizar a liderança dele, para que ele, Castello, ficasse com mais liderança. Qual a opinião do Presidente Castello sobre o Lacerda?

General Ibiapina — Olha, inicialmente era muito favorável. Aí o pessoal dizia que ele queria fazer o Lacerda Presidente, e eu acho que inicialmente ele pensou nisso mesmo, mas logo depois viu que estava errado e desistiu. Pensou num outro civil, o Bilac Pinto. O Bilac Pinto foi então ser Embaixador na França. Foi outra desilusão. Então aí o Presidente já estava com a partida perdida. Na época já era 66 e meio.

P — Aí nas relações dele com o Lacerda não houve o dedo do General Golbery?

extraordinariamente bom, o senhor não o achava despreparado para assumir o Governo, substituindo o Presidente Castello Branco?

Gen. Ibiapina — Não. Criaram uma imagem de que o Costa e Silva não era inteligente. O Costa e Silva era muito inteligente e era um homem muito íntegro.

P — Mas ele não conseguiu controlar a situação.

Gen. Ibiapina — Mas aí foi outro problema. Não sei não.

P — O General Moniz Aragão fez acusações públicas contra familiares do Presidente Costa e Silva.

Gen. Ibiapina — É. Não foram contra o Costa e Silva. E' por isso que eu digo que não conhecia os familiares do Costa e Silva, portanto não me manifesto a respeito. Eu conheci o Costa e Silva de conversar com ele, na intimidade, era um homem extraordinário e morreu pobre. Não deixou nada. A herança que deixou era bem pequena. Todo mundo defende o Costa e Silva que eu conheço. O Costa e Silva Presidente, o Costa e Silva Comandante, o Costa e Silva oficial. Era um gaúcho extraordinário.

P — Uma vez ele disse: "Vou e volto Ministro".

Gen. Ibiapina — Ele poderia dizer isso porque ele tinha certeza que o Castello não ia substituí-lo. Acho que disse nesse sentido, assim, porque havia uma lealdade extrema entre os dois. Uma camaradagem, uma lealdade extrema. Eu não acredito de jeito nenhum que a Vila Militar ou outra parte do Exército fizesse com Costa e Silva no comando qualquer movimento contra o Castello. Aliás, parece que uma vez ele disse: "Passam por cima do meu cadáver". Isso não era gauchada não. Era coisa séria de gaúcho, porque ele gostava do Castello, tinha admiração pelo Castello. E o Castello por ele, como homem, como companheiro.

O Castello de jeito nenhum ia demiti-lo na ausência dele. Negativo.

"Hugo era um indivíduo muito digno"

P — E o Presidente Figueiredo, pode-se acreditar nas promessas dele?

Gen. Ibiapina — Eu acho que tem que acreditar. Ele tá dizendo isso é para valer. Eu conheço o Figueiredo desde a Escola Militar.

P — O senhor é da turma dele?

Gen. Ibiapina — Não, eu sou mais moderno. Naquele tempo a Cavalaria custava muito a ser promovida. O Figueiredo já era primeiro-tenente quando eu cheguei lá e eu era também primeiro-tenente. Eu recém-promovido e ele já devia ter uns seis ou sete anos no posto quando eu fui promovido. Sempre fomos bons companheiros lá na Escola Militar e depois na vida militar toda. E' um homem direto, é inteligente, apesar tam-

"Esconderam gente do Partido lá no Seminário de Olinda"

P — Como foram seus contatos com D Hélder Camara?

Gen. Ibiapina — Uma vez o Severino Sombra fazia um discurso e afirmava: "Precisamos de uma revolução profunda, uma revolução que derrame sangue", e eu me lembro bem de D. Hélder balançando a cabeça, como bom cristão. E o Severino Sombra estava na regra dele. Esse foi o contato com D. Hélder. Depois ele foi para o Rio e eu nunca mais tive contato com ele. Fui ter de novo depois da Revolução, quando o Presidente Castello me pediu para procurar Dom Hélder Camara para ser o elemento de ligação entre ele e o Exército. Quer dizer, o Castello teria dito a ele antes de sair do Rio, que me procurasse para isso também, para qualquer coisa que houvesse e tal. Então o Hélder chegou lá e o Castello me cobrou.

O Hélder não apareceu ainda? "Não".

"Então ele vai-lhe procurar". Mas esse vai-lhe procurar, acabou eu o procurando. E ele me disse: "Não tem nada, eu sei que o Presidente Castello me disse para lhe procurar, mas não há nada de mais, está tudo na santa paz, mas se houver qualquer necessidade eu vou-lhe procurar".

— Depois até que houve. Esconderam gente lá no seminário de Olinda. Esconderam elementos comunistas, gente mesmo do Partido. Havia o perigo de a gente ter que pegar os homens lá mesmo e, mesmo assim, o Hélder Camara não me procurou. Eu é que fui procurá-lo e dizer para ele que verificasse logo de uma vez se era verdade ou não, porque era meio desagradável a gente ter que fazer uma batida e pegar, porque o pessoal estava lá mesmo. Mas aí ele nunca mais me procurou.

P — E o Padre Alípio?

Gen. Ibiapina — O Padre Alípio nunca esteve propriamente comigo. Ele foi preso, porque o inquérito meu era de triagem. Chegavam as denúncias da área rural, lá do encarregado. Se era da área de estudos, val para a área de estudos. Subversão mesmo, na área política, que era a minha. Então o Padre Alípio, ele tinha sido subversivo na área rural.

P — E ele era subversivo de pregação mesmo?

Gen. Ibiapina — Não. O Padre Alípio era vigarista. Tinha muita vigarice nesse meio. Os caras comunistas não tinham nada.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

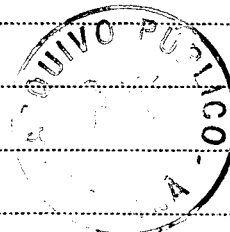
SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Ex-preso político denuncia torturas e aponta os nomes

Jornal do Brasil 21/04/79

Belo Horizonte — O ex-preso político Porfirio Francisco de Souza denunciou ter sido torturado nas duas vezes em que esteve preso, a primeira por um tenente e um sargento da PM e, na outra, por dois oficiais do Exército, que contaram com a assistência do delegado Tacir Meneses Cia, atual superintendente da Polícia Civil e que, na época, era subdelegado do DOPS.

O Deputado Genival Tourinho, do MDB, disse que os dois oficiais apontados — o Capitão João Câmara Gomes Carneiro e o Tenente Marcelo Paixão Araújo — comandaram todas as sessões de tortura em Belo Horizonte, entre os anos de 1968 e 1969, contando com o auxílio do civil Afonso Araújo Paulino, presidente do *Jornal de Minas*, o ex-*O Diário*.

PRISÃO E TORTURAS

O representante comercial Porfirio de Souza, hoje com 54 anos, foi preso, em 1964, dois dias após a Revolução, juntamente com outros seis líderes sindicais de Montes Calros, onde era presidente do comitê local do Partido Socialista Brasileiro. Presidia, também, o Conselho Sindical do Norte de Minas e o Grupo dos Onze Cabo antana. Levado à Peni-

tenciária de Neves, foi, segundo conta, "barbaramente torturado, com choques elétricos, pau-de-arara e espancamentos, durante os interrogatórios conduzidos pelo tenente Pereira e sargento Pedro, ambos da PM". Quatro meses depois, foi liberado.

Novamente preso em 1969, foi levado ao Departamento de Instruções da PM, e, depois, a Neves, onde ficou cinco meses, sofrendo torturas nas mãos de militares da PM. Depois, foi para o Colégio Militar, em Belo Horizonte: "Ali, fui torturado pelo Capitão João Câmara Gomes Carneiro e pelo Tenente Marcelo Paixão Araújo, durante quase 30 dias". Depois de passar por duas delegacias policiais da cidade, Porfirio foi levado para o DOPS, onde ficou cinco meses.

"No DOPS" — conta o ex-preso político — "me submeteram a diversos tipos de tortura, com o pau-de-arara, choque elétrico, cadeira do dragão, cassetete elétrico, espancamento nos órgãos genitais. Todas as sessões de interrogatório eram presididas pelo Capitão Gomes Carneiro e pelo Tenente Marcelo Paixão e assistidas pelo então subdelegado do DOPS, Tacir Me-

neses Cia, que dava boas gargalhadas".

O Deputado Genival Tourinho, que foi advogado de presos políticos, disse que "o Capitão Gomes Carneiro e o Tenente Marcelo Paixão, ajudados pelo atual presidente do *Jornal de Minas*, Afonso Araújo Paulino, espalharam o terror em Minas, prendendo e torturando todos os suspeitos de atividades subversivas". Os militares estavam ligados ao DOI-CODI e o Deputado Genival Tourinho conta que "cheguei a denunciar, como advogado, essas torturas ao Coronel Fernando Cúcio Neto, na ID-4".

"MISSÃO PAJUSSARA"

"O comandante da Missão Pajussara — operação contra o núcleo guerrilheiro do ex-Capitão Lamarca no sertão baiano — foi o Almirante Héleno Nunes, atual presidente da CBD. No dia em que Lamarca morreu, 17 de setembro de 1971, ele estava em Brotas de Macaúbas". A acusação foi feita pelo escrivão da polícia de Macaúbas, Rosalvo Machado Rocha, que depois em Salvador como testemunha de defesa no processo de Oiderico Campos Barreto, que teve um irmão morto em companhia do líder guerrilheiro.

PT 1590.131

Pasta Presos Políticos

12



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

Sexta-feira, 20 de abril de 1979

SE

Alfredo Paulo
Médico da UFMG

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**orientou tortura,
dizem ex-presos**

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Os ex-presos políticos que participaram do debate promovido pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia, de Minas, em comemoração ao Dia Nacional da Anistia, anteontem, denunciaram o médico francês Jean Paul, professor do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, como o responsável pelo "acompanhamento das torturas nas prisões". De acordo com a denúncia dos ex-presos políticos, Jean Paul orientava os torturadores em Minas sobre o limite da capacidade de tolerância de cada um dos presos às sevícias, para evitar, assim, que eles morressem "sem contar o que sabiam".



Segundo a ex-presa Dalci Ricas, presente ao debate, o "médico Jean Paul, quando esteve presa, lhe recomendou repouso porque o excesso de choques que havia recebido havia prejudicado uma de suas pernas". Em seu depoimento ontem, Dalci afirmou: "Enquanto eu mantinha a perna esticada na cama, os torturadores me davam choques nos braços, e ainda me insultavam quando eu repuxava a perna, por causa dos choques. E, clinicamente, me lembravam que o médico tinha recomendado repouso da perna".

*Porta
Perto Tortura*

Outros ex-presos relataram experiências que tiveram com a prisão e os interrogatórios, denunciando, cada um, as torturas de que teriam sido vítimas. Porfírio Francisco de Souza, o mais velho entre os ex-presos, com 57 anos, afirmou, em tom dramático, que "nem na Idade Média, os algozes foram tão desumanos".

Com unanimidade, os ex-presos consideraram que "o período mais cruel da tortura foi o final do governo Costa e Silva e todo o governo Médici, época em que, eles enfatizaram, o governo alcançou um estágio de força absoluta".

José Ami Pinheiro, ex-presos político no Ceará, comparou a situação do seu Estado à de Belo Horizonte, para afirmar que "no nordeste, as condições enfrentadas pelo preso não eram diferentes, e muitas vezes, era até pior". "A gente era preso — ele disse — passava meses sendo interrogado e torturado, para formação do processo, e depois, por faltas de provas, só podíamos ser condenados a quatro meses de prisão. Isso por que não absolviam a gente, de vergonha, para não desmascarar a repressão".

Em seu depoimento, José Pinheiro ainda denunciou que "muitos presos morreram no Ceará, em virtude das torturas. E citou os casos de Lincoln Cordeiro Oeste, Lincoln Bicalho Roca, Luiz Guillardino e Carlos Nicolau Daniel. Todos segundo ele, mortos no período do governo Médici".

O presidente do CBA-MG, Alberto Duarte, concluiu a solenidade, realizada no auditório da Faculdade de Direito, afirmando que "quem praticou e pratica o terrorismo no Brasil é o governo. Subversivo, também, é o governo — acrescentou — porque nós não derrubamos o governo legalmente constituído. Quem o fez foram eles".

PT 1590.154

Estado de São Paulo



Estado d

NOM

FILIA

PROFI

RESID



Telefotos Estado

Decisão final para Theodomiro sairá na próxima semana

Na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, Theodomiro Romeiro dos Santos espera agora a liberdade, depois de ter sido condenado à morte em 1971 sob a acusação de ter assassinado um sargento da Aeronáutica

Da sucursal de SALVADOR

Somente terça ou quarta-feira, depois de aprovar em reunião ordinária a ata da sessão anterior, o Conselho Penitenciário da Bahia encaminhará ao juiz-auditor da 6ª Região Militar o processo do preso político Theodomiro Romeiro dos Santos, a quem concedeu antea-tem, por unanimidade, liberdade condicional. Pelo seu curso normal, o processo chegará ao juiz Arnaldo Ferreira Lima na próxima semana, e a ele caberá a decisão final, depois do parecer do promotor militar.

Se o juiz mantiver a liberdade condicional, o processo voltará ao Conselho Penitenciário que, por sua vez, fará uma sessão de liberação solene para entregar a Theodomiro uma caderneta com as imposições do juiz para ele cumprir a condicional. No caso de presos comuns, essas sessões de liberação são feitas na própria penitenciária Lemos de Brito; desta vez, no entanto poderá ser mesmo na sede do Conselho.

SEM SURPRESA

Theodomiro Romeiro disse ontem na prisão não ter recebido com surpresa a decisão do Conselho Penitenciário. Ele já a esperava, levando em conta que juridicamente tudo estava a

seu favor, inclusive as informações sobre comportamento na prisão fornecidas pelo sistema carcerário. Para chegar à liberdade condicional, ele percorreu um longo caminho desde sua condenação à morte em 1971, acusado de matar um sargento da FAB, Walder Xavier de Lima, no final do ano anterior. Ainda em 1971, depois de intensa repercussão da condenação, o STM comutou a pena de morte para prisão perpétua. Em 1974, o Supremo Tribunal Federal transformou a prisão perpétua em 30 anos. Além dessa pena, no entanto, Theodomiro havia sido condenado em mais dois processos, nos quais foi acusado de tentativa de reorganização de partido clandestino e assalto a banco, totalizando 48 anos.

Com o advento da nova Lei de Segurança Nacional, as penas foram adaptadas, sendo reduzidas para 16 anos, seis meses e 25 dias. No início da semana, a pedido da advogada Ronilda Noblat, o juiz-auditor unificou as penas ao mesmo tempo em que o pedido de liberdade condicional chegava ao Conselho Penitenciário. No caso, a unificação é um pré-requisito à condicional. Theodomiro já cumpriu oito anos e meio, mais da metade da pena, e com isso habilitou-se à liberdade condicional.

*Peter
P. Santos*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Documento denuncia torturas

Volta São Paulo - 19/04/79

Os 14 presos políticos que cumprem pena no Rio divulgaram ontem um extenso documento destinado, especialmente, à comissão do MDB que está levantando casos de tortura para justificar a CPI dos Direitos Humanos, com os nomes das pessoas que, segundo eles, os torturaram e as circunstâncias em que teriam se dado essas torturas. O documento, com 52 páginas, relaciona 251 nomes de oficiais das Forças Armadas, policiais civis e militares.

O documento foi distribuído pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e cópias foram endereçadas à Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e ao Movimento Feminino pela Anistia. O documento é assinado por Alex Polaris Alverga, Antônio Pereira Matos, Carlos Alberto Sales, Gilney Amorim Viana, Hélio da Silva, Jesus Paredes Soto, Jorge Santos Odria, José André Borges, José Roberto Gonçalves de Resende, Manoel Henrique Ferreira, Nelson Rodrigues, Paulo Henrique Oliveira da Rocha Lins, Paulo Roberto Jabour e Perly Cipriano.

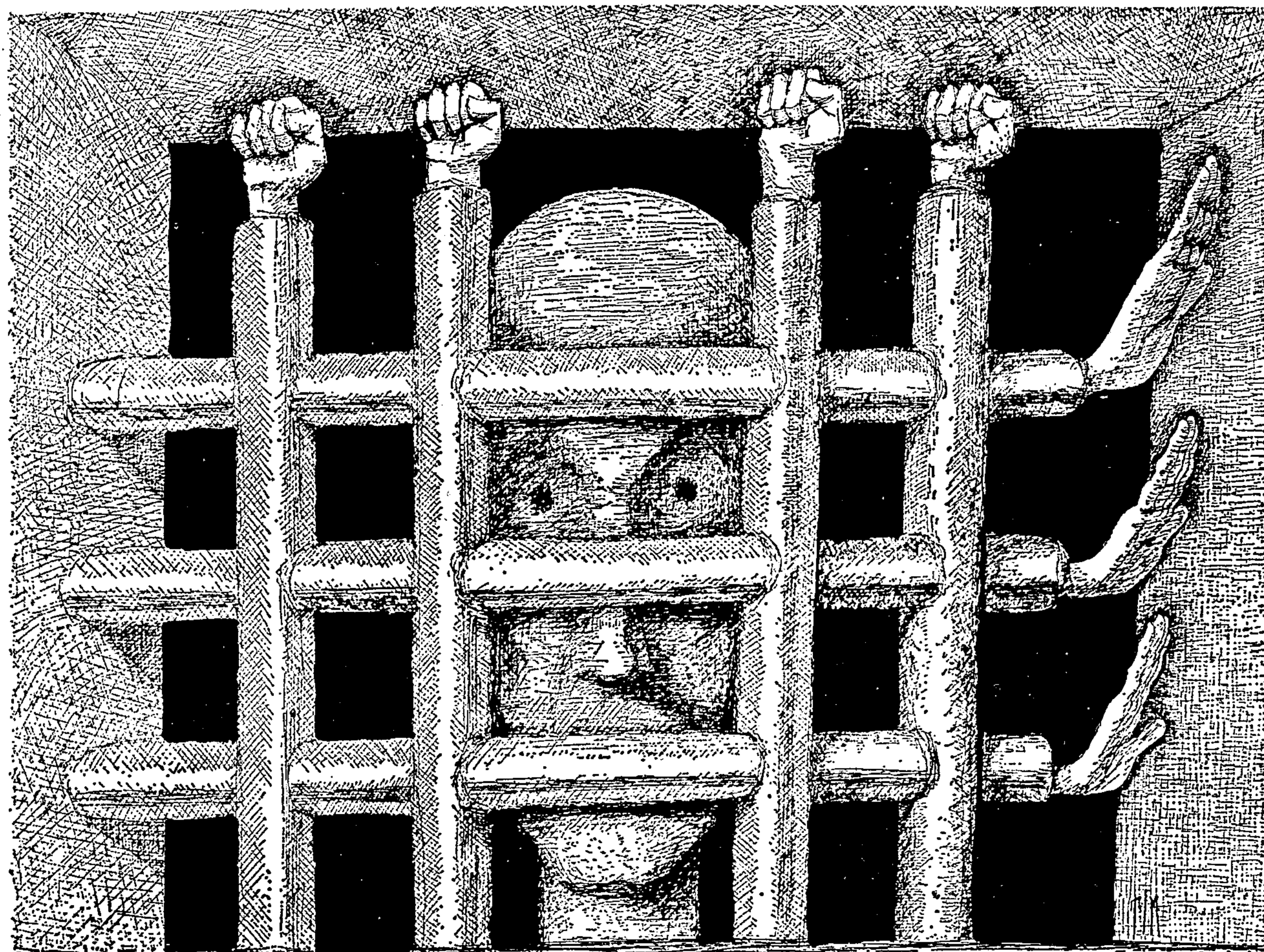
Dividido em 10 partes, o documento analisa a situação política nacional, afirmando a necessidade da anistia ampla e irrestrita e da instalação da CPI dos Direitos Humanos, já que "toda a máquina de tortura e repressão está intacta. Há um histórico das condições em que cada um deles foi preso e segundo eles torturado, os métodos empregados, três listas de torturadores — uma com os que segundo eles participaram diretamente das torturas de cada um dos 14 signatários, outra com os nomes de pessoas que cada um deles testemunhou em torturas de outros presos e a terceira com os nomes dos torturadores que eles ouviram de outros presos — e alista dos locais onde estiveram presos e disseram ter sofrido torturas.

Há ainda lista de presos que teriam sido assassinados na prisão e 82 desaparecidos, alguns dos casos detalhados através de testemunhos oculares de alguns dos signatários como é o caso de Stuart Edgar Angel, segundo Alex Polaris Alverga visto por ele na Base Aérea do Galeão sendo supliciado por oficiais da Aeronáutica.



*Postar
Furos
Paltira*

ALEX POLARI



Emilia Silveira

EX-ESTUDANTE, ex-morador do Leme, pai de um menino de dois anos, alvo de torturas e espectador de mortes e mutilações, errante das mais diversas dependências carcerárias, preso político e poeta, são rápidos traços da biografia de Alex Polari, um jovem de 28 anos que só conheceu a liberdade até os 19. Mas a privação do direito de ir e vir foi substituída, com o tempo, pela capacidade de ultrapassar as grades através da sua arte. O primeiro passo foi a organização em livro de um rico calhamaço de textos poéticos escritos depois do impacto dos quatro primeiros anos em uma cela. Com o trabalho nas ruas, figurando em poucos meses como exceção no mercado livreiro pelo rápido esgotamento da primeira edição, uma parte de Alex Polari estava em liberdade.

Mas ao mesmo tempo em que o livro era elaborado, um grupo heterogêneo tinha acesso aos textos e ficou claro que ali estava o depoimento pessoal sobre a experiência de uma geração. No ano passado, antes da publicação, Roberto Nascimento musicou Bula pra Sonambulo, Despertar e Projeto Bucaneiro para o Dia da Anistia. Stepan Nercessian ouviu, me-

ses mais tarde leu outros poemas e ali foi jogada a semente de Meu Companheiro Querido, onde o texto do poeta tomou forma de espetáculo através do roteiro de Stepan Nercessian e Roberto Nascimento, que também é autor das músicas.

Sem estar ainda em cartaz o trabalho já tem uma história extra-artística que tomou as páginas dos jornais. Percorrendo com relativa rapidez os corredores de órgãos oficiais, acabou por representar um marco na história da censura em nosso país.

Submetido à seção regional do Departamento de Censura Federal no dia 26 de março, Meu Companheiro Querido teve cassada a sua carreira no Rio de Janeiro através de ofício que concluía dizendo que "a peça foi vetada por unanimidade por contrariar o Artigo 41 do Decreto nº 20 493 de 1946". Restava o recurso de pegar o primeiro avião da ponte aérea e ir a Brasília submeter o texto à instância superior.

Chegando lá com o trunfo de declarações do Ministro da Justiça publicadas na mesma semana da proibição, de que a censura no teatro e no cinema passaria a ser regida por outros critérios, restava perguntar que critérios? No mesmo dia os líderes Paulo Brossard,

do MDB, e Nelson Marchezan, da Arena, receberam uma nota dos autores do espetáculo lida em plenário, e imediatamente endossaram a reivindicação de liberação, encaminhando-a ao Sr. Petrólio Portella.

Durante toda essa semana e a seguinte, os esforços para a liberação do texto ficaram restritos aos bastidores do Ministério da Justiça. A discussão geral da censura voltava a ganhar espaço até que terça-feira o novo diretor do Departamento de Censura deixou claro que Meu Companheiro Querido tinha o sinal verde. Os artistas poderiam se comprometer com um teatro, contratar um diretor mas ainda teriam de cumprir uma nova etapa. Dependiam da barreira do ensaio geral. Entretanto, a apreensão dessa liberação condicional foi dissipada pela velocidade dos acontecimentos. Na mesma tarde o Sr. José Vieira Madeira, ao lado do Ministro da Justiça, deixava claro que chegava ao fim a censura política.

Do outro lado das declarações oficiais, Alex Polari está formalmente impedido de participar da elaboração do espetáculo. O seu texto não ultrapassa as grades do saguão do presídio Lemos de Brito. Os poemas estão liberados, sua obra está em liberdade desde que outros tomem a iniciativa de assumi-la.

O POETA EM LIBERDADE

REQUERIMENTO CÉLESTE
COM DIGRESSÕES JURÍDICAS

Resolvi denunciar às ameaças de Marte (caso elas existam) a minha *sui generis* situação jurídica de condenado duplamente à prisão perpétua, olvidado em várias esferas, absolvido em uma das vidas e esperando recurso da outra e tendo ainda por cima além de certas transcendências sustadas mais quarenta e quatro anos de reclusão a descontar não sei de qual existência.

Resolvi, portanto, romper meu silêncio de quase seis anos e denunciar em outros astros a situação atroz que aqui prevalece tendo o Ministério Público

O TORTURADOR

Ó, torturador difere dos outros por uma patologia singular — ser imprevisível val da infantilidade total à frieza absoluta.

Como vivem recebendo elogios e medalhas como vivem subindo de posto, pouco se importam pelos outros. Obter confissões é uma arte o que vale são os altos propósitos o fim se justifica, mesmo pelos meios mais impróprios.

Além de tudo, ó torturador, agente impessoal que cumpre ordens superiores no cumprimento de suas funções inferiores

Um sentido totalmente diferente de existir se descobri ali, naquela sala.

Um sentido totalmente diferente de morrer se morre ali, naquela sala. Eles queimaram nossa carne com os fios e ligaram nosso destino à mesma eletricidade. Igualmente vimos nossos rostos invertidos e eu testemunhei quando levaram teu corpo envolto em um tapete.

Então houve o percurso sem volta houve a chuva que não molhou a noite que não era escura o tempo que não era tempo o amor que não era mais amor a coisa que não era mais coisa nenhuma.

Entregue a perplexidade como estas

O POETA EM LIBERDADE

REQUERIMENTO CÉLESTE COM DIGRESSÕES JURÍDICAS

Resolvi denunciar às ameaças de Marte
(caso elas existam)
a minha *sui generis* situação jurídica
de condenado duplamente
à prisão perpétua,
olvidado em várias esferas,
absolvido em uma das vidas
e esperando recurso da outra
e tendo ainda por cima
além de certas transcendências sustadas
mais quarenta e quatro anos de reclusão
a descontar não sei de qual existência.

Resolvi, portanto,
romper meu silêncio de quase seis anos
e denunciar em outros astros
a situação atroz que aqui prevalece
tendo o Ministério Público
pedido duas vezes a minha condenação à morte.

~~Assim sendo, continuo sem qualquer
culpa, não minha condenação~~
à danação perpétua
neste pedregulho
cheio de poluição,
ditaduras e injustiças
que convencionaram chamar planeta
em eterna órbita
sem ternura ao redor
de uma estrela de quinta grandeza.

Nestes termos,
em lugar sobremaneira ermo,
pede deferimento
com o corpo cheio de feridas
o suplicante
irrecuperável militante
desta província celeste
encravada entre nebulosas
e sentimentos mais nebulosos ainda.

OS APARELHOS

Dentro de um aparelho
parta do princípio
que tudo pode ser encontrado
igualzinho a um sótão:
uma roupa ou um disfarce
a garrucha de algum pirata
a edição rara de algum autor famoso
esgotada há séculos
o sentimento ao mesmo tempo
mais sólido
e mais distante.
(A paixão e a paranóia coabitavam
em velhas casas de subúrbio.)

OS PRIMEIROS TEMPOS DE TORTURA

Não era mole aqueles dias
de percorrer de capuz
a distancia da cela
à camara de tortura
e nela ser capaz de dar urros
tão feios como nunca ouvi.

Havia dias que as piruetas no pau-de-arara
pareciam ridículas e humilhantes
e nus, ainda éramos capazes de corar
ante as piadas sádicas dos carrascos.

Havia dias em que todas as perspectivas
eram *pra* lá de negras
e todas as expectativas
se resumiam à esperança algo cética
de não tomar pauladas nem choques elétricos.

Havia outros momentos
em que as horas se consumiam
à espera do ferrolho da porta que conduzia
às mãos dos especialistas
em nossa agonia.

Houve ainda períodos
em que a única preocupação possível
era ter papel higiênico,
saber o nome do carcereiro de dia,
ficar na expectativa da primeira visita,
o que valia como um aval da vida,
um carimbo de sobrevivente
e um *status* de prisioneiro político.

Depois a situação foi melhorando
e foi possível até sofrer,
ter angústia, ler
amar, ter ciúmes
e todas essas outras bobagens amenas
que aí fora reputamos
como experiências cruciais.

O TORTURADOR

Ó, torturador
difere dos outros
por uma patologia singular
— ser imprevisível
vai da infatigabilidade total
à frieza absoluta.

Como vivem recebendo
elogios e medalhas
como vivem subindo de posto,
pouco se importam pelos outros.
Obter confissões é uma arte
o que vale são os altos propósitos
o fim se justifica,
mesmo pelos meios mais impróprios.

Além de tudo, ó torturador,
agente impessoal que cumpre ordens superiores
no cumprimento de suas funções inferiores,
não está impedido de ser um pai extremoso
de ter certos rasgos
e em alguns momentos ser até generoso.

Além disso acredita que é macho, nacionalista,
que a tortura e a violência
são recursos necessários
para a preservação de certos valores
e se no fundo ele é um mercenário
sabe disfarçar bem isso
quando ladra.

Não se suja de sangue
não macera nem marca,
(a não ser em casos excepcionais)
o corpo de suas vítimas,
trabalha em ambientes assépticos
com distanciamento crítico
— não é um açougueiro, é um técnico —
sendo fácil racionalizar
que apenas põe a serviço da pátria
da civilização e da família
uma sofisticada tecnologia da dor
que teria de qualquer maneira
de ser utilizada contra alguém
para o bem de todos.

O ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Eles se acham muito humanos
quando param de rodar a manivela
começam a fazer só perguntas
e agindo assim nos nivelam
à categoria e aos direitos dos demais seres humanos.

O analista é geralmente um senhor muito fino
que vela pelo seu prestígio
que fuma cigarros cem milímetros
que se veste à paisana
que usa belas gravatas coloridas
parece mais um executivo bem-sucedido
que um assassino.

Eles não torturam pessoalmente
apenas dirigem os interrogatórios
e têm muito orgulho disso
— não são o céu nem o inferno,
são o purgatório.

RECORDAÇÕES DO PARAÍSO

Eu não me lembrava
do meu antigo rosto
até olhar na privada
e cuspir nele.
Não, não pode ter sido
a mesma face,
não me olhe assim,
não me olhe assim,
não tenho culpa.
Esse silêncio enlouquece
se houvesse mais alguém
seria mais fácil
Hoje veio o médico
falou *pro* coronel
que ainda dá *pra* bater
nas minhas costas.

CANÇÃO PARA PAULO

Eles costuraram tua boca
com o silêncio
e trespassaram teu corpo
com uma corrente.
Eles te arrastaram em um carro
e te encheram de gases,
eles cobriram teus gritos
com chacotas.

Um vento gelado soprava lá fora
e os gemidos tinham a cadência
dos passos dos sentinelas no pátio.
Nele, os sentimentos não tinham eco
nele, as baionetas eram de aço
nele, os sentimentos e as baionetas
se calaram.

Um sentido totalmente diferente de existir
se descobre ali,
naquela sala.

Um sentido totalmente diferente de morrer
se morre ali,
naquela sala.
Eles queimaram nossa carne com os fios
e ligaram nosso destino à mesma eletricidade.
Igualmente vimos nossos rostos invertidos
e eu testemunhei quando levaram teu corpo
envolto em um tapete.

Então houve o percurso sem volta
houve a chuva que não molhou
a noite que não era escura
o tempo que não era tempo
o amor que não era mais amor
a coisa que não era mais coisa nenhuma.

Entregue a perplexidades como estas,
meus cabelos foram-se embranquecendo
e os dias foram se passando.

12.207

Desembarcamos
os ferros foram lançados
no porto e nos pulsos
enquanto fomos expulsos
da vida e do continente
estando sujeitos ao pulsar
de incriveis sentimentos
e ao sabor
das ondas e das contingências
rondamos em redor
das continências dos guardas.

Depois da viagem
da travessia e do enjôo
nos colocaram em uma sala
tiraram nossa roupa
nos revistaram, nos vestiram
nos revestiram de ôco
e fizeram a chamada.

Ganhei um número de registro
e por um instante
perdi as esperanças.

POEMA DE 22 DE MARÇO

Ele caiu no asfalto
não pôde reagir
faltou o pente sobressalente
faltou a cobertura
faltou a sorte
faltou o ar

Ele foi levado ainda com vida
dentro de um porta-malas
a camisa rasgada
a calça Lee suja de sangue

Era preciso avisar Tereza
era preciso fingir serenidade no espelho
era preciso comer rápido o sanduíche de queijo
cobrir os pontos
esvaziar o aparelho
era necessário escravizar o medo
e domesticar o ódio.

Quando cheguei em casa era noite
vi as portas abertas
as lampadas acesas
as mariposas alertas
as certezas cobertas de poeira.
a chave na janela
os cartazes que nos punham a cabeça a prêmio
e a chuva que caía no telhado
como os passos de pássaros
esparcos.

E saí por aí, sozinho
com as mãos nos bolsos
pensando no impasse da luta nas cidades
pensando no isolamento político
pensando na nossa situação
e no nosso despreparo,
me dividindo entre o esforço
de analisar as coisas com frieza
e a ansia de encher de tiros
o primeiro camburão que passasse.

Adiei as reflexões maiores
adiei as conclusões mais penosas
visto que o cerco se fechava em meu redor
e um bom guerrilheiro
respeita sua própria paranóia
por uma questão de sobrevivência
por uma questão de instinto.

PUBLICADO

17



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

QUARTA-FEIRA — 18 DE ABRIL DE 1979

O Estado de São Paulo
**O ex-condenado
à morte poderá
ser libertado hoje**

Das sucursais

O Conselho Penitenciário da Bahia julga hoje o pedido de liberdade condicional do preso político Teodomiro Romeiro dos Santos, o primeiro condenado a morte no Brasil e que teve a pena posteriormente comutada. Anteontem, o juiz auditor da 6ª Região Militar, Arnaldo Ferreira Lima, atendeu o pedido de unificação das penas de Teodomiro, que recentemente foram adaptadas à nova Lei de Segurança Nacional e reduzida para 16 anos em três processos. Com a decisão do auditor, as condenações de Teodomiro foram transformadas em uma pena única que terminou reduzida para 10 anos. Como ele já cumpriu oito anos na Penitenciária Lemos Brito, poderá ser posto em liberdade condicional ainda hoje.

Por outro lado, o Conselho Penitenciário concedeu ontem liberdade condicional a Paulo Pontes da Silva, outro preso político de Salvador. Paulo que foi condenado em três processos, um dos quais junto a Teodomiro, teve suas penas reduzidas para oito anos, que estão prestes a terminar.

SEQUESTRO

O Supremo Tribunal Federal reinicia hoje o julgamento de Alex Polari de Alvarenga e José Roberto Resende, suspenso dia 4 de abril. Até o momento, três ministros já votaram favoravelmente à adequação de suas condenações à pena mínima de oito anos, prevista na nova Lei de Segurança Nacional para os casos de seqüestro com morte — ambos são acusados de participar do seqüestro do embaixador-suíço Giovanni Enrico Bucher.

*Carta
Processo Político*



PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Journal do Brasil
**Bahia pode
soltar mais
3 políticos**

Salvador — O Conselho Penitenciário do Estado deverá apreciar, na próxima semana, os pedidos de livramento condicional para os presos políticos Theodmiro Romeiro dos Santos e Aloisio Valério. Na última terça-feira, o Conselho deu parecer favorável à libertação de Paulo Pontes.

A libertação de Paulo Pontes está dependendo agora somente do parecer do Procurador da Auditoria da 6ª Circunscrição Judiciária Militar. No início do mês, Paulo Pontes recebeu autorização para frequentar as aulas do curso de Ciências Econômicas, onde foi aprovado no vestibular desse ano.

Theodmiro Romeiro dos Santos, primeiro preso a ser condenado à morte pela antiga Lei de Segurança Nacional, que teve sua pena comutada em prisão perpétua, pela morte do Sargento da Aeronáutica Valder Xavier Lima, já cumpriu mais de oito anos de prisão. Sua pena atual é de pouco mais de 16 anos, depois que o Juiz Arnaldo Ferreira Lima a reduziu com base na nova Lei de Segurança Nacional.

Presos Políticos





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

*Em liberdade,
Joaquim São Paulo
preso político 13
narra torturas 04/29*

FORTALEZA — O preso político João Alves Gondim Neto, de 32 anos, natural da cidade de Salgueiro no Estado de Pernambuco, o primeiro beneficiado no Ceará pela nova Lei de Segurança Nacional, após ser posto em liberdade pela Auditoria Militar da 10.ª Região Militar, disse que "fui preso no dia 23 de março de 1972, sendo que meu primeiro julgamento ocorreu no ano de 1973, na Auditoria da 10.ª RM".

— Não me lembro — declarou João Gondim — exatamente quanto tempo passei em cada prisão. Fui conduzido para o xadrez do 23.º Batalhão de Caçadores e, em seguida, para o DOI, em Pernambuco, de onde fui transferido para o Instituto Penal Paulo Sarazate, quando, ontem, fui libertado.

"Simplesmente impubli-cável", disse sobre os maus tratos que sofreu nas prisões.

Durante a fase de interrogatório na Polícia Federal, fui submetido a vários processos de torturas, violências físicas e psicológicas. Não havia exceção para nenhum de meus companheiros de cárcere. Chute nos rins, espancamento, pontapés e pau-de-arara.

Ele disse mais que no 23.º BC "em toda fase do interrogatório éramos encauçados, a fim de não identificarmos os outros detentos. Eu fui submetido a uma espécie de pião, isto é, rodam o sujeito e jogam contra a parede, afora outros tipos de torturas e espancamento — como afogamento, choque elétrico na orelha e outras partes do corpo".

Durante a fase de confinamento no DOI, em Pernambuco, João Gondim diz que foi submetido ao processo de choque elétrico, chegando inclusive a sentar na "cadeira do dragão", mas não foi torturado por ela. "O choque é tão violento que chega a levantar o sujeito", observou.

O preso disse que a tortura tem um objetivo definido que "é a colheita de informações".

*Preso
Presos Políticos*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Nova lei não
reduziu pena
política**

*Jornal do Brasil
11/04/59*

Recife — O preso político Marcelo Mário de Melo, que está cumprindo pena há quase oito anos — atualmente na Penitenciária de Itamaracá — ainda não foi beneficiado com a redução prevista na nova Lei de Segurança Nacional, o que levaria sua condenação a um total de sete anos e, conseqüentemente, à sua libertação.

A denúncia foi feita na Assembléia Legislativa pelo Deputado Hugo Martins, que se baseou em carta da mãe do preso político, Sra. Clarice Teixeira de Melo, enviada ao Juiz-Auditor da 7a. CJM. Marcelo foi condenado a 12 anos e seis meses, em artigo agora reduzido para dois anos, os quais, somados a cinco anos de outras condenações, dariam um total de sete.

A presa política Selma Bandeira Mendes uma das oito acusadas de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário, voltou a ser internada no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, devido a hemorragia constante perda de peso, tonturas e vômitos. Ela vinha tomando soro, há oito dias, e, com o agravamento de seu estado, voltou ao hospital.

*Carta
Pena Política*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

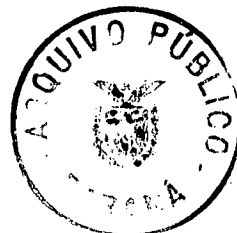
Redução de pena
folha João Alves
para preso político
11/04/49

FORTALEZA (Do Correspondente) — O preso político João Alves Gondim Neto, estudante pernambucano natural de Salgueiro, foi libertado ontem pelo auditor da 10.^a Circunscrição Judiciária Militar, depois de cumprir 7 anos e três meses de prisão no Instituto Penal Paulo Sarazate (IPPS), no Ceará. João Alves foi beneficiado com a redução da pena; de acordo com o que prevê a nova Lei de Segurança Nacional.

Ele foi condenado em dois processos e enquadrado no artigo 43 e 28 da antiga Lei de Segurança por tentativa de organizar partido clandestino e sob a acusação de assalto a banco. No processo por assalto a banco, a pena de 12 anos a que foi condenado foi reduzida agora para dois anos, e no outro ele já tinha cumprido a condenação de dois anos e quatro meses de reclusão.

A advogada de João Alves, Vanda Oto Sidou, informou ontem que ele deverá retornar à sua cidade natal assim que estiver com a documentação pronta.

*Preso Político
Anotado em
18/04/49
Releitor*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Polícia de São Paulo
Penas de Alex Polari é reduzida para 2 anos

19/04/79
RIO (Sucursal) Auditoria do Exército do Rio, com base na nova Lei de segurança, reduziu ontem a pena de Alex Polari de Alverga, de 12 anos de reclusão para 2 anos, e revogou a pena acessória de suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Em seguida expediu o alvará de soltura que deverá ser cumprido se não estiver condenado em outros processos.

Alex Polari com José Roberto Gonçalves de Resende, Manuel Henrique Ferreira, Alfredo Hélio Sirkys, Herbert Eustáquio de Carvalho, José Milton Barbosa, Roberto das Chagas e Silva, Teresa Angelo e José Mauricio Gradel foram condenados à prisão perpétua sob a acusação de terem participado do sequestro do embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Hollebern, no dia 11 de junho de 1970, resultando da ação na morte do agente de segurança, Irlando de Sousa Regis. Posteriormente, o STM, em julgamento de apelação, reduziu a pena para 12 anos de reclusão.

RESENDE

Na mesma auditoria, o promotor Antonio Andrade, no pedido de redução de pena de José Roberto Gonçalves de Resende, condenado a 15 anos de reclusão como um dos participantes do sequestro do embaixador alemão já falou nos autos. Em seu parecer, diz que "esta procuradoria Militar, ciosa do cumprimento do dever, ainda que sob protesto, curva-se às novas diretrizes da vigente Lei de Segurança, que reduz e norteia a aplicação de tão insignificantes penas para delitos tão graves, contudo, no exercício da difícil missão de fiscal da lei, e por imperativo legal, entende que, para proceder o ajuste reclamado às fls 97/99, duas opções surgem à douta decisão, de V. Exa., digno magistrado, executor da sentença e, conseqüentemente, competente para a adequação das penas aos condenados com base na antiga Lei de Segurança (Decreto-Lei 898/69)".

Prosseguindo, o promotor sugere que "a pena deve ser reduzida em 50% do máximo de 12 anos de reclusão ou então, 2 anos e 6 meses pelo mínimo. O juiz Paulo Jorge deverá oferecer despacho nos próximos dias.

*Partida
Pessoas Políticas
Anotado em 19/04/79
Cofre*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Anistia pede que o
O Estado São Paulo - 10/04/78
STM julgue recurso

Da sucursal de SALVADOR

Um telegrama ao presidente do Superior Tribunal Militar, general Reinaldo Melo de Almeida, solicitando que interfira pessoalmente para apressar o julgamento de Paulino Vieira, um dos quatro presos políticos de Salvador e que cumpre pena desde 1975 na penitenciária Lemos Brito, foi enviado ontem pelo Movimento Feminino pela Anistia, secção da Bahia. O telegrama denuncia que o julgamento do recurso em Brasília trata-se de "caso de demora sem precedente na vida do STM, o que vem causando inquietação e estranheza a seus familiares e advogados".

De acordo com o MFA, pedidos semelhantes serão encaminhados ainda hoje pela Ordem dos Advogados do Brasil, secção da Bahia, e pelo cardeal d. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, estando previstos também pronunciamentos na Assembléia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional.

Uma nota do Movimen-

to Feminino pela Anistia distribuída ontem em Salvador com o teor do telegrama informa que Paulino Vieira — condenado a quatro anos, com mais um de observação por ter sido acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro — apelou desde maio de 1975 para a redução da pena. O recurso conta inclusive com parecer favorável do procurador-geral da República, segundo informou o MFA. Diz a nota: "Primeiro, morreu o relator Amarílio Salgado, em fevereiro de 1977 depois, mesmo o processo sendo redistribuído no primeiro semestre de 1977, ainda não foi julgado, impossibilitando Paulino Vieira de se beneficiar das prerrogativas da nova Lei de Segurança Nacional, além de, se absolvido, estar cumprindo pena desnecessariamente".



*Pasta
Arquivo Político*

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Auditorias reduzem penas

O Estado de São Paulo - 10/04/79
Da sucursal do RIO

"Ainda sob protesto, esse Ministério Público Militar curva-se às novas diretrizes da vigente Lei de Segurança, que reduz e norteia a aplicação de tão insignificantes penas para delitos tão graves". Esse é um trecho do parecer do promotor Antonio Brandão Andrade, da 1a. Auditoria do Exército, ao pedido de redução de pena em favor de José Roberto Gonçalves Resende, um dos integrantes

do grupo que seqüestrou, em 1970, o embaixador alemão, Von Holleben. José Roberto foi condenado a prisão perpétua, em primeira instância, mas a pena foi reduzida pelo STM a 15 anos de reclusão.

Ao acolher parecer favorável da promotoria, o juiz Paulo Jorge Simões Correa, da 1a. Auditoria do Exército, reduziu de 12 para dois anos de reclusão a pena de Alex Polari de Alverga e revogou a pena acessória de suspensão da seus direitos políticos pelo prazo de dez anos.



*Carta Preses Políticos
Anotado em 11/04/79
Rafael*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Solha de Landruma - 10/04/79
Peça de preso político recebeu veto da censura

BRASÍLIA — A primeira missão do novo diretor da Câmara Federal, José Vieira Madeira, depois de assumir o cargo, amanhã, será a de reexaminar, por recomendação do Ministério da Justiça, a peça teatral "Meu Companheiro Querido", baseada no livro "Inventário de Cicatrizes", do preso político Alex Polari, que foi proibida, no dia 26 de março, pelo serviço de Censura, no Rio de Janeiro.

Para conseguir a liberação da peça, proibida com base na legislação de 1946, estiveram no fim-de-semana, em Brasília, os autores Roberto Nascimento e Stepan Nercessian, que receberam a solidariedade das lideranças do MDB e Arena, na Câmara, e obtiveram, do chefe do gabinete do Ministério da Justiça, advogado Syleno Ribeiro, a promessa de que a peça será reexaminada de acordo com a nova orientação do Ministro Petronio Portella.

O autor do livro "Inventário de Cicatrizes", Alex Polari de Alverga, no qual os roteiristas Roberto Nascimento e Stepan Nercessian (este último também ator de teatro, cinema e TV), se basearam para produzir "Meu Companheiro Querido", é preso político na Penitenciária Lemos Brito, no Rio de Janeiro, cumprindo duas condenações: prisão perpétua e mais 44 anos de prisão. Tem 28 anos de idade e está preso desde 1970.

A direção da peça — segundo seus autores — ficará a cargo de Bibi Ferreira, desde que venha a ser liberada. Eles distribuíram, em Brasília, um boletim às lideranças da oposição e da Arena, na Câmara e Senado, historiando a proibição do espetáculo pelo Serviço de Censura, da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro, no último dia 26 de março.



Posto Presos Políticos



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL



Posta Presos Políticos

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

Presos políticos vivem isolados para que não transmitam idéias

Jornal do Brasil - 08/04/79

Recife — O medo de que as idéias dos condenados pela Lei de Segurança Nacional sejam propagadas entre os 436 presos comuns que formam a população carcerária da Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá, faz com que os 17 presos políticos de Pernambuco sejam submetidos a total isolamento dentro da prisão: são proibidos até mesmo de cumprimentar os outros detentos.

Ocupando um pavilhão reservado, ligado à parte central do presídio por um corredor, onde uma porta de grades de ferro está permanentemente fechada, os presos políticos têm solário particular, recebem visitas em separado, comem em horários diferentes e não podem participar dos torneios de futebol realizados entre os seis times formados por presos comuns.

Comida

A ilha de Itamaracá fica a 50 quilômetros do Recife e é lá onde estão os dois mais importantes presídios do Estado: a Penitenciária Agrícola, de regime aberto, onde os condenados se recolhem às celas somente à noite, passando todo o dia trabalhando na agricultura, pescando ou fazendo artesanato e a Barreto Campelo, que ficou conhecida depois que passou a abrigar os presos políticos e pelas greves que eles já fizeram contra as condições carcerárias.

Qualquer pessoa, com autorização do diretor do presídio, pode visitar a Barreto Campelo, desde que não tenha a pretensão de ver os presos políticos ou o pavilhão onde eles vivem, que é isolado de todas as demais dependências da penitenciária.

A situação dos condenados pela LSN é totalmente diferente de todo o resto da população carcerária da Barreto Campelo. As dificuldades são denunciadas pelo ex-presos político Alanir Cardoso, que deixou a prisão no último dia 3, depois de cumprir quatro anos e seis meses de reclusão, por atividades subversivas:

"Para falar dos problemas que os presos políticos enfrentam é difícil, pois são tantos que não sei nem por onde começar. Primeiro, tem a alimentação. A situação é grave. Lá dentro, nós custeamos nosso alimento porque se fôssemos viver daquela comida, já teríamos apanhado tuberculose, cujo índice é muito alto entre os presos comuns.

O desjejum é um pão, um ovo e café. O almoço, geralmente, é feijão, carne gordurosa, sardinha e arroz. Naturalmente é servido arroz. O jantar é café, um pão e uma sopa de péssimo sabor, com verduras. É a única vez que temos verdura na alimentação e também não temos frutas nem doce."

Para compensar a alimentação, Alanir conta que, toda semana, os parentes levam uma feira e eles cozinham num canto de um corredor do pavilhão: "Da comida do presi-

dio, aproveitamos diariamente o pão, o ovo e o feijão. O resto não dá pra comer."

Outro problema, diz ele, é o relacionamento na penitenciária: "Nós não podemos falar com os presos comuns e é muito difícil qualquer contato com a direção do presídio. Se temos algum problema e precisamos de uma audiência, é a coisa mais complicada do mundo. Essa dificuldade ocorre também com relação ao atendimento médico-odontológico. Não há médico de plantão na penitenciária, o que já é um absurdo, e não há dia certo para a visita dele. Assim, nós temos que ficar adivinhando quando aparece o médico ou o dentista. E se precisarmos de um exame fora da penitenciária, aí então é que tudo fica mais complicado."

Alanir contou que um dos presos há oito anos está para ser operado de hérnia e até agora a operação não foi providenciada. Um outro caso é quanto aos exames de vista: "Encaminhamos o pedido de exame para 14 pessoas e depois de um ano somente dois foram atendidos."

Censura

Além disso, os presos políticos ressaltam que a censura a publicações é o que mais preocupa. Segundo Alanir, até 1974, eles podiam receber qualquer publicação, desde que ela estivesse à venda nas bancas ou livrarias: "A partir de 1975, os critérios da censura passaram a ser indefinidos. Hoje podem entrar na penitenciária os jornais diários locais e do Sul, mas os semanários estão proibidos, assim como os livros que não tenho nem condições de dizer quais. As vezes, um romance não entra e, o mais grave, não é devolvido a nossos parentes. Até 1974, nós tínhamos uma biblioteca bastante razoável, mas com a greve de fome, quando fomos transferidos para os hospitais, deram uma batida nas celas e levaram tudo. Nunca nos devolveram."

Ao lado da censura vem a queixa quanto a revista às visitas, que, apesar de inúmeros protestos, continua sendo, segundo ele, violenta: "Revistam tudo. As mulheres têm que se despir. Revistam até maços de cigarro lacrados. Tudo isso tem o objetivo de atrasar o tempo destinado a visitas. Ela começa às 8h, mas não há quem consiga entrar na hora que chega e o atraso às vezes é maior do que uma hora. Além disso, a censura continua violenta em nossa correspondência. As vezes os cartas são cortadas e devolvidas sem o conteúdo."

Quando a tortura, Alanir Cardoso conta que desde que chegou à Ilha de Itamaracá não tem notícias de torturas na penitenciária, mas relatou um fato ocorrido em 1976, quando quatro presos foram retirados de lá e levados para a Aeronáutica, onde foram torturados: "Foi no dia 1.º de abril daquele ano e Cláudio Ribeiro (que depois conseguiu fugir do presídio), José Emilson Ribeiro,

José Calixtrato Cardoso Filho e José Adeildo Ramos, foram retirados das celas e levados para a Aeronáutica onde sofreram todo tipo de torturas. Houve protesto, denúncia e depois disso não voltou a acontecer."

Ele lembra que quando foi preso também sofreu muito, nas dependências do DOI do IV Exército, quando era comandante da 2.ª Seção o Coronel Nei Armando Meziat: "Fui sequestrado e passei 72 dias sem que ninguém soubesse onde me encontrar. Fui submetido a choques elétricos, pau-de-arara, cadeira do dragão. Fui empalado com um pedaço de madeira e fiquei longos períodos pendurado em argolas. Sobre tudo isso estou disposto a prestar depoimentos em qualquer inquérito que deseje apurar torturas. E posso dizer, inclusive, que meus torturados foram o Major Augusto Fernandes Maia e os agentes da Polícia Federal Luís Miranda, Abdorah Gomes da Mota Filho, Djalma França Barbosa e os carcereiros Waldek, Jair e Teles."

O pavilhão

O pavilhão ocupado pelos presos políticos e semelhante aos outros três destinados aos presos comuns: são 19 celas com banheiro e chuveiro, colchões e lençóis. As celas estão localizadas no térreo e no primeiro andar do pavilhão, que no meio tem uma área aberta onde eles podem jogar, tomar banho de sol ou fazer exercícios físicos. As grades de ferro existem só nas portas das celas que são fechadas às 21h e abertas às 5 da manhã.

E este é todo o espaço dos presos políticos, que não podem circular pelas demais dependências da penitenciária onde estão localizados três pavilhões dos detentos comuns. A penitenciária é grande. Tem um campo de futebol, outro de voleibol, uma alfaiataria, onde são confeccionadas roupas masculinas, uma lavanderia, um ambulatório médico-odontológico e uma pequena sala de cirurgia; cinco enfermarias, uma oficina de artesanato de madeira e pequenas cabanas cobertas de palhas de feijão onde os presos trabalham durante o dia. E um pavilhão de encontros conjugais, ao qual os presos políticos têm acesso de oito em oito dias e os comuns de 15 em 15 dias.

A não ser o uso comum deste pavilhão, os presos políticos vivem completamente isolados. Para o diretor da penitenciária, que recebe visitas, Major José Siqueira, os condenados pela Lei de Segurança Nacional não podem conviver com os outros presos. "Já que não dá para preparar as refeições que tem? Nós vamos viver tendo motins, greves, lá ser um inferno. Mas eles tem tudo que os outros presos tem e até mais porque, como o número é pequeno, fica um maior espaço para todos". E elogia a penitenciária, dizendo que lá não há violência, e nos últimos três anos só ocorreu um homicídio.

Greve de fome agrava a pena

A primeira greve de fome dos presos políticos de Pernambuco ocorreu em julho de 1975, em protesto contra o regime carcerário da penitenciária Barreto Campelo. Motivou o movimento a retirada do convívio de seus companheiros dos presos Luciano Almeida e Marcelo Mário de Melo, transferidos de Itamaracá para o Quartel da Polícia Militar, sem qualquer explicação.

Os condenados pela LSN entenderam que isso seria uma maneira de dividi-los e protestaram, passando 12 dias sem ingerir alimentos. As autoridades penitenciárias prometeram o retorno dos

dois se a greve fosse encerrada e cumpriram a promessa, voltando tudo ao normal.

Mas, por conta dessa greve, os presos perderam algumas regalias: a direção da penitenciária retirou do pavilhão um fogão e uma geladeira que eles tinham e voltou a censurar livros, jornais e revistas, o que provocou nova revolta. E a situação se agravou quando Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, condenados à prisão perpétua, passaram a viver separados dos demais pois, por lei, não poderiam cumprir pena junto a seus companheiros.

Os detentos novamente pro-

testaram, fizeram denúncias, enviaram cartas ao STM, ao presidente da OAB, às autoridades penitenciárias e, como não conseguiram o que pretendiam, voltaram a fazer greve de fome, a maior já efetuada até hoje no país. Durante 25 dias, ficaram sem alimentação.

O movimento só terminou quando algumas entidades, como OAB-PE, Comissão de Direitos Humanos da Câmara federal e outras, como mediadoras, pediram um voto de confiança aos presos, prometendo que se eles voltassem a se alimentar, o fim do isolamento passaria a ser negociado com as autoridades.

PT 1.30

A situação dos condenados pela LSN é totalmente diferente de todo o resto da população carcerária da Barreto Campelo. As dificuldades são denunciadas pelo ex-presos político Alanir Cardoso, que deixou a prisão no último dia 3, depois de cumprir quatro anos e seis meses de reclusão, por atividades subversivas:

"Para falar dos problemas que os presos políticos enfrentam é difícil, pois são tantos que não sei nem por onde começar. Primeiro, tem a alimentação. A situação é grave. Lá dentro, nós custeamos nosso alimento porque se fôssemos viver daquela comida, já teríamos apanhado tuberculose, cujo índice é muito alto entre os presos comuns.

O desjejum é um pão, um ovo e café. O almoço, diariamente, é feijão, carne gordurosa, sebenta e angu. Raramente é servido arroz. O jantar é café, um pão e uma sopa de péssimo sabor, com verduras. É a única vez que temos verdura na alimentação e também não temos frutas nem doce."

Para compensar a alimentação, Alanir conta que, toda semana, os parentes levam uma feira e eles cozinham num canto de um corredor do pavilhão: "Da comida do presi-

mance não entra e, o mais grave, não é devolvido a nossos parentes. Até 1974, nós tínhamos uma biblioteca bastante razoável, mas com a greve de fome, quando fomos transferidos para os hospitais, deram uma batida nas celas e levaram tudo. Nunca nos devolveram."

Ao lado da censura vem a queixa quanto a revista às visitas, que, apesar de inúmeros protestos, continua sendo, segundo ele, violenta: "Revistam tudo. As mulheres têm que se despir. Revistam até maços de cigarro lacrados. Tudo isso tem o objetivo de atrasar o tempo destinado a visitas. Ela começa às 8h, mas não há quem consiga entrar na hora que chega e o atraso às vezes é maior do que uma hora. Além disso, a censura continua violenta em nossa correspondência. As vezes as cartas não somente são censuradas como rasgadas."

Quanto a torturas, Alanir Cardoso conta que desde que chegou a Itamaracá não tem notícias de torturas na penitenciária, mas relatou um fato ocorrido em 1976, quando quatro presos foram retirados de lá e levados para a Aeronáutica, onde foram torturados: "Foi no dia 1.º de abril daquele ano e Cláudio Ribeiro (que depois conseguiu fugir do presídio), José Emilson Ribeiro,

lizados três pavilhões dos detentos comuns. A penitenciária é grande. Tem um campo de futebol, outro de vôleibol, uma alfaiataria, onde são confeccionadas roupas masculinas, uma lavanderia, um ambulatório médico-odontológico e uma pequena sala de cirurgia; cinco enfermarias; uma oficina de artesanato de madeira e pequenas cabanas cobertas de palhas de coqueiro onde os presos trabalham durante o dia. E um pavilhão de encontros conjugais, ao qual os presos políticos têm acesso de oito em oito dias e os comuns de 15 em 15 dias.

A não ser o uso comum deste pavilhão, os presos políticos vivem completamente isolados. Para o ex-diretor da penitenciária, que permitiu a visita, Major José Siqueira, os condenados pela Lei de Segurança Nacional não podem conviver com os outros, porque é proibido:

— "Já pensou se eles começam a propagar as idéias que têm? Nós íamos viver tendo motins, greves, ia ser um horror. Mas eles têm tudo que os outros presos têm e até mais, porque, como o número é pequeno, fica um maior espaço para todos." E elogia a penitenciária, dizendo que lá não há violência, e nos últimos três anos só ocorreu um homicídio.

Greve de fome agrava a pena

A primeira greve de fome dos presos políticos de Pernambuco ocorreu em julho de 1975, em protesto contra o regime carcerário da penitenciária Barreto Campelo. Motivou o movimento a retirada do convívio de seus companheiros dos presos Luciano Almeida e Marcelo Mário de Melo, transferidos de Itamaracá para o Quartel da Polícia Militar, sem qualquer explicação.

Os condenados pela LSN entenderam que isso seria uma maneira de dividi-los e protestaram, passando 12 dias sem ingerir alimentos. As autoridades penitenciárias prometeram o retorno dos

dois se a greve fosse encerrada e cumpriram a promessa, voltando tudo ao normal.

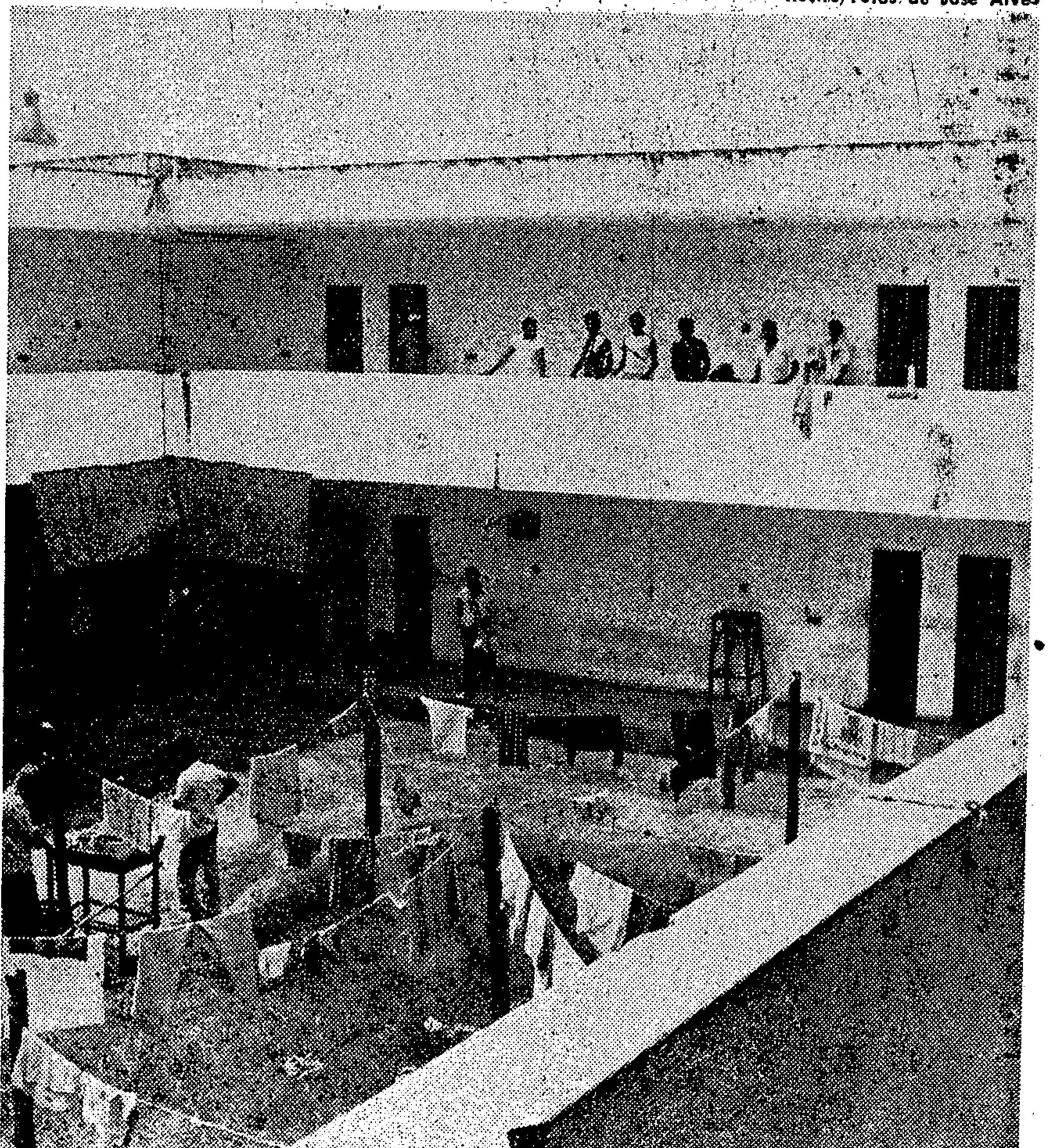
Mas, por conta dessa greve, os presos perderam algumas regalias: a direção da penitenciária retirou do pavilhão um fogão e uma geladeira que eles tinham e voltou a censurar livros, jornais e revistas, o que provocou nova revolta. E a situação se agravou quando Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, condenados à prisão perpétua, passaram a viver separados dos demais pois, por lei, não poderiam cumprir pena junto a seus companheiros.

Os detentos novamente pro-

testaram, fizeram denúncias, enviaram cartas ao STM, ao presidente da OAB, às autoridades penitenciárias e, como não conseguiram o que pretendiam, voltaram a fazer greve de fome, a maior já efetuada até hoje no país. Durante 25 dias, ficaram sem alimentação.

O movimento só terminou quando algumas entidades, como OAB-PE, Comissão de Direitos Humanos da Câmara federal e outras, como mediadoras, pediram um voto de confiança aos presos, prometendo que se eles voltassem a se alimentar, o fim do isolamento passaria a ser negociado com as autoridades.

Recife/Fotos de José Alves



Alanir cumpriu quatro anos e meio em Itamaracá e conta como é a vida carcerária lá

27



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Nota Presso Político



**Preso baiano
poderá ter
condicional**
05/04/79

Salvador — A advogada Ronilda Noblat entrou, ontem na Auditoria da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, com pedido de livramento condicional em favor do preso político Theodomiro Romeiro dos Santos, primeiro condenado à morte no Brasil. Posteriormente, sua pena sofreu reduções para prisão perpétua, 30 anos de detenção e, por último, 16 anos, seis meses e 25 dias.

Em seu pedido, a advogada se baseia no fato de que, com a redução da pena para pouco mais de 16 anos, Theodomiro Romeiro tem direito à liberdade condicional, uma vez que está na prisão há mais de oito anos, o equivalente a 50% da condenação. Ela acredita que a tramitação deverá durar aproximadamente 20 dias, ocorrendo então a soltura do preso político.

PT 1530.194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Telefoto Estado

Paulo Pontes na aula de Economia
Estado São Paulo - 04/04/79
**Presos baianos
vão à faculdade**

**Da sucursal de
SALVADOR**

A rotina da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia foi quebrada na tarde de ontem com a presença do novo aluno Paulo Pontes da Silva, um dos quatro presos políticos de Salvador que foi liberado pela Auditoria Militar para assistir às aulas poucos dias antes de perder o semestre por falta. Ele foi recebido com faixas de boas vindas colocadas na escola pelos colegas do curso e pelo DCE, às quais pediam anistia ampla e irrestrita e apresentavam frases como "estamos muito felizes com a sua vinda, mas a luta continua". A Justiça Militar também liberou Aloísio Valério da Silva, outro preso político que foi aprovado no último vestibular da UFBA e está matriculado em Licenciatura em Ciências.

Embaraçado com a recepção e a presença dos fotógrafos e repórteres que acompanha-

ram os presos políticos desde a penitenciária Lemos Brito, Pontes declarou que a liberação para ele e Aloísio Valério assistirem aulas foi um precedente positivo. É que, segundo ele, no Rio de Janeiro presos políticos também passaram no vestibular mas não conseguiram frequentar a universidade.

Disse também que até agora não acreditava na abertura política, mas começou "a acreditar um pouco, embora ela ainda seja insuficiente". A anistia, para ele, só pode ser ampla porque "sendo parcial há pessoas que ficarão marginalizadas". Sobre a disposição do governador Antonio Carlos Magalhães de criar um local destinado a manifestações de protesto ele disse que seria interessante mas que estava admirado "porque os interesses políticos do governador são diferentes".

Paulo e Aloísio utilizarão o ônibus dos funcionários da penitenciária para ir à universidade.



*Presos
baianos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Presos políticos
da São Paulo - 04/04/39
iniciam cursos
na Universidade

SALVADOR (Do Correspondente) — Autorizado pelo juiz da 6.ª Auditoria Militar, Arnaldo Ferreira Lima, os presos políticos Aloisio Valério dos Santos e Paulo Pontes da Silva, aprovados no último vestibular da Universidade Federal da Bahia, começaram ontem a frequentar as aulas dos cursos de licenciatura em Ciências e Economia, respectivamente.

Acompanhados de policiais civis — o que deixará de acontecer a partir de hoje, quando irão às escolas sem escolta — Aloisio condenado a 21 anos, foi a faculdade pela manhã e Paulo com pena de 30 anos, à tarde. Este último foi recebido na Faculdade de Economia com uma faixa que dizia: "Paulo, na sua volta à escola, mais um passo em direção à liberdade. Mas a luta continua, por anistia ampla, geral e irrestrita".

Lista Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

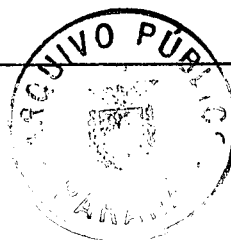
NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



**Estudante deixa
prisão no Recife**

O Estado de São Paulo: 04/04/79

Da sucursal do RECIFE

Ao deixar o Presídio Barreto Campelo, em Itamaracá, onde cumpriu pena de quatro anos e seis meses de reclusão, **Alanir Cardoso**, ex-vice-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, denunciou ter sido torturado por oficiais do Exército e agentes da Polícia Federal quando foi preso no Recife, em 1974.

Entre os que foram apontados como torturadores por Alanir estão o general Nei Armando Mezlat, na época chefe da 2ª Seção do IV Exército; o major Augusto Fernandes Mala, do DOI/CODI; o agente da Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco, Luis Miranda; os agentes da Polícia Federal, Abdorá da Mota Gomes Filho e Djalma Franca Barbosa. Ele citou, ainda, outros que só conseguiu identificar pelos prenomes: os carcereiros Valdec, Te-

les e Jair; o policial Edson e um coronel Clóvis. Estes últimos o acompanharam até Brasília, onde não conseguiu identificar nenhum dos torturadores, que se diziam do Movimento Anti-Comunista - MAC.

Alanir Cardoso é o terceiro preso político liberado em Pernambuco nos últimos seis meses. Anteriormente, foram soltos Ivanildo Sampaio Xavier (cumprimento de pena) e João Bosco Rolemberg Cortes (liberdade condicional). Atualmente cumprem pena, em Itamaracá, 17 outros presos políticos.

O ex-vice-presidente da UBES denunciou, também, diversas irregularidades que estão ocorrendo no presídio contra outros presos, sete dos quais, segundo Alanir, deveriam já estar soltos, beneficiados pela nova Lei de Segurança Nacional, mas não foram autorizados a sair pela Auditoria Militar.

Pasta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Seabra Fagundes quer o fim da incomunicabilidade dos presos

Journal do Brasil - 04/04/79

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Eduardo Seabra Fagundes, informou ontem que a curto prazo, além da anistia, o objetivo principal da entidade é a supressão dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional que permitem a prisão por um prazo de até 30 dias, a manutenção do preso na incomunicabilidade e a apreensão de livros e periódicos.

As mudanças da Lei de Segurança Nacional, a anistia, a convocação de uma Assembléia Constituinte, além da reforma do Judiciário, serão os grandes temas da reunião de todos os presidentes das 25 seccionais, que o Conselho Federal da Ordem realizará no próximo mês, em Florianópolis, "para uma articulação nacional dos objetivos da entidade".

Riscos gerais

Segundo o Sr. Eduardo Seabra Fagundes, a OAB, através da missão de-

envolvida no ano passado pelo hoje Ministro da Justiça, Sr. Petrônio Portella, conseguiu restabelecer o habeas corpus, um requisito importante para a defesa dos direitos individuais.

— Mas é muito pouco. A Lei de Segurança Nacional deixa todo mundo inseguro. E uma pessoa acusada com base nela pode ficar 30 dias presa e não há habeas corpus que a tire da cadeia. Além disso, pode ficar oito dias incomunicável. Precisamos rever esses pontos da Lei de Segurança — diz o Sr. Seabra Fagundes.

Na verdade, segundo o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, "precisamos rever toda a Lei de Segurança Nacional, a partir da estaca zero, porque ela se inspirou no autoritarismo, coloca todo brasileiro na posição de inimigo da nação, até prova em contrário. A tipificação dos crimes

não é clara como deve ser, permitindo uma generalização tal que atinge a qualquer pessoa, mesmo que seja presumidamente inocente. A lei atual deve ser substituída por outra, de inspiração democrática, que garanta pleno direito de defesa".

O Sr. Seabra Fagundes define as mudanças na LSN como necessárias a curto prazo e que, no conjunto dos objetivos não só da OAB, como de todos os setores da sociedade civil, são, por enquanto, apenas medidas paliativas:

— Estamos tentando direitos elementares, primários, como o de evitar que uma pessoa seja sequestrada, presa, torturada. O objetivo final, maior, é, de acordo com os próprios estatutos da Ordem, uma Constituição e uma ordem jurídica realmente emanadas do povo.

Pasta Presos Políticos

Presos políticos que passaram no vestibular frequentam aulas

Jornal do Brasil 04/04/79

Salvador — Os presos políticos Aloísio Valério dos Santos e Paulo Pontes da Silva, aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia para os cursos de licenciatura em Química e Economia, começaram ontem a frequentar as aulas autorizados pelo juiz-auditor da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, Sr Arnaldo Ferreira Lima.

Apesar de no ofício enviado pelo juiz-auditor à penitenciária Lemos Brito constar que Aloísio Valério e Paulo Pontes poderiam frequentar as aulas "com as cautelas que a direção do presídio achar necessárias", o diretor Mário de Moura abriu mão de qualquer tipo de vigilância ou escolta, exigindo apenas que a portaria do presídio lhe comunique diariamente os horários de saída e entrada dos dois presidiários, bem como que a Universidade lhe encaminhe semanalmente as fichas de frequência às aulas.

CONTATOS IMEDIATOS

No ônibus que faz o transporte do pessoal administrativo da Penitenciária Lemos de Brito, Aloísio Valério deixou aquele presídio às 10h de ontem para ir à aula no Instituto de Química às 10h30m. Paulo Pontes somente saiu às 14h porque não tinha aula pela manhã na Faculdade de Economia.

A advogada Ronilda Nöblat, que trabalhou para conseguir que Aloísio e Paulo Pontes pudessem frequentar a Universidade, disse que a resolução do juiz-auditor concedendo a

licença nesse sentido foi recebida em clima de festa por quase todos os presidiários e que os dois beneficiados logo se preocuparam em providenciar material escolar para as primeiras aulas.

ATRASO

O trânsito engarrafado fez Paulo Pontes chegar atrasado ontem, à sua primeira aula (Fundamentos de Economia) na Faculdade de Economia, onde foi recepcionado com faixas colocadas pelo Diretório Acadêmico: "Paulo: na sua volta à escola, mais um passo em direção à liberdade. Mas a luta continua. Por anistia ampla, geral e irrestrita".

Depois de abraçado por colegas, Paulo Pontes foi à secretaria entregar documento da Penitenciária Lemos de Brito autorizando-o a frequentar as aulas e só às 14h50m entrou na sala de aula, onde seus 45 colegas ficaram surpresos com a movimentação dos fotógrafos, localizando-o sentado na primeira fila.

Paulo Pontes não estava emocionado, segundo disse, porque há três meses espera ser solto e vê a autorização para frequentar a faculdade como uma etapa para a sua liberdade. Disse achar que o atraso para o seu comparecimento ao ano letivo não vai prejudicar seu rendimento escolar e que não crê haver maiores dificuldades no semestre que começou a cursar ontem.

A partir de hoje, Paulo Pontes e seu colega de prisão, Aloísio Valério, passam a ir sozinhos à faculdade.

Salvador/Foto de Artur Ikissima



Paulo Pontes entre seus novos colegas

Salvador/Foto do Correio da Bahia



Aloísio Valério da Silva na sala de aula

STF mantém prisão mas admite recurso

Brasília — Mesmo reconhecendo o direito de recorrer contra a pena de prisão de um ano que lhe foi imposta pelo Superior Tribunal Militar, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem manter a condenação do revel Carol Stalin Dias Leal, acusado de participar de organização subversiva no período de 1969 a 1972, e de distribuir o Jornal *Voz Operária*. A época, com 20 anos, ele era aluno da UnB e atualmente está na Suécia, onde leciona Física Nuclear.

O advogado Rômulo Gonçalves iniciou a defesa de Carol Stalin perante a 2a turma do Tribunal afirmando que tanto o STM como o STF "têm verdadeira ojeriza pelo revel". Segundo ele, "para dizer que a situação de Carol é a mesma de Saulo Dias Taguatinga, condenado a seis meses no mesmo processo e depois absolvido, bastam as palavras do Ministro Alcides Carneiro: "Os co-réus foram conduzidos de má fé por homens determinados".

Professor agradece provas de amizade

Belo Horizonte — "Dos meus colegas, tenho recebido desde os dias turvos de setembro de 1969 as mais claras provas de solidariedade, ainda em vigência do regime de denúncias, delações, vinganças e perseguições, movidas pelo ódio e pela inveja, que caracterizou aquele negro período de nossa História, quando os punidos pelo sistema eram considerados mais perigosos do que os leprosos na Idade Média ou os judeus no nazismo".

Com essas palavras, o cientista e pesquisador Amílcar Viana Martins, 71 anos, aposentado compulsoriamente em 1969, pelo AI-5, recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, numa decisão inédita da Congregação do Instituto de Ciências Biológicas, do qual fora o primeiro diretor. Em seu discurso de agradecimento, defendeu anistia para os professores aposentados e retorno dos cientistas "afastados violentamente, sem processo e sem defesa".

EX- BANIDO CHEGA

O advogado Geraldo Magela de Almeida informou ontem que espera, para hoje ou amanhã, a chegada ao Rio de um ex-banido e dois exilados mineiros. Irany Campos, que foi trocado, em 1971, pelo Embaixador Bucher,

da Suíça, deverá ser preso, para responder a dois inquéritos nas auditorias do Rio e Juiz de Fora.

Além dele, chegam hoje ao Rio, mais dois mineiros: a socióloga Lucia Marly de Oliveira, exilada na França desde 1973, e o engenheiro-químico Evandro Afonso do Nascimento, ambos com penas já prescritas. Serão recebidos no aeroporto por uma comissão do Comitê Brasileiro Pela Anistia e da Secretaria-Geral dos Exilados.

DENUNCIAS

Em Recife, ao deixar ontem a Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, depois de cumprir a pena de quatro anos e seis meses de prisão por atividades subversivas, Allanir Cardoso denunciou a péssima alimentação que recebem os presos políticos e o descaso quanto à assistência médico-odontológica a esses detentos.

O ex-presos político disse ainda que há um descaso total por parte da auditoria da 7a. CJM em reajustar as penas dos companheiros que deixou em Itamaracá, à nova Lei de Segurança Nacional "e a prova é que sete deles já poderiam ser libertados se fosse feito o reajuste, mas até agora nada foi resolvido".

PT 1



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Minas já não tem presos políticos
Folha São Paulo 20/09/77

JUIZ DE FORA (Do Correspondente) — Ao deixar a penitenciária de Linhares, ontem, depois de cumprir dois anos e meio de prisão, o ex-presos político José Francisco Neres afirmou que existem pelo menos 7 presos que cumprem pena naquela penitenciária incursos em crimes contra a Lei de Segurança.

Neres explicou que os condenados são considerados prisioneiros comuns pela Justiça Militar porque seus crimes não tiveram motivação política. Mas informou que antes de deixar a penitenciária, ouviu um apelo destes prisioneiros, para que ele, em liberdade, divulgasse a situação dos sete, argumentando que teriam que ser beneficiados pela nova Lei de Segurança, a exemplo dos demais presos políticos.

Muito entusiasmado por deixar a prisão, Neres afirmou logo que saiu, às 16h30, que "sua convicção é a de continuar lutando junto ao povo brasileiro para a construção de um estado democrático no Brasil".

Por outro lado, o ex-tecelão e ex-sindicalista mineiro relatou os maus tratos que sofreu durante a fase de interrogatório do processo e confirmou as péssimas condições carcerárias do presídio de Linhares, já divulgadas por todos os presos que passaram pela regional de Juiz de Fora. Lembrando que no presídio os presos são vítimas de "humores" do seu diretor, sendo perseguidos e castigados constantemente por faltas imaginárias, Neres apelou para que os grupos que defendem o respeito aos direitos humanos se empenhem para controlar essa situação.

*Part
Presos Políticos*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Preso é libertado
30/10/79
em Minas
 Do correspondente em
JUIZ DE FORA

Sem dever nenhum favor à legislação, conforme declarou, já que a sua pena estaria encerrada no próximo dia 30 de maio, José Francisco Neres deixou ontem a Penitenciária de Linhares na condição de último preso político de Minas Gerais a ser libertado com o benefício da nova Lei de Segurança Nacional.

"Não foi fácil ficar estes três anos isolado na penitenciária", disse Francisco Neres, abraçando sua mulher e cercado de alguns amigos. "Depois que todos os companheiros foram libertados, a solidão ficou maior e eu cheguei a passar dois meses absolutamente só na Galeria "C" do presídio". José Francisco Neres foi preso sob a acusação de pertencer a organizações clandestinas e sobre o seu depoimento contou que o assinou "sob violentas torturas"

*Lista Presos Políticos
Preso em 11/04/79
Neres*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



*Ex-condenado à morte obtém
diminuição de pena pela
nova LSN e pode ser solto*

Journal do Brasil - 28/03/79
Salvador — Em decisão considerada inédita no país depois de 1964, o Juiz Arnaldo Ferreira Lima, da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, despachou favoravelmente a petição da advogada Ronilda Noblat, reduzindo para 16 anos as penas de Theodomiro Romeiro dos Santos, primeiro condenado a morte por crime político pela antiga Lei de Segurança Nacional.

Como Theodomiro já cumpriu mais da metade da pena — ele foi condenado à morte em 1970, sendo a sentença comutada em prisão perpétua pelo Presidente Médici e depois reduzida para 30 anos — advogada Ronilda Noblat revelou que, amanhã mesmo, entrará com um pedido de livramento condicional.

PLENITUDE DA LEI

Ao receber a decisão do Juiz-Auditor da 6a. CJM, a advogada Ronilda Noblat afirmou que ela "é altaneira, porque deu cumprimento em toda a sua plenitude ao mandamento legal contido na nova Lei de Segurança Nacional, sem preconceitos". Explicou que, diante da antiga LSN, a pena de 30 anos a que estava condenado Theodomiro ficou sendo a mínima. A nova lei aboliu as penas de morte e perpétua e a pena mínima foi reduzida para oito

anos, tese aceita pelo Juiz Arnaldo Ferreira Lima.

Por outros dois crimes praticados em companhia de Paulo Fontes (assalto a banco e tentativa de reorganização do PCBR), Theodomiro Romeiro dos Santos havia sido condenado a 18 anos e meio de prisão. Mas, em decisão da semana passada, o Juiz-Auditor da 6a. CJM aceitou o pedido de redução para oito anos, seis meses e 25 dias, reduzindo as penas de Theodomiro para 16 anos, seis meses e 25 dias.

*Costa
Luzon Política*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

para a Vara de Execuções Criminais 23/03/79
**Justiça militar já reduziu
penas de 5 presos comuns e
14 políticos pela nova LSN**

O Juiz-Auditor Teócritro Rodrigues de Miranda, da 1a. Auditoria da Aeronáutica, já beneficiou 14 presos políticos e cinco presos comuns — estes condenados por assalto a banco — com reduções de penas, com base na nova Lei de Segurança Nacional. Somente duas, das sete auditorias militares do Rio, estão reduzindo penas de assaltantes de banco, comuns.

Os 51 processos de assalto a banco sem motivação política haviam sido enviados ao Juiz Francisco Horta, da Vara de Execuções Criminais da Justiça comum, pois, na nova LSN, esse crime saiu da competência da Justiça militar. O Juiz Horta, porém, devolveu os processos às respectivas auditorias e o Juiz Teócritro concorda com ele: "A redução é prevista na nova Lei de Segurança, que só o juiz militar pode aplicar."

NOVAS REDUÇÕES

O Juiz Teócritro de Miranda remeteu ontem ao Procurador Ronaldo Petis Fernandes os processos em que Manuel Mariano Filho e Miguel Alvares Quevedo estão condenados por assalto a banco sem motivação política. O primeiro tem 12 anos de prisão para cumprir e o segundo, 10. Ambos deverão ter suas penas reduzidas para dois anos e dois meses e dois anos, respectivamente, após o parecer do procurador.

Os presos Antônio Frazão de Vasconcellos e Dagmar Ferreira Gomes, ambos condenados a 10 anos, tiveram ontem suas penas reduzidas para dois anos, pelo mesmo juiz. Dos 14 presos políticos beneficiados, somente cinco foram efetivamente soltos, pois os demais respondem a processos em outras auditorias. Os presos comuns foram todos soltos.

O Juiz-Auditor da 2a. Au-

ditoria da Aeronáutica, Sr José Garcia de Freitas, decidiu mandar para o Tribunal Federal de Recursos nove processos que lhe foram devolvidos pelo Juiz Francisco Horta. Ele acha que a Justiça Militar não é mais competente para apreciar processos de assalto a banco sem motivação política. Além da 1a. Auditoria da Aeronáutica, somente a 2a. Auditoria do Exército está procedendo às reduções.

O juiz da 1a. Auditoria da Aeronáutica marcou para o dia 17 de abril a audiência para ouvir três testemunhas de acusação no processo em que os ex-banidos José de Araújo Nóbrega, Reinaldo José de Melo e o ex-sargento do Exército Darcy Rodrigues são acusados de assalto a banco. Segundo o processo, os três pertenciam à organização Var-Palmars e, no dia 11 de julho de 1969, assaltaram o Banco Aliança, na Rua Conde de Bonfim.

*Procurador
Ronaldo Petis Fernandes*



PT 1590-194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Auditoria reduz
penas na Bahia**

O Estado São Paulo - 23/03/79

**Da sucursal de
SALVADOR**

Os presos políticos Theodomiro Romeiro dos Santos e Paulo Pontes da Silva, que foram condenados à morte e à prisão perpétua em 1975, condenações posteriormente comutadas, tiveram suas penas reajustadas ontem em Salvador à nova Lei de Segurança Nacional pelo juiz-auditor da 6ª Região Militar, Arnaldo Ferreira Lima. Ontem mesmo, Paulo Pontes requereu liberdade condicional e espera sair da cadeia para frequentar aulas na Universidade Federal da Bahia, onde está matriculado.

O caso de Theodomiro, porém, é um pouco diferente, pois depende de um pedido de adaptação da pena em outro processo, que será despachado possivelmente terça-feira pelo juiz-auditor. Se o despacho lhe for favorável, ele poderá em dois meses requerer também sua liberdade condicional. Ainda ontem, Ferreira Lima reajustou a pena do preso político Antonio Bouças Castro, de São Paulo, que na próxima semana já poderá receber o alvará de soltura.

Paulo Pontes, independente do pedido de liberdade condicional, será solto da Penitenciária Lemos Brito no dia 22 de

maio quando termina a pena de oito anos, seis meses e 25 dias a que foi reduzida sua condenação inicial de 18 anos e seis meses, em dois processos. Da pena de prisão perpétua ele foi absolvido em grau de recurso. Pontes tenta, no entanto, sair o mais rápido possível para não perder o semestre da UFBA, já que não recebeu autorização para frequentar as aulas no curso de Economia, no qual se matriculou depois de aprovado no último vestibular.

Theodomiro Romeiro dos Santos, condenado à morte pelo assassinato do sargento da FAB Walder Xavier de Lima, que o prendeu em setembro de 1970, cumpria até ontem a pena de 48 anos e seis meses, em três processos. Em um deles, a pena de morte foi comutada em 30 anos, e nos dois outros foi condenado a 15 anos e a três anos e seis meses. Essas duas últimas condenações foram reduzidas para oito anos, seis meses e 25 dias. A adaptação da pena de 30 anos à nova LSN será decidida na terça-feira, podendo o juiz reduzi-la para oito anos. Com isso Theodomiro ficaria com uma pena total de 16 anos, seis meses e 25 dias e como já cumpriu mais da metade estaria habilitado à liberdade condicional em um máximo de dois meses.



*Portar
Presos Políticos
A estado em 23/03/79
R. Pontes*



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

I

Quinta-feira, 22 de março de 1979 **SOCIAL**

Linha de São Paulo

Presos de Minas fazem denúncias sobre violência

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

BELO HORIZONTE (Sucursal) - Através de carta dirigida ao promotor José Gaspar Nogueira, do 1.º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, os presos da Delegacia de Investigações fizeram sérias denúncias com relação ao tratamento recebido no chamado "depósito de presos" da Lagoinha. Entre as denúncias contidas na carta estão: espancamento violento de presos por policiais, falta de total assistência médica, falta de camas nas celas, péssimas condições de alimentação, desrespeito para com mães, irmãs e esposas de presos e presença de pessoas já condenadas no Centro de Triagem.

A carta, que foi entregue ao promotor por um preso que havia ido ao Fórum para ser sumariado, pede que "pelo amor de Deus, nos ajude". Segundo os presos "o depósito de presos - mais parece um campo de concentração russo". Pela denúncia, cinco presos foram espancados barbaramente por policiais e chefes do Departamento de Investigações. "Um deles foi internado no Pronto Socorro, entre a vida e a morte", relata a carta.

"Todos os presos aqui estão doentes", é o que afirma a carta de denúncia, explicando que a sarna e a doença venérea já se espalharam por todas as celas. "Ninguém tem condições de ser medicado, porque o remédio mais usado aqui, para tais doenças, é somente a creolina" - afirmam eles. "Somente podemos ir ao médico depois de estarmos podres", continua a carta, explicando que o atendimento médico é negado a toda pessoa presa por furto" ou caso parecido".

Reclamando da comida, os presos da Lagoinha denunciavam que recebem apenas arroz e feijão, que vêm em marmitas sujas, "lavadas nas mesmas latas que são usadas para lavar os panos que são usados para lavar o chão". Dizem ainda que não existem sequer colchões nas celas e os xadrezes são "como chiqueiro", pois não existe água nem para banho, nem para lavagem de roupa. O desrespeito para com

familiares de presos também foi denunciado: "Quando ficam mais amáveis com nossas mães ou irmãs é para dirigir galanteios, querendo marcar encontro com elas". Segundo a carta, existem no Centro de Triagem seis presos já condenados a penas que variam de cinco a 37 anos, e que deveriam estar na Penitenciária de Neves.

Além das denúncias da carta, o promotor José Gaspar Nogueira recebeu, de outros presos que estiveram no Fórum, a denúncia de que, devido a uma tentativa de fuga frustrada, na última quinta-feira, presos foram torturados e espancados por policiais e 15 deles foram internados no hospital do Pronto Socorro.

ESQUADRAO DA MORTE

O delegado geral de polícia de Juiz de Fora, Paulo Moraes, afirmou que se eleva a oito o número de corpos encontrados, com marca de tortura e espancamento, em região próxima a Juiz de Fora. O aparecimento de dois corpos na BR 040, perto de Juiz de Fora, no início desta semana, já foi comunicado, em relatório, à Secretaria de Segurança de Minas.

Os cadáveres não foram ainda identificados e existem suspeitas, cada vez mais fortes de que eles são resultado de crimes da polícia do Rio de Janeiro, pois os oito corpos, encontrados até agora, têm todas as características de serem vítimas do Esquadrão da Morte carioca. Em geral, eles apresentam marcas de sevícia, sinais de balas e estrangulamento. Quase todos eles estavam vestidos apenas de shorts ou sungas.

Os dois últimos corpos encontrados foram sepultados como indigentes. A Polícia Técnica registrou impressões digitais e fotografou os corpos e o material deverá ser remetido a delegacias de polícia do Rio de Janeiro, na tentativa de identificar os dois mortos.

Em Belo Horizonte, circulou ontem a notícia que a polícia do Rio de Janeiro está creditando os cadáveres encontrados na região de Juiz de Fora a uma guerra entre quadrilhas traficantes de tóxicos da Baixada Fluminense.

Lista Presos Políticos



PT 1590-131

Promotores unidos contra violência policial em MG

BELO HORIZONTE (Su-
cursal) — “O Estado já se
cercou de todas as garantias
possíveis para sua sobrevi-
vência. Agora, chegou a ho-
ra de resguardar o cidadão
contra atos de violência.
Que se pense menos no Esta-
do e mais no homem”, afir-
mou ontem o promotor de
Justiça José Severino Flores,
ao resumir a posição do
Ministério Público de Belo
Horizonte frente às arbi-
trariedades e violência —
policiais — que se tornam
cada dia mais frequentes em
Belo Horizonte — fiscalizan-
do cadeias e delegacias e
acompanhando de perto in-
quéritos que envolvem a
polícia.

Referindo-se à morte de
Milton Antônio Nogueira, o
“Bolão”, ocorrida em cir-
cunstâncias suspeitas sob a
guarda da polícia, e que de-
sencadeou a atual reação do
Ministério Público, José Se-
verino afirma: “O caso de
“Bolão” é um retrato de
corpo inteiro do despreparo
de elementos que integram
a polícia civil. O fato é tão
grave que o procurador-
geral da Justiça, Alberto
Pontes, designou o promotor
José Gaspar de Nogueira
para que acompanhe, em
nome do Ministério Público,
o inquérito policial do caso
“Bolão”. Se não houvesse
suspeita de crime e não
houvesse a necessidade de in-
quérito policial bem feito, o
procurador-geral da Justiça
não tomaria tal atitude”.

Para os promotores de Be-
lo Horizonte, “a repetição
dos atos de violência policial
não pode mais ser escondida
e demonstra a necessidade
de que do organismo policial
sejam afastados os “pes-
cadores de águas turvas e os
vendilhões do tempo”.

CUMPRIMENTO DA LEI

“A posição do Ministério
Público de Belo Horizonte,
com todos seus representa-
tes, cerrando fileiras, de-
monstra que a bandeira que
erguemos, em prol da exata
aplicação da lei penal, custe
o que custar, será colocada
no ponto que necessita ser,
isto é, no ponto de exigir de
todos o cumprimento da
lei”, afirmou ainda o promo-
tor Severino Flores.

Segundo ele, a atitude do
Ministério Público será
mantida “mesmo que ve-
nhamos a desagradar os
eventuais detentores do po-
der, os que se estão benefi-

ciando deste estado, de vio-
lência. Não arredaremos pé
de nossa posição, porque es-
tamos cumprindo dever na-
tural do Ministério Público,
que é, antes de mais nada, o
de buscar um estado de jus-
tiça”.

A posição do promotor Jo-
sé Severino Flores, é endos-
sada pelo promotor da vara
de Execuções Criminais, Vi-
cente de Paula Almeida.
Sem aviso prévio, ele visto-
riou na quinta-feira passada
a delegacia do 4.º Distrito
Policial, onde, segundo as
denúncias “Bolão” teria
morrido por tortura.

Falando sobre o problema
das arbitrariedades e da
violência policial, Vicente
Almeida defendeu a reforma
de toda a estrutura policial.
“A reforma de uma insti-
tuição nunca deve ser adiada
e deve procurar as causas
para, bem analisando os
fatos, situar efeitos. Não é
aceitável que o país, que diz
buscar seus próprios ca-
minhos, através de um sis-
tema que afirma demo-
crático, esqueça os princípios
de organização, de ordem e
de interesse humano e da
própria condição humana”,
afirmou o promotor da Vara
de Execução Criminal.

Fez questão de ressaltar
que a intenção do Ministério
Público é apenas cumprir
sua função, “nada além disto
e muito menos ainda hu-
milhar a polícia, como estão
querendo dar a entender”.

Segundo ele “a princípio, a
violência policial é decorren-
te da violência do marginal.
Mas a violência policial nos
níveis atuais não se justifica
face à lei e aos princípios
cristãos. Se armamos os
policiais de impunidade,
mesmo ante as violências
cometidas, nós os transfor-
mamos em marginais. E pior
que isto, em marginais ar-
mados legalmente e sob a
proteção do Estado”.

Na opinião da maior parte
dos componentes do Minis-
tério Público de Belo Hori-
zonte, a solução para os
problemas da violência
policial “é a reestruturação
do organismo policial”, como
afirmou o promotor José
Gaspar Nogueira. Entretan-
to, todos são unânimes em
reconhecer que “chegou a
hora de nos preocuparmos
mais com a segurança do
cidadão nacional e menos
com a segurança nacional”,
como disse o mesmo pro-
motor Nogueira.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Torturado entra com
ação de indenização**

foram do Brasil - 21/03/77
Salvador

A advogada Ronilda Noblat vai entrar na Justiça Federal com ação indenizatória contra a União, em favor do ex-presos político Milton Coelho Carvalho, funcionário aposentado da Petrobrás, que perdeu a visão em decorrência de torturas. Na Justiça Militar, ela entrará com outra ação para responsabilizar criminalmente os responsáveis pelas violências contra o preso.

Esta será a primeira vez que depois de 1964 a Justiça Militar vai julgar uma ação de responsabilidade criminal por torturas a preso político. Estas torturas foram reconhecidas no processo julgado em 1ª instância na 6a. CJM, em Salvador. O reconhecimento constou da sentença do Juiz-Auditor Arnaldo Ferreira Lima, que absolveu Milton Coelho e 18 acusados de reorganizarem o PCB em Sergipe.

A Sra Ronilda Noblat explicou que as duas ações foram facilitadas pelo veredicto do Superior Tribunal Militar, que confirmou a sentença da 1a. instância. O acórdão do STM deverá ser publicado dentro de cinco dias. O julgamento do Superior Tribunal Militar foi realizado anteontem e, na interpretação da advogada Ronilda Noblat, o STM, ao confirmar o julgamento realizado na 6a. CJM, en-

dossou o reconhecimento da tortura.

Os acusados no processo e Milton Coelho afirmam que foram encapuzados e torturados na garagem do 289 Batalhão de Caçadores de Aracaju. Acusam como torturadores o agente da Polícia Federal Aerovaldo de Andrade Freire, um capitão-médico, um sargento e um cabo do Batalhão de Caçadores.

Milton Coelho Carvalho (37 anos, dois filhos) foi preso com outras 22 pessoas em 20 de fevereiro de 1976 e no dia 10 de abril solto por decisão da Auditoria Militar, já sem visão. "Só não disse nada aos carcereiros militares porque tive medo que fizessem coisa pior, como simular um acidente por estar cego", disse Milton Coelho, na época do julgamento, em Salvador.

Milton Coelho disse que numa das sessões de tortura pediu que folgassem a venda dos olhos, porque era miope e estava doendo bastante. Foi o suficiente, segundo ele, para que os torturadores passassem a pressionar seus olhos com as pontas dos dedos, ao mesmo tempo em que era espancado na cabeça. Era ainda mergulhada a cabeça na água para que "aprendesse a decorar o depoimento que a gente daria no quartel".



Ronilda Noblat



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



*Carta
Pessoal*

**Processo contra a
União: torturas**

Correio de Notícias

21/03/79

Salvador — A advogada Ronilda Noblat revelou, ontem, que irá ingressar na Justiça Federal com uma ação indenizatória contra a União, em favor do ex-presos político Milton Coelho Carvalho, funcionário aposentado da Petrobrás, que perdeu a visão em decorrência de torturas. Na Justiça Militar ela dará entrada a outra ação para responsabilizar criminalmente os responsáveis pelas violências contra o preso.

Esta é a primeira vez que a Justiça Militar após 1964 vai julgar uma ação de responsabilidade criminal por torturas a preso político. As quais foram reconhecidas no processo julgado em primeira instância na 6ª Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador. O reconhecimento constou, inclusive, da sentença do juiz auditor Arnaldo Ferreira Lima, que absolveu Milton Coelho e outros 18 acusados de reorganizarem o PCB em Sergipe.

A advogada Ronilda Noblat, de 37 anos e há 11 defendendo presos políticos na Bahia, explicou que as duas ações foram facilitadas pelo veredito

do Superior Tribunal Militar, que confirmou a sentença da primeira instância. O relator do processo foi o ministro Ruy Pessoa e o acórdão do STM deverá ser publicado dentro de 5 dias.

O julgamento do Superior Tribunal Militar foi realizado segunda-feira, na interpretação da advogada Ronilda Noblat, o STM ao confirmar o julgamento realizado na 6ª CJM, cuja sentença foi assinada pelo juiz auditor e quatro juizes militares, endossou o reconhecimento da tortura.

Ao tempo em que a ação dará entrada na Justiça Militar, disse a advogada, o inquérito deverá sr instaurado.

Os acusados no processo e Milton Coelho afirmam que foram encapuzados e torturados na garagem do fundo do 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju. Acusam como torturadores o agente da polícia federal Aerovaldo de Andrade Freire, um capitão-médico, um sargento e um cabo do Batalhão de Caçadores.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



**Habeas corpus solta
preso em Pernambuco**

Recife, 21/03/79
Um ano e seis meses depois de haver cumprido a pena de três anos a que fora condenado pela Justiça Militar em Pernambuco, o preso político João Bosco Rollemberg Cortes foi libertado, às 13h de ontem, por força de habeas corpus concedido pelo Superior Tribunal Militar.

Logo após ser solto, João Bosco denunciou a "gravidade da situação carcerária no presídio de Itamaracá, aliada ao clima retrógrado e de reacionarismo existente na Auditoria Militar em Pernambuco".

"O meu caso"
João Bosco Rollemberg "é apenas mais um entre outros. Eu devia ter sido solto há um ano e seis meses. Existem oito companheiros, entre os 18 presos de Itamaracá, que já deveriam estar soltos, por força da redução de suas penas, decorrente da nova Lei de Segurança Nacional. Em alguns casos, já cumpriram o dobro das penas previstas na nova lei, mas a Auditoria Militar não apreciou seus pedidos de soltura".

*Posta
Russo Salte
Arquivado em 28/03/79
Rafael*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

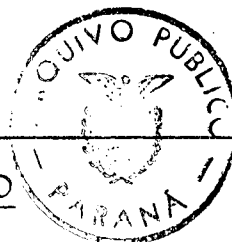
SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



HISTÓRICO

*Pasta
STM*

Preso solto por ordem do STM

Estado São Paulo - 21/03/79

Das sucursais e do serviço local

Após passar cinco meses indevidamente na prisão, e ter cumprido integralmente uma pena que o Supremo Tribunal Federal considerou extinta por prescrição, o estudante sergipano João Bosco Rolemberg Cortes foi posto em liberdade ontem por determinação do Supremo Tribunal Militar.

O estudante estava preso desde 1974 na penitenciária Barreto Campello, em Itamaracá, condenado em dois processos por crimes contra a Segurança Nacional a um total de cinco anos. A primeira pena, de dois anos, foi considerada extinta por prescrição pelo STF e, ao ser anunciada esta decisão, João Bosco continuava cumprindo outra condenação de três anos. A libertação deu-se através de habeas corpus impetrado pela advogada Ronilda Noblat e concedido pelo Superior Tribunal Militar. O alvará de soltura foi emitido às 13 horas pelo juiz-auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, José Bolívar Régis.

ADIAMENTO

Mais uma vez, foi adiado no

Supremo Tribunal Federal o julgamento dos estudantes Nelson Rodrigues, filho do dramaturgo, e Paulo Roberto Jabur que pretendem anular condenação imposta pelo Superior Tribunal Militar, por participação no assalto ao supermercado "Disco", em Copacabana, no Rio, no ano de 1971.

Os dois foram absolvidos duas vezes pela 3ª Auditoria do Exército, mas acabaram condenados pelo Superior Tribunal Militar, depois da anulação do primeiro processo. A pena imposta a eles foi de 12 anos, de acordo com o antigo texto da Lei de Segurança Nacional.

RETORNO

O exilado brasileiro Toshio Kawamura deverá chegar às 10 e 40 de hoje, procedente de Paris, ao Aeroporto de Viracopos. O exilado, que vem acompanhado de sua mulher, Maria Celeste de Souza, e de dois filhos, está fora do Brasil há vários anos, tendo residido no Chile e, posteriormente, na França. Para regressar, ele não conseguiu, junto às autoridades brasileiras, o passaporte a que tinha direito e, por isso, deve desembarcar apenas com um título de viagem.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Audidores
de J. de Paulo
comunicam regras
para visita *20/03/79*

Os juizes auditores da 1.a e 2.a Auditorias, da 2.a Circunscrição Judiciária Militar, José Paulo Paiva e Nelson da Silva Guimarães, enviaram ontem ao diretor do presídio da Justiça Militar Federal, no Barro Branco, esclarecimentos sobre a regulamentação da visita aos presos políticos que estão detidos ali.

De acordo com as informações fornecidas pelos auditores, "as visitas de parentes em geral e amigos pessoais dos presos deverão continuar a ocorrer mediante autorização apenas da direção do presídio, usando de seu prudente arbítrio, como se tornou praxe há vários anos". Por outro lado, concluem os auditores, "não deverão ser permitidas visitas de pessoas ou grupos cuja finalidade declarada ou dissimulada seja prestar solidariedade aos presos, ou aproveitar-se da visita para promover manifestações subversivas ou quebra da disciplina interna do presídio".

NORIO

A 1.ª Auditoria da Aeronáutica, com base na nova Lei de Segurança, reduziu de 8 anos para 9 meses e 18 dias a pena de Flávio Bernardino dos Santos, inicialmente condenado em 1.ª instância, a 22 anos de reclusão e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos, acusado de assalto a banco. Posteriormente o STM reformou a sentença para 8 anos de reclusão. Flávio já cumpriu mais da metade da pena e agora poderá ganhar o livramento condicional. O alvará de soltura já foi expedido e, caso não haja impedimento, será imediatamente cumprido. Ele está preso em Vitória.

A mesma auditoria, após reduzir a pena de Hélio Moreira de Souza Santos de 13 para 2 anos e 7 meses, determinou a expedição de alvará de soltura que foi encaminhado ao DESIPE, onde ele cumpre a pena.

*Posto
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOM

FILIA

PROFI

RESID

Ato público em Minas vai pedir libertação de presos

O Estado São Paulo - 20/02/74

Das sucursais

Está prevista para as 18 horas de hoje, na praça Afonso Arinos, em frente à Faculdade de Direito da UFMG, em Belo Horizonte, a realização de um ato público para pedir a quebra de incomunicabilidade e a libertação de duas das pessoas detidas nos últimos dias, que ainda permanecem presas.

Tanto a Universidade Federal quanto a Católica continuam sem aulas, pois todas as escolas decretaram greve geral em solidariedade à estudante Maria de Fátima Oliveira, presidente do diretório acadêmico do Instituto de Ciências Biológicas, e à professora Zilda Engrácia Gama de Oliveira, que ontem foi libertada. A seção mineira do CBA e as entidades estudantis, inclusive a comissão Pró-UNE, divulgaram notas oficiais reafirmando o "caráter pacífico do ato público" de hoje.

EX-BANIDO

O ex-banido Nelson Chaves dos Santos, que está preso no DOPS, em Belo Horizonte, à disposição da Polícia Federal, explicou que sua detenção ocorreu no Rio de Janeiro, na manhã de quarta-feira da semana passada. O fato foi revelado pelo próprio Nelson ao seu advogado, Luiz Eduardo Greenhalgh, contratado pela família do preso para defendê-lo. Ontem, Nelson avistou-se também com sua irmã, Maria Chaves dos Santos, e com o médico Célio de Castro, que o examinou. A visita foi autorizada pelo encarregado do inquérito, Wilson Ramalho Coelho, que dessa forma quebrou o prazo inicial de incomunicabilidade, previsto na nova Lei de Segurança Nacional.

Luiz Eduardo Greenhalgh informou que o mé-

dico pediu que fossem feitos exames de urina, escarro e radiografias do pulmão esquerdo de Nelson, "pois ele está com alguma anormalidade nesse órgão e também com infecção renal. O exame físico feito pelo médico indicou que Nelson estava, até a hora em que o avistamos, em boas condições, e ele mesmo afirmou não ter sido sequestrado, disse o advogado."

Greenhalgh revelou ainda que, tão logo fiquem prontos os exames pedidos pelo médico, será solicitada a transferência do preso para São Paulo, onde ele tem audiência marcada, em outro processo, na 2ª Auditoria Militar, no dia 16 de abril.

Sobre a professora Zilda Engrácia, a informação é de que a sua libertação está prevista para hoje. A estudante Maria de Fátima começa a depor hoje e poderá ser libertada até a próxima quinta-feira, pela Polícia Federal.

CRÍTICAS

Em Brasília, depois de afirmar que as prisões políticas dos últimos dias em Minas evidenciam "o esforço de legalizar prisões marcadas pela vontade de restabelecer no Brasil o clima de 1975, quando a repressão causou grandes tragédias, o deputado Del Bosco Amaral (MDB-SP) criticou, ontem, na Câmara, as recentes declarações do secretário de Segurança de São Paulo para concluir que o Estado "parece estar destinado a ser palco dos maiores desastros."

"O novo secretário, disse o deputado, tem como obrigação primeira imprimir nova imagem à polícia paulista, que encontrou sua mais negra época nas mãos do secretário Erasmo Dias, homem pouco afeito ao diálogo e com uma equipe de assessores marcada por posições radicais em favor da direita".

Dois terão liberdade condicional

Da sucursal do RIO

O juiz Teóclito Rodrigues de Miranda, da 1ª Auditoria da Aeronáutica, reduziu de oito anos para nove meses e 18 dias a pena de Flávio Bernardino dos Santos e de 13 anos para dois anos e sete meses a pena de Hélio Moreira de Souza Santos, ambos condenados por assalto a banco. Flávio, preso em Vitória, foi condenado em primeira instância a 22 anos de reclusão, com suspensão dos direitos políticos por dez anos. Posteriormente, o Superior Tribunal Militar reformou a sentença para condená-lo a oito anos, pena que terminaria em 27 de fevereiro de 1980. Como os dois já cumpriram mais da metade da pena, terão direito à liberdade condicional.

Visitas: juízes orientam presídio

Com o objetivo de esclarecer as dúvidas surgidas quanto ao problema de visitas aos presos no Presídio Federal do Barro Branco, os juízes auditores José Paulo Paiva, da 1ª Auditoria, e Nelson da Silva Machado Guimarães, da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, encaminharam ofício conjunto ao diretor do presídio, que diz o seguinte:

"1 - As visitas de parentes em geral e amigos pessoais aos internados deverão continuar a ocorrer, mediante autorização apenas da direção, usando de prudente arbítrio, como se tornou praxe há vários anos; 2 - Por manifestas razões, não devem ser permitidas as visitas de pessoas ou grupos, cuja finalidade declarada ou dissimulada seja prestar solidariedade política aos presos; ou aproveitar-se da visita para promover manifestações subversivas ou quebra da disciplina interna do presídio".



Santa Rosa
Prison

PT1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Juiz auditor atende
São Paulo
pedido dos presos

12/03/79
O juiz Nelson Machado da Silva Guimarães, da 2.^a auditoria militar de São Paulo, decidiu atender às reivindicações dos presos políticos do Barro Branco, que fizeram uma greve de fome durante seis dias como forma de protesto pela limitação de visitas ao presídio.

A informação é do presidente da Comissão de Justiça e Paz, advogado José Carlos Dias. Ele explicou que o juiz auditor reuniu-se com os presos políticos, na quinta-feira à noite, logo após o término da greve de fome. Na presença dos advogados dos presos políticos, ele prometeu, verbalmente, que os presos voltariam a receber visitas de amigos, e não apenas de parentes consanguíneos, conforme determinara há duas semanas.

Pelo acordo feito com o juiz auditor, os presos farão uma lista com os nomes das pessoas que costumam visitá-los, para que as auditorias as credenciem junto à direção do presídio, permitindo sua entrada. Nos casos omissos, a própria direção do presídio terá autonomia para permitir ou não as visitas.

*Posto
Presos Políticos*

Presos iniciam greve no Rio por melhor tratamento

Do sucursal do RIO

"Companheiros: unidos, somos fortes, a repressão é demais. A partir de amanhã, quem trabalhar morre. Sr. chefe da Segurança, se for posto, de fato, este regime de pátio até as 16 horas, sua administração será tumultuada. Nossos direitos terão de ser respeitados até com nosso próprio sangue. Abaixo as trancas."

Utilizando cartazes com esses dizeres, 680 presos iniciaram, ontem pela manhã, uma greve na penitenciária Milton Dias Moreira, no Rio, a mesma que na semana passada enfrentou uma rebelião que resultou na morte de duas pessoas e forçou a transferência dos presos mais perigosos para a Ilha Grande. A razão do movimento — inédito em se tratando de presos comuns, com a paralisação dos trabalhos internos do presídio — foi a portaria do capitão da PM, Sérgio Peixoto, diretor da penitenciária, proibindo os detentos de ouvir rádio, ver televisão e praticar qualquer esporte, "por castigo".

Francisco Massá, até ontem diretor do Departamento do Sistema Penitenciário, reuniu todos os presos no pátio do presídio, pedindo "um voto de confiança" e ouvindo as queixas: condições desumanas de tratamento aos visitantes, "comida aquém das necessidades de qualquer ser humano", extorsão por parte dos particulares que exploram a cantina e que cobram até Cr\$ 12,00 por um refrigerante, e, o que foi mais enfatizado, "despreparo da Segurança para lidar com os prisioneiros".

VIOLÊNCIA

Depois da rebelião da semana passada, o clima no interior da Penitenciária Milton Dias Moreira passou "de mal a pior", segundo os presos. E, revoltado com a ação de um grupo de detentos procedentes da Ilha Grande, o capitão Sérgio Peixoto resolveu agir de forma mais enérgica. Determinou que todos os detentos permanecessem no interior de seus cubículos entre 9 e 18 horas. Tinham que ficar no pátio, durante esse espaço de tempo, sem direito a ouvir rádio, ver televisão ou praticar qualquer esporte. Para garantir que a ordem fosse cumprida, dobrou o policiamento e reforçou o armamento de seu pessoal. O clima, que já era tenso em consequência da última rebelião, acabou atingindo proporções incontroláveis. Para piorar a situação, os guardas encarregados da segurança usavam sempre de violência cada vez que percebiam qualquer alteração no comportamento dos presos.

Anteontem à noite, um carro bateu num poste, em frente à penitenciária, danificando toda a rede elétrica dos três presídios instalados na rua Frei Caneca. Com receio de que os presos aproveitassem a situação para

lhe criar problemas, o capitão Sérgio pediu reforço policial. A presença de um forte contingente armado dentro da penitenciária revoltou os detentos, que começaram a agir. Como sabiam que mais 19 companheiros seriam transferidos ontem pela manhã para a Ilha Grande, os cabeças (não identificados) do movimento consideraram que essa seria a ocasião certa para iniciar um movimento grevista, de forma a chamar a atenção da imprensa e dos homens que vão compor a nova administração.

Quando o capitão Sérgio Peixoto chegou ontem pela manhã ao presídio, soube da novidade: vários cartazes de protesto contra as contradições carcerárias tinham sido colocados na cozinha, nos banheiros, no refeitório e no pátio. E, o que lhe parecia pior, ia ficar sem o seu café da manhã, porque os empregados da cozinha também aderiram à greve, forçados pelos próprios companheiros, que os ameaçaram de morte caso "furassem" o movimento. O mesmo aconteceu com os detentos que trabalhavam na carpintaria, na sapataria, na gráfica e nos demais centros de serviços do presídio. Diante da situação, o capitão chamou o diretor do Desipe, que, pouco depois, chegou ao local.

Assim que tomou conhecimento das proibições do capitão Sérgio — "eu as desconhecia" — Massá tratou de revogá-las. Estava irritado e não escondia o seu descontentamento com a falta de habilidade da direção do presídio para solucionar os problemas dos detentos. Em seguida, convocou todos eles para uma reunião no pátio, fazendo questão de dispensar a segurança ostensiva e bem armada que o capitão estava preparando "para protegê-lo". Em menos de meia hora, os 680 prisioneiros estavam reunidos no pátio.

Em resumo, os presos protestaram contra a situação "vexatória" a que são submetidas as visitas, reclamaram da exploração da penitenciária, que vende o produto dos que trabalham na carpintaria e no artesanato "pelos preços da praça", pagando aos autores do trabalho apenas Cr\$ 20,00 por dia. A cantina da penitenciária, explicaram, é explorada por particulares, que cobram até Cr\$ 12,00 por um refrigerante ou Cr\$ 30,00 por um cachorro quente, quantia que, acreditam, é dividida com os guardas.

Durante o encontro de 45 minutos com os 680 prisioneiros, Francisco Massá falou pouco e ouviu muito. Reconheceu a justiça de algumas reivindicações — tratamento mais humano, por exemplo e, mesmo ausente a partir de hoje, prometeu interceder junto à nova administração, para que sejam corrigidas, o mais rapidamente possível, algumas injustiças, como a transferência de presos não perigosos para a Ilha Grande.



*Porta
Presos Políticos*

PT 1590-194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Presos políticos
Idiba João Paulo - 16/03/79
atendem d. Paulo
e encerram greve

Os presos políticos do Barro Branco, atendendo ao apelo de Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, terminaram ontem, às 17h30, a greve de fome iniciada sábado passado como forma de protesto à limitação de visitas ao presídio.

Conforme apelo feito por Dom Paulo, os presos entregaram a seus advogados — Idibal Piveta, Luiz Eduardo Greenhalgh, Belizário Santos Junior, Paulo Gerab e Roberto Leal — e ao presidente da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Dias, o poder para defender suas reivindicações.

Uma das soluções mais plausíveis para atender à reivindicação dos presos, de acordo com as negociações em andamento entre os advogados e os juizes auditores, é a elaboração de listas, por parte dos presos, contendo os nomes das pessoas que costumam visitá-los. Essas listas seriam entregues às auditorias, que credenciariam tais pessoas junto à direção do presídio.

A necessidade de credenciamento se impõe, segundo o juiz auditor Nelso Machado Guimarães, para que “as visitas não assumam um caráter político, como tem acontecido ultimamente”.

A greve de fome, que entrava ontem em seu sexto dia — considerado pelos médicos um momento crítico para a saúde dos grevistas — ganhou, no decorrer da semana, a solidariedade de várias entidades de classe como os Comitês Brasileiros de Anistia, Ordem dos Advogados do Brasil, Sindicato dos Artistas de São Paulo, DCE-Livre da PUC, Oposição Metalúrgica de São Paulo, Ordem dos Beneditinos da Bahia, e contou ainda com a intermediação de parlamentares, juristas e autoridades eclesiais.



*Arquivo
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



Mulher de preso protesta

O Estado São Paulo - 16/03/79
Do correspondente em
JUIZ DE FORA

imposta ao prisioneiro desde o dia 21 de janeiro.

"Há 52 dias isolado na Galeria 'C' — reservada aos presos políticos da Penitenciária de Linhares — o único contato que meu marido tem com o mundo exterior é através de um pempto, que ele salvou de morrer de frio nas últimas longas chuvas e que acabou ficando seu amigo." Este é um dos trechos da carta que Diva Neres, mulher de José Francisco Neres, distribuiu ontem aos jornais, para protestar contra a incomunicabilidade

Diva utilizou trechos de uma carta do próprio marido para dar uma "impressão mais direta" do que significa o seu isolamento: "O isolamento é completo, total e indiscutível. É uma tortura psicológica. Eu posso sentir o zumbido característico de vários insetos, distinguir a extensão sonora do canto dos passaros. Os passos do guarda posso senti e perceber suas características próprias a 50 metros; meus próprios passos às vezes me assustam".

*Posta
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Um sequestro e
3 desaparecidos
em Minas Gerais**

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Cinco indivíduos desconhecidos sequestraram ontem à tarde, em pleno centro de Belo Horizonte, o ex-presos político José Adão Pinto da Silva, dono da Livraria Aldeia Global. Após empurrá-lo, na presença de várias pessoas, para o interior de um Fiat azul claro, chapa particular, os sequestradores desapareceram.

Ainda ontem, pouco tempo depois deste sequestro, os funcionários da livraria Aldeia Global constataram o desaparecimento de Antonio Roberto Beterli, sócio de José Adão na firma, e que fora processado anteriormente sob acusação de pertencer ao Partido Comunista, mas absolvido pela Justiça, e João Guerra. Este último, farmacêutico e sócio-proprietário da drogaria Damar-ta estaria em companhia de Antonio Beterli para discutir sua entrada na sociedade da livraria.

Membros da diretoria do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) informaram, por sua vez, que não conseguiram localizar, até o final da noite de ontem, a estudante Maria de Fátima Oliveira, presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade. A informação sobre o desaparecimento de Maria de Fátima foi confirmada pelos membros da diretoria do Centro Acadêmico do qual ela é presidente. Segundo eles, Maria de Fátima já demonstrara, domingo passado, apreensão por ter notado que era seguida por um carro particular. Ontem, às 10 horas da manhã, ela deixou a sede do Centro Acadêmico e ficou de retornar ao meio-dia, mas não deu qualquer notícia até a noite. Seus colegas procuraram localizá-la em sua residência e através de amigos mais próximos, sem obter qualquer êxito.

correligionário, Dalton Canabrava, que divulgou a informação, sugeriu ao líder do governo na Assembléia, deputado Emilio Gallo, que pedisse explicações ao governo sobre os fatos, "pois tudo leva a crer — afirmou — que os sequestradores sejam da polícia".

Os parlamentares chegaram a falar, por telefone, com o secretário da Segurança, coronel Amando Amaral, que limitou-se a pedir prazo para apurar os fatos e apresentar um relato da situação.

Para a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, seção de Minas, dona Helena Grecco, os últimos acontecimentos (referindo-se ao sequestro) "provam que a proposta de abertura é uma balela, pois toda a hora estamos assistindo a arbitrariedades, como sequestros, a apreensão do jornal "Em Tempo" ou o processo contra a revista "Veja".

Bierrenbach

denuncia novas torturas no Rio

BRASILIA — (Sucursal) — O almirante Julio de Sá Bierrenbach, ministro do Superior Tribunal Militar, voltou a denunciar ontem novas torturas praticadas pela polícia do Rio. Desta vez o torturado foi Sergio da Cunha Gameiro, que está cego dos dois olhos e paráltico. Ele foi apontado pela Delegacia de Furtos e Roubos do Rio de Janeiro como um dos assaltantes da Agência do Banco Itaú, localizada no Meier, nesta Capital, fato ocorrido no dia 21 de julho de 1.975, quando, comprovadamente, Sergio Gameiro encontrava-se preso num departamento de "atividades especiais"

*Posto
Pessoal*



PT 1590-111

O SEQUESTRO

Entre 13h30 e 14 horas de ontem, contaram os empregados da Livraria Aldeia Global, situada na sobre-loja do edifício Maleta, no centro comercial de Belo Horizonte, cinco homens, um deles muito forte, vestindo roupas comuns, invadiram a loja e pegaram José Adão pelo braço. Espancaram-no e depois saíram, arrastando-o, pelos corredores e escadarias do prédio, enquanto ele gritava: "Estou sendo preso", "estou sendo preso". O Fiat azul claro onde ele foi atirado aguardava na frente do edifício.

Geraldo Magela, o advogado de José Adão, que já cumpriu pena de cinco anos na penitenciária de Linhares, comunicado do fato, entrou imediatamente com pedido de habeas corpus na Justiça, pleiteando que a polícia reconhecesse que detém em seu poder o sequestrado.

DESAPARECIMENTO

Tomadas as providências, os funcionários da livraria passaram a se inquietar com a ausência demorada do sócio de José Adão, Antonio Roberto Beterli, que saiu da loja às 11 horas para ir à uma gráfica. Até as 18 horas, porém Beterli não deu sinal de vida.

No final da tarde, de acordo com o advogado Geraldo Magela, Beterli tinha se comunicado por telefone com a livraria e informado que estava preso no Dops, mas "que não precisaria de advogado porque seria solto no mesmo dia".

À noite o subinspetor do Dops, Sebastião Silva, afirmaria ao próprio Geraldo Magela que não existia nenhum preso naquele departamento, "e muito menos com esse nome". Com o que, ambos — Beterli e Guerra — continuavam desaparecidos.

O delegado de plantão na Coseg — Coordenadoria de Segurança — da Secretaria de Segurança, informou ao advogado, por sua vez, que tinha ouvido falar que os dois teriam sido presos pela Polícia Federal, e portanto, a questão fugia da competência da Polícia Estadual.

Na Polícia Federal, entretanto, a última informação que se conseguiu ontem a noite, de acordo com Geraldo Magela, foi a de que o órgão, segundo o agente chefe do serviço de comunicação, Edson Costa, não havia efetuado nenhuma prisão no dia.

PROTESTOS

O sequestro e os desaparecimentos provocaram imediata reação dos deputados na Assembléia Legislativa, onde, na ocasião que informou do ocorrido, discursava o deputado Cassio Gonçalves, do MDB, criticando a violência policial. Seu

O SM, ontem, confirmou sentença da 2.^a Auditoria do Exército do Rio de Janeiro que absolveu Sérgio da Cunha Gameiro por causa daquela incoincidência de datas, e, por insuficiência de provas, os demais acusados, Adelson Algelino de Oliveira e José Corte Real.

Bierrembach afirmou que "tudo isto consta de acórdão deste STM que o governo do Estado do Rio preferiu desconhecer. Felizmente amanhã, o 15 de março será o ponto daquela gestão; esperamos que o novo governo do Estado do Rio tenha mais consideração com os acórdãos deste egrégio Tribunal".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Advogados levam opções a presos

O Estado de São Paulo - 14/03/79

Os advogados dos presos políticos do Barro Branco deverão voltar hoje ao presídio para receber, do grupo que se encontra em greve de fome, uma resposta sobre as negociações em andamento para contornar o problema. Alguns advogados entendem que falta pouco para se chegar a um acordo, afirmando que este poderá ser conseguido quando os juízes-audidores "definirem os critérios nos quais basearão as futuras autorizações ou negativas para visitas aos presos".

O movimento grevista começou dia 10, quando 16 presos políticos do Barro Branco se revoltaram contra a decisão judicial de permitir que apenas recebessem visitas de parentes.

OPÇÕES

Ontem de manhã, os advogados Idibal de Almeida Pivetta, Luís Eduardo Greenhalgh, Belizário dos Santos Júnior, Paulo Gerab e Ayrton Soares estiveram na Auditoria conversando longamente com os juízes e buscando uma maneira de acabar com a greve, "sem a quebra do regulamento do presídio".

Em seguida, os advogados foram ao presídio, onde narraram aos presos a conversa mantida com os auditores, apresentando as alternativas existentes para a solução do problema.

"Deixamos as questões para que os presos possam refletir sobre elas", disse um dos advogados.

MAURINA

O presidente da Comissão Justiça da Paz, advogado José Carlos Dias, acusou ontem os interrogadores do DOI-CODI de "estarem tentando transformar a figura do advogado em instrumento de coação". A manifestação de José Carlos Dias aconteceu na Polícia Federal, onde sua cliente, a irmã Maurina Borges da Silveira, foi prestar depoimento sobre os nove anos que passou exilada no México.

Segundo o advogado, o interrogatório, marcado para as 10 horas, só começou às 11 e 30, depois que ele foi admitido na sala. Disse ainda que, ao protestar, já no período da tarde, contra o prolongamento da tomada de depoimento, recebeu a informação de que havia "ordens superiores" para que o interrogatório se estendesse, pelo menos, até as 18 horas. José Carlos Dias disse ainda que indagou se a freira seria liberada de imediato, caso tivesse se apresentado sozinha. Ao receber resposta positiva, reagiu dizendo que os interrogadores "estavam tentando transformar a figura do advogado em instrumento de coação".



*Posta
Refor Políticos*

PT-1530-121



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

Greve de fome dos presos de São Paulo pode acabar amanhã

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

A greve de fome dos 16 presos políticos do Barro Branco, em São Paulo que já dura há quatro dias, poderá terminar amanhã. Esse é o prazo que os grevistas estipularam para avaliar uma solução que foi estudada ontem durante três horas, pelos cinco advogados que os representam — Airton Soares, Idibal Piveta, Paulo Gerab, Luiz Eduardo Greenhalgh e Belisário dos Santos Junior — e os dois juizes auditores Nelson Machado Guimarães e José Paulo Paiva.

O teor da proposta apresentada ontem à tarde aos presos só será divulgada amanhã, depois que eles a tiverem analisado e se posicionado a respeito, conforme acordo entre os advogados e os juizes.

DOM PAULO INTERVEM

Os presos políticos ganharam ontem mais um importante mediador para sua greve: dom Paulo Evaristo Arns, cardeal arcebispo de São Paulo, visitou-os pela manhã, acompanhado pelos advogados Sussekind de Moraes Rego e José Roberto Leal de Carvalho.

“Durante a meia hora em que estive conversando com os presos”, — disse dom Paulo após a visita — “pude verificar que suas pretensões são a coisa mais razoável do mundo: apenas querem obter de volta a visita dos amigos, que sempre tiveram, durante sete anos”.

De acordo com dom Paulo, os presos nunca pediram a visita de sindicatos ou políticos ao presídio. “Sua greve não vem carregada de emoção”, disse o cardeal, “nem de reivindicações políticas. Sua única reivindicação é a de manter uma praxe de sete anos. Aliás, nenhuma nação civilizada pode querer separar os presos de seus amigos, e a própria direção do presídio concorda com isso”.

O cardeal considerou a situação “de fácil diálogo”, e está procurando manter contato com os juizes auditores para que se encontre uma solução. Ele acha que o relacionamento entre a direção do presídio e os presos é muito bom, não existindo clima algum de antipatia.

CONTRADIÇÃO

Dom Paulo afirmou desconhecer a proposta que foi levada ontem pelos advogados aos presos. Mas ele soube, através dos advogados que existe uma contradição quanto a permissão de visitas no regulamento do presídio, e acredita que nisso reside o impasse criado.

“O regulamento é contraditório”, explicou, quando afirma que só as auditorias podem permitir as visitas de pessoas que não sejam parentes dos presos, e diz, em outro item, que o diretor do presídio tem autonomia para autoriza-las”.

A segunda alternativa — autorização de visitas pela própria direção do presídio, é a que vem sendo observada há sete anos, e o cardeal acredita que a praxe já justifica uma jurisprudência.



Posto Presos Politicos

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:


HISTÓRICO

Visita a
Presídios São Paulo
presos é
13/03/74
autorizada

Enquanto alguns dos 16 presos políticos do Presídio do Barro Branco em São Paulo, que realizam há três dias uma greve de fome em protesto contra as restrições impostas às visitas, já apresentavam problemas de saúde, o juiz auditor José Paulo Palva, da 1-a Auditoria da 2a Circunscrição Judiciária Militar autorizava os deputados federais Alberto Goldmann e Audálio Dantas, e os estaduais Fernando de Moraes e José Yunnes a entrar no presídio. O juiz da 2-a Auditoria, Nelson Machado Guimarães, porém, impediu a visita.

Assim, apenas os presos políticos Aldo Silva Arantes, Antonio Pinheiro Sales, David Gongora Junior e Haroldo Borges Rodrigues Lima, poderão ser visitados pelos parlamentares. Os demais — André Camargo Guerra, Ariston de Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, Diógenes Sobroza de Souza, Francisco Gomes da Silva, Gregório Mendonça, José Carlos Gianini, Manoel Cirilo de Oliveira Neto, Monir Tahan Sab, Nilton Cândido, Ricardo Zaratini Filho e Altino Rodrigues Dantas Júnior — estavam incluídos na petição indeferida pelo juiz. Os preços Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos não participam da greve de fome.

Nota Pros Políticos



PT 1590.191



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGAÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Terça-feira, 13 de março de 1979

Polícia São Paulo Apenas 4 presos podem falar com os parlamentares

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Apenas quatro dos 16 presos políticos que estão em greve no presídio do Barro Branco puderam receber ontem a comissão de cinco parlamentares que, em nome do Comitê Brasileiro de Anistia, solicitaram aos juizes auditores permissão para servirem de mediadores no impasse criado pela greve de fome que já dura três dias.

Enquanto o juiz da 1.ª auditoria militar, José Paulo Paiva, responsável pelos presos Aldo da Silva Arantes, Haroldo Borges Lima, David Gôngora Junior e Antonio Pinheiro Salles, declarava não agir sob pressão, mas liberava a visita dos deputados para que tentassem uma solução conciliatória, o juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, da 2.ª auditoria, e responsável pelos outros 12 presos, negava-se a negociar com eles, indeferindo o pedido de intermediação dos deputados.

Os parlamentares Fernando Moraes, Audálio Dantas, José Yunes, Goro Hama e Alberto Goldaman surpreenderam-se com a intransigência demonstrada pelo juiz auditor nos termos de sua petição. Além de não permitir a intermediação ele afirmou no documento expedido, que os Comitês Brasileiros de Anistia "estão confundindo a opinião pública e pregando a subversão", por "promoverem uma forma de apologia do crime e dos criminosos".

"Os Comitês Brasileiros pela Anistia, na verdade", diz o documento do juiz auditor, "estão confundindo a opinião pública, a pretexto de uma proposta de pacificação dos espíritos, com a qual têm conseguido algum apoio de pessoas e entidades generosas mas incautas, estão pregando a subversão, tentando ocultar a verdade de muitos fatos, e promovendo, na prática, uma forma de apologia do crime e dos criminosos.

As visitas de comissões ou grupos ao Presídio não podem por esses motivos, serem autorizadas, de acordo com o juiz.

"Nem o serão", acrescentou, "sob pena de convivência da Justiça Militar com os grupos que, no momento, tentam reativar a subversão mediante conhecidas imposturas. Na verdade, esses grupos tentam afrontar o Judiciário e as leis vigentes, indo prestar solidariedade política, com farta exploração publicitária, aos autores de verdadeiros crimes, e não de "delitos de opinião"; na verdade, estão a fazer, indiretamente, apologia do crime e dos seus autores, o que também é crime".

A greve de fome dos 16 presos políticos do Barro Branco não tem justificativa alguma, segundo o juiz auditor, explicando-se apenas como "mais um lance de agitação e propaganda, e a propósito, numa semana de acontecimentos significativos para a vida do País".

Nelson Guimarães sugere,

Passateia e vigília por presos de SP

Atores, familiares e amigos de presos políticos fizeram ontem uma pequena passeata da Igreja da Consolação até o Teatro Paiol, onde começou uma vigília em solidariedade aos presos do Presídio do Barro Branco que se encontram em greve de fome desde sábado, para protestar contra as restrições de visitas. A passeata começou depois da missa celebrada pelo padre Dario Beviláqua, também em solidariedade ao movimento.

Os manifestantes, tendo a frente os atores Carlos Zara, irmão do preso Ricardo Zaratini e Renato Consorte, carregando uma faixa com a inscrição "vigília em solidariedade aos presos políticos em greve de fome", caminharam o tempo todo sob a chuva e não sofreram qualquer tipo de repressão.

Durante o sermão não houve menção à greve de fome, mas ao final da missa, antes da bênção final, o padre Dario disse que "estamos aqui para rezar por um mundo melhor e mais fraterno. Estamos aqui para rezar pelos nossos irmãos presos políticos, para que eles possam receber visitas de parentes, e amigo. Voltaremos amanhã, se necessário for, a rezar novamente por eles".

Já na sacristia, Eva Vilma, Renato Consorte, e a mãe de Ricardo Zaratini, que estava chorando, foram agradecer o padre que hoje voltará a celebrar missa em solidariedade aos presos, às 18 horas.

Para a vigília iniciada ontem os atores convidaram vários médicos para fazer palestras sobre as consequências orgânicas da falta de alimentação a que os presos estão se submetendo, para readquirirem o direito de receber visitas de amigos.

ontem, os presos solicitam aos parlamentares que os visitaram para que continuem como mediadores da greve. Eles acreditam que, caso as auditorias continuem irreduzíveis, poderão recorrer a instâncias superiores.

Enquanto os presos permanecerem em greve de fome, o Comitê Brasileiro de Anistia fará um plantão permanente, possivelmente na Câmara Municipal, para recolher e divulgar informações sobre o estado de saúde dos grevistas, e o andamento das negociações.

Detidos no Dias

Moreira são

Partido Comunista



PT 1590-131

verem uma forma de apologia do crime e dos criminosos".

"Os Comitês Brasileiros pela Anistia, na verdade", diz o documento do juiz auditor, "estão confundindo a opinião pública, a pretexto de uma proposta de pacificação dos espíritos, com a qual têm conseguido algum apoio de pessoas e entidades generosas mas incautas, estão pregando a subversão, tentando ocultar a verdade de muitos fatos, e promovendo, na prática, uma forma de apologia do crime e dos criminosos."

As visitas de comissões ou grupos ao Presídio não podem por esses motivos, serem autorizadas, de acordo com o juiz.

"Nem o serão", acrescentou, "sob pena de conivência da Justiça Militar com os grupos que, no momento, tentam reativar a subversão mediante conhecidas imposturas. Na verdade, esses grupos tentam afrontar o Judiciário e as leis vigentes, indo prestar solidariedade política, com farta exploração publicitária, aos autores de verdadeiros crimes, e não de "delitos de opinião"; na verdade, estão a fazer, indiretamente, apologia do crime e dos seus autores, o que também é crime".

A greve de fome dos 16 presos políticos do Barro Branco não tem justificativa alguma, segundo o juiz auditor, explicando-se apenas como "mais um lance de agitação e propaganda, e a propósito, numa semana de acontecimentos significativos para a vida do País".

Nelson Guimarães sugere, aos amigos dos presos, que requeiram antes das visitas, autorizações individuais à auditoria competente. Mas não garante que todos os casos sejam atendidos.

NO PRESIDIO

Os 16 presos políticos em greve de fome, de acordo com informações de familiares que os visitaram e dos deputados que se entrevistaram com quatro deles, continuam determinados a prosseguir com a forma de luta escolhida "para readquirir um direito que tínhamos há sete anos, o de receber nossos amigos."

Conforme explicaram, a importância de tais visitas se justifica pelo fato de muitos deles não terem parentes em São Paulo, e dependerem dos amigos para manter o contato com o mundo exterior.

A afirmativa do juiz Nelson Guimarães, de que as visitas estavam assumindo recentemente um caráter de solidariedade política, não tem fundamento, segundo eles: consideram suas visitas como de solidariedade humana. E a sugestão do juiz auditor, para que os amigos requeiram autorização, à auditoria militar para entrar no presídio, não lhes parece viável, pois para isso, teriam praticamente que perder um dia de trabalho a cada vez que fizessem uma visita. Além do que, o juiz não ofereceu garantias alguma de que recorrendo à auditoria competente, os visitantes sejam liberados.

Embora a autorização concedida pelo juiz José Paulo Paiva, da 1.ª auditoria, tenha se referido apenas ao dia de

presos políticos, para que eles possam receber visitas de parentes, é amigo. Voltaremos amanhã, se necessário for, a rezar novamente por eles".

Já na sacristia, Eva Vilma, Renato Consorte, e a mãe de Ricardo Zaratini, que estava chorando, foram agradecer o padre que hoje voltará a celebrar missa em solidariedade aos presos, às 18 horas.

Para a vigília iniciada ontem os atores convidaram vários médicos para fazer palestras sobre as consequências orgânicas da falta de alimentação a que os presos estão se submetendo, para readquirirem o direito de receber visitas de amigos.

Ontem, os presos solicitam aos parlamentares que os visitaram para que continuem como mediadores da greve. Eles acreditam que, caso as auditorias continuem irredutíveis, poderão recorrer a instâncias superiores.

Enquanto os presos permanecerem em greve de fome, o Comitê Brasileiro de Anistia fará um plantão permanente, possivelmente na Câmara Municipal, para recolher e divulgar informações sobre o estado de saúde dos grevistas, e o andamento das negociações.

Detidos no Dias

Moreira são

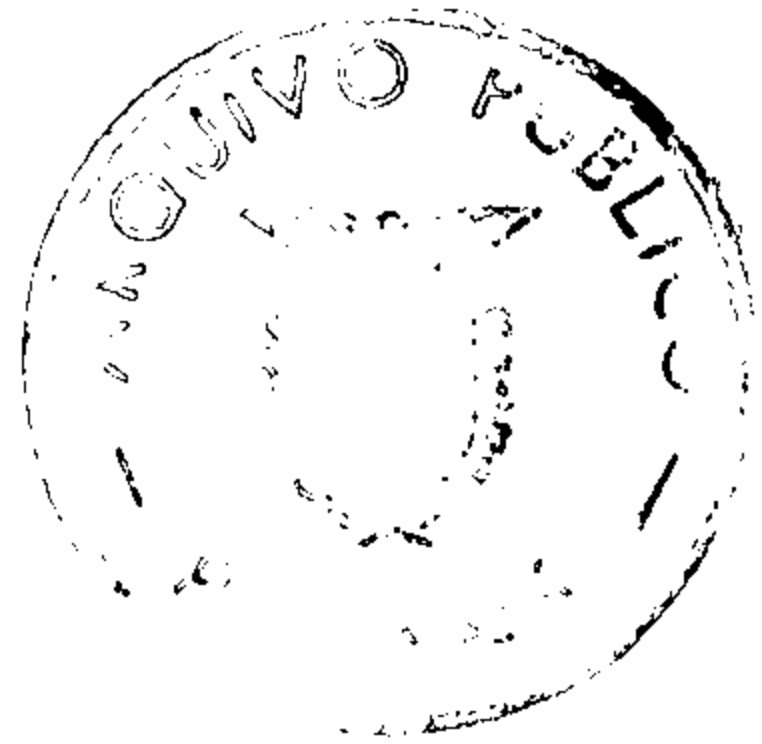
solidários

RIO (Sucursal) — Os 15 presos políticos que cumprem pena no presídio Milton Dias Moreira divulgaram nota ontem, dirigida a todas entidades e personalidades que lutam pela anistia e pelos direitos humanos no Brasil solidarizando-se com os presos políticos paulistas que entraram em greve de fome em razão dos cerceamentos em suas condições carcerárias.

Denunciam os presos políticos "as arbitrariedades das autoridades carcerárias e judiciárias que teimam em manter um clima repressivo e de virtual isolamento social dos companheiros, com punições arbitrárias e, agora, com a suspensão do direito de receber visitas dos amigos".

Lembram os presos políticos cariocas que "situações semelhantes ainda persistem em diversos outros presídios políticos, como em Itamaracá (PE), Linhares (MG), e aqui mesmo no presídio político do Rio de Janeiro, refletindo uma continuada política de desrespeito aos direitos humanos, sob influência ou intervenção dos órgãos de segurança".

A nota termina conclamando, "todos a se manifestarem contra as arbitrariedades do regime; somando forças para conquistar a anistia ampla, geral e irrestrita e pôr fim à ditadura militar".



PT 1590.131



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Juiz devolve processos no Rio

Da sucursal

O juiz Francisco Horta, da Vara das Execuções Criminais, devolveu à 1ª e 2ª Auditorias da Aeronáutica e também da Mirinha, no Rio, os processos, envolvendo pessoas condenadas por assaltos a bancos, sem finalidade política, que foram encaminhadas àquele Juízo para apreciação dos pedidos de redução de penas, face ao que determina a nova Lei de Segurança Nacional. Entende o magistrado que, de acordo com a decisão do Superior Tribunal Militar, cabe ao Juízo executor da sentença a

competência para promover ou não a redução da pena.

O juiz Teóclito Rodrigues de Miranda, da 1ª Auditoria da Aeronáutica, vai abrir vista dos autos aos promotores. O juiz José Garcia de Freitas, da 2ª Auditoria da Aeronáutica, recebeu a devolução dos autos com reserva, pois entende que o caminho a seguir é o conflito negativo de competência, que deveria ter sido suscitado por Francisco Horta. Está propenso a aceitar a devolução dos processos como se tivesse sido levantada a incompetência da Vara das Execuções Criminais.

13/03/79

*Posto
Reson Polt com*



PT 1530.494



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

190, 11 de março de 1979

Estado do Paraná

Alberdão Lino AÇÕES
16 presos

NOME: **políticos**

FILIAÇÃO: **fazem greve**

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Os presos políticos de São Paulo entraram em greve de fome ontem à tarde para protestar contra as restrições de visitas, feitas pela direção do presídio do Barro Branco. As queixas começaram em 17 de fevereiro, Dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, quando parlamentares e pessoas consideradas personalidades foram proibidas de visitar os presos. Ontem a proibição se repetiu: um grupo de artistas que pretendia fazer uma visita foi barrado na portaria, por isso os 16 homens que cumprem pena naquele presídio decidiram lançar um documento no qual denunciam a situação e comunicam o início da greve na hora do jantar.

Pasta Presos Políticos

Dos 16 presos, somente David Gongora Júnior não participará da greve, por causa "de seu precário estado de saúde", como esclarece o documento. Mesmo assim, ele assina o manifesto que já foi entregue ao cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

O documento é destinado às instituições e personalidades comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Democráticas. Nele, os presos afirmam que "mais uma vez a prepotência forçam-nos a tomar grave decisão de luta, tentam impor-nos um intolerável cerceamento de direito há sete anos conquistado e até há pouco respeitado: o direito de receber visitas de parentes e de pessoas amigas. Foram em vão todas as tentativas de argumentação com o costume estabelecido e do alerta firme, mas sereno. Não nos escutaram. Não deram a menor atenção a nossas ponderações. Não contra-argumentaram. Par a os senhores Juizes Auditores, só um objetivo valia: cercar direitos, reprimir. E somente responderam com o uso da força, da imposição."



• Explicam os presos que "as visitas de parentes e amigos, apesar de tentativas de restrições em diferentes oportunidades, têm sido respeitadas há sete anos" e que foi a partir do Natal que começou o que chama de "nova ameaça de medidas absurdas". A causa, teria sido a visita de uma comissão de diversas personalidades e várias organizações preocupadas com a defesa dos Direitos Humanos. Segundo o diretor do presídio "afirma o documento — "teria causado particular irritação aos Juizes Auditores a presença, nessa comissão, do senador Franco Montoro e o fato de a visita ter sido divulgada pela imprensa".

Ainda de acordo com o manifesto, na semana passada os presos foram informados pela direção do presídio de que, por deliberação dos Auditores Militares, a partir daquela data não só pessoas com representação, mas qualquer um que não fosse parente direto não mais poderia visitá-los, salvo com permissão especial a ser pedida nas Auditorias..

**Sindicato
apóia greve**

PT 1590.191

claro documento. Mesmo assim, ele assina o manifesto que já foi entregue ao cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

O documento é destinado às instituições e personalidades comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Democráticas. Nele, os presos afirmam que "mais uma vez a prepotência forçam-nos a tomar grave decisão de luta, tentam impor-nos um intolerável cerceamento de direito há sete anos conquistado e até há pouco respeitado: o direito de receber visitas de parentes e de pessoas amigas. Foram em vão todas as tentativas de argumentação com o costume estabelecido e do alerta firme, mas sereno. Não nos escutaram. Não deram a menor atenção a nossas ponderações. Não contra-argumentaram. Para os senhores Juizes Auditores, só um objetivo valia: cercar direitos, reprimir. E somente responderam com o uso da força, da imposição."



- Explicam os presos que "as visitas de parentes e amigos, apesar de tentativas de restrições em diferentes oportunidades, têm sido respeitadas há sete anos" e que foi a partir do Natal que começou o que chama de "nova ameaça de medidas absurdas". A causa, teria sido a visita de uma comissão de diversas personalidades e várias organizações preocupadas com a defesa dos Direitos Humanos. Segundo o diretor do presídio "afirma o documento — "teria causado particular irritação aos Juizes Auditores a presença, nessa comissão, do senador Franco Montoro e o fato de a visita ter sido divulgada pela imprensa".

Ainda de acordo com o manifesto, na semana passada os presos foram informados pela direção do presídio de que, por deliberação dos Auditores Militares, a partir daquela data não só pessoas com representação, mas qualquer um que não fosse parente direto não mais poderia visitá-los, salvo com permissão especial a ser pedida nas Auditorias.

Sindicato apóia greve

O Sindicato dos Artistas de São Paulo, que teve ontem 11 de seus membros barrados à porta do Presídio Político de São Paulo, quando tentavam visitar os detidos, decidiu instaurar, em local a ser decidido hoje em assembléa da classe, um plantão permanente de solidariedade à greve de fome dos presos políticos.

As visitas dos artistas vinham se processando regularmente há cerca de três meses, segundo a presidente do sindicato, Lélia Abramo, quando foram proibidas, a partir do dia 17 de fevereiro. De acordo com explicações do diretor do Presídio, capitão Lelces André Pires de Moraes, os juizes das auditorias militares teriam se irritado com a presença, nesse dia, de parlamentares, que se juntaram ao grupo de artistas para prestigiar o dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, data estabelecida pelo Comitê Brasileiro de Anistia.

A proibição de visitas, que atingiu inicialmente apenas os "parlamentares eleitos", conforme decisão das auditorias militares, estendeu-se depois a todos que não fossem parentes consanguíneos dos presos.

Buscando uma justificativa para a decisão dos juizes auditores, o capitão Lelces Pires de Moraes argumentava ontem que as visitas aos presos políticos estavam se intensificando muito nos últimos meses, e que poderiam terminar virando moda. "Se continuássemos permitindo indiscriminadamente a entrada de pessoas no presídio", acrescentou, alguns subversivos poderiam se aproveitar da situação e manter contato com os presos".

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Amigos impedidos de ver presos políticos

Os 15 presos políticos recolhidos no presídio de Barro Branco não puderam receber ontem a visita de amigos, por determinação do juiz da 2ª Auditoria Militar de São Paulo. Mais de 50 pessoas foram impedidas de entrar, avisadas de que apenas os parentes estavam autorizados.

O diretor do presídio, capitão d Polícia Militar Andrédisse que todos poderiam recorrer esta semana aos juízes auditores. Esta foi a segunda vez que os amigos dos presos não puderam visitá-los. No dia 17 de fevereiro, Dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, deputados, dirigentes sindicais e estudantes também foram impedidos.

Diante do ocorrido, os presos distribuíram por intermédio dos familiares, um manifesto no qual fazem um relato sobre a decisão da Justiça Militar.

Os presos, em seu manifesto, alegam que, no Natal do ano passado, receberam "a visita de uma comissão de personalidades representativas de significativos setores da sociedade e o fato não agradou as autoridades. Causou particular irritação aos srs. juízes-auditores a presença, naquela comissão, do senador Franco Montoro, conforme nos informou o diretor do presídio. Em função disso, foi expressamente determinada,

pelos responsáveis por nossa custódia, a proibição de recebermos visita de comissões ou pessoas que tivessem qualquer tipo de representatividade".

Em outro trecho do manifesto, os presos dizem que "de nada valeu argumentar que visitantes nossos de há mais de sete anos estariam agora impedidos de nos ver; também não foi considerado o parecer do ministro do Superior Tribunal Militar, Nelson Barbosa Sampaio, que nos defendia o direito de recebermos visitas de nossos familiares e de pessoas de boa reputação. Sobre esse parecer, o juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães mandou dizer que o ministro Barbosa Sampaio já havia morrido e que, portanto, seu parecer não valia mais nada".

Os 15 presos políticos do Barro Branco terminam o manifesto com essas palavras: "Vamos trazer à opinião pública mais esta denúncia e mostrar que estamos sendo vítimas de graves arbitrariedades e reiterarmos nossa firme disposição de lutar, com todas as forças e lançando mão de todas as formas de luta disponíveis, para defender-nos desta como de todas as medidas que visem ao cerceamento de nossos direitos fundamentais".



Linha Presos Políticos



Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Presos políticos de São Paulo são impedidos de receber grupo de artistas

São Paulo — Os 15 presos políticos, que cumprem pena no presídio do Barro Branco, São Paulo, não puderam ontem ser visitados por um grupo de artistas do Movimento de Atores pelos Direitos do Homem, segundo denunciaram seus familiares. As autoridades permitem, agora, somente visitas de parentes.

A proibição, de acordo com os familiares dos presos, afeta aqueles que não possuem família em São Paulo e cumprem longas penas. Os 15 condenados divulgaram um manifesto denunciando a situação. Na tarde de ontem, foram barrados à porta do presídio os atores Antonio Fagundes, Elizabeth Hartmann, Vanda Stefania, Hugo Barreto, Denise del Vecchio e Marcia Kadarel.

MANIFESTO

Segundo familiares dos presos, a proibição foi colocada em prática desde o dia 17 de fevereiro, "o dia nacional de visita aos presos políticos", quando, apesar de alguns deputados não terem acesso aos presos, alguns artistas conseguiram visitá-los.

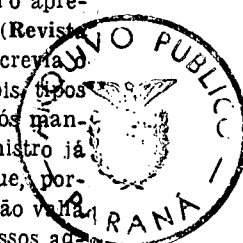
Os familiares divulgaram ontem documento, datado do dia 27 de fevereiro e assinado pelos presos Aldo Silva Arantes, Astino Rodrigues Dantas Junior, Antonio André Camargo Guerra, Antonio Pinheiro Salles, Ariston Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, David Gongora Junior, Diogenes Sobrosa de Souza, Francisco Gomes da Silva, Gregorio Mendonça, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Carlos Ciannini, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, Newton Candido e Ricardo Zaratini Filho. Também o preso Monir Tahan Sab — que foi transferido de Julz de Fora para São Paulo — divulgou sua solidariedade à posição dos demais.

Os presos dizem que a visita do Senador Franco Montoro (MDB-SP) durante o Natal e a de artistas no dia 17 de fevereiro motivaram a proibição de visitas de não parentes. "De nada valeu argumentar que visitantes nossos de há mais de sete anos estariam agora impedidos de ver-nos; nem os argumentos de que essa medida, além de representar outra sobrepena para nós, significava também

uma restrição aos direitos de outras pessoas, portanto um cerceamento à sua liberdade; também não foi considerado o parecer do Ministro do Superior Tribunal, Nelson Barbosa Sampaio, que nos defendia o direito de recebermos visitas de nossos familiares e de pessoas de boa reputação", diz o documento.

"Sobre esse parecer é curioso notar a reação das autoridades, em particular do Juiz auditor Nelson da Silva Machado Guimarães. A princípio, confiando talvez na rígida censura a nós imposta, dizia que tal parecer não existia e que se o apresentássemos ele acabaria a orientação. Quando apresentamos a revista (*Revista do STM*), que transcrevia o parecer, deu ele dois tipos de resposta. Para nós mandou dizer que o Ministro já havia morrido e que, portanto, seu parecer não valia mais nada; para nossos advogados, talvez em função do ridículo a que a primeira resposta o exporia, disse que as pessoas idôneas para os advogados certamente não seriam as mesmas para ele. Alegam as autoridades que qualquer pessoa poderia solicitar autorização aos juizes-auditores para visitar-nos, mas a prática vem demonstrando que, em todos os casos em que isso foi feito, a autorização foi negada".

Porta Presos Políticos



PT 1590.134



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Garantida assistência a Flávio

O porta-voz do Itamaraty, Luis Felipe Lampréia, informou ontem que o consulado-geral do Brasil em Buenos Aires recebeu instruções bem definidas da chancelaria para prestar toda a assistência consular indispensável ao brasileiro Flávio Koutzli, que está preso na Argentina. O ministro Lampréia disse que, recentemente, quando o preso

02/02/44
foi transferido para um pavilhão no qual viveria em "condições penosas".
O Itamaraty, por intermédio do cônsul Ruy Barbosa Miranda e Silva, fez gestões junto ao governo argentino. "Os resultados foram positivos e Flávio pôde permanecer em um pavilhão de melhores condições".



59



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Presos políticos libertados no Rio

Paraná, 22/02/89

RIO/BRASÍLIA, (AÉ) - Contra a libertação de outros dois presos políticos - Lúcio Flávio Uchoa Regueira e Zaqueu José Bento - restam ainda nas penitenciárias do Rio 16 presos, condenados por motivos políticos, à espera da liberdade, como consequência da redução das penas prevista na nova lei de Segurança Nacional. Tanto Lúcio Flávio como Zaqueu foram soltos no final da noite de anteontem e a esperá-los, na porta do presídio, estavam parentes, amigos e integrantes do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Zaqueu esteve preso quase oito anos e sua pena foi reduzida de 12 para dois anos, enquanto Lúcio Flávio foi banido do País em 1970, tendo retornado no início deste ano, com o fim do decreto presidencial que instituiu a pena de Banimento.

REDUÇÃO DA PENA

O juiz da 11.ª Auditoria Militar de Brasília, Célio de Jesus Lobão Ferreira, reduziu ontem

para dois anos e oito meses a pena de treze anos e quatro meses de reclusão que estava sendo cumprida desde 1970 pelo preso comum Ezequiel Alves da Rocha, condenado em 1971 com base no artigo 27 da antiga legislação de Segurança Nacional que prescrevia o assalto a banco independentemente de sua motivação ideológica.

Esta é a primeira vez que a justiça militar aplica a lei 6.620 para adequar a pena de um condenado por assalto a banco, praticado sem motivação política, crime que deixou de ser punido na lei de Segurança Nacional em vigor desde dezembro do ano passado. Ontem mesmo o juiz Célio Lobão Ferreira expediu o alvará de soltura de Ezequiel, embora ressaltando que "nos autos há referência de participação do sentenciado em sequestro de um cidadão na cidade de Uberaba, Minas Gerais".

Posto Presos Políticos libertados em 02/03/89



PT 1590-194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Presos políticos
O Estado de São Paulo - 21/02/39
divulgam protesto

Os onze presos políticos de São Paulo divulgaram sábado documento no qual protestam contra a situação carcerária em que se encontram, incluindo não só as condições gerais do presídio mas também casos particulares de alguns dos condenados.

Um deles é o de Antônio Pinheiro Salles, punido sob a alegação de ter discutido com um sargento da guarda do presídio. "Sem ao menos ouvir pessoalmente o companheiro e outros presos que presenciaram o fato — diz o documento —, o diretor do presídio decidiu puni-lo, com seu recolhimento a uma cela por três dias consecutivos e suspensão de suas visitas".

Outra situação destacada pelos presos é a de Gregório Mendonça, cuja família mora no Rio Grande do Sul e não tem condições financeiras de vir a São Paulo visitá-lo. Nos últimos seis anos ele vem tentando obter transferência para seu Estado, nada conseguindo. Aldo Silva Arantes, outro dos presos, teve negado seu pedido de liberdade condicional, sob alegação de que sua sentença não havia transitado em julgado.

Outro fato denunciado pelos presos e ocorrido no sábado foi a inusitada exigência feita aos visitantes do sexo masculino, de que se despissem para a revista. "Esta forma vexatória de revista nunca tinha antes ocorrido nos quatro anos de existência deste presídio. O próprio diretor do presídio, em face dos nossos protestos, assegurou-nos que fatos dessa natureza não voltarão a se repetir."

Quanto às condições gerais do presídio, os presos políticos apontam diversos problemas crônicos: "Um deles se refere à obscurantista censura a livros e correspondência por força de determinação dos juízos auditores, que contraria a própria Constituição do País. Essas medidas representam pena complementar, pois dificultam nosso desenvolvimento intelectual e nos privam de correspondermos livremente com nossos parentes e amigos.

"A estrutura do presídio, com celas coletivas, não oferece a privacidade necessária a quem está cumprindo longas penas, criando obstáculos ao estudo e impedindo a visita conjugal."



*Posto
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Artistas
O Estado do Paraná
visitam
18/02/79
presos

A movimentação de artistas na tarde de ontem, no Shopping Center Iguatemi, não tinha nenhuma ligação com a gravação de alguma novela ou promoção de um filme. Foi apenas um ponto escolhido para a saída da caravana que se dirigiu a presídio do Barro Branco para participar do Dia Nacional de Visita aos Presos Políticos, instituído pelo Movimento Brasileiro pela Anistia.

Embora tenha sido proibida a visita de parlamentares como Alberto Goldman, Fernando Moraes e Audálio Dantas, o grupo de pouco mais de 20 atores, comandados por Renato Consorte e Maria Eliza Jardim Barbosa, teve apenas que seguir a rotina normal para receber autorização para a visita. Atores como Antônio Fagundes, Léila Abramo, Bruna Lombardi, Carlos Vereza, Carlos Alberto Riccell, entre outros, foram submetidos à identificação.

Dentro havia muita animação: os presos aguardavam ansiosamente por este dia, a fim de poderem conversar com pessoas diferentes, rever velhos amigos, saber dos acontecimentos. Na verdade, grande parte dos atores, já participou de outras visitas, pois o grupo tem procurado manter um contato constante com os presos embora encontrem alguma dificuldade. Ruth Escobar e sua filha, por exemplo, foram vetadas durante muito tempo. Ontem, porém, ambas puderam entrar.

Ricardo Zaratini, Altino Dantas Jr., Aldo Arantes, Manuel de Oliveira Neto, Francisco Gomes da Silva, Aton Fon Filho, José Carlos Gianini, Diógenes Sobrosa de Souza, Antônio André Camargo, Gregório Mendonça, Antônio Pinheiro Salles, Amilton Lucena, Haroldo Lima, Davi Gongora Jr; Newton Cândido e Munir Saad retribuíram a visita com um marcador de livros com uma frase que denotava a esperança comum, a anistia. No Rio, a movimentação se repetiu mas, embora 40 pessoas tenham sido dirigidas ao presídio Talavera Bruce, apenas os que tinham passe puderam entrar.

*Paster
Dicas Policiais*



PT 1590-134



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA

OLÍTICA E SOCIAL

Ex-Padre
Jornal do Brasil
sai hoje 12/02/71
da prisão 21

MACÕES

NOME: Depois de ficar oito anos e nove meses preso, o ex-Padre Alípio Cristiano de Freitas teve ontem que passar mais uma noite no Presídio Hélio Gomes, na Rua Frei Caneca, de onde só sairá hoje pela manhã: não havia escolta para levá-lo à Polícia Federal, onde terá que cumprir formalidades num processo, já arquivado, em 1974, de expulsão do país.

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

O ex-Padre Alípio, que amanhã completa 50 anos de idade, acusado de organizar as Ligas Camponesas, no Nordeste, foi solto por força de alvará da 11a. Circunscrição de Justiça Militar, de Brasília, porque as penas que cumpria foram reduzidas com a nova Lei de Segurança Nacional, segundo seu advogado Sérgio Fragoso.

LIBERDADE CASSADA

Além do Padre Alípio também seria liberado ontem à noite Zaqueu José Bento, preso desde 7 de maio de 1971, com condenações de 12 anos, também reduzidas com a nova Lei de Segurança Nacional. Ele não saiu porque, à última hora, segundo seu advogado Sérgio Fragoso, descobriu-se que havia uma condenação a quatro meses de prisão, decretada em 1971, à revelia. Para livrá-lo, o advogado terá que entrar em contato com o Juiz Francisco Horta, da Vara de Execuções Criminais.

O ex-Padre Alípio, português de nascimento, chegou ao Brasil há 23 anos, completados anteontem, e foi naturalizado em 27 de setembro de 1962, em decreto assinado pelo Presidente João Goulart e os Ministros Hermes Lima e João Mangabeira. Ainda sob o Governo João Goulart, o ex-Padre Alípio — que tem uma filha, Luanda, de 10 anos — foi preso pelas suas atividades políticas, sobretudo pela tentativa de organização das Ligas Camponesas.

Em 1964, Alípio Cristiano asilou-se na Embaixada do México. Viajou para o México mas retornou e foi preso no Rio, em 18 de maio de 1970.

*Porta
Luz Políticos*



PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Ex-padre é libertado
O Estado do Paraná - 18/02/77
 RIO (AE - O ESTADO) - O ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, que passou 8 anos e 9 meses preso por ter sido condenado pela Organização das Ligas Camponesas no Nordeste e por integrar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, foi liberado ontem, por volta das 14 horas, pela Polícia Federal, e posto em liberdade. Alípio Cristiano deveria ter deixado o presídio Hélio Gomes, na Rua Frei Caneca, na sexta-feira passada, após ter sido beneficiado com a redução da pena decorrente da reformulação da Lei de Segurança Nacional. No entanto, somente ontem, às 13 horas, o ex-padre saiu da Divisão de Segurança Especial, anexa ao presídio da Rua Frei Caneca, e foi encaminhado à Polícia Federal, a fim de cumprir formalidades relativas a um processo de expulsão do País que data de 1974.

Alípio Cristiano de Freitas, português de nascimento, contudo, é naturalizado brasileiro desde 1962 e tem uma filha brasileira de 10 anos de idade, chamada Luanda. Além disso, seu processo de expulsão do País se encontra arquivado desde 1975. Por essas razões, segundo membros do Comitê Brasileiro de Anistia, o ex-padre não corre mais o risco de ser expulso do Brasil. Alípio de Freitas deverá voltar à Polícia Federal segunda-feira, e concluir algumas formalidades. À saída da Polícia Federal, um grupo de cerca de 20 pessoas, entre familiares, amigos, estudantes e membros do Comitê Brasileiro de Anistia, aguardava Alípio de Freitas.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Visita a preso político

SÃO PAULO (AE-O ESTADO) - Cerca de 40 pessoas - parlamentares, estudantes, representantes da Igreja e de entidades ligadas à ansita e defesa dos direitos humanos, trabalhadores e profissionais liberais - visitarão hoje cedo os 16 presos políticos da prisão de Barro Branco, em São Paulo. A atividade faz parte do "Dia Nacional de Visitas aos Presos Políticos", idealizado pela comissão executiva nacional do Comitê Brasileiro de Ansita.

Segundo o advogado Luis Eduardo Greenhalgh, membro da coordenação do CBA de São Paulo. O Dia Nacional de visita

O Estado do Paraná - 17/02/79
tem por objetivo quebrar o isolamento a que estão submetidos os presos políticos do País com relação à sociedade; incorporar na visita setores da sociedade que estão distanciados da problemática dos presos políticos e manifestar solidariedade aos presos políticos na sua luta por liberdade e democracia".

Ainda como parte das atividades do dia nacional de visitas, um grupo de artistas do Movimento de Mulheres pela Ansita e Liberdades Humanas, irá hoje à tarde ao presídio do Barro Branco, onde estão quase todos

os presos políticos de São Paulo. Além dos 16 presos do Barro Branco, existe uma presa política - Elza Monerat, no presídio feminino.

Dentre as pessoas que participarão da visita estão os deputados do MDB Audalio Dantas, Ayrton Soares, Irma Passoni, Geraldo Siqueira e Fernando Moraes, além do presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, David de Moraes, e representantes da seção paulista da Associação Brasileira de Imprensa, José Eduardo de Faró Fretre.

Pasta
Presos Políticos





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Campanha nacional para libertar Flávio Koutzii

Estado do Paraná - 17/02/69

PORTO ALEGRE (AE—O ESTADO) — O deputado federal Ayrton Soares lançou em Porto Alegre uma campanha nacional pela libertação do brasileiro Flávio Koutzii, preso há três anos e quatro meses pelos militares argentinos e frequentemente transferido de prisão, apesar de sofrer de hipertensão e estar em precárias condições físicas. "Como está submetido a condições carcerárias subumanas e mal de saúde - enfatizou o parlamentar - não é de surpreender se Flávio amanhecer morto em qualquer das prisões argentinas. o que nos leva a lutar ao menos pela preservação de sua vida, antes até de sua libertação". Acompanhado da mãe do jovem brasileiro, Ayrton Soares disse que Clara Koutzii não se espanta com esta possibilidade porque ela própria pôde ver as condições de seu filho, ao visitá-lo recentemente na prisão de Coronda, província de Santa Fé.

Clara Koutzii atribui a piora de saúde de Flávio às transferências inesperadas de uma prisão para outras - ele já mudou quatro vezes de cárcere - e também às condições carcerárias, pois "quando o vi em Coronda, fazia 15 dias que Flávio estava no isolamento".

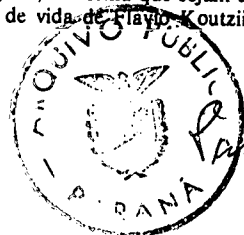
Tanto a mãe do jovem como o deputado Ayrton Soares estranharam que somente Flávio e um outro jovem permaneçam presos, pois o processo que os condenou se relacionava a doze pessoas, dez das quais já foram libertadas. Flávio foi preso e condenado por ter papéis irregulares, porte de arma ilegal e "idéias contrárias ao regime" argentino.

Justificando porque escolhera Porto Alegre para o lançamento da campanha nacional, o deputado

observou que "além de Flávio Koutzii ser gaúcho, foi na capital gaúcha que o movimento pela libertação de Flávia Schilling teve maior repercussão, podendo ser considerado seu caso como quase resolvido". Ele foi informado de que o pai de Flávia, Paulo Schilling, manifestou interesse de que a mobilização em favor de sua filha fosse utilizada na campanha pela libertação de Flávio. Ayrton Soares explicou que pretende acionar o MDB e setores religiosos na campanha, pedindo que bispos brasileiros intercedam em favor de Flávio junto a seus colegas argentinos, mas considerou fundamental a mobilização popular como forma de pressão pela libertação do jovem brasileiro.

O parlamentar ainda se referiu ao desaparecimento, desde 1976, também na Argentina, de Maria Regina Marcondes Pinto e Sidney Fix Marques dos Santos, caso que teve conhecimento durante suas gestões iniciais pela libertação de Flávio, e enfatizou que "a grande barreira que encontramos nestas gestões foi a estrutura de repressão montada na América Latina, em função de entendimentos e cooperação entre os órgãos de segurança de países integrantes do cone sul do continente.

Está ai - acrescentou - o recente sequestro dos uruguaios, em Porto Alegre, para demonstrar a ação destes organismos". Mesmo assim, o deputado acredita que é possível pressionar o governo brasileiro "para que tome uma atitude mais digna em relação a um cidadão brasileiro que está em cárcere no estrangeiro, de forma que sejam asseguradas as condições de vida de Flávio Koutzii".



Pessoas Politicas

PT 1580-191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Presos políticos do Recife
pedem do futuro Governador
melhor condição carcerária*
10/22/79 - 14/02/79

Recife — Acesso a todas as publicações legalmente vendidas no país; fim da "revista degradante" a que são submetidos seus parentes; recebimento de alimentação crua; e ainda fim do isolamento carcerário de Edval Nunes da Silva (Cajá) são algumas das reivindicações encaminhadas ontem por 19 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, ao futuro Governador Marco Antônio Maciel.

Dois documentos — um contendo pedidos por melhores condições carcerárias, e outro fazendo solicitações no terreno jurídico — seriam entregues ontem ao futuro governador pelo Comitê Brasileiro de Anistia, mas ele, alegando falta de tempo, designou o Deputado José Ramos (Arena) para recebê-los. Há 10 dias, pessoas ligadas à Anistia pediram audiência ao Sr Maciel, mas este justificou que "nas duas últimas semanas, todas as audiências foram canceladas, por falta de tempo".

REIVINDICAÇÃO

Pela manhã, o Comitê Brasileiro de Anistia avisou aos jornais o encontro com o Governador eleito. A tarde, soube-se que o local da reunião teria sido transferido para a Comissão de Justiça da Assembléa Legislativa, mas que o Sr Maciel compareceria ao Palácio Joaquim Nabuco. Na hora do encontro, quem chegou ao local foi o arenista José Ramos, explicando e justificando a ausência do Sr Maciel.

Ao entregar os documentos, o presidente do Comitê Brasileiro de Anistia, seção Pernambuco, Deputado Eduardo Pandilfi, disse que "o Governo do Estado não prende, mas guarda; e tem condições de melhorar a vida carcerária dos presos. Quanto às condições jurídicas, algumas providências poderão ser tomadas pelo sistema penitenciário de Pernambuco".

As reivindicações por melhores condições carcerárias são as seguintes: acesso a todas as publicações vendidas legalmente no país, e garantias de que nossos livros não serão objeto de apropriação indébita; entrada das visitas no horário regulamentar ou compensação dos atrasos; fim da revista degradante a que são submetidos os parentes; saída do ônibus meia hora depois do fim da visita, pois o transporte deve esperar pela saída de todos os visitantes; realização da visita no espaço mais amplo do que o pavilhão onde residem; mais uma visita na semana, no domingo; recebimento de alimentação crua; melhora no atendimento médico e dentário; fim das torturas aos presos comuns; acesso ao pátio externo até as 17hs; concessão de audiências onde seja possível dialogar.

Pasta Presos





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Presos do Recife
fazem 17 pedidos**

Estado São Paulo - 14/02/79

Da sucursal do
RECIFE

A seção pernambucana do Comitê Brasileiro pela Anistia entregou ontem, no Recife, dois documentos — assinados pelos presos políticos reclusos na ilha de Itamaracá —, contendo 17 reivindicações, ao deputado José Ramos, representante do futuro governador Marco Antônio Maciel. Onze reivindicações referem-se ao sistema carcerário, e seis, a questões jurídicas: entre outras coisas, pretendem o fim das revistas "degradantes" a que são submetidos os seus familiares nos dias de visita, e a reabertura do processo que apurava o assassinato do preso político Amaro Luís de Carvalho, o Capivara.

Marco Antônio Maciel alegou "falta de tempo" para não receber o presidente do CBA de Pernambuco, o deputado do MDB, Eduardo Pandolfi, mas autorizou o seu representante a garantir que todas as reivindicações seriam estudadas: "Hoje (ontem) mesmo o futuro governador tomará conhecimento dos documentos e, conhecendo de perto a sua formação, posso garantir que ele dará guarida a essas reivindicações e procurará equacioná-las". José Ramos, afirmou, também, que Maciel

dará pessoalmente a resposta às reivindicações aos integrantes do CBA.

Eduardo Pandolfi declarou, depois de entregar os documentos, que "a grande maioria dessas reivindicações pode ser atendida pelo governo do Estado e outras competem à União".

Os presos políticos de Itamaracá reivindicam o fim das torturas aos presos comuns e a sua apuração; o fim da censura aos livros para eles enviados; o fim da revista aos familiares, que são obrigados a se despir; o recebimento de alimentação crua; a melhoria no atendimento médico; o acesso ao pátio externo até as 17 horas, uma a mais que atualmente; a concessão de audiências com as autoridades carcerárias.

Na área jurídica, os presos de Itamaracá reclamam a redução das penas, de acordo com a Lei de Segurança Nacional em vigor; a eliminação da greve de fome como impedimento à liberdade condicional; a garantia dos direitos carcerários; a abertura de inquérito para apurar torturas a presos políticos; a reativação do processo a respeito do assassinato de Amaro Luís de Carvalho; o fim do isolamento carcerário de Edval Nunes da Silva, o Cajá.



Lista Presos Políticos

Lei de Segurança Nacional reduz penas e liberta mais 4 presos políticos no Rio

SOCIAL



Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Journal do Brasil, 10/02/78
Amadeu de Almeida Rocha, Hermes Machado Neto, Jefferson Santos do Nascimento e José Sérgio Vaz, que cumpriram seis anos de prisão, condenados por organizarem a RAN — Resistência Armada Nacionalista — deixaram ontem às 19h45m o conjunto penitenciário da Rua Frei Caneca, depois que suas penas foram reduzidas de 12 para dois anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional.

Os tramites burocráticos dos alvarás de soltura acrescentaram sete horas aos quatro anos que eles cumpriram além da pena prevista pela nova LSN e colocaram à prova a persistência de 35 parentes, amigos e membros do Comitê Brasileiro e Movimento Feminino pela Anistia, que desde às 13h os esperavam sentados em frente à penitenciária.

ABERTURA

Jefferson Santos do Nascimento, o último a sair, declarou-se cético em relação à chamada abertura e explicou que o cárcere é uma experiência muito dura, embora tenha lhe fortalecido a crença em Deus.

Hermes Machado Neto afirmou que sua saída, dos seus companheiros, já estava prevista dentro do processo de "pseudo-abertura", mas acrescentou que não tem ilusões quanto ao "regime militar, que está querendo fazer uma jogada política. O negócio para mim é pé atrás, porque o sistema está muito firme".

Ele era funcionário da Caixa Econômica de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e tinha 31 anos quando foi preso por esse processo. "Desde 1966, disse, estou na clandestinidade em luta contra esse regime de que discordo. Fiquei dois anos e meio preso, condenado no processo de Caparaó. Desde 1966 não vejo meus parentes e minha família que vive no Rio Grande do Sul". Seus planos: "preciso antes tomar um banho da situação".

Amadeu de Almeida Rocha, 40 anos, era do ISEB e foi secretário do Partido Socialista Brasileiro, seção

Rio. Declarou-se cético também quanto a abertura e afirmou que uma das coisas que o faz cético é a nova Lei de Segurança Nacional. "Ela cria novos obstáculos para a libertação dos presos políticos", disse.

O diretor do Comitê Brasileiro pela Anistia, advogado Artur Muller, divulgou documento assinado pelos 32 presos políticos do Instituto Milton Dias Moreira, no qual denunciam "a disparidade de comportamento das diversas auditorias militares em relação à aplicação da nova Lei de Segurança Nacional".

No documento, que foi entregue também à OAB, os presos citam o caso das Auditorias de Pernambuco, que se declararam incompetentes para a redução de penas; da 3ª Auditoria do Exército do Rio, onde o Juiz não reduziu a pena de Alex Polari de Alverga, de 30 para oito anos, por julgar demasiada a redução; e da Auditoria da Circunscrição Militar de Minas Gerais, que até hoje não respondeu a um pedido de redução de pena interposto em novembro de 1978.



*Posta
Presos Políticos
Anistia em 02/03/78
Rocha*

Irmã Maurina só volta do México substituída

São Paulo — Madre Maurina Borges da Silveira, que teve, anteontem, a sua prisão preventiva revogada, recusou a sugestão de seu advogado para voltar ao país com a delegação de bispos brasileiros que está em Puebla — como "um símbolo da teologia da libertação" — porque prefere esperar uma substituta para o trabalho que vem realizando no México.

Banida em 1970, quando foi incluída, contra a sua vontade, numa lista de presos políticos a serem trocados pelo Cônsul japonês, sequestrado em São Paulo, Madre Maurina falou, ontem, pelo telefone, com seu advogado, José Carlos Dias, que é presidente da Comissão de Justiça e Paz, seção paulista, e irá segunda-feira à Embaixada brasileira para pedir passaporte.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECC

Libertados

Filha Jac. Santos
4 presos

10/02/79

políticos

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

RIO (Sucursal) — Jefferson Santos Nascimento, um dos quatro presos políticos que ganharam a liberdade por terem as penas readaptadas à nova Lei de Segurança Nacional, disse ontem, ao deixar o Presídio Milton Dias Moreira, que “como cidadão “pretende” dar uma pequena contribuição à redemocratização do país”.

Amadeu de Almeida Rocha, Hermes Machado Neto e José Sérgio Vaz, por participarem do grupo denominado Resistência Armada Nacionalista (RAN), estavam presos desde abril de 1973, condenados a 12 anos de reclusão pela 2.ª Auditoria do Exército, em julgamento realizado em março de 1977. Com a nova Lei de Segurança Nacional tiveram as penas reduzidas para dois anos.

SAIDA

Em maio a expectativa e emoção, cerca de 50 pessoas, entre parentes, amigos e representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, os quatro presos políticos foram soltos às 19h50 acompanhados dos advogados Lino Machado e Nêlio Machado. Desde as 14 horas dezenas de pessoas começavam a se reunir na porta do presídio, aguardando a saída dos quatro presos políticos.

Por volta das 19h30, os advogados dos presos políticos chegaram ao presídio em companhia de um funcionário do Departamento de Sistemas Penitenciários do Estado do Rio, trazendo o alvará de saída, com o nada consta da Polinter.

Jefferson Santos Nascimento, ex-operário (operador de máquinas), ex-vendedor e ex-inspetor de recepção de uma empresa de eletrodômesticos, começou afirmando que “foram quase seis anos de sufoco”. Quanto à forma como vai se inserir na sociedade na nova fase de sua vida, Jefferson respondeu ser difícil prever como acontecerá.

“Só posso traçar uma diretriz depois que conseguir me inserir na sociedade”, disse, acrescentando “Durante o tempo em que estive preso, Deus me fortaleceu”.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Juiz manda
soltar o* *10/02/79.*
pe. Alípio

RIO (Sucursal) — O juiz Célio de Jesus Lobão, da 11.ª Circunscrição Judiciária Militar, em Brasília, comunicou à 2.ª Auditoria da Aeronáutica, no Rio, a redução da pena do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, já cumprida, pediu expedição de alvará de soltura e determinou fosse o sentenciado posto em liberdade. O ex-padre Alípio já havia sido beneficiado com a redução de pena em processo que respondeu na 2.ª Auditoria da Aeronáutica, por assalto a banco, porém, não recuperou a liberdade porque estava na dependência da condenação que lhe fora imposta pela Auditoria de Brasília.

Em setembro de 1966, o ex-padre Alípio foi condenado à pena de 6 anos de reclusão pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 7.ª Região Militar, em Pernambuco. Foi encarregado desse inquérito o então tenente-coronel Otávio Ferreira Queiroz, que comparou o acusado a um "Guevara de batina, aproveitando sua inteligência viva e seu poder carismático ante os elementos analfabetos e semianalfabetos". O procurador Humberto Augusto da Silva Ramos, da Procuradoria da Justiça Militar na época, deu parecer no sentido de ser mantida a sentença de primeira instância.

Porta
Recat
de Freitas
10/02/79



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Ex-preso político vai acionar União

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

O ex-preso político Hilário Gonçalves Pinha vai processar o Poder Público, pedir indenização pelos danos que sofreu ao ser várias vezes torturado e exigir a responsabilização dos homens que o torturaram. Hilário Gonçalves Pinha manifestou esta intenção em carta ao presidente da seção gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, Justino Vasconcellos, quando pediu à OAB que lhe indique um advogado, pois o seu, Eloar Guazzelli, por ter sido eleito deputado federal, mudou-se para Brasília, e os demais que procurou negaram-se a aceitar sua causa.

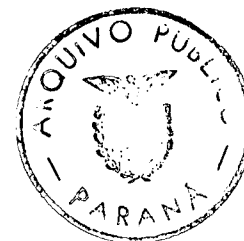
Hilário Gonçalves Pinha foi preso em 18 de março de 1975 em Porto Alegre por elementos do DOI-CODI e libertado, condicionalmente, em maio de 1978.

O ex-preso político explicou que "Procurando outros advogados para assumir o patrocínio de minha causa, no Juízo Federal, recebi respostas negativas, alegando impedimentos diversos, ao que me pareceu em grande parte decorrentes de atemorização e intimidação por falta de garantias no exercício profissional". Hilário Gonçalves Pinha resolveu escrever à OAB-RS porque no episódio de sua prisão e tortura, em 1975,

O Est. do Rio Gr. 07/02/79
...interferência da ordem para cessar as torturas e incomunicabilidade minha e das demais pessoas, inclusive advogados, então ilegalmente presos." Por isso, agora resolveu pedir que lhe seja "indicado advogado ou advogados que aceitem patrocinar minha causa sem intimidações e com plenas garantias do exercício digno dessa digna profissão".

Em recente entrevista, Hilário Gonçalves Pinha afirmou que no Dops gaúcho passou pelo pau-de-arara e por sessões de choque. No dia 24 de abril de 1975 Pinha foi transferido para São Paulo, em avião da Aeronáutica, e seu estado de saúde era tão delicado que o oficial-piloto negou-se a transportá-lo se não houvesse médico a bordo. Três horas depois de chegar ao DOI-CODI de São Paulo, o preso foi levado ao Hospital das Clínicas, onde foi operado. Ali sofreu quatro operações cirúrgicas. Sofreria outras tantas nos dois anos que permaneceu no Hospital Militar de Porto Alegre (de julho de 75 a julho de 77), sob guarda da polícia do Exército. E outras ainda novamente no Hospital das Clínicas em São Paulo, entre 10 de fevereiro e 3 de março de 1978 Hilário Gonçalves Pinha voltou ao hospital paulista porque fora transferido, em julho de 77, para o presídio do Barrô Branco, em São Paulo.

Carta Hilário Político





12

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Ex-cabo da PM mineira que
cumpru pena ^{pernal do Brasil 08/02/79} como preso
político denuncia torturas**

Belo Horizonte — O ex-cabo da Polícia Militar mineira Cecílio Emígdio Saturnino denunciou ontem torturas sofridas no DOI-CODI quando de sua prisão, em 1971, além de censura a informações e falta de condições carcerárias na Penitenciária de Linhares. Ele foi solto no último dia 1, com a redução da pena pela nova Lei de Segurança Nacional.

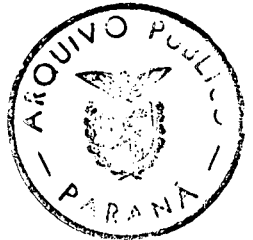
Beneficiado pela nova lei aos 39 anos, ele a considera "tão draconiana quanto a anterior, mais um engodo do que alternativa, pois esta seria a anistia total e irrestrita". Acha que não houve abertura política, "porque a ditadura permanece". O ex-cabo foi condenado a 13 anos de prisão, acusado de assaltos a supermercados e participação na clandestina Aliança para Libertação Nacional.

TORTURAS

Cecílio afirma só ter sabido da extinção de sua pena no dia em que foi libertado, desconhecendo quem pediu redução. Preso em 8 de janeiro de 1971, no quartel do Batalhão de Trânsito, em Belo Horizonte, "com diversos companheiros", ele conta ter sido levado para o DOI-CODI que funcionava no 3º andar do DPS, e "sofri todo um processo de interrogatório e tortura, com meus torturadores tentando, por este meio, me fazer confessar. Levei choques e fui submetido ao pau-de-arara". O ex-militar destacou entre os torturadores um Te-

nente Marcelo, "que figura em quase todos os processos da 4ª Auditoria Militar de Juiz de Fora como testemunha de acusação, entre 1969 e 1971". Lembra que com ele foram condenados, em outubro de 71, Newton de Moraes e Arnaldo Cardoso da Rocha (mortos pelos órgãos de segurança) e outro cujo nome não se recorda.

Sobre a nova Lei de Segurança, Cecílio afirma que ela não perdeu seu conteúdo, "pois permanecem os aparelhos repressivos e a existência das prisões reservadas anula o habeas corpus". Considera-a um "desrespeito aos direitos internacionais da pessoa".



*Pernal do Brasil
08/02/79*



13

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

QUARTA-FEIRA — 7 DE FEVEREIRO DE 1979

do Estado São Paulo
**Presos aprovados
no vestibular não
serão libertados**

**Da sucursal de
SALVADOR**

O juiz-auditor da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, Arnaldo Ferreira Lima, afastou, ontem, a possibilidade de a auditoria permitir que os presos políticos Aluizio Valério e Paulo Pontes, recentemente aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia, venham a freqüentar normalmente as aulas dos cursos de Licenciatura em Ciências e Economia. Embora afirmando que está tentando encontrar uma solução justa e humana para os dois casos, Ferreira Lima argumentou que permitir que freqüentem a escola "seria o mesmo que libertá-los, o que é impraticável, já que estão cumprindo pena".

Paulo Pontes e Aluizio Valério, enquadrados na Lei de

Segurança Nacional, estão presos há oito e sete anos, respectivamente, cumprindo penas de 19 e 21 anos. O primeiro foi condenado como co-autor da morte de um policial-militar, em 1970, processo em que o principal acusado é Teodomiro Romeiro dos Santos. Contra Aluizio Valério, a acusação é de haver participado de dois assaltos a banco, um em Fortaleza e outro no Recife.

Agora a advogada de ambos, Ronilda Noblat, vai pedir que as penas sejam ajustadas à nova LSN, o que tornará praticamente automática a libertação condicional dos acusados. Como a universidade não poderá negar a matrícula, eles poderão efetuar a e pedir o seu trancamento, até que sejam libertados. Ou, então, conseguir que a Câmara de graduação os dispense da freqüência.

*Pasta
Presos Políticos*



PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

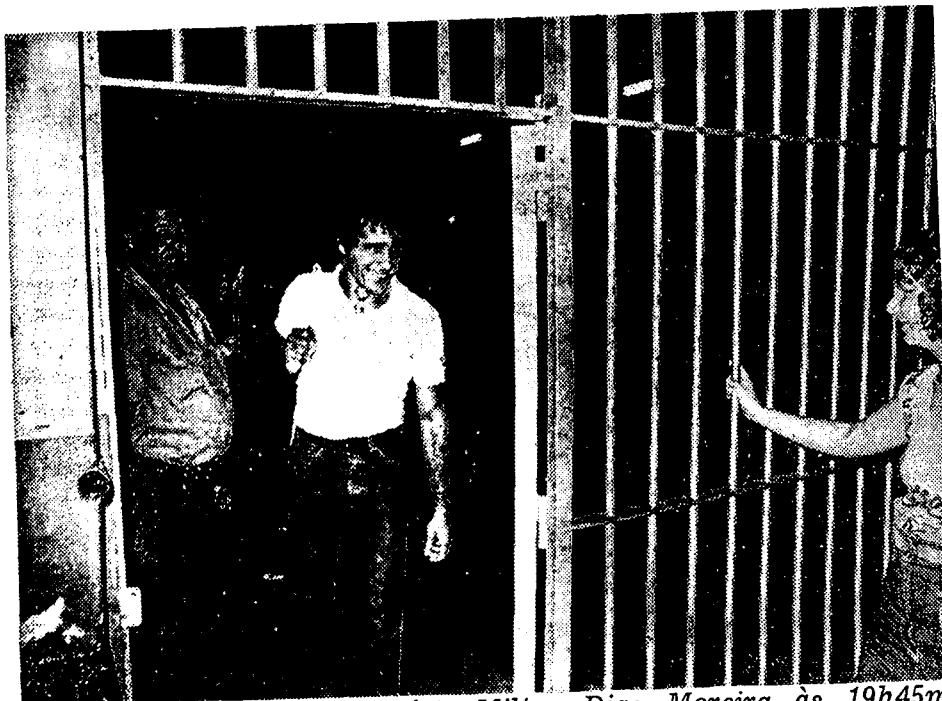
SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

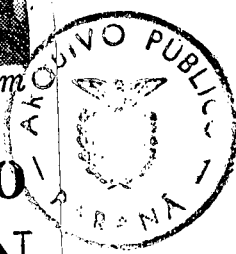
RESIDÊNCIA:



Rômulo deixou a Penitenciária Milton Dias Moreira às 19h45m

Journal do Brasil 07/02/79

Preso político é libertado com redução de pena na LSN



*Preso político
Arrestado em
07/02/79*

Rômulo Noronha de Albuquerque, o primeiro preso político no Rio beneficiado com a redução de penas na Lei de Segurança, deixou, ontem às 19h45m, a Penitenciária Milton Dias Moreira para ser recebido com palmas por parentes, amigos e membros de movimentos pela anistia — um grupo de 80 pessoas — que o aguardavam desde às 13h, hora marcada para a sua libertação.

O atraso em sua saída foi motivado pela demora em ser despachado o alvará de soltura, embora o diretor do Desipe, Francisco Massá Filho, tenha informado ao advogado Arthur Muller, por telefone, que colocara um funcionário de plantão só para isso. Ao sair, Rômulo beijou sua mulher, Ilma, e de braços dados caminhou até um Chevette branco, com mais dois amigos.

A espera

A mãe de Rômulo, Dona Maria Augusta, chegou ao presídio da Frei Caneca às 7h, acreditando que esta era a hora em que o filho seria libertado. Com ela, quatro dos nove irmãos de Rômulo — "para trazer todos, só se fretasse um ônibus", comentou ela — enquanto o pai,

o subtenente do Exército reformado Paulo de Oliveira Albuquerque tenha ficado retido na estrada, em sua viagem do Ceará.

As 13h, quando cerca de 80 pessoas já estavam à espera na Frei Caneca, a advogada Abigail Paranhos, do Comitê Brasileiro pela Anistia, passou a telefonar para o Desipe e para a Polinter, recebendo informações contraditórias dos dois órgãos policiais. As 1h, chegaram o Deputado estadual Raimundo de Oliveira, o Vereador Antônio Carlos de Carvalho e o advogado Arthur Muller, do CBA, voltando, então, a serem dados no-telefonemas ao Desipe.

Quem é

Professor de Educação Física, 32 anos, casado e com uma filha de oito anos, Rômulo estava condenado a 18 anos, em três processos: assalto a banco, desacato a autoridade e tentativa de reorganização de organização clandestina (Aliança Libertadora Nacional).

Com a redução de penas pela reforma da Lei de Segurança Nacional, Rômulo teve a sua condenação fixada em quatro anos; ele, em março, completaria nove anos de prisão.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Libertação
de preso é
retardada**
*Taba de São Paulo
01/02/39*

RIO (Sucursal) — Rômulo Noronha de Albuquerque, primeiro preso político carioca beneficiado com a redução da pena, com base na nova Lei de Segurança Nacional, não havia sido solto até as 20 horas de ontem porque um funcionário do Desipe (Departamento do Sistema Penitenciário), a quem desde anteontem à tarde foi entregue o alvará de soltura, se atrasou em pelo menos 24 horas na ida a Polinter em Niterói, para apanhar o "nada consta", segundo informou o vereador Antonio Carlos Carvalho.

A saída de Rômulo de Albuquerque da penitenciária Milton Dias Moreira, na Freij Caneca, onde está preso há nove anos, estava sendo aguardada por cerca de 50 pessoas, entre parentes e representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, desde as 13 horas de ontem, horário previsto para a sua libertação.

Por volta das 17 horas chegaram ao presídio o deputado estadual Raimundo de Oliveira e o vereador Antonio Carlos, ambos do MDB.

Depois de um telefonema ao diretor do Desipe, Francisco Massah Filho, os parlamentares trouxeram notícias para Ilma Albuquerque, mulher do preso político, e para Maria Augusta Albuquerque, mãe de Rômulo, de que estava próxima a chegada do funcionário do Desipe, com o alvará de soltura e o "nada consta" da Polinter.

Apesar da garantia do diretor do Desipe, no começo da noite, ontem, os que aguardavam Rômulo já não acreditavam na sua libertação. Mas prometiam ficar até e madrugada à espera se fosse necessário, pois Francisco Massah Filho garantira aos parlamentares que colocara o Desipe de plantão para a saída de Rômulo a qualquer hora da noite.

HIS





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Beneficiado pela
O Estado São Paulo - 06/02/79
nova LSN é solto**

Da sucursal do RIO

Rômulo Noronha de Albuquerque será o primeiro preso político a se beneficiar, no Rio, da nova Lei de Segurança Nacional. Na IIª Auditoria da Aeronáutica teve sua pena reduzida de 12 anos para dois anos, quatro meses e 28 dias. Noronha ainda estava condenado na 1ª Auditoria da Aeronáutica à pena de cinco anos de reclusão, por assalto a banco, e mais uma condenação, na mesma Auditoria, por desacato ao Conselho Permanente de Justiça, essa última pena era de um ano e seis, já cumprida.

O juiz Mário Moreira de Souza, da 1ª Auditoria da Aeronáutica, julgou extinta a punição e determinou a expedição, ontem, dos alvarás de soltura que serão cumpridos hoje.
O juiz José Siqueira Júnior, da 1ª Auditoria da Marinha, indeferiu petição em que os sentenciados Mauro Peregrino, Bernardino Pinto, Waldir Lima e Oswaldo da Silva Calli, com base na nova Lei de Segurança Nacional, pleiteavam redução das penas por delito de assalto a bancos. Entendeu o magistrado que com advento da nova LSN, cessou a competência da Justiça Militar para apreciar os pedidos de redução de penas.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Preso político sai hoje

*Journal do Brasil
04/02/79*

O primeiro preso político carioca beneficiado com a nova Lei de Segurança Nacional, Rômulo Noronha de Albuquerque, será libertado hoje da Penitenciária Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca. Ele estava condenado em três processos a um total de 28 anos, que foram reduzidos para quatro. Em março, completaria 9 anos de prisão.

Professor de Educação Física, 32 anos, é casado com a Sra Ilma Albuquerque e tem uma filha de oito anos. Ele foi condenado na 1ª Auditoria da Aeronáutica por assalto a um banco, na 2ª Auditoria por desacato à autoridade e na 3ª do Exército por tentativa de organização da Aliança de Libertação Nacional.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

PRESOS APROVADOS EM VESTIBULAR NÃO ASSISTIRÃO AULAS
gruã do povo 07/02/79
 O juiz-auditor da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, Arnaldo Ferreira Lima, afastou ontem a possibilidade de a auditoria permitir que os presos políticos Aluizio Valério e Paulo Pontes, recentemente aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia, frequentem normalmente as aulas dos cursos de Licenciatura em Ciências e Economia, respectivamente. Embora ressaltando que está tentando encontrar uma solução humana e justa para os dois casos, Ferreira Lima argumentou que "permitir que os presos frequentem a escola, seria o mesmo de libertá-los, o que é impraticável, já que estão cumprindo pena".

Lista Presos Políticos



Presos políticos do Rio podem ganhar liberdade

NOME: _____

FILIAÇÃO: _____

PROFISSÃO: _____

RESIDÊNCIA _____

A maioria dos 38 presos políticos do Estado do Rio, — mesmo os condenados a penas altas — tem perspectivas de liberdade em breve, em consequência da redução de suas penas, feita pelas auditorias militares, de acordo com o texto da nova Lei de Segurança Nacional.

De uma forma geral as auditorias estão concedendo a redução de ofício, antecipando-se à ação dos advogados. A nova lei, no entanto, gerou dúvidas sobre a execução e unificação das penas, que poderão terminar, caso seja aceita a idéia de se criar uma Vara de Execuções no âmbito da Justiça Militar.

Anistia branca

Se os advogados não chegam ao ponto de afirmar — como o severo promotor Gastão Santos Ribeiro, da 1a. Auditoria da Aeronáutica — que a nova lei representou uma anistia branca, pelo menos concordam em que ela trouxe condições de libertação imediata para alguns detentos, que, de outra forma, ficariam toda a vida na prisão.

O que os advogados discutem são os princípios doutrinários da nova lei, praticamente os mesmos da lei antiga, quanto aos seus conceitos "vagos e genéricos", capazes de enquadrar, de acordo com a interpretação mais ou menos ampla dos juizes, determinadas ações como atentatórias à segurança nacional.

Em alguns casos — como observa o advogado Jansen Machado — o texto pode ser considerado até mais rigoroso, como, por exemplo, no Artigo 12, que trata da formação de associação "sob orientação e auxílio do Governo estrangeiro", e que eliminou a distinção entre os organizadores e mantenedores destas instituições e os demais implicados. Desapareceu a pena mínima de seis meses — agora é um ano.

A redução e as dúvidas

Quanto à redução das penas, não há discussão. E a maioria dos auditores está fazendo a adaptação à nova lei por iniciativa própria, embora os advogados que mesmo assim fazem os pedidos ganhem prioridade na apreciação dos seus requerimentos.

As dúvidas começam a existir no caso dos que cometeram assaltos a bancos, sem motivação política. A lei vigente desclassificou esse crime que passou à alçada da Justiça Comum. No caso da redução das penas, a competência passaria, portanto, ao Juiz de Execuções Criminais. Francisco Horta.

As penas bem mais brandas da nova lei não estão servindo apenas para apressar a libertação dos presos políticos. Os advogados tem solicitado a redução mesmo no caso dos que já saíram da cadeia. Manoel Jesus Soares, advogado de vários presos políticos explica: alguns presos têm sido libertados através de livramento condicional. Aplicando-se a redução das penas, e se o tempo já cumprido na prisão for maior do que o da pena adaptada, o condenado pode obter o seu livramento definitivo, sem a necessidade de visitas periódicas ao juiz e outras obrigações relativas à liberdade condicional. Foi o que aconteceu com Maria Cristina de Oliveira Ferreira, defendida pelo escritório Lino Machado e que foi solta condicionalmente depois de cumprir metade da pena (12 anos), posteriormente reduzida, a pedido dos advogados, a 2 anos. Após a redução o juiz considerou a sua libertação como definitiva.

Prescrição

Mesmo para um exilado, o texto da nova Lei de Segurança quanto à redução de penas, pode trazer vantagens, segundo o advogado Manoel Jesus Soares, graças ao instituto da prescrição. Exemplifica: um preso sentenciado a 12 anos pela lei antiga, terá o seu crime prescrito em 16 anos. Caso se peça a redução da pena para dois anos, a prescrição ocorre em quatro anos. Decorrido esse prazo, o exilado pode voltar, sem ter que cumprir sentença.

Os casos de presos políticos no Rio, cuja adaptação da pena ao novo texto está sendo pedida, demonstram um benefício acentuado. Nelson Rodrigues Filho, por exemplo, foi condenado em cinco auditorias a um total de 72 anos e seis meses de prisão. Seu advogado João Alfredo Portela está pedindo a redução das penas e a sua unificação para um total de 10 anos e 4 meses. Como em abril Nelson já deverá ter cumprido mais da metade deste prazo, seu advogado poderá pedir o seu livramento condicional, caso as penas sejam reduzidas.

Outro caso é o de Alex Polari e José Roberto Gonçalves de Rezende, que responderam a 10 processos cada, dos quais foram absolvidos em seis. Acusados de participar do sequestro do Embaixador Giovanni Boucher (suíço), ambos foram condenados à prisão perpétua, depois convertida em 30 anos. E somando-se essa pena às restantes, Alex Polari acabou condenado a um total de 66 anos e José Roberto a 69.



Presos Políticos

te desclassificou esse crime que passou à alçada da Justiça Comum. No caso da redução das penas, a competência passaria, portanto, ao Juiz de Execuções Criminais, Francisco Horta.

Mas o entendimento não é tão pacífico. O Promotor Gastão Santos Ribeiro acha, em princípio, que a Justiça Militar permaneceria com uma competência residual para adaptar as penas à nova lei, tomando-se como paradigma o Artigo 26, que trata do assalto com fins atentatórios à segurança nacional. A pena mínima passaria de 12 para 2 anos, e os advogados apóiam a tese, vantajosa para os seus constituintes, pois, de acordo com o Código Penal, a pena mínima seria de 4 anos.

Pensamento diverso tem o Juiz da 1a. Auditoria de Marinha, Seixas Teles, que no fim da última semana remeteu para a Vara de Execuções Criminais todos os 41 processos de assaltos a banco por ele julgados. E indeferiu os pedidos dos advogados de Osvaldo Silva, Mauro Pelegrino e Benedito Pinto, que solicitavam a adequação das penas à nova lei e não ao Código Penal.

E quando o preso tem condenações a cumprir, determinadas por várias auditorias, como tem sido frequente, de que maneira se faz a redução e a eventual unificação de penas? Na opinião do Sr Seixas Teles, e do seu colega da 2a. Auditoria da Marinha, Carlos Augusto Moraes Rego, o juiz prevalente para a execução da pena é aquele que expediu a sentença que o condenado está cumprindo no momento.

Se um condenado está cumprindo penas dadas por três auditorias — por exemplo, o juiz da auditoria cuja sentença está em execução deve reduzi-la, se for o caso, e solicitar aos colegas que façam o mesmo. E como os advogados costumam pedir a unificação das penas — sua consolidação numa só, o que permite a liberdade condicional mais cedo — esta última medida seria também tomada pelo juiz executante.

Mas não existe um sistema de informações padronizado para que um auditor possa saber, com rapidez, quais as outras auditorias que condenaram a mesma pessoa, em processos diferentes. Geralmente o Desipe — Departamento do Sistema Penal — é consultado, ao mesmo tempo em que as próprias auditorias trocam informações. Quando se trata de preso condenado em mais de um Estado, a situação se complica.

Vara de execuções

A Corregedoria da Justiça Militar em Brasília, poderia se encarregar desta tarefa, segundo ponderam os auditores, ou então, — em melhor hipótese — deveria ser criada uma Vara de Execuções, como observa o juiz Seixas Teles. Também existe a expectativa de que o Superior Tribunal Militar — STM — baixe instruções disciplinando os procedimentos, lembra o procurador da 2a. Auditoria de Aeronáutica, Valter Vigderowitz.

"Na realidade a Justiça Militar existe há 170 anos, e nunca se verificou a necessidade de tal entrosamento. Mas tudo isso deverá ser oportunamente disciplinado."

te desclassificou esse crime que passou à alçada da Justiça Comum. No caso da redução das penas, a competência passaria, portanto, ao Juiz de Execuções Criminais, Francisco Horta.

Num dos dois assaltos, pelos quais ambos foram condenados, o advogado Nélcio Machado já pediu e obteve a redução da pena dos dois de 12 para dois anos, de acordo com decisão da 2a. Auditoria de Aeronáutica. Há outros pedidos de redução, na mesma proporção, para o outro assalto, que está para ser decidido, na 1a. Auditoria da Aeronáutica.

Os dois também foram condenados pelo sequestro do Embaixador alemão Von Hollenben, Polari a 12 anos, e José Roberto a 15. A adaptação da pena para dois anos foi pedida para Polari, e será requerida (para cerca de três anos), para José Roberto. O sequestro do embaixador suíço está pendente de recurso, mas se for vitorioso, o advogado Nélcio Machado espera soltar ambos, depois de reduzidas e unificadas todas as penas, ainda este ano, através do livramento condicional.

O estudante Jorge Raymundo Júnior foi condenado em seis processos e está preso desde 11 de março de 1970. Pelas condenações de acordo com a Lei de Segurança Nacional antiga deveria ficar preso até 2012, ou pelo menos até 1991, se conseguisse a liberdade condicional. O advogado Manoel Jesus Soares que está pedindo a redução e a unificação das penas espera que o seu constituinte seja solto até o final do ano.

Rômulo Noronha de Albuquerque, também preso desde 11 de março de 1970, está condenado a um total de 18 anos e meio de prisão. O seu advogado já obteve a diminuição de uma de suas penas de 12 anos para dois anos, quatro meses e 26 dias. Outra está sendo requerida, e mesmo se, por algum motivo, não for concedida seu constituinte terá de ser solto no próximo dia 6, através do livramento condicional.

Preso há 9 anos, Paulo Henrique Rocha Lins, condenado a um total de 31 anos 9 meses em alguns processos, teve reduzidas as penas para 11 anos e 9 meses. O próximo passo do seu advogado é a unificação das penas, para obter o seu livramento condicional.

Jefferson Santos do Nascimento, preso há seis anos e condenado há 12, por assalto, requereu a diminuição da pena para 2 anos. Como os autos estão em Brasília, sua libertação pode não se dar imediatamente, mas deverá acontecer provavelmente em março, segundo o advogado Nélcio Machado.

Para os condenados a penas pequenas, como o caso dos acusados no processo do MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), no final do ano passado, as vantagens serão também proporcionalmente pequenas. E' o caso, por exemplo, de Artur Obino Neto e Luis Arnaldo Dias Campos, que estão cumprindo penas de 2 anos. Será pedida a diminuição da pena para um ano, e os dois terão que esperar algum tempo. Franklin Dias Coelho, condenado a 3 anos, terá um pedido de diminuição da pena para um ano e meio. O caso de Sidney Lianza e Inácio Guaracy, dois outros acusados de pertencer ao MEP, é semelhante.

PT 15 90. 191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Minas fica
sem presos
políticos**
03/02/78

**Do correspondente em
JUIZ DE FORA**

Dentro de 15 dias, no máximo, Minas Gerais não terá mais nenhum preso político, segundo garantiu ontem o juiz auditor José Carneiro Holanda. O último preso a deixar a Penitenciária Regional de Linhares será José Francisco Neres, cumprindo pena há dois anos, e que será beneficiado pela nova Lei de Segurança Nacional.

Enquanto isso não acontece, Francisco Neres permanece isolado dos demais presos. Ontem, o diretor da Penitenciária de Linhares, Waldemar Pettersson, não permitiu que os jornalistas conversassem com o preso. Segundo ele, esta permissão só poderia partir do serviço jurídico da 4ª Região Militar, que cuida diretamente da orientação do Presídio na área da Lei de Segurança Militar. Pettersson afirma que o isolamento foi solicitado pelo próprio preso.



*Pasta
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Minas liberta seu 1.º preso beneficiado com nova LSN

Journal do Brasil - 02/02/79

Juiz de Fora — O primeiro preso político mineiro beneficiado pela nova Lei de Segurança Nacional foi libertado ontem, após oito anos de prisão na Penitenciária Regional de Linhares. **Cecílio Emilio Saturnino**, ex-cabo da Polícia Militar, teve sua pena reduzida de 12 para 2 anos de reclusão.

Resta agora, na Penitenciária de Linhares, mais um preso político, que se encontra isolado dos demais, na galeria especial, no segundo andar do edifício. O processo de José Francisco Neres, a pedido de sua mulher, deverá ser remetido para a Auditoria da 4a. Região Militar para revisão. Sua liberação poderá ser confirmada nos próximos 15 dias.

Torturas

O ex-cabo da Polícia Militar, ao sair do presídio, disse que Linhares é "a perfeita interseção do terror", e que por lá já passaram mais de 300 presos políticos, chegando a ter uma população de mais de 100 presos. Cecílio foi condenado sob a acusação de ter assaltado um supermercado em Belo Horizonte, em outubro de 1971.

Em janeiro do mesmo ano ele ficou preso no Quartel do Batalhão de Transito da PM em Belo Horizonte. Disse que antes de viajar para Linhares sofreu as mais variadas torturas, no DOI-CODI mineiro, e ainda lembrou o nome de um dos torturadores — o Tenente Marcelo que servia com ele no Batalhão de Transito.

Convergência

São Paulo — O jornalista Jorge Pignheiro dos Santos, editor-chefe do semanário *Versus*, acusado de pertencer ao movimento Convergência Socialista e de estar implicado na organização do Partido Socialista dos Trabalhadores, apre-

sentou-se ontem para depor na 2a. Auditoria da 2a. CJM.

Ele estava com prisão preventiva decretada, mas o Conselho Permanente de Justiça da Auditoria revogou a ordem e considerou cessada sua revelia no processo. No depoimento, o jornalista afirmou que ainda não havia se apresentado à Justiça porque não se sentia garantido após a prisão do argentino Hugo Miguel Bressano e do português Sá Leal, que já foram expulsos do país.

O jornalista confessou-se marxista mas negou ter participado do Partido Socialista Argentino e disse não ser trotskista ou leninista. Salientou que nunca pertenceu ao Partido Socialista dos Trabalhadores do Brasil e confirmou ser amigo pessoal do argentino Hugo Miguel Bressano e do médico português Sá Leal.

Suspeição

Recife — Tentativa de incompatibilizar um juiz com a opinião pública, desmoralizando a Justiça Militar, foram os argumentos utilizados pelo Juiz Auditor da 7a. CJM, Sr Antônio da Silveira Rosa, ao se defender, junto ao STM, do pedido de suspeição arguido pelo advogado do estudante Edval Nunes da Silva, o *Cajá*.

O Sr Antônio da Silveira divulgou o texto de sua defesa ontem, apesar de tê-lo enviado em dezembro ao Superior Tribunal Militar, e nele nega que exista qualquer inimizade entre ele e o acusado, como alegou o defensor do estudante, ou que tenha em algum momento pré-julgado *Cajá*.

Também ontem o Sr Antônio da Silveira, classificou de "prévia carnavalesca político-subversiva" o Dia Nacional de Visita aos Presos de todo país, a ser comemorado no próximo dia 17 pelos que fazem parte dos movimentos pela anistia.

*Lista Presos Políticos
Arrestados em 02/02/79
Cecílio*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Mães de presos em Puebla

Folha São Paulo - 14/02/79

DOS ENVIADOS ESPECIAIS

PUEBLA — Aos poucos, familiares e amigos de presos políticos e pessoas desaparecidas na América Latina se aproximam, timidamente, do Seminário Palafoxiano, onde se realiza a 3.ª Assembléia Geral, procurando o apoio da Igreja do continente para a sua causa. Alguns grupos, como a AISC, de argentinos radicados nos Estados Unidos, já conseguiram encaminhar suas denúncias a direção do CELAM. Este grupo denunciou a existência de três mil vítimas, entre mortos, desaparecidos e presos por motivos políticos na Argentina.

Um outro grupo, mais numeroso, de mães argentinas, também se encontra em Puebla, trazendo um dossiê completo a respeito de seus filhos presos e desaparecidos. O documento deve estar em mãos do CELAM, através da Conferência de Bispos da Argentina, a quem as mães entregaram o levantamento.

O grupo, que se chama "familiares de desaparecidos e presos por razões políticas", afirma, no documento, que "há o registro de mais 3.500 casos de prisões e desaparecidos, entre 1974 e 1978, mas que não representa, nem aproximadamente, a realidade nacional porque existem famílias que não nos conhecem, outras moram muito distante e é impossível a comunicação e outras ainda por ignorância de procedimento e outras com ou sem concepção política não o fazem por medo".

Dizem também que em alguns lugares, tem recebido o apoio de da Igreja, mas "queremos o apoio afetivo e concreto da Igreja como Instituição".

Em carta datada de 16 de janeiro deste ano, dirigida ao papa João Paulo 2.º, elogiam a atitude do Vaticano em tentar solucionar a questão do Canal de Beagle, em afirmar estar seguros "que o papa saberá também achar o modo

de ajudar o nosso povo a restabelecer a paz interior, pondo fim ao cativeiro dos milhares de desaparecidos e detidos por razões políticas e sua afirmação de que não há paz sem justiça tem plena aplicação no caso argentino".

Em carta de dezembro de 1978, enviada à Conferência Episcopal Argentina apelam aos bispos argentinos "porque em reiteradas oportunidades e pelas mais diversas formas temos feito chegar as mais altas autoridades do governo a nossa procura de justiça, sem ter conseguido nenhuma resposta".

Sintetizam o pedido em cinco pontos: a busca dos cidadãos desaparecidos o aparecimento dos cidadãos ilegalmente presos a libertação dos presos sem causa e ou processo e ou a opção que outorga a Constituição Federal para saírem do país o julgamento de acordo com a Constituição Federal e com as leis, os que tiverem processo a cessação da perseguição e da arbitrariedade e o restabelecimento dos direitos humanos.

De acordo com os dados contidos no documento, existem nove crianças com menos de 10 anos sequestradas. De 11 a 20 anos são 281, entre 21 e 30, 1428, entre 31 e 40 anos, 493 e com mais de 40 anos, 187. Este comitê recebeu, desde 1974, 2.558 denúncias de sequestros, assim distribuídos: 1974, quatro casos, 1975, 38 casos, 1976, 1.539 casos, 1977, 1079 casos e em 1978, 208 casos.

Um grupo de mães de desaparecidos em El Salvador também se encontra em Puebla, procurando o apoio da Igreja latino americana. Ao lado de mães argentinas, concederam entrevista coletiva em um dos hotéis da cidade e esperam manter contato com o episcopado do continente.

Dom Aloísio Lorscheider, presidente do CELAM e da CNBB, abordado pela imprensa no hall do seminário afirmou que tem recebido alguns documentos sobre perseguições políticas na América Latina.

*Prater
Presos Políticos*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO II

Auditor
O Juiz São Paulo
contesta
31/01/79
presos

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Da sucursal do
RECIFE

O juiz-auditor-substituto da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, Antônio Pereira Rosa, rebateu ontem as acusações dos 19 presos políticos da penitenciária Barreto Campello, de que ele "estaria mantendo preso ilegalmente o companheiro João Bosco Rolemberg Cortes, que deveria estar em liberdade a um ano e sete meses por decisão do Supremo Tribunal Federal".

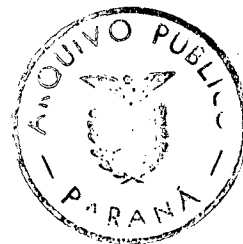
"A extinção da punibilidade pela prescrição da pena — explicou — foi concedida para o crime que ele cometera em São Paulo e pelo qual estava condenado a dois anos. Acontece que esta decisão foi dada em 78, depois que ele já havia cumprido. Atualmente, João Bosco está cumprindo uma sentença de três anos de reclusão imposta pela Auditoria da 7ª CJM. Para mim, ele só terá a liberdade em 7 de junho deste ano, final da pena. Não o soltarei, a não ser que o STM, ou STF, expeça o alvará de soltura. Acho que minha interpretação está correta."

BANIDOS

Quatro processos de crimes contra a Segurança Nacional, que estavam desativados na Auditoria da Sétima Circunscrição Judiciária Militar porque alguns dos acusados estavam banidos do País, foram reabertos ontem por determinação do juiz-auditor-substituto, Antônio Pereira Rosas.

Os ex-banidos apontados nesses processos são o estudante Ronaldo Dutra Machado e Nancy Magabeira Unger, trocados, respectivamente, pelos embaixadores dos Estados Unidos e da Suíça. Ambos foram beneficiados pelo decreto 82.960, de dezembro do ano passado, que revogou o banimento.

Todos esses processos foram desativados na fase de denúncia. Os acusados estão enquadrados nos artigos 43 da Lei de Segurança Nacional porque tentaram reorganizar o Partido Comunista Brasileiro-PCB e eram ligados à Aliança Libertadora Nacional-ALN, liderados por Carlos Mariguela.



Anulado em 01/02/79
Reabertos
Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

PRESOS RECLAMAM
DE ILEGALIDADE NA
BARRETO CAMPELLO

Arquivo do livro 30/11/71
Dezenove presos políticos do
presídio Barreto Campello, em
Itambaracá, Recife, protestaram
ontem, através de uma nota dis-
tribuída à imprensa, "contra a
ilegalidade a que se submete o
companheiro João Bosco Rolem-
bere Cortes, que ha um ano e sete
meses deveria estar em liberdade,
por decisão do Supremo Tribunal
Federal, que extinguiu sua pu-
nibilidade pela prescrição da
pena". João Bosco foi condenado
em dois processos, por crimes
contra a segurança nacional, a um
total de cinco anos de prisão. Uma
das suas penas foi prescrita e ele
já cumpriu 1 ano e sete meses
além do prazo devido.



Costa



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Auditoria ignora
manifesto em favor
de preso no Recife**

20/11/74
RECIFE (Do Correspondente) — A Auditoria da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, no Recife, comentou o manifesto encaminhado pelos presos políticos de Itamaracá ao presidente do Superior Tribunal Militar, e divulgado ontem em Pernambuco, de solidariedade ao preso João Bosco Rolemberg Cortes, que, segundo o documento, encontra-se detido irregularmente em Itamaracá.

“Não temos porque reconhecer o manifesto dos presos políticos da colônia agrícola de Itamaracá, em favor do réu João Bosco — informou a Auditoria — pois ele tem seu advogado, normal e legalmente constituído. Somente o advogado em condições, junto a esta circunscrição, para reclamar os direitos de seu constituínte, por ventura relegados a plano inferior, e n leigos, réus igualmente”.

O PROTESTO DOS PRESOS

No documento divulgado pelos presos políticos se afirma que João Bosco está preso desde 1974, condenado em dois processos a cinco anos de prisão. Em outubro do ano passado, entretanto, observa o documento, o Supremo Tribunal Federal decidiu extinguir a punibilidade, por prescrição da pena, no processo onde João Bosco fora condenado a dois anos de prisão.

“A competente comunicação — afirmam os presos de Itamaracá — chegou à auditoria da 7.ª CJM, e era de se esperar fosse providenciado, imediatamente, o alvará de soltura, uma vez que João Bosco, agora com três anos de condenação, já se encontrava preso há mais de quatro, pois ele foi preso em 6 de junho de 1974 e, até a data de hoje, cumpre quatro anos e sete meses de prisão”.

O manifesto enfatiza, em seguida, que a Auditoria da 7.ª CJM “desconsiderou a determinação do STF — a respeito da extinção da punibilidade em um dos processos de João Bosco — e se arvorou ao direito de cercear a liberdade de preso, o que leva a penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, a ser transformada, objetivamente, num autêntico cárcere privado a serviço de caprichos, cujas motivações desconhecemos, mas cujo caráter abusivo se patenteia à luz da observação mais simples”.



Pasta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Presos acusam a Auditoria de contrariar STF

Das sucursais

Os dezenove presos políticos do Presídio Barreto Campello, em Itamaracá, protestaram ontem, por meio de uma nota distribuída à imprensa, "contra a ilegalidade a que se submete o companheiro João Bosco Rolemberg Cortes, que a um ano e sete meses deveria estar em liberdade, por decisão do Supremo Tribunal Federal, que extinguiu sua punibilidade pela prescrição da pena".

João Bosco foi condenado em dois processos, por crimes contra a Segurança Nacional, a um total de cinco anos de prisão. Em outubro do ano passado o STF decidiu pela prescrição da pena de um dos processos, ficando ele apenas obriga-

do a cumprir a pena de três anos.

Ele se encontra no presídio desde o dia 6 de junho de 1974 e até agora já cumpriu quatro anos e sete meses, portanto excedeu um ano e sete meses o prazo de sua libertação. Segundo a nota dos presos políticos, "a auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar simplesmente desconsiderou a determinação do STF, e se arvorou do direito de cercear a liberdade de João Bosco, o que leva a penitenciária Barreto Campello a ser transformada para o companheiro, objetivamente, num autêntico cárcere privado". A nota assinada pelos dezenove presos, inclusive por João Bosco, garante que irão recorrer ao Superior Tribunal Militar para o cumprimento da decisão do STF.

"Pasquim": rejeitada denúncia

O juiz Paulo da Costa Reis, da 2ª Auditoria da Aeronáutica, manteve despacho em que sustenta a incompetência da Justiça Militar para processar e julgar os jornalistas Sérgio Magalhães Gomes Jaguaribe, o Jaguar, Sérgio Augusto Pinto e Carlos Jorge Guidacci da Silveira, diretores do semanário "O Pasquim", acusados pelos delitos de calúnia, injúria e difamação aos ministros Golbery do

Couto e Silva, Mário Simonsem e Shigeaki Ueki.

O promotor Afonso Carlos Agapita da Veiga denunciou os jornalistas como incursores na antiga Lei de Segurança, por entender que os fatos a eles atribuídos se ajustam aos delitos contra a segurança do Estado. O juiz-auditor, ao discordar da promoção, sustenta não ter acontrado elementos convincentes.



*Prestar
Atenção Política*

*9 Estado São Paulo
30/01/79*

81



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Presos querem revisão
das penas para estudar**

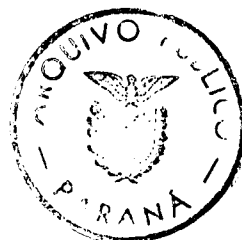
Da sucursal de
SALVADOR

Dois presos políticos de Salvador, Paulo Pontes da Silva e Aluísio Valério da Silva, aprovados em Economia e Licenciatura em Ciências, respectivamente, no vestibular da Universidade Federal da Bahia, poderão vir a frequentar as aulas normalmente, se beneficiados pela nova Lei de Segurança Nacional. A advogada Ronilda Noblat vai pedir a revisão das penas de

ambos e, se tudo der certo, eles acreditam que dentro de três meses, estarão em liberdade para estudar. Os aprovados competiram com 21 mil candidatos que disputaram as 3.075 vagas oferecidas este ano pela UFBA.

Paulo foi condenado à prisão perpétua — pena depois comutada — no mesmo processo que condenou à morte Teodomiro Romeiro dos Santos pelo assassinio do sargento da FAB, Walder Xavier de Lima, em 1970.

*Pontes
Presos Políticos*



PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Mãe de presa
Filha de São Paulo.
desembarca hoje
28/11/74

RIO (Sucursal) — O Comitê Brasileiro pela Anistia confirmou a chegada, hoje, da asilada Leta Lemos, mãe da presa política Jasse Jane, atualmente cumprindo pena na penitenciária Talavera Bruce, em Bangu. Leta Lemos desembarca no aeroporto internacional do Rio às 6h50, no voo 955 da SAS, procedente de Kopenhague.

Também foi confirmada a chegada, depois de amanhã (30), às 7h30, no aeroporto internacional do Rio, de Cesar Queiroz Benjamin, no voo 721 da Varig, procedente de Paris. César foi expulso do Brasil em setembro de 76, depois de ficar preso algum tempo, inclusive incomunicável mais de um ano. Na época, ele era menor tendo sido considerado imputável em relação ao Código Penal Militar.

CARTAS POR FLÁVIA

Mil prospectos de cartas para serem preenchidos, exigindo a libertação de Flávia Schilling e outros brasileiros presos no Uruguai e Argentina, foram distribuídos anteontem à população pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e Movimento Feminino pela Anistia. Segundo o presidente do CBA, Alberto Duarte, os prospectos exigindo a libertação de Flávia Schilling, Flavio Koutzil, Jorge Basso e Haroldo Collares, após preenchidos e assinados pelas pessoas, deverão ser enviados ao Itamarati e ao embaixador uruguaio no Brasil.

“Só uma campanha de mobilização popular como esta terá forças para conseguir a libertação de Flávia. Pois não há empenho do governo brasileiro em providenciar sua libertação. As medidas tomadas até agora são tímidas e se devem unicamente à pressão de entidades como a OAB, os grupos de luta pela anistia, e da divulgação de sua situação através da imprensa” — afirmou o presidente do CBA-MG.

Pasta Presos Políticos



SEM PASSAPORTE

Em Pernambuco, a Auditoria da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar forneceu ao advogado Pedro Eurico de Barros uma certidão de que nada consta contra seu cliente, o ex-deputado estadual e jornalista Clodomir dos Santos Moraes, atualmente exilado em Portugal. Segundo informou o advogado, o jornalista ainda não recebeu seu passaporte na embaixada do Brasil em Portugal, sendo este o único impedimento, agora, para sua volta.

PT 1580.131



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Leta Alves, mãe de Jessie Jane,

emocionada
Filha João Paulo 3/10/11/79
Jessie Jane e

marido serão libertados

RIO (Sucursal) — Leta Alves, mãe da presa política Jessie Jane, chorou de emoção, ontem, quando foi depor na Polícia Federal, e foi informada pelo advogado Osvaldo Mendonça de que sua filha e Colombo Vieira, marido de Jessie, poderão ser soltos a qualquer momento. O advogado esclareceu que as penas a que ambos estavam submetidos foram adaptadas à nova Lei de Segurança Nacional o que resultou na diminuição de 28 anos para sete anos e sete meses para Colombo e de 28 para sete anos para Jessie Jane.

Jessie Jane e Colombo Vieira aguardam apenas que o juiz-auditor Mario Moreira, da 1.ª auditoria da Aeronáutica, conceda o alvará de soltura, pois os dois já cumpriram um ano e meio além do previsto na pena agora revista, de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional. Jessie Jane, que cumpre pena no presídio feminino Talavera Bruce, em Bangu, e Colombo Vieira, que está na penitenciária Frei Caneca, foram acusados de participarem de um sequestro frustrado de um avião e foram presos no antigo aeroporto do Galeão, em 1.º de julho de 1970.

DEPOIMENTO

Leta Alves chegou ao Brasil no domingo passado e deverá permanecer 45 dias aqui, retornando em seguida a Estocolmo, onde reside com o marido Washington Alves, banido em 1970. Leta foi intimada a depor ontem, na Polícia Federal, onde chegou em companhia do advogado Paulo Goldrajch, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — e permaneceu quase três horas.

Paulo Goldrajch considerou uma violência o interrogatório porque sua cliente não cometeu crime algum, nem está sendo processada. "O único crime foi ter saudades da filha que não vê há muitos anos", disse.

Na polícia, Leta Alves respondeu a um questionário-padrão para os exilados, apesar de não ser exilada. E o delegado quis saber muita coisa sobre suas atividades no exterior, e ainda o seu trabalho como funcionária pública em Estocolmo.



PTA 590.131

Libertados

RIO (Sucursal) — Leta Alves, mãe da presa política Jessie Jane, chorou de emoção, ontem, quando foi depor na Polícia Federal, e foi informada pelo advogado Osvaldo Mendonça de que sua filha e Colombo Vieira, marido de Jessie, poderão ser soltos a qualquer momento. O advogado esclareceu que as penas a que ambos estavam submetidos foram adaptadas à nova Lei de Segurança Nacional o que resultou na diminuição de 28 anos para sete anos e sete meses para Colombo e de 28 para sete anos para Jessie Jane.

Jessie Jane e Colombo Vieira aguardam apenas que o juiz-auditor Mario Moreira, da 1.ª auditoria da Aeronáutica, conceda o alvará de soltura, pois os dois já cumpriram um ano e meio além do previsto na pena agora revista, de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional. Jessie Jane, que cumpre pena no presídio feminino Talavera Bruce, em Bangu, e Colombo Vieira, que está na penitenciária Frei Caneca, foram acusados de participarem de um sequestro frustrado de um avião e foram presos no antigo aeroporto do Galeão, em 1.º de julho de 1970.

DEPOIMENTO

Leta Alves chegou ao Brasil no domingo passado e deverá permanecer 45 dias aqui, retornando em seguida a Estocolmo, onde reside com o marido Washington Alves, banido em 1970. Leta foi intimada a depor ontem, na Polícia Federal, onde chegou em companhia do advogado Paulo Goldrajch, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — e permaneceu quase três horas.

Paulo Goldrajch considerou uma violência o interrogatório porque sua cliente não cometeu crime algum, nem está sendo processada. "O único crime foi ter saudades da filha que não vê há muitos anos", disse.

Na polícia, Leta Alves respondeu a um questionário-padrão para os exilados, apesar de não ser exilada. E o delegado quis saber muita coisa sobre suas atividades no exterior, e ainda o seu trabalho como funcionária pública em Estocolmo.

PEDIDO INDEFERIDO

O juiz Helmo Sussekind, da 2.ª Auditoria do Exército, indeferiu ontem o requerimento em que o advogado de Almir Marinho, absolvido por maioria de votos do crime de assalto a banco sem conotação política, pede a libertação de seu cliente baseado nos dispositivos da nova Lei de Segurança Nacional, que não é mais adequada a julgar o tipo de crime atribuído a Almir Marinho. O advogado entende que a prisão de Marinho passou a ser ilegal com a nova LSN.

Ao indeferir o pedido, o juiz, por sua vez, entendeu que a sentença da primeira instância é um ato jurídico perfeito e acabado, e que só poderá ser reformado por decisão do Superior Tribunal Militar, do contrário, Marinho deverá permanecer preso enquanto não tramitar a apelação da promotoria sobre a sentença que o absolveu.

Almir Marinho, ao lado de Carlos Alberto de Oliveira, Ivanir Cabral e Virgílio Serpa de Almeida, foram acusados de assaltar uma agência do Banco Mercantil de São Paulo, e enquadrados no artigo 27 da antiga LSN.



PTAS 90. 191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Presos querem fazer exame na UFBA

Aprovados no vestibular da Universidade Federal da Bahia, os presos políticos Paulo Pontes da Silva e Aluisio Valério da Silva pediram à Auditoria da 6a. CJM, através da advogada Ronilda Noblat, autorização para prestarem exames médicos com vistas às matrículas. A obtenção dos documentos, para a advogada, não se apresenta problema.

A advogada acha que os dois não terão problemas para cursar as faculdades, pois, de acordo com a nova Lei de Segurança Nacional, eles poderão frequentar as aulas já em liberdade. A Sra Noblat fará petição no sentido de reduzir a pena de Paulo Pontes da Silva. Aluisio Valério tentará, em Recife, obter liberdade condicional ou habeas-corpus.

Nova Auditoria

Com sede em Manaus e jurisdição nos Estados de Amazonas e Acre e nos Territórios de Rondônia será instalada a 12a. Auditoria da Justiça Militar, para a qual foi designado juiz-auditor o atual juiz-auditor-substituto da 7a. CJM, em Recife.

Todos os processos sob responsabilidade do Sr Antônio da Silveira Rosa, na 7a. CJM, passarão para o auditor José Bolivar Régis. Deste modo, o Sr Silveira Rosa não julgará o processo em

que está envolvido o estudante Edval Nunes da Silva (Cajá), cujo advogado havia solicitado o afastamento do atual juiz-auditor-substituto.

Professores

Professores universitários gaúchos aposentados em 1969 através de decreto que não teria sido assinado pelo então Presidente Costa e Silva, conforme hipótese admitida pelo ex-Ministro da Educação, Sr Tarso Dutra — que não o assinou — contratarão os advogados Galeno Lacerda e Otávio Caruso da Rocha para moverem ação declaratória contra a União, para apurar a verdade.

Comprovada a hipótese de que a assinatura do Presidente da República é apócrifa ou inexistente, o decreto, por decisão judicial, poderá ser declarado nulo, o que assegurará o retorno dos professores à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dos 14 professores gaúchos punidos pelo ato, que teria sido assinado em 29 de agosto de 1969, sete já tiveram reunião preliminar em que decidiram contratar os advogados.

Os professores Emilio Mabilde Ripollg, Gerd Bornheim, Ari Canajim, Joaquim Felizardo, Carlos Maximiano Fayet, João Carlos Brum Torres e Ernildo Stein já iniciaram contatos com três outros professores de Pelotas.



Pasta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Três presos
Falha de São Paulo
políticos em PE
22/01/79
serão libertados

RECIFE (Do Correspondente) --
 Alanir Cardoso, José Pedro da Silva
 e José Adeildo Ramos, três presos
 políticos de Pernambuco, deverão
 deixar a prisão, ainda este ano, pois
 suas penas estarão vencidas, res-
 pectivamente, em abril, julho e
 novembro. Mesmo livres porém,
 José Pedro e Alanir Cardoso ainda
 permanecerão com os direitos
 políticos suspensos.

Atualmente são 26 os condenados
 pela Lei de Segurança Nacional na
 Justiça Militar de Pernambuco, e
 que estão presos, cumprindo a
 pena. Entre eles, duas mulheres:
 Selma Bandeira Mendes e Maria
 Aparecida dos Santos, que pela con-
 denação, deixam a prisão em 1981 e
 1980. E dois presos políticos que es-
 tão condenados à prisão perpétua,
 além de cumprir penas fixas.



*Lista
 Presos Políticos
 Anotado em 23/01/79
 Santos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO



**Presos pedem ajuda
para reabrir ações**

O Estado de São Paulo
07/01/74

Da sucursal do RECIFE

Os presos políticos da penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, em Pernambuco, distribuíram cartas às entidades de defesa dos direitos humanos e da anistia, pedindo ajuda para a revisão dos seus processos com base nas alterações da Lei de Segurança Nacional.

O pedido de ajuda, com a justificativa de que a maioria dos presos não tem condições financeiras para a contratação de advogados, foi encaminhado à OAB, seção de Pernambuco, ao Conselho Federal da OAB, ao Comitê Brasileira pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia, à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, ao MDB e aos advogados pernambucanos.

No documento, os presos afirmam que a impossibilidade de contratar advogados "acarretou inúmeros prejuízos, tais como defesas, em primeira instância feitas por advogados de ofício, perda de prazo para apelação nos tribunais superiores e o não encaminhamento de re-

ursos de revisão. Os presos explicam que o quadro dessas dificuldades ainda persiste. Daí porque, ante a possibilidade de ver vários companheiros ser libertados e outros terem suas penas reduzidas, com base no novo texto da LSN, fazemos este pedido, na expectativa de que, assim, seja rompido o impasse, pelo menos no que tange à providência inicial da elaboração dos recursos competentes".

EXILADO

Outro exilado brasileiro que deverá voltar ao País nos próximos dias é o pernambucano Maurício Ferreira Lima, ex-deputado federal, cassado em 1968, quando denunciou a formação de um grupo terrorista dentro do Para-Sar — grupo que teria o objetivo de provocar agitações e, conseqüentemente, medidas repressoras por parte do governo. A informação da volta de Maurício foi dada ontem no Recife, pelo seu irmão Mauro Ferreira Lima.

Posta
Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Condenado à morte
tentará anular ação**

**Da sucursal de
SALVADOR**

A advogada baiana Ronilda Noblat, que se especializou na defesa de presos políticos, informou que vai impetrar, nos próximos dias, **habeas corpus** em favor de **Teodomiro Romeiro dos Santos**, pedindo anulação do processo que o condenou à pena de morte em 1970. No **habeas corpus**, a advogada alegará que o flagrante lavrado contra Teodomiro é nulo de pleno direito, pois não obedeceu aos requisitos da lei.

Além disso, Ronilda Noblat pedirá, também, a aplicação da nova Lei de Segurança Nacional para Teodomiro Romeiro dos Santos — condenado, em outro processo, a 15 anos de prisão por assalto a banco — e outros três presos políticos, que ainda cumprem pena na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador. Se for observado o princípio que prevê a aplicação das novas penas quando elas beneficiam os acusados, os quatro presos políticos de Salvador deverão ser libertados.

A mesma advogada vai encaminhar ao juiz auditor da 6ª Circunscrição da Justiça Militar, um pedido de extinção da

punibilidade para cinco baianos que se encontram foragidos do Brasil por motivos políticos. Sem revelar o nome de seus clientes, Ronilda Noblat explicou que o pedido tem por objetivo oficializar, tendo em vista a sua prescrição, a extinção da punibilidade dos foragidos, possibilitando seu regresso ao País. Sabe-se, contudo, que dois deles já se encontram na Bahia, enquanto os outros vivem em Moçambique e em Madri.

No processo em que Teodomiro Romeiro dos Santos foi condenado a 15 anos de prisão, a pena mínima, prevista na LSN então vigente, era de 12 anos. Segundo a advogada, o juiz aplicou essa pena, cotejando a atenuante da menoridade e o agravante da reincidência.

GALDINO

A Justiça Militar de São Paulo deverá apreciar, segunda ou terça-feira, o pedido de revisão do processo de Aparecido Galdino Jacinto, feito pela Comissão Justiça e Paz. Na mesma ocasião, deverá apreciar também a indicação dos dois psiquiatras sugeridos pela comissão para examinarem Aparecido, atualmente recolhido ao Manicômio Judiciário.



*Pasta
Presos Políticos
Arquivado em
12/10/79
R. Santos*



94

Rezende admite a anistia para assaltantes políticos

Da sucursal de
BRASÍLIA

O líder do governo e futuro governador do Espírito Santo, senador Eurico Rezende, admitiu ontem a possibilidade de concessão de anistia aos que assaltaram bancos com objetivos políticos, defendeu as salvaguardas que estão sucedendo o AI-5 e disse não ver qualquer possibilidade de retrocesso institucional.

Numa conversa surpreendentemente otimista para quem sempre foi tão ortodoxo na defesa das teses revolucionárias, o político capixaba assim explicou o caráter genérico da Lei de Segurança Nacional há pouco revogado, na aplicação de sanções aos assaltantes de bancos:

"Não haverá nem poderá haver anistia irrestrita no Brasil e explico. Quando o governo se impressionou com os assaltos a bancos resolveu considerar esta prática como crime político. Porque ocorreria o seguinte: houve alguns assaltos para a obtenção de recursos destinados a alimentar a subversão. Outros, muito criativos, resolveram fazer o mesmo em proveito próprio e também assaltaram bancos, mataram guardas de segurança, daí a promiscuidade que resultou, os primeiros praticaram crimes políticos, enquanto os outros praticaram crime comum. O governo classificou todos como crimes contra a segurança nacional, a fim de evitar sua apreciação pelo Poder Judiciário. Assim se a anistia for irrestrita, vai beneficiar criminosos comuns. É preciso assim que a anistia tenha suas especificações para realmente beneficiar os políticos que violaram a lei. Porque a generalização iria favorecer criminosos comuns. Tenho a impressão de que a anistia é desejada desde que se separe o crime político do comum."

Rezende explicou que os autores de assaltos de caráter político podem ser anistiados "desde que não tenham praticado crime de sangue. A antiga Lei de Segurança estabeleceu essa dificuldade ao dar uma definição errada ao crime político na ânsia do estado de apresentar maior coação, maior amedrontamento".

Para Rezende, será fácil, no futuro, que se estabeleçam meios para distinguir entre os autores dos assaltos de bancos com finalidades políticas ou comuns: "Não é difícil porque existem processos há testemunhas. Pode ser identificado, em muitos casos o destino do dinheiro roubado. São

processos bem diferentes dos de cassação em que não pode haver revisão porque muitos deles se basearam em processo sumário. No primeiro caso, a iniciativa poderia partir do presidente da República ou do Congresso Nacional. O Congresso esta af vivo e amadurecido para examinar essas situações, não permitindo, porém, que de suas decisões se beneficiem criminosos comuns".

SEVERIDADE

Como alguns repórteres registrassem que os futuros governadores do Ceará, Virgílio Távora, do Amazonas, José Lindoso e agora ele, Rezende, estavam fazendo pronunciamentos muito otimistas quanto ao futuro institucional do País, o senador capixaba assim se explicou: "O presidente Geisel deu as razões para o otimismo nacional quando revogou o AI-5 e implantou as reformas".

Rezende discordo daqueles que acham que as salvaguardas, inseridas na Constituição, para substituir o AI-5, são muito severas:

"Ao contrário, estas deixam a todos nós tranquilos. Estou raciocinando com o mundo e não apenas com o Brasil. Agora quanto à Lei de Segurança Nacional, ela é, de fato, severa porque o tipo de crime nela previsto é grave, afeta toda a Nação, como uma guerra civil. Não se pode comparar a Lei de Segurança Nacional com o Código Penal, por exemplo, com a Lei de Imprensa porque ela cumina os crimes contra o Estado, crimes que atingem a Nação toda. Por isto é que a lei tem que ser severa".

FIM DO ATO 5

Rezende assim viu o fim do AI-5: "O AI-5 teve, na sua época, uma ação necessária e foi revogado porque cessaram, ou pelo menos diminuíram bastante, as circunstâncias motivadoras de sua edição. Saliente-se, porém, que o presidente Geisel deixou claro que aqueles que têm compromissos maiores com a Nação, sejam homens sejam instituições, permanecerão vigilantes porque, segundo disse o próprio chefe do governo, a abertura foi um risco calculado. Agora, é ajudar o presidente Figueiredo a ser o consolidador do Estado de Direito".

Por isto, ele não vê a possibilidade de retrocesso institucional no futuro: "Não acredito. Agora a agressão criminosa ao Estado provoca a reação legal da Nação que é o Estado, revestido de autoridade legal, reação da lei".

Dinarte quer limitar ação dos punidos

O senador Dinarte Mariz anunciou ontem que pretende apresentar um projeto, regulamentando as atividades de todos aqueles que vierem a recuperar seus direitos políticos, suspensos por crimes contra a segurança nacional. Aos anistiados seria vedado o retorno a cargos públicos, se o crime, à época, tivesse sido cometido no exercício daquelas funções.

O parlamentar arenista considera indispensável que anistia seja condicionada a uma lei que, representando a defesa da sociedade e do regime, transferisse para o Judiciário o julgamento da prática de delitos daquela natureza. Para ele, a Lei de Segurança Nacional "não vai funcionar, como se pensa, por haver transformado o Executivo num instrumento de arbítrio: despertará, quando menos, um sentimento de desconfiança muito grande na sociedade, além de sofrer condicionamentos que retardarão, na certa, os julgamentos".

A proposta do senador Dinarte Mariz objetiva restituir ao Poder Judiciário a condição de "único árbitro" nestes casos, atribuindo a ele, exclusivamente, a capacidade de julgar os implicados, por meio de um processo rápido (60 dias, no máximo), com amplo direito de defesa.

"Acho que a solução pode ser obtida com uma lei que enquadrasse o autor de prática de desordens sociais sempre dentro de um prazo, e, se fosse o caso, o condenasse na hora, sem maiores delongas. O próprio MDB, por exemplo, teria todo o interesse em apoiar um projeto neste sentido, pois ele se destina unicamente a garantir a tranquilidade da sociedade", afirmou o senador.

Para Dinarte, o País "vai atravessar um ano difícil" em vários setores, e precisa

MDB do RS deverá receber a filiação de 40 ex-cassados

Da sucursal e do
correspondente

Cerca de 40 dos 143 políticos cassados que perderam seus

crisões no partido demorará ainda algum tempo: Sereno e Ajadil viajarão dia 12 para uma reunião com Brizola e somente na volta darão uma resposta.

cher, afirmou ontem, em São Luís, que a revogação do AI-5 não decorreu da generosidade dos detentores do poder, "mas sim das circunstâncias que toda

Poder honrar

PTA

Atos Institucionais 1, 2 e 5 deverão se filiar ao MDB do Rio Grande do Sul nos próximos meses, segundo cálculos da direção partidária. Entretanto, até ontem não havia sido registrada nenhuma filiação de cassado pelo Movimento de 64 e é possível que as primeiras inscrições no partido só ocorram após o retorno dos ex-cassados que dentro de alguns dias irão ao encontro do ex-governador Leonel Brizola.

Entre os 143 punidos, não estão incluídos militares e funcionários públicos aposentados, demitidos ou expurgados, mas apenas as pessoas atingidas pela suspensão de seus direitos políticos. Alguns deles já faleceram, como o ex-presidente João Goulart, outros permaneceram no Exterior, como Brizola, e há ainda os que, cassados, depois de 1969, não cumpriram todo o prazo da punição, como Nadyr Rossetti e Amaury Muller. Além disso, mesmo os políticos que tiveram grande atuação antes de serem atingidos pelos atos institucionais podem não estar interessados em voltar à atividade agora, como é o caso de Siegfried Emanuel Heiser, último presidente do PTB e primeiro do MDB gaúcho, que teve seus direitos políticos suspensos em setembro de 69. Ele já declarou, ironicamente, que gostaria que a suspensão fosse prorrogada por mais dez anos.

Assim, os primeiros contatos da comissão designada pelo Diretório Regional do MDB (composta pelos deputados Carlos Giacomazzi, Róspide Neto e Romildo Bolzan) serão com os ex-cassados que sempre se mantiveram ligados ao partido, como o ex-prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, o ex-vice Ajadil de Lemos, e os ex-deputados Milton Dutra e Wilson Vargas. Giacomazzi pretende conversar com eles ainda esta semana, mas é quase certo que a definição sobre suas ins-

mos fazer é colocar o partido à disposição de todos" — explicou Giacomazzi ontem. "Não pretendemos forçar uma filiação em bloco, mas acho que a tendência natural no momento é a de que os punidos por atos de exceção ingressem no MDB" — acrescentou. Como futuro presidente da Assembleia gaúcha, Giacomazzi terá que resolver também o caso do ex-deputado Hélio Fontoura, que requereu ao Legislativo seu reaproveitamento como taquígrafo, função na qual completou 18 anos de serviço.

Da lista de punidos pela Revolução também fazem parte três políticos que não pertenceram ao PTB ou aos partidos que se uniam a ele, nem ao MDB: Hélio Carlomagno, do ex-PSD, Ari Delgado, ex-PSD e ex-Arena, e Alcides Flores Soares, ex-UDN e ex-Arena. Flores Soares apoiou o candidato emedebista Pedro Simon nas últimas eleições para o Senado, mas, segundo Giacomazzi, por enquanto a comissão procurará apenas os políticos cassados que se identificavam com o trabalho e outros partidos que faziam coligação, ou com o próprio MDB.

Dos punidos com o AI-5, sete foram cassados no dia 13 de março de 1969, quando eram deputados estaduais, e, por isso, já confirmaram um jantar para o mesmo dia, neste ano, quando completarão os dez anos de suspensão dos direitos políticos. São eles Darci Giacomazzi (irmão de Carlos Giacomazzi), Terezinha Chaise (mulher de Sereno Chaise), Rubem Lang, Pedro Nunes, Bruza Netto, Mozart Rocha e Lauro Hagemann. Mas, de acordo com Bruza Netto, "será só uma confraternização, sem caráter de encontro para tomada de decisões políticas".

MARANHÃO

Outro punido pelo AI-5, o ex-deputado federal Renato Ar-

cher, comandante da Marinha de Guerra, foi cassado em dezembro de 1968 e recuperou seus direitos políticos na segunda-feira.

Em nota divulgada ontem, Archer, que foi um dos coordenadores da extinta Frente Ampla, informa que disputará novamente um mandato popular, "em eleições realmente livres" e continuará "lutando para que se estabeleçam as condições de vida e justiça no Estado que, durante esses últimos 14 anos, foi transformado no mais pobre da Federação".

Em sua nota, Archer afirma: "As prisões, as violências sem processo ou culpa formada, não modificaram meu ânimo de lutar pelas minhas idéias e nem paralisaram minha atividade por um Brasil livre e democrático."

Os dez anos de afastamento da vida pública abalaram mas não destruíram a liderança de Renato Archer, um dos políticos mais influentes e populares do Maranhão no período anterior a 64 e até 68. Sua carreira política começou em 1950, quando foi eleito vice-governador pelo ex-PSD, prosseguindo em sucessivos mandatos na Câmara dos Deputados, de 1954 a 1968. Em 1965, Archer sofreu sua primeira derrota eleitoral, quando disputou o governo do Estado com o então deputado José Sarney. Com a edição do AI-5, em 1968, ele foi um dos dois únicos deputados maranhenses atingidos pelas cassações (o outro foi Cid Carvalho), aparentemente em virtude de suas atividades como secretário geral da Frente Ampla organizada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek e João Goulart.

Archer reapareceu em cena recentemente como um dos articuladores da Frente Nacional de Redemocratização, que lançou a candidatura do general Euler Bentes à Presidência da República pelo MDB.

excessos. Além de proibir a volta dos anistiados às antigas funções, ele defende também a idéia de conservá-los todos SUB-JUDICE por um prazo determinado, numa espécie de SURSIS. Os que voltassem a reincidir, durante aquele período, em crimes análogos, seriam processados pelo crime atual e o antigo.

"Neste caso, e só assim, — acrescentou — justifica-se uma anistia ampla e geral, como se pretende".

Após afirmar que os políticos cassados não seriam incluídos naquele dispositivo que veda o retorno dos punidos aos cargos anteriores, "por se tratar não de cargo público, mas de função representativa", o senador Dinarte Mariz declarou-se contrário à extensão de benefício idêntico aos militares: "Os que defendem esta tese, baseados na anistia concedida, em 1946 por Getúlio Vargas, aos comunistas, ignoram que nenhum dos militares punidos voltou a seu posto".

Em relação aos nomes que comporão o Ministério no governo Figueiredo, o senador Dinarte Mariz disse que, embora sua organização e diretrizes sejam da competência do futuro presidente, "deveria prevalecer o critério de aproveitar, sem qualquer espécie de discriminação, todos aqueles que já provaram sua capacidade".

"Um Ministério não deve ser prêmio que se dê a parentes ou amigos, mas uma convocação que se faz a um homem capaz de servir à Nação, e ninguém pode recusar reconhecimento aos méritos de pelo menos três antigos ministros: Delfim Neto, Mário Andreazza e Pratini de Moraes" — garantiu o senador.

Suplente confia em abertura maior

Do serviço local e do correspondente

"A extinção da vigência do AI-5 abre, no mínimo, uma área de incerteza, o que não deixa de ser positivo, porque, até agora tínhamos uma certeza negativa". Esta é a opinião do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, suplente ao Senado, que acredita depender muito do comportamento da sociedade civil e da oposição "a abertura ainda maior, o alargamento dessa brecha já conquistada".

Fernando Henrique Cardoso disse não acreditar que "já tenhamos uma democracia.

Mas, não resta dúvida de que existe um pouco mais de liberdade de ação e de articulação política e social, relativamente ao que havia antes. O afastamento — observou — dos outros instrumentos de exceção deverá ser a etapa seguinte, mas isso continuará a exigir a mobilização social, com o aproveitamento do espaço já conseguido".

PREFEITO

Ao analisar a decisão governamental que extinguiu o AI-5, o prefeito de Mogi das Cruzes, Waldemar Costa Filho, disse, ontem, que "daqui a um ano ou dois vamos voltar a 1964", além

do que "vão, também, começar a aparecer críticas de pessoas que sempre elogiaram a Revolução, pessoas que não têm coragem de falar quando realmente precisam".

Waldemar Costa Filho disse que sempre defendeu o AI-5, ressaltando que nunca o temeu. O prefeito acrescentou, ainda, que o devido valor à Revolução de 1964 "somente será dado daqui a uns quatro ou cinco anos, quando, então, toda a Nação reconhecerá que ele teve mais acertos do que erros".

Temeroso pelo que irá acontecer em função da queda

do AI-5, o prefeito disse que "dentro de dois anos vão começar a aparecer os subversivos, pondo as unhas de fora". E profetizou: "Vai começar tudo da mesma forma que 1964".

Ao afirmar que "nós estamos, ainda, muito pequeninos para termos liberdade ampla", Costa Filho mencionou-se decididamente contrário ao direito de greve: "Antes da Revolução, o vice-governador de Adhemar de Barros, Porfírio da Paz, comandava piquetes grevistas na Capital. Pode acreditar que irão aparecer novos Porfírios da Paz por aí."



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

TORTURAS*Comiss. de Notícias
23/12/78*

Denunciados os algozes

Dezenove presos políticos de Itamaricá, no Recife, relacionaram os nomes de todos os possíveis torturadores.

Entre eles, quatro são do Estado do Paraná.

Recife - Os 19 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá - a 45 quilômetros do Recife - assinaram documento, ontem encaminhado a todas as redações dos jornais do Recife, no qual relacionam os nomes de 78 pessoas que, direta ou indiretamente, tomaram parte em maus tratos de presos políticos em Pernambuco, no período de 1969 a 1978.

São os seguintes os nomes apontados pelos presos políticos como torturadores:

- Ney Armando Meziat, coronel do Exército, ex-chefe da Segunda Seção do IV Exército.
- Curcio Neto, coronel do Exército e ex-chefe da Segunda Seção do IV Exército até 1974.
- José Silvestre, delegado de polícia e diretor do DSS.
- Augusto Maia, major do Exército e chefe do DOI-CODI do IV Exército.
- Armando Samico, professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-secretário da Segurança Pública.
- Carlos Alberto Bravo Câmara, coronel aviador.
- Luis Martir Miranda, agente da Polícia Federal em Pernambuco.
- Abdorá da Mota Gomes Filho, agente da Polícia Federal em Pernambuco.
- Djalma França Barbosa, agente da Polícia Federal.
- Waldeck, Jair, Teles, Leite e Gilson

"Chupa Talha", carcereiros do DOI-CODI.

- Krieger, capitão do Exército do Paraná.

- Dejean, sargento da FAB no Recife.

- Gutemberg, agente da Polícia Federal do Paraná.

- Reis, tenente do Exército no Paraná.

- Geraldo Magela, capitão do Exército no Paraná.

- Rivel Rocha, cabo da Polícia Militar de Pernambuco e investigador da Delegacia de Roubos e Furtos.

- Jornas Fontenele, chefe de gabinete do secretário da Segurança Pública.

- Bartolomeu Xavier, vulgo "peixinho", "chumbinho" e "carcará" comissário de polícia.

- Lapenda, secretário do diretor da penitenciária agrícola de Itamaracá em 1975.

- Bezerra, Holando e Genival, escrivães lotados no Dops de Pernambuco.

- Edvaldo Acioly, delegado de polícia em Pernambuco.

- Doutor Angelo, médico da Base Aérea do Recife.

- De Castilhos, tenente da FAB no Recife.

- Vinicius, agente de polícia lotado no Dops.

- Carlos de Brito, delegado de polícia.

- Mário Alencar, delegado de polícia.

- Jonathan Cunha, delegado de poli-

cia.

- Moacir Silva, delegado de polícia.

- Evilásio, agente de polícia lotado no

Dops.

- Fausto Vencancio da Silva Filho,

agente de polícia lotado no Dops.

- Ordolito Menezes, delegado de poli-

cia.

- Dagoberto, major do Exército lota-

do no Décimo Sexto R.I. de Natal.

- Décio Caldas Costa Caldas Morei-

ra, capitão-tenente, servindo em Natal

em 1970.

- Bidu, agente da Polícia Federal lo-

tado em Natal.

- Assis, cabo da FAB servindo no Re-

cife.

- Luis de Barros, coronel da Polícia

Militar da Paraíba.

- Luciano, agente da polícia lotado no

Dops.

- Edmundo, agente da polícia lotado

no Dops.

- Lourival, agente da polícia lotado

no Dops.

- Cicero Albuquerque, diretor da Pe-

nitenciária de Itamaracá.

- Vieira, agente de polícia lotado no

Dops.

- Pereira da Silva, agente de polícia

lotado no Dops.

- Arnaldo Paes de Vasconcelos, te-

nente médico da Polícia Militar de Per-

nambuco.



*Lista
Presos Políticos*

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Protesto durante culto

O Estado do Paraná 20/12/78

BELO HORIZONTE (AJB — O ESTADO) — Músicas de Chico Buarque e Milton Nascimento, depoimento dos familiares e uma chamada geral dos presos políticos mortos e desaparecidos emocionaram anteontem cerca de 500 pessoas - familiares e amigos - que participaram do culto ecumênico, no santuário Santo Antônio, nesta capital, em homenagem à memória aos mineiros "que perderam a vida em defesa dos direitos humanos". Concelebrado por sete padres e dois pastores, a cerimônia foi iniciada com a música "Sangue em Flor", de José Mário Branco, citando, entre seus versos que "foi na noite dos chacais, foi no Brasil dos generais, morrendo pela revolução, foi Pedro, Angelo e João, companheiros sereis imortais".

Os presentes cantaram também, entre outras, as músicas "Cálice" "Sonho impossível", de Chico Buarque, e "Sentinela", de Milton Nascimento. Na homilia, o pastor Márcio Moreira disse que "enquanto o dragão ferido não deixar de atacar, haverá dor e sofrimento". Pediu anistia para todos os presos políticos e exilados.

Os depoimentos dos familiares de Idalisio e Walkiria Soares Aranha, João Batista Franco Drumont e Maria Auxilia-

dora Lara Barcelos, foram feitos entre lágrimas. A mãe de uma das vítimas pediu perdão para que os que baniram sua filha e outros presos e fez um apelo para que todos lutem pela volta dos exilados. "Idalisio e Walkiria, marido e mulher - destacou outro depoimento - queriam a terra para o camponês e, em vez do violão e do acordeon que tocavam, receberam o fuzil. Contra eles, o entreguismo, a fome, a noite negra do regime feroz".

A chamada geral dos 27 presos políticos mineiros mortos e desaparecidos foi seguida de um "presente" dito pelos familiares e amigos das vítimas: Adriano Fonseca Filho, Aldo de Sá Brito, Angelo Pezutti, Antonio Carlos Bicalho, Antonio Joaquim Machado, Arnaldo Cardoso Rocha, Augusto Soares Ferreira, Carlos Alberto Soares, Gildo Macedo de Lacerda, Helcio Pereira Fortes, Idalisio Soares Aranha, João Batista Drumont, padre João Bosco Penido Bournier, José Carlos da Mata Machado, Juarez Guimarães Beito, José Julio Araújo, Maria Auxiliadora Barcelos, Maria das Dores Silva, Maria Lucia Petit, Nilson José Almeida, Osvaldo Orlando da Costa, Orlando Bonfim, Otávio Soares Ferreira, Raimundo Figueiredo, Terezinha Viana

de Assis, Walkiria Costa e William Dias Gomes.

EM SÃO PAULO

SÃO PAULO (AE — O ESTADO) — Com a presença de Fernando Henrique Cardoso, do ex-ministro Almino Afonso, da atriz Ruth Escobar, dos advogados José Carlos Dias e Iberê Bandeira de Melo e de Terezinha de Jesus Zerbini, líder do Movimento Feminino pela Anistia, terá início hoje, quarta-feira, às 20 horas, no plenário da Câmara Municipal de Guarulhos a "Semana pró-anistia". A promoção é do Comitê Guarulhense Pró-Anistia, diretório municipal do MDB e Comitê Brasileiro Pró-Anistia. A semana se estenderá até o dia 26 com o objetivo de angariar fundos e divulgar os problemas dos brasileiros presos, exilados, banidos e perseguidos políticos. No desenrolar da semana, haverá ainda apresentações de peças teatrais, conferências e uma tarde de autógrafos, com a participação de artistas do rádio e da TV, sendo ainda vendidos materiais de campanha como camisetas, discos da anistia, plásticos adesivos para carros, livros e cartões com gravuras e desenhos cedidos por artistas nacionais integrados ao movimentos.

Posta Presos Políticos



PT 1590-191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

O Estado do Paraná
**Ato lembra 9
desaparecidos**
19/12/78

As famílias de nove presos políticos mineiros tidos como desaparecidos ou mortos realizaram ontem, em Belo Horizonte, culto ecumênico em sua memória. O objetivo do ato, segundo seus promotores, foi "fazer uma manifestação de solidariedade que tivesse caráter menos agressivo", aproveitando a ocasião do Natal.

A iniciativa partiu dos familiares de Idalsio Soares Aranha Filho, Walquíria Costa, Juarez de Brito, José Carlos da Matta Machado, Ângelo Pezutti da Silva, Maria Axiliadora Lara Barcelos, João Batista Franco Drummond, Adriano Fonseca Filho e Gildo Macedo Lacerda.



*Arquivo
Menor Político*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado de P...

Recife



Acusado, o superintendente do DPF-PE, Antônio Hahn, classificou a denúncia de "grosseira" *Jornal do Brasil 23/12/78*

Lista menor Política

Presos políticos em Pernambuco divulgam lista de torturadores

Recife — Documento assinado pelos 19 presos políticos da penitenciária em Itamaracá relaciona as autoridades e agentes policiais e militares que participaram, direta e indiretamente, nas torturas que sofreram. Entre os acusados estão o superintendente da Polícia Federal no Estado, Antônio Hahn; o Coronel Nei Armando Meziat; e o delegado Fleury. Cópia xerox do documento foi entregue ao **Diário de Pernambuco**.

"Infeliz da sociedade que aceita como seus juizes criminosos que contra ela deliquem e a querem destruir", afirmou o Sr Antônio Hahn a respeito da denúncia, documento que classificou de "grosseira calúnia, conforme tem sido demonstrado por laudos médicos, exames de laboratórios, provas fotográficas, além de depoimentos de testemunhas idôneas. "E ainda: "Garanto que nada do que foi dito pelos criminosos é verdade".

Os acusados

Nei Armando Meziat, Coronel, ex-chefe da 2a Secção do IV Exército; Cursio Neto, Coronel, chefe da 2a Secção do IV Exército até 1974; Augusto Maia, Major, chefe do DOI-CODI do IV Exército; José Silvestre, delegado de polícia, ex-diretor do DOPS, Armando Samico, professor da Universidade Federal e ex-Secretário da Seguran-

ria do Estado de Pernambuco; rintendentente da Polícia Federal em Pernambuco; Dr Amaury Galdino delegado de Polícia Federal em Pernambuco; Gabriel, se diz Major do Exército e lotado no DOI, agente da Polícia Federal com condonome de **Peruca**; Muniz, Alexandre Cavalcanti, Creunio Sanataz, Fidelis ou **Bibi**, agentes da Polícia Federal em Pernambuco.

Respostas

Armando Samico, ex-Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, afirmou: "Não li ainda a matéria e, portanto, não sei do que se trata. Na minha gestão não houve problema algum. Não desapareceu ninguém e não há nada que possa ser comprovado. Não houve violência na minha gestão; pelo contrário, já fui até testemunha de defesa de pessoas que foram presas na época em que ocupei o cargo na Secretaria".

José Silvestre, ex-diretor do DOPS, atualmente à disposição da Assémbliá Legislativa de Pernambuco: "Tenho a consciência tranquila de que nunca cometi atos de violência contra presos, mesmo porque isso contrária meus princípios".

Jonathan Marques da Cunha, atualmente Delegado de Roubos e Furtos: "Eu nem li o jornal. Vim saber disso através de comentários de outros presos. Isso é coisa da

da região e participação em roubos e assaltos.

Antônio Ricardo Braz, trabalhador rural, condenado a 17 anos. Preso desde 1971. Acusado de pertencer à VAR.

Alanir Cardoso, estudante, condenado em diversos processos. Preso desde 1974. Acusado de ser um dos dirigentes da Ação Popular Marxista-Leninista, órgão do PCB, e prática de atividades subversivas em Minas Gerais.

José Pedro da Silva, operário, condenado a nove anos e dois meses. Preso desde 1970. Acusado de ser filiado ao PCBR e envolvimento em roubos e ações armadas.

Fancisco Peixoto de Carvalho, agricultor, condenado a 25 anos. acusado de pertencer a Aliança Libertadora Nacional e fazer assaltos.

Josão Bosco Rollemberg, universitário condenado a cinco anos. Preso desde 1973. Acusado de participar da Ação Popular, em 1968, em Sergipe, e exercer atividades subversivas na zona canavieira de Pernambuco.

José Adeildo Ramos, condenado no Ceará, cumpre pena de prisão em Itamaracá.

Samuel Firmino de Oliveira, 43 anos, condenado a 14 anos de prisão. Jornalista, cumpre pena desde fevereiro de 1972, acusado de praticar ações terroristas como membro da Aliança Libertadora

PT 1590

randa, Abdorah da Mota Gomes Filh, Djalma França Barbosa, agentes da Polícia Federal em Pernambuco, Waldeck, Jair, Teles, Leite e Gilson Chupatalho, carcereiros do Doi-Codi, Kriegger, Capitão na Polícia do Exército do Paraná, Dejean, sargento da FAB no Recife, Gutemberg, agente da Polícia Federal do Paraná, Reis, Tenente do Exército no Paraná, Geraldo Magela, Capitão do Exército no Paraná, Rivel Rocha, cabo da Polícia Militar de Pernambuco e investigador da Delegacia de Roubos e Furtos.

Jonas Fontenele, chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, atendia pelo codinome de Doutor Andra, Bartolomeu Xavier, vulgo Peixinho, Chumbinho e Chacará, comissário de polícia, Dario Xavier, o Rum Montila, comissário de polícia e irmão de Bartolomeu Xavier, Lapenda, Secretário do diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá em 1975, Bezerra, Holanda e Genival, escritôes lotados no DOPS de Pernambuco, Edvaldo Acioli, delegado de polícia em Pernambuco. Dr Angelo, médico da Base Aérea do Recife, De Castilhos, Tenente da FAB no Recife, Vinícius, agente da polícia lotado no DOPS, Carlos de Brito, polícia, Márlo Alencar, Jonathan Cunha, Moacir Silva, delegados de polícia, Evilasio, Fausto Venancio da Silva Filho, agentes de polícia lotados nos DOPS, Ordolito Menezes, delegado de polícia, Dagoberto, Major do Exército, lotado no 16º RI de Natal, RN.

Décio Caldas Costa Moreira, Capitão-Tenente, servindo em Natal em 1970; BIDU, Agente da Polícia Federal lotado em Natal; Assis, cabo da FAB, servindo no Recife; Luiz de Barros, Coronel da PM da Paraíba, Luciano, Edmundo, Lourival, agentes da polícia lotados no DOPS; Cícero Albuquerque, atualmente diretor da Penitenciária de Itamaracá; Vieira, Pereira da Silva, agentes de polícia lotados no DOPS; Arnaldo Paes de Vasconcelos, Tenente-Médico da PM de Pernambuco; Aquino de Farias Reis delegado de Polícia em Pernambuco.

Brito, agente de polícia lotado no DOPS; Ferreira, Major da PM de Pernambuco; Cesário, agente de polícia lotado no DOPS; Pinho Alves, Brigadeiro-Médico; Moacir Sales, delegado de polícia e diretor do DOPS; Fandango, a serviço do DOI; CHE, a serviço do DOI; Santa Cruz, a serviço do DOI; Fitipaldi, a serviço do DOI; Doutor Paulo, a serviço do DOI; Sérgio Paranhos Fleury, delegado de polícia de São Paulo, atendia pelo condinome de Doutor Barreto; Arimatéia, Marcelo, agentes da Polícia Federal em Pernambuco; Antônio Hahn, supe-

o que dizer, ficam inventando essas coisas. Eu sou um homem temente a Deus. Mas, confesso que sou duro e ronhento pra cabra ruim. Acontece que, com preso político nunca tive contato".

Os acusadores

Rholine Sondê Cavalcanti Silva, estudante, 31 anos, condenado a prisão perpétua e mais 65 anos. Preso desde 31 de março de 1970. Acusado de filiação ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, assaltos a bancos e outras empresas e de ter lançado uma bomba num palanque armado para o desfile de 7 de setembro de 1969.

Carlos Alberto Soares, universitário, 32 anos, condenado a prisão perpétua mais 52 anos de reclusão. Preso desde 1 de fevereiro de 1971. Acusado de pertencer ao PCBR e participar de assaltos.

José Calixtrato Cardoso Filho, estudante, condenado a 72 anos de reclusão. Preso desde janeiro de 1972. Acusado de tentar organizar a Frente de Libertação Nacional e participar de assaltos, arrematamento de pessoal, efetivações de guerrilhas urbana e rural.

Luciano Almeida — estudante, condenado a 63 anos. Preso em março de 1970. Acusado de ser o responsável pelo Comando Político militar (CMP) e do PCBR, além de participação em assalto.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho — Universitário, condenado a 44 anos. Preso em julho de 1970. Acusado de pertencer ao PCBR e ocupar um aparelho onde foram encontrados documentos relativos a assaltos e sequestro de autoridade.

José Emilson Ribeiro jornalista, condenado a 19 anos e quatro meses. Preso desde 1973. Respondeu a sete processos, acusado de pertencer ao PCBR, assaltos e panfletagem.

Marcelo Mário de Melo, estudante, condenado a 10 anos e seis meses. Acusado de usar falsa identidade, de ter participado de um tiroteio em Fortaleza, contra agentes da Polícia Federal e pertencer ao PCBR.

Alberto Vinicius de Melo, universitário, condenado a 44 anos de reclusão. Preso desde 1970. Acusado de ser do PCBR e tomar parte em várias ações de expropriações de chapas e dinheiro e também de assalto.

Arlinado Felipe da Silva, operário, condenado a 34 anos. Preso desde abril de 1971. Acusado de pertencer ao Comando de Vanguarda Armada Revolucionária no Nordeste e encarregado da ala rural

três anos e seis meses de prisão. Veterinário, é acusado de pertencer ao PCBR. Foi preso em maio deste ano.

Edilson Freire Maciel, condenado a três anos de reclusão. Operário, é acusado de pertencer ao PCBR. Foi preso em maio deste ano.

Francisco Ferreira de Lima, trabalhador rural, condenado a 24 anos de prisão sob acusação de atuar no Comando Territorial da Paraíba como membro da VAR-Palmares. Foi preso em 1965.

Trabalhador

Documento assinado pelos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Moreno, João Gomes Batista, e de Jaboatão, José Timóteo da Paz, foi enviado ontem, ao Secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Sérgio Higino, pedindo providências contra as torturas praticadas no trabalhador Antônio Francisco da Silva, dia 16, no barracão da Usina Jaboatão, por três homens ligados à Delegacia de Jaboatão.

O documento afirma ter sido o trabalhador preso ilegalmente, espancado na frente de sua família (mulher e seis filhos) e em seguida obrigado a assinar um recibo de salários que não recebeu. Mais tarde, foi detido na Delegacia de Jaboatão sem que fosse lavrada qualquer ocorrência policial, permanecendo, em consequência da agressão física, semi-inconsciente por três dias.

Segundo o comunicado, Antônio Francisco da Silva foi torturado por Sebastião José da Silva (ex-cabo da PM de Pernambuco, atualmente na SSP-PE, exercendo as funções de comissário de um distrito de Jaboatão), em companhia de dois alcaquetes de polícia que até agora não foram plenamente identificados.

Os três prenderam o agricultor na porta de sua casa, construída nas terras dos Engenhos Calixto e Bom Dia, colocaram-no dentro de um jipe da Usina Jaboatão e, na presença de vários outros trabalhadores, obrigaram-no a assinar a folha de pagamento referente ao mês de novembro sem que ele tivesse recebido o dinheiro.

Na manhã de ontem ao ser informado do documento, o Sr Sérgio Higino disse que já determinou a imediata abertura de inquérito policial para apurar o caso, podendo estabelecer, também, a abertura de inquérito administrativo, caso seja comprovado que os responsáveis pela agressão ao agricultor pertencem aos quadros da SSP-PE.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*PM age em vários pontos de
Porto Alegre para impedir
coleta por Flávia Schilling*
14/12/58

Porto Alegre — A coleta de fundos em favor de Flávia Schilling — para o pagamento da taxa de hospedagem exigida dos presos políticos no Uruguai — iniciada, ontem, em Porto Alegre, sofreu a intervenção policial em vários locais, encerrando o dia com a arrecadação de Cr\$ 15 mil.

Na Rua da Praia, ponto central da cidade, dois policiais tentaram, sem êxito, dispersar a caravana de deputados, estudantes e dirigentes de movimentos pela anistia, que saíra do prédio da Assembléia Legislativa, abrindo oficialmente a campanha. Em outro local do centro, 20 PMs dispersam um ponto de arrecadação.

ORDENS SUPERIORES

"Ordens superiores" foi o argumento de dois policiais para tentar impedir a coleta de fundos na Rua da Praia, onde políticos e estudantes se revezavam em discursos de apelo aos gaúchos para a arrecadação dos Cr\$ 300 mil de taxa de hospedagem pelos seis anos de prisão de Flávia. O Deputado Carlos Augusto de Souza, vice-líder do MDB, recusou-se a aceitar a ordem de dispersão, alegando que "qualquer um pode pedir esmola na rua".

Mas, com a intervenção policial, encerraram-se os discursos, continuando apenas os pedidos de donativos. Os dois policiais se aproximaram então de uma radiopatrulha, passando a acompanhar o movimento de longe. Numa rua próxima, o pedágio improvisado por alguns estudantes não chegou a durar cinco minutos, sendo dispersado por três radiopatrulhas e um choque de 20 homens.

Postos fixos de arrecadação foram instalados em diversos outros pontos, como a sede do Diretório do MDB e no ciclo básico da Universidade Federal. Num

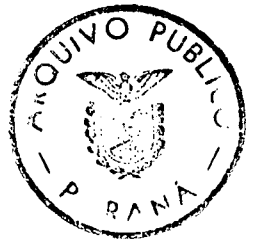
desses locais, na esquina de Borges de Medeiros com Andradas, 20 PMs arrancaram as faixas e cantafes — com os dizeres "Exigimos Flávia até o Natal" — e dispersaram as pessoas com empurrões.

DOAÇÕES

No Rio, o escritório do Comitê Brasileiro pela Anistia — Rua Debret, 79 sala 309 — recebeu ontem mais Cr\$ 5 mil em contribuições para a campanha de arrecadação de fundos para a libertação de Flávia Schilling, entre as quais a de um vendedor de amendoim, de oito anos, que subiu ao escritório para contribuir com Cr\$ 5.

A presidente do Comitê, Eny Raimundo, disse que somente hoje saberá o total arrecadado nas dezenas de listas que estão sendo passadas na cidade. O Movimento Feminino pela Anistia, que também colabora com o movimento, fez ontem uma coleta nos teatros da cidade e estará recebendo até hoje as contribuições, que devem ser encaminhadas à sede do Centro Brasil Democrático, na Av. Atlântica, 3940, sala 201.

*Coleta
nos pontos*





Secretaria
DELEGACIA DE

Estado do Paraná

SECCA

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

no manicômio

Folha São Paulo 08/11/78
"Alguns jornais mais conservadores vivem dando destaque à questão dos dissidentes da União Soviética, mas aqui no Brasil há um caso semelhante. Encontra-se preso por motivos políticos, desde 1971, no manicômio Judiciário do Estado, sem ter sido julgado, o líder religioso Aparecido José Gaudêncio".

A denúncia foi feita ontem à tarde pelo professor José de Souza Martins, da USP, durante a Semana de Direitos Humanos, que se encerra amanhã e conta desde terça-feira com a presença de teólogos de todo o continente para debates sobre o tema "América Latina: Evangelho e Libertação".

Martins disse que fazia a denúncia "na esperança de que este movimento pelos Direitos Humanos impeça que este homem continue a ser tratado como um animal e que seja logo libertado".

Explicou que Aparecido, no fim da década passada, criou, na região da Alta Araraquarense, em São Paulo, um "exército divino", que pretendia lutar, de forma pacífica, pelas terras das quais os lavradores daquela região estavam sendo expulsos. No começo da década de 70, o grupo foi preso pela polícia e Aparecido, o líder daquela gente, acabou sendo absolvido.

"Mas o promotor da cidadezinha onde correu o processo entendeu que se tratava de uma questão de Segurança Nacional e denunciou Aparecido na Justiça Militar. Preso novamente, Aparecido foi colocado no pavilhão dos presos políticos, transferido depois para a ala dos presos comuns, onde exercia a sua liderança messiânica".

Martins conta que o promotor militar, entre libertar Aparecido e prendê-lo, preferiu interná-lo no manicômio, "depois de conseguir um laudo com psiquiatras, onde se dizia que ele seria um esquizofrênico".

Durante a sessão em que Martins fez esta denúncia, falaram ainda o padre Beozzo e os professores Rubem Alves e Carlos Brandão, da Unicamp. Beozzo dissertou sobre o comprometimento da Igreja com o Poder desde os tempos coloniais brasileiros, para completar que "só depois de 1964, quando setores da Igreja rompem com o poder instituído, é que a Igreja começa a se voltar para a defesa dos oprimidos".

DITADURA MILITAR

Em entrevista coletiva, o teólogo peruano Gustavo Gutierrez, considerado o precursor da Teologia da Libertação, afirmou que crê firmemente, "por razões políticas, históricas e cristãs na força histórica deste povo pobre e oprimido latino-americano", complementando que a "a luta por sua libertação já começou e não será uma ditadura militar que irá detê-la".

Frisou que essa sua esperança vem de uma análise histórica da vivência concreta deste povo, salientando que a repressão às pessoas que se identificam com a Teologia da Libertação "ocorre em larga escala em toda a América Latina". Preocupa-o mais, entretanto, "o assassinato de centenas de camponeses e pessoas anônimas, cujos nomes nunca saberemos".

Refutou veementemente à idéia "muito em voga na burguesia" de que "é impossível uma sociedade perfeita", enfatizando que "não é possível também que este povo continue oprimido desta forma, morrendo antes do tempo e assassinado por uma sociedade que o marginaliza".

Considerou o atual momento político-social "o mais rico da história da Igreja na América Latina, pois nunca ela foi tão criativa, através da conscientização que emana de suas bases".

Refutou ainda "os setores reacionários" que vivem apregoando a infiltração da ideologia marxista na Teologia da Libertação, considerando esta discussão "emocional". Explicou, entretanto, que, hoje, nas Ciências Sociais, é impossível qualquer abordagem sem a utilização da metodologia marxista.

*Ralter
Recortes de jornais*



FLÁVIA SCHILLING, DE DENTRO DA PRISÃO

Eunice Jacques

Porto Alegre — São 35, as cartas de Flávia Schilling que serão editadas em livro, numa seleção feita por seu pai, o exilado político brasileiro Paulo Schilling. Mais do que uma expressiva forma de comunicação de uma moça de 19 anos com sua "querida família", as cartas revelam o extraordinário vigor de caráter de uma brasileira condenada no Uruguai por envolvimento com os tupamaros.

Ela não nega essa denúncia nem o amor por um dos acusados, com quem vivia. E com inteligência e tentando não preocupar os pais, as irmãs Claudia, Valéria e Andrea e o cunhado Jorge, nas cartas mais ou menos censuradas — o que dependia dos responsáveis pelos vários presídios onde esteve — fala de torturas e se orgulha de não se "aflojar".

Condenada a 10 anos de prisão e a mais cinco por "motivos de seguridad", sem advogado para apelar e obter a liberdade condicio-

nal depois de seis anos de detenção, Flávia Schilling continua a escrever aos pais, de Punta Rieles, mais cartas, hoje limitadas, porque vários assuntos são proibidos às presas políticas. Por isso, as 35 cartas que integrarão o livro Querida Família foram escritas nos 10 primeiros meses de prisão.

A ser editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, com notas explicativas de Paulo Schilling e uma introdução do advogado Décio Freitas, o livro terá a tradução de Carlos Aveline — diferente desta, feita pela repórter do JORNAL DO BRASIL — que procurou ser fiel à linguagem fluente de Flávia e até ao seu incrível senso de humor. A primeira carta está na íntegra e, nas demais, foi feita uma seleção de trechos. Apenas um deles não foi necessário traduzir porque tem as únicas frases em português de toda a correspondência: "Lição de cadeia fica, e cadeia deixa mancha."



Hospital, domingo, 10 de dezembro/72.

Querida família:

Espero que recebam esta carta que, já vejo, vai sair com uma letra horrível, mas espero que entendam. Sinto muito falta de vocês, estou louca de vontade de vê-los, se puderem mandem-me fotos. Imagino que as gaúchinhas já devem estar umas mocinhas e envio a elas beijos especiais. Desejo que se tenham saído muito bem na escola e que Valéria tenha muita sorte com o exame de admissão. E espero que façam muita praia por mim. Eu, nisso, estou frustrada: tinha a intenção de ficar toda morena. Não se preocupem por mim, tive muita sorte, o ferimento não foi muito grave e estou melhorando. Nos primeiros dias, quem me visse morreria de rir: cheia de tubinhos por todos os lados. Soro pela perna, respirava pelo caninho da traqueotomia e tomava líquidos por um tubinho que tenho do nariz até o estômago. Agora, já me fecharam a traqueotomia, mas permaneço com os outros dois.

O que mais me aborrece é que há 16 dias estou só a líquidos (a faringe está ferida) e sinto uma grande debilidade. Imaginem: caminho da minha cama ao banheiro e quando me deito é como se tivesse feito ginástica durante um a hora sem parar. Recém depois dos 20 dias vou começar a tomar alguma coisa pela boca. Vocês não imaginam que sofrimento é para mim a hora da comida dos outros: Que vontade de comer! Aqui me tratam muito bem, os médicos que me atenderam fo-

EIS AS CARTAS QUE A BRASILEIRA PRESA NO URUGUAI ESCREVEU À SUA FAMÍLIA

ram ótimos. Depois que começar a comer pela boca, ainda fico por mais uns 10 dias. Então, vou pedir que me consigam um monte de coisas de que preciso e vocês têm todas as terças-feiras para trazer pacotes ao hospital.

Aqui, o chato é que não há nada para fazer. Então os dias se tornam enormes. Não creiam que me queixo. Há gente que está pior do que eu. Agora, vou me dedicar à confecção de bonecos de lã, bordar etc. Já fiz algumas coisas. Quando souber que vocês estão recebendo as minhas cartas, começarei a mandá-las. Atualmente, contudo, não me sinto com muita vontade de trabalhar. Durmo muito. Algum dia vou contar a vocês como tudo ocorreu. Foi toda uma aventura. Estava com tanta resistência quando me feriram que não fiquei inconsciente em nenhum momento, até que me anestesiaram. E que coisas tão incríveis então se pensa. O que sei é que agora estou feita uma magra cadavérica. Emagreci muito. Sou uma táboa e minhas pernas estão parecidas com as de Glady. Da minha cara, o que se vê (como poderão imaginar) é o nariz. Sumiram, inclusive, as minhas bochechas.

Bem, mando a lista do que mais preciso: lã (de diferentes cores, algum novelo inteiro ou restos), algum pano para bordar com agulha e linhas. Linha de costurar e agulha. Um corta-unhas. Papel higiênico. Sabonete, pasta de dentes, talco, pente e escova de cabelo, grampos, um lenço de cabeça, um pregador, um par de meias até os joelhos, uma calça de verão (mas dessas de

fazenda resistente, que seja cômoda, se possível com presilhas para cinto no caso de ficar grande em mim), uma camisa, um pulôver e um casaco de lã. Tamanho pequeno de tudo. Se possível, enviem uns mocassins pois os meus estão muito gastos. Chinelos. Dois soutiens, duas calcinhas. Para a roupa não há pressa porque vou precisar quando deixar o hospital.

A roupa que vestia quando caí, cortaram toda para tirá-la mais rápido. Tenho aqui umas calças de brim e um cinto. Nada mais. Como havia ido à prala no dia em que fui ferida, não tenho nenhuma roupa interna. Tudo o que tenho foi deixado pelas companheiras daqui. Não me mandem nenhuma das camisas que tinha porque ficariam incômodas. Mandem alguma que não seja preciso passar. O tamanho de calça para mim é o mesmo de Cláudia. Preciso também de xampu e, se puderem, um frasco de Wonder-Tex, pois meu cabelo está na miséria. Tinha feito mechas (andava numa pinta!), mas aqui me lavaram o cabelo com água oxigenada para tirarem as manchas de sangue que tinha e o cabelo ficou todo queimado.

Vamos ver se não são preguiçosos e me escrevam todos. De meu Ruben não sei nada e sinto muita falta dele. É uma lástima que vocês não tenham podido conhecê-lo. Bom, tomara que esta carta possa chegar a vocês e não se preocupem por mim. Um pulôver que podem me mandar é o azul e branco que eu tinha. Espero que não se aborrecam muito comigo pelas loucuras em que me meto porque o que mais

caderno

B

desejo é não causar-lhes problemas. Depois de tudo, vocês tinham razão quando me diziam que não me metesse em problemas, pois sempre se termina mal. Bom, muitos beijos e abraços para todos e lembrem-se de que estou bem e não fiquem tão perturbados por tudo o que passou, tá? Tchau! Flávia — Mando uma rosa feita com miolo de pão. Não pensem que foi feita por mim: eu estou muito sem jeito para essas coisas.

Hospital, 17/12, domingo — Querida família: não imaginam quanto me alegrou e alentou a carta que recebi. Estou fazendo o impossível para comportar-me bem, como é preciso nas circunstâncias que estou vivendo. Confesso sinceramente que me sinto fortíssima espiritualmente e trato de me situar sempre. Recebi o pacote de vocês na quarta-feira, que aqui é chamado "o dia dos choros" porque todas as mulheres lacrimam de dar gosto quando recebem carta. Eu penso em guardar minhas lágrimas para as ocasiões tristes, não para esta. Bom, meu estado de saúde é o seguinte: estou pesando (pasmem!) 45 quilos. Perdi nove quilos em 22 dias. Já me tiraram todos os tubos e sondas e comecei a tomar líquidos pela boca. Vão me apalidar de "empório da tosse" pela quantidade de tosse que tenho quando engulo. Enorme susto level quando me tiraram o tubinho que tinha na perna. Estava convencida de que era curtinho e quando começaram a tirar soube que chegava até o coração... Estou falando um pouco mais claro e pode ser que minha voz fique um pouco mais baixa (imaginem!). Segundo me

A RENASCENÇA

Uma tradição em móveis de estilo

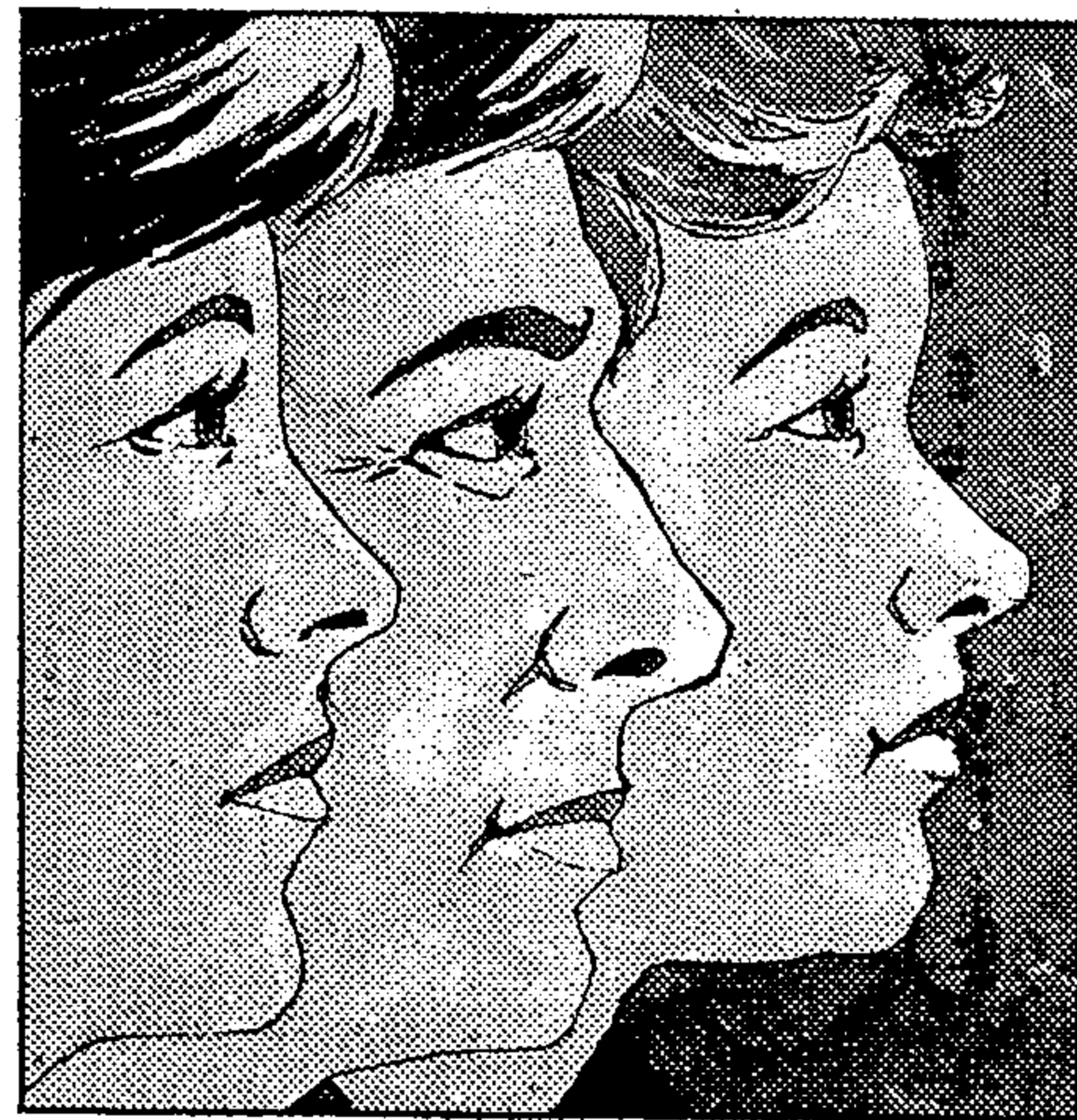
Venha conhecer
nesta mansão, a maior
variedade em móveis
personalizados do
mais fino
acabamento.

Rua do Catete, 194-196
Esquina c/Corrêa Dutra
Acesso pela praia do Flamengo

Estacionamento para clientes

Uma notícia saudável.

**13.000
médicos criaram
o mais completo
plano de saúde
do Brasil.**



Preocupado com os problemas de saúde do nosso país, um grupo de médicos conceituados, representativos de todas as especialidades, realizou aprofundados estudos para a criação de um plano de saúde que, por um lado, possibilitasse oferecer completa assistência médica e hospitalar e, por outro, estivesse ao alcance da maioria da população.

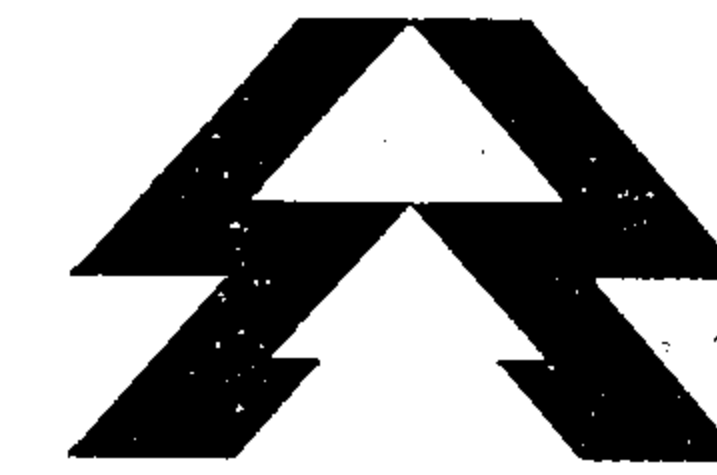
O resultado foi a Unimed - Sistema Nacional de Saúde. Essa iniciativa pioneira encontrou o apoio de outros médicos, e hoje a Unimed é composta por cerca de 90 cooperativas e 650 hospitais, congregando 13.000 médicos (17% dos médicos atuantes no Brasil) em todo o território nacional, além de 930 laboratórios credenciados.

A Unimed, administrada por médicos e sem fins lucrativos, protege hoje cerca de 3 milhões de brasileiros.

Além de receber assistência médica e hospitalar completa e permanente, pertencendo à Unimed, você nunca será apanhado desprevenido se ocorrer a necessidade de uma internação ou tratamento imprevisto.

unimed-rio

- Sistema Nacional de Saúde.



- Completa assistência médica e hospitalar para sua família.

Na UNIMED
você tem direito a:

- assistência médica e hospitalar 24 horas por dia, incluindo consultas e exames de laboratório;
- em caso de acidente, 24 horas após o contrato, passa a vigorar imediatamente o seu direito e de sua família a um atendimento completo - incluindo cirurgia e internação.

SISTEMA EXCLUSIVO SP*

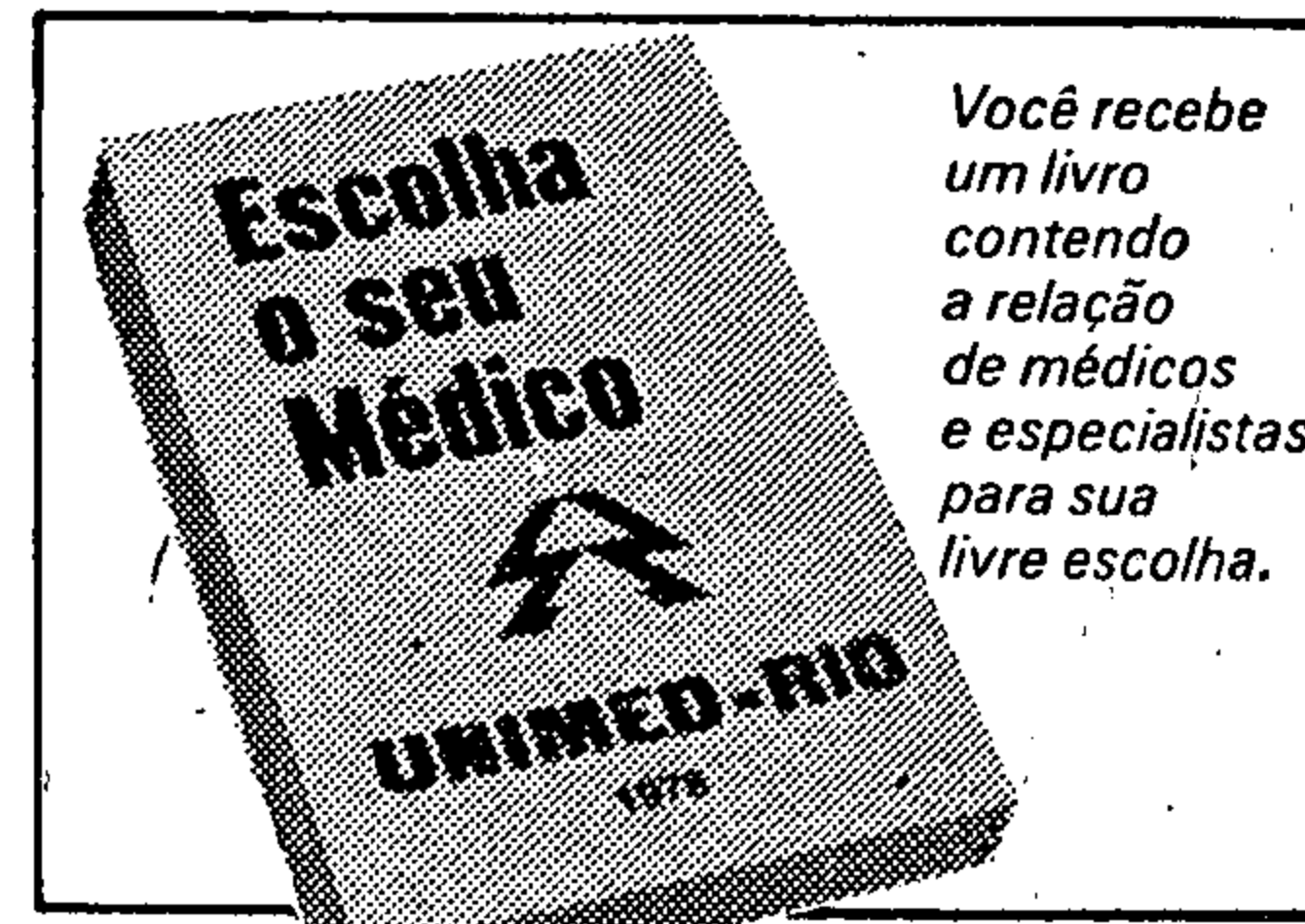
*O sistema exclusivo por Serviços Prestados dá cobertura total, sem carência, a todas as faixas de idade.

Conheça também os planos coletivos para empresas.



Chame um Agente-Unimed pelo telefone. E conquiste a sua tranquilidade.

Ele está preparado para transmitir todas as informações que você deseja.



Você recebe um livro contendo a relação de médicos e especialistas para sua livre escolha.

unimed-rio

saúde nas mãos de quem entende

Rua Mayrink Veiga, 6-11º e 12º and.
Tel.: 233-4999 - 253-3779 - 253-0294 - 233-7085

dade é que não entendo nada (precisaria consultar o dicionário), a bala me destruiu o epiglote. O que é isso?... Eu, agora que ando sem vontade de fazer trabalhos manuais, tenho divagado tanto que nem imaginam. Já pensei até no que vou fazer quando sair em liberdade. Vejam como já fui longe!

Hospital, 24 de dezembro — Meus queridos (como dizia vovô): Escrevo neste papel não por desprezar o que me mandaram, mas porque este é cinco centímetros mais comprido e um centimetro mais longo. A quantidade de palavras que ganho!... Eu quero que toda a família — papai, mamãe, irmãs e Jorge — tenha confiança em mim assim como tenho em todos e a verdade, verdade, é que daqui vou seguir lutando até a morte contra as loucuras, os desanimos, os erros de conduta, para deixar sempre uma semente de alegria, de confiança, de companheirismo, de dignidade e de retidão.

Terça-feira, 9 de janeiro de 1973 — ... Oxalá possa vê-lo muito breve e dar-lhe um abraço grandote. Dentro de pouco vai fazer quase um ano que não nos vemos e ao menos as "senhoritas" da casa não vou reconhecer. Então, as duas estão dando de cozinheiras? Santo céu, que horror! E pensar que não faz muito eu as levava todos os dias ao jardim de infância... Puxa vida, como passa o tempo. Se eu não tivesse 19 anos diria que com quanta rapidez as pessoas vão ficando velhas (não digo porque aos 19 anos a palavra velhice não existe em nosso vocabulário)... Mando uma boneca negra a quem dei o nome de "Macunaíma-2". "Macunaíma-1" é um boneco também negro que fiz, mas que me saiu tão, mas tão

As cartas de Flávia continuam na página 10

artes
GUIA SEMANAL/COMPRA, VENDA & SERVIÇOS
Antiquidades, Galerias, Leilões, Decoradores, Fotógrafos, Livros, Molduras e Restauradores.
Mais de 1.000.000 de leitores
☎ 288-5414

JMM

horroroso, que não o mando para não ficar desprestigiada pelo resto da minha vida. Mac-2 é a abreviatura de Macunaíma-2. É tão feia porque fiz de propósito. Está desproporcionada nos pezinhos porque, como não tenho tesoura, tenho que cortar com o corta-unhas e nunca sai bem direito. ... Se Cláudia puder que me mande algum clássico francês, pois li pouco deles. Poucando bastante, me duram dois dias os livros (cada um) e em francês pode ser que leve mais tempo para ler. Se puderem, mandem algum livro de História ou algo como O Processo Econômico do Uruguai (Fac. de Ciências Econômicas). Preciso de Iberoal (vitaminas), complexo B Tetraciclina, Metoso (ou qualquer antibactericida bucal), um frasco de Espadol, Celestene ou qualquer antialérgico e antiasmático, fruta (maças, bananas, qualquer uma), elástico fino para ajeitar roupa, dois lençóis e uma fronha — não brancos, se for possível; alguma coisa para matar mosquitos, um colírio bom para os olhos.

... Andréa querida, eu tenho uma vontade enorme de te ver com esse sorriso de ratinha que tens. Gosto muito das tuas cartas. Quando fores ao cinema, não deixes de me contar com detalhes como foi o filme e que opinião tiveste. Infelizmente, não é que não tenha que fazer a plástica (no local da traqueotomia), é que não me fizeram. Não é nada urgente, mas em todo ferimento desse tipo se faz essa cirurgia para que a ferida feche bem e não ulcere mais. ... Daqui eu vejo muito mais claramente um monte de coisas e vejo que coisas que eu afirmava muito convencidamente como verdades, eram falsidades ou meras aproximações da verdade. Quando se aprende, novos conceitos surgem em lugar dos velhos. Isto, de passar a limpo conceitos, é uma das tarefas contínuas a que me propus, e que comecei a pôr em prática e que me ajuda bastante para não me desencontrar. ... Quando estiver em algum lugar definitivo, vou ver se me proponho algum plano de estudo, pois me dei conta de que não sei nada de nada (como Sócrates). ... A irmã que nada me conta sobre como anda, que faz, o que pensa, é Valéria. Olha que quando fico zangada sou uma fera. E olha

uma ressuscitada graças à Medicina. Esse encontro não me provocou nem rechaço nem trauma, a não ser, talvez, que meu senso de humor e a minha morbidez tiveram que se desenvolver a passos de gigante para sobrepujar bem tudo o que passou.

... Quando o vi pela primeira vez, não o reconheci, até que ele insistiu muito com a pergunta se eu havia visto o rosto de quem nos deteve e então se juntaram as duas imagens. Na verdade, até que ri e a minha única resposta foi de que "era um homem muito parecido com você". E ele também riu. ... Continuamos trabalhando na terra, eu continuo maluca com o crochê. Hoje me couberam duas horas de trabalho no jardim e não imaginam o que foi: na primeira meia hora, a coisa andou bem, na segunda eu tirava terra com a pá ajoelhada; na terceira, quase deitada, e para quatro pazaços, cinco minutos de descanso, e na quarta não consegui fazer nada. Também, minha equipe não é nada brilhante: a Bidegain, que está toda retalhada; Inês Topolanski, que é magérrima; e eu, que em força e resistência mal chego à média.

Punta Rieles, 19 de fevereiro, 1973. Minha querida família: dentro de uns dias faço três meses de prisão. É incrível tudo o que passou e o que vivi e como minha vida mudou em tão pouco tempo, comparando com o ritmo de vida da gente comum. Eu já devo andar com uns 50 anos, no mínimo. Um exemplo de como se vive rapidamente é o de Lucia Topolanski: tem o cabelo cheio de fios brancos aos 28 anos. Mas nosso animo, ao contrário, são as companheiras que aqui estão e que têm mais de 40 anos, com uma alegria e um dinamismo de 20. Na prisão, nossa tarefa constante é dar um objetivo à nossa existência para não nos amargurarmos, porque se a gente se põe a pensar no fim da nossa juventude que está sendo desperdiçada, de nossos sonhos que se frustram, dos anos a passar enquanto se vive uma rotina medíocre, termina-se mais que doida: então, nos proibimos e recusamos estes pensamentos e justamente essa é outra das nossas tarefas. E, puxa vida, como custa.

26/2/73 — Recebi tudo o

FLÁVIA SCHILLING, DE DENTRO DA PRISÃO

"OS OLHARES FURTIVOS SOB O CAPUZ FICAM GRAVADOS PARA TODA A VIDA"

nos faz supor até a próxima quarta-feira. Dias onde, entre outras coisas, nos atinge o vazio afetivo que todas temos.

6/4/73. Meus queridos: aqui em Punta vamos de mal a pior. Ontem aconteceram os primeiros ataques de histeria. Sabem o que é a histeria coletiva? Começa uma, segue a outra, e a outra, e ao final todas estão tão nervosas que nos engalfinhamos por qualquer banalidade. Estão nos bombardeando com regulamentos e outros bichos todos com que pretendem nos atar e oprimir cada vez mais... Paizinho, não depo-

sita dinheiro. Retira o que depositaste, pois ninguém sabe para que é esse dinheiro e seria o cúmulo que vocês sustentassem nossa "estadia". Não preciso de cigarros e como não pode entrar nem fruta nem verdura (justamente o mais necessário) e sim mate, café, chá, açúcar, os 10 mil pesos não tem nenhum fim claro. ... Não deixam entrar jornais nem nada. Nem falar em livros políticos.

12/4/73 — Família querida: por fim recebi uma carta inteira de vocês. Há duas semanas, recebia apenas pedaços de carta.

...Última notícia: acabaram de encontrar um ratão na minha cela. A partir de hoje, durmo no corredor: era só o que faltava. ...Gostei muito do que escreveram Valéria e Andréa: continuem contando-me coisas lindas. É uma forma da gente se pôr um pouco em contato com a realidade. Nós aqui seguimos com a vidinha de sempre: horta, oficina, estudo. Estão lendo a História da América Latina, de Abelardo Ramos. ... Quando estiver de volta com vocês (todos sentados na cozinha, conversando e brincando) e com o meu magrinho, vou

tomar uma indigestão de torta de chocolate da mamãe. ...Morro de rir quando penso como então estarão vocês, cheios de presentinhos, quando eu estiver para ser libertada. ...Papai, não se pode dizer mais "companheiras". Tem-se que dizer ou amigas ou reclusas, ou presas. Eu, por exemplo, passei a ser a concubina (com grande horror de minha parte porque soa péssimo) do magrinho. E o Magro (muito vivo) me jurou que não poderia se divorciar.

3/5/73 — Queridos: não imaginem (ainda que pareça estranho) como me sin-

to enriquecida depois da experiência vivida, dos dias em que estive fora de casa. Não creiam que seja masoquista nem nada parecido. Me levaram (justamente) no dia 26 ao meio-dia e voltei no dia 29 à tarde. Nervosa e cansada, mas com uma moral e um animo nas nuvens. É bom de vez em quando voltar a enfrentar o medo, a insegurança, a pressão, para se ver se a gente está realmente firme ou não. ...Não há coisa mais grandiosa que a paz com a consciência, mantendo-se firme com meus princípios. E desta vez com um elemento até então, para mim, muitas vezes temido, mas também superado, que foi aguentar tudo tendo o Magro na frente e como elemento de pressão que eles manejam muito bem. ...Os olhares furtivos sob o capuz ficam gravados para toda a vida.

6 de Junho/73 — ... Puxa, papai, já nove anos de vida no Uruguai... Se não tivéssemos vindo seria uma burguesinha frustrada, humanamente do tamanho de um mosquito, com o egoísmo como lema e uma incapacidade total de dar e amar.

Florida, quarta-feira, 3 de julho/73 — ... E aqui estou. O cárcere é pequeno, calculo que 1,5m x 2,5. Tenho uma cama, um guarda-roupa pequeno que me serve de mesa, uma cadeira. Me sobra um espaço para caminhar (cinco passos, ida e volta, cinco passos). As paredes estão pintadas de azul, teto branco, uma janelinha com oito vidros pequenos (pintados de branco) pelos quais jogo para adivinhar como está o dia, que cor terá o céu. Por um dos vidros, vejo uma árvore. Creio que quando sair, vou sofrer de terror dos espaços abertos e das multidões (se ficar muito tempo por aqui). Não temos recreio e só saímos para ir ao banheiro... Para não me esquecer da minha voz, canto, pois o que falamos com os carcereiros se resume a "posso passar ao banheiro", "obrigado", "apague a luz" etc... Estou triste, triste porque não pode haver nada mais doloroso do que ver um homem, que pode chegar a ser um homem, perder o respeito de si mesmo de tal forma. Voltar de tal forma a ser novamente um individualista, depois da prática de vários anos de ser

desejo? Que estejam bem e sejam felizes. Se eu que estou em cana encontro um montão de coisas que me dão felicidade, muito mais vocês, que estão juntos e podem fazer a cada momento a experiência de aprender a conviver e a compartilhar tudo de bom e de mal que enfrentam. Vou avisando desde já, e não quero nem saber, que quando estiver em casa ninguém vai ficar lendo de um lado e os outros do outro, vendo televisão. Vamos fazer uma roda de conversa com grandes papos, combinado? ... E uma pena que eu não posso estudar porque não nos deixam ter nem lápis nem papel...

19/setembro/73 — ... Não gostaste de me ver com as algemas? Nada disso nos faz mal e, na verdade, somos mais livres que a maioria das pessoas, porque já nos libertamos da maioria das cadeias que asfixiam o homem e fizemos o que nos ditou o coração. ... Depois de amanhã, fazemos 10 meses de prisão. Logo, um ano. Como passa o tempo. ... Bem, hoje não estou muito inspirada e me desculpem por não aproveitar melhor o espaço que nos deram para escrever. Ocorre que não quero divagar com medo que me escorregue a mão e como não se pode dizer que minha vida é movimentada, não tenho grandes novidades.

26/setembro/73 — ... A verdade é que fiquei furiosa pensando no que gastaram, no quanto se gastaram por só esses minutos que não serviram para nada. Isso não quer dizer que 30 minutos sejam muito, mas, ao menos, se o regulamento diz 30 minutos de visitas cada 15 dias, que sejam 30. A mim, apenas vê-los, ainda que seja de longe, já me causa uma enorme alegria, mas 10 minutos com os seres a quem se quer quando já entrei nos 10 meses de prisão e quando é preciso suportar a monotonia de 24 horas em um cárcere, valem ouro.

3/10/73 — ... Gostei do livro de Galleano, mas fiquei um pouco irritada ao ver esse P.B.R. (pequeno-burguês-radicalizado), que nunca se jogou em nada, escrevendo novelas e contos sobre guerrilheiros, presos, torturados. O que ele pode saber de tudo isso? Eu já imagino como



PTA:



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

O Estado de São Paulo 03/12/78
Adiada operação de Flávia em Montevidéu

Da sucursal de PORTO ALEGRE

A anunciada operação cirúrgica a que seria submetida a brasileira Flávia Schilling, presa em Montevidéu sob a acusação de atividades subversivas, foi adiada, segundo informações recebidas ontem por seu advogado Décio Freitas. Agora, o advogado aguardará novas notícias do pai de Flávia, o economista Paulo Schilling, exilado na Argentina, que deveria entrar em contato com sua outra filha, Cláudia, que vive em Montevidéu e iria à prisão de Punta Rieles para tentar visitar a irmã.

Flávia Schilling, de 24 anos de idade, está presa na Penitenciária de Punta Rieles, a 14 quilômetros de Montevidéu, desde que tinha 18 anos, pois foi condenada a dez anos de prisão e cinco de medida de segurança. No início desta semana, sua irmã Cláudia foi informada de que Flávia seria operada, sexta-feira, de um fibroma no útero, e que não poderia acompanhar a operação, como era seu desejo.

Desde então, ninguém mais soube o que aconteceu e a família não pôde confirmar se Flávia Schilling seria mesmo operada ou não. Falando pelo telefone ontem, de Buenos Aires, Paulo Schilling (exilado do Brasil em 1964) explicou que o mistério talvez fosse resolvido à noite, quando deveria entrar em contato com Cláudia, pois ontem era dia de visitas na penitenciária e ela iria até a prisão.

Tanto a família de Flávia Schilling quanto o advogado gaúcho Décio Freitas, que luta por sua libertação, consideram muito estranha esta operação de "fibroma no útero". Décio Freitas explicou que consultou conhecidos médicos de Porto Alegre e foi informado que tal operação dificilmente é feita numa moça de 24 anos de idade,

sendo mais comum em senhoras de mais de 45 anos. O advogado passou a temer, então, que a "operação" seja para esconder alguma agressão sexual que a moça tenha sofrido na prisão uruguaia ou uma tentativa de "recupera-la" para uma provável libertação.

Paulo Schilling e sua esposa tentaram entrar em contato com as autoridades diplomáticas brasileiras em Montevidéu para esclarecer a história da operação e, se fosse o caso, indicar um médico para acompanhar a cirurgia, mas nada conseguiram. Funcionários do Consulado Brasileiro em Montevidéu disseram, sexta-feira, à noite, a O Estado, que "qualquer informação sobre este assunto deve ser solicitada ao Itamaraty". Também sexta-feira, Cláudia esteve no Hospital Militar de Montevidéu, na penitenciária e em outras repartições militares uruguaias e não obteve nenhuma informação concreta.

A libertação de Flávia Schilling, conforme seu advogado, é uma possibilidade remota, mas possível. Ela já cumpriu mais da metade da pena a que foi condenada e as leis militares uruguaias prevêem tal libertação, neste caso, com expulsão do país. Flávia Schilling já possui o status de "refugiada política", concedido pela ONU, o que lhe garante a entrada em qualquer país. A esperança dos defensores de Flávia é que a presença do chanceler Azeredo da Silveira esta semana em Montevidéu, para a reunião de chanceleres da Bacia do Prata, sirva como elemento positivo para os uruguaios a libertarem.

Cerca de 40 cartas que Flávia escreveu para a família, desde que está presa, serão publicadas em livro pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre; as cartas foram cedidas por Paulo Schilling.

Posta Livro - 10/12/78



PT 1590-194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Flávia será operada no Uruguai, longe da família

Da sucursal de PORTO ALEGRE

A brasileira Flavia Schilling, de 24 anos, que há quase seis anos cumpre pena na penitenciária de Punta Rieles, em Montevideu, será operada amanhã no Hospital Militar da capital uruguaia sem que qualquer membro de sua família possa acompanhar a intervenção cirúrgica. A informação foi divulgada ontem, em Porto Alegre, pelo advogado Décio Freitas, que manteve contato com os pais de Flavia, que residem em Buenos Aires desde que tiveram que sair do Uruguai, onde eram asilados políticos.

Décio Freitas acrescentou que os pais de Flavia tentarão entrar em contato com o cônsul-geral do Brasil em Montevideu, Agenor Soares dos Santos, pedindo-lhe que consiga um médico de confiança para acompanhar a operação, "pois é uma intervenção cirúrgica reputada como delicada". Flavia

Schilling, que foi presa e condenada quando tinha 18 anos, sob a acusação de atividades subversivas, deverá ser operada de um fibroma no útero.

A família de Flavia Schilling foi colhida de surpresa pela notícia da operação, pois há cerca de duas semanas, depois de várias manifestações em favor da moça e por determinação do Itamaraty, o cônsul-geral do Brasil conseguiu avistar-se com ela na penitenciária de Punta Rieles e declarou que seu estado de saúde era excelente. Cláudia, irmã de Flávia que reside em Montevideu, queria acompanhar o internamento hospitalar, mas foi informada de que não poderá fazê-lo.

Flávia Schilling, filha do economista brasileiro Paulo Schilling, exilado em 1964, estudava medicina em Montevideu, quando foi baleada pelas costas, por um oficial do exército uruguaio, e detida como subversiva. Foi condenada a 10 anos de reclusão e mais cinco como

medida de segurança. Segundo as próprias leis militares uruguaias, diz Décio Freitas, ele poderia ser libertada e expulsa do país, pois já cumpriu metade da pena, mas as autoridades daquele país continuam mantendo-a encarcerada.

Há um movimento nacional e outro internacional — Flávia já possui o "status" de refugiada política fornecido pela ONU — pela sua libertação e alguns membros do Comitê Gaúcho pela Anistia têm esperança de que ocorra com ela o que ocorreu com o jornalista Flávio Tavares. Flávio, que estava preso em Montevideu, foi libertado dias antes da viagem que o presidente Ernesto Geisel fez a Montevideu. O chanceler Azeredo da Silveira deverá ir na próxima semana a Montevideu, participar da Conferência de Ministros do Exterior da Baía do Prata, e os defensores de Flávia Schilling têm esperança de que ela também seja libertada.

*Basta
Kuan Freitas*



PT 1590-131



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Ex-presos políticos denuncia restrições em Juiz de Fora

O Estado São Paulo 10/14/78

Da sucursal de BELO HORIZONTE

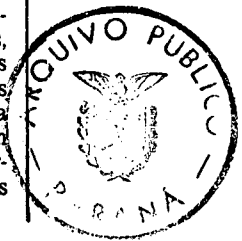
"As condições carcerárias do presídio de Linhares, em Juiz de Fora, são péssimas. Está certo que existe uma briga política entre os presos e o estado de coisas que temos no Brasil, mas o que eles fazem com a gente nos presídios é mesquinha, com o objetivo de nos esmagar, o que nunca vão conseguir." Essa declaração foi feita ontem, em Belo Horizonte, por Paulo Elisiário Nunes que cumpriu pena de dois anos e seis meses naquela penitenciária, tendo sido libertado na última terça-feira.

Entre as "mesquinhas" praticadas contra ele e seus companheiros do presídio político (há mais três em Juiz de Fora), Paulo Elisiário contou que as visitas dos familiares eram suspensas pelo Serviço de Justiça da 4ª Região Militar, sem que houvesse qualquer razão por isso. Quando o presidente Geisel fechou o Congresso e baixou o "pacote" de abril, por exemplo, as visitas foram suspensas: quando se intensificou o movimento estudantil, em maio do ano passado, as visitas também foram suspensas "como se nós quatro, presos, isolados lá em Linhares, pudéssemos ter alguma influência sobre o movimento estudantil", diz Elisiário.

Condenado por "tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro o publicitário Paulo Elisiário, de 38 anos, contou também que, desde janeiro deste ano, ele e seus companheiros perderam o direito de comparecer à quadra de futebol de salão junto com os presos comuns de Linhares. Isto porque eles protestaram contra a proibição imposta a representantes do Movimento Feminino pela Anistia, seção de Minas Gerais; que foram a Juiz de Fora para visitá-los no Natal do ano passado, mas não conseguiram entrar na penitenciária. Esse protesto custou também a suspensão da visita conjugal mensal a que ele tinha direito, por ser casado; essa suspensão durou oito meses.

Paulo Elisiário denunciou também a forte censura imposta às publicações periódicas que eram encaminhadas aos presos. "Essa censura — acrescentou — melhorou um pouquinho depois da greve de fome de maio deste ano, em solidariedade aos presos de Itamaracá, em Pernambuco. Antes disso, no entanto, nós não podíamos receber uma série de publicações, como "O Pasquim", as revistas "Veja" e "Isto é", os jornais "Trinuna da Imprensa" "Folha de S. Paulo" e até mesmo um exemplar de um poema de cordel não pode chegar às nossas mãos."

*Post
Presos Políticos*





Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Paulo Nunes ficou preso dois anos e seis meses

Journal do Brasil
Preso político revela ao
12/12/78
ser solto que passou por
toda espécie de torturas

*Pasta
Notas Politicos*

Belo Horizonte — Dois dias após deixar a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, onde cumpriu pena de dois anos e seis meses, o publicitário Paulo Elisário Nunes revelou que, ao ser preso, passou 36 horas sendo torturado em local ignorado para, depois de um mês de hospital, voltar a sofrer torturas por mais quatro ou cinco dias.

"Depois de internado um mês no CTI do Hospital Militar, levaram-me para um local — que suponho ser o DOI-CODI do Rio — onde me torturaram por quatro ou cinco dias, com choques elétricos, *cadeira de dragão*, pau-de-arara, sala de som e imersão em tanque de álcool" declarou o publicitário, em entrevista coletiva.

MESQUINHARIAS

A transferência, para a Capital, dos três presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora, melhoria das condições carcerárias e o direito à visita conjugal, interrompida desde que fizeram greve de fome em solidariedade aos presos políticos de Itamaracá, em Recife, foram as reivindicações apresentadas pelo publicitário Paulo Nunes, condenado por ter tentado reorganizar o Partido Comunista.

"As condições carcerárias de Linhares são ainda bastante precárias", disse, "embora tenham ocorrido algumas melhorias, como o acesso dos presos à publicações como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Veja, JORNAL DO BRASIL e Pasquim.

Denunciou também as precárias condições de assistência médica e odontológica no presídio, pois os presos políticos são obrigados a pagar por qualquer tratamento especial. Citou o caso de Monir Tahan Sab, que cumpre pena de 34 anos, sem condições para

tratamento na laringe, lesada por um tiro na época de sua prisão, e de Cecílio Emídio Saturnino, com infecção renal, que exigem tratamento fora do presídio.

Para ele, a transferência dos presos políticos para Minas, negada pela Auditoria Militar de Juiz de Fora e pela Secretaria de Interior e Justiça, resolveria dois problemas básicos: os presos políticos teriam melhores condições de assistência e seus familiares poderiam visitá-los mais frequentemente.

Classificou como "mesquinhas", destituídas de qualquer propósito político, as restrições e proibições ditadas pela diretoria da Penitenciária de Linhares, como proibição de visitas de pessoas que não pertencem a família do detento, a prática de futebol com os outros presos comuns, as dificuldades impostas à visita conjugal. Disse que as condições pioraram depois de outubro de 1971, quando a Secretaria de Interior e Justiça transferiu para a 4ª Região Militar o controle das condições carcerárias.



PT 1590. 191



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Flávia trabalha de enxada

Aluizio Machado
Correspondente

*Arquivo
P. 1590-191
26/11/78*

Montevideu — Sol, ar puro, um grupo de moças trabalha com pás, ancinhos, picaretas, enxadadas e carrinhos-de-mão num pequeno jardim. Tudo é muito limpo, em ordem. Mas as moças vestem uniformes que têm números, e nada escapa à vigilância dos fuzis dos soldados do Exército e da policial que empunha um cassetete. É a rotina da Penitenciária Punta Rieles.

Lá estão 540 moças (ou 300, para os dados oficiais), condenadas por pertencer a organizações de extrema esquerda. Uma delas é a brasileira Flávia Inês Wesp Schilling, detida e processada em 1972, quando tinha 19 anos, por envolvimento com os Tupamaros. A Penitenciária fica a 17 quilômetros do Centro de Montevideu.

Trabalho

Num cenário mais adequado a uma colônia de férias do que uma penitenciária, é a presença dos soldados do Exército, fuzis firmes nas mãos, olhar atento. As cenas se repetem: pares de moças, em filas, transportam barris de metal cortados ao meio; uma moça passa seguida por uma policial e soldados, em fila indiana. A poucos metros, soldados de folga jogam futebol, outros dois passam com raquetes de frescobol.

O cenário de Sol e ar puro

é uma ilusão. Embora não se veja ninguém de chicote na mão, nem alguém se recusando a trabalhar, a primeira lembrança é de filmes sobre campos de trabalhos forçados na União Soviética. Há as policiais de cassetetes sempre empunhados, há a alta cerca de tela de arame envolvendo tudo.

Em Punta Rieles estão moças que a Justiça Militar uruguaia condenou por atividades contrárias ao regime, subversão e terrorismo político. Vestem uniforme azul (desbotado), calça comprida e jaleco com número às costas. Todas estão com os cabelos bem curtos. Cabelos longos usam as policiais, de uniforme quase igual ao dos soldados: tudo verde, em destaque uma gravata comprida.

O prédio principal, cor de tijolo, tem quatro pavimentos, usados como alojamento das prisioneiras (há outros, construídos mais recentemente) pela administração. Além das grades, uma paisagem de campos de pastos.

Regime interno

Não se conhece com exatidão o regime a que são submetidas as jovens. Sabe-se que recebem visitas de parentes de 15 em 15 dias, podem escrever cartas e fazer certos trabalhos, como tricotar. As visitas são de quatro em quatro e duram meia hora.

Um policial acompanha toda a conversa, obrigando o uso do castelhano e impedindo que a presa fale das condições de sua vida. Entre a visita e a prisão, duas grades com intervalo de um metro.

Uma pessoa sem autorização para visitar a penitenciária consegue chegar, no máximo, à sala de espera do diretor, no prédio principal. Antes tem de passar por uma barreira, guardada por dois soldados armados e que bloqueia totalmente a entrada. Depois por uma espécie de portaria, num galpão, até chegar ao oficial, no prédio principal, que informa não ser possível obter a autorização.

Mas não é só o silêncio oficial. Há ainda o mutismo de todas as pessoas que têm parentes presas lá. A impressão é que há medo de que alguma coisa dita possa prejudicar a vida da jovem prisioneira.

Punta Rieles, penitenciária feminina, é como um símbolo da vitória das Forças Armadas uruguaias contra as organizações políticas da extrema esquerda, nas quais militavam, principalmente, jovens universitários. Entretanto, o dispositivo de segurança que a envolve e a vigilância sobre as jovens também podem indicar que o regime ainda não está de todo certo desta vitória, obtida mediante uma das mais violentas campanhas de repressão política que já se teve notícia na América do Sul.

*Pasta
P. 1590-191
políticos*





Estado do Paraná

Uruguai responde ao Brasil sobre Flávia Schilling mas nada diz quanto ao recurso

Aluizio Machado

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Montevideu — Minuciosos quanto aos "antecedentes e situação legal", assim como às "condições carcerárias", a resposta do Uruguai ao pedido de informação sobre Flávia Schilling, brasileira que cumpre pena em Punta Rieles, nada esclarece sobre "a assistência legal" a ela prestada, deixando as dúvidas quanto a um recurso para aliviar a pena.

Em seis linhas, o documento se limita a informar que o primeiro defensor de Flávia Schilling era um "elemento radical de esquerda" e que, "não obstante isso", exerceu o trabalho sem interferências, até "que decidiu abandonar o país". As duas últimas linhas dizem: "Posteriormente tomou o caso o advogado defensor de ofício do segundo turno, Coronel Mario A Rodriguez."

RECURSO

As duas primeiras partes do documento dão informações claras. Cita artigos e incisos dos códigos penais nos quais a brasileira foi enquadrada, e informa com pormenores as excelências de Punta Rieles: "As condições gerais de alojamento e detenção que se proporcionam nos estabelecimentos de reclusão são comparáveis aos melhores do mundo".

Mas no fim, o documento de três laudas não esclarece se a primeira advogada da brasileira (Maria Elena Martinez Salgueiro) entrou ou não com recurso pedindo uma mudança na sentença o que permitiria a imediata libertação de Flávia Schilling, por ter cumprido metade da pena.

A advogada, militante da democracia cristã uruguaia, teve de deixar o país entre fins de 1976 e início de 1977, durante uma onda de repressão que atingiu principalmente advogados que defendiam pessoas acusadas de envolvimento com os tupamaros, como era o caso da brasileira. A Sra Maria Elena está na Espanha).

O documento também não esclarece se o ex-officio voltou a apresentar, no prazo legal permitido, um recurso semelhante. O objetivo era conseguir a anulação das "medidas eliminativas de segurança, mínimas de dois anos e máximas de cinco anos", que o juiz acrescentara aos 10 anos de prisão determinados pelo Tribunal Militar que julgará Flávia Schilling. Não fosse tais medidas de segurança — e desde que houvesse prazo legal — o Tribunal seria obrigado a examinar uma apelação neste sentido.

Essa questão é que esta sendo examinada pelo Governo brasileiro, mais diretamente pelo Consul-Geral em Montevideu, Ministro Agenor Soares dos Santos. Sexta-feira ele manteve entrevista de uma hora com Flávia Schilling e depois percorreu, a convite, as instalações da Penitenciária de Punta Rieles.

PENITENCIARIA

O Ministro considerou boas as instalações, mas não pôde observar um dos aspectos mais chocantes de Punta Rieles: as jovens trabalhando sob a pontaria

dos fuzis de soldados do Exército, e a vigilância de policiais femininas. Provavelmente porque choveu das 9h às 11h 20m, e as moças não foram levadas para as tarefas de jardinagem, trabalho com picaretas, enxadas, ancinhos, carrinhos de mão etc.

Ao Governo brasileiro, o Uruguai informou oficialmente que as condições em Punta Rieles são "comparáveis às melhores do mundo". Quanto às condições carcerárias, diz o documento enviado ao Itamarati: "(ela) recebe regularmente visitas de seus irmãos e cunhados, além de correspondência e pacotes. Realiza tarefas recreativas: trabalhos manuais, música e leituras".

"Atenção médica: médico praticamente de plantão permanente. Odontologista com atenção diária durante oito horas. Três enfermeiros permanentes; assistência médica intensiva em todas as especialidades, e cirúrgica no Hospital Central das Forças Armadas; fornecimento de medicamentos".

"Atenção especial: facilidades de trabalho em tarefas livresmente escolhidas (trabalhos em couro, agricultura, etc.); autorização de trabalho técnico para manter especialização. A felicidade de estudos para quem solicitar; visitas de familiares em datas escolhidas pelos detidos, com frequência preestabelecida; entrega de roupa especial gratuita; serviço de biblioteca, administrado pelos reclusos; facilidades de correspondência".

E por fim: "Deve insistir-se, ademais, em que a situação geral do direito à integridade física está cabalmente e perfeitamente protegida pelas disposições e garantias do ordenamento jurídico interno e pelo normal funcionamento dos organismos nacionais competentes". Oficialmente, Punta Rieles é o "Estabelecimento militar de reclusão número dois".

Flávia Schilling foi expulsa do Uruguai, mas para deixar o país terá de pagar a pena e a dívida que toda pessoa detida contrai ao ser hospede, ainda que forçado, do Estado. Sabe-se que, para o ano de 1978, a diária custa a cada detido 15 pesos (Cr\$ 4,20). Ainda não se sabe como as autoridades solucionarão este problema.

Posto de Defesa Pol. Tucos



PT 1590.181

Azeredo acredita que situação melhora logo

Brasília — O Chanceler Azeredo da Silveira informou ontem, ao Senador Paulo Brossard (MDB-RS),

a eles. O Senador não deu nomes, mas revelou que o Ministro ficou de resolver o problema assim que rece-

tamente pelo Consul-Geral em Montevideu, Ministro Agenor Soares dos Santos. Sexta-feira ele manteve entrevista de uma hora com Flávia Schilling e depois percorreu, a convite, as instalações da Penitenciária de Punta Rieles.

PENITENCIARIA

O Ministro considerou boas as instalações, mas não pôde observar um dos aspectos mais chocantes de Punta Rieles: as jovens trabalhando sob a pontaria

na clonais competentes. Oficialmente, Punta Rieles é o "Estabelecimento militar de reclusão número dois".

Flávia Schilling foi expulsa do Uruguai, mas para deixar o país terá de pagar a pena e a dívida que toda pessoa detida contrai ao ser hospede, ainda que forçado, do Estado. Sabe-se que, para o ano de 1978, a diária custa a cada detido 15 pesos (Cr\$ 4,20). Ainda não se sabe como as autoridades solucionarão este problema.

Azeredo acredita que situação melhora logo

Brasília — O Chanceler Azeredo da Silveira informou ontem, ao Senador Paulo Brossard (MDB-RS), que é muito provável que o Governo uruguaio assegure, em breve, o direito do advogado Décio Freitas visitar e assistir Flávia Schilling. O Ministro afirmou que o Itamarati está tomando providências para que isso ocorra.

O líder do MDB no Senado apelou ao Chanceler para que o Itamarati libere os passaportes de dois brasileiros, pois até agora o documento está sendo negado

a eles. O Senador não deu nomes, mas revelou que o Ministro ficou de resolver o problema assim que receber todos os dados.

O encontro foi no Gabinete do Senador Petrônio Portella, com quem o Chanceler assinou o convenio especial. O Sr Paulo Brossard negou que tivesse falado da lista de exilados que não têm passaporte, mas fotografos que documentaram o início do encontro garantiram que o assunto foi levantado, com o Ministro concordando em se interessar

ONU aguarda dados sobre casal sumido

O ACNUR (Alto Comissariado da ONU para Refugiados) só tomará providências oficiais quanto ao casal Univesindo Rodriguez Diaz e Lillian Celiberti Rozas de Casariego, sequestrado há uma semana em Porto Alegre, após se certificar que são realmente refugiados uruguaio.

O comissário Guy Prim explicou que o ACNUR no Brasil está encarregado de ajudar refugiados argentinos e uruguaio, o que não seria o caso dos dois, conforme o que apurou até agora: a mãe de Lillian informou que ela tem cidadania italiana, e consta que Univesindo está sob a proteção da Suécia.

CASO DELICADO

O Sr Guy Prim explicou que o caso é muito delicado, pois envolve vidas humanas, e o ACNUR deve evitar atitudes que possam preju-

dicar o casal. Acrescentou, que o Comissariado só sabe que eles estavam no Brasil a partir das notícias do desaparecimento, e desde então as informações que recebe são muito desencontradas.

Até agora o ACNUR se limitou a pedir informações ao Itamarati e procurar levantar a nacionalidade dos dois, através de contatos com outras entidades de ajuda a refugiados. Caso se confirmem as informações sobre os dois, o ACNUR não fará investigação; caso contrário, começará a tomar medidas junto ao Governo brasileiro para que sejam localizados.

A mãe de Lillian, dona Lillian Rosaz Celiberti, está há dois dias em Porto Alegre acompanhada do advogado uruguaio Omar Ferri. Ontem, ela esteve no Consulado do Uruguai e, mais tarde, no da Itália.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Equívoco retarda
libertação de
Norma para hoje**

RIO (Sucursal) — A má compreensão de um alvará de soltura expedido pela Justiça Militar de São Paulo impediu ontem que a presa política Norma de Sá Pereira Torres fosse libertada, apesar de o único obstáculo à sua liberdade, uma prisão preventiva, ter sido removido quarta-feira por uma decisão unânime com parecer favorável do Ministério Público da 2.ª Auditoria da Marinha. Um telex da Justiça Militar paulista será expedido hoje para que Norma possa ser solta.

O advogado Augusto Sussekind de Moraes Rego passou todo o dia de ontem em contato com a Polinter, órgão encarregado das buscas e capturas, para com o alvará de soltura de Norma recolher o mandado de prisão expedido em 1976 quando a prisão preventiva foi decretada. Só que a Delegacia de Capturas ainda mantinha um mandado referente à única condenação sofrida por Norma, em São Paulo, apesar do alvará já ter sido entregue. Acontece que uma sentença do STM reformou o artigo em que Norma, presa desde 1974, foi enquadrada, mantendo, entretanto, a pena já cumprida, e na Polinter entenderam que se tratava de outra condenação.

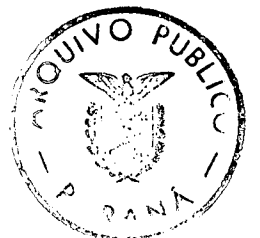
O advogado, então, teve que pedir a expedição de um telex pela Justiça Militar de São Paulo para que a Polinter pudesse ser esclarecida. Este telex será enviado hoje pela manhã e, à tarde, Norma Sá Pereira deverá estar saindo do Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, para sua casa, segundo acredita o advogado.

MANDADOS RECOLHIDOS

O juiz Antonio Carlos Telles, da 1.ª Auditoria de Marinha, por decisão do Superior Tribunal Militar, determinou ontem o recolhimento de 159 mandados de prisão que haviam sido expedidos contra ex-militares condenados. A medida beneficiou, entre outros, os marinheiros condenados por terem participado do motim no sindicato dos metalúrgicos, em março de 1964, a maioria processada à revelia.

A decisão do STM, entretanto, não beneficiou os líderes da rebelião: José Anselmo dos Santos, Marco Antonio da Silva Lima, Antonio Duarte dos Santos, Cláudio Sousa Ribeiro e Paul Alves Conserva.

*Posta
Seção Política*





Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Presas
política
é solta**

Arquivado de S. Paulo 24/11/78

Depois de 10^o horas de tramitação pelo Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Polinter e Auditoria de Aeronáutica, o alvará de soltura da presa política Norma Sá Pereira chegou ao Instituto Penal Talavera Bruce, liberando-a às 20h30m. Ela cumpriu quatro anos e meio de pena.

O relaxamento da prisão de Norma Sá Pereira foi concedido, quarta-feira passada, pelo Juiz Antonio Carlos Seixas Telles, na 2ª Auditoria de Marinha. Norma é acusada de ter participado de vários assaltos, juntamente com outras 21 pessoas arroladas no processo, nos anos de 1970 e 1971, período que morava no Chile.

RENASCIMENTO

Apesar do atraso na sua soltura, devido aos tramites burocráticos, Norma estava muito alegre na saída do presídio e tentava convencer sua mãe a sua cunhada, que a esperavam, a ir até a praia, mesmo com a noite e a chuva fina. Ela lembrou as condições duras da prisão, principalmente por causa da distancia de Bangu, que provoca um grande isolamento das presas.

Norma lembrou-se também de suas companheiras de detenção Jesse Jane e Inês Etienne Romeu, "que vão ficar mais isoladas do que antes", e afirmou que ainda não tem planos, "porque eles se fazem com os pés na terra, em contacto com o dia-a-dia e não dentro da cadeia".

Depois de cumprir três anos por participar da organização MR-8 e mais um ano e meio de prisão preventiva, ela ainda não se considera completamente livre, "porque a liberdade completa só virá com a anistia".

*Presas
liberadas*





Estado do Paraná

DELEG

AL

Preso política é solta e lembra outras duas que continuam presas no Rio

Jornal do Brasil 23/11/78
Minha preocupação maior, saindo, é com Jessie Jane, presa há oito anos e meio, e Inês Etienne Romeu, há sete", afirmou ontem a presa política Norma Sá Pereira, após a leitura da sentença na qual o Conselho Permanente de Justiça da 2a. Auditoria da Marinha relaxou sua prisão preventiva.

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

"Não posso, ainda dizer que sou livre. Essas perseguições e processos que não acabam nunca só serão resolvidos com a anistia". Condenada a três anos de prisão na Justiça Militar de São Paulo, acusada de militar no MR-8, Norma ficou mais um ano presa por força de outro processo, no qual ela e mais 22 pessoas são apontadas como autores de seis assaltos entre novembro de 1970 e fevereiro de 1971, no Rio. Na época, ela estava no Chile.

VIDA NORMAL

Emocionada, abraçando a mãe, os co-réus e todos os amigos que foram à audiência, Norma disse que pela primeira vez em nove anos vai poder levar uma vida normal. Contou que em 1969 foi expulsa do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, "com base no 477".

Já envolvida no processo do MR-8, foi para o Chile em janeiro de 1970 e lá ficou até 1973. No ano seguinte, de volta ao Brasil, respondeu a três processos nas auditorias militares do Rio, sendo absolvida das acusações de assaltos, ocorridos quando estava fora do país.

A Procuradora Maria José Carvalho concordou com o pedido de relaxamento da prisão preventiva de Norma para responder ao processo na Marinha em liberdade, mas advertiu que ela poderá "ser presa a qualquer momento, se houver necessidade".

A ex-presos política vai começar logo a trabalhar numa caderneta de poupança, e residirá com a mãe, a cunhada e uma sobrinha num apartamento da Praia do Flamengo.

DESAPARECIDOS

Sob a presidência do juiz auditor Antônio Carlos Seixas Telles, foram interrogados ontem cinco acusados do processo, no qual outros 16 foram denunciados em 1971. Entre os últimos, vários estão em liberdade, outros fora do país e três fazem parte da lista de desaparecidos: Stuart Edgar D'Angier Jones, José Gomes Teixeira e Sérgio Landolfo Martado.

Os réus interrogados ontem — Manoel Henrique Ferreira, Paulo Roberto Ja-

bur, Zaquie José Bento, Nelson Rodrigues Filho e Norma Sá Pereira — não admitiram a participação nos assaltos ao Banco Nacional de Minas Gerais, em 20 de novembro de 1970; a residência de Adão Voloc, em 15 de julho do mesmo ano; às distribuidoras Vitória e Copa-Leme, em 24 de janeiro de 1970 e 24 de agosto de 1971; aos supermercados Peg-Pag, em 3 de abril de 1971, e Merc, em 28 de fevereiro do mesmo ano.

TORTURAS

Com excessão de Norma, os interrogados denunciaram terem sofrido torturas — o que era anotado como "maus tratos", pois o juiz auditor disse não gostar da palavra. Os acusados, assim mesmo, insistiam para que fosse anotado "torturador", em vez de "interrogador", e "tortura", em vez de "maus tratos", no que não foram atendidos.

O acusado Nelson Rodrigues Filho que, como os outros, cumpre pena no presídio Milton Dias Moreira, negou as acusações e disse estar preso pelo seu "posicionamento político, totalmente contrário ao vigente, pois não admito a ditadura militar".

Paulo Jabur deu resposta semelhante e se pôs à disposição dos juizes para ajudar em qualquer apuração sobre as irregularidades ocorridas no inquérito policial:

Assinei vários documentos que nem sei do que tratam, pois era muito torturado. O tratamento era desumano e eu sei que estive preso, sempre com o capuz — não seria possível identificar os torturadores — na Base Aérea do Galeão, sendo depois transferido para o 3º Batalhão de Polícia do Exército".

*Rosta
Presos Políticos*



PT 1590.194

140

Cônsul revela que Flávia Schilling deve ser operada

IAL

Montevideu — Flávia Schilling, a brasileira que se encontra presa há seis anos no Uruguai, terá que submeter-se a uma operação para extrair um fibroma. A informação é do Cônsul brasileiro, Ministro Agenor Soares dos Santos, que considerou-a bem de saúde após a visita de sexta-feira, mas em Porto Alegre, o advogado Décio de Freitas disse ontem que, provavelmente, o diplomata brasileiro foi iludido.

Décio de Freitas garantiu que "a aparência saudável da prisioneira seria o resultado de um trabalho de intensa recuperação física, que justificaria a demora da permissão para a visita do Cônsul". Ele considera impossível Flávia não ter "queixa contra o tratamento na prisão feminina de Punta Rieles".

Carta

Aluizio Machado, correspondente do JORNAL DO BRASIL, informa de Montevideu que, em carta de outubro à família, Flávia disse estar muito bem do estômago (sofre de úlcera) e dos pulmões (sofre de asma), apesar da primavera, estação com a qual não se dá bem. E que o problema da voz (perdida em consequência do tiro que recebeu ao tentar resistir à prisão, há seis anos) já está praticamente solucionado.

A bala, disparada por um oficial do Exército uruguaio, atravessou-lhe a garganta deixando-a, durante meses, sem possibilidade de articular o aparelho vocal. A custa de exercícios, aos poucos foi recuperando a fala, mas não inteiramente.

Para, o advogado Décio de Freitas, o fato de o Cônsul brasileiro afirmar que Flávia apresenta um bom aspecto no que se refere ao estado físico e que está com animo elevado, decorre de "uma mise-en-scène para iludir o diplomata brasileiro". E anunciou que amanhã enviará telegrama ao Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, pedindo mais informações sobre o contato mantido com a prisioneira.

"Seria muita ingenuidade — disse o advogado — admitir que Flávia Schilling está bem quando se sabe dos métodos sofisticadíssimos de tortura física e psicológica das prisões uruguayas".

A visita do Ministro Soares emocionou a brasileira e, de certa forma, suas colegas de prisão. Para Flávia, foi a primeira oportunidade que teve de conversar em português com alguém e com um brasileiro, já que com seus pais e irmãos é obrigada a falar em espanhol.

Sua preocupação no momento, além de saber se a operação a que precisa se submeter não a deixará estéril, é saber a situação de seu processo. O advogado Décio de Freitas está acompanhando o processo e denunciou a visita do Cônsul brasileiro como "uma encenação muito bem feita como aconteceu com o jornalista Flávio Tavares, há alguns meses", quando também recebeu uma visita consular.

Lembrou que "os comentários feitos naquela ocasião eram de que goza plena saúde física e mental, no entanto, ao ser libertado e expulso do Uru-

guai, muitas verdades vieram à tona, e, só então, se soube do tratamento que aplicaram nele antes da visita".

Décio de Freitas acredita que a mesma tática foi usada com Flávia Schilling:

"É muito simples de entender, agora, a razão da dificuldade de se obter uma permissão das autoridades uruguayas para se realizar a visita do representante do Itamarati. Só existe uma hipótese: durante este período, Flávia recebeu um atendimento especial, tanto alimentar como psicológico, para que, no momento da visita, causasse uma impressão favorável ao Sr Soares dos Santos. Não é novidade, pois Flávio Tavares confessou que não suportava mais ver comida na sua frente, na fase que antecedeu o contato com o representante do Governo brasileiro".

Esta é a segunda vez que Flávia é interna da penitenciária de Punta Rieles, local onde as condições parecem apropriadas a uma pessoa de saúde frágil. Houve um período de sua vida de prisioneira política em que ela e outras oito companheiras de prisão foram retiradas de Punta Rieles e transferidas para quartéis, mudando de prisão de três em três meses. Há dois anos voltou para Punta Rieles, quando sua vida teria entrado em uma rotina que lhe permitiu recuperar-se física e emocionalmente, afirmou-se em Montevideu.

Desrespeito diplomático

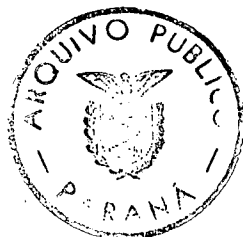
Ao anunciar que reiterará os pedidos que vem fazendo ao Ministério das Relações Exteriores brasileiro para ajudar Flávia Schilling, o advogado Décio de Freitas manifestou sua estranheza pelo fato de que a entrevista do Cônsul-Geral do Brasil com a prisioneira política foi assistida por um oficial uruguaio, fato que, na sua opinião, "é um desrespeito aos poderes diplomáticos".

Décio de Freitas pretende que o Governo brasileiro estimule o do Uruguai a observar os direitos de redução da pena previstos pela Convenção de Viena, que garante a liberdade para estrangeiros após cumprida metade da sentença, caso de Flávia, mas a disposição não é aceita pelo Governo do Uruguai que alega a necessidade de prisão preventiva para a brasileira, por considerá-la elemento de alta periculosidade.

Na opinião do advogado brasileiro, "está havendo uma falha voluntária nesta atitude do Governo uruguaio, pois, se oferece perigo à ordem do país, não seria mais lógico que a expulsasse? As leis internacionais garantem este direito, mas o Uruguai nega-se a aceitá-lo".

Em seguida, lamentou que "o Ministro diga que está tudo bem, quando, a seu lado, está um oficial do Exército. É óbvio que esta presença fazia parte do bloqueio contra Flávia. Mesmo sem falar, o simples fato do militar estar próximo aos dois foi suficiente para calar Flávia Schilling". E voltou a reivindicar a intervenção do Itamarati no caso da "prisão arbitrária de uma cidadã brasileira".

Posta
Prens. 10/11/78





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

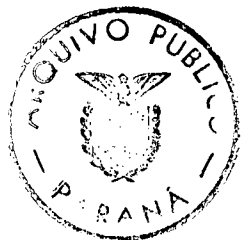
HISTÓRICO

O cônsul teve boa impressão de Flávia
O Estado São Paulo - 18/11/78

O cônsul-geral do Brasil em Montevidéu, Agenor Soares dos Santos, teve impressão favorável da prisioneira Flávia Schilling, em si, e do tratamento que ela vem recebendo na Penitenciária de Punta Rieles. Essa foi a única informação prestada, ontem à noite, pelo ministro Luís Felipe Lampreia, porta-voz

do Itamaraty, após comunicar-se com Agenor Soares dos Santos, que permaneceu ontem pela manhã durante duas horas e meia visitando Flávia Schilling e as instalações da prisão feminina onde ela está presa há seis anos, acusada de pertencer à organização dos Tupamaros.

*Posto
P.O. Político*





143

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Anistia pede
liberdade para
2 em SC**

RIO (Sucursal) ^{12/01/79} O movimento Feminino pela Anistia de Florianópolis encaminhou na semana passada ao presidente do Superior Tribunal Militar, almirante Hélio Leite, uma carta na qual pede providências que possam favorecer a libertação de dois presos políticos de Santa Catarina, **Newton Cândido** e **Teodoro Gercow**. No cárcere desde 1975, os dois tiveram a liberdade condicional rejeitada pela Justiça de Primeira Instância, apesar de já terem direito a ela.

HI

A carta explica que Teodoro Gercow já cumpriu mais da metade da pena que lhe foi imposta e Newton Cândido está condenado a quatro anos em dois processos pelo mesmo crime, o que lhe dá direito a unificação de penas e liberdade condicional. Além disso, o bom comportamento carcerário dos dois pode ser atestado pelo Conselho Penitenciário do Estado, que permitiu que os dois, durante um certo tempo, se beneficiassem do direito de portaria, "através do qual adquiriram liberdade para trabalhar fora da prisão e até visitar os familiares em São Paulo". Assim mesmo, a Auditoria Militar de Curitiba, que tem jurisdição sobre o caso, e que concedeu liberdade condicional a todos os indiciados no mesmo processo que eles, negou seu pedido de livramento.

Alega o MFA de Florianópolis que "o momento político favorece a realização da Justiça de forma mais aberta e tolerante", já que "prevalece o espírito democrático, onde a obediência às leis é parte essencial", favorece a adoção de medidas que permitam a libertação de Gercow e Cândido por "essa suprema Corte que, mesmo em tempos mais duros no que se refere ao quadro político e institucional do País, sempre agiu com espírito de Justiça nas suas decisões".



*Partido Político
Presos Políticos
Anistado em 17/01/79
Pujantes*

PT 1530.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Em favor de presos

9 Estado do Paraná, 15/11/79
A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Curitiba encaminhou, ontem, ofício ao juiz Djalma Goss, auditor da 5.ª Circunscrição da Justiça Militar, onde manifesta preocupação em torno da situação em que se encontram, na Prisão Provisória do Ahu, os presos políticos Newton Cândido e Theodoro Gheorcov.

Segundo a nota expedida, ontem à tarde, pela Comissão de Justiça e Paz, os dois presos vêm enfrentando, desde o mês de maio deste ano, problemas médico-alimentares, além de ser-lhes restringido o direito de visitas, comumente desfrutado pelos demais detentos do presídio.

O ofício da Comissão de Justiça e Paz pede que a Auditoria Militar reestude o pedido de liberdade condicional do preso Theodoro Gheorcov, que já ultrapassou em nove meses o tempo necessário, legalmente, para sua concessão. Solicita ainda que seja dado aos presos políticos o direito de, no dia de Natal, visitarem suas famílias.



*Carta
Presos Políticos
Arquivada em
05/10/1979*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

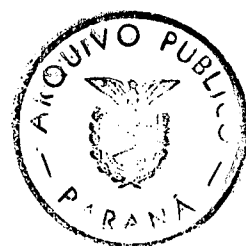
HISTÓRICO

Preso político ganha liberdade

*Journal do Paraná
24/11/78*

Recife — O preso político Ivanildo Sampaio Xavier, 44 anos, agricultor, foi posto em liberdade condicional, ontem, deixando às 8h: a Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, onde cumpriu seis anos e 10 meses de reclusão, da pena de

12 a que foi condenado, sob acusação de ter participado de um assalto à coletoria de Bodocó, sertão pernambucano. "Os entraves burocráticos dificultaram demais a libertação", disse a advogada Márcia Albuquerque.



*Arator
Pasta
Preso Político
Liberado em 08/02/79
Roberto*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

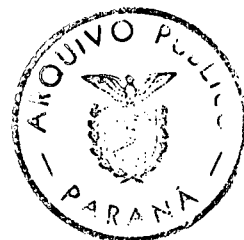
HISTÓRICO

**Por engano, preso
acaba não liberado**

Revista do Paraná 10/11/78
RECIFE — Com liberdade condicional concedida desde o dia 11 de outubro deste ano, o preso político Ivanildo Sampaio Xavier não conseguiu ser libertado ontem porque, por descuido do motorista da penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, ele foi apresentado à auditoria militar e não ao conselho penitenciário, que deveria soltá-lo.

Isso foi o que explicou o superintendente do sistema penitenciário de Pernambuco, sr. Antônio Medeiros, que classificou o fato de "lamentável equívoco", enquanto a advogada Mercia Albuquerque, defensora de Ivanildo, afirmava que "isso prova a insensibilidade das autoridades penitenciárias em fazer cumprir a lei, principalmente quando se trata de presos políticos".

Revista do Paraná





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Flávia
continua
presa**

Estado do Paraná 08/11/78

BRASÍLIA (AJB — O ESTADO)
— O chanceler Azeredo da Silveira pediu ao cônsul brasileiro em Montevideu, Agenor Soares dos Santos, informes urgentes sobre a brasileira Flávia Schilling Wesp, após receber uma carta assinada por 150 jornalistas brasilienses, entregue ao chanceler ontem. Silveira considerou que a carta entregue pelos jornalistas contém afirmações que eram desconhecidas pela chancelaria brasileira, tanto com respeito ao julgamento de Flávia pela Justiça Militar uruguaia, quanto com relação à forma como está detida a brasileira. O documento entregue pelos jornalistas afirma que Flávia foi condenada "em julgamento restrito, sem direito a defesa", teve posteriormente sua pena aumentada "em recurso jurídico duvidoso" e está presa há 6 anos, "em condições desconhecidas".



*Pasta
Pessoal Política*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Chanceler brasileiro quer
^{Jornal do Brasil - 09/11/78}
notícias de presa política
em Montevideu com urgência*

Brasília — Depois de receber carta em que 150 jornalistas da Capital afirmam que a brasileira presa no Uruguai, Flávia Schilling Wesp, foi condenada em julgamento restrito, sem direito a defesa e está presa em condições desconhecidas, o Chanceler Azeredo da Silveira pediu ao Cônsul em Montevideu informes urgentes sobre ela.

O Sr Silveira disse desconhecer as acusações feitas pelos jornalistas — que afirmam ainda ter sido a pena de Flávia aumentada em recurso jurídico duvidoso — e, por isso, voltou a insistir junto ao Cônsul Agenor Soares dos Santos para ter notícias da brasileira, providência, aliás, que já havia sido tomada pelo Itamarati.

DOIS PEDIDOS

Apesar de dois pedidos formais anteriores — informou ontem o Itamarati — as autoridades uruguaias ainda não deram autorização ao Cônsul Soares dos Santos para visitar a brasileira presa há seis anos. "Estamos novamente insistindo para que as autoridades uruguaias permitam a visita ao Cônsul", disse ontem o Ministro Luis Felipe Lampreia.

O novo pedido do Itamarati para visita a Flávia Schilling foi interpretado pela presidente do Movimento Feminino pela Anistia do Rio Grande do Sul, Sra. Mila Cauduro, como demonstração de que o Governo brasileiro está sendo sensível ao apelo da mãe

da detida feito à D Lucy Geisel e à D Dulce Figueiredo.

O MFPA gaúcho vem trabalhando desde setembro para conseguir a liberdade de Flávia, ou ao menos que lhe seja permitido receber a visita da mãe ou do Cônsul brasileiro. Para isto chegou a enviar a Montevideu uma de suas integrantes, Sra. Lígia Costa. Ela, porém, como o advogado de Flávia, Sr Décio Freitas, nada conseguiram.

O advogado Décio Freitas considera a demora das autoridades uruguaias em permitir a visita do Cônsul Schilling "um inequívoco e grave desrespeito" ao Brasil e lamentou a "escassa sensibilidade de nossa representação ante essa atitude desrespeitosa.



*Pasta
Pessoal Politicos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

Quinta-feira, 9 de novembro de 1978

Folha de São Paulo

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Vereador diz que foi testemunha de servícias em Alves

RIO (Sucursal) — O vereador Antonio Carlos de Carvalho, do MDB carioca, ex-presos político, foi uma das pessoas que testemunharam as torturas que teriam sido infligidas ao jornalista Mário Alves em 1979, ocorridas numas das celas da Polícia do Exército no Rio de Janeiro, e que logo após teriam lhe causado a morte.



Antonio Carlos defende apoio ao CBA

Esta revelação foi feita ontem à "Folha" pelo próprio vereador que assegurou, entretanto, não ter Mário Alves morrido nas dependências do 1.º Exército, mas sim no Hospital Central do Exército, para onde fora levado para medicação, conforme lhe teria informado a viúva do jornalista.

Considerando que "o momento é oportuno para que o Comitê Brasileiro pela Anistia tome posição com relação a muitas injustiças que foram feitas em nome da Revolução", o vereador Antonio Carlos de Carvalho autorizou o advogado Raimundo Teixeira Mendes a citá-lo no Congresso Nacional pela Anistia, realizado recentemente em São Paulo, como uma das testemunhas da morte de Mário Alves.

Segundo revela, antigos presos políticos haviam firmado entre si o compromisso de usar o nome uns dos outros para que certas situações pudesse afinal ser esclarecidas. No caso, ele afirma ter pedido autorização a outras testemunhas para citar seus nomes.

ORELATO

"Não posso dizer exatamente se foi no dia 12 ou 13 de janeiro de 1970 que chegou na PE o jornalista Mário Alves", disse Antonio Carlos. "Estávamos presos eu, o advogado Raimundo Teixeira Mendes, Manuel João da Silva, ferroviário de 75 anos residente em Três Rios, a mulher dele, detida em outra cela, o tenente Augusto Henrique Maria Dorneli Olivier, que perdera sua patente, e um homem preso por ter sido motorista de Apolônio de Carvalho", prosseguiu.

do que esta foi a primeira e última vez que o viu.

Muito machucado, Mário Alves teria sido levado em estado desesperador — com o estômago furado — para o Hospital Central do Exército, onde viera a falecer. Antonio Carlos revela que só soube disso tempos depois, através da viúva do jornalista.

AMEAÇAS

O vereador do MDB lembra também que ouviu, durante todo o interrogatório a que Mário Alves foi submetido, os interrogadores ameaçando introduzir um cassetete no ânus do interrogado, mas não pode garantir que a ameaça tenha sido concretizada. Por outro lado, afirma que durante a sua prisão conheceu um cassetete de borracha com cerca de 1 metro de comprimento e ôco, apelidado de "maricota". Esse instrumento foi abolido após a morte de Mário Alves, diz Antonio Carlos, levantando a hipótese dele ter sido usado contra o jornalista. Além da "maricota", o pau-de-arara teria sido também usado.



*Pasta
Presos Políticos*

O vereador emedebista lembra que na ocasião eles ouviram um grande alvoroço entre os policiais, dando a en-

PT 1530.191

guido prender uma pessoa muito importante. "Discutiam em voz alta que tinham prendido o "Vila", diz Antonio de Carvalho, acrescentando: "Levaram-no para ser interrogado numa sala ao lado da nossa. A parede da sala não ia até o teto e quem estivesse do outro lado ouvia todo o interrogatório, inclusive quando alguém era torturado".

De acordo com Antonio Carlos de Carvalho, ele e seus companheiros Manoel João e Augusto Henrique Olivier foram chamados na manhã seguinte para limpar a cela onde tinha sido tomado o depoimento do novo detido. Lá, eles viram no chão, coberto de água e muito sujo, o jornalista Mário Alves, "magro, de bigode curto, o capuz levantado até a altura dos olhos, balbuciando que lhe dessem água".

Ele não teve forças para beber, entretanto. "Estava num estado lastimável", afirma o vereador, lembran-



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**STM livra presos políticos
do Rio de pena de oito anos
de prisão dada em auditoria**

Journal do Brasil 09/12/38

Brasília — O Superior Tribunal Militar absol-
veu ontem Alex Polari de Alverga e José Roberto
Gonçalves Resende, que haviam sido condenados a
oito anos de reclusão por auditoria militar do Rio
de Janeiro como incurso no Artigo 23 da Lei de
Segurança Nacional: "Tentar subverter a ordem ou
estrutura político-social vigente no Brasil, com o
fim de estabelecer ditadura de classe, de Partido po-
lítico, de grupo ou individuo".

Alex e José Roberto participaram do sequestro
dos Embaixadores da Alemanha, Von Holleben, e
da Suíça, Giovanni Enrico Bucher. Alex foi pro-
cessado criminalmente 10 vezes e condenado em
cinco ações penais, recebendo um total de 69 anos
de reclusão, reduzidos para 61 pela decisão de on-
tem Roberto tinha um total de 66 anos de conde-
nação, reduzidos para 58.

SEM PROVAS

A Procuradoria da Justiça
Militar acusou Lúcia Veloso
Alverga, Zenaide Machado
de Oliveira e Carlos Alberto
do Carmo, além de Alex e
José Roberto, como partici-
pantes da Vanguarda Popu-
lar Revolucionária, de ter-
rem recebido auxílio finan-
ceiro do exterior para pro-
mover luta armada e derru-
bar o Governo brasileiro, e
acusou-os de formar o co-
mando Juarez Brito. Mas a
Procuradoria não teve ele-
mentos para provar a acu-
sação, o que resultou na ab-
solução de todos.

Inicialmente, os réus ha-
viam sido enquadrados no
Artigo 42 da Lei de Segu-
rança Nacional: "Consti-
tuir, filiar-se ou manter or-
ganização de tipo militar,
de qualquer forma ou natu-

reza, armada ou não, com
ou sem fardamento, com fi-
nalidade combativa". Todos
foram condenados a penas
que variam de 3 a 8 anos,
do mínimo ao máximo per-
mitidos nesse artigo.

Mas a sentença da audi-
toria foi mais tarde decla-
rada nula pelo STM, que
determinou fosse o julga-
mento realizado com base
no Artigo 23 da LSN, e não
no Art. 42. Os autos volta-
ram à auditoria que absol-
veu Lúcia Veloso Alverga,
Zenaide Machado de Olivei-
ra e Carlos Alberto do Car-
mo, condenando Alex e José
Roberto. Essa foi a decisão
reexaminada ontem pelo
STM.

A defesa dos réus foi fei-
ta pelos advogados Lino
Machado, Nélio Machado e
Augusto Sussekind de Mo-
raes Rego.



*Posta
Presos Políticos*

121



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

*STM reduz
duas penas*

BRASÍLIA (Sucursal) —
As penas impostas a Alex Polari de Alverga (69 anos de reclusão) e José Roberto Gonçalves Resende (66 anos) consequência de vários processos, inclusive dos que foram acusados pelo sequestro dos embaixadores da Alemanha, Von Holleben, e da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, reduziram-se em 8 anos por força da decisão declarada ontem pelo Superior Tribunal Militar, que os absolveu na ação penal em que eram acusados de pertencerem à Vanguarda Popular Revolucionária.



PT 1590.154



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

STM absolveu três acusados de terror

Secretaria do Paraná - 09/11/78

BRASILIA — O Superior Tribunal Militar absolveu ontem Alex Polari de Alverga e José Roberto Gonçalves, condenados pelo Auditoria Militar do Rio de Janeiro, acusados de pertencerem à vanguarda popular revolucionária, e manteve a sentença daquela auditoria que absolveu Lucia Veloso Alverga (esposa de Alex), Zenaide Machado de Oliveira e Carlos Alberto de Carmo, envolvidos no mesmo processo.

Alex Polari e José Roberto participaram do sequestro dos embaixadores da Alemanha e da Suíça, Von Hollemberg e Giovanni Bucher. Alex foi processado criminalmente 10 vezes e condenado em cinco ações penais, recebendo um total de 69 anos de reclusão, reduzidos para 61 por força da decisão de ontem. José Roberto tinha um total de 66 anos de condenação, reduzidos para 58.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

**Zaratini diz
que confessou
sob torturas**

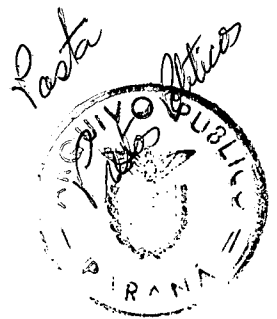
O engenheiro Ricardo Zaratini Filho negou, ao depor ontem na 2.ª Auditoria Militar da 2.ª CJM, as acusações de pertencer a partidos ilegais, argumentando que assinara os termos da denúncia após ser submetido a torturas no Doi-Codi.

Banido em 1969, Zaratini declarou ter retornado em abril de 1976, procedente da Argentina, usando sua verdadeira identidade, em virtude da distensão política. Revelou que após ser preso a 31 de maio último, passou 24 horas no Doi-Codi, órgão de segurança vinculado ao 2.º Exército, onde teria sofrido espancamentos e choques elétricos. Transferido para o Deops em seguida, disse que era constantemente ameaçado de retornar ao Doi", razão pela qual disse ter concordado em assinar os termos da denúncia, que ontem rejeitou.

Zaratini negou ter desenvolvido treinamento de guerrilha em Cuba e desmentiu ter sido membro do 3.º Exército da Aliança Libertadora Nacional. Frisou que sempre discordou da ALN, por entender ser possível a criação de um regime socialista no Brasil, através da própria democracia parlamentar.

O engenheiro classificou de falsa a acusação de ter contribuído financeiramente com o Partido Comunista Revolucionário ou com o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Negando pertencer a qualquer organização política que se enquadre na definição do artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, Zaratini disse ser favorável à livre organização de todas as correntes ideológicas, incluindo comunistas e socialistas, para que possam atuar legalmente, citando como exemplo a realidade política de Portugal.



124



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Comissão relata a situação de presos
O Estado São Paulo - 15/12/48

Da sucursal de CURITIBA

A Comissão Justiça e Paz de Curitiba enviou ontem ofício ao juiz auditor da 5ª Circunscrição Judiciária Militar, Djalma Goss, no qual manifesta preocupação pela situação dos presos políticos Newton Cândido e Theodoro Ghercov, que cumprem pena na prisão provisória do Ahu.

Segundo a Comissão Justiça e Paz, os dois presos "desde

malo deste ano vêm sofrendo dificuldades médicas alimentares, além de ser-lhes restringido o direito de visitas e de portaria, comumente desfrutado por presos em idênticas condições". O ofício propõe à auditoria que reestude o pedido de liberdade condicional formulado por Theodoro Ghercov, que já ultrapassou em nove meses o tempo mínimo exigido e pede ainda que o juiz-auditor Djalma Goss conceda liberdade de visita aos presos políticos durante o Natal.



PT 1590.194



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

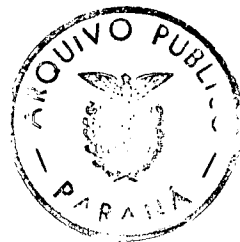
RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Acusada de
subversão
é internada**

25/11/76
for. Med. do Brasil
Recife — A presa política Selma Bandeira Mendes, médica, 30 anos, foi internada, ontem à tarde no Hospital da Polícia Militar de Pernambuco, por ordem do Juiz-Auditor da 7ª Circunscrição da Justiça Militar, para que seja diagnosticada a causa de hemorragias, tonturas, dores de cabeça, taquicardia e inapetência de que sofre nos últimos três meses.

Acusada de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário, ela está presa desde 8 de abril na Colônia Penal Bom Pastor. Há mais de 15 dias, uma equipe médica concluiu que Selma deveria ser internada para exames com urgência e, apesar de o Juiz-Auditor ter autorizado a internação, a Superintendência do Sistema Penitenciário somente determinou a providência anteontem.



*Pasta
Livre Político*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Recife do Brasil
Greve de fome impede liberdade

57/11/28
Recife — Sete meses antes do fim da pena a que foi condenado, o preso político Alanir Cardoso teve ontem seu pedido de liberdade condicional negado pelo Procurador-Militar José Nunes Costa, da Auditoria da 7a CJM, que disse não ter o presidiário boa conduta carcerária, uma vez que já participou de três greves de fome.

O parecer do Procurador acata decisão do Conselho Penitenciário que, por unanimidade, também negou a liberdade condicional para Alanir, baseando-se no mesmo fato. Na próxima semana, o Juiz-Auditor-Substituto Antônio da Silveira horas dará seu despacho sobre o caso e é provável que negue também a liberdade para o detento.

Pasta Presos Políticos



127



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

O perdão concedido anualmente pelo presidente da República exclui os que atentaram contra a segurança nacional e os viciados em drogas.

Geisel dá indulto de Natal, mas exclui crimes políticos

BRASILIA — Foram excluídos no decreto assinado ontem pelo presidente Ernesto Geisel, concedendo indulto e reduzindo penas, aqueles que tenham cometido crime contra a segurança nacional. A medida, considerada uma tradição brasileira, objetiva beneficiar os condenados que tenham disposição e condições para se reintegrar ao convívio social, sendo o indulto concedido à véspera do Natal.

Além daqueles que praticaram crime contra a segurança nacional, não podem se beneficiar com o decreto os condenados por delito que tenha por objeto entorpecente ou substância que cause dependência física ou psíquica, quando referida na sentença a condições de traficante, bem como por homicídio qualificado, roubo, sequestro e cárcere privado (quando a vítima tenha sido menor de 14 anos), extorsão qualificada e mediante sequestro, rapto não consensual, estupro e atentado ao pudor, além de crime doloso de perigo comum.

AOS PRIMÁRIOS

De acordo com o decreto presidencial, é concedido indulto aos condenados primários a quem tenha sido aplicada pena privativa da liberdade não superior a quatro anos, os quais, até 25 de dezembro, dela tenham cumprido efetivamente, no mínimo, um terço.

São igualmente beneficiados os condenados reincentes cuja pena aplicada não seja superior a três anos, e dela tenham efetivamente cumprido, no mínimo, dois terços. Já aos condenados primários que já tenham cumprido, no mínimo um terço da pena aplicada, é concedida redução, na seguinte proporção: a) um terço, se a pena for superior a quatro anos, até seis; b) um quarto, se a pena for superior a seis anos, até oito.

REQUISITOS

Constituem, ainda, requisitos para que o condenado obtenha o indulto ou a redução de penas não ter sido beneficiado por graça, indulto, redução ou comutação de pena, nos 10 anos anteriores ao decreto; não constar de decisão judicial reconhecimento de periculosidade, salvo se já estiver em gozo de livramento condicional, ter boa conduta prisional, reveladora de disposição e condições pessoais para a reintegração no convívio social, além de sincero esforço para alcançá-lo, se se tratar de redução de pena. É preciso ter boa conduta, reveladora de disposição e condições pessoais para a reintegração no convívio social, se, beneficiado com o livramento condicional, tiver cumprido perfeitamente as condições impostas e a pena aces-

sória, sendo o caso, sem ter sofrido advertência ou exacerbação das condições. Quando se tratar de condenados pela Justiça Militar, que não estejam cumprindo pena em estabelecimento civil, o parecer do Conselho Penitenciário - órgão que examinará quais os condenados portadores dos requisitos estabelecidos no decreto será substituído por informação da autoridade sob cuja custódia estiver o preso.

CONGRESSO DE ANISTIA

"Eu lamento que eles não tenham incluído no mesmo minuto de silêncio aqueles que foram mortos por Lamarca e Marighella" - essa foi a reação do coronel Rubem Ludwig, porta-voz do Palácio do Planalto, ao ser indagado ontem sobre a realização do I Congresso Brasileiro de Anistia, realizado em São Paulo e que fez uma homenagem aos dois terroristas com um minuto de silêncio. Quando lhe perguntaram, em seu encontro de ontem à tarde com a imprensa, como o governo viu o congresso, Ludwig fez a indagação: "Aquele em que fizeram um minuto de silêncio pelo Lamarca e pelo Marighella"? Em seguida observou que o encontro se realizou em um recinto fechado, definindo sua orientação, mas lamentava que os mortos pelos terroristas não tenham sido lembrados.



*Posto
Rubem Ludwig*

4
NACIONAL
DIARIO DO PARANA
1º Caderno

07/11/78



Legista afirma que Fiel Filho "morreu por estrangulamento"

Folha de São Paulo - 01/11/78

CARLOS ALBERTO LUPPI

"A morte do operário Manoel Fiel Filho a 17 de janeiro de 1976 ocorreu por estrangulamento e não por enforcamento. Lembro-me perfeitamente disso. Não detectei se foi cometido por terceiros ou pelo próprio operário porque isso não é da minha alçada e sim das autoridades policiais. Devo, entretanto, dizer, por dever profissional, que casos de estrangulamento são, na quase totalidade das ocasiões, casos de homicídio. O auto-estrangulamento é coisa raríssima na Medicina Legal e em 20 anos de profissão e já tendo feito milhares de necropsias, o caso do operário Fiel Filho seria o primeiro deles. Sem dúvida alguma é um caso sui generis na Medicina".

A declaração é do professor de Medicina Legal catedrático da Faculdade de Direito de Guarulhos José Antônio de Mello, autor da necropsia no cadáver do operário Manoel Fiel Filho, morto nas dependências do DOI-CODI do 2.º Exército a 17 de janeiro de 1976 e que, ontem, rompeu o silêncio com exclusividade para a "Folha". Segundo afirmou, "o laudo que dei na ocasião após examinar o corpo do operário em companhia de meu assistente dr. Luis Henrique, está perfeito, mas eu não emiti qualquer opinião a respeito do caso porque não é da minha alçada. No laudo médico eu não disse que foi suicídio, nem afirmei que se tratava de um caso atípico de auto-estrangulamento. Disse que foi estrangulamento, apenas e que me pareceu claro que o laço com as meias em volta do pescoço do operário havia sido feito com o operário em vida. Quanto aos aspectos policiais do caso não são e nunca foram da minha competência".

CONSCIÊNCIA TRANQUILA

O professor José Antonio de Mello — que mantém um consultório médico à rua João Ribeiro 253, na Penha, e que atualmente está licenciado do Instituto Médico Legal — ontem, mostrou-se surpreso quando foi informado de que a viúva do operário, dona Teresa de Lurdes Martins Fiel, vai entrar na Justiça contra a União para apurar as condições em que seu marido morreu em 1976. A surpresa foi maior ainda quando ele soube que até agora o caso não foi tratado judicialmente, "já que se trata de um caso totalmente atípico".

Ele não queria falar nada sobre o assunto principalmente porque sou funcionário público e não posso falar, mas como professor eu posso dar alguns esclarecimentos que acho justos". Revelou em seguida ter "a consciência muito tranquila com relação a este caso" afirmando ainda que "jamais admitiria ou admito qualquer pressão sobre meu trabalho profissional, tanto assim que em todas as necropsias feitas por mim apenas eu e um assistente ficamos na sala, ninguém, absolutamente ninguém mais".

CASO ATÍPICO

Naquela tarde de sábado de 17 de janeiro de 1976, o médico e sua equipe estavam de plantão no Instituto Médico Legal quando o corpo do operário morto no DOI-CODI chegou. Ontem, ele informou que não se lembra de como soube antes da necropsia — que se tratava de um indivíduo cuja morte havia ocorrido numa dependência do 2.º Exército: "Eu me lembro que quando fui fazer a necropsia, eu entrei sabendo que o operário tinha vindo do 2.º Exército. Não me lembro se foi por intermédio da guia. Não me lembro mesmo. Acho que a guia deve existir porque a gente não faz qualquer necropsia sem antes recebê-la da polícia com os dados da pessoa e o local onde morreu. Mas não me lembro ao certo".

Quando viu o corpo, ele logo observou que se tratava de um caso "totalmente atípico do ponto de vista da Medicina Legal". Ele explicou: "Em volta do pescoço estava amarrado um par de meias, uma ligada à outra pelas pontas dos pés. O laço estava feito da nuca em direção ao peito e com retorno à nuca onde então havia um nó. Imediatamente pensei em duas hipóteses, enforcamento ou estrangulamento mas logo ficou claro que se tratava de um caso de estrangulamento. A definição é técnica. Denomina-se enforcamento asfixia mecânica em que há embaraço à livre entrada do ar e também da saída, na árvore respiratória devido à constrição do pescoço por um laço suspenso num ponto fixo e acionado pelo

peso do próprio corpo do indivíduo. Devo salientar ainda que o enforcamento é um processo principalmente com o fito de suicídio. No caso do estrangulamento é diferente. Ele é a asfixia mecânica em que há embaraço à livre entrada ou saída do ar na árvore respiratória em virtude de constrição feita por laço que é acionado pela força muscular própria da vítima ou por estranhos ou, ainda, por outros mecanismos. Saliente-se que o homicídio é a forma de maior frequência nos casos de estrangulamento havendo porém casos de estrangulamento de ordem acidental, suicida e resultado de execução judicial, como há em certos países. O caso foi claro: estrangulamento".

— Não observei contusões no corpo do operário — continuou — e no pescoço havia os sulcos próprios de casos de estrangulamento. Não era e não é da minha alçada emitir qualquer julgamento a respeito da morte das pessoas que são submetidas a necropsias feitas por mim. Meu trabalho é detectar a causa da morte e eu me lembro perfeitamente que foi estrangulamento.

— Suicídio ou homicídio, dr.? — perguntou o repórter.

Não é da minha competência detectar isso — disse ele ontem.

— O sr. acredita no auto-estrangulamento doutor? — insistiu o repórter.

— Devo admitir que o auto-estrangulamento é coisa completamente sui generis na área da Medicina Legal. Em 20 anos de profissão e após fazer milhares de necropsias, o caso de Manoel Fiel Filho poderia ter sido o primeiro caso. Os próprios compêndios de Medicina Legal praticamente não relatam casos de auto-estrangulamento. Por isso insisto em afirmar que o caso é atípico — afirmou o professor José Antonio de Mello.

SUICÍDIO OU HOMICÍDIO?

Logo em seguida, ele tornou a explicar que "na Medicina Legal, o estrangulamento é típico de homicídio e não de suicídio". Afirmou de pois que "o estrangulamento é perfeitamente possível com duas meias amarradas nas pontas".

— Honestamente, professor. O sr. acha que foi um caso atípico de auto-estrangulamento? Se foi, como o senhor pode comprovar isso legalmente? — insistiu o repórter.

— O fato de que havia um nó nas meias na altura da nuca poderia sugerir o auto-estrangulamento. Isso, partindo-se do pressuposto de que um homicida não iria, certamente, estrangular uma pessoa e depois dar um nó na altura da nuca. O homicida dá um nó e pronto, estrangula a pessoa — afirmou.

— Com meias, doutor? — indaga o repórter.

É possível. O que pode ser estranho é que em casos assim de prisão, o prisioneiro esteja com meias. Ouvi dizer que até o cordão dos sapatos foi-lhe tirado".

Logo depois, o médico informou que não soube da existência do Inquérito Policial Militar para apurar o caso, instaurado pelo 2.º Exército, quando foi indagado se teria prestado alguma informação adicional ao IPM.

— Não, não fui chamado a depor no IPM — afirmou ele, acrescentando: "Acho que nada teria a acrescentar ao que está no laudo médico que detectou a causa da morte como estrangulamento. Insisto em afirmar que estou com a consciência tranquila, absolutamente tranquila."

— Na época, o dr. Harry Shibata não foi encontrado no IML e todos afirmaram que ele havia tirado férias e se encontrava caçando no Mato Grosso. O sr. não acha estranho? — perguntou o repórter.

— Não acho estranho não. O dr. Harry Shibata nada tem a ver com esse caso e mesmo se ele estivesse em São Paulo isso não teria a menor importância. Quem fez a necropsia fui eu, portanto, fui eu quem assinou a necropsia. Em consequência, eu sou o responsável total por ela. Tecnicamente ela foi perfeita".

O sr. se lembra da cor das meias, doutor? — insistiu o repórter.

— Não me lembro bem. Acho que eram de cor clara — afirmou.

— A dona Tereza de Lurdes, viúva do operário morto e que viu as meias durante o IPM, disse que as meias a ela apresentadas eram de cor escura... — disse o repórter.

— Já se passaram quase três anos, não me lembro bem, está no laudo, certamente — afirmou o professor.



*Posto
Povo*

PT 1530-11



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Presa política pernambucana denuncia que está doente, mas não a deixam se tratar

*Journal do Brasil
01/11/78*

Recife — "Meu estado de saúde se agrava a cada dia que passa. Hoje mesmo continuo com hemorragia, venho perdendo peso rapidamente e, apesar de o Juiz-Auditor José Bolivar Régis ter autorizado meu internamento num hospital, há 15 dias, nenhuma providência foi tomada neste sentido, e continuo no presídio, sem apresentar qualquer melhora."

A denúncia foi feita ontem pela presa política Selma Bandeira Mendes, 30 anos, médica, acusada de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário, ao assistir ao depoimento de duas testemunhas suplementares do seu processo, na Auditoria da 7a. CJM. Chorando porque se sentia mal, ela queria saber porque até agora não foi internada, como recomendou uma equipe médica que a examinou.

BUROCRACIA

Desde que foi presa, em maio deste ano, Selma Bandeira Mendes se queixa de problemas de saúde. Ao depor, como indiciada, disse que todo o dinheiro apreendido em seu apartamento, pela Polícia Federal, destinava-se a um tratamento de saúde que precisava fazer,

Há cerca de 20 dias, Selma foi examinada por uma equipe médica, composta de um clínico geral, um ginecologista e um psiquiatra. Ela queixava-se de hemorragia constante, dores de cabeça, tonturas, taquicardia e falta de apetite e eles concluíram que era necessário o seu internamento, o

mais depressa possível, para uma série de exames.

O Juiz-auditor José Bolivar Régis concordou com o internamento e o chefe do Serviço de Saúde da Superintendência do Sistema Penitenciário indicou o Hospital da Polícia Militar, para onde ela deveria ser transferida: "Me perguntaram se eu tinha preferência e eu disse que gostaria de ir para o IMIP (Instituto de Medicina Infantil de Pernambuco) onde fiz residência. O diretor de lá, inclusive, disse que não havia problema. Mas decidiram que eu iria para a Polícia Militar. E agora, o que sei é que um coronel não quer me receber. E eu continuo passando mal."



*Arquivo
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

*Amigos de Flávia Schilling
conseguirão dinheiro para
pagar hospedagem na prisão*

Journal do Brasil - 31/10/28
Porto Alegre — Amigos de Flávia Schilling prometeram a sua mãe iniciar no Brasil, tão logo seja feito o cálculo necessário, um movimento de subscrição a fim de arrecadar dinheiro para pagar as despesas de *hospedagem* do cárcere de Punta Rieles, obrigação que todo preso político uruguaio assume desde que ouve sua sentença. Sem o pagamento, não há libertação.

Sensibilizada pelo apoio que recebeu de autoridades estaduais e entidades privadas, Dona Ingeborg Schilling voltou ontem a Buenos Aires, já tendo delegado ao advogado Décio Freitas e outras pessoas amigas a iniciativa de contatos preliminares com organismos de refugiados políticos e brasileiros residentes em Portugal, França e Suécia, em busca de asilo para Flávia. A família da moça, de 24 anos, decidiu que, em liberdade, ela não virá para o Brasil porque aqui não poderá ter a companhia de seu pai, o exilado Paulo Schilling, que está na Argentina.

SÚPLICAS

Ontem à tarde, Dona Ingeborg enviou dois telegramas suplicando auxílio para a libertação de Flávia, que já cumpriu mais da metade da pena de 10 anos que recebeu por delito político no Uruguai e que não é beneficiada com a liberdade condicional e conséquentemente expulsão do país porque não tem advogado de defesa. A primeira mensagem foi dirigida à mulher do Presidente Ernesto Geisel, Dona Lucy. Outro telegrama, com "veemente apelo para que interceda junto seu ilustre esposo", foi enviado à mulher do Presidente eleito, Dona Dulce Figueiredo.

Em sua estada de uma semana no Rio Grande do Sul, quando também visitou parentes em Rio Pardo e Santa Cruz do Sul, Dona Ingeborg Schilling chegou à conclusão de que Flávia, em liberdade, precisará de toda atenção e dedicação para reintegrar-se à vida diária, especialmente porque está doente e ainda recupera a voz que parcialmente perdeu ao ser atingida na garganta com um tiro, quando foi presa. Precisar, por isso, o carinho direto da família. Através de telefonemas, ela decidiu com o marido que a moça irá para um país europeu onde seu pai e os demais familiares possam estar com ela, pelo menos nas primeiras semanas.

*Arquivo
Político*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Flávia pode ter sua
liberdade em breve**

passou do lavo 30/10/78

P. ALEGRE (AG/GP) — A mãe de Flávia Schling Ingeborg Wesp Schling, viaja hoje à noite para Buenos Aires depois de passar uma semana no Rio Grande do Sul, mantendo contatos para libertar sua filha que está presa no Uruguai desde 1972.

Um dos contatos mantidos pela sra. Ingerborg foi com dona Ecler Guazzelli, mulher do Governador, de quem recebeu na última sexta-feira a garantia de que ia procurar fazer tudo o que está a seu alcance para apressar a libertação de Flávia, segundo informou o advogado Décio Freitas.

POSITIVOS

Décio Freitas classificou de frutíferos os contatos mantidos pela mãe de Flávia. A sra. Ingerborg ontem foi visitar parentes na cidade gaúcha de Santa Cruz. Ela está proibida de entrar no Uruguai desde que foi expulsa há quatro anos junto com seu marido Paulo Schiling que hoje trabalha como jornalista na Argentina. O advogado Décio Freitas disse ontem que após 15 de novembro a mãe de Flávia virá de novo ao Brasil para, desta vez, ir a Brasília pedir auxílio de Dona Lucy Geisel.



*Passa
nos portões*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Preso não consegue liberdade

Recibuna do Paraná 26/10/78

RECIFE -- Por ter participado de greves de fome, o que é considerado indisciplina carcerária, o preso político João Bosco Rolemberg Cortes teve ontem, seu pedido de liberdade condicional indeferido pelo juiz auditor José Bolívar Regis, da 7ª CJM, que disse não ter o detento atendido a todos os pressupostos objetivos, para ser libertado.

No seu despacho, o juiz citou o parecer do diretor da penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, major José Siqueira, que acusa João Bosco de retratar, através da pintura, "aspectos imaginários e degradantes da penitenciária, seguindo a mentalidade de que é preciso projetar-lhe falsa imagem desumana para agitar a opinião pública contra o governo".



Anotar Livro Presos Políticos
Anotado em 01/11/78
Edilton



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

JORNAL DO BRASIL Quinta-feira, 26/10/78 19

**Preso político de Recife
tem liberdade condicional
negada por indisciplina**

Recife — Por ter participado de greves de fome, o que é considerado indisciplina carcerária, o preso político João Bosco Rolemberg Cortes teve, ontem, seu pedido de liberdade condicional indeferido pelo Juiz-Auditor José Bolívar Régis, da 7a. CJM, que disse "não ter o detento atendido a todos os pressupostos objetivos, para ser libertado".

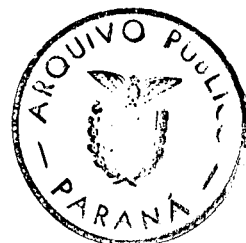
No seu despacho, o Juiz citou o parecer do diretor da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, Major José Siqueira, que acusa João Bosco de retratar, através da pintura, "aspectos imaginários e degradantes da penitenciária, seguindo a mentalidade de que é preciso projetar-lhe falsa imagem desumana para agitar a opinião pública contra o Governo".

NÃO SAI

Preso desde 1974, João Bosco Rolemberg Cortes foi condenado a cinco anos de reclusão por atividades subversivas no interior de Pernambuco e também em Sergipe. Apontado como membro do Partido Comunista do Brasil, foi ainda indicado como responsável pela redação e distribuição do jornal *Unir*, que as autoridades consideraram subversivo.

No despacho do juiz foram transcritos trechos do

parecer do diretor da Penitenciária onde está recolhido João Bosco Rolemberg Cortes, que se mostrou contrário a conceder a liberdade condicional por não ter o preso uma boa conduta carcerária. Como o bom comportamento é um dos principais elementos para concessão deste benefício, o procurador militar José Nunes Costa foi contrário a sua libertação e o juiz-auditor José Bolívar Régis acatou a decisão do Ministério Público, indeferindo o pedido de liberdade condicional.



*Posta Auditor
Preso Político*

Viúvas de presos políticos escrevem a Armando Falcão por notícias dos maridos

Journal do Brasil 27/10/78
Belo Horizonte — Mariluce de Souza Moura — viúva de Gildo Macedo Lacerda — e Maria Madalena Prata Soares — viúva de José Carlos Novaes da Mata-Machado — enviaram ao Ministro da Justiça Armando Falcão carta em que pretendem obter informações sobre seus maridos — ambos presos políticos — desaparecidos em 1973.

Mariluce Souza Moura quer reaver o corpo de seu marido ou obter o atestado de óbito. Maria Madalena conseguiu reaver o corpo do marido José Carlos mas não teve mais notícias do inquérito que mandou instaurar e garante que só conseguiu algum resultado por interferência de seu sogro, o professor Edgar Godói da Mata-Machado.

ABAIXO-ASSINADO

"Excelentíssimo Senhor Ministro

"As abaixo assinadas Maria Madalena Prata Soares e Mariluce de Souza Moura, viúvas, respectivamente, de José Carlos Novaes da Mata-Machado e de Gildo Macedo Lacerda, na oportunidade das constituições do CBA de Minas Gerais e quando se completam cinco anos da morte de seus esposos, vêm, perante Vossa Excelência, requerer se lhes proporcionarem informações sobre expedientes jurídicos ao tempo propostos e, ao que supõem, iniciados, para o que relembram os seguintes elementos de fato:

"No dia 1º de novembro de 1973, órgãos de segurança fizeram divulgar pela imprensa e outros meios de comunicação circunstâncias das prisões em São Paulo, de José Carlos Novaes da Mata-Machado e, em Salvador, de Gildo Macedo Lacerda, os quais, conduzidos para Recife, ali foram mortos, no dia 28 de outubro de 1973, "na Avenida Caxangá esquina com a Rua General Polidoro" aonde teriam sido levados para "um encontro com um subversivo de codinome Antônio... não identificado".

"2. O sogro da primeira signatária, professor Edgar de Godói da Mata-Machado, requereu:

"A. Ao Secretário de Segurança de Pernambuco a devolução a Belo Horizonte do corpo do seu filho José Carlos, expediente apresentado a 3 de novembro de 1973 e que teve solução no dia 15 do mesmo mês quando foi ele sepultado em Belo Horizonte.

"B. Ao Ministro da Justiça na sua qualidade de presidente do Conselho de Defesa dos Direitos do Homem abertura de inquérito nos termos do Art. 4º da Lei nº 4318, então vigente. Esse requerimento foi protocolado no dia 7 de novembro de 1973, no DA do Ministério da Justiça sob o nº 62461, sem que, até hoje, se tenha conhecimento de qualquer decisão tomada.

"C. Ao Exmo Sr Procurador-Geral da Justiça Mili-

tar, autoridade competente para determinar abertura de IPM, nos termos do Título 3º e Capítulo Único do Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1002 de 21.10.69) recebido pelo egrégio Superior Tribunal Militar foi tal expediente enviado ao Comando do IV Exército, em Recife, sem que, até a presente data, se tenha informação sobre andamento que lhe teria sido dado.

"3. A segunda signatária, à mesma época, na oportunidade da sua qualificação na Auditoria da 6a. Circunscrição Judiciária Militar, em Salvador (BA), solicitou ao auditor Ramiro Teixeira Bastos que lhe fossem concedidas explicações mais claras sobre as circunstâncias da morte do seu esposo e, mais, que lhe fossem concedidos o respectivo atestado de óbito, assim como a devolução do corpo de Gildo Lacerda. O Exmo Sr Juiz-Auditor determinou que se encaminhássem tais solicitações ao Departamento de Polícia Federal de Salvador, órgão responsável pela prisão do seu esposo.

"4. Posteriormente, através do advogado Osvaldo Mendonça, ainda a segunda signatária tentou seguir os mesmos passos do professor Edgar da Mata-Machado, mas uma série de dificuldades fez com que não se levassem a termo essas providências.

"5. Mais tarde, a advogada Ronilda Noblat, em Salvador, deu entrada a uma ação de investigação da paternidade de Tessa Moura Lacerda, filha de Gildo e da signatária, que não puderam ser registrada com o nome paterno. Nessa ação que ainda prossegue, a advogada volta a requerer seja entregue à família de Gildo Lacerda o seu atestado de óbito, essa, como as demais providências, a depender das informações que ora são solicitadas ao excelentíssimo senhor Ministro. Na expectativa de que lhes seja proporcionada Justiça, as signatárias apresentam a vossa excelência respeitosos cumprimentos. Maria Madalena Prata Soares; Mariluce de Souza Moura.

Mulher de ex-Deputado insiste em inquérito

A mulher do ex-Deputado Rubém Paiva, Dona Eunice Paiva, informou ontem que pelo Código de Processo Militar, o promotor da Justiça Militar no Rio de Janeiro tem obrigação de pedir uma investigação ou instaurar um inquérito para apurar o desaparecimento de seu marido.

Ela — que também é advogada — chegou a essa conclusão depois de consultar o presidente da Comissão da Justiça e Paz de São Paulo, Sr José Carlos Dias. Enquanto o promotor militar do Rio não tomar essa providência, ela não pode tomar outras medidas para localizar seu marido.



*Votos
Presos Políticos*

PT 1530-131



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Advogada
por via de imprensa
quer pressa
na soltura**

25/10/78
Recife — A advogada Mércia Albuquerque entrou ontem, na Auditoria da 7a. CJM, com uma petição onde solicita expedição do alvará de soltura para o preso político Ivanildo Sampaio Xavier, que há 15 dias teve sua liberdade condicional concedida pelo Juiz-Auditor José Bolívar Régis, mas até agora não foi libertado.

A advogada, culpa o Conselho Penitenciário pela demora "pois até agora não marcou o dia em que é realizada a cerimônia para os que deixam o presídio com liberdade condicional, o que vem prejudicando Ivanildo".

*Santa
Ivanildo*



Mães

renovam apelos

Da sucursal •
do serviço local

As mães de dois brasileiros presos no Exterior — Flávia Schilling, no Uruguai, e Flávio Koutzli, na Argentina — voltaram ontem a fazer apelos públicos para que as autoridades intercedam junto ao governo daqueles países para que suas penas sejam convertidas em expulsão, o que permitiria a ambos tratarem de seus problemas de saúde. Em Montevideu, nem mesmo o cônsul brasileiro obteve, até agora, autorização para avistar-se com Flávia para saber de suas necessidades.

A mãe de Flávia Schilling, Ingeborg Wesp Schilling, chegou ontem a Porto Alegre e deverá se entrevistar com a mulher do governador gaúcho, Ecléa Guazzelli. Ela também pretende viajar para Brasília, até o fim desta semana, para fazer o mesmo pedido a dona Lucy Geisel e à mulher do general João Baptista Figueiredo. Ao desembarcar no aeroporto Salgado Filho, procedente de Buenos Aires, Ingeborg Schilling informou que há quatro anos não vê sua filha. "Pela carta que recebi há 45 dias, tudo indica que ela está melhor do que já esteve; eu diria que ela está mais ou menos bem."

A tarde, durante entrevista coletiva na Assembléia Legislativa gaúcha, dona Ingeborg disse que, embora esteja muito contente com a repercussão de seu caso, "Flávia anda bastante nervosa; sofre de asma e de gastrite crônica, que é chamada de doença das prisões, geralmente é causada pela alimentação".

Segundo o advogado Décio Freitas, contratado pela família Schilling e que ontem acompanhou dona Ingeborg na entrevista coletiva, "não há nada que impeça a libertação de Flávia. Pelo contrário — se fossem cumpridas as determinações legais, ela já estaria livre desde 24 de novembro do ano passado".

O brasileiro Flávio Koutzli, 35 anos, preso desde 1975 na Argentina, foi recentemente transferido de prisão e seu estado de saúde é muito precário. Segundo informou ontem sua mãe, Clara Koutzli, os dois advogados argentinos contratados pela família estão recorrendo da sentença que condenou Flávio a seis anos e meio de prisão e pedindo a redução ou anulação da pena. Para que a sua expulsão da Argentina seja acelerada, sua mãe também pretende conseguir, nos próximos dias, uma audiência com o presidente Geisel.

Apesar de sempre ter sido muito saudável, contou sua mãe, há um ano, Flávio começou a ter problemas de pressão arterial e má irrigação do ventrículo esquerdo — e, por consequência, insuficiência cardíaca — e foi internado várias vezes. Preocupada, sua mãe entrou em contato com o cônsul brasileiro na Argentina, Ruy de Miranda e Silva, que determinou que um funcionário do consulado fosse visitar Flávio duas vezes para tomar conhecimento do seu estado de saúde.

Por esta razão, Clara Koutzli está lutando para que o governo brasileiro solicite a expulsão de Flávio o mais rápido possível. "Ele já tem o status de refugiado da ONU e um visto para entrar na França. Estando lá, ele terá condições de resolver seu problema judicial no Brasil e se recuperar."



*Política
Pessoal*

136

PT 1590.191



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Itamaraty volta a
pedir contato com
presa no Uruguai**

Estado São Paulo 26/10/48

Das sucursais

Nos primeiros dias desta semana, o governo brasileiro fez nova solicitação ao Uruguai, para que o cônsul do Brasil em Montevideu possa visitar a prisioneira brasileira Flávia Schilling, detida nesse país por razões políticas. A informação foi divulgada ontem pelo porta-voz do Itamaraty. O primeiro pedido foi feito há três semanas, mas até agora não houve resposta do governo uruguaio.

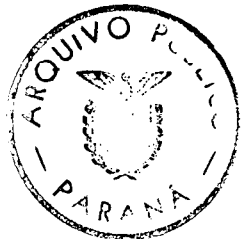
O ministro Lampréia negou que a participação do cônsul possa ter interferência positiva no andamento do processo junto ao governo uruguaio com vistas à expulsão de Flávia. A visita destina-se, exclusivamente, segundo determina a convenção de Viena, a verificar as condições carcerárias da prisioneira, comprovar seu estado de saúde e ouvir dela um relato geral sobre a prisão.

FREIRE

O pesquisador em pedago-

gia Paulo Freire, há dez anos fora do País, é o principal convidado da Universidade Estadual de Campinas para o I Seminário de Educação Brasileira, promovido pela Faculdade de Educação nos dias 20, 21 e 22 de novembro. Freire, embora tenha solicitado há 10 meses um passaporte à embaixada brasileira de Lisboa, ainda não recebeu o documento nem qualquer esclarecimento.

O professor Francisco Belfort, da USP, encaminhou uma carta ao ministro Azeredo da Silveira pedindo a intervenção do Itamaraty no processo. No documento, firmado também por representantes das Pontifícias Universidades Católicas de Campinas e São Paulo, os educadores destacam que o professor Antônio Rezende, da Unicamp, revelou intenção de contratar Paulo Freire desde que ele possa permanecer regularmente no Brasil.



*Postar
nos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Journal de Brasil
**Mãe de presa
no Uruguai
26/10/71
não vai à TV**

Porto Alegre — A mãe da brasileira Flávia Schilling, presa em Montevideu e com direito à liberdade condicional por já ter cumprido mais de metade de sua pena, foi impedida ontem, pela Censura Federal, de dar entrevista a uma emissora de televisão da Capital gaúcha, no programa Ponto Visão, às 12h. O advogado de Flávia, Sr Décio Freitas, convidado há dias pelo mesmo programa, também fora impedido de comparecer.

Dona Ingeborg Schilling será recebida hoje em audiência pela mulher do Governador do Estado, Sra Ecléa Guazzelli, e pedirá que ela interceda junto às autoridades federais visando à libertação de sua filha Flávia. Em Porto Alegre desde segunda-feira, D Ingeborg pretendia ir a Brasília entrevistar-se com as Sras Lucy Geisel e Dulce Figueiredo para pedir que elas sensibilizassem seus maridos para o problema de Flávia. Entretanto, obrigações profissionais fizeram-na voltar com urgência a Buenos Aires, onde mora. Seu advogado Décio Freitas será portador de suas cartas a D Lucy e D Dulce.



*Setor
Assessoria Política*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME: _____
 FILIAÇÃO: _____
 PROFISSÃO: _____
 RESIDÊNCIA: _____

Jornal do Brasil
Incurso na
LSN ^{11/12/73} sai com
condicional

Recife — Condenado a 12 anos de reclusão por assalto, o preso político Ivanildo Sampaio Xavier, agricultor, 42 anos, recolhido à Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, teve sua liberdade condicional determinada ontem pelo Juiz auditor da 7a. CJM, Sr José Bolívar Regis.

CO

No longo despacho de 12 páginas, o Juiz, citando o jurista Basileu Garcia diz: "A pena não tem como objetivo intimidar, somente, nem cuida exclusivamente castigar, porquanto se pretende, cada vez mais, que ela condicione uma saudável atmosfera propícia à reeducação do sentenciado, a fim de que se reintegre à coletividade, como elemento útil".

A LIBERDADE

O pedido de liberdade condicional para Ivanildo Sampaio Xavier foi feito por sua advogada, Sra Mércia Albuquerque, há mais de seis meses, quando o preso já havia cumprido mais da metade da pena. O Procurador Militar, assim como o Conselho Penitenciário Estadual foram favoráveis e, ontem, o Juiz auditor acatou o parecer, determinando que o preso seria posto em liberdade.

Acusado de ter favorecido um assalto na coletoria de Bodocó, sertão de Pernambuco, quando teria utilizado seu carro para fugir com os assaltantes, Ivanildo Sampaio Xavier, na época do crime (27 de agosto de 1971) era candidato a Prefeito de Serrita, também no sertão, pela Arena. Denunciado como incurso no Artigo 28º da Lei de Segurança Nacional, foi condenado a 12 anos de reclusão e cumpre sua pena desde fevereiro de 1972.



Posta
Casos Políticos



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Flávia continua sem assistência

9 Estado de São Paulo 10/10/78

Das sucursais

Vinte e três dias depois de o Itamaraty ter determinado ao Consulado Geral do Brasil em Montevidéu que dê assistência médica e jurídica à jovem gaúcha Flávia Schilling, presa há quase 6 anos na penitenciária de "Punta Rieles", os representantes diplomáticos brasileiros não tinham conseguido avistar-se com a moça. No domingo, o cônsul geral, Agenor Soares dos Santos, dizia apenas que já solicitara autorização para a visita e estava aguardando a decisão das autoridades militares.

Antes disso, o cônsul adjunto, José Dácio Afonso Miranda, deu uma entrevista dizendo que a primeira visita a Flávia pode sair na quinta-feira, conforme comunicação do Superior Tribunal Militar do Uruguai, que condenou Flávia. Embora negando-se a responder a outras perguntas ("são normas do Itamaraty"), José Dácio explicou que a visita consular é uma figura jurídica com objetivos claros. "Vamos, disse, conhecer a situação da detida, saber se está com seus direitos assegurados e, então, informaremos ao Itamaraty, que dará divulgação ao relatório da visita".

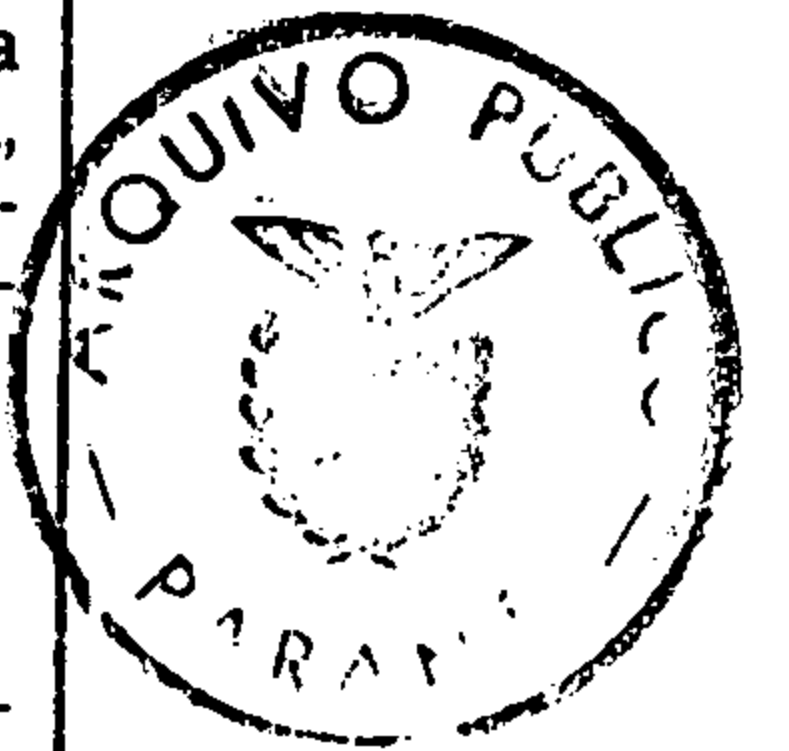
O advogado Décio Freitas e um jornalista brasileiro, que também tentaram entrevistar-se com Flávia, não conseguiram

permissão do comandante da penitenciária, apesar de promessa nesse sentido, feita pelo presidente do Supremo Tribunal Militar, coronel Frederico Silva Ladesma. Os dois, em épocas diferentes, estiveram em "Punta Rieles" (a 14 quilômetros de Montevidéu), mas não conseguiram ir além da cerca de arame farpado.

Ontem, foi revelado um novo detalhe sobre o caso: depois que a situação de Flávia começou a ser noticiada pela imprensa brasileira, o STM uruguaio nomeou-lhe, como defensor de ofício, o coronel Maria A. Rodrigues, que não é advogado. Procurado por Décio Freitas e jornalistas brasileiros, o coronel demonstrou que não conhecia o processo contra Flávia; que não sabia exatamente a quantos anos ela havia sido condenada e, mais ainda, admitiu que nunca tinha falado com a moça.

Apressou-se, porém, em dizer que "é mentira" tudo que a imprensa brasileira tem publicado sobre o estado de saúde de Flávia. Quando um repórter perguntou sobre a saúde da jovem gaúcha, o coronel respondeu: "Nunca falei com ela, mas, se estivesse doente, as autoridades a teriam enviado para o Hospital Militar. E, à pergunta sobre onde ela se encontrava, respondeu: "Deve estar na cadeia". E, assim, deu por encerrada a entrevista de dez minutos.

*Post
Dácio Freitas*



Arcebispo visita estudante

O arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, foi ontem ao presídio Mourão Filho visitar o estudante de Sociologia Edval Nunes da Silva, o Cajá, que até hoje deverá ser transferido para a Penitenciária Barreto Campello, em Itamaracá, ou para um dos quartéis da Polícia Militar, conforme decisão do auditor-substituto, Antônio Pereira Rosas.

D. Hélder explicou que a

visita foi apenas de rotina, entretanto, o despacho de transferência restringirá visitas a Cajá, com exceção apenas para seus familiares e para os advogados de defesa. Até o final do expediente de ontem a Superintendência do Sistema Penitenciário não tinha recebido o ofício para transferência e não ficou resolvido se o estudante se juntará aos demais presos políticos ou se ficará em unidade da Polícia Militar.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Journal do Brasil -
Política que
08/12/78
é absolvida
fica presa

CO

A presa política Norma Sá Pereira Rego Torres, que cumpria pena de 12 anos no Presídio Talavera Bruce, em Bangu — da qual foi absolvida, sexta-feira última, pelo Superior Tribunal Militar, por falta de provas — não será libertada, pois ainda existe contra ela ordem de prisão preventiva, na 2a. Auditoria da Marinha.

Há seis anos presa, Norma já fez, por duas vezes, greve de fome em protesto contra o isolamento a que são submetidos os presos políticos. O seu advogado, Augusto Sussekind Moraes, acredita que ela ganhará a liberdade, no próximo mês, quando será reexaminado, naquela Auditoria, o pedido de prisão preventiva, já que muitos dos envolvidos nesse processo estão aguardando o julgamento em liberdade.

Na sua condenação agora anulada, Norma era acusada por um assalto ao Supermercado Ideal, no Rio, em 1971, quando, então, se encontrava fora do país, no Chile.

Processo Político





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

JORNAL DO BRASIL Sábado, 7/10/78 1º Caderno

Associações gaúchas pedem a Presidente uruguaio que solte estudante brasileira

Porto Alegre — Salientando que Flávia Schilling "é à única brasileira presa política no exterior", a presidenta do Movimento Feminino pela Anistia, Sra Mila Cauduro, entregou, ontem, ao Consulado uruguaio desta Capital carta-apelo endereçada ao Presidente do Uruguai, Sr Aparicio Mendez, "em favor da imediata libertação da estudante." Várias associações assinaram o documento.

O Chanceler do Consulado uruguaio, Sr Celino Machado Leal, ao receber a carta, assegurou: "Podem ficar descansados que o Consulado encaminhará o documento o mais breve possível".

CARTA

Assinada por 6 representantes de diferentes setores do Rio Grande do Sul e do país, a carta-apelo deveria ser entregue ao Cônsul uruguaio, Sr Daniel Vidal, o que não foi possível ontem, segundo explicação do Sr Celino Machado Leal, porque "o Cônsul estava aguardando um telefonema do Embaixador uruguaio".

Entre os que assinaram a carta-apelo estão o presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa, Sr Alberto André; o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sr Demétrio Ribeiro; o presidente da Seção gaúcha do IAB, Sr Telmo Borba Magadan; a presidente da Associação dos Sociólogos do Brasil (RS), Sra Maria Luisa Jaeger; o presidente do Conse-

lho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Sr Carlos Martins; o presidente da Associação gaúcha de Médicos Residentes, Sr João José Caraméz; o presidente do DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sr Fredo Ebling e o presidente do Setor Jovem Metropolitano do MDB, Sr José Carlos Oliveira.

Flávia Schilling foi condenada a 10 anos de prisão, já tendo cumprido seis anos, e tem por isso direito à liberdade condicional. De acordo com a carta, "sua condição de estrangeira e a liberdade antecipada, implicariam sua expulsão do Uruguai, garantida pelo *status* de refugiada política concedido pelo Comissário das Nações Unidas."

*Carta
Pessoal*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

REGISTRO DE INTERVISTAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Alex Polari de Alverga.

Edna de São Paulo
Preso político
lança livro *06/11/78*
de poesias

RIO (SUCURSAL) — O poeta Alex Polari de Alverga, 27 anos — condenado a oitenta anos de prisão — terá seu livro de estréia lançado hoje, às 20 horas, na ABI. O livro, "Inventário de Cicatrizes", foi editado pelo teatro Ruth Escobar e pelo Comitê Brasileiro de Anistia.

A linguagem de Alex, segundo o escritor Elias Fajardo da Fonseca, "sem ser demagógica, é intensamente política, no sentido mais elevado do termo. Além disso, Alex não tem medo de sujar as mãos e mergulhar, sem preconceitos, no erotismo mais intenso. Sua sensibilidade e consciência são seus "critérios maiores". Segundo Fajardo, um dos poemas mais bonitos de Alex Polari é "Zoológico Humano":

"O que somos
É algo distante
Do que fomos
ou pensamos ser.
Veja o mundo:
ele se move
sem nossa interferência.
Veja a vida:
ela prosségue
sem nossa licença
Veja sua amiga:
ela se comove
por outros corpos
que não o seu
Somos simplesmente
o que é mais fácil ser:
lembança
sentimento fóssil
referência ética
apenas um belo ornamento
para a consciência dos outros
A quem interessar possa:
Estamos abertos à visitaçã
pública
sábados e domingos
das 8 às 17 horas.
Favor não jogar amendoim"

*Posta
Nosso Político*





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO

Flávia, assunto proibido

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Das sucursais

Estado Sabão - 04/10/78

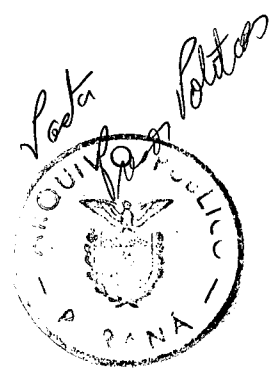
A Censura Federal em Porto Alegre proibiu, ontem, que o advogado Décio Freitas fosse entrevistado durante o programa "Portovisão", da Televisão Difusora, quando pretendia relatar a situação da brasileira Flávia Schilling, presa há seis anos na penitenciária de Punta Rielles, perto de Montevidéu. Segundo produtores do programa, um funcionário da Censura Federal telefonou segunda-feira à tarde perguntando se Décio Freitas, que seria entrevistado ontem ao meio-dia, era o advogado contratado pela família de Flávia Schilling e, com a resposta afirmativa, disse que ele não poderia ser entrevistado para "não abalar as relações entre os dois países".

Prescrita punição de Maria José

O Supremo Tribunal Federal declarou ontem extinta a punibilidade de Maria José Jaime, acusada de atividade subversiva, como membro da Ação Popular, em 1970. Maria José Jaime respondeu a processo perante a 1ª Auditoria Militar de São Paulo e foi condenada a cinco anos de reclusão.

O Superior Tribunal Militar reduziu a pena para dois anos e um mês. Mesmo assim, Maria José Jaime, que sempre negou a acusação, a recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Segundo a defesa, o que se impunha era a sua absolvição, já que nove das testemunhas arroladas pela Procuradoria Militar não se referiam a ela expressamente, "nem poderiam se referir, porque Maria José Jaime não se encontrava no País na época em que se diz ter havido aquela reunião". Para o Supremo, porém, essas alegações eram superfluas, porque a condenação data de seis anos e está extinta a punibilidade pela prescrição.

Internada numa clínica em São Paulo, à disposição da Justiça, Maria José será posta em liberdade nas próximas horas.





Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Polícia Federal
O Estado São Paulo 04/10/78
ouve ex-deputado
durante 7 horas

O ex-deputado estadual Fernando Perrone — cassado com base no AI-5 — que estava fora do País desde 1968 e que retornou no último dia 27, para uma permanência de um mês, prestou declarações ontem no DOPS da Polícia Federal, no bairro de Higienópolis, durante sete horas.

Perrone foi acompanhado de seu advogado José Carlos Dias, mas ficou sozinho. O policial que o interrogou disse chamar-se Ramiro e aconselhou o advogado a "não se preocupar" porque seu cliente seria bem tratado. Das 9 às 12 horas, o ex-deputado respondeu a uma série de perguntas sobre suas atividades na Europa. Foi dispensado para almoçar na casa de seus pais, onde está hospedado, e retornou pouco antes das 14 horas. Somente às 17e30 Fernando Perrone, depois de tomar um café, recebeu o aviso de que estava liberado e, antes de sair, o policial Ramiro disse-lhe que

deveria voltar para novo interrogatório na próxima segunda.

O ex-deputado, que ao chegar ao Brasil já prestara declarações ao DEOPS paulista e aos federais em Viracopos, explicou que está em São Paulo para montar uma pesquisa sobre a imprensa brasileira para a Fundação Ford. Contou que deixou o País em 1968, seguindo para o Chile, onde foi professor-chefe do Departamento de Comunicações da Universidade de Concepción, durante dois anos. Em 1971, mudou-se para Paris, como correspondente de um semanário chileno. Lá, doutorou-se na Sorbonne em Sociologia da Comunicação. Atualmente, é professor da Universidade Paris-Norte.

Fernando Perrone informou que os federais quiseram saber sobre os brasileiros com os quais manteve contato na Europa e se conheceu determinadas pessoas de uma lista que lhe foi apresentada.



Posta Reson Político



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Advogados pedem
libertação de
presos políticos**

Os advogados Idibal Piveta e Paulo Gerab, que assistem quatro dos oito presos integrantes da Convergência Socialista, apresentaram ontem um pedido de libertação dos acusados ao juiz-auditor da 2.ª Auditoria Militar, Nelson da Silva Machado.

Na petição eles argumentam que a continuidade da prisão de seus clientes é ilegal, porque não foi solicitada pelo comandante da 2.ª Região Militar conforme determina o artigo 18 do Código de Processo Penal Militar. E acrescentam que o Deops não pediu, por sua vez, a prorrogação da prisão dos membros da Convergência ao requerer anteontem, à Auditoria, a extensão do prazo para a conclusão do inquérito. Por fim, dizem os advogados, não se pediu também a prisão preventiva dos acusados, "de forma que entendemos que os acusados deveriam estar soltos".

Em seguida eles afirmam na petição que os presos, possuem todos os requisitos para "tornar descabível a decretação de suas prisões preventivas. Têm residência e empregos fixos, e comprovaram a matrícula regular em escolas".

No final Piveta e Gerab defendem a posição de que a Justiça Militar não tem a competência para processar o inquérito.

Embora a petição tenha sido apresentada em nome de quatro dos oito presos pertencentes à Convergência, a decisão do juiz-auditor, em caso positivo, deverá beneficiar a todos os presos. Bernardo Viana Marques Ceteira, Waldemar Melstein, Edson Silva Coelho, Ronaldo Eduardo Almeida — defendidos pelos dois advogados e mais José Creton, Arnaldo Fechereuner, Maria José Lourenço e José Welwochik.



*Arquivo
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Mãe quer ver
filha presa
no Uruguai**

Journal de Brasil 11/09/78
Porto Alegre — Com a

decisão de procurar o presidente do Superior Tribunal Militar do Uruguai, General Silva Ledesma, para apelar que, por motivos humanitários, permita que a brasileira Flávia Schilling receba a visita da mãe, que não vê há quatro anos, o advogado Décio Freitas viaja hoje a Montevideu disposto a contratar um colega uruguaio que obtenha a comutação da pena de nove anos por crime político, cuja metade Flávia já cumpriu.

O advogado gaúcho embarcou ontem para Buenos Aires para avistar-se com o pai de Flávia, o exilado brasileiro Paulo Schilling e sua mulher, Dona Ingeborg. Ex-assessor do Sr Leonel Briozola, ele se asilou no Uruguai em 1964 mas foi expulso daquele país em 1975, quando a filha já cumpria pena no presidio feminino de Rieles.



Parte Presos Políticos



148

JUSTIÇA

Advogado vai ver Flávia em Montevideu

O advogado Décio Freitas viajará na próxima semana para o Uruguai com o objetivo de se informar junto à Embaixada do Brasil em Montevideu sobre a situação de Flávia Schilling, 24 anos, que cumpre pena de dez anos na prisão feminina de Punta Rieles. Flávia, uma das três filhas do economista Paulo Schilling, ex-assessor do Sr. Leonel de Moura Brizola no governo do Rio Grande do Sul, foi presa no dia 21 de novembro de 1974, na capital uruguaia, sob a alegação de desenvolver atividades subversivas. Na ocasião, a brasileira, acusada de ligações com os tupameros, recebeu um tiro na nuca, que lhe atravessou a faringe, a laringe e a epiglote. Submetida a julgamento, foi condenada a dez anos de prisão.

Sem advogado. Há dois anos sem advogado, Flávia Schilling já poderia ter sido libertada, de acordo com a legislação uruguaia. Mas é justamente a falta de um defensor que tem embaraçado sua libertação. "É inadmissível — disse Freitas a MANCHETE — que seja negado a uma pessoa um dos direitos humanos mais elementares, como o direito a um advogado. Ou seja, o próprio direito de defesa. No momento em que se desfralda a bandeira da anistia no Brasil, não podemos permanecer indiferentes à sorte de uma compatriota, que sofre num cárcere no exterior. Vou a Montevideu para ver o que posso fazer por Flávia Schilling." Além de todos esses problemas, a família Schilling não pôde tomar qualquer providência em defesa de Flávia porque o economista Paulo Schilling foi expulso de Montevideu em 1975, vivendo desde então em Buenos Aires. Mesmo assim, Schilling obteve para a filha, junto ao Alto Comissariado das Nações Unidas, o *status* de refugiada política, o que permite sua entrada em qualquer país europeu, "embora se trate de uma brasileira na posse legítima de sua cidadania", segundo observa Décio Freitas. O advogado lembra ainda que Flávia, ao ser presa, estudava Medicina em Montevideu, onde, a partir dos dez anos, cursou o ginásio. Quando se desencadeou a repressão policial em Montevideu, Flávia afastou-se totalmente do movimento estudantil, o que, segundo acrescenta, tornou a prisão arbitrária. (Guaracy Cunha/Porto Alegre).



Posto
Pessoa Político

PT 1590. 134

16/09/78
151
1.328

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

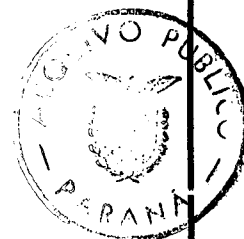
NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Advogados</p> <p>querem anular</p> <p><i>Folha de São Paulo 31/08/78</i> Três advogados — cujos clientes se encontram presos no Presídio da Justiça Militar em São Paulo (Barro Branco) — pediram ao presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil para que interceda junto ao juiz-auditor da 1.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar, no sentido de tentar obter a anulação da remoção dos presos Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos, já instalados naquele presídio.</p> <p>Em carta dirigida ao presidente da seccional da OAB, os advogados Júlio Fernando Toledo Teixeira, Luiz Eduardo Rodrigues Greenhalg e Maria Regina Pasquale lembram a incompatibilidade existente entre os dois referidos presos e o restante dos detidos.</p> <p>Em consequência, advertem que forçar um convívio entre eles “acarretará cabal insegurança a todos os detentos”.</p> <p>Os advogados ponderam que a possibilidade de tal conflito interessa apenas “aos que querem torpedear, ainda mais, a ordem jurídica e obstaculizar o aperfeiçoamento das instituições”.</p> <p>Segundo o seu raciocínio, os que não desejam este aperfeiçoamento esperam a ocorrência do conflito num presídio político para tentar demonstrar “a inviabilidade do restabelecimento das liberdades democráticas”. Daí o caráter provocador da insistência de Amândio e Adilson em pretenderem conviver com o restante dos presos, argumentam os advogados.</p> <p>Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos foram presos há alguns meses e julgados pela Justiça Militar, sendo condenados por delitos políticos que repudiaram publicamente. Após a sentença, o juiz-auditor determinou a transferência de ambos do Presídio do Hipódromo para o da Justiça Militar Federal, ato que foi repudiado por todos os presos recolhidos a este último, diante da hostilidade que as declarações de repúdio de Amândio e Adilson provocaram.</p>

*Posto
de
Ordem
Política*



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME

Pront. N.º

João de S. Paulo
Novas denúncias em Itamaracá 24-8-78.

RECIFE (Correspondente) — Os presos políticos da penitenciária de Itamaracá denunciaram ontem, em carta ao juiz-auditor José Bolívar Régis, uma série de arbitrariedades cometidas pela administração carcerária contra o preso José Pedro da Silva. Na carta, os 18 presos argumentam que a decisão do Conselho Penitenciário do Estado, negando o pedido de liberdade condicional a José Pedro da Silva, teria se baseado num relatório da administração de Itamaracá. Este relatório, ao ver dos presos, terifa prestado informações tendenciosas sobre José Pedro da Silva, motivando a negação ao seu pedido de liberdade condicional.

“Há mais de dois anos José Pedro da Silva faz jus ao benefício que lhe é assegurado em dispositivo do Código de Processo Penal Militar. Durante esse tempo, os organismos penitenciários (a Susipe, a direção, etc.), não mediram esforços para retardar o mais possível os encaminhamentos burocráticos necessários ao caso” — denuncia a carta.

Lamentando que as providências burocráticas tenham tomado todo um ano, os presos advertem que “a evidente demonstração de descaso e mais ainda a evidência de que se trata de mesquinha campanha de perseguição estaria por vir quando os termos do relatório se tornaram públicos”.

A seguir, os presos negam o que qualificam de “grosseiras acusações” feitas contra Pedro José da Silva no relatório, tais como ter desrespeitado os médicos e provocado os guardas da penitenciária. E explicam que a punição de 70 dias sofrida por Pedro José da Silva decorreu de uma atitude da direção de Itamaracá, que “o havia chamado em audiência e deixara-o mais de uma hora à espera, tentando visivelmente provocar uma reação nervosa, o que foi de fato conseguido, não sendo isso de estranhar por se conhecer as condições particulares do estado de saúde do companheiro”.

Um jornalista desaparece no Rio

RIO (Sucursal) — O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, em nota ontem distribuída, informou ter recebido denúncia de que um jornalista argentino, após chegar ao Rio de Janeiro, havia desaparecido em circunstâncias que exigiam explicação. Trata-se do jornalista Norberto Habeger, ex-subdiretor do “Diário de Notícias” de Buenos Aires, que viajava da Cidade do México para Madri, com passagem pelo Rio.

ANOTA

“Segundo comunicação da Federação Latino-mericana de Periodistas, Norberto Habeger usava passaporte com nome de Hector Esteves Coelho, pois trata-se de um perseguido político, na condição de ex-participante do movimento dos Montoneros. Saiu do México a 30 de julho, com destino ao Rio de Janeiro e daqui telefonou a sua esposa — ainda residente no México — no dia 3 de agosto. A partir desse telefonema, não se teve mais qualquer notícia do jornalista argentino” — diz a nota.

“O jornalista Miguel Nobosso, que se comunicou com a ABI em nome da Federação Latino-americana de Periodistas, traduziu a apreensão de sua entidade em face da hipótese de que Norberto Habeger tenha sido detido no Rio e entregue às autoridades argentinas.

Deops investigará manifesto à OAB

Na tarde de ontem, o DEOPS recebeu da 2a. Circunscrição Judiciária Militar, determinação para investigar e identificar os autores efetivos do manifesto assinado por 22 presos políticos, no qual são denunciadas ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Faoro, diversas arbitrariedades de que estariam sendo vítimas, configurando “a violação sistemática dos direitos humanos” no presídio da Justiça Militar Federal, em São Paulo.

O documento fora encaminhado em 12 de dezembro de 1977 e divulgado então por fontes do Senado. O representante do Ministério Público quer, inclusive, identificar os responsáveis por sua divulgação na imprensa, considerando que o texto contém “ofensas

HISTÓRICO

Presos Políticos



PT 1590-191

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Estado de S. Paulo

QUINTA-FEIRA — 17 DE AGOSTO DE 1978

Presos agradecem mudança

Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos — os dois detentos que renegaram a subversão em cartas entregues às autoridades judiciárias — encaminharam ontem nova carta ao juiz-auditor José Paulo Paiva, agradecendo a decisão de mantê-los no Presídio da Justiça Militar Federal, no Barro Branco, apesar do protesto de 18 presos políticos que não os aceitam como companheiros de prisão. Os presos políticos haviam enviado memorial aos ministros do Superior Tribunal Militar, reclamando contra a decisão do juiz José Paulo Paiva.

OS DOCUMENTOS

Esta é a íntegra da carta enviada por Adilson e Amândio ao juiz-auditor:

"Em virtude de decisão judicial, visto sermos presos à disposição da Justiça Militar, fomos internados no PJMF (Barro Branco).

Insurgindo-se contra o princípio da autoridade, outros condenados que aqui cumprem pena intentaram trapacear as leis, erguendo-se em oposição ao cumprimento da referida decisão.

Insatisfeitos com as limitações que a sociedade, justamente, houve por bem impor, sufocam-se no desvario da bilis ideológica, buscando reconverter pela força a aqueles que conseguem lhes escapar das garras. Desejando o êxito de sua estratégia, iludidos na vã tentativa de promover a desmoralização dos Poderes Constituídos — face à decisão judicial mencionada — encontramos novos pretextos para se movimentarem.

Valldo-se de sorradeiras ameaças, pretenderam intimidar o MM. Juízo da 1ª Auditoria da 2ª CJM, opondo-se e obstaculizando a efetivação da r. decisão.

Zeloso em suas atribuições legais, não se deixando curvar, o corajoso magistrado não vacilou ante o dever de preservar a soberania da Justiça, ladinamente ameaçada pelos camelots da subversão. Ofereceu-lhes, prontamente, o bom combate, ao perceber que buscavam turvar as águas, para melhor pescaria...

Porém, esse segmento do antipovo, em parceria permanente com a corrupção em todas as suas formas, não se dá, facilmente, por vencido. Para melhor disfarçarem seus propósitos, tais indivíduos, posando agora de inocentes indefesos, investem-se na condição de juizes, para (pré) julgar-nos culpados de "delitos comuns", portanto, "presos comuns" — e não presos políticos, conforme sempre se atribuíram.

Esquecendo que nos ameaçaram, para afinal nos coagirem à prática dos mesmos delitos que vários deles comandaram e planejaram (e pelos quais aguardam ou aqui cumprem pena), procuram, agora e afoitamente, engodar os MM. Ministros do STM.

Noticiam os jornais (12/08) uma petição de 18 presos políticos, internados no PJMF, na qual depois de confessarem a disposição de impedir o cumprimento da aludida decisão judicial, ofendem o MM. Juízo da 1ª Auditoria — taxando seu ato de arbitrariedade de consequências imprevisíveis — e solicitam, manhosamente, a intervenção, em caráter liminar, do STM.

Ignoramos o arazoado de tal impertinência. Sabemos, no entanto, ser inesgotável o arsenal de que se abastecem, quando lhes aproveita deturpar quaisquer textos (legais, inclusive).

Certamente, o Tribunal não sucumbirá à empulhação matreira desses senhores e, além de ratificar a sábia decisão judicial da 1ª Auditoria, também desvendará os objetivos ocultos, diluindo nas entrelinhas do insidioso pleito.

Diante de n interrogatórios judiciais, esforçam-se, tais inocentes indefesos, em fazer calar bocas incômodas, lançando-nos ante os Juízos do crime comum — que sempre repudiaram para si. Talvez, porque lá (na J. Comum) seria mais fácil intentar contra nossas vidas ou dobrar-nos, novamente, à força de ameaças.

Ressentiram-se talvez, por rompermos com o médo a que nos escravizavam; adjetivar o caráter da subversão melindrou-os. Ofenderam-se, quando nivelamos os extremos, a tortura e a subversão. Tiveram pressa em adaptar-se, perfeitamente, à carapuça. (Não sendo, assim, tão ma-

Acaso os subversivos e aqueles que se vieram — desobedecendo ordens superiores — não estarão unidos, "promovendo a desmoralização das leis, do governo e do País"? Torturadores e subversivos concordam até na prestação do falso testemunho. São perjuros confessos! Irmanam-se como filhos da mesma matriz: "A intolerância, esta pestilenta moléstia que perverte instituições e corrompe pessoas".

Somos claros na desaprovção aos que se vieram e aos subversivos. Com ambos não nos compomos.

A falta de melhores esteios para seu pleito, arrimam-se em entrevistas desautorizadas, cuja fuga à verdade visa traçar-nos imagem pejorativa.

Qualquer reportagem publicada (inclusive a entrevista em "O Cruzeiro", de março/78), com ambos os signatários, ou de per si, embora possa reproduzir alguma frase de nossa autoria, não reflete fielmente nosso pensamento. Oferecemos nosso desmentido.

Aqueles que nos maltrataram, dedicamos a mesma compaixão que temos para com os que nos coagiram. Perdoamos nossos algozes, seja qual for a cor de suas chibatas. D'Ele, que se permitiu imolar, permaneceu o legado da caridade; o apóstolo Paulo traz-nos à redução da perplexidade dos humildes, quando deparamos com tanto ódio destilado.

Não compreendemos como pode existir anistia quem persiste no ódio. Perdoados, oferecendo o exemplo, trilhando a senda do arrependimento, esforçando-se pela consecução dos objetivos nacionais, poderemos esperar a anistia, esta honrosa tradição do Exército de Caxias — Herói da Pátria —, o Pacificador.

Agradecemos a V.Exa. a decisão judicial que nos assegurou o cumprimento de direitos estabelecidos em lei, permitindo-nos mais humano regime carcerário. Não daremos motivos para aborrecimentos.

Solicitamos nos desculpar pelo cansativo texto e subscrevemo-nos, respeitosamente".

A íntegra do memorial assinado pelos 18 presos políticos e encaminhado ao STM é a seguinte:

"Nós, presos políticos que cumprimos pena no Presídio da Justiça Militar Federal — Presídio Político de São Paulo —, dirigimo-nos a VV. Excias. para expor o que segue:

Há meses, os órgãos de repressão anunciaram a prisão de dois elementos chamados Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos. A imprensa, descrevendo as circunstâncias de suas prisões, dava-os como envolvidos em delitos comuns e mencionava que os referidos detentos teriam tido, no passado, militância política.

A 29 de junho e a 10 de julho respectivamente, Adilson e Amândio encaminharam ao Conselho Permanente de Justiça da 11 CJM cartas que foram transcritas integralmente em "O Estado de S. Paulo" de 13 de julho p.p. Por essas cartas, tomamos conhecimento de que Adilson Ferreira da Silva, após dizer que teve atuação em organização política revolucionária, referindo-se a aqueles que, como nós, lutam contra o atual regime, aponta "o caráter materialista, apátrida, sem escrúpulos e belicoso, de classe, da subversão"; declara que teria tido dificuldade de se afastar da militância política porque "divergir com a delinqüência subversiva era temerário. Romper era puro suicídio"; renega tudo que politicamente teria feito e calunia: "Dez anos de minha vida foram roubados. Obrigaram-me a delinqüir"; revela o pérfido caráter sabotador de seu papel dentro da organização onde estivera, apresentando o raciocínio que fez sobre o que chamou "variante" de sua militância: "Se dentro da subversão eu lhe corroes-se as entranhas, impedisse mesmo minimamente seu crescimento e fortalecimento, um dia se apresentaria a ocasião de romper as malhas da contestação ilegal e, enfim, estaria livre..."; proclama, finalmente, sua atitude atual frente a nós, bem como frente a todos os que, no presente

momento, são, de maneira simplista, enquadrados na chamada "subversão": "Sou inimigo declarado da subversão armada ou panfletária".

Tomamos conhecimento ainda de que o segundo personagem, Amândio dos Santos, em sua referida carta, após dizer-se ex-membro de uma organização política, anuncia seu pensamento sobre "o caráter materialista, internacionalista e apátrida, inescrupuloso e provocador da luta de classes, da subversão delinqüente"; fala do que entende ser a "amoralidade" daqueles que o "escravizaram através de ameaças de 'justicamento'"; descarta a responsabilidade do governo atual na prática das torturas que também sofreu — "o Estado, o governo e as Forças Armadas não compactuaram com a tortura" — para em seguida, deslavadamente, afirmar que "os extremos, a tortura e a subversão, é que são totalitários e escravizantes".

Bastariam os trechos acima citados para vermos que estamos frente a pessoas que nada têm em comum conosco. Entretanto, de outros fatos ficamos sabendo, especialmente da notícia veiculada pelo "Jornal do Brasil", de 6 de julho de 1978, onde Adilson diz que "prefere os que o torturaram a seus antigos companheiros".

Por sabermos que o sr. juiz da 1ª Auditoria tem, bem mais que nós, pleno conhecimento de todos esses fatos, é que não imaginávamos pudessem tentar impingir-nos a impossível convivência com essas pessoas.

Ao sermos informados, contudo, de que essa idéia absurda era a própria do dr. José Paulo Paiva, pedimos a presença do diretor do Presídio e já por três vezes, todos juntos, a uma só voz, reafirmamos-lhe a completa impossibilidade de aceitarmos conviver com elementos que se declaram de público, literalmente, nossos inimigos, e que, agora, estranha e suspeitosamente, teriam pedido para serem postos junto a nós! Fizemos ver ao diretor do Presídio que as instalações aqui existentes impossibilitam qualquer separação entre alas, por exemplo, e que a vinda de dois estranhos feriria o elementar e tradicional cuidado carcerário de não se pôr nos mesmos alojamentos pessoas que de antemão revelam incompatibilidades tão profundas, como no caso. O diretor do Presídio, usando até agora de um mínimo de bom senso, tranqüilizou-nos em determinado instante, admitindo mesmo que a hipótese da vinda em causa não passaria de "uma piada de mau gosto".

Não obstante, tomamos conhecimento de que o dr. José Paulo Paiva, interpretando as comunicações que fizemos ao diretor do Presídio como "pressões ou ameaças" ao Judiciário, assinou despacho determinando "a remoção dos acusados Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos para o PJMF/SP" e já apressando, ele sim, ameaça de que aqueles dentre nós recolhidos à disposição daquele Juízo ficam advertidos de que "poderão ser transferidos", caso a vinda de Adilson e Amândio gere "indisciplinas". E mais, mesmo ciente dos transtornos inevitáveis, adotava essa decisão pois queria que os problemas surgissem, "que o circo pegasse fogo".

Se pressões houve, e podem ainda estar se dando, possuem outra origem e outro objetivo. No momento em que se amplia a oposição ao regime de arbítrio, quando de todos os lados se exige a apuração dos assassinatos e das torturas de presos políticos, quando, enfim, a luta contra o regime vigente avança em novo ritmo, exatamente agora se arma essa provocação contra nós. Eis o que se encontra por trás do caso ora criado.

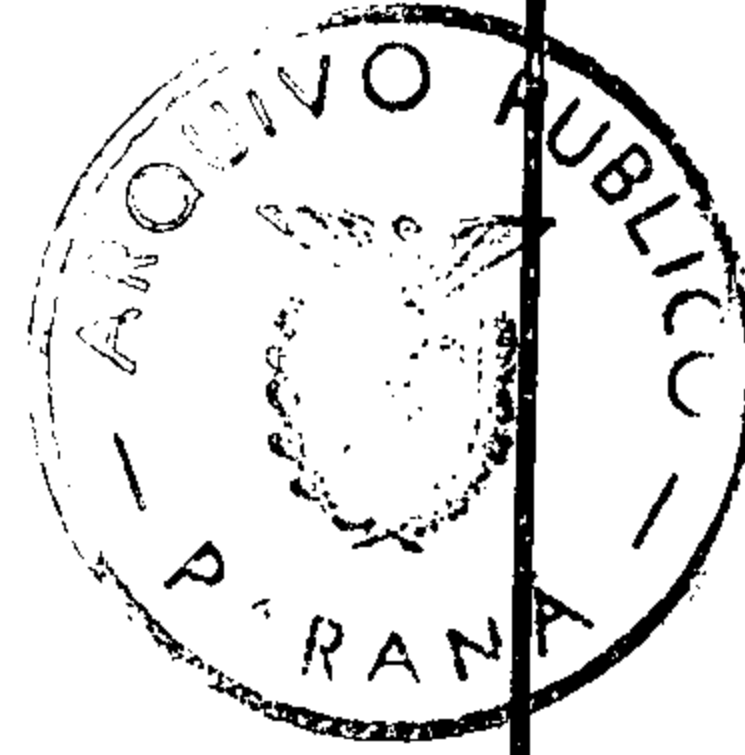
Comunicamos aos srs. Ministros a nossa firme disposição de lutar para que tal imposição não se efetive. Solicitamos ainda que intervenham em caráter liminar para que tal arbitrariedade, de consequências imprevisíveis, seja sustada.

Responsabilizamos, perante a opinião pública, o dr. José Paulo Paiva e aquelas autoridades judiciá-

rias e carcerárias que com o ato extemporâneo desse juiz pactuarem, por tudo que suceder em decorrência dessa insensata deliberação.

Nota: cópias do presente documento estão sendo encaminhadas a nossos advogados, instituições e

personalidades comprometidas com a defesa dos Direitos Humanos. E pedimos a todos os que hoje lutam contra o estado de exceção imperante, em última instância responsável por tudo isso, que nos apoiem e nos ajudem em mais essa luta em defesa de nossos direitos."



Atico

PT 159


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	FOLHA DE HISTÓRICO
		<p><i>Boletim do J. Paulo</i> <i>17-8-78</i></p> <h3>Intelectuais pedem por presa política</h3> <p>BRASILIA (Sucursal) — Um grupo de políticos e intelectuais do Rio de Janeiro, entre eles Afonso Arinos de Mello Franco, Arthur Cesar Ferreira Reis, Alceu Amoroso Lima, Nelson Carneiro e Amaral Peixoto, pediu ontem ao Superior Tribunal Militar, através de um documento entregue pelo deputado J. G. de Araujo Jorge, o julgamento rápido de um recurso apresentado em favor de Norma Sá Pereira Torres, que está presa desde 1974, e condenada a 12 anos pela 1.ª Auditoria de Aeronáutica do Rio, com pena confirmada pelo STM.</p> <p>Norma foi acusada de ter participado, ao lado de outras nove pessoas, de um assalto à firma "Distribuidora Ideal Ltda.", posto 17, na estrada de Água Grande, 1.531, em Irajá, Rio de Janeiro. No assalto, realizado em 1.º de fevereiro de 1971, o grupo apoderou-se de Cr\$ 40.000,00.</p> <p>Nos autos, há referências de que os acusados pertenciam à organização subversiva MR-8.</p> <p>Os políticos e intelectuais do Rio de Janeiro pediram um julgamento rápido para o recurso de Norma, apresentado em 1976, e cujos autos estão com o ministro revisor general Cabral Ribeiro, desde novembro do ano passado.</p> <p>Em um dos trechos do documento, afirmam: "Dirigimo-nos a VS.Excia., com o único intuito de solicitar o julgamento imediato dos embargos apresentados. Solicitamos apenas um fecho rápido para essa angustiante batalha judicial que custou a Norma mais 4 anos de prisão, que custou a saúde e tranquilidade de sua família, que custou a vida de seu pai, falecido dias após ter um enfarte dentro do presídio feminino de Bangu.</p> <p><i>Ar. Paulo</i> <i>Postar Preses Politicos</i></p> 



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

O Bat de S. Paulo
**Presos repudiam
 decisão do juiz** *12-8-78*

Dezoito presos políticos do Presídio da Justiça Militar Federal, no Barro Branco, em São Paulo, enviaram dia 9 de agosto uma carta aos ministros do Superior Tribunal Militar (STM), para protestar contra a transferência dos presos Adilson Ferreira da Silva e Amândio dos Santos — consumada anteontem — para aquele presídio, atendendo decisão do juiz-auditor José Paulo Paiva, da 1.ª Auditoria da 2.ª CJM.

Na carta os presos políticos informam sua disposição de lutar para evitar a imposição da convivência com os dois presos — que na época da prisão estavam envolvidos em delitos comuns, mas apresentavam um passado de militância política — e solicitam a intervenção dos ministros para suspender a decisão.

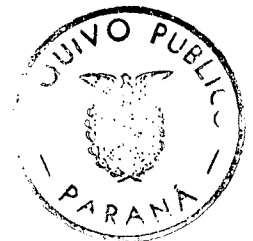
As razões do protesto dos presos políticos, conforme explicam, se funda no fato de que os dois presos, com eles, “nada têm em comum”. “A 29 de junho e 10 de julho, respectivamente — eles lembram — Adilson e Amândio encaminharam ao Conselho Permanente de Justiça, da 2.ª CJM, cartas na qual tomamos conhecimento, através dos jornais, que Adilson Ferreira da Silva, após dizer que teve atuação em organização política revolucionária, referindo-se àqueles que, como nós, lutam contra o atual regime, aponta o “caráter materialista, apátrida, sem escrúpulos e belicioso, de classe, da subversão”. E renega tudo que politicamente teria feito; para caluniar: “Dez anos de minha vida foram roubados. Obrigaram-me a delinquir”, diz o documento dos presos.

Amândio dos Santos, por sua vez, continua o documento, “descarta a responsabilidade do governo atual na prática de torturas, que também sofreu, e em seguida, deslavadamente, afirma que “os extremos, a tortura e a subversão, é que são totalitários e escravizantes”.

“Ficamos sabendo, especialmente, afirmam ainda, da notícia veiculada pelo “Jornal do Brasil”, de 6 de julho último, onde Adilson diz que “prefere os que o torturaram a seus antigos companheiros”.

No Rio, jornalistas têm nova diretoria

RIO (Sucursal) — Tomou posse ontem a nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do município do Rio de Janeiro com a ausência do ex-presidente José Machado, o que atrasou o início da cerimônia em quase duas horas. A transmissão da tesouraria só foi feita as 17 horas porque o ex-tesoureiro também não compareceu de manhã.



*Lista
Presos Políticos*

Secretaria de Segurança Pública

154

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Presos políticos</p> <p>★ A presidente do núcleo mineiro de Movimento Feminino pela Anistia, Helena Greco, vai solicitar nova audiência ao secretário do Interior e Justiça, ex-deputado Souza Carmo, para pedir a transferência para a penitenciária de Neves, próxima a Belo Horizonte, dos quatro presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora. A transferência dos presos políticos tornou-se mais complexa, depois que se formou um círculo vicioso envolvendo a secretaria do Interior e Justiça e a Auditoria da 4ª Circunscrição Militar. O juiz auditor, Alzir Carvalhaes, afirma que só autorizará a transferência se o secretário decidir recebê-los em Neves, enquanto Elias Souza Carmo insiste em que a decisão compete ao auditor de Juiz de Fora.</p> <p><i>Carta de presos políticos 2/10/78</i></p> <p><i>Carta de presos políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: ...
FILIAÇÃO:
RESIDÊNCIA:

Arquivo do Brasil - 27/06/78
**Advogado depois de visitar
preso político brasileiro
na Argentina acha-o triste**

Pront. N.º

DATA

Porto Alegre — "Um homem profundamente triste". Foi esta a impressão que o ex-estudante de Economia e Filosofia e ex-livreiro porto-alegrense Flávio Koutzii causou ao único advogado brasileiro que o visitou no presídio de La Plata, onde, depois de quase três anos, foi julgado e condenado a seis anos e seis meses de prisão pelas autoridades argentinas, que o consideraram culpado de crime contra a segurança do Estado, além de ativista da organização trotskista 4a. Internacional.

HISTÓRICO

O advogado Paulo Pinto de Carvalho esteve com Flávio em setembro do ano passado, por concessão especial do Juiz Hector Carlos Adamo, da Junta Federal n.º 3 de La Plata, com o objetivo de "mostrar a ele que não estava abandonado, que sua família, seus amigos e várias instituições se interessam por ele". Este mês, a Anistia Internacional comunicou ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos que Flávio "foi adotado pela Anistia como preso de consciência", conforme carta enviada pela diretora do Departamento Latino-Americano, Patricia Feeney.

COMPLÔ INTERNACIONAL

Arquivo/Porto Alegre

Flávio Koutzii nasceu em Porto Alegre, a 20 de março de 1943, e era um rapaz robusto, de rosto cheio e olhos atentos que fundou a Livraria Universitária, onde sempre estavam à venda os últimos lançamentos, especialmente obras de referência e complementação do ensino universitário humanístico. Como estudante de Economia e Filosofia, integrava a diretoria regional da União Nacional de Estudantes.



Flávio Koutzii

Em carta que escreveu há dois anos a uma amiga, Flávio afirma: "Minhas atividades me valeram, a partir de 69, perseguição por parte do Governo que me levou, em fins de 70, a abandonar o país". Em dezembro de 1970 viajou para a França e estava em Paris quando foi condenado à revelia pela Auditoria Militar de São Paulo por envolvimento com o Partido Operário Comunista e a Organização Trotskista-Leninista. Sua família só soube do processo quando ele já havia sido condenado. Nessa época (1972) ele resolveu se estabelecer na Argentina, já que não podia voltar ao Brasil. ("Segui aqui meus estudos, mas sem intervir em nenhuma atividade política", escreveu à amiga).

Estava com a mulher, Norma Espindola, uma argentina de 35 anos, na casa de um amigo em La Plata, em 11 de maio de 1975, quando foram presos. "Levados a dependências da Polícia Federal, sofremos toda a sorte de violências e torturas por vários dias, fato que denunciei ao juiz, quando fui depor, mas isto não fez com que esqueçamos aqueles dias. Chques elétricos, pontapés, socos, ameaças de entregarme à polícia brasileira, tudo isto e violências sexuais com minha mulher, simulacros de fuzilamento e todo tipo de humilhações", escreveu Flávio.

Sob acusação de participarem de um "complô internacional", além de Flávio e sua mulher, 10 outras pessoas foram presas. Dessas, nove foram consideradas inocentes, inclusive Norma Espindola, que entretanto só foi libertada em dezembro de 1976 do presídio de mulheres em Olmes. Flávio foi expulso da Argentina em junho de 1975 mas o decreto de expulsão nunca foi cumprido e ele permaneceu na Unidade 9 do presídio de La Plata à espera de julgamento até o

primento do decreto de expulsão. Elas escreveram para o presidente do Comitê de Assuntos Latino-Americanos do Senado dos Estados Unidos, denunciando o regime desumano da prisão do jovem brasileiro e de outros presos políticos; para os Embaixadores da Argentina e de Israel (Flávio é judeu), no Brasil e para outros organismos internacionais e entidades do Brasil, como a Associação Brasileira de Imprensa.

Sem conseguir visto de permanência no Brasil, Norma viajou para a França em janeiro último. Antes, amigos conseguiram do Governo francês um salvo-conduto para Flávio, n.º 131/76. Também conseguiu do presidente das Editions de Minuit, Jerome Lindon, carta garantindo emprego a Flávio, o que igualmente é assegurado pela Livraria Opinião, de Lisboa. Enquanto obteve das autoridades argentinas permissão para visitar seu filho periodicamente, Dona Clara Koutzi contratou o presidente da OAB, Sr Raymundo Faoro, o presidente da seccional gaúcha da Ordem, Sr Justino Vasconcelos e dois outros advogados para defender o filho. Na Argentina, os advogados contratados são Horácio Isaurralde e Alfio Galvano Achaval, que finalmente conseguiu que ele fosse levado a julgamento.

"Flávio esperava a pena mínima — três anos — se não conseguisse ser expulso da Argentina. Era esta a sua esperança quando o viu em setembro do ano passado no presídio, sozinho numa cela. Não o conhecia, mas sabia que era um ho-

Arquivo do Brasil



PT 1590.191

em 11 de maio de 1975, quando foram presos. "Levados a dependências da Polícia Federal, sofremos toda a sorte de violências e torturas por vários dias, fato que denunciei ao juiz, quando fui depor, mas isto não fez com que esquecamos aqueles dias. Choques elétricos, pontapés, socos, ameaças de entregar-me à polícia brasileira, tudo isto e violências sexuais com minha mulher, simulacros de fuzilamento e todo tipo de humilhações", escreveu Flávio.

Sob acusação de participação de um "complô internacional", além de Flávio e sua mulher, 10 outras pessoas foram presas. Dessas, nove foram consideradas inocentes, inclusive Norma Espíndola, que entretanto só foi libertada em dezembro de 1976 do presídio de mulheres em Olmes. Flávio foi expulso da Argentina em junho de 1975 mas o decreto de expulsão nunca foi cumprido e ele permaneceu na Unidade 9 do presídio de La Plata à espera de julgamento até o mês passado, quando foi julgado. As autoridades argentinas disseram que ele era responsável por armas e material de propaganda existentes na casa onde foi detido.

"Nada era mais fácil para a minha defesa do que provar o contrário, anulando estas falsas acusações: mediante a apresentação de inúmeros testemunhos, demonstramos cabalmente que eu não vivia na casa mencionada. Isto deixava claro que, se algum problema existia com essa casa, não me dizia respeito e sim a seu proprietário e habitante, mas tampouco isto é verdade, pois as mesmas testemunhas declararam que a polícia, ao mesmo tempo em que invadia e nos prendia, introduzia pacotes na casa, ou seja, as futuras provas", escreveu Flávio na carta à amiga.

TRISTE E MAGRO

Quando Norma Espíndola foi libertada, ela veio para Porto Alegre e junto com Dona Clara Koutzli, mãe de Flávio, se empenhou profundamente para obter do Governo argentino o cum-

Governo francês um salvo-conduto para Flávio, nº 131/76. Também conseguiu do presidente das Editions de Minuit, Jerome Lindon, carta garantindo emprego a Flávio, o que igualmente é assegurado pela Livraria Opinião, de Lisboa. Enquanto obteve das autoridades argentinas permissão para visitar seu filho periodicamente, Dona Clara Koutzli contratou o presidente da OAB, Sr Raymundo Faoro, o presidente da seccional gaúcha da Ordem, Sr Justino Vasconcelos e dois outros advogados para defender o filho. Na Argentina, os advogados contratados são Horácio Isaurralde e Alfio Galvano Achaval, que finalmente conseguiu que ele fosse levado a julgamento.

"Flávio esperava a pena mínima — três anos — se não conseguisse ser expulso da Argentina. Era esta a sua esperança quando o vi em setembro do ano passado no presídio, sozinho numa cela. Não o conhecia, mas sabia que era um homem forte, de uns 80 quilos. Na prisão, perdeu uns 20 quilos. Era uma pessoa amargurada, vestida na roupa cinzenta de presidiário. Não falamos sobre as acusações contra ele porque, temendo que a nossa conversa pudesse ser comprometida por um aparelho de escuta, não avancei nesse terreno. Ele falou sobre amigos, sobre Porto Alegre, sobre coisas do Brasil", disse o advogado Paulo Pinto de Carvalho.

Dois outros advogados — os franceses Leopoldo Aisenstein e Thierry Mignon — encontram-se esta semana em Buenos Aires tentando ver Flávio e conseguir sua liberdade. Ambos foram enviados pela Federação Internacional dos Direitos Humanos, pela Associação dos Juristas Católicos e pelo Conselho Ecumênico das Igrejas. Em Porto Alegre, foi criado o Comitê Gaúcho pela Libertação de Flávio Koutzli que, entre outros documentos, possui cópia de petição enviada ao Presidente Jorge Rafael Videla por intelectuais franceses — entre os quais Simone de Beauvoir e Edgar Morin — pedindo a libertação do ex-estudante.

156

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

O ESTADO DO PARANÁ

CURITIBA, DOMINGO, 23 DE JULHO DE 1978

..... resumo

Presos: apelo a Figueiredo

SÃO PAULO (AJB/O ESTADO) —
Parentes de presos políticos desaparecidos divulgaram uma "carta aberta ao general Figueiredo" dizendo que "os propósitos de coibir abusos na área dos direitos humanos externados por V. Exa. requerem uma atitude coerente, qual seja, uma contribuição para a apuração dos fatos referidos e identificação dos responsáveis". Publicada na última edição do semanário católico "O São Paulo", é a seguinte, na íntegra, a carta dirigida ao general Figueiredo, com 41 assinaturas: "Os familiares de presos políticos brasileiros desaparecidos dirigem-se a V. Exa., por este instrumento, estimulados pela entrevista concedida à imprensa no dia 16 p.p. Nela V. Exa. compromete-se com a defesa dos direitos humanos e admite que eles foram violados em nosso

"A confiança da opinião pública nas palavras de V. Exa, depende do esclarecimento completo de casos com o de nossos queridos familiares, ocorridos durante os dois últimos governos, dos quais V. Exa. fez parte, notadamente na atual administração, quando chefiou o Serviço Nacional de Informações.

"Temos envidado grandes esforços, ao longo de mais de quatro anos, para localizar nossos parentes. Nesse trabalho conseguimos a adesão de setores expressivos da vida nacional. Parlamentares, eminentes figuras do clero, a Ordem dos Advogados do Brasil, figuras destacadas da intelectualidade, apelaram, até agora em vão, no sentido de que obtivéssemos uma resposta clara.

"Em 7 de agosto de 1974, através da inter-

mediação do cardeal d. Evaristo Arns, obtivemos uma entrevista com o chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva. Nesta ocasião, o general não só ouviu de viva voz o relato das prisões e desaparecimentos de nossos familiares, como recebeu completo "dossier" de cada caso. Garantiu-nos uma resposta até o dia 20 de agosto de 1974, através da Comissão de Justiça e Paz, resposta esta jamais fornecida.

"Em fevereiro de 1975 fomos surpreendidos com nota do ministro da Justiça, através da televisão, dando conta do suposto paradeiro de vinte e sete pessoas, baseada inclusive em dados fornecidos pelo SNI dirigido por V. Exa. Os termos da nota contrariavam e contrariam a verdade dos fatos, muitos dos quais documentados e já do domínio público.

"Naquele momento nossa angústia e dor não pode chegar aos meios de comunicação, submetidos que estava a censura prévia. No momento em que é suspensa essa medida a imprensa escrita, dela nos valem para ressaltar que os "propósitos de coibir abusos na área dos direitos humanos" externados por V. Exa, requerem uma atitude coerente, qual seja, uma contribuição para a apuração dos fatos referidos e identificação dos responsáveis. Temos certeza de que V. Exa, pelo cargo ocupado, possui resposta às indagações.

"No momento em que a sociedade brasileira luta e se prepara para o estabelecimento de franquias democráticas em nosso País, esta não é só uma exigência nossa; ela passa a ser uma condição colocada pela consciência jurídica e humanista de toda Nação".

*Poster
Presos Políticos*




Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Folha de São Paulo - 17/06/78</i></p> <p>PARIS — Uma comissão internacional de juristas viajará na próxima segunda-feira à Argentina, para tentar conseguir que presos políticos possam sair desse país. O anúncio foi feito ontem por três entidades de solidariedade a presos políticos: a Federação Internacional de Direitos do Homem, a Associação de Juristas Católicos e o Conselho Ecumênico de Ajuda Mútua, que indicaram respectivamente os advogados franceses Leopold Eisenstein, Thierry Mignon e o brasileiro Airton Soares, deputado federal pelo MDB, como seus delegados.</p> <p><i>Posta Presos Políticos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME:
 FILIAÇÃO:
 RESIDÊNCIA:

Ilegalidade é denunciada
 Colha de São Paulo: 16/06/78

apoiados presos

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p>RECIFE. (Do Correspondente) — Os presos políticos Selma Bandeira Mendes, Maria Aparecida Santos, Valmir Costa e Edilson Freire Maciel, detidos no Departamento da Polícia Federal, distribuíram nota à imprensa através do advogado Eduardo Pandolfi, denunciando “as tentativas dos órgãos policiais de envolver, no inquérito em que são processados, pessoas desvinculadas, ontem e hoje, de qualquer atividade política e organizacional clandestina”.</p> <p>Segundo o advogado Eduardo Pandolfi, “seus constituintes não são terroristas, conforme a imprensa veiculou”. Ele acrescenta que, efetivamente, o marido de Selma Bandeira Mendes, Manoel Lisboa de Moura, pertenceu a uma organização política, sem existência legal, denominada Partido Comunista Revolucionário, em cujos processos os acusados têm sido enquadrados no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, e não no 42, o que, na concepção do advogado, “por si só já descharacteriza a organização como terrorista”.</p> <p>A nota diz ainda que a “pecha de terrorista não foi lançada aos acusados de modo expresso pelo superintendente da Polícia Federal, ” mas sim insinuada, quando esta autoridade se referiu a documentos que teriam sido roubados para posterior adulteração”.</p> <p>SALVAR VIDAS</p> <p>Eduardo Pandolfi argumenta também que seus constituintes foram forçados a entrar na clandestinidade para garantia de suas vidas, “receosos de terem o mesmo fim de Manoel Lisboa de Moura, marido de Selma, e de seus companheiros Amaro Luiz de Carvalho, Emanuel Bezerra dos Santos e Manoel Aleixo”. Em seguida, denuncia as coações a que foi submetida Selma Bandeira Mendes.</p> <p>A nota finaliza afirmando: “Todos os presos foram submetidos a constantes coações para confessar ligações nunca existentes com setores da Igreja e com o Movimento dos estudantes, através de suas entidades de representação, o que negaram categoricamente, pois eles estavam muito tempo afastados das atividades políticas e preocupados em garantir suas próprias vidas”.</p>

*Arquiteto
 Costa Nelson Poltraco*



160

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">SARADO — 3 DE JUNHO DE 1978 <i>O Estado de São Paulo</i></p> <h3 style="text-align: center;">Auditor aponta ilegalidade em prisão perpétua</h3> <p style="text-align: center;">Das sucursais</p> <p>O juiz-auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, José Bolívar Régis, disse, ontem, no Recife, que os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti estão cumprindo pena de prisão perpétua "legalmente". Explicou que como os dois foram condenados, além da prisão perpétua, a outras penas de "privação da liberdade temporária", recebidas em processos diferentes, apenas nos anos 2.012 e 2.032, respectivamente, é que começarão a cumprir a mais grave. Discordando dessa interpretação, o procurador da 7ª Circunscrição declarou, ontem, que a pena perpétua "tem execução imediata, preterindo outras".</p> <p>No entender do juiz-auditor, o isolamento carcerário a que estiveram submetidos os dois condenados, durante mais de dois anos, foi um erro de execução da pena que, segundo Bolívar Régis, "poderá acarretar punição para nós, para os juizes auditores, para os funcionários da Auditoria". Afirmou que, no despacho que enviou à Secretaria de Justiça de Pernambuco, "não pode passar despercebida a circunstância de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti estarem condenados, concomitantemente, a penas de prisão perpétua e outras penas privativas de liberdade, todas com transite em julgado".</p> <p>Por essa razão, ela considera lógico que se exécute, em primeiro lugar, as sentenças em que foram condenados a penas de reclusão, por serem limitadas no tempo e, em segundo lugar, as penas de prisão perpétua, que são ilimitadas no tempo e só se extinguem com a morte do preso. Na opinião do juiz-auditor, o erro foi provocado pelo esquecimento da Auditoria em expedir as chamadas "cartas de guia de execução de sentença", documento pelo qual a autoridade judiciária determina à autoridade carcerária os critérios para o cumprimento das penas.</p> <p>O procurador da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, José Nunes Costa, entretanto, tem opinião diferente, que expressou no pedido de "correição parcial" enviado ontem ao ministro-presidente do Superior Tribunal Militar, contra o despacho do juiz. Segundo ele, a prisão perpétua, tal qual a pena de morte, tem execução imediata, "preterindo todas as demais existentes". Nunes Costa disse que seria um absurdo, por exemplo, que estando um preso condenado à pena de reclusão e de morte, simultaneamente, ficasse ele sofrendo "os dez, 15 ou 20 anos para depois, então, executá-lo".</p>



Pasta Presos Políticos

161

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="722 1106 1226 1249" data-label="Section-Header"> <h3>Prisões políticas ilegais, diz juiz</h3> </div> <div data-bbox="1209 1082 1323 1273" data-label="Text"> <p><i>Arquivo do Recurso do R. 03/106/18</i></p> </div> <div data-bbox="657 1249 1323 1511" data-label="Text"> <p>RECIFE — O juiz auditor da sétima Circunscrição Judiciária Militar, José Bolívar Regis, disse ontem no Recife que os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti estão cumprindo pena de prisão perpétua "ilegalmente". Ele explicou que, como os dois presos são condenados, além da pena perpétua, a outras penas de privação da liberdade temporária, recebidas em processos diferentes, apenas no ano 2012 (para Carlos Alberto) e 2032 (para Rholine Sonde) é que se iniciarão as penas perpétuas. A partir dessa interpretação do juiz auditor, o isolamento carcerário a que estiveram submetidos os dois condenados, durante mais de dois anos, foi um erro de execução de pena, "que poderá acarretar punição para nós, para os juizes auditores, para os funcionários da auditoria".</p> </div> <div data-bbox="1128 1594 1364 1785" data-label="Text"> <p><i>Posto Rui de Albuquerque</i></p> </div> <div data-bbox="1323 1749 1567 1987" data-label="Image"> </div>

PT 1590-191

Secretaria de Segurança Pública

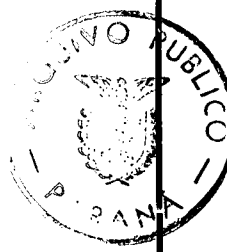
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Justiça e Paz denuncia em Recife a prisão e torturas contra estudante em Recife</p> <p><i>Jornal do Brasil</i></p> <p>Paris — A Comissão Justiça e Paz Internacional denunciou ontem a prisão, sem inquérito, e torturas contra o estudante Edval Nunes da Silva, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife; o comunicado diz que o jovem trabalhava há tempo "em prol da justiça e da igualdade no Brasil". Edval foi preso em 12 de maio pela Polícia Federal.</p> <p>Em Recife, comissão formada pelo Movimento Feminino pela Anistia, Setor Jovem do MDB, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Ação Católica Operária e Associação dos Sociólogos tentará visitar hoje, na Polícia Federal, o estudante Edval, preso sob acusação de tentar reorganizar o Partido Comunista Revolucionário.</p> <p>ESTA MAL</p> <p>A Comissão vai procurar saber do superintendente da Polícia Federal, José Antônio Hahn, se é possível levar livros, jornais e revistas para Edval, além do motivo pelo qual ele não recebe visitas dos amigos (desde o fim da incomunicabilidade, a Polícia só permitiu contatos com o advogado e parentes).</p> <p>Membros da Comissão formam à imprensa o caso de Edval ao Arquiabade... Beneditina no Brasil... Abade do mosteiro de São Bento em Olinda, Basílio Penido. Sensibilizado, ele teria decidido visitar o estudante o mais depressa possível pois seria omissão não fazer tudo para ajudá-lo.</p> <p>Por sua vez, o Monsenhor-Ernani Pinheiro, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, disse ontem que o presidente da Comissão de São Paulo, professor Dalmo de Abreu Dallari, informou a Arquidiocese de que se movimentava para conseguir das autoridades que Edval Nunes da Silva respondesse ao processo em liberdade.</p> <p>Em nota oficial divulgada ontem pelo seccional de Olinda da OAB, os advogados do Brasil se comprometem contra a Polícia Federal, impedindo a comunicação do preso (Edval) com seu advogado, direito assegurado a este pelo Artigo 89, Inciso III da Lei 4 215 de 27.4.63.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Secretes de jornais</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>OAB-PE <i>Volta de São Paulo</i> exige direitos para presos</p> <p>RECIFE — (Do Correspondente) — O Conselho Seccional de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil, deliberou, em sua última sessão ordinária, tornar público seu protesto contra atitudes da Polícia Federal que está impedindo que presos políticos em Pernambuco mantenham contatos com seus advogados.</p> <p>Na íntegra, a nota é a seguinte: "Protestamos contra a atitude da Polícia Federal de Pernambuco, impedindo a comunicação de presos com seus advogados, direito assegurado a estes pelo artigo 89, Inciso 3.º, da Lei 4.215, de 27/04/1963, que expressamente dispõe: "Art. 89 — São direitos dos advogados: 3º. comunicar-se pessoal e reservadamente com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimentos civil ou militar mesmo incomunicáveis". Por outro lado, a atitude ora repudiada, atenta contra o princípio constitucional que assegura ao preso a mais ampla defesa além de contrariar decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, proferida no recurso de habeas-corpus n.º 51.778 de 13/12/1973, que reconheceu o direito assegurado ao advogado através do disposto legal acima transcrito. Celso de Oliveira Lobo, presidente da OAB-PE".</p> <p><i>Arquivo</i> <i>Arquivo Presos Políticos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Presos do RS Cunha, de São Paulo enviam carta ao presidente</i></p> <p>PORTO ALEGRE (RS) — três presos políticos do Rio Grande do Sul — Antônio Cunha Losada, José Losada e Sônia Venâncio Cruz, enviaram uma carta ao presidente da República, general Ernesto Geisel, para "exigir ao presidente da Nação e responsável por tudo o que nela acontece, providência imediata quanto à nossa situação de presos políticos".</p> <p>Os presos explicam que se acham em condições de exigir providências, na medida em que se encontram em situação irregular e que foram detidos durante cerca de 10 dias no DOPS de Porto Alegre — conforme afirmou — para confessar num crime que não cometeram.</p> <p>"Fomos acusados de participar de um assalto ao Banco Francês e Brasileiro — agência da Av. Assis Brasil — em Porto Alegre", eles explicam. E acrescentam: "Nenhuma das testemunhas do assalto ao banco, funcionários e agentes de segurança, nos reconheceu como os assaltantes. Os verdadeiros assaltantes, cinco integrantes da VAR-Palmares, que não estavam encapuzados no momento do assalto. Segundo sabemos mais tarde, foram identificados pelas testemunhas, como copiantes dos autos do nosso processo".</p> <p>Mesmo assim, sem provas — continuam — fomos condenados pelo STM, em 76, a 10 anos de prisão. E a Justiça, afirmam, no caso, o Supremo Tribunal Federal.</p> <p><i>Arquivado em 31/01/79</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊN
	<p style="text-align: right;"><i>Falhas de Santos</i> 8/10/78</p> <h3 style="text-align: center;">Juiz suspende o isolamento dos presos políticos</h3> <p>RECIFE, (Correspondente) — Ao determinar o fim do isolamento carcerário a que estavam submetidos os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, o juiz-auditor da 7.ª Circunscrição da Justiça Militar, José Bolívar Régis, reivindicou a abolição das penas de morte e prisão perpétua — previstas pela Lei de Segurança Nacional —, como parte das reformas constitucionais em preparação.</p> <p>Em despacho de 39 páginas, onde classifica a pena de prisão perpétua de "famigerada e incorreta", o juiz auditor José Bolívar Régis assegurou aos dois presos o direito de desfrutar, juntamente com os demais companheiros de prisão, de "banho de sol, em dias diferentes, duas vezes por semana; esportes ou educação física, em dias não coincidentes com aqueles, duas vezes por semana e visita de familiares e amigos uma vez por semana, em dia predeterminado e que não seja nenhum daqueles".</p> <p>"Hoje, nós os juizes militares brasileiros rogamos ao legisladores incumbidos da elaboração da reforma constitucional para abolem a pena de morte. Só assim, poder-se-á evitar que um dia a História registre sobre o Brasil como o fez com a Alemanha".</p> <p>"E por que não repetir a rogatória quanto à prisão perpétua, que é igualmente tão cruel e desumana como a pena de morte?"</p> <p>prosseguiu José Bolívar Régis. "A pena de prisão perpétua instituída pela Emenda Constitucional n.º 1/69 à Constituição do Brasil de 1967, jamais foi admitida pela legislação brasileira nem pelas várias Constituições.</p> <p>Como se não bastasse, o legislador do Decreto-Lei n.º 898/69 (LSN) inseriu-lhe no artigo 105 um preceito draconiano, impondo a separação dos condenados à prisão perpétua dos que estiverem cumprindo outras penas".</p> <p>As normas reguladoras da prisão perpétua baixadas pelo juiz aos dois presos estendem-se, segundo o despacho, a todos os presídios sob a jurisdição da 7.ª Circunscrição Militar: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.</p> <p>A decisão do juiz Bolívar Régis, para a qual afirma ter consultado 21 obras de Direito Penal, foi tomada três semanas após o fim da greve de fome nacional pelo fim do isolamento carcerário de Soares e Cavalcanti, que chegou a mobilizar 83 presos políticos em todo o País. O prazo prometido para a definição era de 8 dias.</p> <p>Rholine Sonde começou a cumprir pena em 31 de março de 1970, com término previsto para 4 de abril do ano 2032. A partir daquela data, deverá passar a cumprir a pena de prisão perpétua. Carlos Alberto Soares iniciou o cumprimento da pena a 7 de fevereiro de 1971, devendo passar a partir do ano 2012 para a prisão perpétua, a que também está condenado.</p> <p>Ao deferir o pedido dos presos, o juiz afirmou em seu despacho que o fazia "por dever de consciência, como pessoa humana e por imperativo de ordem legal, por ser a separação (dos presos condenados à prisão perpétua) cruel e desumana, incompatível com a finalidade da Justiça".</p>

Passar para Ordem Política



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>folha do Brasil 30/05/78</i></p> <h3 style="text-align: center;">Juiz-Auditor põe fim a isolamento carcerário de condenado à prisão perpétua</h3> <p><i>Recife</i> — Um despacho enviado ontem pela Auditoria Militar à Secretaria de Segurança assegura aos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti o convívio com seus companheiros de penitenciária durante cinco dias na semana.</p> <p>A determinação do Juiz-Auditor José Bolívar Régis vem atender, oficialmente, às exigências feitas pelos dois prisioneiros, que foram apoiadas por seus companheiros de prisão com uma greve de fome que durou 23 dias.</p> <p>O DESPACHO</p> <p>Depois de consultar 21 obras de Direito (Penal, Processual, Ciência do Direito e Hermeneutica Jurídica) o Sr Bolívar Régis redigiu um despacho de 37 páginas, onde encontrou a forma de atender às solicitações dos dois detentos. No Artigo 7 do despacho está explicado: "Se se impuser ao condenado cumulativos (no mesmo processo) ou sucessivamente (em diversos processos) pena de prisão perpétua e outra pena privativa de liberdade, executar-se-á primeiro esta última e por último aquela".</p> <p>Portanto, de acordo com o despacho, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti cumprem pena de prisão normal e não estão sujeitos ao isolamento que a pena perpétua acarreta, segundo o Artigo 100 do Decreto nº 10.000, de 1961, e a Lei de Segurança Nacional nº 1.370.</p> <p>O despacho da Auditoria Militar assegura aos dois a participação "em comum com os demais condenados a outras penas privativas da liberdade, das seguintes atividades: a) banhos de sol em dias diferentes, duas vezes por semana; b) esportes ou educação física, em dias não coincidentes com aqueles do banho de sol, duas vezes por semana; c) visita de familiares e amigos, uma vez por semana em dia predeterminado, que não seja nenhum daqueles".</p> <p>"Esciarego a V Excia" — diz o despacho do Auditor ao Secretário de Justiça — "que somente após o cumprimento da pena privativa de liberdade em 4 de abril de 2032 é que o réu Rholine Sonde Cavalcanti passará a cumprir a pena de prisão perpétua". Carlos Alberto Soares, que está preso desde o dia 7 de fevereiro de 1971, cumprira sua pena até o dia 11 de agosto de 2012, e, ainda de acordo com o despacho do Juiz, começará no dia 12 de agosto, o cumprimento da pena de prisão perpétua.</p>

Carta presos políticos



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Moniz de Aragão acha que é um dever dos estudantes participar da vida política</p> <p style="text-align: center;"><i>Journal do Brasil - 27/05/72</i></p> <p>"Seria uma coisa extraordinária se os Partidos que estão aí, e que sinceramente constroem pelas figuras que apresentam, pudessem ser renovados por estudantes que trouxessem pensamentos novos. Acho que é um dever do estudante participar da vida política de seu país. Não entendo uma juventude indiferente ao seu futuro. Mas gostaria de ver essa juventude militando nos órgãos próprios".</p> <p>A opinião é do professor Raymundo Moniz de Aragão, ex-Ministro da Educação e Cultura do Governo Castelo Branco e membro do Conselho Federal de Cultura, que fez ontem, no Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ, palestra sobre problemas da educação no Brasil.</p> <p>MASSIFICAÇÃO</p> <p>O professor Moniz de Aragão disse que a massificação do ensino superior no Brasil não foi uma providência do Governo, mas uma pressão social a que o Estado cedeu. Para ele, "observador frio, que está de fora", isso provocou uma queda temporária no nível de ensino, "que será recuperado rapidamente e que talvez se justifique pelo aumento do número de estudantes excepcionais positivos que entraram para a faculdade".</p> <p>O professor lembrou ainda que, enquanto o percentual de analfabetos no país diminui, o número absoluto aumenta. Segundo ele, as causas estão na elevada taxa de natalidade e na distribuição irregular da população, na pressão da família rural em tirar o filho da escola e colocá-lo no campo, e no baixo crescimento do ensino primário, "ao contrário do que aconteceu com o ensino universitário nos últimos anos".</p> <p>Segundo o Sr Moniz de Aragão, o Decreto-Lei 477 pode ser esquecido no fundo de uma gaveta, "pois eu não vejo como ele possa incomodar a um estudante que esteja disposto a estudar, a frequentar suas aulas. Dessa maneira, acho que se dá à Lei 477 uma importância que ela não tem".</p> <p>O professor disse ainda que, hoje, os Partidos políticos fazem um jogo com os estudantes, "mais ou menos insincero: fazem-lhes cortesias porque querem os votos, mas não assumem uma política comprometida".</p> <p>"Que o Partido, no momento da eleição, acene com essa ou aquela providência, como engodo para ganhar a simpatia e depois descontinue a política, acho certo. Esse jogo, acho extremamente insincero. Cada Partido pudesse contar com uma ala estudantil vigorosa, capaz de impor à linha partidária o seu pensamento, ou pelo menos trazer o contributo de seu pensamento se fazendo o presente", acrescentou, concluindo:</p> <p style="text-align: right;"><i>Posta Recentes de Jor...</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

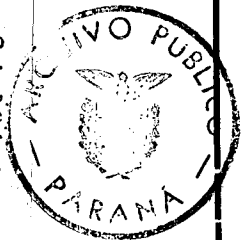
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Guazzelli defende o fim da Lei Falcão e nova regulamentação para TV</p> <p><i>Porto Alegre</i> — O Governador Sivaldo Guazzelli manifestou-se, ontem, favorável ao restabelecimento do debate político-eleitoral através do rádio e da televisão, desde que com nova regulamentação, "que permitisse a participação equânime de todos os candidatos".</p> <p>A revogação da Lei Falcão nos termos propostos, segundo o Sr Sivaldo Guazzelli, "poderia contribuir para a educação política do povo, que afinal de contas deve ser o objetivo maior de qualquer campanha eleitoral".</p> <p style="text-align: center;">Candidatos</p> <p>Após convocar a imprensa ao Palácio para anunciar que, finalmente, a Arena gaúcha havia conseguido definir sua chapa de candidatos a eleição direta para o Senado, a ser formada pelo ex-Secretário de Turismo, Sr Mario Ramos e o suplente do Senador Daniel Krieger, Sr Fernando Gay da Fonseca, o Governador gaúcho respondeu a algumas perguntas.</p> <p>Sobre o elenco de reformas políticas antecipadas pelo Senador Petronio Portella ao Diretório Nacional da Arena, disse que se constituem "um passo importante, mas não definitivo, para a re-democratização".</p> <p>— Porque, desde logo, elas importam na supressão do arbitrio e como vocês devem lembrar sempre sustentei ser imprescindível a extinção do Ato como premissa deste ponto: a supressão do arbitrio.</p> <p>A pergunta sobre a tentativa de constituição de uma Frente Ampla como instrumento de reivindicação de normalização político-institucional, o Sr Sivaldo Guazzelli respondeu, laconicamente, considerar que "não é a composição que quer o aperfeiçoamento político. Nós também a estamos pensando".</p> <p>Anúncios os nomes dos candidatos ao Senado, o Governador foi solicitado a dar seu prognóstico sobre o resultado das próximas eleições no Estado.</p> <p>— Acho que a Arena precisa realizar um esforço maior do que o MDB para buscar um equilíbrio em relação aos resultados de 74.</p> <p style="text-align: right;"><i>Para Secretos de Jornais</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="1236 565 1476 806" style="text-align: right;"> </div> <div data-bbox="837 903 1356 1047" style="text-align: center;"> <p>Ameaça preocupa <i>Folha de São Paulo 24/05/78</i> presos do Recife</p> </div> <p>Através de seus familiares, os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, que encerraram há duas semanas uma greve de fome, enviaram documento ao juiz auditor da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, José Bolívar Regis, solicitando segurança e manutenção da integridade física de um de seus companheiros, José Emilson Ribeiro, que estaria ameaçado "de ser removido para a Polícia Federal a fim de prestar depoimento".</p> <p>No documento, os presos políticos afirmam que tomaram conhecimento da ameaça através de Valdir Costa, que, recentemente interrogado na Polícia Federal, teria ouvido referências neste sentido. Destacam também, que em 1976, "o mesmo José Emilson Ribeiro, juntamente com José Calixtrato Cardoso, Cláudio de Souza Ribeiro e José Adeilton Ramos, fora retirado desta Penitenciária e levado para o Esquadrão da Polícia da Aeronáutica e ali submetido a toda sorte de torturas". Daí a "profunda apreensão" manifestada pelos presos políticos.</p> <p>Os familiares dos presos políticos de Itamaracá procuraram a Secretaria de Justiça do Estado de Pernambuco, para denunciar que a direção do Presídio Barreto Campelo teria suspenso os encontros conjugais dos presos políticos, como forma de punição.</p> <p>O juiz auditor da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, José Bolívar Regis, afirmou que somente amanhã, dia de amanhã, será divulgado o despacho que autoriza o pedido de transferência de Bolívar Regis para a que estão submetidos os presos políticos, os Al-berto Soares e Roberto Sena, há mais de dois anos. José Bolívar Regis garantiu que o despacho será divulgado só após o secretário de Justiça do Estado tomar conhecimento do seu teor.</p> <div data-bbox="1165 1926 1492 2155" style="text-align: right;"> <p><i>Post Presos Políticos</i></p> </div>


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Presas políticas agradecem à Igreja</p> <p><i>Contra de Vitoria 11/0</i></p> <p>Rio. Depois de celebrar a missa da Páscoa, no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, o cardeal Dom Eugênio Sales recebeu ontem das presas políticas Denise Vieira de Souza, Norma Sa... e Rosalice Magaldi Fernandes uma carta endereçada ao secretário geral da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, na qual agradecem a atuação da Igreja Católica como intermediária na solução dos seus problemas e outras nas mesmas condições.</p> <p>As presas continuam reivindicando a transferência para o Presídio Milton Dias Moreira, onde estão os outros presos políticos. O diretor do Desipe, Francisco Massa Filho, salientou que nesse departamento não há nenhum pedido sobre o assunto. Jessie, Norma e Rosalice reclamaram ainda da deficiência do tratamento médico. A primeira sofre dos rins na missa passou mal - e a última, da coluna.</p> <p>A missa da Páscoa, celebrada na ca-</p> <p>pela do Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, foi assistida por cerca de 100 das 160 presas, das quais estavam as presas Denise Jane Vieira de Souza, Norma Sa... e Rosalice Magaldi Fernandes, que se sentaram no último banco, escoltadas por dois homens. A primeira sentindo dores provocadas por uma crise renal. Jessie saiu no meio do ato litúrgico acompanhada de Rosalice retornando minutos depois.</p> <p>No seu sermão, dom Eugênio Sales lembrou que a Páscoa representa a vitória de Cristo sobre a morte e o pecado e recomendou a todos que olhassem o futuro com esperança. Cerca de vinte pessoas compareceram entre as quais estavam o diretor do Departamento do Sistema Penal (Desipe), Francisco Massa Filho, e os diretores dos Institutos Penais Talavera Bruce, Denise de Souza Soares, Esmeraldino Bandeira, Patricio Gomes de Sá. Na saída da missa cada presa recebeu um bombom.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto Presos Políticos</i></p> <p style="text-align: right;"></p>

111

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA

Presas políticas *reclamam a cardeal* **SUBJ** *melhor tratamento*

folha de São Paulo 2/10/68-178

RIO, (Sucursal) — Melhores condições de tratamento, tanto humano como médico, foram as reivindicações feitas, ontem, pelas presas políticas do Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, ao cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, que celebrou a Missa de Páscoa dos presos na capela do presídio de mulheres, iniciando o programa de visitas previsto pelo calendário da Comissão Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio. Cerca de 70 das 160 presas assistiram a missa cantando algumas músicas do Canto de Meditação, acompanhadas do diretor do Desipe, Francisco Massat Filho, e da diretora do presídio, Denise de Souza Soares.

Sempre escoltadas por uma segurança especial, Rosalice Magaldi Fernandes, Jessie Jane Vieira de Souza e Norma Sá Pereira, três das cinco presas políticas, assistiram a missa, sendo que Jessie, devido ao seu estado de saúde precário, passou mal e saiu, voltando mais tarde. Enquanto isso, Maria Cristina Ferreira de Oliveira e Inês, ficaram encarceradas proibidas de irem a capela para rezarem.

Dom Eugênio Sales, após a missa, e acompanhado do diretor do Desipe e da diretoria do presídio Talavera Bruce, visitou e conversou com as presas políticas. Maria Cristina foi a primeira a falar com o cardeal, dizendo-se recuperada da greve de fome terminada há poucos dias em Itamaracá. Ela agradece o apoio de dom Eugênio e da CNBB e pediu melhores condições de tratamento. Rosalice, Jessie e Norma também conversaram com dom Eugênio rapidamente recebendo o

apelo do cardeal para que não fizessem mais greve de fome.

Quanto às visitas íntimas reivindicadas pelas presidiárias comuns, declarou D. Eugênio que "é um problema complexo" que como bispo não deve emitir juízo, preferindo aguardar os estudos que estão sendo feitos pelo diretor do Desipe".

No momento que Dom Eugênio Sales ia passar pela cela de Maria de Lourdes, a Lou, esta foi empurrada por dois guardas para o interior da cela, sendo impedida de falar com o cardeal.

A carta endereçada a Dom Ivo Lorscheider, Secretário-Geral da CNBB, é a seguinte: "Acabamos de travar nova luta contra as forças de opressão: Novamente fomos forçados a jogar nossas vidas numa prolongada greve de fome para que a sobrevivência de dois companheiros fosse garantida. Se houve eco, se houve vitória, devemos a todos os setores da sociedade que nos apoiaram. Agradecemos a Dom Hélder e a Comissão de Justiça e Paz de Recife e Olinda. Queremos agradecer a essa Igreja que desde 1968, com o Vaticano II, vem crescendo no seu encontro com o povo. Vem se impondo enquanto instrumento de libertação. A moção aprovada em Itaici exigindo anistia ampla e irrestrita é coerente com esta práxis. Hoje, quando todo o episcopado se prepara para o retrocesso comprometido em Madelim, temos certeza que é necessário assumir um compromisso com a liberdade, que aprendamos a respeitar, queremos agradecer. Rosalice Magaldi Fernandes; Jessie Jane Vieira de Souza e Norma Sá Pereira".

Carta Presas Políticas



182

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Dom Eugênio Sales nega ter proibido missa por presos

Journal do Brasil - 24/05/66

O Grande Arcebispo Dom Eugênio Sales negou ter proibido missas pelos presos políticos que em abril fizeram greve de fome contra o isolamento carcerário de Antônio Sonda Cavalcanti e Carlos Alberto Torres, em Itamaracá. Na visita pascual que fez ontem ao Instituto Penal de Bangu, em Bangu, três presas policias agradeceram-lhe o apoio da Igreja.

Sobre o direito das detentas de receberem visitas íntimas — defendido na ocasião pelo diretor do Departamento do Sistema Penitenciário, Sr Francisco Massá — o Cardeal considerou ter aspectos negativos (esse direito deve ser estendido às mulheres solteiras e "infringe lei moral") e positivos (diminui a tensão dos presos) a serem ponderados.

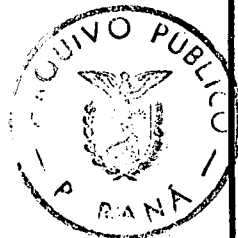
A missa

A missa da Páscoa, celebrada na capela do Instituto, foi assistida por

cerca de 100 das 160 detentas, das quais estavam as presas políticas, e asie Jane Vieira de Souza, Norma Pereira e Rosalice Magaldi Fernandes, que sentaram no último banco escoltadas por dois guardas. Como se viu, cores provocadas por uma crise, a missa saiu no meio do ato litúrgico, acompanhada de Rosalice, que retornou minutos depois.

A homilia, Dom Eugênio Sales lembrou que a Páscoa representa a vitória de Cristo sobre a morte e recomendou que todos olhassem o futuro com esperança. Cerca de 200 pessoas comungaram, entre as quais estavam o diretor do Desipe e os diretores dos Institutos Penais Talavera e Souza Denise de Souza Soares, e Bandeira, Sr Patricio Gomes. Na saída da missa cada presa recebeu um bombom.

Lista presos Políticos



173

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊN
	<p>Dom Eugênio reza missa de Páscoa no presidio e ouve queixas de presos políticos</p> <p><i>Jornal do Brasil</i> 13/05/78</p> <p>Na visita que fez ontem aos presos políticos na Divisão de Segurança da Penitenciária Milton Dias Moreira, o Cardeal Eugênio Salles, que foi celebrar missa de Páscoa — para cerca de 100 detentos, 18 dos quais comungaram — ouviu reclamações sobre censura a livros e jornais, proibição de visitas e isolamento dos presos em Juiz de Fora.</p> <p>Os presos comuns queixaram-se da transferência da ilha Grande para os presídios do Rio, dizendo que suas famílias, que moram lá, ficaram abandonadas. O Cardeal esteve também na Unidade Especial, onde ficam os presos de maior periculosidade (a maioria deles ex-policiais, de acordo com informação do diretor do presídio, Sr Antônio Carlos Soares).</p> <p>CENSURA E ANISTIA</p> <p>Durante os 45 minutos que passou na Divisão de Segurança, onde estão os 29 presos políticos, o Cardeal fez uma mesa redonda com eles. Os detentos reclamaram que não recebem os semanários e queixaram-se que "as visitas estão se tornando cada vez mais difíceis, sem que sejam explicados os motivos das proibições".</p> <p>Um deles agradeceu ao Cardeal a nota da CNBB sobre anistia: "Somos interessados no assunto e a anistia ampla, geral e irrestrita trará a paz e será o primeiro passo para a democracia, o que nos alegrará bastante". O Cardeal respondeu que a nota do Episcopado não havia sido exatamente aquilo que ele estava dizendo ("Você está misturando as coisas").</p> <p>Depois de conversar com os presos políticos, o Cardeal Eugênio Salles passou 15 minutos no Hospital Psiquiátrico Nelson Hungria e</p> <p>distribuiu sabonetes e escovas de dentes para os 96 internos. Dom Eugênio, acompanhado pela psicóloga Léia Atta visitou as seis enfermarias do hospital.</p> <p>ASSISTENCIA</p> <p>Os 25 detentos que foram transferidos da ilha Grande — ela vai ser transformada em um complexo turístico — reclamaram do abandono em que ficaram suas famílias que lá permaneceram. O mais revoltado era Flávio Natalício Pereira, de 38 anos: "Minha mulher e meu filho ficaram lá, abandonados; se não derem atenção a meu filho ele vai virar um marginal".</p> <p>O coordenador da Desipe, Carlos Antônio Navega disse que todos os presos da ilha Grande serão transferidos até o final do ano para o Rio, mas garantiu que assistentes sociais estão acompanhando suas famílias, que não serão transferidas agora "porque antes precisam ser orientadas".</p> <p><i>Lista presos políticos</i></p>



144

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>SEXTA-FEIRA — 12 DE MAIO DE 1978 <i>Estado de São Paulo</i></p> <h3><i>Chaves decidirá transferência de presos políticos</i></h3> <p>Da sucursal de BELO HORIZONTE</p> <p>A transferência dos presos políticos de Juiz de Fora para Belo Horizonte depende apenas de decisão da Secretaria de Interior e Justiça do Estado — informou ontem o deputado Genésio Bernardino, após manter contatos na Auditoria Militar. Por isso, a comissão do Movimento Feminino pela Anistia, que visitou ontem a Penitenciária Regional de Linhares, resolveu encaminhar pedido ao governador Aureliano Chaves — “para que ele afirme que há lugar para os presos em Belo Horizonte” — como única forma de conseguir a transferência.</p> <p>Os integrantes da comissão conversaram com os presos — que durante seis dias ficaram em greve de fome — e aos companheiros que foram revelaram que eles estão bastante abatidos e só foram medicados uma vez naquele período, ao contrário do que afirmara o diretor do presídio.</p> <p>Domingo, o MAF divulgará uma nota para ser lida nas principais capitais, endereçada às mães brasileiras, com o objetivo de comover o público para o problema dos presos políticos. O documento lembra o julgamento de Cristo, quando ele disse que era melhor que as mulheres não tivessem filhos, para não sofrerem com as separações violentas.</p> <p>O núcleo de Minas Gerais do Movimento Feminino pela Anistia denunciou ontem em Belo Horizonte a falsidade de três boletins que circularam em algumas faculdades e em fábricas da capital mineira com o timbre da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, nos quais são feitos comentários sobre as atividades subversivas de nove exilados mineiros. Os boletins, segundo a presidente do movimento, Helena Greco, “têm a mesma origem e os mesmos autores das bombas, dos telefonemas anônimos e atentados praticados contra a entidade e seu objetivo é lançar a opinião pública contra o movimento e intimidar seus incentivadores”.</p> <p><i>Pasta Presos Políticos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p align="center"><i>Regulamento de convivio de condenados à prisão perpétua será decidido até 4ª feira</i></p> <p><i>Recife — O convivio dos dois condenados à prisão perpétua — Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares — com os demais presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo será regulamentado quarta-feira, de acordo com informação do Juiz-Auditor da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, Sr José Bolívar Régis.</i></p> <p>Os 15 presos políticos que estiveram em greve de fome durante 23 dias continuam no Hospital da Polícia Militar, em recuperação. O Secretário de Justiça, Sr José Joaquim de Almeida Neto, informou que tão logo estejam recuperados voltarão à Penitenciária. As visitas seguem as normas do Hospital: só são permitidas aos sábados, durante duas horas.</p> <p>NO RIO</p> <p>Três representantes do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro visitaram ontem os 29 presos políticos que fizeram greve de fome durante 15 dias, a pedido de um deles, o médico Elson Violante. Os representantes dos médicos disseram que "do ponto-de-vista nutricional todos vão bem". E consideraram a assistência médica "bem razoável".</p> <p>O Sindicato vai consultar o advogado de Elson Violante para saber de sua situação judicial. Ele foi condenado a um ano e um mês de prisão pelo STF depois de ter sido absolvido pela Auditoria Militar; foi preso em março deste ano e tem 50 dias a serem descontados da pena, tempo que ficou recolhido ao DOI-CODI. Se for possível, o Sindicato agirá em seu favor.</p> <p>Em Belo Horizonte, o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Antônio Dias, enviou telegrama ao Juiz-Auditor de Juiz de Fora, Alzir Fraga, em que pede a transferência dos presos políticos de Linhares para Belo Horizonte</p> <p>Pelo mesmo motivo, estiveram ontem com o juiz Alzir Fraga o ex-líder do MDB, Deputado Genésio Bernardino, o advogado Geraldo Magela e duas representantes do Movimento Feminino pela Anistia, além das mulhères de dois presos em Juiz de Fora.</p> <p>Depois da visita, concluíram que a transferência dos quatro presos políticos para Belo Horizonte "não é mais uma negociação que possa ser feita em Juiz de Fora". Resolveram "fazer uma pressão sobre o Governo "sem metindrar a direção do presidio ou a Auditoria" para que a transferência possa ser concretizada.</p>

*Pastor
José Bolívar*



176


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Finda greve de fome</p> <p><i>Pernambuco do Paraná 11/05/78</i></p> <p>RECEBIAM quinze presos políticos de Itamaracá que encerraram a greve de fome que vinham fazendo distribuíram ontem no Recife dos seus familiares, um documento no qual afirmam que "consideram a regulamentação do convívio com Carlos Alberto Soares e Rholine de Alcântara como uma solução parcial", além de "um reconhecimento, após mais de dois anos, da situação desumana em que se encontravam", segundo palavras do próprio auditor, poderia levá-los à loucura.</p> <p>Para os presos, só o retorno "completo" dos dois condenados à prisão perpétua à vida em comum com os demais "poderá encerrar todas as sequelas de segregação punitiva e esdrúxula que se apresentam em Pernambuco".</p> <p>Ontem o advogado dos presos políticos de Itamaracá, Paulo Henrique Maciel, deu entrada na Auditoria da Sétima Circunscrição Judiciária Militar a uma petição anunciando formalmente ao juiz auditor o término da greve de fome e solicitando o fim do isolamento carcerário dos dois presos condenados à prisão perpétua.</p> <p><i>Posto Presos Políticos</i></p> 

177

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Presos terminam greve

9 Estado do Paraná - 10/05/78

RECIFE — (AJB — O EST. DO) — Os 15 presos políticos internados no Hospital da Polícia Militar encerraram ontem, às 12h40min, a greve de fome que vinham fazendo há 23 dias, depois que conseguiram do secretário da Justiça, sr. José Joaquim de Almeida Neto, a promessa de que seria permitido o convívio dos dois condenados à prisão perpétua com seus companheiros, durante cinco dias da semana. O secretário na ocasião, fez questão de ressaltar que cumpria determinação do auditor militar, sr. José

Bolivar Regis. As negociações para o fim da greve duraram exatamente oito horas e foram feitas pelo subsecretário da CNBB, padre Virgílio Leite, por uma comissão da OAB-PE, uma representação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, pelo presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba, sr. Wanderley Caixe e pelos deputados federais Airton Soares (MDB-SP), membro da Comissão de Direitos Humanos do MDB e Jarbas Vasconcelos,

presidente do Diretório Regional do MDB, em Pernambuco.

Para encerrar o movimento, os detentos exigiram que a comissão formada por aquelas entidades fizesse um relato das negociações para os jornais e que o secretário da Justiça declarasse à imprensa que cumpriria a determinação do auditor, em conceder dois dias de banhos de sol em comum entre todos os presos políticos, dois dias para prática de atividades esportivas e 1 dia de visita coletiva.

Pasta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

STM exime-se do caso dos presos políticos

Boa tarde 10/5/78

BRASÍLIA — (AFCP) — Em sessão secreta convocada pelo vice-presidente Jacy Guimarães Pinheiro, o Superior Tribunal Militar decidiu ontem que cabe ao Juiz-Auditor da 7.ª CJM, do Recife, suspender ou não a incomunicabilidade de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti Silva, que cumpre a pena de prisão perpétua na Penitenciária Barreto Campelo, Itamaracá, Pernambuco.

bem não tem competência para revogar o artigo 105 da Lei de Segurança Nacional, retirando dela a exigência de que os condenados à prisão perpétua devam cumprir, em isolamento, suas penas. "Não compete ao juiz legislar", acrescentou.

Essa decisão foi comunicada, logo após, por Jacy Pinheiro aos familiares dos presos políticos em greve de fome — um total de 84 presos, em Pernambuco (16), Salvador (4), Rio de Janeiro (30 grevistas), São Paulo (21), Fortaleza (10) e Juiz de Fora, como grevistas — em um encontro nervoso, em que todas as pessoas permaneceram de pé, no saguão que leva ao Gabinete de Jacy, no terceiro andar do STM.

FAMILIARES
Os familiares dos presos políticos do Recife foram a Brasília acompanhados de representantes de diversas entidades, como as seções de São Paulo e Rio de Janeiro pelo Movimento Brasileiro Pró Anistia, diretores estudantis e outros. "Eles — Carlos Alberto e Rholine — passaram quatro anos em isolamento, só agora é que isso aconteceu", voltou a mãe de Carlos Alberto. Ora, nós temos um ministro do Reich, até hoje isolado na Alemanha" — respondeu Jacy. Quando um familiar dos presos disse que o que vem sendo feito com eles é quase uma repressão, Jacy retrucou que não poderia "juizar pelo que se diz". E lembrou: "E as irmãs e os pais da vítima, eles também virão perguntar aqui sobre qualquer decisão nossa". Mas "eles já estão condenados" — gritou Rosangies Tamoio, esposa de Rholine Sandi. Os familiares disseram ainda ao Ministro do STM que estão sujeitas a toda sorte de constrangimento quando tentam visitar seus parentes na prisão. "Sofremos humilhações, ficamos na chuva e somos obrigadas a tirar a roupa para a revista". Jacy respondeu: "se essa acusação for verdadeira não podemos bater palmas".

"Mas a auditoria não quer resolver, ele não nos atende. E os meninos estão definhando, eles vão chegar à loucura — gritou a mãe de Carlos Alberto, Ana Daurá. "Ele agora tem de receber", rebateu Jacy. O vice-Presidente do STM (o presidente está viajando) repetiu, várias vezes, que o Tribunal não tem competência "para decidir sobre o assunto, o que cabe apenas à primeira instância".

Jacy também sugeriu que os advogados de Carlos Alberto e Rholine entrassem com um recurso criminal junto ao STM, que frequentemente tranforma as penas de prisão perpétua em 30 anos de reclusão. Por outro lado, o STM tam-

Concentração

Lista presos políticos



Estes são alguns dos presos que não comem

Secretaria de Segurança Pública
Delegacia de Ordem Política e Social

Pront. N.º

NOME:

Rholine Sonde Cavalcanti Silva, 30, estudante, foi condenado às penas de prisão perpétua e de 65 anos. Preso desde 31 de março de 1970, é acusado de filiação ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e de haver participado dos seguintes assaltos: Companhia Sousa Cruz, em Olinda, onde morreu um empregado da empresa; Banco Financeiro em Cavaleiro, distrito de Jaboatão, em Farmácia Bento Socorro, em Jandaíra, no Recife. É acusado, também, de haver lançado uma bomba num palanque armado para o desfile de 7 de setembro de 1969. Encontrou-se em isolamento carcerário há quase três anos e não contou com advogado particular em nenhuma fase do julgamento.

Carlos Alberto Soares, 31, um funcionário, foi condenado a prisão perpétua e a 52 anos de prisão desde 1º de fevereiro de 1971, respondeu a nove processos, acusado de pertencer ao PC e dos seguintes assaltos: Companhia Sousa Cruz, em Olinda, ao carro pagador do Banco London, em Fortaleza; e ao planejamento e execução do assalto ao Tenente da Aeronáutica Teus Levino, que morreu. Segundo seu advogado, Paulo Henrique Maciel, sua pena é uma das maiores do país.

João Bosco Rolemberg, 27, universitário, foi condenado a cinco anos de prisão. Preso em maio de 1973, respondeu a dois processos, um deles em São Paulo, onde foi condenado a dois anos, à revelia. Em Pernambuco, foi condenado a três. Foi acusado de ter participado da Ação Popular, em 1968, em Sergipe, e de exercer atividades subversivas na zona canavieira de Pernambuco, bem como de haver ingressado no Partido Comunista do Brasil, em 1972. Foi também, acusado de ser o responsável pela redação e distribuição do jornal Unir.

José Calixtrato Cardoso Filho, estudante, foi condenado a 72 anos de reclusão. Preso em 2 de janeiro de 1972, respondeu a 12 processos, acusado de ser terrorista. Preso quando utilizava um Volkswagen para uma emboscada, foram encontrados, no veículo, dois rifles calibre 44.3, revólveres e material de propaganda subversiva. Foi acusado de tentar organizar a Frente de Libertação Nacional e de participar de assaltos, de arregimentação de pessoal, criação de guerrilhas rural e urbana para tomar o Poder e de participação no assalto à Coletoria de Bodo-

mento na morte do Tenente Levino, da Aeronáutica. Não consta seu depoimento nos processos que lhe foram movidos.

Arlindo Felipe da Silva, 33, operário, responde a dois processos. Preso em abril de 1971, foi condenado a 34 anos. Foi acusado de pertencer ao comando da Vanguarda Armada Revolucionária no Nordeste e de ser o encarregado do setor rural da região. Foi acusado de participar de vários roubos e assaltos e de ter reagido a bala aos agentes da polícia, quando foi preso num aparelho, em Sucupira, Pernambuco.

Antônio Ricardo Braz, trabalhador rural, condenado a 17 anos de reclusão. Preso em 4 de maio de 1971, respondeu a dois processos, acusado de pertencer à VAR e de ser responsável pelo núcleo de base de Timbaúba, Pernambuco. Segundo seus advogados, 14 dos 17 anos de condenação são consequência da acusação de ter comparecido a um encontro com outros companheiros, de onde partiriam para uma ação armada, que não chegou a se realizar.

Alanir Cardoso, estudante, de 31 anos, foi condenado a três anos de prisão. Preso desde setembro de 1974, respondeu a dois processos, acusado de ser um dos dirigentes da Ação Popular Marxista-Leninista, órgão do Partido Comunista do Brasil, e de prática de atividades subversivas em Minas Gerais, São Paulo e Nordeste. Foi preso em companhia do pastor americano Fred Morris, expulso do Brasil e condenado pela Auditoria da 4a. Circunscrição Militar, em Minas Gerais.

José Pedro da Silva, 27, operário, foi condenado a nove anos e dois meses de reclusão. Preso em 4 de abril de 1970, respondeu a dois processos, acusado de ser terrorista, filiado do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e de envolvimento com roubo de carros e armamento em vários bairros do Recife. Foi acusado também de participar do grupo que, embora não tenha conseguido seu objetivo, planejou um assalto ao União de Bancos e a um posto de gasolina, no Recife.

Francisco Peixoto de Carvalho, 25, agricultor e condenado a 25 anos de prisão. Tem quatro processos e foi preso em fevereiro de 1972. Foi acusado de ser militante da Aliança Libertadora Nacional e segundo os autos dos processos, praticou os seguintes assaltos:

pertencer ao movimento político denominado Corrente, em Minas, e à Aliança de Libertação Nacional, em São Paulo, além de assaltos a bancos. Na ocasião da prisão, foi baleado no pescoço, o que lhe causou distúrbios na fala. Há duas semanas encontra-se no DOPS de Belo Horizonte, para visitar a mãe, que foi operada.

Aldo Silva Arantes, preso no dia 16 de dezembro de 1976, na Lapa, foi acusado de participar do Partido Comunista do Brasil e condenado a 5 anos, na 1a. Auditoria. Ex-dirigente da União Nacional dos Estudantes, sera julgado, no dia 14, como incurso no Artigo 14 da Lei de Segurança Nacional, em outro processo.

Atino Rodrigues Dantas Júnior, ex-presidente da UNE, foi condenado a 63 anos, pela 2a. Auditoria, como militante do Partido Revolucionário Trabalhista.

Antônio André Camargo Guerra, condenado a 28 anos, pela 2a. Auditoria, como militante do grupo terrorista Frente, é ex-estudante de Economia. **Antônio Pinheiro Salles**, condenado pela 2a. Auditoria Militar de São Paulo, a 19 anos e três meses de prisão.

Ariston de Oliveira Lucena, militante da Vanguarda Popular Revolucionária, foi condenado a 76 anos de prisão pela 2a. Auditoria.

Aton Fon Filho, preso no dia 19 de dezembro de 1969, como militante da Aliança Libertadora Nacional, foi condenado a 81 anos e 6 meses pela 2a. Auditoria.

Diógenes Sobrosa de Souza, com 30 anos de prisão, foi condenado pela 2a. Auditoria como integrante da Vanguarda Popular Revolucionária.

Francisco Gomes da Silva, preso desde o dia 28 de setembro de 1969, deverá cumprir 30 anos, por ter pertencido à ALN. Ex-funcionário público, era irmão, Virgílio Gomes J. Silva, morreu nas dependências do DOI-CODI, de São Paulo.

Gregório Mendonça, o Gaúcho, foi condenado a 30 anos, pela 2a. Auditoria, como integrante do Movimento Terrorista Frente.

Haroldo Borges Rodrigues Lima, engenheiro eletricista, deverá cumprir pena de cinco anos, acusado de pertencer ao Partido Comunista do Brasil. Foi preso na mesma ocasião em que Aldo Silva Arantes e Vladimir Ventura Torres Pomer-

la em Fortaleza, foi absolvido num deles, relativo ao assalto ao carro pagador do Lond of Bank, em Fortaleza. Está condenado a 75 anos de prisão. Preso em setembro de 1970, quando cursava o 3º ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, é casado e tem dois filhos.

José Alves Gondim Neto, pernambucano de nascimento, foi acusado de integrar a Aliança de Libertação Nacional e de assaltos a bancos, em Fortaleza. Com 35 anos de idade, operário, cumpre pena de 35 anos de prisão.

José Ferreira Lima, de 35 anos de idade, operário, pai de sete filhas, foi acusado de assaltar a Agência do Banco Mercantil do Ceará, na Praça São Sebastião, ao depósito da Coca-Cola e Empresa Autoviária São Vicente de Paula.

José Jerônimo de Oliveira, solteiro, estudante do Instituto de Química da Universidade Federal do Ceará, tem 37 anos e foi condenado a 37 anos de prisão, por assaltos a bancos e à empresa comercial de transportes, pertencente à ALN.

José Sales de Oliveira, de 33 anos, casado, pai de quatro filhos, foi condenado como chefe do grupo do ALN no Ceará. Acusado de participação em assaltos a bancos e empresas comerciais e de haver participado do assalto, sequestro e assassinio de um comerciante na cidade de São Benedito, na Serra da Ibiapaba, na divisa do Ceará com o Piauí, em 1970, ainda não foi julgado por sua participação neste caso. Cumpre pena de 33 anos de prisão.

Mário Miranda Albuquerque, estudante universitário, de 26 anos, solteiro, foi condenado em dois processos por subversão, no Recife e em Fortaleza, a 13 anos de prisão. Cumpre pena no Instituto Penal Paulo Salazarte.

Waldemar Rodrigues de Menezes, acusado de integrar a ALN, foi condenado à prisão perpétua, por co-autoria no assalto, sequestro e morte de um comerciante em São Benedito. Seu julgamento provocou momentos de hilariedade, porque o tribunal acrescentou, à prisão perpétua, uma pena de mais três anos e seis dias. Waldemar é alagoano, solteiro e tem 33 anos de idade.

Willian Montenegro, também condenado à prisão perpétua,



Handwritten notes and signatures: "Quarta", "30/06/78", "03/07/78", and a signature.

PT 1590-181

...bem, acusado de ser o responsável pela redação e distribuição do jornal Unir.

José Calixtrato Cardoso Filho, estudante, foi condenado a 72 anos de reclusão. Preso em 2 de janeiro de 1972, respondeu a 12 processos, acusado de ser terrorista. Preso quando utilizava um Volkswagen para uma emboscada, foram encontrados, no veículo, dois rifles calibre 44.3, revólveres e material de propaganda subversiva. Foi acusado de tentar organizar a Frente de Libertação Nacional e de participar de assaltos, de arregimentação de pessoal, criação de guerrilhas rural e urbana para tomar o Poder e de participação no assalto à Coletoria de Bodocó, em Pernambuco, e à Companhia de Transportes Urbanos no Recife.

Luciano Almeida, 26, estudante, foi condenado a 63 anos de prisão. Preso em 31 de março de 1970, respondeu a seis processos, acusado de ser responsável pelo Comando Político Militar e pelo Partido Comunista Revolucionário, organismo que tinha por objetivo promover ações militares para confisco de armas, explosivos e dinheiro. Foi acusado, também, de participar do assalto a um posto de gasolina e de haver lançado uma bomba no pulanque para o desfile de 7 de setembro, em 1969.

Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, 30, universitário, foi condenado a 44 anos e 10 meses de prisão. Preso em 19 de julho de 1970, respondeu a sete processos, um dos quais no Ceará. Foi acusado de pertencer a um aparelho desarticulado pela polícia em Afogados, no Recife, onde foram encontrados documentos relativos ao sequestro de consules dos Estados Unidos e de participar do assalto ao carro do Bank of London, no Ceará. Foi acusado, ainda, de ser do Comitê Regional do Nordeste do PCB. Segundo seus advogados, ele não foi indiciado na fase policial e sua participação em todos os atos foi indireta.

José Emilson Ribeiro, 30, jornalista, foi condenado a 19 anos e quatro meses. Preso em agosto de 1973, respondeu a sete processos, acusado de ser integrante do Partido Comunista Revolucionário e de participação no assalto ao Parque da Aeronáutica no Recife; de ser coordenador do setor operário do PCR, de panfletagens no Recife e de assalto à um táxi, quando morreu o motorista.

Marcelo Mário de Melo, 30, foi condenado a 10 anos e seis meses. Responde a três processos, acusado de usar falsa identidade, de ter participado de um tiroteio em Fortaleza, com outros elementos, contra agentes da Polícia Federal. Segundo documento fornecido pela Secretaria de Justiça de Pernambuco, ele recebia dinheiro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, do qual era membro.

Alberto Vinícius do Nascimento, 28, universitário, foi condenado a 44 anos de reclusão. Preso em 4 de novembro de 1970, respondeu a seis processos, acusado de ter ingressado no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e de ter participado de várias ações de expropriações de chapas e de dinheiro. Foi acusado, também, do assalto à Companhia Souza Cruz, quando morreu o funcionário Nilson Lins; e ao Banco da Bahia, em Salvador, e de envolvi-

mento de ser terrorista, filiado do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e de envolvimento com roubo de carros e armamento em vários bairros do Recife. Foi acusado também de participar do grupo que, embora não tenha conseguido seu objetivo, planejou um assalto ao União de Bancos e a um posto de gasolina, no Recife.

Francisco Peixoto de Carvalho, 25, agricultor e condenado a 25 anos de prisão. Tem quatro processos e foi preso em fevereiro de 1972. Foi acusado de ser militante da Aliança Libertadora Nacional e segundo os autos dos processos, praticou os seguintes assaltos: à Cia. de Transportes Urbanos, em novembro de 71, utilizando um carro roubado; à Coletoria de Bodocó, em agosto de 1971; e ao comerciante Amadeu Robalinho, no Crato, Ceará. Planejou assaltar o Banco do Brasil e cogitou, segundo a acusação, do aproveitamento da Serra do Araripe para instalação de um foco de guerrilhas nos moldes das de Cuba.

José Adeildo Ramos, 32, marinho, responde a três processos. Sua pena é de 10 anos e seis meses e ele é acusado de, usando falsa identidade, ter participado de um tiroteio de fortaleza, contra agentes da Polícia Federal. Segundo documento fornecido pela Secretaria de Justiça de Pernambuco, ele recebia dinheiro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, conseguido através de assaltos e contribuições de filiados.

José Francisco Neves, acusado de organizar o comitê estadual do Partido Comunista Brasileiro, electricista está condenado a três anos, já tendo cumprido metade da pena. Atualmente com 40 anos, foi tecelão até 1964, vereador em Sabará e um dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis de Belo Horizonte. Depois de cassado e preso em 1964, passou a exercer atividades autônomas e tornou-se electricista, profissão que exerceu até 20 de maio de 1976, quando foi preso novamente pela Polícia Federal.

Cecílio Emídio Saturnino, ex-cabo da Polícia Militar, tem 34 anos e está condenado a 12 anos, acusado de participar de uma organização de esquerda em Minas, ligada ao Partido Comunista Brasileiro. No ano passado, seus advogados pediram sua liberdade condicional, pois já cumprira metade da pena, mas o pedido foi indeferido. É solteiro e já foi servente da Usiminas, em Furnas e em Brasília. Aprovado há três anos, no vestibular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não pôde frequentar o curso, por decisão judicial.

Paulo Elisácio Nunes, publicitário, foi preso em 1976, sob a acusação de haver pertencido ao comitê estadual do Partido Comunista Brasileiro, dirigido uma frente juvenil da organização clandestina e ter feito curso de capacitação política da União Soviética. Com 37 anos, casado, tem dois filhos e foi condenado a dois anos e meio de prisão. No momento, aguarda julgamento de pedido de liberdade condicional, em apreciação pelo Superior Tribunal Militar.

Monir Tahan Sab, condenado a 34 anos de prisão, era funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte e estudante de Direito da UFMG. Procurado pela polícia desde 1969, foi preso em São Paulo, em 1971. Foi acusado de

em 1969, dever cumprindo 30 anos, por ter pertencido à ALN. Ex-funcionário público, era livreiro. Consta, ainda, que seu irmão, Virgílio Gomes J. Silva, morreu nas dependências do DOI-CODI, de São Paulo.

Gregório Mendonça, o **Gaucho**, foi condenado a 30 anos, pela 2a. Auditoria, como integrante do Movimento Terrorista Frente.

Haroldo Borges Rodrigues Lima, engenheiro electricista, deverá cumprir pena de cinco anos, acusado de pertencer ao Partido Comunista do Brasil. Foi preso na mesma ocasião em que Aldo Silva Arantes e Wladimir Ventura Torres Pomar.

Hilário Gonçalves Pinha, operário, nascido em Santa Catarina, foi condenado pela 1a. Auditoria a quatro anos, como integrante do PCB.

Joaquim Celso de Lima, motorista, foi preso na Lapa, acusado de pertencer ao Partido Comunista do Brasil e condenado a três anos, pela 1a. Auditoria.

José Carlos Giannini, ex-estudante, deverá cumprir pena de 42 anos, conforme sentença da 2a. Auditoria, acusado de pertencer ao Movimento de Libertação Popular.

José Milton Ferreira de Almeida, acusado de militar na Ação Popular Marxista-Leninista, foi condenado a dois anos pela 1a. Auditoria de São Paulo e a outros dois anos pela 1a. Auditoria de Brasília. Engenheiro electricista, é baiano.

Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, preso desde 29 de setembro de 1969, era estudante de Arquitetura. Foi condenado a 48 anos de prisão, pela 2a. Auditoria, acusado de pertencer à ALN.

Marco Antônio Tavares Coelho, ex-Deputado federal, cumpre pena de cinco anos, acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro. Impetrou recurso ao Superior Tribunal Militar, pleiteando o direito de escolher e receber livros políticos negados pela direção do presidio, e o STM manteve a censura.

Nei Jansen Ferreira Júnior, preso desde 22 de março de 1971, acusado de pertencer a Frente ex-professor de Matemática, foi condenado a dois anos em um processo e a mais 12, em outro, pela 2a. Auditoria.

Oswaldo Pacheco da Silva, ex-líder sindical, ex-Deputado e ex-secretário do Comando Geral dos Trabalhadores, foi acusado de pertencer ao PCB, foi condenado a três anos e seis meses pela 2a. Auditoria.

Paulo Walter Radtke, foi condenado pela 2a. Auditoria a 21 anos e seis meses de prisão.

Wladimir Ventura Torres Pomar, acusado de pertencer ao comitê central do Partido Comunista do Brasil, foi preso na Lapa, quando morreu seu pai, o ex-Deputado Pedro Pomar, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança. Cumpre pena de cinco anos, condenado pela 1a. Auditoria.

David Gongora Júnior, acusado de pertencer à VAR-Palmares, cumpre pena de oito meses e está respondendo a mais três processos na 2a. Auditoria, em São Paulo.

Candido Pinheiro Pereira, de 38 anos, casado, estudante de Pedagogia, está preso desde 17 de abril, quando foi julgado e condenado a um ano de prisão, por fazer propaganda considerada subversiva no Ceará.

Fabiani Cunha, acusado, em sete processos, de assaltos a bancos, ao depósito da Coca-Co-

la, em Fortaleza, a 13 anos de prisão. Cumpre pena no Instituto Penal Paulo Salazarte.

Waldemar Rodrigues de Menezes, acusado de integrar a ALN, foi condenado à prisão perpétua, por co-autoria no assalto, sequestro e morte de um comerciante em São Benedito. Seu julgamento provocou momentos de hilariedade, porque o tribunal acrescentou, à prisão perpétua, uma pena de mais três anos e seis dias. Waldemar é alagoano, solteiro e tem 33 anos de idade.

Willian Montenegro, também condenado à prisão perpétua, por ter participado do caso de São Benedito e de assaltos a empresas comerciais. Era propagandista de um laboratório farmacêutico.

Teodomiro Romeiro dos Santos, de 26 anos, foi o primeiro brasileiro condenado à pena de morte, em julgamento realizado em março de 1971, quando tinha 18 anos. No julgamento, necessitou da assistência de um curador de menores. Preso em setembro de 1970, acusado de pertencer ao Partido Comunista Revolucionário Brasileiro, quando era transportado num jipe, matou a tiros o Sargento da Aeronáutica Valder Xavier de Lima. Foi acusado também de assalto a um banco no Bairro da Liberdade, em Salvador. Sua condenação à pena de morte foi pouco tempo depois, convertida em prisão perpétua e, no fim de 1974, reduzida para 30 anos. Está condenado a 48 anos e seis meses de prisão, sendo 30 anos pela morte do sargento e o restante pelo assalto ao banco e pela acusação de pertencer ao PCB.

Paulo Pontes da Silva, de 32 anos, foi preso juntamente com Teodomiro, em setembro de 1970, acusado de pertencer ao PCB e do assalto ao banco. Condenado em março de 1971 à prisão perpétua, quando da redução da pena de Teodomiro, foi absolvido da acusação da morte do sargento. Sua pena é de 19 anos e 10 meses, sendo 15 pelo assalto ao banco e o restante por participar de organização política clandestina, estando, também, incluída uma pena de julgamento no Recife. Tem um filho e sua mulher foi morta durante um tiroteio no Rio de Janeiro. z

Aluizio Valério da Silva, de 28 anos de idade, foi preso em 1972, em Pernambuco, e condenado a 12 anos de prisão em julgamentos no Recife e em Fortaleza. Há pouco mais de um ano, pediu transferência para Salvador, para acompanhar sua mulher, Maria dos Milagres, estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia. Na sua pena estão incluídos mais três anos por medida de segurança, uma vez que ele foi considerado elemento de alta periculosidade, por sofrer de distúrbios mentais. Essa condenação está em grau de recurso e, esta semana, ele se submeteu a exames de sanidade mental no Manicômio Judiciário da Bahia.

Paulino Vieira, de 48 anos de idade, foi preso em julho de 1975, juntamente com mais 10 integrantes da Ala Jovem do MDB, inclusive o Vereador Sérgio Santana, acusado de tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro. Está condenado a oito anos de prisão, divididos em cinco anos por suas atividades na Bahia e mais três anos por atividades em São Paulo. Tem seis filhos.

181

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>PRESOS POLITICOS da Prisão Provisória de Curitiba, enviando ofício ao Almirante Hélio Leite, Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar, e uma cópia à Gazeta do Povo, solicitando que se preocupe com os acontecimentos da Penitenciária Prof. Dr. João Campelo de Camacá, Pernambuco, para que tenha fim "ao horrível e degradante isolamento imposto aos presos políticos. Rui Son de Cavalcanti e Carlos Alberto Soares. Para evitar a total deterioração da saúde e dar-lhes um tratamento humano". Diz ainda o ofício: "Pensamos que a justiça não deseja que o ódio e a vingança sejam sustentados em normas carcerárias da penitenciária. Aceitamos o sofrimento desses presos políticos porque estamos em condições que não permitem outra semelhança".</p> <p>ASSINADO por <u>Newton Cândido e Teodoro Ghercov</u>, o ofício termina dizendo que "acrescentamos o nosso protesto ao que já está sendo feito em vários Estados contra tão cruel e desumano tratamento dado a estes dois presos políticos, o que os leva a fazerem greve de fome para obter melhor tratamento carcerário em convívio com os outros companheiros de prisão e poder assim continuar com vida até dias melhores".</p> <p><i>Gazeta do Povo 7/10/78</i></p> <p><i>Arquivar para presos políticos</i> <i>Arquivado em 14/12/78</i> <i>[Signature]</i></p>



PT 1590-194

Secretaria de Segurança Pública

132

Delegacia de Ordem Política e Social

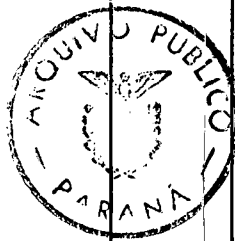
NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Greve de fome dos presos do Ahu durou 4 dias</p> <p style="text-align: right;"><i>Arquivo do Conselho 19/05/78</i></p> <p>Foram enviadas às redações dos jornais cópias de carta endereçada à 7ª Conferência Nacional dos Advogados, e na qual os signatários, Newton Cândido e Teodoro Ghercov, que se dizem presos políticos encarcerados na Prisão Provisória do Ahu, em Curitiba, anunciam a decisão de entrar também em greve de fome, como atitude de solidariedade ao movimento idêntico dos presos de Itamaracá, Pernambuco. Segundo diz uma nota no pé da cópia, porém, a greve dos presos do Ahu foi suspensa no último dia 10, após quatro dias de duração.</p> <p>Esta é a segunda manifestação local que se conhece a respeito da solidariedade às reivindicações dos presos de Pernambuco e de outros Estados. Há dias, também em cópia xerográfica, os jornais receberam notícia de carta que Newton Cândido e Teodoro Ghercov destinaram ao almirante Hélio Leite, presidente do Supremo Tribunal Militar, para registrar seu apoio aos presos de Itamaracá. Naquela carta, contudo, não se mencionava a intenção de realizar aqui também a greve de fome que deu notoriedade nacional ao protesto.</p> <p>Manuscrita numa folha de papel sem pauta, a carta dirigida à 7ª Conferência da Ordem dos Advogados anuncia a decisão dos presos políticos do Ahu de entrar também em greve de fome, no domingo, dia 7 de maio. "Tal decisão - diz a mensagem, datada da véspera, 6 de maio - decorre da necessidade de contribuirmos ao movimento nacional de solidariedade a Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, presos políticos na Penitenciária Prof. Barreto Campelo, de Itamaracá, Pernambuco, vítimas de um isolamento carcerário cruel e desumano a que estão submetidos e que atenta contra suas vidas e leva angústia a seus familiares".</p> <p>A nota datilografada sob as assinaturas de Cândido e Ghercov observa: "Atenção: Comunicamos a suspensão da greve de fome dos presos políticos do Ahu, a qual foi encerrada na data de hoje, dia 10/5/78, após 4 (quatro) dias de greve. Ela foi suspensa em virtude de ter sido solucionada a reivindicação que a motivou: o isolamento dos presos em Pernambuco".</p> <p>Antes, no texto da mensagem, os autores da mensagem dizem que se dirigem à Conferência da OAB porque esta é um dos poucos meios que possuímos para fazer chegar o nosso protesto contra tal brutalidade e também na certeza de que nosso apelo será bem acolhido".</p> <p>A direção dos trabalhos da Conferência nada informou a respeito dessa comunicação.</p>

Arquivo do Conselho 19/05/78



Parentes pedem a Geisel por presos políticos em greve

Brasília — Uma carta com um apelo ao Presidente Geisel para quebra do isolamento carcerário de mais de dois anos dos detentos Rholine Sonde Cavalcanti Silva e Carlos Alberto Soares, na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, Pernambuco, foi deixada, ontem, no Palácio do Planalto, por mães e parentes dos presos políticos que estão em greve de fome em vários presídios, em sinal de solidariedade aos dois.

Na impossibilidade de uma audiência com o Chefe do Gabinete Civil, Ministro Golbery do Couto e Silva, nas duas vezes em que estiveram no Palácio do Planalto, os parentes dos presos políticos, representantes de entidades pela anistia e o secretário-geral da CNBB, concordaram em entregar a carta ao adjunto da Assessoria de Imprensa, Sr Gilberto Pires.

ASSINATURAS

O documento, com assinatura de 19 parentes dos presos, pede ao Presidente Geisel o atendimento "ao mais cômico direito da pessoa humana, que é o de comunicar-se com seus semelhantes". Faz um relato da situação de 84 presos políticos em greve de fome e afirma que "confiamos que o nosso apelo, tão humano e tão justo, não deixará de ser atendido".

O emissário da CNBB, Padre Virgílio Leite Uchoa, entregou, também, ao adjunto, um ofício ao Ministro Golbery do Couto e Silva, "em caráter de urgência", pedindo uma audiência, que lhe foi concedida às 17h, por determinação do Planalto, pelo Ministro Armando Falcão.

A CARTA

A carta relata a situação dos 16 presos políticos que se encontram em greve de fome há mais de três semanas, em Itamaracá, em solidariedade a Rholine e a Carlos Alberto e acentua que, dias depois, após esgotadas todas as negociações entre os detentos e a 7a. Circunscrição Judiciária Militar os

Cavalcanti, as quais informaram que somente têm autorização para ver os dois aos sábados, durante duas horas, no Hospital Militar.

A funcionária informou que um assessor da Presidência receberia a carta e que a audiência com o Chefe do Gabinete Civil não seria possível. As 15h, o Sr Gilberto Pires recebeu os dois envelopes e informou que a comitiva seria recebida pelo Ministro Armando Falcão.

Como o Ministro Golbery do Couto e Silva ainda não havia chegado ao Palácio, ele entregou os dois documentos a Chefe do Gabinete Militar, General Moraes Rego.

MINISTRO

As 17h15m, o Ministro da Justiça recebeu apenas o Padre Virgílio Leite Uchoa, a quem informou que a quebra do isolamento carcerário só poderia ser concedida pelo auditor militar do Recife. E, como o Poder Executivo só poderia interferir no assunto através da Procuradoria-Geral da República, telefonou para o Procurador Milton Meneses para que recebesse o sacerdote e a delegação e desse uma solução.

As 18h25, o Padre e mais quatro membros da comissão saíram, informando o sacerdote que fora recebido sozinho e que o Ministro convocara seu consultor jurídico, Sr Ronaldo Poletti. As portas do gabinete do Ministro Armando Falcão foram fechadas, para impedir o acesso da imprensa.

Do Ministério da Justiça, o Padre e as Sras Maria Clara Almeida (Bahia), Lúcia Maurício Alvergue (Rio de Janeiro), Maria Auxiliadora Arantes (São Paulo), e Ar...

O Superior Tribunal Militar não poderá fazer nada para que os presos políticos condenados à prisão perpétua...



Liderada pelo Padre Virgílio Uchoa, a comissão não conseguiu audiência com o Ministro Golbery

Brasília



Curitiba

Chorando, a Sra Therezinha de Jesus Zerbini ofereceu-se para ser mediadora do problema

Minas isola por um mês os que aderiram

Belo Horizonte — Os três presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares — José Francisco Neres, Cecílio Emídio Saturnino e Paulo Elisário Nunes — que, há cinco dias, faziam greve de fome em solidariedade aos prisioneiros de Itamaracá, foram punidos, ontem, pelo diretor do presídio, Valdemar Peterson, com quatro semanas de isolamento, em celas individuais, sem luz, sem comunicação com o exterior e sem direito a visitas.

O Juiz-Auditor Alzir Carvalho confirmou, à tarde, a punição dos presos, que será comunicada hoje ao Superior Tribunal Militar. Apenas o diretor do presídio assinou uma reivindicação dos grevistas, autorizando um panfletinho de sol diário, de uma hora.

PROTESTOS

Os presos políticos de Lin...

dos Santos e Aluísio Palério, recebeu uma carta do último, denunciando sua transferência da Penitenciária Lemos Brito para o Manicômio Judiciário, "de maneira ilegal e arbitrária".

Segundo Aluísio Valério, ele foi colocado num carro, junto a um preso comum".

No carro fechado, dentro de pouco tempo, sentiu tonteira e caiu do banco, imobilizado pelas algemas. Teve, também, ansias de vômito, enquanto seu corpo era jogado contra as laterais, devido ao movimento do carro. Ao ouvir o barulho, os guardas pararam o carro e o colocaram na frente.

O Núcleo balano do Comitê Brasileiro pela Anistia divulgou, ontem, manifesto convocando para o ato público programado para hoje, das 19h às 24h, na capital...

altura, ser considerado vitorioso" — prossegue o documento, afirmando que "o grito está sendo ouvido por todos os cidadãos. É um exercício de liberdade e de luta, realizado justamente por todos os que, em nome dos seus ideais, perderam a liberdade civil e a possibilidade de participarem mais livremente da luta democrática".

Segundo o documento, "os presos, assumindo tão grave posição, oferecem o seu restante direito à vida em troca dos direitos humanos, que deveriam estar assegurados mesmo aos condenados. A Nação está atenta, consciente de que o Presidente da República, que tudo pode, tem, também, o poder de intervir junto às autoridades militares e civis de Pernambuco, para que cessem a incomunicabilidade de Carlos Alberto e Rholine. A situação agrava-se a cada instante e a Nação saberá a quem res-

ruas, para impedir que se mate neste país. Nós reconhecemos o direito legislativo de governar, mas não reconhecemos o direito de matarem nossos irmãos".

ANISTIA

Depois de oferecer-se como mediadora entre os presos de Itamaracá e o Governo, a Sra. Therezinha Zerbini — que se encontra em Curitiba para a 7a. Conferência Nacional dos Advogados — acentuou "que, se o Governo quiser dar uma abertura a este país, terá de começar pela anistia; o primeiro passo tem de ser a anistia".

"Os 100 milhões de brasileiros serão anistiados também, porque o Governo não cassou somente pessoas, mas as correntes de pensamento. Nós não somos uma Nação de castrados e temos o direito de sermos livres. Se a anistia for concedida, o Brasil será um exemplo...

Outra presa passa mal no Rio e é removida

Mais uma presa política — Maria Cristina Ferreira de Oliveira — foi levada, ontem, ao meio-dia, do Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu, para o Hospital Central Penitenciário, na Rua Frei Caneca, com princípio de desidratação. Ela completa hoje 12 dias sem comer e é a quarta a ser transferida para o hospital.

Com a transferência de Maria Cristina, só resta agora em Bangu uma presa — Inês Etienne Romeu — das cinco que cumprem pena no Instituto. Segundo informações de parentes, os outros 29 presos políticos em greve de fome — alguns há duas semanas — já estão bastante debilitados, com problemas de estômago e dificuldade até para beber água.

MEDICAMENTOS

seguinte lista de medicamentos: Sustagen e semelhantes, polivitamínicos e sais minerais, complexo B e B1 isolado, vitamina C, vitamina A, vermídeos polivalentes, antidiarréicos tipo atropina, elixir paregórico e retenção, antiinflamatórios, analgésicos e antitérmicos, descongestionantes nasais, antiácidos, xarope de iodo de potássio e sedativos da tosse.

E mais: antibióticos, pomadas de antibióticos, colírios antissépticos e antibióticos e pomadas oftálmicas, antimicóticos líquidos, pomadas, sabonetes e pós antialérgicos, seringas e agulhas descartáveis, antieméticos, esparadrapo, band-aid, mercurocromo e meriolate. Os medicamentos serão mais necessários quando for suspensa a greve de fome, o que dependerá de as autoridades pernambucanas concederem o...

Salvador também em greve de se alimentar."

Em consequência, 30 prisioneiros do Rio de Janeiro juntaram-se aos demais, no dia 28 de abril. A 19 de maio, 21 presos do presídio da Justiça Militar de São Paulo tomaram a mesma atitude. No dia 3, 10 em Fortaleza passaram a recusar a alimentação. No dia 5, outros três, detidos em Juiz de Fora, aderiram ao movimento — acrescentou o documento.

Informa o documento que, no 21º dia de jejum, em Pernambuco, os 16 prisioneiros já se encontram hospitalizados; no Rio de Janeiro, outros seis, entre eles quatro do sexo feminino.

Entregue a carta, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; Movimento Feminino pela Anistia; e Sociedade Brasil Mulher divulgaram um memorial, manifestando irrestrito apoio e total solidariedade à luta pela quebra do isolamento carcerário e reivindicando "a imediata solução desse impasse, criado pela inflexibilidade das autoridades, que se recusam a ouvir os mais justos apelos que lhes são dirigidos."

AUDIÊNCIA

A primeira tentativa para obter uma audiência ocorreu às 10h30m, quando a comissão chegou ao Palácio do Planalto. A recepcionista pediu a identidade do subsecretário-geral da CNBB, Padre Virgílio Uchoa, e disse que iria comunicar-se "com os canais competentes". As 12h, a funcionária comunicou ao Padre que qualquer solução só seria dada à tarde, uma vez que os principais assessores do Presidente Geisel se encontravam no Rio de Janeiro. Disse, ainda, que era preciso um pedido de audiência por escrito.

Às 14h, a comissão voltou ao Palácio do Planalto, já com a participação da mãe de Carlos Alberto e da mulher de Rholine, Sras Ana Daura e Rosângela Tenório

contra, porque, segundo seu Vice-Presidente, Ministro Jaci Pinheiro, "não podemos ir contra a Lei".

A Lei de Segurança Nacional determina, no Artigo 105, que "a pena de prisão perpétua será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regime especial, separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade".

O Ministro Jaci Pinheiro, Presidente em exercício do STM — o titular, Almirante Hélio Leite, está viajando — recebeu ontem 27 parentes de presos, que lhe pediram o fim do isolamento. Ele respondeu que o STM nada pode fazer porque, em sessão secreta, recentemente, tomou a decisão, só agora revelada, de atribuir competência aos juizes — auditores para decidirem sobre a situação carcerária dos presos políticos, "dentro dos limites da lei."

Nesse caso, a situação dos condenados à prisão perpétua continuará sem solução, enquanto não for alterada a Lei de Segurança Nacional.

NO CONGRESSO

A comissão esteve, também no Congresso Nacional, em contatos com os líderes do MDB, Paulo Brossard e Tancredo Neves, e com o presidente da Câmara e o líder da Arena no Senado, Srs Marco Maciel e Eurico Rezende, a quem pediram interferência no caso. Os Srs Tancredo Neves e Paulo Brossard prometeram reunir os vice-líderes para debater o problema.

"O MDB lamenta tal crueldade e tal infâmia, que ainda acontecem no Brasil. Isso mostra o estado de desnaturalização a que chegou nossa vida pública. São fatos degradantes que ferem a tradição da família brasileira", disse o Deputado Tancredo Neves.

Os Deputados Walmor de Luca (SC), Odacir Klein (RS), Tarcísio Delgado (MG) e João Gilberto (RS) acompanharam a comissão nas visitas no Congresso.

Horizonte — entraram em greve de fome quinta-feira passada, em solidariedade aos prisioneiros de Itamaracá e como protesto pelas más condições carcerárias. Eles exigem, entre outras coisas, o fim da censura a livros e revistas, o término do isolamento dos outros detentos comuns e o direito ao banho de sol.

Ontem, eles não comeram nada mas beberam um pouco de água com pitadas de sal ou açúcar.

JEJUM

O núcleo cearense do Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão Organizadora do Comitê Brasileiro pela Anistia e parentes dos 10 presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarazate promovem, hoje, das 8h às 18h, na igreja do Coração de Jesus, em Fortaleza, um dia de jejum absoluto, segundo o convite, em solidariedade aos presos de Itamaracá.

Ontem, não se realizou, como estava prevista, a visita da comissão de médicos indicada pelo Centro Médico Cearense, ao presídio de Fortaleza, onde, há cinco dias, os presos políticos estão em greve de fome, em solidariedade aos de Pernambuco. A visita foi adiada e os presos se alimentam apenas de água com açúcar.

Durante o jejum, os manifestantes rezarão e cantarão. Não se informou se, a exemplo do Rio de Janeiro, os promotores da manifestação exibirão faixas cantazes, mas, até ontem à noite, não havia nenhuma proibição das autoridades.

SALVADOR

Em Salvador, o diretor do Serviço Médico da Penitenciária Lemos Brito, Sr Carlos Catharino, informou que o estado de saúde dos presos políticos em greve de fome há 14 dias, "é normal, sem apresentar nenhum sinal de intranquilidade; todos estão muito confiantes nos resultados do movimento e, hoje pela manhã, serão submetidos a exames de laboratórios".

O Sr Carlos Catharino afirmou que ainda não houve necessidade de aplicação de soro ou medicamentos de urgência e que nenhum detento aceitou o conselho médico de misturar sucos de frutas à água, único alimento que estão ingerindo.

A advogada Ronilda Noblat, que defende Paulo Pontes, Teodomiro Romeiro

Itamaracá e a todos os que estão em greve de fome no país.

O ato começará com missa celebrada pelo provincial dos Jesuítas do Norte e Nordeste, Padre Dionísio Schuchetti. Em seguida, haverá pronunciamentos dos membros do Comitê Brasileiro e do Movimento Feminino pela Anistia e de entidades profissionais liberais e culturais, leitura de textos e apresentação de grupos de música e de teatro.

RESPONSABILIDADE

O texto do comitê pede "o imediato atendimento às reivindicações dos presos políticos de Itamaracá e responsabiliza o Juiz-Auditor José Bolívar Régis, o Governador Moura Cavalcanti, o diretor da Penitenciária Barreto Campelo, o Secretário de Justiça de Pernambuco e autoridades federais, pela vida, integridade física, moral e psicológica dos presos políticos. Contra eles, cidadãos com direitos, não se pode admitir crimes de ação ou omissão".

O documento acentua que "a justiça da luta de Rholine Sonde Cavalcanti e Silva e Carlos Alberto Soares levou à adesão mais de 70 presos políticos de todo o país, transformada numa luta de caráter nacional, dentro e fora dos presídios. Inúmeras manifestações de solidariedade vêm sendo feitas em todo o país, pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, religiosos, parlamentares, estudantes, parentes e Anistia Internacional."

MDB JOVEM

"O arbitrio, mais uma vez, demonstra-se incontrolável no país do AI-5" — acentuou nota oficial da Ala Jovem do MDB baiano, ontem distribuída, em solidariedade aos presos políticos. O documento acentua que "a prepotência, quando não é exercida pelos altos escalões da República, reproduz-se indiscriminadamente pelos estamentos de menor hierarquia, mas igualmente embriagados pelo poder", acrescentando que não se explica de outra forma a manutenção do isolamento dos dois presos políticos em Itamaracá.

"O movimento heróico e solidário dos presos políticos brasileiros, entrando em greve de fome contra a sobrepêna, tão injusta como absurda, imposta a seus companheiros, pode, a esta

A advogada Ronilda Noblat, defensora dos quatro presos políticos que cumprem pena em Salvador dirigiu um apelo ao Presidente da República para que resolva a situação de Itamaracá.

DISCORDANCIA

O Abade do Mosteiro de São Bento, de Salvador, Dom Timóteo Amoroso Anastácio, também distribuiu nota, discordando de alguns setores do Clero, que "fazem restrições de ordem moral" ao recurso usado pelos presos.

"Para mim" — afirmou — "o gesto deve ser visto sob outro ângulo. Isto é, não apenas pelas consequências que pode ter, mas pelo motivo profundo que o determinou, que é o de salvar o próximo da destruição física que ameaça os isolados. Eu penso que o gesto dos grevistas se insere mais nessa perspectiva — dar a vida por um amigo — e deploro, profundamente, que as circunstâncias os tenham levado a tal extremidade. Uma minha voz à de milhões de brasileiros que pedem solução justa e humana para o caso, mas não posso deixar de pensar que tudo isso só vem confirmar a necessidade imperiosa e urgente de anistia ampla e irrestrita".

NO PARANÁ

Em Curitiba, com a voz embargada e lágrimas correndo, a presidente do Comitê Feminino pela Anistia, Sra Therezinha de Jesus Zerbini, fez um dramático apelo ao Presidente Geisel para que resolva o caso de Itamaracá, "para que o Brasil não manche o chão daquela terra com o sangue de nossos irmãos".

Sempre chorando, ela lembrou que quase 200 presos políticos estão em greve de fome no país, para forçar a quebra da incomunicabilidade dos presos de Pernambuco, e afirmou que as autoridades envolvidas no problema se encontram em estado de paixão desmedida e, por isso, "somente o Presidente Geisel, que já interferiu no caso da morte do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manuel Filho, ambos mortos nas dependências do DOI-CODI de São Paulo, poderá solucionar o problema".

"A Nação brasileira chora comigo nesta hora" — disse ela — "e, por isso, faço um apelo a todas as mulheres brasileiras que saiam às

O Deputado Airton Soares (MDB-SP) esteve, ontem, com o Deputado Murilo Santa Cruz (MDB-SP), em audiência com o Juiz-Auditor José Bolívar Régis, para tomar conhecimento da greve de fome e do impasse criado no fim da semana passada, quando os presos se recusaram a interromper a greve, porque a Secretaria de Justiça se negou a regulamentar o seu convívio com os dois condenados à prisão perpétua, durante cinco dias na semana.

O Deputado Airton Soares, que é membro da Comissão de Direitos Humanos do MDB, chegou ao Recife especialmente para conhecer a situação dos presos políticos que, hoje, completam 23 dias sem alimentação. Ele disse que só volta a Brasília após obter uma solução razoável.

O Juiz-Auditor José Bolívar Régis lhe disse que está disposto a permitir o convívio dos banhos de sol, atividades esportivas e durante as visitas, desde que os prisioneiros voltem a se alimentar, mas eles só aceitaram parar a greve quando as autoridades oficializarem a decisão do Auditor.

Após a reunião, os dois parlamentares, com permissão do magistrado, se dirigiram à Secretaria de Justiça, para tentar um encontro com os presos, o mais rápido possível.

VIGILIA

Cerca de 500 pessoas participaram, ontem à noite, na igreja da Boa Vista, de uma vigília religiosa presidida pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, peios presos políticos de Itamaracá. Ao iniciar a cerimônia, Dom Helder afirmou que não estavam ali para fazer comício político ou agitação, mas "para pedirmos ajuda, fazermos orações. Que todos nós saíamos daqui cheios de esperança de que uma solução humana seja dada a esse problema".

Ao justificar a vigília, ele disse que "quando o país inteiro acompanha apreensivo a situação dos presos políticos de Itamaracá, que ocorre em nossa Arquidiocese, é importante que todos nós meditemos no que está acontecendo, pois todas as tentativas já foram feitas para encontrar uma solução. Por isso, mais do que nunca, vamos pedir a Deus por eles."

Médicos do Rio de Janeiro, uma carta com "apelo para que essa entidade, no caso de querer colaborar com esta iniciativa, procure obter de seus diretores e associados mais próximos, ou diretamente nos laboratórios, amostras grátis de 24 medicamentos básicos".

Ele está organizando uma "pequena farmácia" na Divisão de Segurança Especial, onde se encontra com mais 28 detentos, e pede a

Carcereiro deve ter treinamento especial

O decano do Centro de Teologia e Filosofia da Universidade Santa Úrsula, D Estevão Bittencourt, defendeu ontem o treinamento especial de guardas para trabalhar em presídios de modo a formar "homens que realmente entendam a situação dos presos e não que contribuam para criar verdadeiros animais, como vem ocorrendo atualmente".

O problema foi debatido na última reunião do Conselho Estadual de Cultura, do qual D Estevão é membro, quarta-feira passada. Ele leu trechos de cartas entregues por diversos presos a uma aluna que fazia um trabalho sobre a situação carcerária no Estado, e os conselheiros decidiram convidar o Secretário de Justiça Laudo Camargo para expor no CEC os planos da Secretaria quanto ao problema e ouvir sugestões.

D Estevão contou que, em 1975, assim que foi formado o Conselho Estadual de Cultura, enviaram moção à secretária Mirtes Wentzel pedindo uma programação cultural para os presídios. "O diretor do Departamento de Cultura, Sr Paulo Afonso Grisolli, levou então alguns concertos, até o início de 1976", explicou, "mas depois disso nada mais foi feito. Por outro lado", acrescentou, "viu-se que não basta estender a cultura aos presos apenas em forma de concertos, pois lá eles têm suas bandas, já possuem algum contato com música. O principal, que reivindicamos, é que se lhes dê Educação, no sentido mais amplo da palavra".

Segundo o Padre, os presidiários têm cada vez menos "o senso de valores humanos, pois lá dentro a vida é tão árida, tão animal, que só pensam em sobreviver através da exploração do outro, roubando, humilhando e injuriando seus companheiros em proveito próprio. Por isso, peço que levem a eles a educação que não têm, através de diferentes promoções culturais capazes de motivá-los, de um acompanhamento psicológico sério voltado à recuperação do preso e mesmo de um serviço social que estabeleça melhor contato entre eles e suas famílias".

Ele acredita que é necessário renovar a vida carcerária por achar que ela despersonaliza "pela monotonia: o mesmo horário, todo dia, para tudo, a falta do que fazer, a impossibilidade de criar". Acha também que as possibilidades de instrução existentes "não estão sendo bem aproveitadas. Eles não sabem utilizar as ofertas de cursos e assim são poucos os que estudam", o que levou o conselheiro Orlando Pires a propor, na mesma reunião, moção ao Mobra solicitando sua participação no problema "como mais um elemento de recuperação desses homens".

O número de presos políticos em greve de fome no Brasil subiu para 74 com a adesão, na última sexta-feira, de mais três do presídio de Linhares, Juiz de Fora. Eles reivindicam também transferência para Belo Horizonte, pois queixam-se do regime no presídio, onde recebem constantemente punições, como a suspensão de visitas.

Para D Estevão, porém, mais urgente do que levar aos encarcerados novos meios de Educação é "afastar os fatores neutralizantes de toda e qualquer ação cultural, social ou psicológica: os carcereiros. Antes de tudo é preciso reeducar os policiais que lidam com os presos, ensinando-os a tratá-los de maneira mais humana. O que acontece hoje é que os presidiários acabam saindo do cárcere em situação muito pior do que quando entraram".

Suas reivindicações se baseiam num trabalho de pesquisa sociológica realizado por um grupo de alunas da Universidade Santa Úrsula sobre a situação carcerária.

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="1315 464 1550 714" data-label="Image"> </div> <div data-bbox="868 797 1453 1059" data-label="Section-Header"> <h3>Familiars de presos não falam com Geisel</h3> <p><i>Diário do Paraná 10/07/78</i></p> </div> <div data-bbox="868 1059 1461 1273" data-label="Text"> <p>BRASÍLIA — O padre TOUR Uchoa, que esteve sempre ao lado dos familiares dos presos políticos, afirmou ontem, já ter sido encaminhada uma outra carta, na semana passada, ao presidente Ernesto Geisel, mas até agora, "eles não receberam nenhuma resposta". Ontem, não conseguindo nenhum sucesso em seus contatos no Palácio do Planalto, os familiares dos presos políticos dirigiram-se ao Congresso Nacional.</p> </div> <div data-bbox="868 1273 1461 1570" data-label="Text"> <p>Eram 10h40min quando um ônibus especial da Viação Real parou no patio de estacionamento do Palácio do Planalto. Depois chegaram outras pessoas e ali mesmo improvisaram uma ligeira reunião. "O que devemos fazer?" indagou uma senhora. A resposta de uma outra senhora foi pronta: "Vamos deixar o padre falar". Depois, todos dirigiram-se à portaria do Palácio, que fica na parte térrea. E de lá não passaram. Os jornalistas, que já tinham sido avisados da visita da comissão, gravaram quase todo diálogo do padre com a recepcionista do Planalto e ainda conseguiram declarações a respeito daquela inesperada visita.</p> </div> <div data-bbox="1071 1570 1242 1594" data-label="Section-Header"> <h4>NOVA CARTA</h4> </div> <div data-bbox="868 1594 1461 1844" data-label="Text"> <p>Uma carta, em termos bem elevados, dirigida ao presidente Geisel, acabou sendo entregue ontem ao assessor adjunto de Imprensa, Gilberto Pires, porque o chefe da Casa Civil, alegando "agenda cheia", não pôde receber a comissão. Uma outra carta — esta dirigida ao próprio Golbery, mas só para solicitar audiência ao presidente da República — acabou, também sendo entregue a Gilberto Pires que, conforme depois disse aos jornalistas, pedira ao chefe da Casa Militar, general Moraes Rego, que fosse o responsável por levar a carta aos "dois destinatários".</p> </div> <div data-bbox="868 1844 1461 2082" data-label="Text"> <p>Ao mesmo tempo em que a carta a presidente Geisel era entregue ao assessor do Planalto, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, Movimento Feminino pela Anistia, Sociedade Brasil-Mulher, UEE-SP, DCE-Livres, distribuíam um manifesto onde afirmam que vem "demonstrar o restrito apoio e total solidariedade à luta travada, hoje, pela quebra do isolamento carcerário a que estão submetidos, há mais de dois anos, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti".</p> </div> <div data-bbox="1218 2118 1453 2284" data-label="Text"> <p><i>Costa Pires Sobrinho</i></p> </div>

185



Secretaria de Segurança Pública

Familiares de presos políticos pedem a quebra de isolamento

RECIFE — Os familiares dos 15 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, que há 22 dias fazem greve de fome, solicitaram ontem a solidariedade de 17 "personalidades democráticas" — entre elas, o ministro do Superior Tribunal Militar, general Rodrigo Otavio — para que intercedam em favor da quebra do isolamento carcerário a que estão submetidos Rholine Sonde e Carlos Alberto Soares, ambos condenados a prisão perpétua.

Em documento distribuído à tarde, os parentes dos presos lembram a situação desesperadora em que se encontram e também que as suas vidas correm risco: "Já não suportamos assistir à mesquinha perseguição que sofrem os nossos familiares. Eles tiveram que apelar para a greve de fome, que hoje conta com apoio e solidariedade nacional, pela justiça que encerra sua causa, e, no momento, 86 vidas encontram-se em perigo (referindo-se à greve

deflagrada por presos de outros Estados)".

Segundo eles, "em Recife, vômitos já começam a ser constantes entre os presos políticos em greve, assim como escarros de sangue, tonturas, rejeição a água.

Um deles já se encontra tomando soro". Lembram ainda que a situação é calamitosa diante de um problema de resolução fácil: "O cumprimento de determinações da auditoria, e nós, familiares, já não suportamos assistir à insensibilidade das autoridades locais".

A estas, os familiares dirigiram um apelo: "Não matem nossos filhos, esposos e irmãos. Não matem seus companheiros de prisão". Lembraram a mediação que vem sendo tentada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Recife e Olinda entre presos e autoridades, e que estas, até o momento, permanecem irredutíveis.

Segundo os parentes dos presos políticos, o juiz

auditor da Sétima Circunscrição Judiciária Militar, José Bolivar Régis, "apesar de afirmar que irá determinar a quebra parcial do isolamento, mediação aceita, insiste em não efetivá-la, negando-se a regulamentar essas determinações e transferindo a responsabilidade para a Diretoria do presídio. As determinações são vagas, ficando os horários de banho de sol, futebol e artesanato conjunto, a critério do diretor da Penitenciária Barreto Campelo, major José Siqueira".

Lembraram, no entanto, que o auditor afirmou publicamente que o isolamento carcerário será quebrado durante cinco dias da semana, se os presos pararem a greve. Mas depois concluíram: "Tendo sido a atual Diretoria do presídio responsável pelo isolamento de Carlos Alberto e Rholine Sonde, deixar em suas mãos a regulamentação da vida carcerária dos dois rapazes é ter a certeza que a situação não mudará."

NOME:
FILIAÇÃO:
RESIDÊNCIA:

DATA	PROI

Presos políticos carcerários

PT 1520-151

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: D. N.º

FILIAÇÃO: Domingo, 7 de maio de 1978 *Falha de São Paulo*

RESIDÊNCIA:

Presos políticos do Recife entram no 21º dia de greve de fome

DATA

PI

Das Sucursais e do Correspondente

O secretário de Justiça de Pernambuco, José Joaquim de Almeida Neto, declarou ontem que todos os presos políticos em greve de fome, internados no Hospital da Polícia Militar, estão em boas condições físicas. "tanto quanto pode estar alguém que tenha passado longo período sem alimentação", acrescentou.

Os presos de Itamaracá, que entram hoje no 21.º dia de greve, estão recolhidos em uma das áreas internas do Hospital Militar, a mesma em que estiveram há alguns meses, quando da outra greve, sob forte vigilância policial e constante observação médica. Informa-se, também, que os grevistas estão sendo tratados como das vezes anteriores: a cada horário de refeição é enviado um carrinho com vários alimentos preparados na cozinha do hospital, que não é consumido pelos internos.

O advogado de um dos presos de Itamaracá, Paulo Henrique Maciel, declarou, por sua vez, que o preso Antonio Ricardo Braz, de 40 anos, continua recebendo soro em virtude da acentuada debilitação de sua saúde. O advogado acrescentou que um dos médicos que assiste os grevistas recomendou a aplicação de soro à força, caso necessário, nos outros presos, para evitar casos mais graves.

O auditor da 7.ª CJM, José Bolívar Regis, informou, por outro lado, que dará uma entrevista coletiva amanhã a tarde, quando espera já estarem concluídas as conversações que os intermediários entre os presos e as autoridades estão desenvolvendo.

APELO

Dois presos políticos que cumprem pena na prisão provisória de Curitiba, no Tribunal Militar, almirante Hélio Leite, solicitando que "se ponha um fim ao horrível e degradante isolamento imposto aos presos políticos Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares".

"Pensamos — dizem os dois presos — que V. Exa não deseja que o ódio e a vingança sejam constituídos em normas carcerárias nessa penitenciária (de Itamaracá)". Mais adiante, explicam: "Acreditamos nosso protesto aos que já estão sendo feitos em vários estados contra tão cruel e desumano tratamento dado aos dois presos, o que os leva a fazer greve de fome para tentar o convívio com os outros companheiros de prisão."

ABAIXO-ASSINADO

A presidente do núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia, que voltou ontem do Recife, onde visitou os presos políticos que estão em greve de fome, iniciou na Capital a circulação de um abaixo-assinado pedindo solidariedade ao movimento grevista, que se estende pelos estados do Ceará, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, e que pretende o fim do isolamento de Carlos Alberto e Rholine Sonde.

Helena Grecco disse que enfrentou algumas dificuldades para avistar-se com os presos políticos, no Hospital Militar, e afirmou que, de um modo geral, eles se encontram em "bom estado", mostrando-se, entretanto, preocupada com a sorte de três deles: um tuberculoso, um diabético e outro com crise de gastrite, que estariam correndo risco de vida.

CARTA ABERTA

Simultaneamente ao abaixo-assinado, foi divulgada ontem em Belo Horizonte, uma carta aberta na qual é feito um retrospecto das três greves de fome dos presos políticos de Itamaracá e as razões em que eles se fundamentam.

O abaixo-assinado e a carta aberta serão levados à Câmara Municipal à Assembléia Legislativa de Minas a entidades estudantis, setores da Igreja, Universidades, Associações profissionais e Sindicatos.

ESTUDANTES

Amanhã cerca de 2 mil alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFMG vão decidir se deflagram, na terça-feira, greve simbólica de solidariedade à greve de fome dos presos políticos. Ontem eles distribuíram, um manifesto dizendo que "Itamaracá, deve constituir-se para todos nós, em símbolo da luta por nós assumida por uma anistia ampla, geral e irrestrita".

CARAVANA

As 20 horas da próxima terça-feira uma caravana formada por familiares de presos políticos do presidio de Barro Branco, de São Paulo, representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção São Paulo, e representantes de estudantes, sairão do Largo São Francisco com destino à Brasília, para hipotecar solidariedade aos presos em greve de fome.

A proposta, feita por um dos familiares dos presos grevistas, foi aceita ontem durante a reunião do Comitê Brasileiro pela Anistia, realizada no Teatro Ruth Escobar, e que contou com a participação de inúmeras entidades.

Imediatamente, os presentes resolveram ampliá-la decidindo promover uma concentração, na própria terça-feira, a partir das 16 horas, para apoiar os membros da caravana.

Além disso, enquanto os membros da caravana estiverem conversando com todos os representantes dos mais diversos setores do governo — Senado, Câmara, e Tribunal Federal de Recursos, Superior Tribunal Federal, Ministério da Justiça — uma concentração será organizada no Largo São Francisco, a partir das 18 horas, para a qual serão convidados representantes de entidades populares.

A reunião de ontem teve duração de aproximadamente três horas, e no final o Comitê Brasileiro pela Anistia, seção São Paulo, divulgou o lançamento oficial da entidade para a próxima sexta-feira.

Luta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Presos políticos apelam ao STM</p> <p><i>Estado do Paraná - 02/05/78</i></p> <p>Os presos políticos da Prisão Provisória de Curitiba, no bairro do Ahú, enviaram uma carta ao almirante Hélio Leite, ministro presidente do Superior Tribunal Militar, solicitando sua interferência nos acontecimentos da Penitenciária Professor Berreto Campelon de Itamaracá, Pernambuco, onde os presos políticos Roline Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares estão, há várias semanas, submetidos a isolamento carcerário.</p> <p>Como forma de protesto ao isolamento dos dois presos, 71 presos políticos do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador também entraram em greve de fome. Hoje completam 20 dias da greve 15 presos de Pernambuco. Seu estado de saúde é muito grave. Alguns já tiveram desmaios prolongados, crises de vômitos e rejeição à água. A partir da última sexta-feira, todos os 34 presos políticos que cumprem pena no Rio de Janeiro também aderiram ao movimento. No Rio, 150 pessoas e no Recife, 200 pessoas reuniram-se para uma greve de fome simbólica de 10 horas, em solidariedade aos presos políticos. Além da Anistia Internacional, diversos movimentos pela anistia no Brasil já apelaram pela interferência do governo no caso.</p> <p style="text-align: center;">PRESOS DE CURITIBA</p> <p>A carta dos presos políticos de Curitiba, assinada por Newton Cândido e Teodoro Ghercov, escrita na quinta-feira e divulgada ontem, é a seguinte:</p> <p>"Nós, presos políticos na Prisão Provisória de Curitiba, Paraná, dirigimo-nos a V.Excia, solicitando que se preocupe com os acontecimentos da Penitenciária Professor Barreto Campelo de Itamaracá, Pernambuco, para que se ponha fim ao horrível e degradante isolamento imposto aos presos políticos Roline Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, para evitar a total deterioração da saúde e dar-lhes um tratamento humano. Pensamos que V.Excia não deseja que o ódio e a vingança sejam constituídos em normas carcerárias nessa penitenciária.</p> <p>"Avaliamos o sofrimento desses presos políticos, porque já estivemos em condições que guardam certa semelhança. Acrescentamos o nosso protesto, aos que já estão sendo feitos em vários Estados contra tão cruel e desumano tratamento dado a estes dois presos políticos, o que os leva a fazerem greve de fome para obter um melhor tratamento carcerário em convívio com os outros companheiros de prisão e poder, assim, continuar com vida até dias melhores.</p>

*Pasta
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="462 1083 1339 1179" data-label="Section-Header"><h3>Em favor dos presos</h3></div> <div data-bbox="600 1155 1079 1228" data-label="Text"><p><i>O Estado do Paraná - 07/05/78</i></p></div> <div data-bbox="414 1204 893 1456" data-label="Text"> <p>RECIFE (AE/O ESTADO) — Os familiares dos 15 presos políticos, que se encontram em greve de fome há 22 dias no Recife, divulgaram ontem um documento em que conclamam 17 personalidades da vida pública brasileira a “intercederem de alguma forma na resolução do problema”. A greve somente se encerrará quando as autoridades de Justiça Militar da Penitenciária Barreto Campelo atenderem à reivindicação dos presos políticos, que exigem a quebra do isolamento carcerário imposto a <u>Carlos Alberto Soares</u> e <u>Rholine Sonder Cavalcante</u>, ambos condenados a prisão perpétua.</p> <p>A conclamação divulgada ontem é intitulada “Apelo dos familiares a diversas personalidades democráticas” e se inicia com a relação dos nomes de Dalmo Dalari (presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo), arcebispo dom Helder Câmara, promotor Hélio Bicudo, dom José Maria Pires (arcebispo de João Pessoa), Fernando Sigismundo (presidente da Associação Brasileira de Imprensa), general Peri Bevilacqua, Raimundo Faoro (presidente da Ordem dos Advogados do</p> </div> <div data-bbox="901 1204 1388 1336" data-label="Text"> <p>Brasil), ministro Rodrigo Otávio, advogado Sobral Pinto, ex-ministro Severo Gomes, Terezinha Zerbine (presidente do Movimento feminino pela Anistia) e dom Paulo Arns. O documento é também dirigido aos senadores Paulo Brossard, Teotonio Vilela e Magalhães Pinto e aos deputados Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.</p> <p>No texto da conclamação, os familiares dos presos políticos deploram que, “até agora, as autoridades permanecem irredutíveis na posição de não atenderem as reivindicações dos nossos parentes.</p> </div> <div data-bbox="901 1336 1388 1649" data-label="Text"> <p>Os familiares afirmam que “já não suportamos assistir a mesquinha perseguição que sofrem nossos parentes. Vômitos já começam a ser constantes entre os presos políticos em greve, escarros de sangue, tonturas, rejeição à água. A situação é calamitosa diante de um problema de tão fácil resolução: o cumprimento das determinações da Auditoria. Já não suportamos assistir a insensibilidade das autoridades locais. A estas, fazemos um apelo: Não matem nossos filhos, esposos e irmãos”.</p> </div> <div data-bbox="998 1685 1429 1890" data-label="Text"><p><i>Posta presos políticos</i></p></div> <div data-bbox="1274 1986 1518 2227" data-label="Image"></div>

Feito of. n.º 1073178 ao
DOPS/SP, solicitando in-
formação, se o mesmo foi
deitado na POC ou trata-se
de Remuneração.

Em 03-10-78


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<div data-bbox="1063 1071 1412 1451" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>ESTUDANTES LANÇAM MANIFESTO DE APOIO A PRESOS POLÍTICOS Os estudantes das faculdades de Filosofia e Ciências Humanas e de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais divulgaram ontem à tarde, após uma assembléia na escola, um manifesto de apoio à greve de fome dos presos de Itamaracá, juntando-se às demais manifestações de apoio que tem sido providas em todo o país.</p> </div> <div data-bbox="1250 1475 1510 1677" style="text-align: right; margin-top: 20px;"> <i>Lista Presos Políticos</i> </div> <div data-bbox="1339 1975 1583 2225" style="text-align: right; margin-top: 100px;">  </div>


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p><i>Recife</i></p> <p>PF diz que prisão em Recife foi legal <i>de Recife São Paulo 06/07/78</i></p> <p>RECIFE (Correspondente) — O superintendente da Polícia Federal em Pernambuco, José Antonio Hahn, negou ontem que Leci Alves Moura, que estava com o preso político Edilson Freire Maciel preso recentemente em Recife, tenha sido sequestrada por seus agentes, conforme fora denunciado no último domingo pelo advogado Eduardo Pandolfi. Leci Alves foi, de fato, presa, "mas fizemos tudo legalmente, com mandado de prisão", afirmou José Antonio Hahn, acrescentando que ela "vai ficar aqui para ser interrogada".</p> <p>Segundo o superintendente, Leci Alves Moura não é operária, como também havia afirmado o advogado Pandolfi, mas tão-somente companheira de Edilson Freire Maciel que, ao lado de Valmir Costa, Maria Aparecida dos Santos e Selma Bandeira Mendes, foi preso no dia 8 de abril passado.</p> <p><i>Pasta Prisos Políticos</i></p> 

NOME: _____ Pront. N.º _____

FILIAÇÃO: Filha de São Paulo Sábado, 6 de maio de 1978

RESIDÊNCIA: _____

Projeto pretende o isolamento de presos

DATA	PRC
------	-----

O deputado do MDB, Airton Soares, apresentou ontem na Câmara Federal um projeto de lei que permite aos condenados à prisão perpétua cumprirem a pena junto a outros condenados a penas menores, desde que respondam por crimes políticos.

No Brasil, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti são os dois únicos, dos cinco presos políticos condenados à prisão perpétua, que cumprem a pena em regime de isolamento, conforme estabelece o artigo 105 do decreto-lei n.º 898, de setembro de 1969 (a Lei de Segurança Nacional), e que só têm contatos com outras pessoas nos dias de visitas de parentes.

Eles foram condenados em 1970, e desde então, passaram cinco anos juntos com os outros presos políticos de Itamaracá. Mas depois da greve de fome que fizeram em novembro de 75 (acompanhados dos outros presos, e reivindicando melhores condições carcerárias) o diretor do presídio resolveu colocá-los no regime especial de isolamento.

O deputado Airton Soares considerou que esse regime especial em que estão os dois presos constitui, na verdade, uma outra condenação, e por isso postula a modificação da lei.

MANIPULAÇÃO

O coronel Rubem Carlos Ludwig, portavoza da presidência da República, viu com reservas as campanhas de solidariedade aos presos políticos em greve de fome nas principais capitais brasileiras — que lutam pelo fim do isolamento de Carlos Alberto e Rholine Sonde. Segundo ele, "toda vez que isso acontece assim, em cascata, é lícita a suposição de que esteja havendo uma manipulação do fato".

Depois de lembrar que estava falando "em tese, não apoiado em fatos", o coronel Ludwig acrescentou que dúvida do problema. "Até aonde ele tem realmente base em fatos reais, ou é coisa mais ou menos orquestrada?", ele perguntou, explicando, em seguida: "porque sempre causa certa dúvida, certa suspeita, quanto à sinceridade de propósitos, quando essas coisas são orquestradas".

O coronel afirmou, respondendo as perguntas, que não existe qualquer previsão de ação por parte do palácio do Planalto, sobre as manifestações a favor dos prisioneiros políticos. "Antes de mais nada, disse ele, a presidência precisa obter o maior número possível de informações a respeito do assunto. E até agora, ao que sei, o tema não entrou aqui".

84 EM GREVE

Com a adesão dos três presos políticos da penitenciária de Juiz de Fora à greve de fome, eleva-se para 84 o número de presos que participam do movimento de protesto contra as condições carcerárias dos prisioneiros de Itamaracá, e que estão distribuídos pelos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Três capitais destes Estados, anteontem e ontem, assistiram a manifestações públicas de solidariedade ao movimento dos presos políticos. No Recife, a manifestação que durou o dia todo, e foi feita na Assembléia Legislativa, rebebeu duras críticas do deputado arenista Wandel Kolk Wanderley, que taxou de subversiva a ifestação.

O ato de solidariedade que se realizou no salão nobre da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro também foi criticado pelos deputados arenistas que se reuniam, no mesmo dia, em plenário. Um deles, o parlamentar Edson Guimarães, acusou o Comitê Brasileiro pela Anistia de estar "impregnado de terroristas e assaltantes de bancos." Para estes, afirmou Guimarães, "não existirá anistia."

Já o presidente da Assembléia fluminense, deputado emedebista Cláudio Moacir negou que tivesse sido repreendido pelo governador Faria Lima por ceder o salão nobre da Assembléia para a "greve de fome simbólica. Moacir disse que "pelo contrário, tanto o governador como o secretário de Segurança (general Brum Negreiros) disseram estar satisfeitos com o desfecho dos acontecimentos."

Em São Paulo, a vigília promovida em solidariedade aos presos, na igreja São Domingos, transcorreu sem problemas, terminando às 7 horas da manhã com a celebração de uma missa em intenção aos grevistas e seus familiares.

Em Fortaleza, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Aloísio Lorscheider, declarou-se solidário às reivindicações dos presos políticos em greve de fome, mas ressaltou que discorda da forma de protesto que estão realizando por considerá-la prejudicial à saúde do ser humano. Ainda ontem em Brasília a CNBB divulgava um comunicado afirmando que embora reconhecesse como justa a causa dos presos, não apoiava a greve de fome, por "violar o 5.º mandamento da lei de Deus que recomenda "não matar".

NOS ESTADOS



A vigília em São Paulo, na igreja São Domingos foi até as 10 horas de ontem.

"autorização para visita dos familiares aos presos, no hospital da Polícia Militar, cabe exclusivamente ao secretário da Justiça do Estado. Esse problema está ao nível daquela secretaria". Essa explicação do juiz-auditor fez com que os parentes dos presos afirmassem irritados, que em Pernambuco, "o jogo do empurra-empurra continua".

Os dez presos do CEARÁ em greve há 36 horas — e que ainda não apresentam sinais de debilidade física — continuam intransigentes na sua determinação de manter a greve, em solidariedade aos presos de Itamaracá, apesar dos insistentes apelos dos funcionários do Instituto Penal Paulo Sarazate para que eles abandonem o movimento. Seus familiares, por outro lado, demonstravam ontem preocupação com o dia da visita, hoje. Eles temiam que, em virtude da greve, fossem proibidos de se encontrarem com os presos.

O cardeal-arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, que afirmou-se solidário com os presos de Itamaracá, declarou ontem que é a favor do protesto, porém por outros meios. "Sou contra o que estão fazendo com os presos, que já sofrem e são castigados pela lei com a prisão. Todavia, não concordo é com a greve de fome, por ser prejudicial a saúde do ser humano", declarou o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CAUSA JUSTA

A presidência da CNBB, por outro lado, divulgou ontem um comunicado em que afirma: "Mesmo calcada em causa justa, a CNBB não apoia a greve de fome dos presos políticos, por violar o 5.º mandamento da lei de Deus, não matar".

"Há outras formas de protesto", diz a nota da CNBB, acrescentando em seguida: "Isso não quer dizer que a CNBB aprove as formas como são tratados os presos políticos, mas entende que existam outras formas e protestos, como, por exemplo, o trabalho da Comissão Nacional de Justiça e Paz, manifestações através de amigos e parentes, entre ou-

VIGÍLIA

Os participantes da vigília de solidariedade aos presos políticos, em São Paulo, permaneceram até às 7 horas da manhã de ontem na matriz de São Domingos, quando terminou a missa programada em intenção aos presos e suas famílias.

Durante a madrugada foram feitas leituras de salmos e textos bíblicos, de poesias e textos teatrais, alternados com pronunciamentos de vários dos presentes. A vida de uma jovem presa política, posteriormente exilada do país, relatada por um jornal de Belo Horizonte e lida por um dos participantes, prendeu durante algum tempo a atenção dos presentes.

Alguns elementos estranhos à vigília — que reunia mais de 100 pessoas durante a madrugada — foram vistos pelos cantos da igreja, e eram facilmente identificados pelos participantes, mas em momento algum se registrou qualquer problema.

CRITICAS

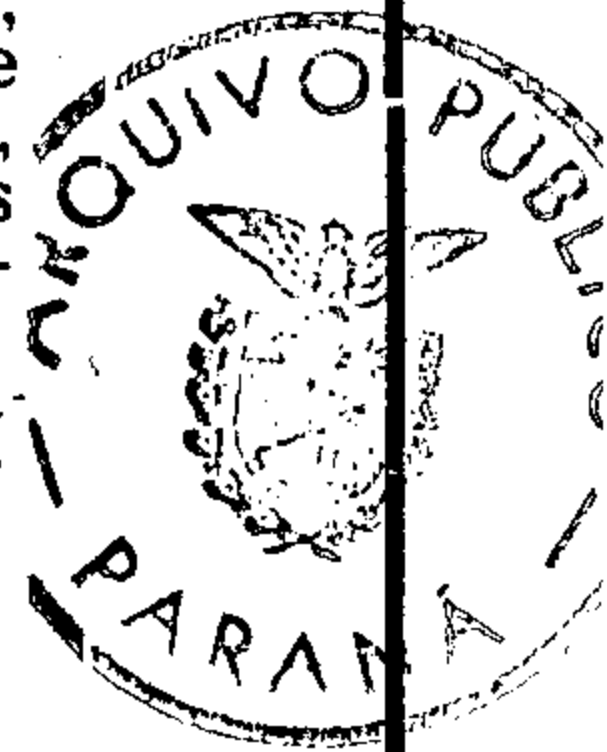
No Rio de Janeiro, a manifestação de representantes do movimento pela anistia, de estudantes e familiares dos presos, em solidariedade aos grevistas, no salão nobre da Assembléia Legislativa, marcou o clima da sessão plenária dos parlamentares. Boatos de cassação da mesa diretora, por esta ter permitido o uso do salão nobre para o ato público, circulavam em plenário, enquanto se ouviam os protestos da Arena e os aplausos dos membros do MDB à manifestação.

O deputado arenista Heitor Furtado chegou a responsabilizar o presidente da Assembléia, Cláudio Moacir, pelo "espetáculo triste e lamentável". Heitor Furtado referia-se à peça encenada pelos estudantes sobre a anistia. Segundo ele, a peça representava a figura do general João Batista Figueiredo sendo enforcado.

Depois que Heitor Furtado concluiu seu discurso, o presidente da...

*hotos
suares politicos*

PT 1590-1191



base em fatos reais, ou é coisa mais ou menos orquestrada?", ele perguntou, explicando, em seguida: "porque sempre causa certa dúvida, certa suspeita, quanto à sinceridade de propósitos, quando essas coisas são orquestradas".

O coronel afirmou, respondendo as perguntas, que não existe qualquer previsão de ação por parte do palácio do Planalto, sobre as manifestações a favor dos prisioneiros políticos. "Antes de mais nada, disse ele, a presidência precisa obter o maior número possível de informações a respeito do assunto. E até agora, ao que sei, o tema não entrou aqui".

84 EM GREVE

Com a adesão dos três presos políticos da penitenciária de Juiz de Fora à greve de fome, eleva-se para 84 o número de presos que participam do movimento de protesto contra as condições carcerárias dos prisioneiros de Itamaracá, e que estão distribuídos pelos Estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Três capitais destes Estados, anteontem e ontem, assistiram a manifestações públicas de solidariedade ao movimento dos presos políticos. No Recife, a reunião que durou o dia todo, e foi feita na Assembléia Legislativa, readebue duras críticas do deputado arenista Wandel Kolk Wanderley, que taxou de subversiva a ifestação.

O ato de solidariedade que se realizou no salão nobre da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro também foi criticado pelos deputados arenistas que se reuniam, no mesmo dia, em plenário. Um deles, o parlamentar Edson Guimarães, acusou o Comitê Brasileiro pela Anistia de estar "impregnado de terroristas e assaltantes de bancos." Para estes, afirmou Guimarães, "não existirá anistia."

Já o presidente da Assembléia fluminense, deputado emedebista Cláudio Moacir negou que tivesse sido repreendido pelo governador Faria Lima por ceder o salão nobre da Assembléia para a "greve de fome simbólica. Moacir disse que "pelo contrário, tanto o governador como o secretário de Segurança (general Brum Negreiros) disseram estar satisfeitos com o desfecho dos acontecimentos."

Em São Paulo, a vigília promovida em solidariedade aos presos, na igreja São Domingos, transcorreu sem problemas, terminando às 7 horas da manhã com a celebração de uma missa em intenção aos grevistas e seus familiares.

Em Fortaleza, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Aloísio Lorscheider, declarou-se solidário às reivindicações dos presos políticos em greve de fome, mas ressaltou que discorda da forma de protesto que estão realizando por considerá-la prejudicial à saúde do ser humano. Ainda ontem em Brasília a CNBB divulgava um comunicado afirmando que embora reconhecesse como justa a causa dos presos, não apoiava a greve de fome, por "violar o 5.º mandamento da lei de Deus que recomenda "não matar".

NOS ESTADOS

A informação sobre a adesão dos presos de Juiz de Fora à greve de fome foi fornecida pelo núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia. Segundo seus porta-vozes, os presos já enviaram cartas ao Superior Tribunal Militar, ao juiz-auditor da IV Região Militar, ao Comitê Brasileiro pela Anistia e ao próprio núcleo mineiro, através da direção da penitenciária, para comunicarem a decisão. Embora as cartas não tenham chegado a seus destinatários até agora, o MFPA afirma que o fato não impediu que se tomasse conhecimento da deliberação dos tres presos.

O padre Bruno Trombeta, coordenador de Pastoral Penal da arquidiocese do Rio de Janeiro, afirmou, depois de sair de uma visita de duas horas aos presos políticos da Frei Caneca, que estão há 16 dias em greve: "Encontrei os rapazes muito bem. Alegres e conversando, sem demonstrar cansaço ou abatimento".

No Recife, a esposa de Carlos Alberto Soares — um dos presos que está em regime de isolamento — a médica Rosa Maria Barros Soares, expressou preocupação com a saúde de três dos grevistas, internados no Hospital da Polícia Militar. "Eles estão escarrando sangue — disse ela — e isso nos deixa bastante preocupados porque poderá ser uma tuberculose ou pneumonia".

O advogado Paulo Henrique, que está acompanhando a greve no Recife, informou que de fato os participantes do movimento, que hoje completa 20 dias, já estão todos bastante debilitados. Uns não suportam nem mais dois copos de água por dia, enquanto outros vomitam muito e têm vertigens quase que continuamente. Por isso, seus familiares procuraram, ontem, o secretário da Justiça do Estado, para obterem autorização de visitar os presos. Na secretaria, entretanto, foram informados que o secretário estava viajando e não havia ninguém substituindo-o.

"Sendo assim — explicaram os familiares dos presos — tivemos que recorrer ao juiz-auditor, José Bolívar Regis, para nós, no caso, a autoridade competente para conceder a autorização".

Bolívar Regis, procurado pelos familiares, respondeu, entretanto, que "a

Lorscheider, que afirmou-se solidário com os presos de Itamaracá, declarou ontem que é a favor do protesto, porém por outros meios. "Sou contra o que estão fazendo com os presos, que já sofrem e são castigados pela lei com a prisão. Todavia, não concordo é com a greve de fome, por ser prejudicial a saúde do ser humano", declarou o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CAUSA JUSTA

A presidência da CNBB, por outro lado, divulgou ontem um comunicado em que afirma: "Mesmo calcada em causa justa, a CNBB não apoia a greve de fome dos presos políticos, por violar o 5.º mandamento da lei de Deus, não matar".

"Há outras formas de protesto", diz a nota da CNBB, acrescentando em seguida: "Isso não quer dizer que a CNBB aprove as formas como são tratados os presos políticos, mas entende que existam outras formas e protestos, como, por exemplo, o trabalho da Comissão Nacional de Justiça e Paz, manifestações através de amigos e parentes, entre ou-

VIGILIA

Os participantes da vigília de solidariedade aos presos políticos, em São Paulo, permaneceram até às 7 horas da manhã de ontem na matriz de São Domingos, quando terminou a missa programada em intenção aos presos e suas famílias.

Durante a madrugada foram feitas leituras de salmos e textos bíblicos, de poesias e textos teatrais, alternados com pronunciamentos de vários dos presentes. A vida de uma jovem presa política, posteriormente exilada do país, relatada por um jornal de Belo Horizonte e lida por um dos participantes, prendeu durante algum tempo a atenção dos presentes.

Alguns elementos estranhos à vigília — que reunia mais de 100 pessoas durante a madrugada — foram vistos pelos cantos da igreja, e eram facilmente identificados pelos participantes, mas em momento algum se registrou qualquer problema.

CRITICAS

No Rio de Janeiro, a manifestação de representantes do movimento pela anistia, de estudantes e familiares dos presos, em solidariedade aos grevistas, no salão nobre da Assembléia Legislativa, marcou o clima da sessão plenária dos parlamentares. Boatos de cassação da mesa diretora, por esta ter permitido o uso do salão nobre para o ato público, circulavam em plenário, enquanto se ouviam os protestos da Arena e os aplausos dos membros do MDB à manifestação.

O deputado arenista Heitor Furtado chegou a responsabilizar o presidente da Assembléia, Cláudio Moacir, pelo "espetáculo triste e lamentável". Heitor Furtado referia-se à peça encenada pelos estudantes sobre a anistia. Segundo ele, a peça representava a figura do general João Batista Figueiredo sendo enforcado.

Depois que Heitor Penteado concluiu seu discurso, o presidente da casa determinou que a taquigrafia não registrasse "as expressões inverídicas sobre o general Figueiredo", ditas pelo representante da Arena, e afirmou que assumida "total responsabilidade pela cessão do salão nobre". "Se um parlamento não pode ser livre para ceder suas dependências para atender a um clamor nacional — disse ele — é melhor não existir".

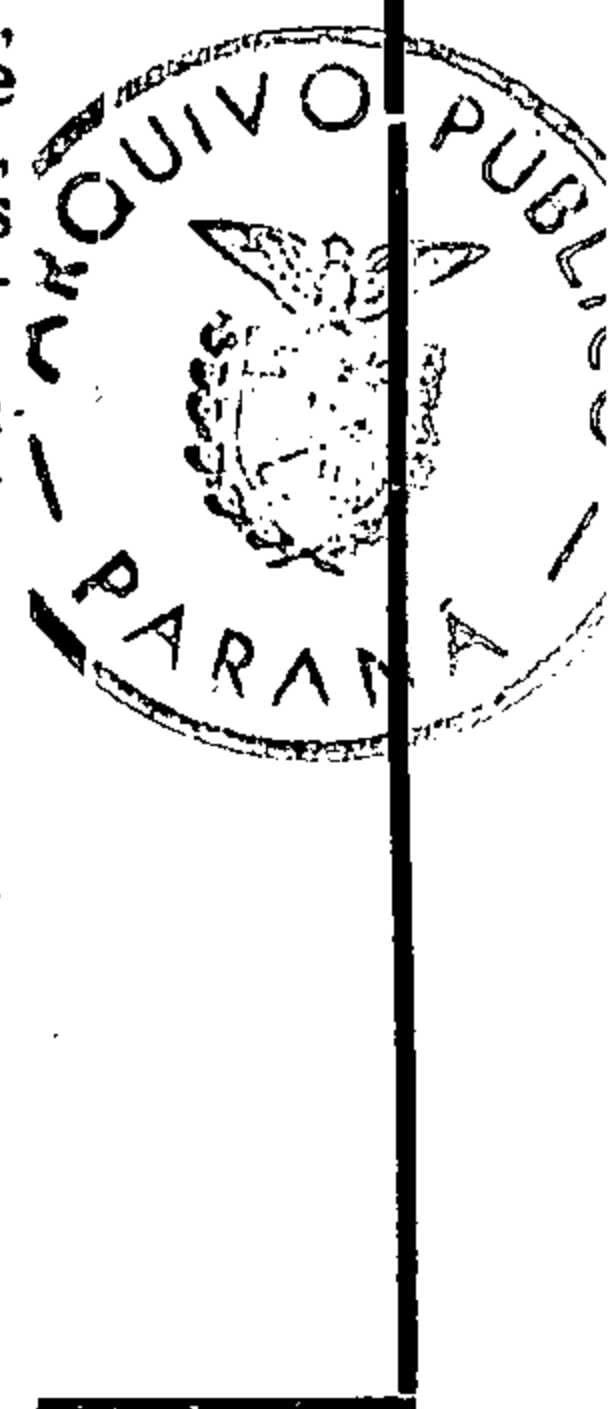
Outro deputado da Arena, Edson Guimarães, usou a tribuna para acusar o Comitê Brasileiro pela Anistia de estar "impregando de terroristas e assaltantes de bancos". Para estes, ele acrescentou, "não existirá anistia".

Imediatamente o deputado Edson Khair, do MDB, protestou, afirmando que o terrorismo estava sendo praticado pelas autoridades, ao submeter os presos políticos condenados à prisão perpétua ao isolamento carcerário.

"A anistia é algo de belo, mas para os crimes verdadeiramente políticos, afirmou, no Recife, o deputado Wandelkolk Wanderley, acrescentando: "os crimes cometidos por quem tenha a queda de um governo mas sem ferir suas estruturas. Estes que aí estão não agiram assim, não se declararam assim. Neles só se encontra maldade".

Em seguida, o deputado Wandelkolk afirmou: "Nós, que vimos as vítimas dessa gente (referia-se aos presos), chorando e gemendo, devemos dar aos grevistas a liberdade de morrerem de fome. A vida carcerária tem seus rigores, é claro, pois assim não fora e a metade do mundo passaria para lá". E terminou: "Os que roubam por quaisquer outros motivos deveriam então ter os mesmos direitos e reivindicações de privilégios. Mas estes, aos quais nos referimos, mataram por matar, não com fim político".

Sobre a manifestação dos familiares dos presos de Itamaracá, que ontem fizeram uma greve de fome simbólica, permanecendo durante o dia no prédio da Assembléia, o deputado arenista considerou "mal sucedido o movimento, congratulando-se com "o povo de Pernambuco, com a família pernambucana em geral e especialmente com os estudantes, por terem contribuído para o insucesso dessa tentativa de subversão".



PT 1590-1911

NOME: _____ Pront. N.º _____

FILIA: _____ 10 - O ESTADO DE S. PAULO 06/05/78

RESID: _____

Geisel não interfere nas greves de fome

D. Aloísio censura o movimento

Do correspondente em FORTALEZA

"Estou do lado do movimento dos presos políticos, mas sou contra a greve de fome que eles estão fazendo", foi o comentário do cardeal-arcebispo de Fortaleza e presidente da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Celam — Conselho Episcopal Latino Americano — d. Aloísio Lorscheider, ao visitar, ontem, as redações dos jornais da capital cearense.

Ao anunciar que irá à Roma na semana que vem, para acertar detalhes da próxima reunião do Celam, d. Aloísio disse que "através de documento a mim dirigido, tomei conhecimento que os dez presos que estão cumprindo penas no Instituto Paulo Sarasate, em Aquiraz, no Ceará, iniciaram, ontem, uma greve de fome em solidariedade aos seus companheiros de Pernambuco". Afirmando concordar com outros tipos de protesto, o arcebispo de Fortaleza disse que a "solidariedade pode ser manifestada sem a abstinência alimentar. Só com água e açúcar nossos presos em pouco tempo sentirão os efeitos da não alimentação, pondo em risco até suas vidas".

Para o presidente da CNBB esse problema já começa a preocupar. Acentuou que sempre "dedicamos nossa atenção aos presos, não apenas aos políticos. Semanalmente eles recebem visitas de representantes por nós credenciados". Indagado sobre o restabelecimento do habeas corpus, disse que as discussões sobre esse assunto tomam tanto tempo. "É algo que poderia ser resolvido com mais rapidez, pois, no meu entender, acho que o habeas corpus poderia ser restabelecido imediatamente".

Das sucursais, do correspondente e do serviço local

Não há nenhuma previsão quanto a possíveis atitudes do presidente Geisel sobre o problema da greve de fome de presos políticos, iniciada no Recife há vários dias e hoje com repercussão nacional, foi o que informou o coronel Ludwig, assessor de Imprensa do Palácio do Planalto. Ressaltando a necessidade de reunir mais informações para ver "se os fatos são reais ou orquestrados", Ludwig disse que nada de oficial chegou ao Planalto.

Em Brasília, a presidência da CNBB reafirmou, ontem, que a Igreja discorda da greve de fome em protesto pelo isolamento imposto aos presos Rholine Sonde Cavalcante e Carlos Alberto Soares que cumprem pena na prisão de Itamaracá, em Pernambuco. Os bispos aceitam e apóiam outras formas de protesto, citando como exemplo, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Justiça e Paz e Movimento pela Anistia, em todo o País.

Artistas e estudantes participaram em São Paulo da Vigília em Solidariedade aos Presos de Itamaracá, realizada na Igreja de São Domingos pelo Comitê Feminino de Anistia e Comitê de Famílias de Presos Políticos de São Paulo, onde se discutiu a

anistia aos presos políticos, a violência policial e o sistema carcerário no País.

Dizendo não ver outra alternativa senão partir para um movimento político, Neide de Azevedo Lima, representante do Movimento Feminino pela Anistia, disse já ter entrado em contato com dirigentes do MDB, no sentido de "colocar em andamento os mecanismos políticos que eles dispõem para, inclusive, pedir ao ministro Falcão que tente resolver a situação em Pernambuco".

Os presos políticos do Ceará também resolveram entrar em greve de fome em solidariedade aos colegas pernambucanos. Enquanto isso, Antonio Ricardo Brás, um dos presos do Recife, começou, ontem, a tomar soro. Ele é um dos primeiros a ter seu estado de saúde agravado pela greve de fome. Um dos médicos do sistema penitenciário de Pernambuco manifestou opinião favorável a que "o soro seja dado à força aos grevistas", para evitar a morte dos presos políticos.

No Rio, três presas políticas que estavam em greve de fome no presídio Talavera Bruce, em Bangu, tiveram que ser removidas para o Hospital Penitenciário com desidratação aguda. Os outros 30 presos passam bem, apesar dos 11 dias de fome, foi o que informou o Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro.

Sugerido fim do isolamento

Da sucursal de BRASÍLIA

O deputado Airton Soares (MDB-SP) apresentou, ontem, um projeto de lei propondo alteração no artigo 105 da Lei de Segurança Nacional, a fim de permitir que os presos condenados à prisão perpétua possam cumprir suas penas sem isolamento. O artigo 105 da LSN estabelece que a pena de prisão perpétua "será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regim. e especial e separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade".

Com a modificação proposta, os condenados à prisão perpétua ficarão separados apenas dos que estejam cumprindo penas não previstas na LSN.

EX-DEPUTADO

"Se o ex-deputado Márcio Moreira Alves deseja retornar ao País, a decisão é dele. Acho que não terá problemas, a não ser que esteja condenado ou seja réu em algum processo". Dessa forma, o porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, comentou ontem a possibilidade de o deputado cassado voltar ao País, a fim de visitar a mãe, internada em estado grave no Rio.

Luiz Carlos
Presos Políticos



FI
RE.

Pedida ação de Geisel em favor dos presos

SÃO PAULO (O. FORTALEZA) - Os familiares dos presos políticos, que cumprem pena no Presídio da Justiça Militar Federal do Barro Branco, em São Paulo, encaminharam ontem um memorial ao presidente Ernesto Geisel pedindo providências para se por termo "às situação desumana ora vigente" no Presídio de Itamaracá, em Pernambuco.

No memorial, também endereçado aos juizes do Superior Tribunal Militar, ao ministro da Justiça, Armando Falcão, e aos líderes da maioria no Congresso, deputado José Bonifácio e senador Eurico Rezende, os signatários lembram que "estão em jogo vidas humanas e direitos que custaram ao homem sangue, suor e lágrimas".

INTEGRA

E a seguinte a íntegra do memorial:

"Nós, aflitos e angustiados familiares dos presos políticos do Estado de São Paulo - Presídio da Justiça Militar Federal - ora em greve de fome solidária a já quarta greve de fome dos presos políticos de Itamaracá, sempre pelos mesmos motivos, vimos a Vossas Excelências para solicitar urgentes providências no sentido de que se ponha termo à situação desumana ora vigente no já citado presídio.

Os motivos que provocam essa quarta greve, tão fortes que motivaram a solidariedade de todos os presos políticos a nível nacional, são:

- Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, presos políticos condenados à prisão perpétua acrescida de dezenas de anos, são mantidos em precárias condições carcerárias em um duro regime de isolamento, isolamento este, caso único no Brasil, que já se estende por mais de dois anos, se não for suscitado, acabará levando-se os inevitavelmente à loucura ou à morte, penas estas às quais não foram condenados.

- Invocando a Declaração Universal dos Direitos Humanos - da qual o Brasil é signatário - e apelando para o sentido de justiça de Vossas Excelências, seja como cidadãos brasileiros, líderes, ministros, juizes e autoridades afins, no sentido de que intercedam junto ao juiz competente para que, usando de equidade, ponha fim a essa calamitosa situação.

- Lembramos aos senhores que estão em jogo vidas humanas e direitos que custaram ao homem sangue, suor e lágrimas.

Confiando na urgente determinação de Vossas Excelências, respeitadamente a comissão dos familiares dos presos políticos de São Paulo (Terezinha Tavares Coelho, Marco Antonio Tavares Coelho Filho, Rachel da Rocha Romar, José Luiz Camargo Guina e Josephina Bacarica)".

GREVE DE FOME

Por outro lado, a coordenação da greve de fome simbólica que começou ontem às 8 horas com participação de 19 famílias de presos políticos do Rio, acabou de receber a notícia que os exilados brasileiros na Suécia, aderiram também ao movimento nacional da greve de fome iniciada há 18 dias pelos presos de Itamaracá. Cerca de 100 pessoas já passaram pelo

salão nobre da Assembleia Legislativa a fim de pedir solidariedade aos grevistas e cresce o número de entidades que já assinaram o manifesto a ser entregue ao deputado Cláudio Moacir às 17 horas. Esse documento será enviado ao presidente do Superior Tribunal Militar reivindicando o fim do isolamento de Rholine Sonde Cavalcanti, Carlos Alberto Soares e melhores condições carcerárias para todos os presos políticos do país.

Há greves previstas também para hoje à tarde, com a participação de intelectuais, apresentações musicais, declamação de poemas de presos políticos e um espetáculo do teatro de resistência. A polícia continua montando guarda nas proximidades da Assembleia Legislativa onde os familiares dos presos políticos aqui do Rio fazem uma greve de fome simbólica, isto é com duração determinada, das oito da manhã às seis horas da noite. Um camburão permanece à porta da Assembleia e no estacionamento atrás do Palácio da Justiça há um caminhão, coberto de lona, da Polícia Militar com cerca de vinte pessoas da tropa de choque.

O diretor do sistema penitenciário, informou que as três presas políticas em greve de fome, removidas do Presídio Talavera Bruce e internadas no hospital penitenciário, estão tomando soro e os exames que foram submetidas ontem pela manhã, entre os quais de sangue, constataram que elas estão se recompondo normalmente. Os demais presos, segundo boletim médico, estão passando bem.

OUTRA GREVE

Enquanto isso, os dez presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate, em Fortaleza deverão iniciar hoje uma greve de fome em solidariedade aos seus colegas da Penitenciária de Itamaracá, em Pernambuco, segundo informaram ontem integrantes do Movimento Feminino pela Anistia. Ontem cópia da carta que os presos políticos do IPPS enviaram no dia 28 de abril ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil foi distribuída aos correspondentes de jornais do Sul do país. Nela, eles afirmaram que somente a OAB pode levar a questão à opinião pública, "única forma normal capaz de impulsionar o povo a atender imediatamente as justas reivindicações dos companheiros de Pernambuco".

As autoridades da Auditoria Militar da Décima Circunscrição Jurídica e Militar não tinham nenhuma informação sobre a greve que os dez presos políticos locais pretendem fazer a partir de hoje. No IPPS estão presos Candido Pinheiro Pereira, Fabiani Cunha, Francisco Auto Filho, João Alves Gondim Neto, José Ferreira Lima, José Jerônimo de Oliveira, Mário Miranda Albuquerque, Valdemar Rodrigues de Menezes e William Montenegro. Todos assinaram a carta encaminhada ao presidente da OAB. Na carta, eles declaram que as reivindicações feitas pelos grevistas da Prisão de Itamaracá, "todas legítimas e legais, são as mesmas que motivaram as greves anteriores: fim do brutal isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, há mais de dois anos separados dos demais, a solução de outros problemas considerados crônicos".

Anistia pede o fim da greve dos presos no Brasil

LONDRES - Pela segunda vez em três semanas, a Anistia Internacional enviou ontem um telegrama ao presidente do Brasil, Ernesto Geisel, solicitando-lhe para fazer o possível para terminar a greve de fome de "quase todos os presos políticos" do Brasil. "Quase todos os 200 presos políticos do Brasil aderiram à greve em protesto ao confinamento solitário imposto a Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, desde setembro de 1975 na Penitenciária de Barreto Campelo em Itamaracá", afirmou o telegrama da Anistia Internacional.

A organização apolítica, que defende os direitos humanos no mundo inteiro, acrescentou que a greve de fome começou há 22 dias atrás na "pior prisão brasileira", a Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, no Estado de Pernambuco.

"Todos os 15 presos políticos em Itamaracá foram transferidos a um hospital militar onde estão recusando tratamento médico e aceitando apenas água e açúcar", concluiu.

Curitiba, sexta-feira, 5 de maio de 1978

Diário de Itamaracá

Posta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

194

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

Juiz auditor garante que suspenderá isolamento de presos políticos de Recife

for no do Brasil - 1978

Recife — A permissão para convívio dos presos políticos Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares (condenados à prisão perpétua) cinco dias por semana, em banhos de sol, atividades esportivas e durante visitas será dada pelo Juiz-Auditor da 7.ª Circunscrição Judiciária Militar, Sr José Bolívar Régis, assim que os presos de Itamaracá terminarem a greve de fome. Depois de se reunirem com a Comissão Justiça e Paz de Recife, os presos decidiram não interromper a greve.

O Sr Bolívar Régis deu esta informação ontem a representantes do Movimento Feminino pela Anistia que, durante mais de uma hora, estiveram com ele na Auditoria e ouviram relato minucioso do que vem ocorrendo em relação à greve de fome dos presos políticos. Ele informou ainda que não pode acabar totalmente com o isolamento porque isto contraria a atual Lei de Segurança Nacional.

INSISTÊNCIA

Quando as representantes do Movimento Nacional Pela Anistia chegaram à Auditoria Militar, ficaram sabendo por funcionário que o auditor não estava. Insistiram, dizendo que tinham certeza da presença do Sr José Bolívar Régis. Então, o secretário do auditor informou que ele não receberia ninguém pois o assunto dos presos políticos já estava sendo decidido, tendo como intermediário o presidente da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, advogado Antônio Montenegro.

Argumentando que falaria com o auditor de qualquer maneira, nem que tivessem de esperá-lo até o fim do expediente, as Sras. Ruth Escolar, Helena Greco e Neide de Azevedo Lima conseguiram atrair a atenção do Sr José Bolívar Régis e foram convidadas a esperar o auditor na sua sala.

Muito calmo, o Sr José Bolívar Régis desculpou-se dizendo que não as tinha recebido antes porque pensava que eram as mães e mulheres dos presos. "Essas eu não recebo porque elas não entendem nada e vêm aqui me emocionar e eu não posso ficar assim".

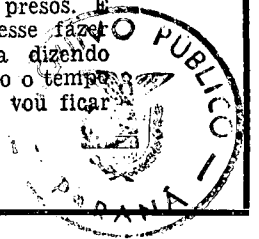
"Eu nunca enganei ninguém, os presos é que se desesperaram. Essa greve, podemos dizer, foi de graça e eu acho que tem alguém querendo sabotar o que eu desejo fazer. Eles estavam sendo informados por pes-

soas credenciadas, insuspeitas, como o pessoal da Comissão de Justiça do MDB, o advogado Paulo Henrique Maciel. O que estava esperando era apenas um relatório da Superintendência do Sistema Penitenciário que demorou muito, infelizmente, a chegar aqui".

Em seguida, o auditor explicou que não pode quebrar de vez o isolamento porque isso é uma lei e ele pretende apenas humanizar um pouco a sua interpretação. Assim, durante dois dias, os dois condenados à prisão perpétua tomarão banho de sol em conjunto com os demais, dois dias participarão de atividades esportivas e um dia receberão visitas juntamente com seus companheiros. Disse ainda que os dois são os únicos casos de prisão perpétua do país" e isso por inércia de seus advogados que não pediram a conversão da pena perpétua em reclusão, antes que o caso tivesse transitado em julgado".

A Sra Ruth Escobar pediu então que ele atendesse às reivindicações dos presos independentemente de eles encerrarem a greve ou não mas o auditor não admitiu essa hipótese: "Ou acabam a greve ou não faço nada, pois como não aceito pressão de ninguém, não vou aceitar dos presos. E seu eu não quisesse fazer nada não ficaria dizendo que vou fazer todo o tempo pois se não fizer vou ficar desmoralizado".

Lista presos políticos



PT 1590-154

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

QUINTA-FEIRA — 4 DE MAIO DE 1978

Estado de São Paulo

Justiça só atenderá presos após a greve

Das sucursais e do serviço local

O rigor do isolamento a que estão submetidos os dois presos políticos que cumprem pena de prisão perpétua, na Penitenciária Barreto Campello, em Itamaracá, Pernambuco, poderá ser amenizado por uma decisão do juiz-auditor da 7ª CJM, assim que Rholine Sonde Cavalcanti e Silva e Carlos Alberto Soares encerrarem a greve de fome iniciada há vários dias, segundo informação prestada ontem, em Brasília, por uma alta fonte da Justiça Militar.

Segundo a fonte, o juiz José Regis Bolivar não terá condições de tomar qualquer decisão enquanto perdurar a greve, que obteve apoio também dos presos políticos do Rio, São Paulo e Salvador, "pois a Justiça não deve, nunca, decidir em termos de coação". Uma coisa, porém, é certa: o isolamento dos presos pode ser amenizado, "e o juiz-auditor tem competência para isso", mas os presos permanecerão em regime especial e separados dos que estejam cumprindo outras penas.

O máximo que Carlos Alberto e Rholine Sonde podem obter é a permissão para o convívio, eventual, com outros presos políticos, e direito a banhos de sol com maior frequência. "Não se deve esquecer — acentuou a fonte — que a pena de prisão perpétua não tem o caráter de terapia, pois se trata de pessoas que não se reintegrarão mais ao convívio da sociedade. A prisão perpétua tem o sentido eminentemente penal, que objetiva excluir da sociedade elementos comprovadamente perigosos".

Informou ainda a fonte que "até mesmo as regras atinentes ao tratamento dos presos, baixadas pela ONU (uma espécie de declaração dos direitos dos presos), prevê um tratamento carcerário que difere para cada classe de preso".

Responsabilizando a imprensa pelo clima de "simpatia" criado na opinião pública em favor de Carlos Alberto e Rholine Cavalcanti, "devido às notícias sensacionalistas sobre o assunto", a fonte observou que, além das penas de prisão perpétua, Carlos Alberto foi condenado em cinco outros processos a penas que somam 71 anos e seis meses de reclusão, e Rholine, em quatro processos, a 32 anos. "Por outro lado, esse não é um caso ímpar, pois até hoje um condenado pelo tribunal de Nuremberg cumpre a pena de prisão perpétua, sozinho, em uma prisão da Alemanha" — acrescentou.

RESSENTIMENTOS

A situação dos presos da Penitenciária Barreto Campello é bastante difícil, segundo outros observadores na área da Justiça Militar. Na verdade, não apenas os setores militares que estiveram diretamente envolvidos na repressão à subversão, no início desta década, não esqueceram o envolvimento de Rholine e Carlos Alberto no atentado ocorrido em uma ~~prisão~~ do Recife, que deixou ~~permanente~~ um oficial do Exército, nem a morte do gerente da empresa Cornelio e Silva S/A, pela qual os dois presos foram condenados à prisão perpétua.

No julgamento de primeira instância, no Recife, apenas Rholine foi condenado à prisão

perpétua. Carlos Alberto, João Maurício de Andrade Balthar e Alberto Vinicius Mello Nascimento, todos implicados na morte do gerente, foram absolvidos.

No Superior Tribunal Militar, contudo, todos os quatro acusados, inclusive os absolvidos na primeira instância, foram condenados à prisão perpétua, em um processo que teve como revisor o atual vice-presidente da República, general Adalberto Pereira dos Santos. O ministro Lima Torres — ainda hoje no STM — votou condenando Rholine, Carlos Alberto e Vinicius Melo à pena de morte, enquanto os generais Augusto Fragoso e Bizarria Mamede eram favoráveis à pena, mais branda, de 30 anos. Vinicius recorreu ao Supremo Tribunal Federal e conseguiu que sua condenação fosse reduzida a 30 anos. João Maurício de Andrade Balthar, que foi julgado à revelia, exilou-se no Canadá. Apenas Carlos Alberto e Rholine — dos quatro que participaram do assalto, que rendeu a quantia de Cr\$ 32.062,08, encaminhados à direção nacional da Ação Libertadora Nacional, chefiada por Carlos Mari-ghele — estão cumprindo a pena de prisão perpétua.

Os dois ainda tentaram amenizar o rigor do isolamento a que estão submetidos por meio de um habeas corpus requerido ao STM. O tribunal, no entanto, considerou que a autoridade competente, no caso, não era a Justiça Militar e que as normas de cumprimento da sentença competiam, apenas, à administração da Penitenciária Barreto Campello. Por isso, rejeitou a ordem.

Em São Paulo, vigília cívica

Começa hoje às 20 horas, na Igreja São Domingos (rua Caiuby, 126 — Perdizes), uma vigília cívica em solidariedade aos presos políticos que estão em greve de fome no presídio do Barro Branco, em São Paulo. O movimento, que termina às 8 horas de amanhã, está sendo organizado pela Comissão de Familiares dos Presos, Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Mulheres Artistas pelos Direitos Humanos e Comissão Arquidiocesana pelos Direitos Humanos. De acordo com um comunicado distribuído pelos organizadores, o encontro deve discutir o problema dos direitos humanos e a anistia, buscando principalmente "hipotecar solidariedade aos presos políticos em greve de fome."

Ainda com relação aos presos do Barro Branco, o juiz auditor da Justiça Militar de São Paulo decidiu que os seus familiares poderão visitá-los diariamente. A decisão do juiz, que foi comunicada às famílias dos presos pelos seus advogados, foi tomada levando em conta a preocupação geral com a saúde dos grevistas.

No Rio, a partir das 8 horas de hoje, será iniciada uma manifestação pública, no salão nobre

da Assembléia Legislativa do Estado, em solidariedade aos presos políticos que se mantêm em greve de fome em diversas capitais do País. O movimento, que contava inicialmente com a participação de apenas 20 familiares dos presos, já tem o apoio de uma dezena de entidades estudantis e profissionais, que mandarão representantes à concentração. Em coordenação com a manifestação no Rio de Janeiro, familiares de presos políticos do Recife e de Belo Horizonte também promoverão concentrações nas assembleias legislativas de seus estados.

No Recife, o juiz auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar recebeu ontem a atriz Ruth Escobar, da União Nacional pela Anistia; Helena Grecco, do Movimento Feminino pela Anistia, e Neide Azevedo, também do MFA, para uma reunião de mais de uma hora, com a presença da imprensa, quando foi discutido o problema de greve de fome dos presos de Itamaracá.

O juiz disse que pretende, assim que se encerrar a greve, determinar o fim do isolamento carcerário dos presos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti. "Darei dois dias para banhos de sol com os demais

presos, dois dias para a prática de esportes, e um dia de visita de conjunto. Serão, portanto, cinco dias por semana que eles se encontrarão com os outros presos".

O juiz afirmou, mais uma vez, que não pretende assinar qualquer documento comprometendo-se a negociar com os presos de Itamaracá antes do fim da greve de fome.

O prazo para que ele determine o fim do isolamento será "de uma semana, prorrogável por mais oito dias, a partir do dia em que receber um documento dos presos" comunicando-lhe o fim da greve de fome.

Em Salvador, o núcleo baiano do Movimento Feminino pela Anistia divulgou ontem uma carta-aberta endereçada ao juiz auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar do Recife, pedindo solução urgente para o problema dos presos de Itamaracá, em greve de fome há 19 dias.

"Nós, mulheres baianas, diz o documento, inspiradas no mais elevado espírito de solidariedade e justiça, invocamos um tratamento mais humano para os nossos irmãos de Itamaracá, o que se concretizará com a quebra do isolamento a eles imposto."

Fonte: Jornal Política

PT 1530-1

195


Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Prisões perpétuas</p> <p><i>Correio de Notícias 03/10/78</i></p> <p>Recife - Por descuido da Auditoria Militar e pressa das autoridades penitenciárias estaduais, os presos políticos Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares estão cumprindo pena de prisão perpétua ilegalmente, afirmou ontem o juiz auditor da 7ª CJM. José Bolívar Régis, explicando que como eles também têm penas de reclusão, devem cumprir primeiro estas e somente depois aquela de tempo ilimitado.</p> <p>Segundo José Bolívar Régis, os funcionários da Auditoria, entre eles o próprio juiz - estão passíveis de punição pelo Superior Tribunal Militar (STM) por não enviarem às autoridades penitenciárias estaduais as cartas que regulamentam o cumprimento das penas. "a Auditoria errou e o sistema penitenciário também porque não esperou receber o documento, fazendo com que os dois passassem a cumprir pena de prisão perpétua, em regime de isolamento carcerário, ilegalmente".</p> <p style="text-align: right;"><i>Presos Políticos</i></p> <div style="text-align: right;">  <p>ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ</p> </div>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de

Quarta-feira, 3 de maio de 1978

Folha de São Paulo

Presos de Recife internados em hospital militar

NOME:
FILIAÇÃO:
RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA

Do correspondente

RECIFE — Os presos políticos recolhidos à penitenciária Barreto Campelo, hoje no seu 19.º dia de greve de fome, foram transferidos, desde sexta-feira, para o Hospital da Polícia Militar do Recife. Segundo os dois membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife, que visitaram os presos antes da transferência para o hospital, eles aguardam uma proposta do auditor da 7.ª Circunscrição Militar sobre sua reivindicação de acabar com o isolamento de seus colegas Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti.

Explicou à Comissão de Justiça e Paz que não está entrando no mérito da questão, mas apenas tentando colocar-se diante de um impasse existente entre a auditoria e os presos. Por um lado, o auditor diz que não age sob pressão, enquanto os presos afirmam que estão céticos diante das palavras do auditor, que já havia anteriormente prometido solucionar o problema do isolamento dos dois detentos e até agora nada resolveu. E a Comissão não pode ficar passiva diante de um apelo que "clama à consciência".

Desde sexta-feira última, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese vem tentando dialogar como o auditor e até o fim da tarde de ontem ainda não havia conseguido.

Os presos políticos que estão no Hospital da Polícia Militar só terão direito à visita por parte de seus familiares uma vez por semana e aos sábados. O objetivo da greve de fome dos presos é o de solidarizar-se com seus dois colegas que, além da prisão perpétua, permanecem em isolamento, e, conforme afirmam, "em processo de degeneração psicológica".

FAMILIARES

Os familiares dos presos políticos divulgaram o seguinte manifesto:

"A todos aqueles que hoje lutam pelo respeito aos direitos humanos e à população em geral. Nós, familiares dos presos políticos de Itamaracá, que se encontram atualmente em greve de fome, vimos, mais uma vez, de público, apelar para todos aqueles que hoje lutam pelos direitos humanos e para a população em geral, para que conosco se solidarize. Já é do conhecer de todos o isolamento carcerário em que se encontram Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante, vítimas de uma perseguição mesquinha, que poderá levá-los a um estado psicológico irrecuperável. Sabemos que o isolamento dos dois rapazes não se deu com base em lei alguma e que é mais uma das arbitrariedades da atual diretoria do presídio e das autoridades ligadas ao sistema penitenciário em geral. Sabemos, porém, que uma determinação do juiz auditor pode alterar esta situação por demais deplorável. É neste sentido que convidamos a todos aqueles que conosco queiram solidarizar, para que no próximo dia 4 de maio compareçam à Assembléia Legislativa onde nós, familiares, estaremos, das 8 às 18 horas, sem nós alimentar, esperando do juiz auditor uma resolução para o problema de Carlos Alberto e Rholine Sonde".

*Leandro
Lemos
Política*

"PERSEGUIÇÃO MESQUINHA"

Para o juiz auditor, os familiares enviaram a seguinte carta:

Nós, familiares dos presos políticos de Itamaracá, recorremos mais uma vez ao Ex.ª, no sentido de por fim ao isolamento carcerário em que se encontram Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde há mais de dois anos. Nossos filhos, esposos e irmãos, não tendo mais a quem recorrer, reiniciaram uma greve de fome, caracterizada como a quarta em apenas dois anos.

Sabemos que os mesmos preferem sacrificar suas vidas a viverem numa destruição constante de sua dignidade humana. Não é justo tamanho sofrimento a quem já está condenado à prisão perpétua. Já não basta a brutalidade desta? Não nos iludimos com a justificativa de que o isolamento é cumprimento de lei, pois sabemos que em outros Estados do Brasil existem presos condenados à prisão perpétua que não estão separados de seus companheiros. Sabemos também que os dois rapazes estão presos já há sete anos e só em 1975 quando a atual diretoria tomou posse, eles foram separados dos demais companheiros. Estamos cientes, portanto, de que a separação é fruto de uma perseguição mesquinha e brutal aos presos políticos. Como exemplo disto, temos a greve de fome desencadeada em 1975, que teve como principal reivindicação, retorno de Luciano Almeida e Marcelo Mário de Melo que haviam sido separados dos seus companheiros e levados para o quartel da PM. Isto tudo torna evidente o objetivo de separar os nossos parentes, para que os mesmos como grupo, não constituam uma força a mais na luta contra o tratamento desumano, dado não só aos presos políticos mas a todos os presos da Penitenciária Professor Barreto Campelo.



Como seres humanos, nossos filhos, esposos e irmãos ainda têm um papel a cumprir. Eles estão vivos e como tal têm o seu lugar na sociedade. Mas sabemos que se torna mais fácil destruir um homem quando este se encontra só. Abominamos todos aqueles que querem dar uma imagem de carrascos aos nossos parentes. Eles são humanos e como tal possuem um coração que ama e que sofre, por verem e sentirem na própria pele, tantas vezes esse amor destruído por aqueles que não podem ser considerados gente pois não possuem uma consciência humana.

"E neste sentido e apelando para vossa consciência jurídica e humana, que mais uma vez recorremos a V. Excia de que determine a solução para o problema de Carlos Alberto e Rholine Sonde.

"Sabemos que uma determinação vossa será imediatamente atendida. Nós nos propomos pois a ficarmos no dia 4 de maio na Assembléia Legislativa, das 8 às 18 horas, sem nos alimentar, esperando de V. Excia, uma resolução concreta a fim de que seja dado um fim ao brutal isolamento a que estão submetidos Carlos Alberto e Rholine Sonde Cavalcanti. Contamos com vossa compreensão e fazemos nossas as palavras do editorial

PT 1590-191

cante, vítimas de uma perseguição mesquinha, que poderá levá-los a um estado psicológico irrecuperável. Sabemos que o isolamento dos dois rapazes não se deu com base em lei alguma e que é mais uma das arbitrariedades da atual diretoria do presídio e das autoridades ligadas ao sistema penitenciário em geral. Sabemos, porém, que uma determinação do juiz auditor pode alterar esta situação por demais deplorável. É neste sentido que convidamos a todos aqueles que conosco queiram solidarizar, para que no próximo dia 4 de maio compareçam à Assembléia Legislativa onde nós, familiares, estaremos, das 8 às 18 horas, sem nos alimentar, esperando do juiz auditor uma resolução para o problema de Carlos Alberto e Rholine Sonde.

"PERSEGUIÇÃO MESQUINHA"

Para o juiz auditor, os familiares enviaram a seguinte carta:

Nós, familiares dos presos políticos de Itamaracá, recorreremos mais uma vez a V. Excia. no sentido de por fim ao isolamento carcerário em que se encontram Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde há mais de dois anos. Nossos filhos, esposos e irmãos, não tendo mais a quem recorrer, reiniciaram uma greve de fome, caracterizada como a quarta em apenas dois anos.

Sabemos que os mesmos preferem sacrificar suas vidas a viverem numa destruição constante de sua dignidade humana. Não é justo tamanho sofrimento a quem já está condenado à prisão perpétua. Já não basta a brutalidade desta? Não nos iludimos com a justificativa de que o isolamento é cumprimento de lei, pois sabemos que em outros Estados do Brasil existem presos condenados à prisão perpétua que não estão separados de seus companheiros. Sabemos também que os dois rapazes estão presos já há sete anos e só em 1975 quando a atual diretoria tomou posse, eles foram separados dos demais companheiros. Estamos cientes, portanto, de que a separação é fruto de uma perseguição mesquinha e brutal aos presos políticos. Como exemplo disto, temos a greve de fome desencadeada em 1975, que teve como principal reivindicação, retorno de Luciano Almeida e Marcelo Mário de Melo que haviam sido separados dos seus companheiros e levados para o quartel da PM. Isto tudo torna evidente o objetivo de separar os nossos parentes, para que os mesmos como grupo, não constituam uma força a mais na luta contra o tratamento desumano, dado não só aos presos políticos mas a todos os presos da Penitenciária Professor Barreto Campelo.

Como seres humanos, nossos filhos, esposos e irmãos ainda têm um papel a cumprir. Eles estão vivos e como tal têm o seu lugar na sociedade. Mas sabemos que se torna mais fácil destruir um homem quando este se encontra só. Abominamos todos aqueles que querem dar uma imagem de carrascos aos nossos parentes. Eles são humanos e como tal possuem um coração que ama e que sofre, por verem e sentirem na própria pele, tantas vezes esse amor destruído por aqueles que não podem ser considerados gente pois não possuem uma consciência humana.

"É neste sentido e apelando para vossa consciência jurídica e humana, que mais uma vez recorreremos a V. Excia de que determine a solução para o problema de Carlos Alberto e Rholine Sonde.

"Sabemos que uma determinação vossa será imediatamente atendida. Nós nos propomos pois a ficarmos no dia 4 de maio na Assembléia Legislativa, das 8 às 18 horas, sem nos alimentar, esperando de V. Excia, uma resolução concreta a fim de que seja dado um fim ao brutal isolamento a que estão submetidos Carlos Alberto e Rholine Sonde Cavalcanti. Contamos com vossa compreensão e fazemos nossas as palavras do editorial do "Jornal do Brasil" de 29/04/78 — "Solidão Perpétua".

"Esta é uma situação anti-humana e contrária à essência da alma do Brasil".

Entidades convidam o povo a solidarizar-se

RECIFE — Liderados pela Ação Católica, as instituições Movimento Feminino pela Anistia (núcleo Pernambuco), Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômico "Pedroso Horta", Bancada estadual do MDB-PE, setor jovem estadual do MDB-PE, Pastoral da Juventude da Arquidiocese do Recife e Olinda, Centro de Estudos e Ação Social, e diretórios acadêmicos de várias universidades estão distribuindo em toda a cidade um manifesto convocando o povo para uma vigília cívica, no pátio da Assembléia Legislativa do Recife, amanhã, das 8 às 18 horas, em solidariedade aos presos políticos, recolhidos à colônia agrícola de Itamaracá.

O manifesto, que tem por título "Convocação", afirma que "não se esgota na lista de torturas, assassinatos e desaparecimentos a denúncia dos crimes de uma ditadura. Há 14 anos vivencimos o golpe de Estado. A partir de então, desaba sobre nós uma torrente de arbitrariedades: prisões, torturas, exílios, desaparecimentos, clandestinidade forçada, censura, arrocho salarial, desemprego, empobrecimento crescente das mais amplas camadas da população. E dentro deste contexto, estar vivo constitui-se numa grande vitória. Estar vivo capaz de reagir a esta opressão criminoso".

Reivindicando a quebra de isolamento dos presos políticos de Itamaracá, o manifesto afirma ainda que "hoje, esse apoio é ainda mais necessário; precisa ser dado, agora, de uma forma organizada e que contribua, na prática, para avançar a luta apenas iniciada, em defesa dos presos políticos, e que tem como grande objetivo, a anistia ampla, geral e irrestrita".



PT 1590-19A

199

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p><i>Falta Presos Políticos</i></p>	<h3>Em SP, juízes pedem assistência a presos políticos</h3> <p><i>O Estado de São Paulo</i> 03/05/78</p> <p>Do serviço local e das sucursais</p> <p>Em resposta a um comunicado do Presídio do Barro Branco, a respeito da greve de fome iniciada anteontem pelos presos políticos ali recolhidos, os juízes auditores das três Auditorias da 2ª Circunscrição Judiciária Militar alertaram o diretor do estabelecimento no sentido de que mantenha contato permanente com o centro médico da Polícia Militar para a assistência aos grevistas e esclareceram que não tinham qualquer orientação complementar, pois a matéria foge à jurisdição da Justiça Militar. No Recife, o auditor da 7ª Circunscrição Militar disse ontem que não assumirá compromissos formais com os presos políticos que cumprem pena na Penitenciária de Itamaracá para determinar o fim da greve de fome que entra hoje no décimo sétimo dia.</p> <p>O movimento de São Paulo foi iniciado em solidariedade aos presos de Pernambuco, que protestam contra o isolamento carcerário a que estão submetidos os condenados à prisão perpétua, Rholine Cavalcante e Carlos Alberto Soares. A propósito de atitude semelhante assumida pelos presos políticos do Rio, o diretor do Departamento do Sistema Penitenciário afirmou ontem que todos os grevistas passam bem, embora seus familiares estejam preocupados com o estado de saúde dos presos, principalmente os que cumprem pena no Bangu. Por sua vez, o presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia, Emi Raimundo, declarou ontem que "não existe mais assistência no presídio de Bangu" e que "as moças já deveriam ter sido transferidas para um hospital".</p> <p>Dos 22 presos que cumprem pena no Presídio do Barro Branco, apenas três não participam da greve de fome por motivos de saúde, embora se declarem solidários com os colegas: Aldo Silva Arantes, Hilário Gonçalves Pio e David Gongora Junior. Os integrantes do movimento são Altino Rodrigues Dantas Junior, Antonio André Camargo Guerra, Antonio Pinheiro Salles, Aristou de Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, Diógenes Sobrosa de Souza, Francisco Góes da Silva, Gregório Mendonça, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Joaquim Celso de Lima, José Carlo Gianini, José Milton Ferreira de Almeida, Manoel Cirilo de Oliveira Neto, Marco Antonio Tavares Coelho, Ney Jansen Junior, Osvaldo Pacheco da Silva, Paulo Walter Radtche, Wladimir Ventura Torres Pomar e Zacarias Alfredo Freire.</p> <p>No Recife, o juiz auditor José Bolivar Regis explicou sua atitude com as seguintes palavras: "Não sou um cafajeste e já disse aqui que vou resolver o problema. Mas não vou assinar nada, nem receber nada de mãe de preso subversivo. Se quiserem parar a greve, eu resolvo; se quiserem morrer de fome, que morram e vão para o inferno".</p> <p>Em Salvador, Paulino Vieira, o único dos quatro presos políticos que não havia aderido à greve de fome em solidariedade aos colegas de Itamaracá, anunciou ontem que desde o dia 1º também está sem comer.</p> <p>ATO PÚBLICO</p> <p>Um grupo de pessoas pretende participar hoje de um ato público no centro do Rio, em solidariedade aos presos em greve nos quatro Estados. A manifestação deverá reunir apenas parentes de presos, que se sentarão em um local ainda não determinado, onde ficarão das 8 às 18 horas sem comer. A expectativa em relação à atitude que a Secretaria de Segurança assumirá, após as manifestações públicas de protesto, são proibidas pelo Ministério da Justiça.</p> <p><i>Arquivo Público</i></p>

Presos políticos paulistas aderem à greve de fome de Recife, Rio e Salvador

São Paulo — Dos 21 presos políticos do presídio da Justiça Militar, 18 entraram em greve de fome às 18h de ontem, em solidariedade aos presos políticos de Recife, que reivindicam o fim do isolamento carcerário de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, que cumprem pena de prisão perpétua; os outros três só assinaram um documento de protesto, por terem problemas de saúde. Ainda há greves de fome no Rio e em Salvador.

Em Recife, representantes de instituições políticas, religiosas e estudantis do Estado vão aderir à greve de fome simbólica dos parentes dos presos políticos, marcada para o pátio da Assembleia Legislativa, das 8h às 18h. Parentes dos presos em greve no Rio farão protesto idêntico; ontem mandaram carta de solidariedade às famílias dos presos em Itamaracá.

SÃO PAULO

Os presos políticos em greve de fome mandaram carta à Ordem dos Advogados do Brasil, à CNBB, à ABI, além dos "movimentos pela anistia, entidades sindicais e estudantis e outras entidades que lutam em defesa dos direitos dos presos políticos no Brasil". Nela, afirmam: "Se pomos em risco a própria vida, sabemos que existe momento em que, para defendê-la e preciso colocá-la em risco".

Após lembrarem as torturas e os sofrimentos de todos aqueles que passam nos órgãos repressivos do regime militar instalado no país em 1964", denunciam que são alvos de "ameaças, punições, volta aos órgãos de censura, difíceis condições carcerárias, censura a livros, periódicos e correspondência".

"Procuram dividir-nos em pequenos grupos e isolam-nos visando a facilitar a prática de novos atentados à integridade física e moral dos presos políticos, afirma a carta, assinada pelos grevistas e por Hilário Gonçalves Pinha ("em consequência das torturas por que passou, teve extirpados 80% do intestino grosso"), Davi Gongora Júnior ("com graves distúrbios neurológicos") e Aldo Silva Arantes ("portador de epilepsia").

Os presos em greve de fome são: Altino Rodrigues Dantas Júnior, Antônio André Camargo Guerra, Antônio Pinheiro Salles, Ariston Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, Diógenes Sobrosa de Souza, Francisco Gomes da Silva, Gregório Mendonça, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Joaquim Celso de Lima, José Carlos Gianinni, José Milton Ferreira de Almeida, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Marco Antônio Tavares Coelho, Ney Jansen Ferreira Júnior, Osvaldo Pacheco da Silva, Paulo Walter Radtke e Vladimir Ventura Torres Pomar.

ATO PÚBLICO

Nota divulgada ontem pelas entidades que participaram da greve simbólica de quinta-feira em Recife, convoca a população e diz espe-

rar que, em outros Estados, haja "solidariedade por parte de familiares, entidades democráticas e presos políticos de outras penitenciárias, o que dará caráter nacional a essa luta que apenas começa."

Explica que na última greve (a quarta), os presos "não tiveram o apoio necessário à sua luta. Junto à vigília realizada aqui (promovida pelo Movimento pela Anistia, em dezembro), houve apenas declarações espontâneas, solidárias e isoladas e sem a conexão e objetivos bem definidos. Hoje, este apoio ainda mais necessário. Precisa ser organizado, de uma forma organizada e que contribua, na prática, para avançar a luta apenas iniciada em defesa dos presos políticos e que tem como grande objetivo a anistia ampla, geral e irrestrita".

Assinam a nota: Movimento Penitenciário pela Anistia, Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Pedroso Horta (seção Pernambuco), banca da estadual do MDB, Setor Jovem do MDB, Ação Católica Operária, Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, Centro de Estudos e Ação Social, DCAs das Universidades Católica, Rural e Federal, Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia do Recife e jornal Movimento (escritório no Estado).

SOLIDARIEDADE

Parentes dos 35 presos políticos em greve de fome no Rio enviaram carta de solidariedade às famílias dos presos políticos de Recife: "Neste tempo em que acompanhamos nossos familiares presos, muito temos aprendido. Aprendemos que não estamos sós; que nossa luta não é só nossa, mas de todos aqueles que sofrem as arbitrariedades deste regime de opressão. Assim nos descobrimos mais fortes e vimos que o apoio que damos a nossos familiares presos está inserido numa luta maior que nos levou à conquista de uma anistia ampla, geral e irrestrita, a conquista de liberdade para nosso povo", diz um trecho.

Pasta Presos Políticos

PT 1590-191

PUBLIC

Secretaria de Segurança Pública


201

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>14 — O ESTADO DE S. PAULO 02/05/78</p> <h3 style="text-align: center;">Presos paulistas também entram em greve de fome</h3> <p>Familiares dos vinte e um presos políticos da penitenciária de Barro Branco, São Paulo informaram ontem que dezoito deles entraram em greve de fome às 18 horas de ontem, em solidariedade a outros presos do presídio de Itamaracá, Pernambuco, que exigem o fim do isolamento dos presos Rholine Sonda, Otonário de Itamocant e Carlos Alberto Soares.</p> <p>Em comunicado no qual divulgam essa decisão, e que é dirigido a entidades como OAB, ABI e CNBB, os presos paulistas afirmam: "Manifestando essa solidariedade aos presos políti-</p> <p>cos de Pernambuco, move-nos a compreensão de que o atendimento de sua exigência somente será alcançado se amplos setores populares participarem ativamente desse movimento. Apelamos a todos quantos lutarem contra a opressão e o arbítrio dos poderes e a justa causa dos presos políticos de Itamocant e Soares.</p> <p>Na nota, os presos esclarecem que três outros detidos — Hilário Gonçalves Pinha, Davi Gôngora Júnior e Aldo Silva Arantes — não participam da greve, em face do seu "precário estado de saúde".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Presos Políticos</i></p> <div style="text-align: right;"></div>

PT 1590-191

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Presos paulistas pedem o fim do isolamento</p> <p>SÃO PAULO - Vinte presos políticos que recebem pena no presídio do bairro Brás, em São Paulo, enviaram carta ao presidente do Superior Tribunal Militar, solicitando que "ponham fim à arbitrária e angustiante situação dos presos políticos confinados na penitenciária Professor Barreto Campelo, de Itamaracá, Pernambuco, particularmente a dos dois companheiros mantidos no isolamento, Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares".</p> <p>A carta está assinada pelos seguintes presos: Aldo Silva Arantes, Altino Rodrigues Dantas Junior, Antonio André Camargo Guerra, Antonio Pinheiro Salles, Ariston Oliveira Lucena, Aton Fon Filho, Diogenes Sobrosa de Souza, Francisco Gomes da Silva, Gregório Mendonça, Haroldo Borges Rodrigues Lima, Hilario Gonçalves Pinha, Joaquim Celso de Lima, José Carlos Giannini, José Milton Ferreira de Almeida, Manoel Cyrillo de Oliveira Neto, Marco Antonio Tavares Coelho, Ney Jansen Ferreira Júnior, Oswaldo Pacheco da Silva, Paulo Wladimir Ventura Santos, João Paulo Goenhalgh, Márcia Ramos de Souza, Julio Fernando Toledo Teixeira e Edibal Piveta, tem data do dia 26 de abril.</p> <p>"O problema vivido naquela penitenciária - diz a carta - faz parte do triste quadro do Brasil de nossos dias. Se não bastasse a prisão por motivos políticos, as atuais autoridades, com base em lei que somente delas emanou e em suas interpretações, mantém aquele grupo de opositores ao regime em condições bárbaras e desumanas, que podem até levá-los à loucura. Os mais comuns direitos que a civilização assegura aos homens do Século XX são ali desrespeitados, são letra morta. Contra essa arbitrariedade, os companheiros de Itamaracá vem protestando com vigor, recorrendo - até agora inutilmente - a diversos procedimentos junto a órgãos do executivo e de justiça militar".</p> <p style="text-align: right;">01/05/48</p> <p style="text-align: center;">Recife: visitas proibidas</p> <p>RECIFE - Familiares dos presos políticos que se encontram em greve de fome não puderam visitá-los ontem à tarde no hospital da polícia militar de Pernambuco. Para onde foram transferidos na última sexta-feira e segundo informações do "hospital", a proibição das visitas na parte da tarde partiu da secretaria de Interior e Justiça.</p> <p>O advogado Paulo Henrique Maciel, que esteve no hospital pela manhã, informou que os detentos estão passando bem e dispostos a prolongar a greve até que sua reivindicação de que as autoridades determinem o fim do isolamento carcerário de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua seja atendida.</p> <p>Ontem à tarde, familiares dos presos telefonaram para as redações dos jornais denunciando que não podiam ver seus parentes, embora no sábado tivessem sido informados no hospital que poderiam visitá-los durante todo o dia do domingo. Eles tentaram entrar em contato com o secretário de Interior e Justiça, Sr. José Joaquim de Almeida, mas não conseguiram a autorização.</p> <p>O advogado Paulo Henrique Maciel, por sua vez, informou que membros da comissão de Justiça e Paz do Arquipélago de Fernando de Noronha receberam amanhã pelo diretor da Penitenciária Militar, Sr. José Bolívar Regis, a quem pediram providências para o caso de isolamento carcerário dos dois condenados à prisão perpétua, e que motivou a greve de fome.</p> <p style="text-align: right;"><i>Parta Presos Politicos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">JORNAL DO BRASIL <input type="checkbox"/> Sábado, 29/4/78 <input type="checkbox"/> 1º Caderno</p> <h3>Parentes de presos em greve de fome no Rio dizem que eles estão com moral alta</h3> <p>No Instituto Penal Talavera Bruce e na Divisão de Segurança Especial, no Rio, continuam em greve de fome 31 presos políticos, em solidariedade a outros 15, de Itamaracá. Alguns estão sem comer desde segunda-feira mas, segundo as famílias e o Desipe, passam bem e "estão de moral alta". Hoje, a partir das 15h, o Comitê Brasileiro pela Anistia estará de plantão na Casa do Estudante, para acompanhar a situação.</p> <p>As famílias das presas políticas Jessie Jane Vieira de Souza, Norma Sá Pereira Torres e Rosalice Magalhães Fernandes informaram que elas estão "ótimas, tranquilas e de moral alta". Além da alimentação normal, elas têm se recusado também a tomar qualquer medicamento oferecido pelos médicos do Instituto Penal Talavera Bruce, onde estão recolhidas.</p> <h4>NOVAS ADESÕES</h4> <p>Disseram que "o fato de a greve estar se alaistrando é muito bom" e esperam maiores adesões, inclusive dos presos políticos de São Paulo. Elas entraram em greve na segunda-feira, "porque sentem muito de perto o problema do isolamento, em Bangu, e sabem que isso agrava as penas que receberam". No entanto, afirmaram que têm tido bom relacionamento com o Departamento do Sistema Penitenciário do Estado, "pois o Desipe está à vontade, já que não reivindicamos nada com relação ao tratamento que recebemos".</p> <p>A greve de fome dos presos políticos recebem também o apoio do movimento denominado Convergência Socialista, que referenda as decisões do Comitê Brasileiro pela Anistia. O movimento congrega entidades estudantis, sindicatos e associações de bairro. A secretária-geral-adjunta da Comissão Nacional Justiça e Paz, Sra Marina Bandeira, disse ontem que está em contato com a Comissão Justiça e Paz de Recife, "na esperança de que seja resolvido o problema, muito grave", e lembrou que "a chave da questão está em Pernambuco". A comissão Justiça e Paz de lá quer que os presos suspendam a greve, sem o que as autoridades pernambucanas se negam a tomar qualquer providência.</p> <h3>Detentos de Recife vão para hospital</h3> <p>Recife — Os 15 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, que completaram 13 dias de greve de fome foram transferidos ontem para o Hospital da Polícia Militar, em Recife, pelas autoridades penitenciárias, como medida de precaução. O estado de saúde deles, segundo o Secretário de Justiça José Joaquim de Almeida Neto, é satisfatório.</p> <p>Antes da transferência, os prisioneiros receberam a visita de dois representantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife que tentaram convencê-los a terminar a greve, sem êxito. Os detentos informaram que somente com uma garantia real de que o isolamento de seus companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti será extinto, eles voltarão a se alimentar.</p> <p>Depois de três dias e meio de "fome", os presos marcados, a Comissão conseguiu, na tarde de ontem, autorização para visitar os detentos, com objetivo de servir de intermediária entre as autoridades e os prisioneiros.</p> <p>As visitas dos parentes, apesar da transferência para o hospital, poderão ser feitas normalmente, como em qualquer fim de semana.</p> <p>Os representantes da Comissão Justiça e Paz, logo que voltaram de Itamaracá, tiveram um encontro com o Auditor da 7ª. Circunscrição Judiciária Militar José Bolívar Régis, mas o assunto discutido não foi revelado.</p>

Lista Presos Políticos



PT 1590-191

Preso em greve na Bahia será examinado

Salvador — O preso político Aloisio Valério da Silva, um dos três que entraram em greve de fome esta semana, em solidariedade aos de Itamaracá, foi transferido ontem para o manicômio judiciário, atendendo a carta precatória da Justiça Militar pernambucana, pela qual foi condenado, onde fará uma série de exames para verificação de periculosidade prestadas ontem, em entrevista da advogada dos presos políticos de Salvador, Sra Ronilda Noblat. Quando distribuiu a carta que os detentos de Salvador incursões na Lei de Segurança Nacional enviaram ao Auditor Militar Arnaldo Ferreira Lima.

Os presos dizem na carta: "Solidários aos nossos companheiros sempre estive-

...ção normal, elas tem se recusado também a tomar qualquer medicamento oferecido pelos médicos do Instituto Penal Talavera Bruce, onde estão recolhidas.

NOVAS ADESÕES

Disseram que "o fato de a greve estar se alastrando é muito bom" e esperam maiores adesões, inclusive dos presos políticos de São Paulo. Elas entraram em greve na segunda-feira, "porque sentem muito de perto o problema do isolamento, em Bangu, e sabem que isso agrava as penas que receberam". No entanto, afirmaram que têm tido bom relacionamento com o Departamento do Sistema Penitenciário do Estado, "pois o Desipe está à vontade, já que não reivindicamos nada com relação ao tratamento que recebemos".

A greve de fome dos presos políticos recebem tam-

bém o apoio do movimento denominado Convergência Socialista, que referenda as decisões do Comitê Brasileiro pela Anistia. O movimento congrega entidades estudantis, sindicatos e associações de bairro. A secretária-geral-adjunta da Comissão Nacional Justiça e Paz, Sra Marina Bandeira, disse ontem que está em contato com a Comissão Justiça e Paz de Recife, "na esperança de que seja resolvido o problema, muito grave", e lembrou que "a chave da questão está em Pernambuco". A comissão Justiça e Paz de lá quer que os presos suspendam a greve, sem o que as autoridades pernambucanas se negam a tomar qualquer providência.

Detentos de Recife vão para hospital

Recife — Os 15 presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, que completaram 13 dias de greve de fome foram transferidos ontem para o Hospital da Polícia Militar, em Recife, pelas autoridades penitenciárias, como medida de precaução. O estado de saúde deles, segundo o Secretário de Justiça José Joaquim de Almeida Neto, é satisfatório.

Antes da transferência, os prisioneiros receberam a visita de dois representantes da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife que tentaram convencê-los a terminar a greve, sem êxito. Os detentos informaram que somente com uma garantia real de que o isolamento de seus companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti será extinto,

eles voltarão a se alimentar. Depois de três dias e meio de interrupções, os encontros marcados e em seguida desmarcados, a Comissão conseguiu, na tarde de ontem, autorização para visitar os detentos, com objetivo de servir de intermediária entre as autoridades e os prisioneiros.

As visitas dos parentes, apesar da transferência para o hospital, poderão ser feitas normalmente, como em qualquer fim de semana.

Os representantes da Comissão Justiça e Paz, logo que voltaram de Itamaracá, tiveram um encontro com o Auditor da 7a. Circunscrição Judiciária Militar José Bolívar Régis, mas o assunto discutido não foi revelado.

Preso em greve na Bahia será examinado

Salvador — O preso político Aloisio Valério da Silva, um dos três que entraram em greve de fome esta semana, em solidariedade aos de Itamaracá, foi transferido ontem para o manicômio judiciário, atendendo a carta precatória da Justiça Militar pernambucana, pela qual foi condenado, onde fará uma série de exames para verificação de periculosidade.

A depender dos resultados dos exames, Aloisio Valério da Silva poderá deixar de cumprir uma sentença de quatro anos a que foi condenado (ele cumpre atualmente uma de 16 anos). A carta precatória havia sido solicitada há bastante tempo, mas somente no dia 7 de abril chegou à Justiça Militar da Bahia.

As informações foram

prestadas ontem, em entrevista da advogada dos presos políticos de Salvador, Sra Ronilda Noblat. Quando distribuiu a carta que os detentos de Salvador incursos na Lei de Segurança Nacional enviaram ao Auditor Militar Arnaldo Ferreira Lima.

Os presos dizem na carta: "Solidários aos nossos companheiros sempre estivemos. Entretanto, devido à gravidade da situação não podemos nos limitar às protocolares cartas de protesto". E acrescentam: "Considerando a intransigência das autoridades carcerárias de Pernambuco e considerando que a luta dos companheiros é justa, solidariamente nos declaramos em greve de fome por tempo indeterminado até que os problemas que a motivam estejam resolvidos".

Comissão de Mães e MFPA apelam a Juiz

São Paulo — O Movimento Feminino pela Anistia e a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos enviou ontem telegrama ao Juiz-Auditor da 7a. Circunscrição Judiciária Militar (Recife) solicitando melhores condições de vida para os presos políticos de Itamaracá. "Consideramos ser pertinente invocarmos as conquistas do mundo civilizado, a declaração dos direitos do homem e os valo-

res da Justiça", em o telegrama.

O documento assinado pelas presidentas do Movimento Feminino, Sra Teresinha Zerbini e da Comissão de Mães, Sra Maria Helena Gregorin e solicita "uma modificação na atual situação dos presos políticos, fato que não só os atinge como fere a consciência democrática e cristã da comunidade brasileira".

*Lista
Presos Políticos*



PT 1590-191

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO

Solidão Perpétua

Arquivo Brasil
 1978
 104/78

Numa prisão brasileira, dois cidadãos brasileiros ~~ganharam~~ **ganharam** penas de prisão perpétua, em situação de total incomunicabilidade.

Não estão em discussão, nem a legitimidade nem a razoabilidade da decisão dos Tribunais que os condenaram. Está em causa a sensibilidade do povo brasileiro.

Prisão por toda a vida parece ser pena bastante para purgar o crime mais nefando. Agravar o drama de quem espera pouco mais que a morte com a privação de comunicar-se nem que

seja com seus irmãos de cativeiro, ~~é~~ **é** crueldade que atenta contra os sentimentos mais caros à alma e aos costumes brasileiros.

A Lei permite atenuar essa punição restituindo aos réus a possibilidade de um mínimo de convivência que os poupe à fatalidade da latência.

Se as autoridades estaduais não conseguem a coragem cívica de o decidirem, só resta o apelo ao Presidente da República para que ponha fim a uma situação que é anti-humana e contrária à essência da alma do Brasil.

		<p><i>Carta Prisioneiros Políticos</i></p>
--	--	--



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º
FILIAÇÃO:
RESIDÊNCIA:

Família de São Paulo 16/04/78
Famíliares podem aderir à greve de fome no Rio

DATA	PROCEDÊN

*Pt. Costa
Presos Políticos*

RIO (Sucursal) — Familiares dos 17 presos políticos que entram hoje no terceiro dia de greve de fome admitiram ontem que se cogita na possibilidade de adesão à greve, numa vigília em reforço ao movimento. Os presos políticos do Rio acompanham a reivindicação dos 15 presos políticos do presídio "Professor Barreto Campelo", em Itamaracá, Pernambuco, em greve de fome desde o dia 17 pelo fim do isolamento carcerário de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados a prisão perpétua e em regime de isolamento há mais de dois anos. No Rio, os grevistas estão sob constante vigilância das coordenações de saúde do Departamento do Sistema Penitenciário.

Quatorze dos dezessete presos estão na divisão de segurança especial da rua Frei Caneca; os três restantes são as mulheres recolhidas no Instituto Penal "Talavera Bruce", em Bangu. A greve de fome do Rio quer reforçar o movimento de Pernambuco, a quarta greve de fome em dois anos pela quebra do isolamento de Rholine e Carlos Alberto. Em dezembro de 77, os presos políticos de Itamaracá suspenderam a terceira greve com o parecer favorável do juiz-auditor a suspensão do isolamento. Foi marcado um prazo para que os dois presos fossem reincorporados ao convívio dos outros, mas nada foi cumprido.

O diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), do Rio de Janeiro, promotor Francisco Massat, disse ontem estar em contato diário, através das coordenações de saúde dos dois presídios, com a situação dos presos. Os médicos têm instruções de fornecer um boletim diário individual. Ontem, novamente, foi oferecida comida aos presos, que recusaram.

As famílias poderão, hoje, visitar os presos, das 12 às 17 horas. Até agora elas não tiveram contato com eles desde que a greve começou. Os grevistas recusam medicamentos e tomam apenas água com açúcar.

O secretário de Justiça do Estado, Laudo Camargo, esteve ontem reunido durante uma hora com o governador Faria Lima, tratando também do assunto da greve. O secretário de Imprensa do Palácio negou-se, todavia, a fornecer detalhes da conversa.

Os presos em greve de fome no Rio são Manoel Henrique Ferreira, condenado a 58 anos; Jorge Santos Odria, a 10 anos; José Sérgio Vaz, a 12 anos; Zagueu José Bento, a 24 anos; Alex Polari de Alvarenga, prisão perpétua; Paulo Roberto Jabou, a 42 anos; Nelson Rodrigues Filho, a 60 anos; José Roberto Gonçalves de Resende, prisão perpétua e mais 38 anos; Hélio da Silva, a 54 anos; Perly Cipriano, a 84 anos e nove meses; Colombo Vieira de Souza Júnior, a 28 anos e nove meses; Guttemberg Cavalcanti, a três anos e quatro meses; Jesus Parede Sotto, prisão preventiva; Antonio Pereira Mattos, a 10 anos; Norma Sá Pereira Torres, a 15 anos; Jéssie Jane Vieira de Souza, a 22 anos e Rosalice Magalhães Fernandes, a um ano e dois meses.

Em Recife, pedem o fim do isolamento

Do correspondente e do Serviço Local

Uma delegação de familiares dos presos políticos que reiniciaram a greve de fome na penitenciária de Itamaracá, no Recife, esteve ontem na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, para solicitar mobilização junto às autoridades para suspender o isolamento a que estão submetidos Carlos Alberto Soares e Roline Sonde Cavalcanti.

Com o mesmo objetivo, os parentes dos presos políticos distribuíram uma carta-apelo encaminhada ao secretário José Joaquim de Almeida Neto, onde afirmam que, a partir do próximo dia 4, permanecerão das 8 às 18 horas diante da Secretaria de Justiça do Estado para exigir uma solução do problema.

Na carta, os parentes dos presos declaram ainda que ficarão também em greve de fome em solidariedade aos presos "que expõem suas jovens vidas à morte, a fim de conseguirem a resolução de um problema que diz respeito aos direitos elementares da vida humana".

SOLIDARIEDADE

O Movimento pela Anistia, de São Paulo, enviou carta ao presidente do STM, almirante Hélio Leite, solidarizando-se com as reivindicações dos presos políticos de Itamaracá.

Na carta, o Movimento afirma que "a principal reivindicação dos grevistas é o término do total isolamento a que vêm sendo submetidos os presos Roline Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, ambos condenados à prisão perpétua em franco desrespeito aos mais elementares direitos do homem".

O Movimento diz ainda que "os prisioneiros contestam igualmente, contras as péssimas con-



PT 1590. 194

Pasta Presos Políticos

suspensão do isolamento para que os dois presos fossem reincorporados ao convívio dos outros, mas nada foi cumprido. O diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), do Rio de Janeiro, promotor Francisco Massat, disse ontem estar em contato diário, através das coordenações de saúde dos dois presídios, com a situação dos presos. Os médicos têm instruções de fornecer um boletim diário individual. Ontem, novamente, foi oferecida comida aos presos, que recusaram.

As famílias poderão, hoje, visitar os presos, das 12 às 17 horas. Até agora elas não tiveram contato com eles desde que a greve começou. Os grevistas recusam medicamentos e tomam apenas água com açúcar.

O secretário de Justiça do Estado, Laudo Camargo, esteve ontem reunido durante uma hora com o governador Faria Lima, tratando também do assunto da greve. O secretário de Imprensa do Palácio negou-se, todavia, a fornecer detalhes da conversa.

Os presos em greve de fome no Rio são Manoel Henrique Ferreira, condenado a 58 anos; Jorge Santos Odria, a 10 anos; José Sérgio Vaz; a 12 anos; Zagueu José Bento, a 24 anos; Alex Polari de Alvarenga, prisão perpétua; Paulo Roberto Jabou, a 42 anos; Nelson Rodrigues Filho; a 60 anos; José Roberto Gonçalves de Resende, prisão perpétua e mais 38 anos; Hélio da Silva, a 54 anos; Perly Cipriano, a 84 anos e nove meses; Colombo Vieira de Souza Júnior, a 28 anos e nove meses; Guttemberg Cavalcanti, a três anos e quatro meses; Jesus Parede Sotto, prisão preventiva; Antonio Pereira Mattos, a 10 anos; Norma Sá Pereira Torres, a 15 anos; Jéssie Jane Vieira de Souza, a 22 anos e Rosalice Magalhães Fernandes, a um ano e dois meses.

Em Recife, pedem o fim do isolamento

Do correspondente e do Serviço Local

Uma delegação de familiares dos presos políticos que reiniciaram a greve de fome na penitenciária de Itamaracá, no Recife, esteve ontem na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, para solicitar mobilização junto às autoridades para suspender o isolamento a que estão submetidos Carlos Alberto Soares e Roline Sonde Cavalcanti.

Com o mesmo objetivo, os parentes dos presos políticos distribuíram uma carta-apelo encaminhada ao secretário José Joaquim de Almeida Neto, onde afirmam que, a partir do próximo dia 4, permanecerão das 8 às 18 horas diante da Secretaria de Justiça do Estado para exigir uma solução do problema.

Na carta, os parentes dos presos declaram ainda que ficarão também em greve de fome em solidariedade aos presos "que expõem suas jovens vidas à morte, a fim de conseguirem a resolução de um problema que diz respeito aos direitos elementares da vida humana".

SOLIDARIEDADE

O Movimento pela Anistia, de São Paulo, enviou carta ao presidente do STM, almirante Hélio Leite, solidarizando-se com as reivindicações dos presos políticos de Itamaracá.

Na carta, o Movimento afirma que "a principal reivindicação dos grevistas é o término do total isolamento a que vêm sendo submetidos os presos Roline Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, ambos condenados à prisão perpétua em franco desrespeito aos mais elementares direitos do homem".

O Movimento diz ainda que "os prisioneiros protestam, igualmente, contras as péssimas condições carcerárias a que estão submetidos, tais como: alimentação indigente que lhes é fornecida; dificuldades impostas ao recebimento de visitas e o constrangimento criado por ocasião das revistas; precariedade do atendimento médico e dentário".

"O retorno ao recurso extremo da greve de fome — continua — deve-se fundamentalmente à descrença nas reiteradas e nunca cumpridas promessas das autoridades que até agora têm-se mantido indiferentes àquelas justas reivindicações".

Depois de solicitar providências do STM para a superação do problema, o Movimento pela Anistia informa que enviou cópias da carta ao ministro Armando Falcão, da Justiça, e aos líderes da Arena e do MDB no Senado e na Câmara.



PT 1590-131

NOME:

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

Presos políticos do Rio entram em greve de fome, solidários aos de Recife

DATA	PROCED

Dos 34 presos políticos do Estado do Rio, 17 começaram a fazer greve de fome ontem, às 9h, em solidariedade aos 15 presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, Pernambuco, que querem o fim do isolamento carcerário de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua e em regime de isolamento há dois anos.

O diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Promotor Francisco Massat, sobre a greve, afirmou: "A greve foi decisão deles e a nós cabe exclusivamente continuar fornecendo alimentos. Se eles se recusarem a comer, colocaremos médicos de sobreaviso para resguardar a saúde e a integridade física deles". O Sr Massat esteve ontem com os presos, que "não tiveram nenhuma reivindicação a fazer quanto ao sistema penitenciário do Estado do Rio".

SOLIDARIEDADE

"Como responsável pelo sistema penitenciário do Estado do Rio, ao tomar conhecimento da greve, entrei em contato com os presos políticos", disse o diretor do Desipe. No entanto, eles não tiveram, segundo ele, nenhuma reivindicação pessoal a fazer e disseram que a atitude foi tomada em solidariedade à greve de fome reiniciada pelos presos de Itamaracá, no dia 17.

Dos 17 presos políticos que entraram em greve de fome ontem, 14 — todos homens — estão recolhidos à Divisão de Segurança Especial, na Rua Frei Caneca. Em nota dirigida à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), à Comissão de Direitos Humanos do MDB e "a todos que lutam em defesa dos direitos humanos", os presos declararam, além da "solidariedade aos companheiros de Itamaracá e o empenho na solução de seus problemas", o "repúdio a todo esse quadro de artifícios e arbitrariedades do regime militar" e o "alinhamento junto a todas as parcelas do povo brasileiro que lutam pelo fim da ditadura militar e por uma anistia ampla, geral e irrestrita".

As outras três grevistas são mulheres e cumprem pena no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu. Elas enviaram uma carta ao Juiz-Auditor José Bolívar Régis, da 7ª Circunscrição Militar (Pernambuco), na qual exigem a "suspensão do isolamento de Rholine e Carlos Alberto" e acrescentam: "Que uma lei o determine, não é assunto nosso. As fórmulas jurídicas para suprimir tal discriminação cabem a esse regime, tão fértil em artimanhas legais".

Dizem ainda: "Quando se trata de garantir os direitos dos presos, a Justiça Militar foge de suas responsabilidades. Quando se trata de condenar presos políticos a dezenas de anos de cadeia, à prisão perpétua, baseando-se em provas forjadas nas salas de tortura, quando se trata de condenar os opositores do regime a um isolamento que, segundo seus próprios representantes, os levará à loucura, a Justiça Militar é pressurosa".

GREVES E ISOLAMENTO

No dia 8 de dezembro do ano passado, os presos de Itamaracá suspenderam a terceira greve de fome que

No entanto, a determinação não foi cumprida pelas autoridades estaduais. No dia 17, os 15 presos de Itamaracá resolveram reiniciar a greve de fome, enviando carta ao juiz-auditor, na qual responsabilizam "integralmente as autoridades penitenciárias em seu conjunto, ligadas de forma geral à Secretaria de Justiça do Estado, e desta Auditoria em particular", pelo que lhes possa ocorrer, já que, em dois anos, passaram "54 dias sem comer e os restantes em regime alimentar precário".

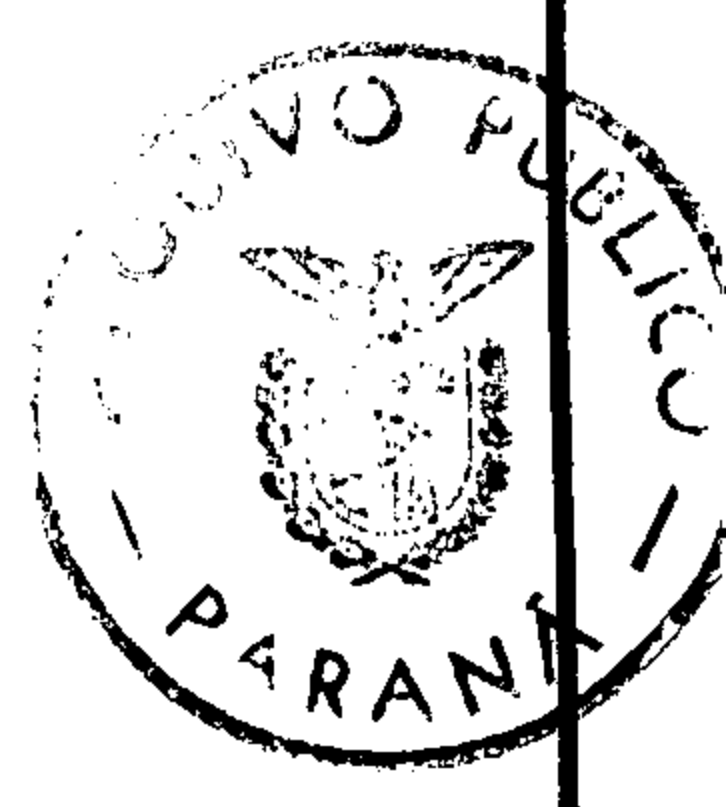
O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr Raymundo Faoro, informou que ainda não recebeu a nota dos presos políticos do Estado do Rio e que, se receber, encaminhará ao Conselho Seccional de Pernambuco. Explicou que o isolamento está previsto no Artigo 105 da Lei de Segurança Nacional, para presos políticos, "mas essa discriminação, de acordo com parecer do Superior Tribunal Militar, depende das autoridades estaduais". Lembrando que "a solidão torna-se um acréscimo à já severa pena de prisão perpétua", o Sr Raymundo Faoro disse que "não deve ser propósito das autoridades tornar a vida carcerária desumana, mas sim compatível com a condição humana".

OS PRESOS

Rholine Sonde Cavalcanti, 31 anos, é acusado de ter assaltado a Companhia de Cigarros Souza Cruz, em Olinda; o Banco Financeiro, em Jaboatão; e a Farmácia Jayme da Fonte, em Recife. Além disso, em sua ficha há a acusação de ter colocado uma bomba no palanque armado por ocasião da comemoração do Sete de Setembro, em Recife, em 1969. Carlos Alberto Soares, 32 anos, participou de um assalto ao Tenente Mateu Levindo, da Aeronáutica, que morreu depois do atentado, e ainda de assaltos à Souza Cruz e ao Bank of London, em Fortaleza.

São os seguintes, os presos políticos do Estado do Rio em greve de fome e suas respectivas penas: Manoel Henrique Ferreira, 58 anos; Jorge Santos Odria, 10 anos; José Sérgio Vaz, 12 anos; Zaqueu José Bento, 24 anos; Alex Polari de Alverga, prisão perpétua, mais 42 anos; Paulo Roberto Jabur, 42 anos; Nelson Rodrigues Filho, 60 anos; José Roberto Gonçalves de Rezende, prisão perpétua, mais 38 anos; Hélio da Silva, 54 anos; Perly Cipriano, 84 anos e nove meses; Colombo Vieira de Souza Júnior, 28 anos e nove meses;

Presos Políticos



Pr AS 30-1991

mente precário. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr Raymundo Faoro, informou que ainda não recebeu a nota dos presos políticos do Estado do Rio e que, se receber, encaminhará ao Conselho Seccional de Pernambuco. Explicou que o isolamento está previsto no Artigo 105 da Lei de Segurança Nacional, para presos políticos, "mas essa discriminação, de acordo com parecer do Superior Tribunal Militar, depende das autoridades estaduais". Lembrando que "a solidão torna-se um acréscimo à já severa pena de prisão perpétua", o Sr Raymundo Faoro disse que "não deve ser propósito das autoridades tornar a vida carcerária desumana, mas sim compatível com a condição humana".

As outras três grevistas são mulheres e cumprem pena no Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu. Elas enviaram uma carta ao Juiz-Auditor José Bolívar Régis, da 7a. Circunscrição Militar (Pernambuco), na qual exigem a "suspensão do isolamento de Rholine e Carlos Alberto" e acrescentam: "Que uma lei o determine, não é assunto nosso. As fórmulas jurídicas para suprimir tal discriminação cabem a esse regime, tão fértil em artimanhas legais".

Dizem ainda: "Quando se trata de garantir os direitos dos presos, a Justiça Militar foge de suas responsabilidades. Quando se trata de condenar presos políticos a dezenas de anos de cadeia, à prisão perpétua, baseando-se em provas forjadas nas salas de tortura, quando se trata de condenar os opositores do regime a um isolamento que, segundo seus próprios representantes, os levará à loucura, a Justiça Militar é pressurosa".

GREVES E ISOLAMENTO

No dia 8 de dezembro do ano passado, os presos de Itamaracá suspenderam a terceira greve de fome que faziam em dois anos, diante do parecer do juiz-auditor, favorável à reivindicação de suspensão do isolamento de Rholine e Carlos Alberto. O juiz chegou a estipular um prazo, entre os dias 22 e 27 de março, para que fosse restabelecido o convívio dos dois com os outros presos políticos.

OAB tenta solução com Juiz-Auditor

Recife — O presidente da OAB-PE, Sr Otávio Lobo, disse ontem aos parentes dos presos políticos que estão em greve de fome, que vai fazer o possível junto ao Auditor da 7a. Circunscrição Judiciária Militar para encontrar uma solução, mas ressaltou que agora tudo se torna mais difícil em razão da greve.

O Sr Otávio Lobo disse também que os parentes poderiam contar com ele para tentar resolver este problema e que, além de falar hoje com o Auditor, terá um encontro com o Secretário de Justiça, Sr José Joaquim de Almeida Neto.

ENCONTROS

No último fim-de-semana, os parentes visitaram os

presos políticos e, a não ser Carlos Alberto Soares, que, segundo sua mãe, Sra Ana Daura Soares está muito abatido, os demais estão em bom estado de saúde e até ontem o médico não havia solicitado transferência deles para o hospital da Polícia Militar, como aconteceu das vezes anteriores. Todos continuam no propósito de continuar em greve.

OS PRESOS

Rholine Sonde Cavalcanti, 31 anos, é acusado de ter assaltado a Companhia de Cigarros Souza Cruz, em Olinda; o Banco Financial, em Jaboatão; e a Farmácia Jayme da Fonte, em Recife. Além disso, em sua ficha há a acusação de ter colocado uma bomba no palanque armado por ocasião da comemoração do Sete de Setembro, em Recife, em 1969. Carlos Alberto Soares, 32 anos, participou de um assalto ao Tenente Mateu Levindo, da Aeronáutica, que morreu depois do atentado, e ainda de assaltos à Souza Cruz e ao Bank of London, em Fortaleza.

São os seguintes, os presos políticos do Estado do Rio em greve de fome e suas respectivas penas: Manoel Henrique Ferreira, 58 anos; Jorge Santos Odria, 10 anos; José Sérgio Vaz, 12 anos; Zaqueu José Bento, 24 anos; Alex Polari de Alverga, prisão perpétua, mais 42 anos; Paulo Roberto Jabur, 42 anos; Nelson Rodrigues Filho, 60 anos; José Roberto Gonçalves de Rezende, prisão perpétua, mais 38 anos; Hélio da Silva, 54 anos; Perly Cipriano, 84 anos e nove meses; Colombo Vieira de Souza Júnior, 28 anos e nove meses; Guttemberg Cavalcanti, três anos e quatro meses; Jesus Paredes Soto, prisão preventiva; Antônio Pereira Mattos, 10 anos; Norma Sá Pereira Torres, 15 anos; Jessie Jane Vieira de Souza, 22 anos; e Rosalice Magalhães Fernandes, um ano e dois meses.

*Nota
Punidos políticos*



PT 1530-191

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;">TERÇA-FEIRA — 25 DE ABRIL DE 1978</p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado de São Paulo</i></p> <h1 style="text-align: center;">Presos da Bahia e do Rio fazem greve</h1> <p style="text-align: center;">Das sucursais</p> <p>Os quatro presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Lemos Brito, em Salvador, iniciaram ontem uma greve de fome em solidariedade aos 15 colegas presos em Itamaracá, Pernambuco, que se encontram há nove dias em greve de fome para protestar contra o isolamento carcerário a que estão submetidos os dois condenados à prisão perpétua, Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti. No Rio, atitude semelhante foi tomada ontem por 17 presos políticos — três mulheres da Penitenciária Tavalera Bruce, em Bangu, e 14 homens do Presídio da rua Frei Caneca. Em Itaici, onde se realiza a reunião dos bispos brasileiros, foi divulgada uma carta assinada por 31 familiares de presos políticos de São Paulo, manifestando solidariedade às famílias dos presos de Itamaracá.</p> <p>Os quatro presos políticos que iniciaram a greve de fome em Salvador são Theodomiro Damasceno dos Santos (inicialmente condenado à pena de morte, posteriormente comutada para prisão perpétua, e depois para 30 anos de reclusão), Paulo Pontes, Aloisio Valério e Paulino Vieira. Há 15 dias, eles chegaram a começar uma greve de fome em protesto contra castigo que lhes foi imposto pela direção do presídio (proibição, por oito dias, de banhos de sol, visitas e de receber alimentos não cozidos nas celas) por terem denunciado a um jornal de Salvador a censura a que estavam submetidas as publicações enviadas ao presídio. O movimento foi cancelado depois de 24 horas porque a Justiça suspendeu a punição.</p> <p>No Recife, os familiares dos presos políticos de Itamaracá decidiram fazer uma greve de fome de 24 horas, na próxima semana, em frente ao prédio da Secretaria da Justiça de Pernambuco, caso as autoridades não resolvam o problema do isolamento carcerário dos dois condenados à prisão perpétua.</p> <p>A informação foi divulgada ontem depois da reunião que tiveram com o presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Otavio Lobo, ao qual os familiares foram solicitar que interceda junto às autoridades "para que decidam destina-los por duas semanas a serem presos em uma greve de fome". Carlos Damasceno dos Santos, Paulo Pontes, Aloisio Valério e Paulino Vieira, há 15 dias, chegaram a começar uma greve de fome em protesto contra castigo que lhes foi imposto pela direção do presídio (proibição, por oito dias, de banhos de sol, visitas e de receber alimentos não cozidos nas celas) por terem denunciado a um jornal de Salvador a censura a que estavam submetidas as publicações enviadas ao presídio. O movimento foi cancelado depois de 24 horas porque a Justiça suspendeu a punição.</p>

Pasta Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública


209

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Auditor pode revogar isolamento de presos</p> <p style="text-align: center;"><i>Of. J. J. de S. L. L.</i> <i>2/10/68</i></p> <p style="text-align: center;">Das sucursais</p> <p>O juiz auditor da 7ª Circunscrição Militar, José Bolívar Regis, informou ontem, no Recife, que está disposto a permitir, durante alguns dias da semana, que os presos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti convivam com seus companheiros. Os dois estão condenados à prisão perpétua e em isolamento carcerário há quase três anos na Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, na região metropolitana da capital pernambucana. "O completo isolamento — explicou o juiz — poderia levá-los à loucura e isso contraria os meus sentimentos, as leis vigentes no País e a evolução do Direito".</p> <p>Entretanto, o auditor assinou que só dará essa ordem quando os presos políticos da penitenciária encerrarem a greve de fome iniciada há cinco dias contra o isolamento dos dois condenados à prisão perpétua e quando a superintendência do sistema penitenciário de Pernambuco responder ao ofício no qual a penitenciária recebeu uma cópia do regimento interno da penitenciária e um relatório das condições carcerárias a que estão submetidos os dois presos. Após a observância dessas condições, o auditor permitirá que Carlos Alberto e Rholine participem com os demais detidos dos jogos, visitas e banhos de sol.</p> <p style="text-align: center;">SOLIDARIEDADE</p> <p>Os 28 presos políticos do Rio divulgaram, ontem, um abaixo-assinado enviado ao MDB e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no qual hipotecam "inteira solidariedade" aos companheiros da prisão pernambucana de Itamaracá, em greve de fome há cinco dias.</p> <p>No documento, os presos afirmam que "as arbitrariedades cometidas contra os presos políticos de Itamaracá, que há três anos são submetidos a regime de isolamento, não são exceções, demonstrando claramente o profundo desrespeito pelos direitos da pessoa humana".</p> <p>Tais métodos do governo, segundo ainda o documento dos presos, objetivam conter as crescentes manifestações "de amplos setores sociais que hoje exigem o fim do arbítrio, das ameaças, das prisões, das torturas, dos assassinatos, bem como o desmantelamento do aparato repressivo".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Presos Políticos</i></p> <div style="text-align: right;"></div>

PT 1590-131

Secretaria de Segurança Pública

209

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Anistia faz apelo a Geisel pelos presos de Itamaracá</p> <p><i>Estado de São Paulo - 23/04/78</i></p> <p>Das sucursais</p> <p>A Anistia Internacional, com sede em Londres, fez ontem um apelo ao presidente Geisel e ao presidente do Superior Tribunal Militar, almirante Hélio Leite, para que intervenham no sentido de por fim a situação crítica em que vivem os 15 presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, no Recife, que estão fazendo agora sua segunda greve de fome em cinco meses. Hoje, os presos entram em seu sexto dia de greve, sem que as autoridades estaduais tenham demonstrado qualquer interesse em encontrar uma saída para o problema. Eles pedem, como da vez anterior, o fim do isolamento de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonda Cavalcanti, condenados à prisão perpétua.</p> <p>Na mensagem encaminhada ao presidente Geisel, a Anistia Internacional relembra que, em março, um membro da entidade, Patricia Feeney, esteve no Recife para verificar as condições dos prisioneiros políticos em Itamaracá e foi informada por advogados de que o juiz-auditor havia decidido permitir que os dois condenados à morte convivessem com os demais companheiros durante alguns dias da semana.</p> <p>A Anistia ressalta que "infelizmente" essas medidas não foram postas em prática pelas autoridades locais. Diz a mensa-</p> <p>gem: "O isolamento desses prisioneiros representa a violação das condições mínimas estabelecidas pela ONU para o tratamento de presos e nós achamos que é preciso pedir que as mais altas autoridades do Brasil solucionem essa situação intolerável".</p> <p>No Recife, acredita-se que, diante da intenção do juiz auditor militar, José Bolívar Regis, de reiterar seu pedido ao secretário da Justiça para que encaminhe uma cópia do regimento interno da Penitenciária e um relatório das condições carcerárias a que estão submetidos os dois presos, a greve possa ser encerrada no início da próxima semana. Por medida disciplinar, porém, os presos políticos não receberão neste fim de semana a visita dos seus familiares.</p> <p style="text-align: center;">CHILE</p> <p>O secretário geral do MDB, deputado Thales Ramalho, disse ontem, em Brasília, que não acredita na sinceridade da anistia aos presos políticos chilenos, concedida pelo presidente Pinochet. "É claro que se deve aplaudir a soltura de presos políticos. Mas esta anistia não me está cheirando bem. Parece mais o conto da anistia".</p> <p>Segundo o parlamentar pernambucano, "a medida parece inoportunamente anti-histórica. Anistia vem sempre depois da queda do regime de exceção e não como sua dádiva".</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

O Estado de São Paulo - 18/04/78

DATA

Presos reiniciam a greve em Itamaracá

Da sucursal de RECIFE

Quinze presos políticos da Penitenciária Professora Barreto Campelo, em Itamaracá, região metropolitana do Recife, enviaram carta ao juiz auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar comunicando sua decisão de reiniciar a greve de fome que interromperam em 8 de dezembro do ano passado. Eles alegam que o movimento — o quarto desde julho de 1975 — se deve ao isolamento carcerário a que estão submetidos há quase três anos dois presos condenados à prisão perpétua — Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares — e a outros "problemas crônicos como a alimentação indigente que nos é fornecida".

Segundo a carta, a greve do ano passado foi encerrada porque "atribuímos um crédito de confiança à comissão de direitos humanos do MDB, à Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco — cuja presidência representava também, por delegação expressa, o conselho federal desta entidade —, ao Instituto dos Advogados do Brasil e à Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de Olinda e Recife, no sentido de que suspensa a greve fossem promovidas as gestões necessárias à solução do problema central então levantado: o isolamento brutal, massacrante, mesquinho, dos companheiros".

"Mas tudo foi inútil" — dizem os presos na carta. "Embora o

esforço dessas pessoas e entidades tenha correspondido à nossa expectativa, elas se viram confrontadas com a insensibilidade das autoridades responsáveis por nossa vida carcerária".

A seguir, os presos apontam os demais problemas que os levaram a reiniciar a greve de fome: "A alimentação indigente que nos é fornecida — cuja tendência tem sido piorar gradativamente com a substituição, no almoço, do arroz por angu aguado ou carne por miúdo; a instabilidade no recebimento de nossas visitas, alternando problemas de atraso ou de constrangimentos nas revistas entre um sábado e outro; a precariedade do atendimento médico-dentário (meramente formal. Embora nos últimos anos se registrem esforços no sentido de atender em clínicas particulares problemas antigos de saúde que atingiam três companheiros)". Os presos ressaltam, no entanto, o abrandamento da censura a livros e jornais.

A carta dos presos — distribuída aos jornais por familiares — conclui afirmando que: "Constamos não ser das melhores a situação de saúde em que nos encontramos, depois de forçosamente levados a 54 dias de fome em pouco mais de dois anos. A responsabilidade, entretanto, pelo que nos ocorre hoje ou nos possa ocorrer amanhã é integralmente das autoridades penitenciárias em seu conjunto".

Presos Políticos

Bierrenbach defende os presos

Da sucursal de BRASÍLIA

O almirante Júlio de Sá Bierrenbach, do Superior Tribunal Militar, disse ontem, em carta enviada ao "Diretório Acadêmico 2 de Janeiro", da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, de São José dos Campos, que considera o preso "intocável" e que "inquirição se faz com inteligência e não com violência". Bierrenbach, que atuou como encarregado em diversos

inquéritos em 1964, entre os quais os dos sindicatos da orla marítima de Santos, desafiou "quem quer que seja" a apontar qualquer violência de sua parte.

O ministro do STM, juntamente com dom Paulo Evaristo Arns, havia sido indicado pelos alunos para receber a medalha de honra ao mérito do Diretório Acadêmico. *mas não quis receber a comenda: "Durante o período em que permanecer no STM, arrego-me à intenção de não receber qualquer honraria ou vantagem".*




Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Presos políticos de Itamaracá em greve</p> <p style="text-align: right;"><i>Carrão de Políticos 18/04/78</i></p> <p>Recife - Quinze dos 21 presos políticos recolhidos à Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, entraram ontem em greve de fome protestando contra o isolamento carcerário à que estão submetidos Carlos Albertos Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, condenados à prisão perpétua. Essa é a quarta vez que eles utilizam essa forma de protesto de 1975 até agora, e, da última vez, ficaram 24 dias sem comer.</p> <p>Samuel Firmino de Oliveira, Ivanildo Sampaio Xavier, Francisco Ferreira Lima, Valmir Costa e Edilson Freire Maciel (os dois últimos presos há menos de 15 dias) não aderiram ao movimento, assim como Hamilton Pontes de Miranda Filho, um paraense que se encontra recolhido em Itamaracá desde 19 de janeiro deste ano. Eles não divulgaram qualquer documento explicando a não participação na greve.</p> <p>Em carta entregue ontem na auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, os 15 grevistas explicam que desta vez têm uma única reivindicação: a do convívio regulamentado com os dois companheiros - Carlos e Rholine - para o trabalho, o futebol e as visitas, o que é negado desde que os dois foram levados para celas separadas dos demais.</p> <p>Ao comunicar ao juiz-auditor que mais uma vez voltavam à greve de fome, os 15 presos políticos dizem que interromperam a última (em dezembro do ano passado) porque naquela oportunidade, atribuímos um crédito de confiança à Comissão dos Direitos Humanos do MDB, à OAB seção de Pernambuco, ao Instituto dos Advogados do Brasil e à Comissão Justiça e Paz da arquidiocese de Olinda e Recife, no sentido de que suspensa a greve fossem promovidas as gestões necessárias à solução do problema central então levantado: o isolamento brutal, massacante, mesquinho, dos companheiros Carlos Alberto e Rholine, os quais se encontravam há dois longos anos separados do nosso convívio, submetidos a uma vida carcerária completamente irregular.</p> <p>Em seguida, lembram também que o auditor deu o prazo entre os dias 22 e 27 de março último para dar início ao restabelecimento do convívio entre os condenados à prisão perpétua e seus companheiros mas, mas tudo foi inútil e assim, a presente iniciativa, portanto, é apenas uma mera continuidade da situação de Carlos e Rholine permanecendo inalterada. Mas inalterada permanecem também a nossa disposição de não conviver resignadamente com ela.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Presos Políticos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Presos políticos não podem ler matérias sobre anistia</p> <p style="text-align: center;"><i>Folha de Londrina - 08/04/68</i></p> <p>SALVADOR — O diretor da Penitenciária Lemos de Brito, major Adilson Alves Santos, confirmou, ontem, sua disposição de manter a censura que faz às publicações a serem lidas pelos cinco presos políticos ali confinados, alegando que "não é bom que eles fiquem sabendo de determinados movimentos em prol da anistia, por exemplo, pois isto cria um ambiente de certa agitação, de excitação, que pode ser prejudicial ao comportamento".</p> <p>Além de movimentação por anistia, que só terá publicações permitidas à leitura dos presos, quando se tratar de uma medida governamental ou manifestação de bispos, o diretor do presídio não permite também que jornais ou revistas que noticiem "coisas como subversão ou tortura" sejam lidos pelos presos políticos. "Tortura então, que eu sei que mais existe no Brasil, só iria gerar tensão dentro da penitenciária", esclareceu.</p> <p>O diretor da penitenciária informou também dispor de um setor de censura dentro do presídio, que funciona com cinco funcionários, os quais diariamente vistoriam as publicações enviadas aos prisioneiros. Contudo, a palavra final, sobre o que deve ou não passar, fica por conta do major Adilson.</p> <p style="text-align: right;">ALIMENTOS CRUS</p> <p>Sobre a legalidade da medida, que vem sendo discutida ultimamente, o juiz auditor, Arnaldo Ferreira Lima, afirmou que a lei que rege a prisão especial para os sentenciados por crime contra a segurança nacional não tem nenhuma citação específica sobre a questão. "Cada cabeça é uma sentença e cabe ao diretor do presídio decidir".</p> <p>A respeito da punição imposta aos presos políticos da Lemos de Brito — encerrada na última terça-feira — por terem enviado carta-denúncia ao Jornal da Bahia sobre suas condições de detenção, o sr. Adilson Alves Santos considerou-a moderada. A punição consistiu em suspensão de revistas e do fornecimento de alimentos crus para que os próprios presos preparassem sua comida.</p> <p>Sobre a carta-denúncia, a auditoria da Justiça Militar está aguardando um relatório da direção da Lemos de Brito para iniciar investigações sobre como ela chegou ao jornal, os presos afirmam que a enviaram ao setor de censura e ela teria sido desviada para o jornal — enquanto o diretor da penitenciária diz o contrário.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posta Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

*Mãe pede por
filha presa
em Recife*

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p>RECIFÊ (Correspondente) — O deputado Roberto Freire, do MDB, leu ontem da tribuna da Assembléa Legislativa de Pernambuco a carta enviada pela mãe da médica Selma Bandeira Mendes, presa com mais três pessoas no sábado último, e acusada de subversão. O objetivo da carta, justificou Alexandrina Mendes, mãe de Selma, "é solicitar e implorar às autoridades constituídas e aos vários setores representativos do povo brasileiro, no sentido de que intercedam em favor da preservação da integridade física e psicológica de Selma, e das outras pessoas que foram presas com ela".</p> <p>Dona Alexandrina, que foi visitar sua filha no dia seguinte ao da prisão, afirmou ainda: "Só Deus sabe onde encontrei forças para vê-la naquele estado de completa desolação e debilitação psicológica".</p> <p>Ela acrescentou, em seguida, que sua filha não sofreu torturas físicas, "mas, a partir do momento da prisão, com o apartamento sendo arrombado por 10 homens armados de metralhadoras e, quando do interrogatório, que durou 10 horas, houve uma sequência de torturas psicológicas em virtude de minha filha negar qualquer participação subversiva", observou dona Alexandrina.</p> <p>A Polícia Federal apresentou ontem o material apreendido em poder das quatro pessoas presas no sábado — Valmir Costa, Selma Bandeira Mendes, Edilson Freire e Maria Aparecida dos Santos — que foram condenadas pela Justiça Militar em 77, e estavam foragidas. Entre o material exposto pelo superintendente Antonio Hahn estavam objetos de uso pessoal, como óculos e perucas, documentos em branco, três revólveres, um gravador, máquina de escrever, dinheiro e livros.</p> <p>O superintendente esclareceu que em poder dos quatro presos também foi encontrado material com citação de pessoas e codinomes e informou que a Polícia Federal já instaurou inquérito.</p>

*Posta
Mons Salitros*



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Parentes de presos vão a Almirante</p> <p><i>SD 150511 S 91</i></p> <p><i>Recife</i> parentes de presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, tentarão contato com o Presidente do Superior Tribunal Militar, Almirante Hélio de Azevedo Leite, que chegará hoje a Recife.</p> <p>Eles pretendem reivindicar o atendimento a pedidos dos detentos, principalmente o fim do isolamento carcerário de Carlos Alberto Soares e Rholine Sonda Cavalcanti, condenados à prisão perpétua.</p> <p>PROMESSA</p> <p>Semana passada, o auditor militar, Sr José Bolívar Régis, informou ao presidente da OAB-PE, Sr Otávio Lobo, que dentro de pouco tempo seriam adotadas medidas, em caráter definitivo, sobre a situação dos presos políticos. Estes, há cerca de um mês, comunicaram ao Deputado Airtton Soares, da Comissão de Direitos Humanos do MDB, que os visitou na Penitenciária Barreto Campelo, que estavam dispostos a fazer nova greve de fome se suas pretensões não forem atendidas.</p> <p>Diversas cartas e ofícios dos detentos e de seus parentes já foram encaminhados às autoridades e a OAB, a quem eles pretendem fazer o pedido ao presidente do STM, que vem a Recife para uma inspeção na Auditoria da 7a. Circunscrição Militar.</p> <p><i>Journal do Brasil - 12/09/78</i></p> <p><i>Posta dos presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Familiars de presos políticos vão protestar contra isolamento carcerário</p> <p><i>Folha de Londrina 11/09/78</i></p> <p>RECIFE - Os familiares dos presos políticos que cumprem pena na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá, região metropolitana do Recife, anunciaram ontem que tentarão se entrar, amanhã, com o presidente do Superior Tribunal Militar, almirante Helio Leite, que estará no Recife realizando vistoria de rotina na sétima circunscrição militar. Nesse encontro, os familiares dos presos pretendem protestar contra o isolamento carcerário a que estão submetidos os dois únicos condenados à prisão perpétua: Carlos Alberto Soares e Rholine Sondi Cavalcanti.</p> <p>Caso não seja encontrada uma solução para pôr fim a este isolamento de mais de dois anos, os presos iniciarão, na segunda feira, uma nova greve de fome - a quarta, desde julho de 1975, de acordo com os familiares.</p> <p>Ontem, nova carta assinada por 16 presos políticos de Itamaracá foi distribuída. Nela, os detidos pela Lei de Segurança Nacional ressaltam: "Temos procurado ser flexíveis, mantendo sempre abertas as portas para o diálogo e a instauração do bom-senso. Mas nos propomos a continuar resistindo e a utilizar todas as formas de luta ao nosso alcance, enquanto do lado dos representantes do sistema se mantiver a incompreensível postura que os conduz à indiferença em relação aos nossos problemas ou a fazer deles o terreno onde possam efetivar uma mentalidade essencialmente repressiva".</p> <p>A carta é dirigida a "todos os interessados na luta em defesa dos direitos e da dignidade da pessoa humana".</p> <p style="text-align: right;"><i>Partido dos Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

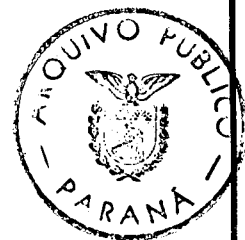
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">OAB-PE pede por presos</p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado de São Paulo</i> 31/04/78 Da sucursal de RECIFE</p> <p>O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Pernambuco, Otávio Lobo, reuniu-se ontem à tarde com o auditor da 7ª Circunscrição Militar para discutir a situação carcerária dos presos políticos Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, isolados há mais de dois anos dos outros presos da penitenciária de Itamaracá, na região metropolitana do Recife. Depois do encontro, Otávio Lobo assegurou não ter "a menor dúvida de que o auditor vai encontrar uma solução para o caso, atendendo a algumas importantes reivindicações dos presos".</p> <p>Segundo o presidente da OAB-PE, o auditor tomará uma decisão logo depois de receber a resposta do auditor-chefe da Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco, pedindo informações a respeito da situação carcerária dos presos políticos.</p> <p style="text-align: right;"><i>Presos Políticos</i></p>



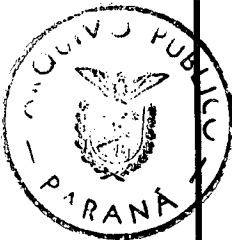
Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>D. Avelar verá presos políticos</p> <p>O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, dom Avelar Brandão, informou que visitará amanhã os cinco presos políticos recolhidos na penitenciária Lembrança. A visita, marcada com antecedência e classificada de pastoral por D. Avelar, vai ocorrer no momento em que os presos políticos balanços denunciavam irregularidades e pressões que estariam sofrendo por parte do major PM Adilson Alves dos Santos, diretor da penitenciária.</p> <p>D. Avelar pediu aos jornalistas que não cubram o encontro, mas concordou em dar informações à imprensa sobre os presos políticos e o tratamento que estão recebendo.</p> <p>Há dias um jornal de Salvador publicou uma carta dos cinco presos denunciando que estavam proibidos de ler qualquer publicação que tratasse de torturas, corrupção e referências desairosas à Revolução de 64.</p> <p><i>Posta presos políticos</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

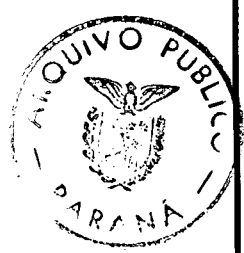
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Laudo médico decide livramento</p> <p><i>Recife</i> - A Superintendência do Sistema Penitenciário de Pernambuco (Susipe) mandará, amanhã, para a Auditoria da 7a. Circunscrição Militar, o laudo médico do preso político José Pedro da Silva, último documento necessário para o detento ter seu pedido de livramento condicional julgado.</p> <p>O requerimento de soltura foi apresentado em julho do ano passado pelo advogado Paulo Henrique Maciel e, em setembro, o juiz-auditor pediu exames de sanidade mental "para constatar a cessação ou não da periculosidade do sentenciado". A demora destes exames levou o preso a dirigir, em março, carta à OAB, acusando as autoridades penitenciárias de os retardarem deliberadamente.</p> <p>O Secretário de Interior e Justiça, Sr José Joaquim de Almeida, desmentiu a denúncia do preso e alegou que, por causa da greve de fome que os presos políticos de Pernambuco fizeram de 15 de novembro a 8 de dezembro, o trabalho de observação que vinha sendo feito com o detento foi considerado sem efeito.</p> <p>Psiquiatras do Sistema Penitenciário afirmaram que, durante uma greve de fome, as alterações no equilíbrio emocional são muito fortes, por isso foi preciso reiniciar todos os exames em janeiro.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posta Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Rodrigo Otávio envia carta a preso político</p> <p>BRASILIA (Sucursal) — O general Rodrigo Octávio Jordão Ramos disse ontem que enviou carta do preso político Gildásio Westin Consensa — denunciando a morte do ex-líder sindical Armando Frutuoso nas dependências do DOI-CODI do Rio de Janeiro — ao ministro Jacy Guimarães Pinheiro, relator do processo que corre no Superior Tribunal Militar sobre os mesmos acusados de tentativa de reorganização do Partido Comunista do Brasil.</p> <p>Gildásio Consensa — absolvido terça-feira pela Segunda Auditoria do Exército do Rio de Janeiro juntamente com o líder sindical que afirma ter morrido em consequência de torturas — afirmou na carta enviada ao general Rodrigo Octávio que o julgamento que seria realizado em uma sala e um desrespeito à memória do preso Armando Frutuoso, ao ser mantido em condição de revel. Além de enviar a carta ao ministro Jacy Pinheiro, o general Rodrigo Octávio respondeu ao preso comunicando a atitude que tomara.</p> <p style="text-align: right;"><i>Fonte: Fatos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Secretário mantém censura para presos</p> <p><i>Journal do Brasil - 12/12/60</i></p> <p>Salvador — O Secretário de Justiça da Bahia, Sr. Edvaldo Brito, defendeu ontem a censura a livros, jornais e revistas encaminhados aos cinco presos políticos da Penitenciária Lemos de Brito, argumentando que isto é feito em obediência ao regulamento interno que visa a "segurança do presídio, do preso e, em última análise, da sociedade".</p> <p>Os presos políticos haviam solicitado publicamente — através de carta encaminhada à seção de Anistia, divulgada nos jornais desta Capital — que fosse suspensa a censura, medida que a Secretaria não pretende adotar, segundo seu titular.</p> <p>O Sr. Edvaldo Brito, fez questão de dizer que não há nestes indivíduos, Lemos de Brito, qualquer preso político, mas sim presos punidos pela Lei de Segurança Nacional". Em sua definição, "preso político é o que se manifesta, do ponto-de-vista de ideologia, em termos contrários à ideologia do Estado em que vive".</p> <p>"No nosso caso, temos presos punidos pela Lei de Segurança. Alguns até praticaram crime comum, com agravante por terem atingido objetos ou praticado estes crimes, em circunstâncias que envolvem a segurança nacional", explicou o Secretário, também advogado militante.</p> <p style="text-align: right;"><i>Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

Emedebista faz visita de três horas a presos de Itamaracá

Journal do Brasil - 12/03/77

Recife — O Deputado Airton Soares, membro da Comissão de Direitos Humanos do MDB, passou três horas, ontem, conversando com os presos políticos da Penitenciária Barreto Campelo, na Ilha de Itamaracá, quando recebeu informações sobre as condições carcerárias em que estão atualmente, tendo sido cientificado que "após a greve de fome no ano passado a situação piorou em alguns aspectos".

Segundo o parlamentar opositor, o que piorou, conforme depoimentos dos dois presos condenados a prisão perpétua — Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti — foi o fato de que antes, quando o diretor do presídio achava por bem, reunia a todos esporadicamente, e nessa ocasião era quebrada a incomunicabilidade a que estão sujeitos. Só que isso nunca mais aconteceu.

Esperado

O Deputado Airton Soares fez questão de ressaltar a boa vontade das autoridades pernambucanas que foram esperá-lo e permaneceram na Penitenciária até a sua saída. Estavam o Secretário de Interior e Justiça, Sr José Joaquim de Almeida, o diretor da Superintendência de Serviços Penitenciários, Sr Antonio Medeiros, e o próprio diretor do presídio, Major José Siqueira.

As autoridades não mediram esforços para tratar bem a imprensa, com o os repórteres que estavam do lado do prédio para o gabinete do diretor onde, entre água de coco e café, foram cientificados, muito delicadamente, de que "não poderiam ter acesso aos presos políticos, pois,

entre outras recomendações da própria Justiça, os presos não deveriam ter seus nomes levados ao sensacionalismo, além de haver o fator segurança, já que uma foto poderia prejudicar a vida interna da casa".

Como um ponto positivo, o Deputado emedebista, que veio como advogado e como membro da Comissão de Justiça do Partido, frisou que a censura aos jornais e livros foi totalmente abolida, embora a revista aos familiares ainda continue rigorosa, sem, porém, os exageros de antes.

Esperança

Os presos aguardavam a decisão do Superior Tribunal Militar quanto ao habeas-corpus que havia sido impetrado, em Brasília, para que fosse suspenso o isolamento carcerário dos dois condenados à prisão perpétua. Como STM não apreciou o assunto, por se julgar incompetente, o problema voltou para a esfera do Juiz-Auditor da 7a. Circunscrição Militar.

No ano passado, durante uma greve de fome que durou 25 dias, o Auditor Antonio da Silveira Rosas sugeriu ao Secretário de Interior e Justiça, na época o Sr Sergio Higinio Dias Filho — hoje titular da Segurança Pública — que a incomunicabilidade de Carlos Alberto e Rholine terminasse, mas o Secretário manteve o isolamento, alegando que não agiria sob pressão — referindo-se à greve de fome — e que o Auditor apenas sugerira, mas não determinara a medida. Agora o caso continua na dependência da Auditoria Militar.

Diante disso — frisou o Sr Airton Soares — os presos hoje

manifestam uma expectativa no sentido de que, como o Juiz Auditor está de novo com o assunto, ele determine o cumprimento de suas próprias sugestões. Há, por parte dos detentos, uma disposição inequívoca de reiniciarem o movimento grevista se, num determinado prazo, as recomendações da Auditoria Militar não se transformarem em realidade.

Disse ainda o Deputado que os dois presos deram-lhe a incumbência de promover a revisão de seus processos, para pôr fim à pena de prisão perpétua a que estão condenados. Acrescentou ainda que eles são os dois únicos casos do país nessas condições.

— No pedido de revisão, afirmou, como preliminar, vamos requerer ao STM que durante o processamento do recurso cessem os efeitos que decorrem da pena de prisão perpétua, uma vez que ela poderá ser reduzida. Creio que pode acontecer isso, pois, um outro detento, Alberto Vinicius Nascimento, que foi julgado no mesmo processo dos dois, porque recorreu, conseguiu ter sua pena reduzida para 30 anos.

Carlos Alberto Soares, de 31 anos, é condenado à prisão perpétua e mais 52 anos de reclusão, tendo respondido a nove processos acusado de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, participado de assaltos, num dos quais morreu o Tenente Mateus Levino, da Aeronáutica. Rholine Sonde Cavalcanti tem 30 anos e sua pena é de prisão perpétua e mais 65 anos. Respondido por sete processos, também por filiação ao Partido Comunista e tomar parte em assaltos.

Lista Presos Políticos



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Brasília nega habeas a dois presos</p> <p style="text-align: right;"><i>Journal do Brasil - 11/03/78</i></p> <p>Recife — O Deputado Airton Soares (MDB-SP) membro da Comissão dos Direitos Humanos do Partido chegou ontem a esta Capital, trazendo o resultado do habeas-corpus que foi impetrado em Brasília em favor dos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonda Cavalcanti, condenados à prisão perpétua e cumprindo a pena na Penitenciária Barreto Campelo, na ilha de Itamaracá.</p> <p>Segundo o Deputado, o habeas-corpus foi negado, embora não tenha sido examinado o mérito das reivindicações. Hoje de manhã, o Sr Airton Soares estará no presídio onde manterá contatos com os presos "a fim de definir uma estratégia para continuar na luta reivindicatória pelo término da incomunicabilidade a que estão sujeitos".</p> <p style="text-align: center;">Greve</p> <p>Quinze dos 18 presos políticos da Barreto Campelo fizeram uma greve de fome que durou 25 dias — entre novembro e dezembro do ano passado — em solidariedade aos dois companheiros que estão condenados à prisão perpétua. Na ocasião, reivindicavam, entre outras coisas, o fim da censura aos livros que re-</p> <p>cebiam e o fim do isolamento de Carlos Alberto e Rholine.</p> <p>Estes, apesar de terem sido julgados em 1971, só foram retirados do convívio dos companheiros em 1975, quando assumiu a Secretaria de Interior e Justiça o Sr Sérgio Higinio Dias Filho, hoje titular da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco. Na época, ele, ao fazer um levantamento da situação de todos os presos, descobriu que os dois estavam condenados à prisão perpétua e, por isso, deveriam cumprir a pena em regime especial, à parte dos que estavam cumprindo outras penas privativas de liberdade.</p> <p>A greve terminou no dia 8 de dezembro, depois de um encontro dos Deputados Sérgio Murilo Santa Cruz e Airton Soares, e do presidente da OAB de Pernambuco com os detentos. Eles pediram encerrar o movimento por tempo indeterminado, dando um crédito de confiança às gestões feitas pela Comissão de Direitos Humanos do MDB, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese para que a incomunicabilidade fosse suspensa para Carlos Alberto e Rholine. Até agora, no entanto, a situação não foi modificada.</p> <p style="text-align: right;"><i>Airton Soares</i> <i>Presos Políticos</i> <i>Arquitado 27/3/78</i> <i>COPI:</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
<p style="text-align: center;">“Não há presos políticos”</p> <p style="text-align: right;"><i>o Estado do Paraná - 12/03/78</i></p> <p>BRASÍLIA (RECIFE (AE/AJB/O ESTADO) — Frisando que não estava respondendo ao documento da Anistia Internacional, divulgado na Alemanha, sobre a existência de 200 prisioneiros políticos no Brasil, em condições subumanas, o porta voz do Palácio do Planalto, coronel Toledo Camargo, considerou a notícia “uma violência e uma falta à verdade”, acrescentando que “não há presos em condições subumanas no Brasil”.</p> <p>— A minha interpretação é a de que não há presos políticos no sentido de que sejam presos sem julgamento, sem base na lei, como existem em vários países do mundo. Isso não existe no Brasil. Há também uma grosseira falha de interpretação quando se julga uma pessoa que assaltou um banco, a fim de roubar dinheiro para uma vanguarda revolucionária. As vezes ele assalta, rouba e mata por um móvel político, mas considerar como crime político não é correto - segundo o pensamento de Toledo Camargo.</p> <p>Recordou o assessor presidencial que sua posição, já firmada anteriormente, provocou polêmicas, mas em seu entender “preso político não é o preso por motivos políticos, mas sim o preso sem julgamento, sem lei e sem a formalidade processual”. Dentro desse conceito, não há preso político no Brasil - reafirmou Camargo. “Todas as pessoas que estão presas, estão presas porque foram julgadas e apresentaram defesa dentro de uma processualística correta”.</p> <p>Toledo Camargo lembrou o exemplo de uma senhora há algum tempo presa quando distribuía panfletos subversivos e que portanto foi enqua-</p> <p style="text-align: right;"><i>Poste Presos Políticos</i></p>		



Secretaria de Segurança Pública

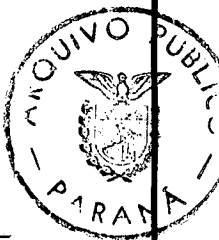
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	
		<p><i>Analisado do processo 1037/52</i></p> <h3>Brasil não tem presos políticos</h3> <p>BRASÍLIA — O assessor de imprensa da Presidência, coronel Toledo de Camargo, classificou ontem de "violência" e "falta a verdade" a notícia divulgada em Bonn, pela seção alemã da anistia internacional, segundo a qual existem cerca de 200 políticos brasileiros detidos no Brasil "e alguns deles em condições sub-humanas". O porta-voz do governo reafirmou, também, que não há com o presidente Ernesto Geisel "nenhum processo, nenhum estudo, nenhum documento sobre anistia ou sobre revisão de punições". Ele negou que o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Araripe Macedo, tenha entregue ao chefe do governo qualquer documento intercedendo pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho, ex-comandante do PARA-SAR.</p> <p>Afirmando que não pretendia responder oficialmente à anistia internacional "ou a qualquer outra organização", o coronel Toledo Camargo disse que em sua opinião, preso político é a pessoa que é "presa sem julgamento, sem lei e sem formalidade processual". "Dentro desse conceito, frisou, não há preso político no Brasil. Todas as pessoas que estão presas no Brasil foram julgadas e apresentaram defesas, dentro de uma processualística correta". "Agora, que há pessoas que estão presas por motivos políticos, isso sim. Por exemplo, em determinada ocasião tratou-se de uma senhora que foi presa no Rio de Janeiro por distribuir panfletos subversivos — referia-se à suplente de deputado Rosalice Fernandes. Ela foi enquadrada numa lei em vigor, existente antes da falta que cometeu. Então vejam que há duas interpretações. A minha é de que não há presos políticos no sentido de que sejam presos sem julgamento, sem base na lei, como existem em vários países do mundo". O coronel Camargo prosseguiu afirmando que há também uma "grosseira falha de interpretação" quando se julga uma pessoa que assaltou um banco para roubar dinheiro para uma "vanguarda revolucionária".</p> <p><i>Factor Presos políticos</i></p>



Advogados pedem prescrição de pena de preso político

São Paulo — Os advogados Idibal Almeida Piveta e Paulo Gerab requereram ontem, na Primeira Auditoria de Guerra, extinção da punibilidade por prescrição de pena, recolhimento do mandado de prisão e imediata soltura de David Gongora, preso no último dia 31 por agentes do DOI-CODI, transferido para o DEOPS e mantido incomunicável.

Os advogados confirmaram as informações do Serviço de Relações Públicas do II Exército de que a prisão de David Gongora e a do médico Roberto Zats (no dia 8) foram feitas com a apresentação do mandado de prisão.

Os advogados solicitarão, também, segunda-feira, a quebra da incomunicabilidade do médico, de 28 anos.

Protestos

O presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, Sr Dalmo Dallari, classificou as prisões de arbitrárias, dizendo que "existe no Brasil o vício de prender". O pai do médico, Sr Moisés Zats, esteve novamente ontem no DOI-CODI, afirmando que foi bem recebido mas não conseguiu ver o filho. E acrescentou: "Espero que o General Dilermando Gomes Monteiro mantenha as declarações feitas à imprensa quanto à garantia da integridade física".

Ainda de acordo com o advogado, há dois processos contra David Gongora, torneiro, 29 anos: no primeiro, ele foi julgado e absolvido em sentença confirmada pelo Superior Tribunal Militar, a 18 de setembro de 1971; no segundo, foi condenado à revelia a oito meses de reclusão, a 17 de dezembro de 1971, como membro da Organização Var-Palmares. O Sr Idibal Piveta destacou que, de acordo com o Artigo 24 do Código Penal Militar, sua pena já está

prescrita, justificando o pedido de extinção da punibilidade apresentado ontem. No mesmo pedido, os advogados solicitaram que, caso David Gongora esteja indiciado em outro inquérito, seja quebrada a sua incomunicabilidade.

Vício de prender

O presidente da Comissão de Justiça e Paz, professor Dalmo Dallari, condenou, as últimas prisões feitas em São Paulo, dizendo que "existe no Brasil o vício de prender. Prende-se uma pessoa sem qualquer justificativa. Seria, apenas, para facilitar o trabalho da polícia ou com intuito de intimidação. Se uma pessoa tem profissão definida, mora em lugar certo e conhecido, não apresenta sinais de periculosidade, não há qualquer justificativa para a prisão preventiva".

O professor Dalmo Dallari destacou que "é extremamente grave o abuso que se vem praticando com relação à chamada prisão para averiguações. O policial encarregado das averiguações acha mais fácil, mais cômodo, ou quem sabe até mais engraçado, prender a pessoa enquanto faz as suas averiguações. Não é isso o que a lei permite quando fala em prisão preventiva. Na realidade, tal prática, além de revelar absoluta levianidade, é ilegal, pois configura abuso de autoridade".

"É preciso que todas as entidades e todas as pessoas interessadas na dignidade humana reajam contra esse tipo de arbitrariedade. É preciso, também, que as cúpulas governamentais não acobertem essas práticas ilegais e punam os responsáveis, pois elas, em última análise, contribuem para desmoralizar o país e o próprio Governo — concluiu.

Exército acusa ação subversiva

São Paulo — As prisões do médico Roberto Zatz, do torneiro David Congora Júnior, sua mulher, Cecília Satiko Kubota e Amancio dos Santos, ocorreram entre os dias 31 de janeiro e 8 do corrente. Eles são acusados de estreita ligação com a cúpula da Vanguarda Armada Revolucionária — VAR-Palmares — e outras organizações subversivas e terroristas.

As prisões foram efetuadas por agentes do DOI-CODI do II Exército, cujo serviço de Relações Públicas (5a. Seção) informou que os presos têm "antigas e comprovadas ligações com movimentos terroristas" e que as prisões realizaram-se "segundo a lei e foram comunicadas ao Juiz-Auditor da 2a. Circunscrição Judiciária Militar".

Tratamento

Ainda segundo o Serviço de Relações Públicas do II Exército, "foi dispensado tratamento digno aos presos" e providenciada a remoção de David Gongora para jurisdição da Polícia Civil (DEOPS), ficando a formação do seu processo a cargo da Secretaria da Segurança Pública. Sua mulher, Cecília Satiko Kubota Gongora, foi conduzida ao DOI-CODI para prestar depoimentos e em seguida liberada, com instrução para ficar em casa (sob vigilância) e comparecer diariamente perante as autoridades.

Roberto Zats e Amandio de Souza, os últimos a serem presos na manhã do dia 8, deverão continuar nas dependências do DOI-CODI, em regime de incomunicabilidade, por mais 10 a 12 dias. Roberto Zatz foi preso na noite de quarta-feira, em seu apartamento, nesta Capital, por três agentes do DOI que portavam o seguinte mandato de busca e prisão:

"O Comando do DOI-CODI, por delegação do Comandante do 2.º Exército e com base no Artigo 59 do Decreto-Lei 898/69 (Lei de Segurança Nacional) e Artigo 225 do Código de Processo Penal Militar, manda a qualquer agente que, em cumprimento ao presente, se dirija ao local onde se encontra Roberto Zatz e o prenda, em virtude de necessidade de investigação em curso sobre infração à LSN, conduzindo-o imediatamente à sede do DOI, devendo usar de busca domiciliar, se necessário, e de força ou arrombamento, conforme os Artigos 232 e 234 do Código Militar, caso haja resistência ou tentativa de fuga ou desobediência ou resistência de terceiros". O documento está datado de 2 do corrente e foi en-

tregue ao porteiro do edifício onde mora o médico.

O médico Roberto Zatz recentemente ganhou uma bolsa-de-estudos para participar de um encontro de nefrologistas no Canadá e, segundo seus pais, vinha dedicando, ultimamente, cerca de 16 horas por dia a trabalhos de pesquisas na Faculdade de Medicina da USP. Sua prisão provocou a formação de uma corrente de protestos, à qual aderiram 24 entidades culturais e médicas de São Paulo, signatárias de uma nota de protestos contra "este ato de violência".

A nota é assinada pelas seguintes entidades: Associação dos Médicos Residentes do Estado, Associação dos Docentes da USP, Associação dos Médicos Residentes do Hospital das Clínicas, Associação dos Médicos Residentes da Escola Paulista de Medicina, Associação dos Médicos Residentes do Hospital do Servidor Público, Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, CEUBES, Pós-Graduados de Fisiologia do Instituto de Ciências Biológicas, Associação dos Pós-Graduados da Escola Paulista de Medicina, Movimento Feminino pela Anistia, Centro de Estudos Históricos Afonso Thomé, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz,

DCE-PUC, DCE-Livre USP, Centro Acadêmico Pereira Barreto, Associação dos Pós-Graduados de Física, Centro Paulista de Estudos Geológicos, Grêmio Politécnico, Centro Acadêmico Arnaldo Vieira de Carvalho — Fisioterapia USP, Centro Acadêmico XXXI de Outubro — Enfermagem USP, Centro Acadêmico XI de Agosto, Grêmio da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), Centro Acadêmico Lupe Cotrim — ECA, Associação dos Engenheiros Químicos.

Antes da divulgação desse manifesto, o Movimento Renovação, chapa vencedora das últimas eleições no Sindicato dos Médicos de São Paulo, já havia protestado, através de uma carta distribuída à imprensa:

"O Movimento Renovação foi surpreendido na data de ontem (quarta-feira) com a prisão do colega Dr Roberto Zats, professor-assistente da Faculdade de Medicina da USP, membro do Movimento Renovação e fiscal da Chapa 2, vitoriosa na eleição sindical que ontem chegou ao fim. Após o resultado das eleições, o mesmo dirigiu-se à sua residência junto com outro colega do Movimento, quando foi preso pelo DOI-CODI arbitrariamente, sem a menor explicação. Conclamamos todas as entidades médicas a posicionarem e manifestarem nosso repúdio a este ato de violência imposto à sociedade brasileira".



PT 1590-194

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
------	-------------	-----------

Argentina *O Estado do Paraná - 28/01/78*

Governo admite só 3 mil presos políticos

WASHINGTON (AFP - O ESTADO) — O ministro do Interior da Argentina general Albano Harguindeguy admitiu a existência de 3.472 presos políticos no país e prometeu entregar a relação dos prisioneiros a uma delegação da Federação Internacional de Direitos Humanos, cuja sede em Paris, que esteve na Argentina nos últimos dias.

A revelação foi feita, *anteontem*, em Washington, pelo almirante da reserva francês Antoine Sanguinetti, que presidiu a delegação da qual fazem parte, também, o advogado norte-americano Herbert Semell, diretor do Centro de Direito e Política Social de Washington, o juiz norte-americano John Carro, membro da corte suprema do Estado de Nova Iorque e a advogada francesa Franceline Lepany.

Durante sua permanência na Argentina, os membros da comissão, segundo revelaram a imprensa norte-americana, encontraram-se

com o ministro do Interior Harguindeguy, com o chanceler Oscar Montes e com o ministro da Marinha, Emilio Massera que é membro da Junta Militar.

O ministro do Interior argentino informou a delegação que a maior parte dos prisioneiros políticos são considerados pelo executivo como "terroristas" e que, muitos nem poderão ser processados judicialmente por falta de provas. Comentou, também, o desaparecimento no país de milhares de pessoas, desde a decretação do estado de sítio, porém, negou qualquer responsabilidade dos membros do governo com relação a esses desaparecimentos.

Sanguinetti narrou que durante a permanência da delegação, na Argentina foram recolhidos testemunhos e denúncias sobre a existência de campos de concentração em várias partes do país — negados pelas autoridades — especialmente na base militar de Campo de Mayo e na Escola mecânica da

armada, em Buenos Aires, e sobre a atuação dos grupos para-militares que sequestram pessoas. Contou, também, que os quatro membros da delegação, enquanto permaneceram na Argentina, foram seguidos dia e noite por policiais.

No encontro com o chanceler Oscar Montes, a delegação recebeu a promessa de que alguns presos poderiam futuramente receber autorização para deixar a Argentina, porém, Montes teria instado os norte-americanos presentes — Carro e Semmel — a pedir aos Estados Unidos que não recebessem "estes terroristas".

"Muitos desses fatos e prisões arbitrárias podem ser obra de grupos incontrolados, acentuou Sanguinetti aos jornalistas norte-americanos, porém, mesmo admitindo que seja essa a verdade, não se desculpa o fato de que até agora o governo argentino não publicou nenhuma lista oficial dos presos políticos".

*Pasta
Presos Políticos*



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
<h3>Dez conseguem a liberdade</h3> <p><i>Tribuna do Paraná - 25/11/78</i></p> <p>Dez presos políticos, <u>Moacyr Reis Ferraz, Nicenor Gonçalves da Silva, Osvaldo Alves, Mário Gonçalves Siqueira, João Alberto Einecke, Ildeu Manso Vieira, Eujácio de Almeida, Diogo Afonso Gimenez, Antonio de Lima Sobrinho, Antoniel de Souza e Silva</u> obtiveram a liberdade condicional. Em solenidade realizada ontem, no gabinete da 5ª. Circunscrição Judiciária Militar, o juiz-auditor substituto Darcy Ricetti comunicou a nove deles (o médico Osvaldo Alves está preso na Delegacia de Polícia de Mandaguari) e sua decisão - tomada com base no bom comportamento e no cumprimento de boa parte das penas a que foram condenados, em outubro do ano passado.</p> <p>Somente o advogado londrinense <u>Flávio Ribeiro</u>, o décimo primeiro condenado a pedir a liberdade condicional, teve seu pedido indeferido pelo auditor, por não preencher os requisitos legais, principalmente por se tratar de caso de reincidência. Todos os libertados aceitaram as condições impostas pela condicional, recebendo cada um na oportunidade o competente salvo-conduto. Foram também, expedidos os alvarás de soltura que deram condições para: que os dez beneficiados deixassem a Prisão Provisória do Ahu ontem mesmo.</p> <p>COMO FOI</p> <p>Os advogados dos presos políticos que obtiveram a</p> <p>condicional entraram com petição nesse sentido no Conselho Penitenciário e tiveram parecer favorável do conselheiro Altair Cavalli. Quando o juiz-auditor Darcy Ricetti recebeu os processos alertou para o fato de que a Justiça Militar não atua nos mesmos moldes da Justiça comum e que assim, mesmo com o parecer do conselheiro e do procurador da 5ª. Circunscrição Judiciária Militar, todas as condições favoráveis ao livramento poderiam não ser levadas em conta. Entretanto, em decisão tomada anteontem, o juiz-auditor libertou dez dos onze condenados.</p> <p>Em outubro, dos 64 julgados, 17 foram condenados com penas que variam de dois a quatro anos. A pena máxima foram condenados Newton Cândido e Francisco Luiz França (que não pediram condicional). A três foram condenados João Alberto Einecke (libertado), Mário Gonçalves Siqueira (libertado), Diogo Afonso Gimenez (libertado), Ildeu Manso Vieira (libertado), Ubirajara Moreira, Antonio de Lima Sobrinho (libertado), Moacyr Reis Ferraz (libertado) e Flávio Ribeiro (pedido indeferido).</p> <p>A dois anos foram condenados Osvaldo Alves (libertado), Genecy Souza Guimarães, Eujácio de Almeida, (libertado), Antoniel de Souza e Silva (libertado), Nicenor Gonçalves da Silva (libertado), Antonio Narcizo Pires de Oliveira, e Vladimir Salomão do Amarante.</p>		

Dez conseguem a liberdade

Tribuna do Paraná - 25/11/78

Dez presos políticos, Moacyr Reis Ferraz, Nicenor Gonçalves da Silva, Osvaldo Alves, Mário Gonçalves Siqueira, João Alberto Einecke, Ildeu Manso Vieira, Eujácio de Almeida, Diogo Afonso Gimenez, Antonio de Lima Sobrinho, Antoniel de Souza e Silva obtiveram a liberdade condicional. Em solenidade realizada ontem, no gabinete da 5ª. Circunscrição Judiciária Militar, o juiz-auditor substituto Darcy Ricetti comunicou a nove deles (o médico Osvaldo Alves está preso na Delegacia de Polícia de Mandaguari) e sua decisão - tomada com base no bom comportamento e no cumprimento de

boa parte das penas a que foram condenados, em outubro do ano passado.

Somente o advogado londrinense Flávio Ribeiro, o décimo primeiro condenado a pedir a liberdade condicional, teve seu pedido indeferido pelo auditor, por não preencher os requisitos legais, principalmente por se tratar de caso de reincidência. Todos os libertados aceitaram as condições impostas pela condicional, recebendo cada um na oportunidade o competente salvo-conduto. Foram também, expedidos os alvarás de soltura que deram condições para: que os dez beneficiados deixassem a Prisão Provisória do Ahu ontem mesmo.

COMO FOI

Os advogados dos presos políticos que obtiveram a

condicional entraram com petição nesse sentido no Conselho Penitenciário e tiveram parecer favorável do conselheiro Altair Cavalli. Quando o juiz-auditor Darcy Ricetti recebeu os processos alertou para o fato de que a Justiça Militar não atua nos mesmos moldes da Justiça comum e que assim, mesmo com o parecer do conselheiro e do procurador da 5ª. Circunscrição Judiciária Militar, todas as condições favoráveis ao livramento poderiam não ser levadas em conta. Entretanto, em decisão tomada anteontem, o juiz-auditor libertou dez dos onze condenados.

Em outubro, dos 64 julgados, 17 foram condenados com penas que variam de dois a quatro anos. A pena máxima foram condenados Newton Cândido e Francisco Luiz França (que não pediram condicional). A três foram condenados João Alberto Einecke (libertado), Mário Gonçalves Siqueira (libertado), Diogo Afonso Gimenez (libertado), Ildeu Manso Vieira (libertado), Ubirajara Moreira, Antonio de Lima Sobrinho (libertado), Moacyr Reis Ferraz (libertado) e Flávio Ribeiro (pedido indeferido).

A dois anos foram condenados Osvaldo Alves (libertado), Genecy Souza Guimarães, Eujácio de Almeida, (libertado), Antoniel de Souza e Silva (libertado), Nicenor Gonçalves da Silva (libertado), Antonio Narcizo Pires de Oliveira, e Vladimir Salomão do Amarante.

*Anotado
Basta Presos Políticos*

*Anotado
26.1.78
C.R.T.*



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Morre ex-líder <i>Júlio de São Paulo</i> camponês de PE <i>03/01/77</i></p> <p>RECIFE (Do correspondente) — O ex-líder camponês Júlio Santana, preso político desde o período que marcou a fase mais crítica que antecedeu o movimento de março de 1964, morreu no dia 14 de dezembro na residência de um seu parente no município do Cabo, sem qualquer assistência médica e na mais extrema penúria.</p> <p>Somente quinta-feira passada é que sua morte foi revelada.</p> <p><i>Partida</i> <i>Prisões Políticas</i></p> <p>Júlio Santana, 54 anos, nascido em Sirinhaem, passou seus últimos dias junto com sua esposa e os sete filhos, recebendo parca ajuda de parentes e conhecidos, na praia de Santo Agostinho.</p> <p>Era paralítico, em consequência de um mal vascular cerebral que o acometeu quando esteve preso na antiga Casa de Detenção do Recife.</p> <p>No início da década de 1960, o agricultor Júlio Santana participou do movimento conhecido como "Ligas Camponesas", ao lado do então deputado Francisco Julião, de quem se desligou posteriormente passando a atuar em faixa própria. Foi preso pelos órgãos de segurança no dia 10 de outubro de 1963, ainda na gestão do ex-governador Miguel Arraes de Alencar.</p> <p>Foi condenado a mais de 50 anos de prisão. Na época, teve sua pena unificada e reduzida para 18 anos. Posteriormente foi acusado de reorganizar partido político de tendência trotskista. Recebeu liberdade condicional em 1975.</p>



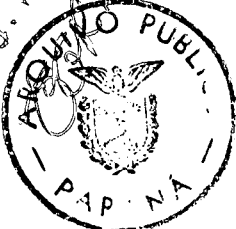
Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
<p style="text-align: center;">Liberdade condicional a 11 presos políticos</p> <p style="text-align: center;"><i>gazeta do povo - 24/12/77</i></p> <p>Onze dos 17 presos políticos condenados em recente sessão do Tribunal do Juri, em Curitiba, foram beneficiados pelo parecer favorável do Conselho Penitenciário do Estado, em sessão realizada no último dia 21 de dezembro, concedendo-lhes liberdade condicional, ou seja, o cumprimento de mais da metade da pena aos primários e de mais de dois terços aos reincidentes.</p> <p>Os processos somente foram encaminhados ontem à Auditoria da 5.ª Região Militar e deverão acusar uma demora, pelo menos até a reabertura das atividades naquele departamento da Justiça Militar. Isto porque o órgão entra em recesso hoje, retornando apenas a partir do dia 9 de janeiro do próximo ano. Estes processos, então, serão submetidos ao crivo do Ministério Público, através do Procurador Militar, que dispondo sobre o cumprimento das exigências legais, dará continuidade ao ato de liberdade, firmado pelo Auditor Militar.</p> <p>BENEFICIADOS</p> <p>São estes os beneficiados pelo Conselho Penitenciário, detidos, julgados e condenados por delitos dos mais diversos, entre os quais o crime de tentativa de reorganizar o extinto Partido Comunista no Paraná: <u>Itamar Vidal de Lima, Julio Pereira, Paulo Moraes, Fernando Clemente N. wak, Antonio Francisco Pereira, Irineu Serpa de Souza, José Paulo Ramos, Judas Tadeu Pan-</u></p> <p><u>gussat, Joaquim Domingos Padilha, Augusto Pinotti, Nicanor Gonçalves da Silva, Antoniel de Souza Silva, Antonio de Lima-Sobrinho, Ildes Manso, Eujácio de Almeida, Osvaldo Alves, João Roberto Einecke, Diogo Afonso Gimenez, Moacir Reis Ferraz, Maria Gonçalves Siqueira, Flávio Ribeiro, Julio Pereira e Raul Martins de Souza.</u></p> <p>Segundo o escrivão da Auditoria da 5.ª Região Militar, Telmo Boeira "lamentavelmente não será possível liberar os presos ainda este ano, em virtude do atual recesso, que inicia-se hoje, ficando até o dia 9 de janeiro do próximo ano".</p> <p>Os processos que foram recebidos ontem pelo escrivão foram registrados normalmente, porém, o Ministério Público deverá emitir seu parecer quanto às condições necessárias para a concessão de liberdade condicional.</p> <p>Os presos políticos constantes do julgamento recentemente, ocorrido no Tribunal do Juri, foram detidos entre os meses de 9 a 11 de 1975, porém a sentença foi lida apenas no último dia 7 de outubro, com penas que variam de 2 a três anos de prisão. Para muitos o tempo que antecedeu o julgamento, descontado posteriormente da pena a ser cumprida, estabeleceu também a condição de pleitear a liberdade condicional.</p>		
<p><i>27 - Arquivar - quanto aos fichados: Carter - Presos Políticos</i></p> <p><i>Arquivado em 20.1.78.</i></p> 		

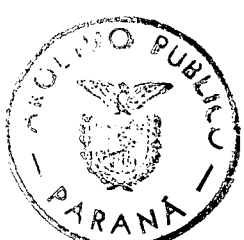
Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
	<p style="text-align: center;">Da sucursal do RECIFE</p> <p>Mais 13 presos políticos aderiram ontem à greve de fome iniciada há oito dias por Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti em protesto pelo isolamento total a que vêm sendo submetidos há dois anos na Penitenciária Barreto Campelo na Ilha de Itamaracá. Apenas dois presos políticos, — Samuel Firmino de Oliveira e Francisco Ferreira de Lima—, dos 17 que cumprem pena na Penitenciária de Itamaracá, não aderiram à greve por motivos de saúde, mas enviaram ofício ao juiz auditor da 7ª Circunscrição Judiciária Militar proclamando sua solidariedade ao movimento de protesto.</p> <p>Os outros 13 presos — Luciano de Almeida, Alberto Vinicius do Nascimento, Marcelo Mário Melo, Antonio Ricardo Braz, José Calixtrato Filho, José Emilson Ribeiro, Francisco Peixoto, Almir Cardoso, Ariindo Felipe da Silva, João Bosco Cortes, José Adeldo Ramos, José Pedro da Silva e Francisco Assis</p>	<p style="text-align: center;">Amplia-se a greve de presos políticos</p> <p style="text-align: right;"><i>O Estado de São Paulo 22/11/77</i></p> <p>Barreto Filho — encaminharam comunicação ao juiz auditor e ao presidente da secção pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil, informando sua decisão de suspender a alimentação por tempo indeterminado.</p> <p>Nos documentos, eles dizem: "Considerávamos que a gravidade implícita na atitude de greve de fome de Carlos Alberto (Rholine) fosse o bastante para demonstrar às autoridades responsáveis a impossibilidade de se continuar mantendo em relação ao presos políticos uma política de perseguições mesquinhas e de discriminação injustificáveis".</p> <p>E acrescentam: "Depois de termos vivido, durante dois longos anos, sob o constrangimento da punição imposta aos companheiros, vendo-os submetidos a brutal isolamento, não poderíamos aceitar passivamente que sozinhos assumissem o ônus da destruição que inexplicavelmente recaiu sobre eles, extensiva agora ao plano físico".</p> <p>Esta é a terceira greve de fome feita pelos presos políticos de Itamaracá, nos últimos dois anos. Em julho e em agosto de 1975, exigindo melhores condições carcerárias, eles deixaram de alimentar-se, respectivamente, durante 12 e 25 dias.</p> <p style="text-align: center;">REPRESENTAÇÃO</p> <p>O advogado paulista Idibal Almolda Pivetta dará entrada, amanhã, na secção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, a uma representação contra o assessor jurídico da Penitenciária Barreto Campelo, de Itamaracá, Rui Albuquerque, que, sábado passado, impediu que ele se entrevistasse com o detento Marcelo Mario Melo, condenado, em dois processos, a 40 anos de prisão, por tentativa de reorganização de entidade clandestina. Pivetta explicou que foi convidado pelo advogado de Marcelo, Paulo Henrique Maciel, para atuar, junto ao Superior Tribunal Militar, em um pedido de revisão de processo.</p> <p>Pivetta dirigiu-se, em companhia de seu colega, ao presídio, onde pretendia avistar-se com o preso, tendo sido impedido pelo assessor da direção da penitenciária.</p> <p style="text-align: right;"><i>Posto pelos autores</i></p> <div style="text-align: right;">  </div>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Greve de fome de presos políticos de Recife recebe adesão de 13 de Itamaracá</p> <p><i>Journal de Brasil - 27/11/77</i> Recife — Treze dos 15 presos políticos recolhidos à Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá, entraram ontem em greve de fome, em solidariedade a Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcante, que não comem desde o dia 15, em protesto pelo isolamento carcerário em que vivem há dois anos. Os outros dois não entraram em greve por motivos de saúde.</p> <p>Os grevistas enviaram carta ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raymundo Faró, denunciando maus tratos e a "extrema dureza" do tratamento nos últimos dois anos; e outra ao Juiz-Auditor da 7a. Circunscrição Judiciária Militar, a quem pedem providências para que possam cumprir as penas "livres de perseguições e humilhações adicionais."</p> <p>VISITAS</p> <p>Carlos Alberto e Rholine, condenados a prisão perpétua por atos terroristas, passam bem, sábado receberam visita de parentes no Hospital da Polícia Militar, para onde foram transferidos a fim de que ficassem sob maior assistência médica. O Secretário de Interior e Justiça, Sérgio Higinio Dias Filho, informou que só recebem água, recusando açúcar e sal, que consumiram durante greve anterior, em 1975.</p> <p>Entraram em greve ontem: Luciano de Almeida, Alberto Vinicius Melo do Nascimento, Marcelo Mário de Melo, Antônio Ricardo Braz, José Caistrato Filho, José Emilson Ribeiro, Francisco Peixoto, Alanir Cardoso, Arlindo Felipe da Silva, João Bosco Rolemberg Cortes, José Adeildo Ramos, José Pedro da Silva e Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho. Samuel Firmino e Francisco Ferreira de Lima enviaram carta ao Auditor da 7a. Circunscrição Militar solidarizando-se com os colegas e explicando que não fariam greve de fome por questões de saúde.</p> <p>Surpreendido ao saber das adesões à greve de fome, o Governador Moura Cavalcanti disse apenas que cumpria a lei. Carlos Alberto e Rholine dizem não ter direito a banho de sol, nem de falar, praticar esportes ou fazer artesanato com os colegas.</p> <p>O Movimento Feminino pela Anistia, sediado em São Paulo, enviou ontem telegramas aos líderes da Arena e do MDB na Assembleia Estadual de Pernambuco, solidarizando-se com os presos Carlos Alberto e Rholine Cavalcanti. São assinados por sua presidenta, Therezinha Godoy Zerbine.</p> <p style="text-align: right;"><i>Carta Grevistas</i></p> 

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: right;"><i>de S. Paulo</i></p> <p style="text-align: center;"><i>O Estado</i></p> <p style="text-align: center;">15 DE NOVEMBRO DE 1977 - TERÇA-FEIRA</p> <h3 style="text-align: center;">'Anistia': Brasil tem 213 presos políticos</h3> <p style="text-align: center;"><u>Das sucursais</u></p> <p>O jornalista sueco Thomas Hammarberg, presidente do comitê executivo da Anistia Internacional, afirmou ontem em Brasília que existem atualmente no Brasil 213 presos políticos, mas todos eles, fora situações excepcionais, vivendo em melhores condições do que os quase 250 dissidentes soviéticos, espalhados por estabelecimentos penais em toda a União Soviética. Depois de se avistar com monsenhor Lima Uchoa, encarregado do setor de direitos humanos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de conversar com o ex-deputado Alencar Furtado e de manter contato com a embaixada da Suécia, Thomas Hammarberg conversou informalmente com alguns jornalistas.</p> <p>Ao contrário do que havia dito no Rio anteontem quando admitiu estar relhendo o Brasil para a 1ª reunião anual da Anistia sobre os direitos humanos no mundo, Hammarberg afirmou que está no Brasil a serviço da Swedish Broadcasting Corporation, principal estação de rádio de Estocolmo, e não como enviado da Anistia Internacional. Por isso não procurou contato com qualquer autoridade brasileira, federal ou estadual, depois de haver passado por São Paulo e Rio. Seus contatos foram apenas com advogados, políticos, jornalistas, padres e membros de associações de classe.</p> <p>Thomas Hammarberg não revelou de que maneira chegou ao número de 213 presos políticos, para ele existentes no país, acentuando apenas que a Anistia Internacional os tomou como "adotados", ou seja, cidadãos por cuja integridade física procurará zelar, tomando conhecimento de suas situações individuais e denunciando quaisquer constrangimentos que sofram. Disse, no entanto, que a Anistia Internacional, embora se preocupe, não "adota" presos políticos que tenham participado de atividades violentas ou terroristas. Estes foram uma relação à parte, sobre os quais o movimento procura informações e defender, sempre que sabe terem sofrido lesões ou constrangimentos físicos.</p> <p>Acentuou o jornalista sueco que, dos 213 presos políticos brasileiros que não praticaram violências para serem levados à prisão, a maioria se encontra detida no Rio de Janeiro, ainda que não possa precisar quantos. Pelas informações que tem recebido, a tortura diminuiu bastante nos últimos anos, no Brasil, mas ainda existe. Ele tem conhecimento das gestões e da firmeza com que o governo do presidente Geisel procura evitar tais práticas.</p> <p>O Brasil não possui e não admite quaisquer relacionamentos com a Anistia Internacional, segundo revelou, ao contrário de 35 países que hoje aceitam a presença formal e oficial de representantes da entidade, na observação do problema dos direitos humanos. Ele espera que essa atitude venha a ser revista proximamente, mas não sabe como nem quando.</p> <p>Muito preocupado em saber da situação dos direitos humanos no Brasil, Thomas Hammarberg buscou detalhes a respeito do funcionamento da Justiça Militar, disse dispor, na Europa, de informações sobre a atuação do Superior Tribunal Militar brasileiro, elogiando-o, e indagando sobre os problemas políticos ligados ao tema. No final da tarde, viajou para o Rio, de onde saiu para Estocolmo.</p> <p style="text-align: right;"><i>Pasta Presos Políticos</i></p> 



NOME: _____

Pront. N.º _____

JORNAL DO BRASIL Sábado, 12/11/77 1º Caderno

Bethlem não acredita em tortura de presos políticos

Brasília — O Ministro do Exército, General Fernando Belfort Bethlem, afirmou, ontem, não acreditar nas denúncias de tortura de presos políticos nos I e II Exércitos. "Eu me baseio nas notas" distribuídas há 20 dias pelos respectivos Comandantes, acrescentou.

O Ministro, que hoje completa um mês na função, disse que só os diretores dos jornais poderão explicar por que motivo essas denúncias continuam sendo publicadas, mesmo depois que se anunciou o cancelamento da visita do Presidente Jimmy Carter ao Brasil.

Frota

Na "conversa informal", o General Bethlem recusou comentar a notícia publicada por um jornal paulista, sobre episódios ocorridos após a demissão do General Sylvio Frota de Ministro do Exército e a entrada em prontidão de vários regimentos. "Li, mas não vou comentar."

Antes, ele destacara a importância do trabalho da imprensa na formação da opinião pública, lembrando, contudo, a necessidade de um sentimento de responsabilidade, pois às vezes saem meias verdades que dão oportunidade a especulações.

Disse que a subversão está controlada, mas não está dominada e concluiu: "A situação do país está tranquila e espero que continuemos assim por longos e longos anos." E evitou comentários de caráter político.

Destacou que este mês no cargo de Ministro do Exército lhe permitiu, sobretudo, adaptar-se à função e tomar conhecimento direto da ação governamental — ontem mesmo assistira à reunião do Conselho de Economia e Finanças, quando tomou conhecimento da situação econômico-financeira do Exército e da projeção financeira para 1978.

Lamentou interpretações dadas pela imprensa a alguns remanejamentos por ele efetuados nos comandos, dizendo: "Quando cheguei aqui

encontrei tudo pronto e apenas mudei dois ou três nomes a pedido dos comandantes. Não houve intenção nenhuma, no que respeita a essas alterações, e, do jeito que a imprensa vem falando, parece que eu estava com receio de alguma crise."

Depois de explicar que essas alterações de comandos foram feitas por seu antecessor, o General Sylvio Frota, que só não teve tempo de assinar as portarias — tarefa de que ele se incumbiu — disse não ter intenção de realizar grandes obras no Exército, limitando-se a dar continuidade a assuntos pendentes, iniciados pelo General Frota.

Segundo o General Bethlem, as relações militares entre o Brasil e os Estados Unidos "são boas". No que respeita ao intercâmbio de material bélico, alterado com a denúncia dos acordos entre os dois países, discorreu sobre os problemas que resultam para um país depender da importação e tecnologia estrangeira, sem pensar no desenvolvimento de sua própria indústria.

Anistia investiga denúncias

São Paulo — O professor Dalmo de Abreu Dallari, membro da Comissão Nacional Justiça e Paz, confirmou ontem, contatos com um representante da Anistia Internacional, sobre a situação dos presos políticos no Brasil.

A presidenta do Movimento Feminino pela Anistia, Sra Terezinha de Jesus Zerbini, disse que o representante da Anistia era o jornalista Thomas Hammarberg, que ela não chegou a encontrar, pois entretanto, ele viajou para o Rio. O professor Gofredo da Silva Telles Júnior, autor da *Carta aos Brasileiros*, falou do Sr Sean McBrite, presidente da organização internacional.

Condições

Segundo a Sra Terezinha de Jesus Zerbini, Thomas Hammarberg está no Brasil há cerca de uma semana, mas como repórter da rádio nacional da Suécia, interessado em investigar a situação política e econômica do Brasil. Hammarberg é, também, presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional.

O professor Dallari disse que a conversa com o representante da Anistia Internacional durou cerca de uma hora e decorreu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. "Não fiquei sabendo se ele veio especialmente por causa de um assunto, pois a conversa permaneceu no plano genérico", explicou. "Eu dis-

que haja plena possibilidade de direito de defesa".

Segundo o professor Dallari, "ele apenas perguntou, mas não disse o que poderia fazer. Acredito que a Anistia possa enviar pedidos para investigação rigorosa de casos de violência e para a aceleração do processo de restauração constitucional".

Informou, ainda, que o representante da Anistia também estivera com o professor Gofredo da Silva Telles Júnior, o autor da *Carta aos Brasileiros*. "Recomendei, ainda, que procurasse o presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz, professor Candido Mendes, no Rio, e o presidente da OAB, Sr Raimundo Faoro", disse.

Contatado telefonicamente, o professor Gofredo da Silva Telles Júnior ficou surpreendido com o fato de a imprensa ter descoberto a presença no Brasil do representante da Anistia Internacional, mas "não vou dizer nada. Peço desculpas, não é minha vontade, mas estou realmente impedido de dizer qualquer coisa. Mas, com quem vocês conversaram? Com o Sr Sean McBrite? Realmente, não vou dizer nada".

Contatado em seu gabinete, o Secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Antônio Erasmo Dias, disse desconhecer a presença do presidente da Anistia Internacional na Capital, mas deu muitas informações sobre a organização. "Bem, a organização tem sede em Londres, Genebra

mero de Repórter. Para não dificultar sua ação de jornalista, ele procurou evitar sua qualidade de representante da Anistia Internacional, organização que, segundo acabou afirmando, se preocupa muito com o Brasil, onde tem trabalhado muito, especialmente entre 1968 e 1970, quando as denúncias de torturas se tornaram mais agudas.

Observou que a atuação da Anistia Internacional no Brasil não foi tarefa fácil, uma vez que os contatos com o Governo de Brasília sempre foram pouco estreitos. Considerou que nos últimos tempos houve um certo progresso no relacionamento entre a organização e o Governo brasileiro e que agora já são possíveis contatos com algumas Embaixadas do Brasil.

Revelou que a situação brasileira foi motivo de uma missão especial da Anistia, em operação conjunta com a organização católica Pax Romana, no ano passado. Dessa missão resultou um relatório sobre o respeito aos direitos humanos no Brasil, concluindo o documento que a situação não se havia modificado muito em relação ao período 1969-1970.

Assinalou o jornalista sueco que, na Europa, há muito interesse quanto ao futuro do Brasil, especialmente se ele tomará breve o caminho da democracia. Para Hammarberg o Brasil tem importância especial, uma vez que servirá de teste para o sucesso ou fracasso da política de luta pelos direitos humanos do Presidente

P. 1530

mou ontem, contatos com um representante da Anistia Internacional, sobre a situação dos presos políticos no Brasil.

A presidenta do Movimento Feminino pela Anistia, Sra Terezinha de Jesus Zerbini, disse que o representante da Anistia era o jornalista Thomas Hammarberg, que ela não chegou a encontrar, pois entretanto, ele viajou para o Rio. O professor Gofredo da Silva Telles Júnior, autor da *Carta aos Brasileiros*, falou do Sr Sean McBrite, presidente da organização internacional.

Condições

Segundo a Sra Terezinha de Jesus Zerbini, Thomas Hammarberg está no Brasil há cerca de uma semana, mas como repórter da rádio nacional da Suécia, interessado em investigar a situação política e econômica do Brasil. Hammarberg é, também, presidente do Comitê Executivo da Anistia Internacional.

O professor Dallari disse que a conversa com o representante da Anistia Internacional durou cerca de uma hora e decorreu na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. "Não fiquei sabendo se ele veio especialmente por causa de um assunto, pois a conversa permaneceu no plano genérico", explicou. "Eu disse a ele que minha visão em termos de direitos políticos é otimista, pois sinto que estamos caminhando para a melhoria da situação".

Acrescentou que "ele me perguntou sobre as torturas em presos políticos e eu respondi que, pelas informações de que dispunhamos, o ponto crucial é o Rio. Ele me perguntou, então, qual seria o ponto do habeas corpus, inclusive para presos políticos. Em seguida, ele me perguntou o que poderia fazer e eu respondi que seria bom se ele pudesse influir para

apenas perguntar, mas não poderia fazer. Acredito que a Anistia possa enviar pedidos para investigação rigorosa de casos de violência e para a aceleração do processo de restauração constitucional".

Informou, ainda, que o representante da Anistia também estivera com o professor Gofredo da Silva Telles Júnior, o autor da *Carta aos Brasileiros*. "Recomendei, ainda, que procurasse o presidente da Comissão Nacional de Justiça e Paz, professor Candido Mendes, no Rio, e o presidente da OAB, Sr Raimundo Faoro", disse.

Contatado telefonicamente, o professor Gofredo da Silva Telles Júnior ficou surpreendido com o fato de a imprensa ter descoberto a presença no Brasil do representante da Anistia Internacional, mas "não vou dizer nada. Peço desculpas, não é má vontade, mas estou realmente impedido de dizer qualquer coisa. Mas, com quem vocês conversaram? Com o Sr Sean McBrite? Realmente, não vou dizer nada".

Contatado em seu gabinete, o Secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Antônio Erasmo Dias, disse desconhecer a presença do presidente da Anistia Internacional na Capital, mas deu muitas informações sobre a organização. "Bem, a organização tem sede em Londres, Genebra e ramificações por todo o mundo. Tenho muita correspondência dela aqui, comigo. Alguns presos políticos se correspondem com essa entidade."

E acrescentou: "1977 é o ano da Anistia Internacional (ganhou o Prêmio Nobel da Paz). Essa organização não prega anistia pura e simples. Ela é contra a violência de lado a lado. É altruista."

No Rio

Thomas Hammarberg foi entrevistado, no Rio, para o primeiro nú-

organização que, segundo acabou afirmando, se preocupa muito com o Brasil, onde tem trabalhado muito, especialmente entre 1968 e 1970, quando as denúncias de torturas se tornaram mais agudas.

Observou que a atuação da Anistia Internacional no Brasil não foi tarefa fácil, uma vez que os contatos com o Governo de Brasília sempre foram pouco estreitos. Considerou que nos últimos tempos houve um certo progresso no relacionamento entre a organização e o Governo brasileiro e que agora já são possíveis contatos com algumas Embaixadas do Brasil.

Revelou que a situação brasileira foi motivo de uma missão especial da Anistia, em operação conjunta com a organização católica Pax Romana, no ano passado. Dessa missão resultou um relatório sobre o respeito aos direitos humanos no Brasil, concluindo o documento que a situação não se havia modificado muito em relação ao período 1969-1970.

Assinalou o jornalista sueco que, na Europa, há muito interesse quanto ao futuro do Brasil, especialmente se ele tomará breve o caminho da democracia. Para Hammarberg o Brasil tem importância especial, uma vez que servirá de teste para o sucesso ou fracasso da política de luta pelos direitos humanos do Presidente Jimmy Carter.

Thomas Hammarberg disse ter estado segunda-feira na ABI, onde se entrevistou com o presidente do Conselho Administrativo da entidade, Sr Barbosa Lima Sobrinho, e que enviara relatório ao escritório da organização, em Londres, sobre a greve da fome das presas políticas do Presídio Talavera Bruce, em Bangu — relatório que levou a Anistia Internacional a apelar para o Presidente Ernesto Geisel. Na próxima segunda-feira ele regressa à Suécia.

Acusados criticam salvaguardas

O AI-5 é um ato repressivo, mas sua substituição por salvaguardas enérgicas na Constituição, como revelou o Deputado José Bonifácio, não será suficiente; outras leis precisam ser abolidas para sairmos do regime de exceção. Esta é a opinião de quatro ex-presos políticos — Ivan Valente, Sidney Lianza, Luiz Arnaldo Dias Campos e José Augusto Dias Pires — que, mesmo sabendo da ameaça de represálias, denunciaram torturas sofridas como "pequena contribuição para acabarem os maus tratos contra os presos".

Com prisão preventiva relaxada desde anteontem, os quatro não sentiram ainda "perseguição das autoridades policiais". Mas garantiram que companheiros já libertados são mantidos sob vigilância. Pedem garantias às entidades defensoras dos direitos humanos em busca de uma resposta: "O porquê da necessidade de presos políticos ficarem incomunicáveis por 10 dias, justamente o tempo para serem aplicadas torturas contra pessoas cujo único crime é reivindicar seus direitos de cidadãos".

"Liberdade"

Magros e bastante abatidos, o primeiro dia de liberdade dos quatro acusados de pertencerem ao Movimento pela Emancipação do Proletariado só serviu para recordarem os choques elétricos, pancadas e torturas psicológicas sofridas durante os 10 dias que passaram nas dependências do DOI-CODI. E uma coisa eles não conseguem entender: "O fato de o Governo não reconhecer os maus

tratos aplicados na prisão, quando várias entidades e toda a opinião pública estão cientes dos vários casos".

Eles ainda se recordam da manhã de 20 de julho quando foram detidos na rua por "elementos que diziam pertencer ao Exército, mas sem se identificarem", os levando à força "para dentro de carros e nos encapuzando". A única coisa que disseram foi que "devíamos explicações à polícia".

Os quatro afirmaram não terem negado participação em atividades estudantis, "pois lutamos por melhor qualidade de ensino e contra o regime de exceção. Mas não pertencemos ao MEP como nos forçaram a dizer. Apenas reivindicamos, como é o direito de todo cidadão brasileiro. Fomos presos por repressões políticas. Se participar de atividades normais a todos os estudantes é proibido, significa que há algo errado em nosso regime".

E Ivan Valente vai mais além: "Todos aqueles que pensarem contra o regime, mesmo sem incutir idéias em outros, só pelo fato de não aceitarem as leis de exceção que dão cobertura à exploração e à falta de liberdade política, estão sujeitos a passar pelo que sofremos". Luiz Arnaldo Dias Campos questiona: "Somos criminosos por termos idéias próprias? É para este tipo de criminoso que existe toda uma máquina montada com o mais alto grau de sofisticação para torturas?"

Ivan, Sidney, Luiz Arnaldo e José Augusto dizem que mesmo sendo introduzidas modificações na Constituição que substituam o AI-5, muita

coisa não será mudada: "Continuarão a existir os subterrâneos onde escondem as pessoas que passam por maus tratos e torturas psicológicas. Há a necessidade de o Governo abolir um conjunto de leis, principalmente as que atingem os trabalhadores e as que negam a liberdade sindical".

Sobre a revogação do Decreto 477, os quatro acusados de subversão afirmam que nada mudará, "pois o que está em vigor ainda é o regimento interno das universidades, como foi o caso da expulsão dos alunos da UnB (Universidade de Brasília)".

Greve

As três presas políticas internadas no Hospital Central Penitenciário e que estão em greve de fome há 19 dias, já estão muito debilitadas, conforme constataram ontem os advogados que as visitaram. A suplente de deputado Rosalice Fernandes tem sentido tonteiras e quase não consegue mais se levantar da cama. Jessie Jane Vieira de Souza tem seu estado agravado por problemas renais.

O boletim médico divulgado ontem pelo Departamento do Sistema Penitenciário dizia que os 29 presos em greve estavam em boas condições de saúde, exceto Jesus Parede Soto e José Sérgio Cruz, detentos do Presídio Milton Dias Moreira, que continuavam resfriados. Para os 23 presos políticos do Milton Dias Moreira, a greve completa hoje 10 dias, completando nove dias para os três detentos que aderiram ao movimento no Presídio Esmeraldino Bandeira, em Bangu.

Carta
Neden Anistia

PT 1530-191

Mães de presos políticos encaminham documento a Geisel

Brasília — Depois de tentar inutilmente uma audiência com o Presidente Geisel, a comissão de mães que representa parentes de vários presos políticos em greve de fome no Rio de Janeiro entregou, no Protocolo da portaria do Palácio do Planalto, uma cópia do documento pedindo a transferência dos detidos do presídio de Bangu para uma ala especial da Frei Caneca, "onde teriam melhores tratamentos".

A comissão, composta pelas Sras Elza Rodrigues, Ivone Sá Pereira e Iná Meireles de Souza, mães dos presos Nelson Rodrigues Filho, Norma de Sá Pereira e Colombo Vieira de Souza, foi informada por uma funcionária da portaria que o Presidente "só recebe em audiência as pessoas cujos pedidos foram encaminhados ao gabinete civil, com antecedência".

Irritação

Assustadas e até irritadas com a presença da imprensa, as mães mantiveram um diálogo curto, mas rápido, com a funcionária.

— Quer dizer que ele não nos pode receber? — indagaram.

— Pensavam que era possível? As senhoras não sabiam que o Presidente não recebe ninguém assim?

— Não. Não sabíamos. Irritadas mais ainda quando a funcionária devolveu o documento, alegando que estava endereçado "aos senhores Senadores e Deputados", uma delas disse que faria um novo, "imediatamente". Ao pegar o documento de volta, ela não quis revelar seu nome. "Não importa quem sou eu. Sou a mãe de Nelson Rodrigues Filho, o filho do escritor".

As 15h30m, meia hora depois, voltavam ao Palácio e entregavam o documento. No protocolo foi escrito à mão o número do PABX do Planalto e o ramal 231, do setor de correspondência da secretaria particular.

Mentira

Minutos depois, o General Sizen Sarmento, ex-Ministro do STM, saía de uma audiência com o Presidente Geisel e classificava como "mentira" a afirmação contida no documento, segundo a qual as decisões de soltura de preso daquele Tribunal deixaram de ser cumpridas. "Você acredita que uma decisão do Tribunal ia ser desrespeitada?", indagou a um repórter.

— Eles alegam que quando a ordem chegava ao presídio, para ser cumprida, o preso já havia sido sequestrado — comentou um repórter.

— Essa é muito forte — respondeu o General. — Pode estar escrito, mas, às vezes, escreve-se muita bobagem. Eu não conheço nenhum caso desses.

— Como o senhor encara a pretensão dos presos de serem transferidos?

— Isso é um problema da administração do presídio. Mas ela não pode ficar subordinada à vontade de um grupo de quinhentos presos são 500 vontades. Daí para atender aos 500? O fato de estarem no mesmo presídio não significa que os presos políticos estejam em contato com os presos comuns. Até um determinado ponto é presídio de correção, depois é presídio de correção. Não se trata de uma participação no MPP e distorção da realidade.

— Como o senhor vê as recentes denúncias de torturas no DOI-CODI?

— Se houve alguma denúncia, manda-se apurar. Se houver responsabilidade de alguém, esse responsável será punido.

O General Sizen Sarmento disse que o assunto não foi tratado com o Presidente Geisel durante a audiência.



Amaral Peixoto definiu o problema sem solução como "um ato de desumanidade"

Acusados têm como ajudar

Os três acusados de pertencerem ao Movimento de Emancipação do Proletariado que tiveram as prisões relaxadas na segunda-feira — André Teixeira Moreira, Cláudio da Rocha Roquete e Franklim Dias Coelho — afirmaram ontem que são capazes de reconhecer alguns dos torturadores e se colocam à disposição de "organismos e pessoas idôneas que queiram investigar".

Para eles, a única forma de constatar suas denúncias e acabar com as torturas é "abrir as portas do quartel da Polícia do Exército, para que sejam vistas as prisões de tortura". Negaram qualquer participação no MPP e disseram que não sabiam se a existência da organização, até serem presos.

Cláudio afirmou sua prisão a um discurso que fez na Faculdade de Medicina da UERJ, da qual é aluno.



Sem audiência marcada, as mães dos presos não falaram com Geisel

Senador pede ação ao Presidente

O Senador Amaral Peixoto (MDB-RJ), 2º vice-presidente do Senado, pediu ontem, em Brasília, a interferência do Presidente Geisel junto ao Governo fluminense para que a construção de uma portaria val "isolar ainda mais as moças".

Depois de agradecer à solidariedade dos Senadores fluminenses Nelson

Deputado cobra promessa do líder Eurico Rezende

O Deputado Edson Khair (MDB) cobrou, ontem, do líder do Governo no Senado, Eurico Rezende, a promessa de que quaisquer denúncias de torturas seriam apuradas pelas autoridades, ao comentar, em discurso, o caso dos presos políticos do Rio que passaram pelo DOI-CODI. "As denúncias a que me refiro" — observou — "foram confirmadas pelos presos nos depoimentos prestados à 2a. Auditoria de Aeronáutica".

"Até quando permanecerá este quadro macabro em que nos encontramos?", indagou o representante do MDB. "E" ainda através da voz de um Ministro da autoridade moral de Rodrigo Otávio Jordão, do STM, que já havia pedido providências para denúncias de torturas em órgãos de segurança, que se poderá ver uma solução para o problema".

Recordou determinação do STM para que as Auditorias de Justiça Militar viessem a apurar denúncias de torturas, "como ocorreu em relação ao preso Paulo José de Oliveira Moraes", caso que tramita na 2a. Auditoria de Aeronáutica do Rio.

Acrescentou que outro Ministro do STM, o Almirante Júlio de Sá Bierremback, também solicitou, recentemente, a apuração de denúncias de torturas: "Vamos, então, que há toda uma frente de vozes que constituem como que a consciência nacional. Levantando-se contra este estado de coisas".

Manifesto apóia as detentas de Bangu

Manifesto de solidariedade às presas políticas, em nome de 28 entidades estudantis do Grande Rio, foi lido ontem na Assembléia Legislativa pelo Deputado Alves de Brito (MDB). Representando os diretórios, cerca de 100 estudantes andaram por mais de uma hora pelos gabinetes de vários deputados, até que um deles concordasse em ler o documento em plenário.

tura do documento só poderia ocorrer depois das 16h30m, hora prevista para o final da sessão em homenagem ao centenário de morte do escritor José de Alencar, os estudantes procuraram de novo o Deputado Alves de Brito.

EM PLENÁRIO

O plenário estava praticamente vazio, mas as galerias permaneceram lotadas pelos estudantes, que esperavam o Deputado Alves de Brito. Depois que o Deputado Frota Aguiar (Arena) falou durante 10 minutos para uma platéia desinteressada e já sonolenta — a reunião em que foi aprovado o texto final do manifesto se estendera até as 3h de ontem — foi a vez do Sr Alves de Brito ler o documento.

Os estudantes procuraram pelo Deputado Alves de Brito, que ainda não chegara, e foram conduzidos ao gabinete do Deputado Lázaro Carvalho. Depois de ler o manifesto, ele tentou, sem êxito, entrar em contato com o Senador Amaral Peixoto.

INDECISÃO

"Não vejo nada demais nos termos do manifesto" — disse o Deputado Lázaro Carvalho — "mas, sinceramente, não sei se esse seria o momento oportuno para sua leitura em plenário, pois o problema das presas políticas é cada vez mais grave, uma vez que os dois lados se mantêm em posições irredutíveis. Meu te-

O parlamentar classificou a greve das presas políticas por sua transferência como uma "luta justa de jovens do ponto-de-vista da segurança e do afastamento de seus familiares". Destacou que a luta das presas vem sensibilizando várias instituições representativas da comunidade, frisando ser a

Mães de presos políticos

Agora eu estou no Rio, tratando de estabelecer minha vida como civil e como aposentado. Estou me arrumando, de maneira que não estou muito em dia com isso."

Apoio do Comitê Feminino

São Paulo — O General Eurípedes de Jesus Zerbini, cassado após a Revolução de 1964, esteve ontem na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa e entregou cópias de telegrama que sua mulher, D^{ca} Terezinha Zerbini, presidente do Comitê Feminino pela Anistia, encaminhou ao Governador Faria Lima, nos seguintes termos:

"O Movimento Feminino pela Anistia acompanha angustiado caso presos políticos presidio Talavera Bruce. Face sério problema recorremos espírito cristão V Exa sentido solução atenda ambas as partes. Caso aceite, oferecemos bons ofícios nosso movimento nacional. Saudações fraternas."

Greve de fome causa problemas de saúde

Seis dos 32 presos políticos em greve de fome registraram, ontem, problemas de saúde segundo o boletim expedido pelos médicos do Desipe. Paulo Roberto Manes, com arritmia cardíaca, será submetido hoje a um eletrocardiograma; Colombo Vieira de Souza, em cuja urina foram encontrados vestígios de sangue, e José Sérgio Vaz, com diarreia e gripe, passarão por exames complementares. Quatro presos gripados recusaram medicação.

A suplente de Deputado Rosalice Fernandes, que hoje completa 16 dias sem comer, se queixou de dor no peito, diagnosticada como aerofagia, provocada por excesso de fumo. Os demais presos, inclusive Norma Sá Pereira e Jessie Jane Vieira de Souza, em greve desde o dia 23 de outubro, estão em boas condições físicas, segundo a coordenação médica do Desipe.

A greve

Com o relaxamento da prisão preventiva de três grevistas na noite de segunda-feira — André Teixeira Moreira, Franklin Dias Coelho e Cláudio da Rocha Roquete, acusados de pertencerem ao Movimento de Emancipação do Proletariado, foram libertados depois de interrogatório na 1a Auditoria da Aeronáutica — 32 dos 48 presos políticos que estão no Rio continuam em greve de fome.

Norma Sá Pereira, Jessie Jane Vieira de Souza e Rosalice Fernandes, que iniciaram a greve há 16 dias, reivindicando transferência de Bangu para ala dos presos políticos no presidio Milton Dias Moreira, na Rua Frei Caneca, estão internadas no Hospital Central Penitenciário. Em Bangu, continuam cumprindo pena Maria Inês Etienne Romeu e Maria Cristina Ferreira de Oliveira, que não aderiram ao movimento.

No Milton Dias Moreira, 22 presos completam sua primeira semana de greve. Quatro estão resfriados: Colombo Vieira de Souza, que também urina sangue, Jesus Paredes Sotto, Célio Souza Marques e José Sérgio Vaz. Para não atrapalhar a greve eles se recusaram a receber qualquer medicação. Na ala dos presos políticos da Frei Caneca, seis detentos não participam do movimento.

Na ala dos presos políticos do presidio Esmeraldino de Barros, sete detentos estão no sexto dia de greve, todos bem de saúde. Oito dos presos não aderiram à greve de apoio às detentas da Talavera Bruce.

Desde o início do movimento, 10 foram libertados. Oito estavam sob regime de prisão preventiva, acusados no processo do MEP. Paulo Sérgio Paranhos foi colocado em liberdade condicional. O ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar cumpriu a pena integralmente.

Cláudio foi o único que não chegou a ver nenhum dos torturadores, mas garante que poderia reconhecer os policiais que o prendiam dia 19 de julho. Os presos eram mantidos encauzados. Ressaltou que os policiais faziam questão de não deixar que eles se situassem no tempo e no espaço. Quando o prenderam, deram várias voltas com o carro, mas ele reconheceu o caminho que fazia todos os dias para a UERJ e disse que passaram pelo Túnel Rebouças e Avenida Paulo de Frontin, a caminho da Tijuca.

Franklin afirmou que pôde ver três dos policiais do DOI-CODI quando, numa cela do andar térreo, "que eles chamavam de suite", seu capuz foi retirado para que fosse levado à rua. Numa pequena sala, próxima à cela, havia um rapaz de cerca de 20 anos, louro e com o cabelo "meio quebrado", que batia à máquina e, na parede, um cartaz que dizia, em letras vermelhas: "Atenção. Não chame pelos nomes perto dos presos". No mesmo momento, entrou na sala um homem mais velho, um pouco gordo e com mais ou menos 1,70m de altura. "Vendo-o, eu poderia reconhecê-lo", declarou Franklin.

O terceiro homem que ele viu foi o que o levou à rua. Na descrição do ex-presos, é moreno, queimado de sol, mede cerca de 1m 65 cm, tem aproximadamente 40 anos, cabelo castanho bem aparado e o corpo meio desproporcional, com as pernas mais longas que o tronco. Ele vestia calça de brim azul e os outros o chamavam de "chefe". Franklin disse que o retiraram da cela às 20h e o levaram à Praia Vermelha, perto do Iate Clube do Rio de Janeiro, onde caminhou durante meia hora, cercado por 10 policiais à paisana, armados de metralhadoras e colocados em pontos estratégicos.

Franklin foi transportado num Volkswagen comum, deitado no banco de trás e acompanhado por outros dois policiais. No banco da frente foram o motorista e o chefe. Admite que não poderá reconhecer, pela comparação das vozes, se era o "chefe" que os torturava, "pois eles, nas câmaras de tortura, falavam aos gritos".

André declarou que tem certeza de ter sido interrogado, na DPPS, por um dos torturadores do DOI-CODI, do qual reconheceu a voz.

Como um que se encontram presas políticas da Penitenciária de Bangu. Classificou o desinteresse e a insensibilidade demonstrados pelo Governo estadual como "um ato de desumanidade".

Em aparte, o líder do Governo, Senador Eurico Rezende (Arena-ES), garantiu que "não está havendo insensibilidade e sim dificuldade para resolver o problema, porque, se a moda pega, vamos ter greve de fome em quase todos os estabelecimentos penais deste país. Ai, sim, vamos ter um problema gravíssimo".

Detalhes

Revelando-se penalizado com a situação das presas, durante visita recente, o Sr Amaral Peixoto disse que resolveu interferir diretamente no caso, procurando o diretor do presidio, Sousa Marques, e, depois, o Secretário do Interior e Justiça, Lauro Camargo.

"A providência que elas pediam poderia ter sido parcialmente atendida pelo Governo do Estado: a transferência para o presidio politico da Rua Frei Caneca, onde uma galeria inteiramente vazia seria, em parte, ocupada pelas moças. Elas ficariam, assim, mais ligadas às suas famílias e seus advogados".

A resposta do Sr Lauro Camargo foi negativa. Segundo o Senador fluminense, o Secretário de Justiça informou, por telefone, "que estavam raspando as verbas do ano". Mas, para o Sr Amaral Peixoto, as obras necessárias à instalação das presas na Frei Caneca "não excederiam a Cr\$ 100 mil".

"Mostrei a gravidade da situação. Era um serviço que prestava ao Governo, chamando a atenção para o fato e tentando evitar que eles se ampliassem", comentou o representante do MDB. Lembrou que a obra mandada fazer pelo Governo no presidio de Bangu "ficará mui-

Coronel define posição do Governo

Belo Horizonte — O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Coronel Toledo Camargo, disse ontem que o Governo é contra torturas e acredita nas autoridades constituídas em todos os níveis. Ao afirmar que serão tomadas "as providências necessárias em cada caso, especificamente", destacou que não se pode dar veracidade total a todas as denúncias de torturas.

Na entrevista coletiva concedida na Capital mineira, o Coronel Toledo Camargo declarou que "em momento algum se pode imaginar que o Governo seja favorável às torturas ou violências contra civil ou militar". O assessor falou também sobre outros assuntos.

Posição

— Tem-se falado sempre no interesse do Presidente da República em apurar denúncias de violações de direitos humanos. Em Minas, houve denúncias de torturas da polícia contra um operário. Qual a posição exata do Governo?

Camargo — No caso de Minas Gerais, não sei. Posso afirmar com segurança que não se pode imaginar, em momento nenhum, que o Governo seja favorável às torturas, às violências contra qualquer cidadão civil ou militar. O Presidente

turnino Braga (o Sr Benjamin Farah não estava), o Sr Amaral Peixoto respondeu a três apartes do Senador Eurico Rezende e destacou que vinha tratando discretamente do assunto há oito dias, evitando qualquer exploração política. "Até hoje não dei uma palavra ao público a respeito, mas não posso silenciar mais".

Sem distinção

Em apartes, o Sr Eurico Rezende garantiu que o Governo está atento ao problema. "Se há um Governo que procurou humanizar o sistema penitenciário, com o elogio de gregos e troianos, foi o Governo atual. Ele estabeleceu um novo e mais humano tratamento penitenciário".

O argumento da greve de fome, na opinião do Senador capixaba, deve ser encarado com muito cuidado, "porque essa medida pode se generalizar, atingindo toda a geografia penitenciária do Brasil". Acha sem fundamento a reivindicação das detentas em greve de fome, pois a legislação penitenciária não distingue o preso comum do preso político.

"A política penitenciária oferece várias opções, mas cabe ao Estado localizar o preso. Naturalmente, todos os presos de Bangu gostariam de ir para a penitenciária da Frei Caneca e ficar ali, praticamente no Centro da cidade. E' um atrativo" — comentou o líder do Governo.

Referindo-se à greve de fome como "um precedente altamente perigoso à ordem jurídica do país", o Sr Eurico Rezende encareceu aos Senadores da Oposição fluminense que gestionem o fim do movimento.

Geisel tem dado, durante sua vida e em seu Governo, provas inequívocas disto. Isto não significa dar atestado de veracidade a priori a qualquer denúncia de violência. Todo homem, todo criminoso tem uma primeira tentativa, dizendo que é torturado. Isto é favorável a ele perante a organização a que pertence e nos julgamentos que val sofrer. Não devemos dar veracidade total a todas as denúncias de torturas e a imprensa tem divulgado isto com muita intensidade, nos últimos dias. O Governo é contra as torturas e acredita nas autoridades constituídas em todos os níveis de hierarquia e serão tomadas providências necessárias em cada caso, especificamente. Isto é o que posso afirmar.

— As presas políticas no Rio de Janeiro estão em greve de fome, reclamando melhores condições na prisão. O que o Governo decidiu a respeito?

— Preso político é preso feito em condição de arbítrio, por exemplo. Não pode haver crime sem lei anterior que o defina. O preso político é isso: não temos nenhum caso no Brasil de preso político. Na realidade, o que há é pessoas que roubaram, que sequestraram, que violaram uma lei. Existe crime de fazer propaganda. Isto está reconhecido numa lei, chamada Lei de Segurança Nacional.

frentar o Governo sob este ponto-de-vista, a situação das presas se agrave".

Os estudantes argumentaram que o manifesto foi redigido em tom de apoio às presas políticas em greve de fome e não em tom de violência. O Deputado Lázaro Carvalho disse não acreditar que a greve seja oportuna, "porque ela só irá sensibilizar realmente as autoridades se houver um desfecho trágico, o que já temos, devido às condições físicas das presas, mais do que debilitadas".

GARANTIA

A comissão foi então ao gabinete do Deputado Cláudio Moacir, que garantiu a leitura em plenário. Como os estudantes manifestassem o desejo de dar uma entrevista coletiva, o presidente da Casa sugeriu que a mesma fosse feita na entrada do prédio, o que aconteceu. Estavam presentes os presidentes dos DCEs da PUC, Stelberto Porto Soares; da UFRRJ, Roberto Barreto, e da UFF, Márcio Silveira.

Informados de que a lei-

aos direitos do cidadão.

A seguir, leu o manifesto, que diz em seu quarto parágrafo: "Para nós, o movimento das prisioneiras de Bangu retrata toda a violência com que uma minoria privilegiada oprime e explora a maioria da população brasileira. Embora o regime não reconheça, hoje, no Brasil, centenas de pessoas encontram-se presas por seus ideais políticos. São pessoas que em suas escolas, bairros e locais de trabalho combatem as atuais condições de vida (trabalho, saúde, habitação, etc), reivindicando suas prerrogativas políticas, garantias individuais, o restabelecimento do habeas corpus, o fim da censura, do AI-5, do 477, da Lei de Segurança Nacional e demais dispositivos repressivos do regime".

"Assim — continua o documento — nós, estudantes, vemos grande importância em participarmos desta luta com todos os setores populares e democráticos que hoje se opõem consequentemente ao regime e apóiam e divulgam o movimento das prisioneiras de Bangu".

Assessor adverte sobre a imagem do Ministro

"A imagem do Ministro não pode ser desgastada com qualquer pergunta" — disse ontem em Brasília o assessor especial do Sr Armando Falcão, seu filho, Fernando Falcão, a um repórter que o procurou tentando saber qual a posição do Ministro da Justiça em relação às denúncias sobre tortura e temas relativos a criminalidade.

Insistiu o assessor em que o Ministro "não pode falar sobre qualquer assunto", exemplificando: "Um soldado mata um ladrão, lá vem a imprensa procurar o Ministro da Justiça em busca de providências". Terminou recomendando um repórter a recapitular os pronunciamentos do Sr Armando Falcão, para ver que "ele não fala nada fútil".

CASO DE PAULO JOSE'

Os documentos sobre as torturas sofridas pelo preso Paulo José de Oliveira Moraes, na polícia fluminense, onde confessou vários assaltos a bancos sem que tenha sido possível provar sua participação e em qualquer

um, foram remetidos ontem pelo Presidente do STM, Almirante Hélio Leite, ao Procurador-Geral da Justiça Militar, Milton Menezes da Costa Filho.

O Procurador oficialará ao Governador Faria Lima solicitando providências com vistas à apuração das denúncias — feitas com base em laudos médicos — e consequente punição dos responsáveis. Juntamente com os documentos foi remetida uma cópia do acórdão da decisão do STM, que absolveu Paulo José "por falta de provas" e mandou louvar o Promotor militar Octavio Magalhães Vabo, da Auditoria de Aeronáutica do Rio de Janeiro, pelo "desassombro, zelo e dignidade" como agiu ao denunciar os maus tratos contra o preso.

Outras cópias do acórdão serão remetidas a todas as Auditorias Militares do país como medida encorajadora para que apurem, no primeiro instante, qualquer denúncia sobre torturas ou sevícias a presos sob sua jurisdição. A sugestão foi feita porque se todas as denúncias forem apuradas logo no nascedouro, será melhor para a Justiça".

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Greve se esvazia, afirma OAB-Rio</p> <p>RIO (Sucursal) — O jurista Eugenio Roberto Haddock Lobo, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio, anunciou ontem para amanhã, a tomada de posição da entidade que dirige sobre o problema da greve de fome de presos políticos, mas, de antemão, reconheceu que o movimento começa a se esvaziar.</p> <p>A razão do esvaziamento, que atingiria também as paredes deflagradas por vários internos dos presídios Esmeraldino Bandeira e Milton Dias Moreira (divisão de Segurança Especial, que é o galpão de presos políticos), está no fato de o governo estadual, sem concordar com a transferência das mulheres, estar construindo uma ala para elas.</p> <p>As presas políticas do presídio feminino Talavera Bruce iniciaram o movimento grevista há 17 dias, reivindicando, basicamente, sua transferência para o setor de presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, onde a maioria dos internos, tal como aconteceria no Esmeraldino Bandeira, iriam, depois, entrar em greve de fome, em solidariedade às mulheres.</p> <p>Antes de eclodir o movimento nos outros dois estabelecimentos, a OAB-RJ abriu processo e designou relator o conselheiro Rovane Tavares Guimarães que examinou a situação, entrevistou-se com autoridades competentes e com as internas. Concluiu que, em que pese não haver maus tratos às presas, era justa a reivindicação de transferência: elas estavam junto a detentas por crimes comuns e o presídio não dispunha de regulamento especial para presas políticas.</p> <p>Em seu voto, recomendou o relator fossem oficiados o governador do Estado, o secretário de Justiça e o conselho federal da OAB. Mas a medida não chegou a ser apreciada pelo plenário porque não houve sessão na semana passada. O assunto está na pauta da reunião de amanhã, quando então serão tomadas as providências que o conselho julgue procedentes.</p> <p>O presidente Haddock Lobo informou ontem que não foi examinada a situação dos presos do Milton Dias Moreira que, em carta à OAB-RJ, colocaram-se contra a greve das mulheres e em oposição às suas reivindicações. O conselheiro teria entendido que, por se tratar de matéria comum e devido à urgência dos fatos, deveria ser apreciada pelo plenário, no momento em que seu relatório sobre as internas do Talavera Bruce foi apresentado.</p>

FOLHA DE SÃO PAULO 9-11-77

*Costa
Nelson Pontes*



Secretaria de Segurança Pública

238

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;"><i>Gazeta do Povo 10/17</i></p> <p>ALVARO DIAS E OS PRESOS POLITICOS</p> <p>Em face às declarações do cel. Toledo de ... sobre a inexistência de presos políticos no Brasil, o deputado Al- varo Dias, vice-líder do MDB na Câmara Federal, apelou para que aquela autoridade "defina o que constitui o preso político brasileiro".</p> <p>A certa altura de seu discurso disse o deputado pa- ranaense que falava pela liderança da minoria: "Apelamos, em nome da oposição brasileira, ao Superior Tribunal Militar, de corajosas manifestações em várias oportuni- dades, com registro de votos de seus integrantes sempre em decisões históricas e brilhantes, para que investisse as denúncias dos presos políticos que estão nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro"</p> <p style="text-align: right;"><i>Presos Políticos</i></p>



PT 1590. 191

239

Secretaria de Segurança Pública
Delegacia de Ordem Política e Social

Pront. N.º

NOME:

FILIAÇÃO:

Notícias e Informações

Por que não há presos políticos

Não há presos políticos no Brasil, assegura-nos o coronel José Maria de Toledo Camargo. Há uma boa e sã razão de não poder figurar em gênero algum de atividade política: os bancos, o sequestro de autoridades e diplomatas, o assassinato de agentes da lei, da ordem e a colaboração com organizações subversivas. Os caricatamente chamados de presos políticos, continua o raciocínio do chefe-voz da Presidência da República, não são presos por terem sido julgados e condenados por crimes como os mencionados.

A palavra do assessor de Relações Públicas da Presidência faria fé, fosse a leitura em diagonal exceção raríssima aos hábitos quotidianos do coronel Camargo, só ocorrendo num dia atarefadíssimo como a quarta-feira em que, por coincidência, esta folha deu a público uma carta de presos no Rio, denunciando torturas e crueldades requintadas que seriam sido submetidos nas dependências do DOI-CODI. O coronel deve ter lido talvez em diagonal a Lei de Segurança Nacional, uma perdoável, aliás, por se tratar de uma tarefa que demanda fôlego e dotes peregrosos de inteligência e discernimento: são 18 artigos recheados de incisos e parágrafos, e de modo algum primam pela clareza de termos e conceitos. Um daqueles documentos a que falta a síntese da clareza e da concisão, a sobriedade.

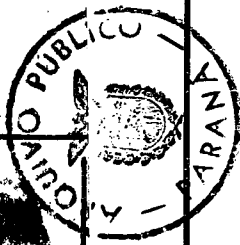
As circunstâncias em que essa lei foi baixada não deram vez à sobriedade: foi decretada pela Junta Militar que assumiu o poder

com a doença do presidente Costa e Silva, que impediu a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito e que ainda por cima teve que lidar com o problema delicado, e inédito até então, do sequestro do embaixador norte-americano. Era a terceira Lei de Segurança Nacional do período revolucionário e num lapso de tempo de cerca de dois anos e meio; mas sentiu-se a necessidade de pôr diante da Nação inteira um instrumento dissuasório exemplar, uma recomposição da autoridade desafiada, por via do alarma geral.

Depois dela, ficou relativamente fácil capitalizar qualquer atividade política de oposição ao regime e mesmo ao governo como crime contra a segurança nacional. É fácil também, para o coronel José Maria de Toledo Camargo, negar a existência de presos políticos no Brasil. Difícil é mostrar como se compatibiliza o exercício democrático da crítica e da oposição político-partidária com o conceito abrangente de segurança interna que vem exposto na Lei: "A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no País." Ninguém pode ser preso político, porque a qualquer momento a atividade política pode passar a figurar como lesiva à segurança interna. São dois coelhos mortos numa cajadada só: a veleidade de se opor ao regime e ao governo e a incriminação por exercício de atividade política.

O Superior Tribunal Militar já... E tem sido de exemplar par... tanto corrigir, em instância superior... as torções e os abusos a que a Lei já... ou, como é o caso das limitações... de associação, latentes nos artigos... em quatro anos (1970-1974), segundo... ticas que o ministro-general Augusto... es- tudou, de 211 denunciados com... artigo 43, foram absolvidos 142; e de... denunciados com base no artigo 14, foram absolvi- dos 80. O mesmo ministro já nota... facilidade com que se recorre à Lei de Segurança Nacional, para delitos de simples infração à Lei de Imprensa: "algumas vezes... por inadvertência, mas, na maioria dos casos, por malévola intenção".

Pode haver, por conseguinte, malévola intenção — e não apenas ignorância jurídica — em dar como infratores da Lei de Segurança Nacional simples presos políticos... que recomenda ao coronel José Maria de Toledo Camargo maior advertência ao que se tem sentido no Superior Tribunal Militar — a necessidade de reformulação da Lei de Segurança Nacional —, assim como maior prudência ao emitir juízos tão categóricos. Mesmo porque não é sério nem honesto continuar a equiparar a terroristas, assaltantes de bancos e sequestradores, estudantes que participem de uma passeata e portem faixas, jovens que distribuam panfletos, autores de livros e jornalistas que exerçam o direito de crítica — buscando todos, no fundo, cada qual a seu modo, o que o governo diz estar também a buscar: a saída política.



Handwritten signature: José Maria de Toledo Camargo

PT 1530-131

Secretaria de Segurança Pública

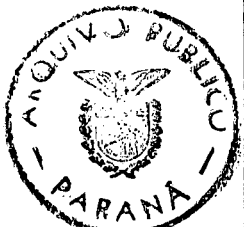
Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Mães intercedem por filhos condenados</p> <p>Recife — As Sras Ana de Cardoso Moraes e Maria Cavalcanti Silva, encami- nhadas ontem, ao Govern- ador Moura Cavalcanti, solicitando revo- cação do regime de isola- mento carcerário a que fo- ram submetidos seus filhos, Rafaelina Cavalcanti e Car- los Alberto Soares, na Pe- nitenciária Professor Bar- bosa Campeolo, de Itamaracá. Os dois são condenados à prisão perpétua por cri- mes políticos.</p> <p>Segundo informam no do- cumento, seus filhos foram condenados ao isolamento carcerário em novembro de 1975, após greve de fome da qual participaram 19 presos por falta da peniten- ciária. "Inconsciente pensá- vamos que a duração da punição fosse limitada, mas em resposta ao apelo que dirigimos à direção do pre- sídio, fomos informadas que o isolamento era uma exigên- cia da natureza de custódia de presos condenados a penas perpétuas", disse a Sra. Ana de Cardoso Moraes.</p> <p><i>Jornal do Brasil</i> 24-10-77</p> <p><i>Carta Presos Políticos</i></p>



Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA

6 - NACIONAL **TOLHA DE S. PAULO** 25

Não existe preso político no Brasil, afirma Camargo

BRASILIA (Sucursal) — "Não há presos políticos no Brasil. Em nosso país, essa é uma expressão felizmente inexistente".

A afirmação foi feita ontem pelo porta-voz oficial da Presidência da República, coronel Toledo Camargo, ao comentar os rumores — sobre os quais disse não ter informações — de que o Governo estaria disposto a abrandar alguns dispositivos da Lei de Segurança Nacional devolvendo inclusive o direito do "habeas corpus" aos presos enquadrados.

Se preso político que está detido por manifestar posição contrária ao governo. O que existe no Brasil, e que vulgarmente se chama de presos políticos, são pessoas que cometeram crimes por causas políticas. Quem assalta um banco para tirar dinheiro em prol de uma causa

política não realizou um crime político, não é um preso político. Na realidade, esse é um ato de banditismo, um ato criminoso contrário às nossas leis, e o responsável por ele é apenas um preso que incorreu na Lei de Segurança Nacional."

Segundo o assessor de Imprensa do Palácio do Planalto, constituiria "séria violação da verdade" chamar-se a uma pessoa que assaltou um banco de preso político e, igualmente, conferir-se essa denominação "aquele que sequestrou um embaixador, que cometeu um atentado, que matou um policial ou um agente da ordem e da segurança". Depois de apresentar sua argumentação, Camargo insistiu em declarar que contradiz "essa expressão preso político" no quadro brasileiro atual.

uma máquina, bateu algo que lhe veio à cabeça, levou ao xerox, que está aí para multiplicar, e colocou no correio, que está aí para distribuir".

O assessor garantiu que "nem esse, nem qualquer outro" manifesto atribuído a correntes do Exército foi encaminhado ao presidente Geisel, mas não soube precisar se o chefe do governo chegou a tomar conhecimento da existência deles. E acrescentou: "Houve um que, anunciou-se pretendiam entregar ao presidente no dia 31 de março, na Vila Militar. Esse eu li posteriormente, por intermédio de um jornalista. Alardeou-se depois que eu teria impedido a chegada do documento ao presidente. Pois garanto que nem eu, nem ninguém bloqueou essa iniciativa, o que me leva à conclusão de que tudo nele é profundamente falso."

CASSAÇÕES

Indagado se o governo cogita de revogar algumas cassações, levou a cabo por motivos políticos que não envolvem segurança, o porta-voz revelou não ter "nenhuma informação" a respeito afirmando que o senador Petronio Portela, articulador oficial do diálogo, colocou este entre os objetivos que pretende atingir em sua missão, o assessor aconselhou aos jornalistas: "Então, conversem com ele. A orientação que o senador Portela recebeu, ele conhece perfeitamente."

MANIFESTOS

Com relação ao manifesto de um movimento Militar Branco, supostamente organizado por coronéis, Camargo pediu a circular no Congresso contendo advertências contra os tecnocratas e críticas à cúpula militar, disse Camargo, ter "a convicção de que esse é um documento que não traduz opinião de grupo nenhum, mas simplesmente a de alguém que se sentou à

O coronel Camargo confirmou que esteve realmente na Vila Militar no aniversário da Revolução, "mas em momento algum soube da existência do documento, lá; e muito menos proibiu seu encaminhamento, já que não tinha o que proibir". Asssegurou que se encontrava, naquele dia, "muito preocupado" em reunir a imprensa para informar sobre a reunião do Conselho de Segurança Nacional que se realizaria na manhã seguinte, na qual foi decidido o recesso de abril.

Por outro lado, Camargo negou-se a fazer qualquer apreciação sobre fitas cassetes que estão sendo distribuídas aos congressistas por um comandante da Marinha, Dalmio Honaisen, em nome do "Movimento Revolucionário Democrático", contendo críticas à orientação seguida pelos sucessores de Castelo Branco.

*Porta-voz
Presos
Políticos*




Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p style="text-align: center;">Mães intervêm por presos políticos</p> <p>RECIFE (Do correspondente) A revogação do regime de isolamento carcerário que estão submetidos os seus filhos presos em Ana Cardoso de Moraes e Maria Cavalcanti Silva, mães dos presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholinde Cavalcanti, respectivamente, ambos cumprindo pena de prisão perpétua na Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá. O pedido foi feito em memorial entregue ao governador Moura Cavalcanti e cópias foram endereçadas à Secretaria do Interior e Justiça, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Arcebispado de Olinda e Recife, ao Movimento Feminino pela Anistia, além de outras entidades.</p> <p>O documento diz que os dois prisioneiros foram condenados ao isolamento carcerário em novembro de 1975, após uma greve de fome da qual participaram dezenove presos políticos da Penitenciária. "Inicialmente — relatam as mães — pensávamos que a duração da punição fosse limitada, mas fomos informadas de que o isolamento é uma exigência da legislação de custódia de presos condenados a penas perpétuas".</p> <p style="text-align: center;">FOLHA Nº S. P. 1110 25-1-76</p> <p style="text-align: right;"><i>Posta Presos Políticos</i></p> <div style="text-align: right;">  </div>

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

DATA	PROCEDÊNCIA	HISTÓRICO
		<p>Visita a presos <i>origina</i></p> <p>FLORIANÓPOLIS (Correspondente) — Os presos políticos Marcos Cardoso Filho, Alécio Verzolla e Roberto Bologni, que fazem greve de fome desde o dia 19, com o objetivo de sensibilizarem as autoridades para apressarem seus julgamentos, foram visitados ontem por quatro deputados da bancada do MDB. Os presos aguardam decisão de recurso enviado ao Supremo Tribunal Militar há 7 meses. <i>28-4-74</i></p> <p><i>FOLHA D. 540</i></p> <p><i>Pasta Presos Políticos</i></p>



244

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia de Ordem Política e Social

NOME: Pront. N.º

FILIAÇÃO:

RESIDÊNCIA:

Presos políticos são ameaçados

Os familiares de 35 presos políticos que cumprem penas no presídio Ramão Gomes recorreram ontem ao cardeal D. Paulo Evaristo Arns para manifestar a sua preocupação quanto à segurança desses presos, diante de ameaças contidas em panfletos que teriam sido encontrados no próprio estabelecimento penal, de autoria atribuída à AAB — Aliança Anticomunista Brasileira.

A redobrada vigilância que os visitantes encontraram ontem no presídio Ramão Gomes foi justificada como decorrência do surgimento desses panfletos, segundo explicações dos responsáveis pela casa de detenção que, entretanto, não mostraram a eles o material apreendido e nem esclareceram os dizeres nele encontrado, prevenindo apenas que continha ameaças.

A preocupação das famílias aumentou porque a partir de segunda-feira os presos começarão a depor no Dops, em inquérito que os incrimina pela divulgação de um cartão postal — a sombra de uma mão por trás de uma grade — no jornal universitário "2 Pontos". As razões desse inquérito também não foram entendidas pelas mães e mulheres. Explicaram que este postal foi enviado no Natal passado aos familiares e amigos dos presos, pelo correio, com a censura prévia da direção do presídio "Somente de-

pois que esse postal saiu no jornal — afirmaram — é que se passou a este inquérito, sob alegação de que o cartão atentava contra a segurança nacional".

Quatro das 35 pessoas que cumprem pena no Ramão Gomes — Arthur Scavone, Hamilton Pereira, Pedro Rocha Filho e Reinaldo Morano Filho — estavam na iminência de obterem liberdade condicional, mas esta possibilidade foi afastada com a abertura do inquérito. Para os familiares dos presos, o surgimento desses panfletos que eles não puderam ver, mas cuja existência teria sido confirmada pela direção do presídio, não passa de um ardil de grupos interessados em complicar a situação dos presos políticos. "No ano passado — afirmaram — eles receberam cartas na prisão nas quais já se faziam ameaças extensivas também às famílias e dizendo que a liberdade também não lhes serviria para muita coisa pois seriam caçados".

Ontem quando visitaram os presos no Ramão Gomes, os seus familiares não chegaram a comentar o assunto com eles, pois ficaram sabendo depois, na hora saída. Bastante tensos, foram conversar com o cardeal d. Evaristo Arns no período da noite, além de manterem contatos com os seus advogados.

HISTÓRICO

Postal Presos Políticos.

EST. SÃO - PAULO

26-8-76



PT 1590.194